

# O BRASIL REPUBLICANO

## O tempo da experiência democrática

da democratização de 1945  
ao golpe civil-militar de 1964

Jorge Ferreira  
Lucilia de Almeida Neves Delgado  
organização

Ainda no alvorecer do século XXI, temas como os da democracia, cidadania e república surgem, em muitas interpretações, ao mesmo tempo como dilema e desafio que a sociedade brasileira enfrenta em seu cotidiano.

Partilhando dessas preocupações foi que planejamos e organizamos *O Brasil Republicano*, em quatro volumes.

O primeiro, *O tempo do liberalismo excludente*, tem início com o conturbado período que se segue à Proclamação da República e finaliza com a Revolução de 1930. O segundo, *O tempo do nacional-estatismo*, volta-se exclusivamente para a década de 1930 e o apogeu do Estado Novo. O terceiro, *O tempo da experiência democrática*, resgata a prática da democracia no Brasil que se abre com o movimento queremista até o seu colapso com o golpe civil-militar de 1964. Por fim, o último volume, *O tempo da ditadura*, preocupa-se com a época de mando dos generais até a eclosão de movimentos sociais no final do século XX.

Os autores dos capítulos são historiadores que atuam em universidades e instituições de pesquisa de diferentes estados da federação e foram convidados levando-se em conta os critérios de pluralidade, especialidade e reconhecimento acadêmico. Sob o prisma da história política, social, cultural e econômica, eles sugerem hipóteses interpretativas que visam a contribuir com o esforço reflexivo sobre as peculiaridades da história do Brasil República, destacando a atuação dos sujeitos históricos que a construíram.

Com abordagens plurais e críticas, esperamos que *O Brasil Republicano*, de alguma maneira, possa contribuir para o aprofundamento da democracia, da prática da cidadania e da consolidação dos ideais republicanos em nosso país.

## O Brasil Republicano

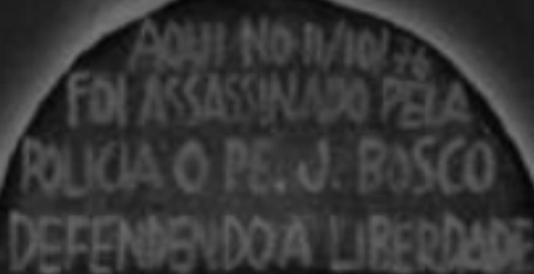
Ao amigo Vitale

Espero que essas páginas  
 possam fortalecer nosso diálogo  
 e nosso debate historiográfico.  
 Um grande abraço

Afm  
 Curitiba - 18/02/04

# «TESTEMUNHAS DO REINO»

RIBEIRÃO  
CASCALHEIRA  
16 e 17  
JULHO 2011



AQUI NO DIA 10/76  
FOI ASSASSINADO PELA  
POLICIA O PE. J. BOSCO  
DEFENDENDO A LIBERDADE



PRELAZIA DE  
SÃO FÉLIX  
DO ARAGUAIA, MT

## ORAÇÃO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA

Deus da Vida e do Amor, Trindade Santa: em irmandade com os Mártires da caminhada da Nossa América, vos louvamos e agradecemos pela força que derramastes em seus corações para darem a vida e a morte pela Vida, no Amor.

Como Jesus, foram fiéis até o fim e deram a prova maior.  
Por Ele e com Ele  
venceram o pecado, a escravidão e a morte  
e vivem gloriosos, sendo páscoa na Páscoa.

Derramai também em nós o vosso Espírito de união, de fortaleza e de alegria, para que demos totalmente nossas vidas pela causa do vosso Reino.

Por esses muitos irmãos e irmãs, testemunhas pascais.  
Por Maria, a mãe da Testemunha Fiel.  
E pelo mesmo Jesus Cristo,  
o Crucificado Ressuscitado,  
Primogênito vencedor da morte.

Amém, Axé, Awere, Aleluia!

Pedro Casaldáliga

*Organizado por Jorge Ferreira e  
Lucilia de Almeida Neves Delgado*

# **O Brasil Republicano**

O tempo da experiência democrática –  
da democratização de 1945 ao golpe  
civil-militar de 1964

Livro 3



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro  
2003

CAPA  
*Evelyn Grumach*

PROJETO GRÁFICO  
*Evelyn Grumach e João de Souza Leite*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T28 O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. - (O Brasil republicano; v.3)

Contém filmografia  
Inclui bibliografia  
ISBN 85-200-0624-8

1. Brasil - História - 1889- . 2. Brasil - História - 1945-1964. 3. Brasil - Política e governo - 1945-1964. 4. Brasil - História - Revolução, 1964- .5. Cidadania. I. Ferreira, Jorge. II. Delgado, Lucilia de Almeida Neves. III. Série.

03-2053 CDD - 981.063  
CDU - 94(81)"1945/1964"

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos pela  
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA  
Um selo da  
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.  
Rua Argentina 171 - 20921-380 Rio de Janeiro, RJ - Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL  
Caixa Postal 23.052 - Rio de Janeiro, RJ - 20922-970

Impresso no Brasil  
2003

## Sumário

APRESENTAÇÃO 7

*Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado*

✓ A democratização de 1945 e o movimento queremista (13) P  
*Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)*

✓ Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) 47  
*Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (Unimep) & Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBa)*

Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe 97 P  
*Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCar)*

Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia 127  
*Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) P (?)*

\* Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural (155) P  
*Profa. Dra. Vânia Maria Losada Moreira (UFES)*

Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964) 195  
*Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Vizentini (UFRGS) P (?)*

PCB: a questão nacional e a democracia 217

Prof. Dr. José Antonio Segatto (Unesp)

Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução 241

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)

Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50: propostas de  
democratização da arte no Brasil 273

Profa. Dra. Santuza Cambraia Naves (PUC-Rio/UCAM)

Crises da República: 1954, 1955 e 1961 301

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964 343

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

BIBLIOGRAFIA GERAL 405

FILMOGRAFIA 419

OS AUTORES 427

PLANO GERAL DA COLEÇÃO 429

## Apresentação

Análises e interpretações relativas à história do Brasil republicano têm, na maior parte das vezes, destacado uma questão recorrente: a de que a construção e consolidação da cidadania e da democracia são, simultaneamente, dilema e desafio que perpassam o cotidiano nacional brasileiro.

Dilema, pois a herança do passado colonial/patrimonial persiste sob diferentes formas e graus ao longo da trajetória republicana, reproduzindo manifestações de práticas autoritárias, tanto na esfera privada quanto na pública.

Desafio, pois a construção da democracia tem encontrado inúmeros focos de resistência que se manifestam sob diferentes formas de comportamento político autoritário, destacando-se os períodos ditatoriais, tanto o do Estado Novo quanto o do regime militar, além das antigas, mas ainda usuais, práticas de mandonismo local, que teimam em persistir, mesmo que no alvorecer de um novo milênio possam parecer ultrapassadas.

Na verdade, a democracia e a plena realização da cidadania no Brasil apresentam-se como um dilema histórico ainda a ser decifrado e um desafio a ser enfrentado.

Partilhando dessas preocupações foi que planejamos e organizamos *O Brasil Republicano*, em quatro volumes. O eixo que interliga os diferentes textos, com suas múltiplas abordagens e temáticas diversas, é a questão da cidadania, analisada de ângulos e perspectivas pluralistas. Desta maneira, são considerados tanto os movimentos e as ações de cerceamento e de limitação da prática cidadã quanto os de resistência e luta contra a exclusão social e contra as práticas autoritárias, em variadas experiências históricas. Sob o prisma da história política, social, cultural e econômica, os autores sugerem hipóteses interpretativas que visam a contribuir com o esforço reflexivo sobre

as peculiaridades da história do Brasil República, destacando a atuação dos sujeitos históricos que a construíram.

Uma opção foi a do público leitor. Nosso objetivo é atingir todos os brasileiros curiosos pela própria história e que buscam conhecer seu lugar no mundo. Em particular, preocupam-nos os alunos de graduação da área de Ciências Humanas que, via de regra, têm dificuldades em adquirir livros que resultam de pesquisas originais. Mas, sobretudo, é nosso interesse alcançar um público que, na maioria das vezes, é esquecido: alunos e professores de nível médio. Trata-se, neste caso, de amplas parcelas da população brasileira distantes da pesquisa historiográfica mais avançada, obrigada a recorrer, por falta de alternativas, a resumos, apostilas e livros didáticos defasados e tradicionais. Assim, nossa proposta é alcançar um público bem maior, ainda nos estudos secundários, permitindo que nossas reflexões contribuam para a sua formação.

Os autores que redigiram os textos, por sua vez, foram convidados considerando-se os critérios de pluralidade, especialidade e reconhecimento acadêmico. Estão aqui reunidos, portanto, profissionais de diversas universidades e instituições de pesquisa brasileiras, distribuídas por diferentes estados da federação.

A obra é constituída por quatro volumes e, do crepúsculo do Império até o tempo presente, resgata a experiência republicana no Brasil. Assim, o primeiro volume, *O tempo do liberalismo excludente — da Proclamação da República à Revolução de 1930*, aborda o processo político, a exclusão social e econômica, bem como os movimentos culturais na Primeira República através dos seguintes temas: “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”, texto de Margarida de Souza Neves (PUC-Rio); “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”, de Elio Chaves Flores (UFPB); “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”, de Maria Efigênia Lage de Resende (UFMG); “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”, de Jacqueline Hermann (UFRJ); “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”, de Cláudio Batalha (Unicamp); “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”, de José Miguel Arias Neto (UEL); “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”, de Jaime Benchimol (Fiocruz); “O texto e o traço:

a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”, de Isabel Lustosa (FCRB); “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”, de Mário Cléber Martins Lanna Júnior (PUC-Minas/FJP-MG); “O modernismo e a questão nacional”, de Monica Pimenta Velloso (FCRB); e, fechando o volume, “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”, de Surama Conde Sá Pinto e Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ/CPDOC-FGV).

O segundo volume, *O tempo do nacional-estatismo — do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, enfatiza a construção da cidadania social sob patrocínio do Estado, além de análises relativas à dinâmica política e econômica que encontra em um Estado fortemente centralizado o seu sujeito dirigente. O volume é composto pelos seguintes capítulos: “Os anos 1930: as incertezas do regime”, tema de Dulce Pandolfi (CPDOC-FGV); “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)”, de Marcos Chor Maio (Fiocruz) e Roney Cytrynowicz (AHJB); “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”, de Marly de Almeida G. Vianna (UFSCar); “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”, de Maria Helena Capelato (USP); “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”, de Monica Pimenta Velloso (FCRB); “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”, de Alexandre Fortes (FPA) e Antonio Luigi Negro (UFBA); “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais”, de Maria Celina D’Araujo (UFF/CPDOC-FGV); “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”, de Maria Antonieta Leopoldi (UFF); “O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania”, de Rachel Soihet (UFF); e, por fim, “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”, de Lucia Lippi Oliveira (CPDOC-FGV).

O terceiro volume, *O tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, resgata atores sociais que, de maneira crescente, se engajaram em lutas pela ampliação dos direitos de cidadania, como também os grupos políticos e sociais contrariados com os avanços dos movimentos reivindicatórios. Os assuntos tratados no volume são os seguintes: “A democratização de 1945 e o movimento queremista”, tema de responsabilidade de Jorge Ferreira (UFF); “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, de Fernando Teixeira da Silva (Unimep) e Antonio Luigi Negro (UFBA); “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala

do golpe”, de João Roberto Martins Filho (UFSCar); “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”, de Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas); “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”, de Vânia Maria Losada Moreira (UFES); “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)”, de Paulo G. Fagundes Vizentini (UFRGS); “PCB: a questão nacional e a democracia”, de José Antonio Segatto (Unesp); “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”, de Antônio Torres Montenegro (UFPE); “Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50: propostas de democratização da arte no Brasil”, de Santuza Cambraia Naves (PUC-Rio/UCAM); “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”, de Jorge Ferreira (UFF); e, finalmente, “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”, do mesmo autor.

Por fim, o quarto volume, *O tempo da ditadura — Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, volta-se para o processo de exclusão política, econômica e social sob a égide da ditadura inaugurada em 1964, mas também para a luta pelos direitos de cidadania com os movimentos sociais que se afirmaram nas duas últimas décadas do século XX. Os capítulos desenvolvidos no volume são: “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”, tema de Nilson Borges (UFSC); “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, de Denise Rollemberg (UFF); “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos”, de Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) e Mauro Passos (PUC-Minas); “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”, de Marcelo Ridenti (Unicamp); “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”, de Carlos Fico (UFRJ); “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda — 1967-1973”, de Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ) e Fábio Sá Earp (UFRJ); “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”, de Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ); “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990”, de Marco Aurélio Santana (Uni-Rio); “A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST”, de Mario Grynszpan (UFF/CPDOC-FGV); e, por fim, “O bolivarismo dos antigos e o bolivarismo dos modernos: o Brasil e a América Latina na década de 1990”, de Carlos Aurélio Pimenta de Faria (PUC-Minas) e Marco Aurélio Cepik (UFMG).

Ao fim de cada um dos volumes, o leitor encontrará, na parte referente aos Anexos, instrumentos que permitirão aprofundar algumas das questões tratadas nos capítulos. O primeiro é a Bibliografia Geral do Volume. Trata-se do conjunto de livros citados por todos os autores, acrescidos de outros títulos importantes na área das Ciências Humanas. O segundo é a Filmografia. Aqui, procuramos arrolar filmes brasileiros, de fácil acesso, que, pela linguagem cinematográfica, “reconstituem” a história do período. Para ambos, Bibliografia e Filmografia, chamamos a atenção para o fato de que não se trata de listas que queiram ser definitivas e que, em casos como esses, esquecimentos e, portanto, injustiças sempre acontecem.

Finalmente, queremos agradecer a todos os colaboradores da obra pelo empenho e dedicação com que redigiram os seus textos. É preciso, igualmente, agradecer aos diretores da Civilização Brasileira, que acreditaram em nosso projeto, bem como ao conjunto de funcionárias da Editora pelo carinho no trato com os autores e suas obras. Agradecemos, também, ao apoio que tivemos de Raquel Fernandez Queiroz, secretária do Centro de Pesquisa Histórica da PUC-Minas. Por fim, um agradecimento especial aos nossos alunos que redigiram as sinopses e as fichas técnicas dos filmes. A eles, finalidade maior de nossa profissão, dedicamos a obra.

Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado

A democratização de 1945 e o  
movimento queremista

*Jorge Ferreira*

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Entre fins de fevereiro de 1945, quando José Américo de Almeida rompeu o cerco da censura, e 29 de outubro, com a deposição de Vargas, a sociedade brasileira, em pleno processo de democratização política e mobilizada em dois campos antagônicos, assistiu e participou de um movimento de massa, de proporções grandiosas, conhecido como queremismo.

Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das “diretas já”, o queremismo apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder.

Populismo, efeitos das hábeis técnicas de propaganda política, mistificação ideológica, manipulação de massas, consciências desvirtuadas de seus “reais” interesses, nenhuma dessas explicações, atualmente, convence o estudioso. Os historiadores etnográficos, há bastante tempo, nos ensinam que se a cultura erudita tem o objetivo de subjugar os povos, não há por que acreditar que “estes foram real, total e universalmente submetidos”. Para Roger Chartier, “é preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações” (1995, p. 182). O queremismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o “primeiro governo” de Vargas.

Este trabalho tem por objetivo reconstituir o processo de transição democrática ocorrido em 1945 ao mesmo tempo em que recupera idéias, anseios, crenças e tradições políticas manifestadas por trabalhadores, assalariados e pessoas que se definiam como “pobres” ou “comuns”, e que, entre fevereiro e outubro de 1945, com vontade política, exigiam a permanência de Getúlio Vargas no poder.

#### O “NÓS QUEREMOS” EM PRIMEIRO MOVIMENTO

Com o avanço das tropas Aliadas e a derrota, agora vista como inevitável, do nazifascismo europeu, o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político. Estudantes, comunistas, liberais, empresários que enriqueceram sob a ditadura e coalizões de civis e militares, organizados em grupos de resistência, surgiram no cenário político.<sup>1</sup> Em contatos e articulações diversas, o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, em outubro, foi confirmado pelas oposições como candidato a suceder Vargas no governo. Mais alguns meses e o aparato repressivo do Estado não daria mais conta dos protestos que surgiam dos grupos organizados da sociedade. Em janeiro de 1945, por exemplo, o 1º Congresso de Escritores clamou por liberdade de expressão e sufrágio universal, direto e secreto. No entanto, foi em 22 de fevereiro que José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura do brigadeiro. A entrevista sinalizou à sociedade que os censores do DIP haviam se afastado das redações dos jornais. A ditadura dera sinais definitivos de cansaço.

No início de 1945, sem o apoio dos altos escalões das Forças Armadas, cindido o grupo que o cercava no Palácio do Catete e com a derrota irremediável dos fascismos na Europa, Vargas perdeu a base de sustentação de seu poder e, portanto, as condições políticas para continuar na presidência da República. O próprio embaixador norte-americano, então recém-nomeado por Roosevelt, declarou que seu país, em matéria de política externa, combateria os governos nacionalistas.

A partir da entrevista de José Américo de Almeida os acontecimentos se precipitaram. Sem as limitações impostas pela censura, as críticas na impren-

sa, majoritariamente hostil a Vargas, tornaram-se virulentas. Os ataques das oposições veiculados nos jornais desmereciam particularmente a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo. Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro.

Menos de 10 dias após a entrevista de José Américo, estudantes universitários filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto promoveram um comício na Praça da Sé. As faixas e cartazes pregavam “Liberdade de palavra”, “Anistia aos presos políticos”, “Nunca se poderá enganar toda a multidão todo o tempo” e “Fora o getulismo”. Os oradores, com veemência, davam vivas à democracia e pediam a morte do Estado Novo e do ditador. Após ofender e insultar Vargas com linguagem contundente, Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico, declarou: “Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante! Pela Democracia!”<sup>2</sup> No entanto, para grande surpresa dos manifestantes, centenas de pessoas de aparência humilde, mas profundamente indignadas, chegaram na praça e, batendo em panelas, começaram a vaiar os jovens universitários. Sem se intimidar, o orador lembrou a derrota do integralismo naquele mesmo local e, cheio de coragem, aumentou o tom dos ataques a Getúlio Vargas. Os trabalhadores, ainda mais revoltados, tornaram a bater nas panelas e, aos gritos, exclamaram: “Abaixo o P.R.P!”, “Viva os trabalhadores!” e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio!”. Sem condições de continuarem o comício, os estudantes, desalentados, se dispersaram e a multidão, com suas panelas, apoderou-se da praça. Dias depois, em Belo Horizonte, novos distúrbios de rua ocorreram quando populares presenciaram a oposição insultando Vargas em um comício.

Descritos na grande imprensa como desordeiros, provocadores, arrua-ceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, entre outros qualificativos, era difícil para os grupos sociais culturalmente eruditos compreender as razões de tal inconformismo e definir os comportamentos de indignação de populares que se insurgiam contra os que ofendiam Getúlio Vargas. Na imprensa, políticos de oposição e editorialistas tentavam racionalizar aqueles episódios: entre a influência do nazismo e a atuação de embriagados, entre a

mentalidade obscurantista e o comportamento próprio de arruaceiros, assim as oposições esforçavam-se para dar conta dos conflitos que surgiam. Portanto, a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa, importadas da Alemanha nazista, impostas pelo DIP sobre uma população pobre, analfabeto e ignorante, permitindo que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Getúlio, assim, era a saída legítima para o problema.

No entanto, em fins de abril, alguns indícios para compreender a indignação popular, manifestada sempre que Vargas era ofendido publicamente, estavam à disposição da sociedade brasileira. Nos textos dos sindicalistas, da pequena imprensa que apoiava o governo, a exemplo de *O Radical*, e, como veremos mais adiante, nas falas dos próprios trabalhadores, havia o temor de que, com a saída de Vargas da presidência, os benefícios da legislação social fossem suprimidos, além de suspeitas e desconfianças em relação ao grupo político que se preparava para assumir o poder. Para Spindel, o termo “queremos Getúlio” expressava o receio de que a democratização, sem o controle de Vargas, ameaçasse os princípios que fundamentavam a cidadania social alcançada pelos trabalhadores desde 1930 (1980, p. 61). O conjunto de leis de proteção ao trabalho, definido pelos assalariados, no início de 1945, como “trabalhismo” ou “getulismo” — nesse momento as expressões eram intercambiáveis —, tinha que ser defendido. Os ataques a Vargas significavam, na cultura política popular, grande perigo para aqueles que, desde o início dos anos 1930, se beneficiavam da legislação.

Para a grande surpresa das oposições, os trabalhadores saíram às ruas na luta por demandas políticas e não, como seria o esperado, por reivindicações econômicas. A política do “esforço de guerra”, com a suspensão temporária de alguns benefícios da legislação trabalhista, e a inflação que corroera os salários resultaram em um empobrecimento dos assalariados. Contudo, diz Elza Borghi Cabral, foi este mesmo povo empobrecido que saiu às ruas exigindo a permanência de Vargas. Para a autora, “não se pode atribuir o apoio incontestado das massas à sua ignorância ou à força da propaganda de seu mito, como o fazia o pensamento liberal” (1984, p. 55). Ao contrário do que pregavam as oposições, os benefícios sociais não foram poucos.

É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardem os direitos dos trabalhadores. Este mundo, no entanto, já existiu — e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram. No caso brasileiro, entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos portanto, toda a legislação trabalhista, à exceção do salário-mínimo, foi promulgada: limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, repouso semanal remunerado, pensões e aposentadorias, criação da Justiça do Trabalho etc. O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP. Como defendi em trabalho anterior, o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas — e o movimento que decorre dele, o queremismo — expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores (Ferreira, 1997).

Se em fins de fevereiro e em março a população apenas revidava as agressões nos comícios da oposição, indignada com as ofensas a Vargas, em abril o conflito começou a assumir contornos mais nítidos, sobretudo no campo das idéias, e um novo personagem surgiu no cenário político brasileiro: os trabalhadores. A partir de abril, a transição democrática não ficaria mais restrita aos interesses das elites políticas, governistas ou de oposição. A presença e a intervenção dos trabalhadores teriam que ser consideradas — ainda que, nesse momento, eles tivessem que aprender, mesmo que às pressas, a participar do jogo político.

Em abril, o movimento já recebia o apoio discreto do DIP e, sobretudo, de um órgão do Ministério do Trabalho, o Departamento Nacional do Trabalho, na pessoa de seu diretor e fundador do PTB, Segadas Viana. Apoio hábil e particularmente cauteloso, afirma Lucilia de Almeida Neves Delga-

do, os vínculos não poderiam ser, e sobretudo aparecer, explicitados. “A conjuntura”, diz a autora, “já era por demais desfavorável a Vargas e demonstrar a participação da máquina estatal em campanhas de sustentação de sua imagem, para respaldar um projeto continuísta, poderia acabar por se tornar mais um argumento nas mãos da oposição” (1989, p. 48). Com o discreto apoio oficial, o queremismo também recebeu o suporte, sobretudo financeiro, de empresários favoráveis a Vargas. Mas o queremismo não foi simples criação do Ministério do Trabalho com o lastro do dinheiro privado, como pregava a oposição. Sem a vontade política dos trabalhadores e a presença popular nas ruas, o apoio oficial e empresarial seria inócuo e condenado ao fracasso. O próprio Hugo Borghi, empresário e líder quememista, afirma que existia um clima político de luta de classes no país: “A UDN conseguiu unir a direita e a extrema-direita. Todos os jornais, rádios e televisões atacavam o Getúlio frontalmente, mas esqueciam que estavam atacando a obra trabalhista do Getúlio. E havia nitidamente uma luta de classes travada. Eu sentia aquilo.”<sup>3</sup>

É também em abril que surgem pela primeira vez na imprensa as expressões “queremos”, “nós queremos” ou ainda “nós queremos Getúlio”. No mês seguinte, o movimento, de base popular, ainda sem direção e organização centralizada, e cujo único ideário político era a continuidade de Vargas no poder, espalhou-se por todo o país. Embora resistissem, os jornais não mais podiam omitir o movimento. Os conflitos nos comícios da oposição, já rotineiros, aumentavam de intensidade. Nas capitais e em muitos municípios do interior, as ruas amanheciam pichadas exaltando Vargas ou exigindo sua continuidade no poder. Embora sem nenhuma divulgação oficial e com acesso muito restrito aos meios de comunicação, em maio a frase “queremos Getúlio” apoderou-se das crenças e das sensibilidades políticas populares.

#### O BRIGADEIRO E A UDN

O grande movimento de oposição, no entanto, surgiu oficialmente em 7 de abril de 1945. Com o nome de União Democrática Nacional (UDN), o partido, nesse momento, abrigava diversos grupos políticos heterogêneos, nem

sempre afinados ideologicamente, mas unidos pelo mesmo rancor a Vargas. Aglutinando nomes como Arthur Bernardes, Júlio Prestes, Borges de Medeiros, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Oswaldo Aranha, Adhemar de Barros, Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, Isidoro Dias Lopes, a família Caiado, entre tantos outros, tinham o apoio da Esquerda Democrática e de comunistas dissidentes da linha oficial do PCB<sup>4</sup> — todos, no entanto, com os mesmos anseios políticos: além do fim do Estado Novo e da luta pela democratização do país, nutriam um combate sem tréguas a Vargas. Mais ainda, unia-os a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes para suceder o ditador. Na visão dos grupos que compunham as “oposições coligadas”, diz Maria Victoria Benevides, o nome do brigadeiro era ideal para a campanha sucessória: alta patente militar, legenda de herói, tradição em lutas democráticas e um “nome limpo” (1981, p. 42). Partido que resumia o horror a Vargas, a UDN tornou-se também, nesse momento da vida política brasileira, o “partido do brigadeiro”.

Na imprensa, nos meios intelectuais, entre as elites políticas e empresariais, Eduardo Gomes recebia apoio entusiasmado. Seus comícios, como candidato à presidência, eram noticiados nas primeiras páginas dos jornais com grande destaque e eloquência. Recorrendo a imagens que sugeriam entusiasmo e mobilização popular pela candidatura da UDN, as manchetes procuravam convencer o público da vitória certa, praticamente inevitável, da oposição. Embora os discursos do brigadeiro, escritos por Prado Kelly e repletos de citações históricas e jurídicas, fossem absolutamente incompreensíveis para os trabalhadores (Cabral, 1984, p. 198), seus comícios, marcados pelas ofensas e insultos a Getúlio Vargas, eram noticiados com grande antecedência pela imprensa. A imagem projetada nos jornais, plena de otimismo e entusiasmo, era a da vitória certa e inequívoca do brigadeiro. Por sua vez, o candidato do Partido Social Democrático (PSD), general Eurico Gaspar Dutra, surgia em pequenas notas, cercadas por outras notícias, sugerindo ao leitor uma candidatura fracassada e sem maior importância, com mensagens de desalento, inviabilidade política e, sobretudo, envolvida pelo estigma condenável do continuísmo. Os textos, negativos e sem brilho, se sucediam nas páginas dos jornais.

Apesar do grande esforço dos meios de comunicação para eleger Eduardo Gomes, a campanha da UDN, segundo Maria Victoria Benevides, mobi-

lizou as camadas médias, os intelectuais, os oficiais das Forças Armadas, “mas não os trabalhadores; este povo permaneceu à parte da campanha feita, pelo menos teoricamente, em seu nome” (1981, p. 45). Os trabalhadores, quando se manifestavam, por sua própria vontade, queriam Getúlio.

#### O “NÓS QUEREMOS” EM SEGUNDO MOVIMENTO

O queremismo, inicialmente um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos a Vargas, tornou-se, a partir de julho, um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos, sobretudo com a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal. As adesões, núcleos e comitês de bairros, abaixo-assinados e declarações de solidariedade aumentavam diariamente. Pela cidade, comícios relâmpagos eram realizados. Nas barcas que ligam o Rio de Janeiro a Niterói, por exemplo, líderes queremistas discursaram para trabalhadores que, cansados, voltavam no final da tarde para suas casas. No início curiosos, mas logo entusiasmados com os discursos a favor de Vargas, os passageiros aplaudiam os oradores e davam “vivas” ao presidente. Após a atracação, algumas pessoas deram seus depoimentos sobre o inusitado comício marítimo. Uma senhora, pobrementemente vestida, como descreveu o repórter, declarou: “Só votarei se o Presidente for candidato. O meu voto eu não dou a ninguém, a não ser a ele.”<sup>5</sup> Um carregador de embrulhos afirmou: “Os inimigos do Presidente são uns mal educados. Quando fazem comício não sabem dizer outra coisa a não ser desaforos.” Um operário, com o apoio de um outro colega de trabalho, comentou as atitudes dos opositores a Vargas: “Eles estão é com saudades. Ninguém pense que eles tenham verdadeiramente interesse pelo Brasil. Tanto tempo estiveram no poder, e não fizeram coisa alguma.”

Com a campanha eleitoral nas ruas, populares e trabalhadores impediam, sempre que possível, e utilizando os mais diversos expedientes, que a UDN realizasse manifestações públicas a favor do brigadeiro Eduardo Gomes. Em 4 de agosto, um comício udenista em Vila Isabel, com a participação de Juraci Magalhães e Maurício de Lacerda, foi interrompido por gritos de “Viva Getúlio!”. Os cabos eleitorais da UDN revidaram com insultos a Vargas, o que

gerou brigas corporais entre os adversários. Um soldado do Exército sacou o revólver e disparou várias vezes para o alto, assustando as pessoas que, apavoradas, correram sem rumo certo. Quando a situação se acalmou, as luzes foram cortadas e, na escuridão, o comício foi suspenso.<sup>6</sup> Em Madureira, outra manifestação da UDN foi interrompida por populares. Um integrante da comitiva da oposição que, a muito custo, tentara discursar diante das vaías e apupos, desceu do palanque e abordou um manifestante queremista. Segundo sua descrição, a aparência pessoal daquele homem indicava que “o que ele ganhava não dava para vestir-se, muito menos para alimentar-se, pois seu aspecto era de um subnutrido”.<sup>7</sup> Pobre, mal-vestido e subnutrido, pensou o opositor, aquele queremista, pela lógica, não deveria apoiar Vargas. Em um esforço para entender seu comportamento, perguntou se ele estava satisfeito com o governo. Portador de uma *outra* lógica, a resposta foi imediata: “Nós queremos Getúlio!” Sem compreender a relação entre a pobreza do manifestante e seu apreço por Vargas, e com o aumento das hostilidades por parte da multidão, ele voltou ao palanque e encerrou a manifestação.

Entre 15 e 18 de agosto, uma campanha nacional, sistemática e coordenada, foi deflagrada em todo o país para mobilizar a população em torno de um grande comício queremista. Programado para o dia 20, este seria o primeiro de diversos outros que ocorreram até a deposição de Vargas. Todos seguiram o mesmo ritual: milhares de pessoas se reuniam no Largo da Carioca e, após ouvirem os discursos, caminhavam até o Palácio Guanabara para falar diretamente com o presidente. O crescimento do movimento, os conflitos nas manifestações da UDN e a proximidade do primeiro comício queremista inquietaram as oposições. Os jornais, insistindo na mesma linha, aumentaram ainda mais seus ataques. Segundo o editorial do *Diário da Noite*, de São Paulo, Vargas, de fato, “desfruta de alguma popularidade” entre certas categorias de trabalhadores. Mas o prestígio do ditador explica-se fundamentalmente “pela propaganda demagógica do Estado Novo. Hitler e Mussolini também, por força da mística que souberam difundir [...], desfrutaram de popularidade [...] de milhões de homens fanatizados, bestializados [...], excitando sua imaginação”.<sup>8</sup> Como Hitler e Mussolini, continua o jornal, Vargas, durante o Estado Novo, inundou as mentes dos trabalhadores com sua “propaganda totalitária”, permitindo que surgisse a “praga daninha” do “queremismo”.

Apesar dos ataques dos liberais, no dia 20 de agosto realizou-se o primeiro comício queremista. No largo da Carioca, no Rio de Janeiro, milhares de pessoas assistiram oradores pedirem a continuidade do governo de Vargas. Mais tarde, os organizadores convocaram o povo a falar diretamente com o presidente. Em passeata, todos foram até o Palácio Guanabara. Nos jardins, foram recebidos pelo presidente. Vargas, ao receber o povo, agradeceu as manifestações de carinho, mas alegou que, passados 15 anos, tinha o direito de descansar. Embora inconformadas com as palavras do presidente, as milhares de pessoas, ao regressarem, improvisaram um carnaval fora de época na ruas centrais da cidade.

As oposições, sem dúvida, viviam uma situação, no mínimo, constrangedora. Dias antes do comício, nas sedes do PSD em São Paulo e no Recife, a propaganda eleitoral de Dutra foi substituída pela de Vargas. Diversas alas do PSD declararam apoio político ao presidente. A candidatura Dutra, até aquele momento sem empolgação alguma, ameaçava esvaziar-se por completo. Ainda mais grave para os antigetulistas foi a linha política adotada pelo PCB. No dia 15, cinco dias antes do comício, Luís Carlos Prestes, em telegrama enviado a Vargas, mas tornado público, comunicou que o partido decidira lutar por uma Assembléia Constituinte a ser instalada antes das eleições presidenciais. O Partido Comunista, assumia, assim, o lema que, até então, recusara a autoria: "Constituinte com Getúlio". O medo de que o lema permitisse a Vargas ampliar suas manobras continuístas uniu, no mesmo protesto, líderes da UDN, PSD, PL, Esquerda Democrática, católicos e o próprio Góes Monteiro (Cabral, 1984, p. 111).

Em um quadro político delicado, o PTB mantinha relações complexas com o queremismo. Embora oficialmente apoiasse a candidatura do general Dutra, às vésperas do comício suas seções de Minas Gerais e da Paraíba, logo seguidas pelas de outros estados, aderiram à proposta de continuidade de Vargas na presidência. A sede trabalhista do Distrito Federal, por exemplo, tornou-se quartel-general do queremismo. Em agosto, portanto, a aliança entre ambos foi estabelecida. Contudo, se a inspiração para o surgimento do PTB e do queremismo foram a imagem de Getúlio Vargas e a legislação social, e mesmo que, naquele momento, lutassem em conjunto pela continuidade do presidente no poder, eles tinham identidades próprias e não devem

ser confundidos. O partido e o movimento, diz Angela de Castro Gomes, "bebiam da mesma fonte; eram, basicamente, a mesma 'idéia'". Mas é certo que do ponto de vista organizacional o PTB e o queremismo não eram a mesma coisa". Por meio de cuidadosas gestões do Ministério do Trabalho, os queremistas, organizados em núcleos e comitês por todo o país, evitavam ingressar no PTB, embora fossem trabalhistas. Mas seja no partido ou no movimento, não importa, os militantes seguiam a mesma linha política (Gomes, 1988, p. 308-309). Mais ainda, os líderes e dirigentes do PTB e do queremismo eram pessoas completamente desconhecidas na vida política do país e suas fileiras não apresentavam nomes de expressão, o que não era casual. De acordo com a estratégia traçada pelo Ministério do Trabalho, ambos surgiam no cenário político como iniciativas espontâneas e de caráter eminentemente popular. Portanto, suas origens, seus objetivos comuns e suas relações fluidas e não-explicitadas, embora com identidades distintas, permitiram, segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, que os trabalhadores tomassem as expressões *trabalhismo* e *queremismo* como sinônimas de *getulismo*. O movimento queremista, diz a autora, "contribuiu, de maneira decisiva, para que a união trabalhismo-getulismo se consolidasse ainda mais", embora seja um equívoco concluir que "PTB e queremismo fossem a mesma coisa" (Delgado, 1989, p. 47).

Mas agosto ainda reservaria novos dissabores para as oposições. No dia 22 daquele mês, populares do Distrito Federal receberam, com grande alegria, os soldados do Regimento Sampaio que lutaram em Monte Castelo. Acompanhado por Góes Monteiro, Eurico Dutra, Mascarenhas de Moraes, Cordeiro de Farias e outros militares de alta patente, Vargas, às 10 horas da manhã, recepcionou os soldados da FEB que desembarcavam no cais do porto. Para os generais, a cena não poderia ser mais desconfortável. Ao se darem conta da presença do presidente, os "pracinhas", manifestando visível contentamento, expressaram seus sentimentos com longos aplausos para, logo a seguir, darem repetidos "vivas" a Getúlio.<sup>9</sup> Os constrangimentos, no entanto, aumentariam na parte da tarde. Na Avenida Rio Branco, os mesmos soldados iriam desfilar para as autoridades e o povo. A parada militar da FEB, simbolizando a luta pela democracia e a derrota do fascismo, e portanto do Estado Novo, seria a festa da

UDN e do brigadeiro Eduardo Gomes. No entanto, quando Vargas chegou no palanque, em frente à Biblioteca Nacional, a multidão, ovacionando-o, manifestou sua alegria com aplausos demorados e insistentes. Ao final do desfile, a população, em verdadeiro delírio, rompeu o cordão de isolamento e avançou em direção ao palanque para saudar, bem de perto, o presidente. Somente a muito custo, e forçando a passagem, o carro oficial aproximou-se de Vargas que, de pé no automóvel conversível, saiu do local sob fortes aplausos, ouvindo seu próprio nome e “vivas” pronunciados, em coro, por milhares de vozes.

Em fins de agosto, uma novidade surgiu nos jornais. Em páginas compradas nos veículos de imprensa, o Comitê do Distrito Federal passou a publicar milhares de telegramas enviados pela população, oriundos de todas as capitais e dos mais diversos municípios do país, pedindo a continuidade de Vargas no poder. Em textos telegrafados, individuais ou coletivos, curtos ou longos, trabalhadores exigiam a candidatura do presidente. Da cidade de São Paulo, um abaixo-assinado colhido na Praça do Patriarca resultou no seguinte texto: “O povo que não decepcionou o seu governo pede e espera que Vossa Excelência não o decepcione, recusando a candidatura que espontaneamente lhe oferece. Comissão povo instalada em plena praça pública que até este momento representa 35.000 assinaturas conforme comprovante em seu poder, remetido por via aérea.”<sup>10</sup> Da mesma capital, Durvalino Dourado, em telegrama acompanhado de mais 32 assinaturas, dizia que “para presidente só v. excia.”; Alfredo Coimbra e 38 companheiros declararam que “nós, cidadãos brasileiros compenetrados de nossas responsabilidades [...], temos a honra de dirigir v. excia, esta mensagem formulando um apelo para que aceite candidatura presidente da Republica”. Comissões de trabalhadores também telegrafaram. Uma delas afirmou que “quinhentos operários industria Firestone Santo André querem candidatura v. excia.” Com a mesma expectativa, outro telegrama coletivo garantiu: “É com força do coração que nós operárias aclamam sua candidatura”. De Recife, Natal Natarelli, representando 23 pessoas, enviou o seguinte texto: “Candidatando-vos à Presidência da Republica sabereis pela votação dos trabalhadores o quanto sois benquisto no seio da massa trabalhadora nacional.” Os operários da indústria do açúcar do município de Santo Amaro, Bahia, também por meio

de uma comissão, aplaudiram “o gesto democrático que teve o partido queremista apresentar candidatura v. excia. Próxima eleição poderá v. excia. contar mais de dez mil votos desta classe [...]. Queremos ser reconhecidos v. excia. a quem devemos tudo como redentor nosso Brasil”. Os telegramas, aos milhares, se multiplicavam nas páginas dos jornais. De todas as capitais e de inúmeros municípios o clamor popular se repetia, exigindo a candidatura de Vargas.

Na última semana de agosto, os queremistas se dedicaram à organização do segundo comício, intitulado o “dia do fico”. No Rio de Janeiro, as ruas foram tomadas por cartazes, panfletos e comunicados anunciando o evento. Marcada para o dia 30 no Largo da Carioca, a manifestação terminaria com a “marcha luminosa”, nome dado à passeata até a sede do governo. Tanto o comício como a passeata seriam transmitidos por uma cadeia de rádios — 58 no total —, permitindo que a população do Distrito Federal, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Manaus, Natal e Fortaleza acompanhasse as manifestações. As páginas compradas nos grandes veículos de imprensa, a cadeia de rádios e as modernas técnicas de propaganda política dificilmente poderiam esconder a presença do Ministério do Trabalho, do DIP e de empresários que, muito discretamente, apoiavam e financiavam os líderes queremistas. A expectativa que cercou o “dia do fico” foi grande, se lembrarmos que o prazo de desincompatibilização para a inscrição das candidaturas se encerraria quatro dias depois, no dia 3 de setembro. Vargas, no entanto, não se desincompatibilizou, causando grande frustração entre os queremistas. Mas, nesse momento, o movimento procurava elaborar melhor seu projeto político. Ao reconhecerem o novo lema “A solução é a Constituinte”, os queremistas clamaram por uma “Constituinte com Getúlio”. As mudanças, de julho para agosto, portanto, são significativas. Da simples personalização da política com a palavra-de-ordem “Getúlio, com ou sem Constituinte”, o movimento passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte.

## SOBERANIA POPULAR E APRENDIZADO DEMOCRÁTICO

Em pleno processo de democratização, os trabalhadores, recusando as candidaturas de Eurico Dutra e Eduardo Gomes, queriam a oportunidade de votar em outra, a de Vargas. Embora por trás do queremismo estivesse o Ministério do Trabalho, é muito simples alegar, como faziam os liberais em 1945, que o sucesso do movimento teria ocorrido exclusivamente pelo apoio estatal. “O que importa ressaltar”, diz Angela de Castro Gomes, “é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação — direta e emocional — que ele se propunha manter com a massa trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942. Assim, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível” (1988, p. 309). Surgindo tão-somente como reação aos insultos ao presidente, mais adiante, os trabalhadores, com entusiasmo e vontade política, responderam de maneira positiva aos líderes e organizadores do queremismo. Historicamente, é muito difícil negar. Eles queriam Getúlio. A questão a ser enfrentada, portanto, é a seguinte: queriam por que e para quê?

Muitas respostas já foram dadas, páginas atrás, por trabalhadores e populares. É interessante, contudo, sistematizar com mais cuidado suas idéias, anseios e crenças de caráter político. Em espaços comprados na grande imprensa, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal, a partir de agosto, passou a publicar, como já foi dito, milhares de telegramas oriundos dos mais diversos pontos do país. O que estas pessoas diziam?

Inicialmente, um conjunto de experiências estabeleceu um marco muito bem delimitado na cultura política popular daquela época. Para aqueles que viviam do trabalho, havia o tempo de “hoje” e o tempo de “antes”, cuja linha simbólica que os separava era 1930. Nelson Siqueira, representante da comissão eleita pelos operários da Companhia de Fiação e Tecelagem de Pelotas, disse, em nome de seus colegas de fábrica, que eles “não querem voltar tempos antigos quando bala e pata cavalo imperavam”. Seu argumento, com base em experiências vividas no passado, era objetivo: “Que era o operário antes de 30? Escravo. Operário não tinha casa morar, rua para andar quando políticos não perseguiram; não tinha férias, estabilidade, segurança contra acidentes e nem instituto de previdência para ampará-lo.”<sup>11</sup>

Do Distrito Federal, Alcina Peceguero, em telegrama acompanhado de mais três assinaturas, recorda a política brasileira no tempo de “antes”. Segundo ela, Arthur Bernardes, atual político da UDN, afirmara que 99% dos fiéis a Getúlio eram comprados ou intimidados pelo Ministério do Trabalho. Para Alcina, “povo não se abala isso, nem palavra fácil políticos carcomidos que usam falatório pomposo, empregando abusivamente vocábulos ‘liberdade e democracia’ depois terem governado país Estado Sítio durante 4 anos e viveram trancados Palácio Catete [...], deixando desterrados verdadeiros campos concentração Clevelândia muitos brasileiros morrendo crime ter opinião”. Após lembrar o movimento dos 18 do Forte, a repressão policial aos sindicatos e Clevelândia, Alcina afirma que, no governo Bernardes, imperava “regime de opressões e terrorismo, em que nenhum jornal ousaria o que hoje fazem. Voz do povo é forte, sufocando inúteis tentativas destruir V. Ex. coração povo”.

Repressão policial às reivindicações sindicais, campos de concentração, censura aos jornais operários, políticos indiferentes aos anseios populares, trabalhadores sem garantias, direitos sociais e reconhecimento político, eis a maneira como, em 1945, os que viviam do trabalho descreviam o tempo de “antes”. A repercussão verdadeiramente impactante que as leis sociais causaram entre os assalariados dificilmente pode ser minimizada e permitiu que, na memória popular — embora possivelmente não em outras —, 1930 surgisse como um divisor de águas nas relações entre Estado e classe trabalhadora.

É verdade que, lendo os telegramas, seria uma perda de tempo procurar operários com inclinações revolucionárias ou “autonomistas” — como queriam. Mas como nos adverte Barrington Moore Jr., “agir assim seria forçar os sentimentos e os comportamentos dos trabalhadores a encaixarem-se em categorias predeterminadas, que podem guardar pouca relação com suas vidas e preocupações reais” (1987, p. 247). O que eles nos falam, por meio de seus textos, são de sensações de justiça e injustiça que mediaram suas relações com outras classes sociais e com o próprio Estado.<sup>12</sup> Seguindo algumas idéias do autor ao estudar o caso alemão, trabalhadores e populares perceberam no governo de Vargas sobretudo a possibilidade de serem tratados e viverem como seres humanos, ou seja, de serem reconhecidos politicamente e valorizados socialmente. Para Moore Jr., “concreta e especificamente, o

tratamento humano decente significava aquele mínimo de respeito e preocupação merecido por todos os membros da comunidade nacional". Por "tratamento humano decente" entende-se segurança na velhice, garantia contra as arbitrariedades patronais, justiça nas relações trabalhistas, regulamentação de salários e jornadas de trabalho e, particularmente, o reconhecimento e a valorização social e política. Equivalia também à aceitação da ordem social existente, mas "de sua modificação no sentido de uma maior igualdade", sem, no entanto, pretensões a revoluções sociais (1987, p. 313).

O reconhecimento dos benefícios sociais, da valorização política e do "tratamento humano decente", portanto, era uma necessidade. Ramiro Benoliel, do Distrito Federal, declarou seu voto a Vargas por tudo o que ele "tem feito pela grandeza do Brasil e bem estar dos trabalhadores a quem deu o direito de ter direitos".<sup>13</sup> Em seu telegrama, o recifense Angelino Ferri, subscrito por mais 32 assinaturas, disse que "trabalhadores nacionais querem demonstrar gratidão para com V. Excia. apoiando vossa candidatura". Luiz P. de Figueiredo, de Jequitinhonha, Minas Gerais, comunicou: "Meu voto será dado a Getúlio Vargas para Presidência da República como prova do reconhecimento de um sertanejo." As manifestações de gratidão e reconhecimento se repetiam muitas vezes nas páginas dos jornais. Afonso Salatino e mais 27 companheiros, todos da cidade de São Paulo, afirmaram que "a gente quer Getúlio porque Getúlio nos deu leis boas". Pedro T. Silva, expressando os sentimentos de 172 ferroviários de Santos, declarou que eles são "agradecidos pelos benefícios recebidos do Benemérito Governo de V. Excia. e manifestam "gratidão ao seu benfeitor". José A. Resende, de Ribeirão Preto, escreveu que "humilde trabalhador votará em vosso nome em pagamento da dívida de gratidão ao grande benemérito do Brasil".

Em seus telegramas, os trabalhadores ressaltavam, com insistência, os benefícios alcançados com as leis sociais, mas as repetidas declarações de *gratidão e reconhecimento* demonstram sensibilidades políticas que dizem algo mais do que a simples constatação dos ganhos materiais obtidos com a legislação. As culturas humanas, nos ensina Marshall Sahlins, não se explicam tão-somente pelas atividades materiais, pela perseguição individualmente racionalizada de seus melhores interesses utilitários. Uma outra espécie de razão, mais significativa e não prática, rege as culturas: a simbó-

lica. "Concebendo-se a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias", diz o antropólogo, "ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a 'utilidade' e assim continua incapaz de dar conta do que é de fato produzido" (Sahlins, 1979, p. 185). Por essa interpretação, não é casual que Antonio Fernandes, da cidade de Santos, afirme que "se bem não esteja satisfeito aumento aposentados invalidez, meu voto é seu, fui e sempre serei Getúlio".<sup>14</sup> Portanto, uma outra lógica, simbólica, cuja abrangência cultural se estende além da razão material, mediou as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir dos anos 30. Um manifesto de trabalhadores publicado em *O Radical* nos auxilia a compreender os fundamentos simbólicos que regiam as repetidas manifestações de gratidão e reconhecimento. "Bagunceiros, analfabetos e bêbados!", é assim, dizem eles em seu manifesto, que os políticos de oposição tratam os operários brasileiros. "Mas, nós os operários, não devemos extranhar esse tratamento por parte dos tais 'democratas', pois foi sempre assim que eles nos julgaram quando, antes da subida ao poder do Grande Presidente Vargas — o redentor do operário brasileiro — tentávamos erguer a nossa voz em defesa dos nossos direitos."<sup>15</sup> Segundo o texto, as oposições declararam que Vargas nada fez pelos operários. "Mas porque, então, falam hoje tanto em operário; em proteção ao operário, em casa para o operário, quando antigamente, antes do advento getuliano, eles, os tais 'democratas', não se lembravam do operário nas suas campanhas políticas e nos parlamentos?!..." Se Vargas nada fez pelos trabalhadores, como denunciam as oposições, continua o manifesto, "ao menos um grande benefício ele prestou: despertou na sua consciência o valor que representa dentro da nação o que sempre lhe foi negado; deu-lhe personalidade, civismo e liberdade para fazer valer os seus direitos que sempre lhe negaram os tais 'democratas'". O texto ainda pedia aos companheiros para lembrarem da greve da "L. R.", no Distrito Federal, quando os trabalhadores reivindicavam, pacificamente, aumento salarial. Logo os "democratas" enviaram "uma grande força policial que trancafiou no xadrez e seviciou os operários menos temerosos, fazendo calar pela força a voz do então desprotegido operário". Continuando, o manifesto ainda declara:

“Operário! em que democracia brasileira você foi recebido no Palácio do Catete? Em que democracia brasileira você escreveu uma carta ao Presidente da República e obteve resposta prontamente?<sup>16</sup> Em que democracia brasileira você se hobreou, nas ruas, com o Presidente da República e teve a honra de apertar-lhe a mão? Em que democracia brasileira você teve o prazer de ver o Presidente da República tomar nos braços o seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro quanto os filhos dos tais ‘democratas’?”

Por fim, conclui o manifesto: “é por isso que eles os tais ‘democratas’ injuriam o Presidente Vargas, tachando-o de Fascista e nos chamam DE ‘BAGUNCEIROS, ANALFABETOS E BÊBADOS’”.

Portanto, não se trata apenas de uma lógica utilitarista, com a troca de benefícios sociais por obediência e subordinação política. Sem negar a lógica material presente no pacto estabelecido entre Estado e classe trabalhadora, Angela de Castro Gomes afirma que houve uma combinação com a lógica simbólica embutida no discurso estatal, cujas mensagens, fundamentadas na ideologia trabalhista, resgataram idéias, crenças, valores e a auto-imagem construída pelos próprios trabalhadores na Primeira República. Para a autora, o Estado varguista não surgia apenas como produtor de bens materiais, mas como formulador de um discurso que tomava componentes simbólicos da identidade construída pelos próprios operários no período anterior a 1930, articulava demandas, valores e tradições da classe e os apresentava como seus — além de ressaltar os benefícios sociais como uma atitude generosa que exigia reconhecimento e, fundamentalmente, reciprocidade. Segundo Angela de Castro Gomes, a classe trabalhadora “obedecia”, se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. “Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto” (1988, p. 22 e 195).

Receosos de que, com outro governante, os fundamentos materiais e simbólicos do pacto fossem rompidos e, no mesmo movimento, os benefícios da legislação e o discurso estatal que os reconhecia politicamente se perdessem,

os textos telegrafados eram bastante objetivos: “A garantia do trabalhador é v. Excia.”, disseram João Isidoro e mais 23 pessoas da cidade de São Paulo. Três outras, da mesma cidade, declararam que “sem vossencia não há garantia trabalhador”; Nicolino Perusso junto com 28 companheiros, todos também paulistanos, escreveram que “unicamente vossencia poderá garantir continuidade da legislação trabalhista”. Justino A. dos Santos, de Friburgo, Rio de Janeiro, foi claro: “peço encarecidamente para Excia aceitar V. Candidatura para não ser destruído tudo que vos tendes feito pelo povo Brasileiro”.

Insatisfeitos com os rumos da transição à democracia, sentindo-se ameaçados com a possibilidade de voltarem ao tempo de “antes”, os trabalhadores se mostraram indignados. “É na defesa de sua condição de ‘vencedores’, de ‘cidadãos’”, diz Spindel, “que eles tomam consciência de sua nova situação de ‘vencidos’” (1980, p. 65). Muitos reagiram com intransigência, recorrendo a argumentos autoritários e de confronto político. Tobias Canto, telegrafando pelos operários da construção civil de Patos, Minas Gerais, disse que “trabalhadores nesta cidade mandam dizer que estão aguardando ordens de v. excia. para o que der e vier”. Da capital paulista, Palmira Longhi e outras 31 pessoas garantiram que “o povo não se intimida com ameaças”. Vitor Pujol, de Blumenau, protestou “contra baixezas atitudes sórdidas utilizada forças oposicionistas com seus termos, próprios de irresponsabilidade”. Mais ainda, afirmou Vitor, “fui dos que se bateram em 32 de armas na mão contra V. Excia., mas hoje sou um dos que se baterão de armas na mão para defender V. Excia. [...]”. Com argumentos diversos, os trabalhadores formulavam discursos autoritários e antidemocráticos. “Estamos aí”, afirma Daniel Aarão Reis Filho, “diante de um tema delicado, doloroso para a memória da esquerda e para a reconstituição da trajetória das classes trabalhadoras.” Recusando um certo tipo de interpretação mais comprometida com premissas não demonstráveis do que com as evidências disponíveis, o autor lembra que, nesse momento, para os trabalhadores, as alternativas eram muito restritas: “de um lado, a democracia liberal excludente das elites. De outro, o estatismo nacionalista e social (a democracia social e autoritária prezada por Vargas)”. Portanto, no Brasil e na América Latina, pelo menos nessa época, o regime democrático nem sempre esteve afinado com as demandas da classe trabalhadora: “a democracia é ‘liberal’ e não ‘social’, exclui os trabalhado-

res, e o programa social não passa pelas instituições da democracia representativa, os trabalhadores votam nos ditadores".<sup>17</sup>

Radicalismo popular, mas, sobretudo, saídas legais para a continuidade de Vargas no governo, defendiam milhares de telegramas. Os textos dos assalariados demonstram que o aprendizado de cidadania social fincou tradições em sua cultura política, embora eles, naquele momento, se sentissem ameaçados; agora tratava-se do aprendizado político, de lidar com os direitos inerentes ao regime democrático para fazer valer a sua vontade como cidadãos. Nesse aspecto, trabalhadores e populares, muito rapidamente, apropriaram-se de um dos fundamentos republicanos e do regime representativo transformando-o em uma idéia-força. Soberania popular, alegavam em seus textos, seria o elemento mais importante do regime democrático, refletindo a liberdade política do povo de fazer suas escolhas e de expressar a vontade da maioria. Em particular, diziam os telegramas, a democracia não poderia se restringir a votar em nomes para a presidência da República, mas também, e sobretudo, deveria permitir a interferência do povo na *escolha* dos próprios candidatos. Ao se instituírem politicamente soberanos, os trabalhadores questionavam a maneira como a transição à democracia estava sendo conduzida pelas elites políticas do país. "É o povo quem escolhe seus mandatários não cabe nenhuma recusa aos escolhidos", escreveu do Recife Romildo Souza.<sup>18</sup> Para Benedito de Almeida e 17 outras pessoas, da capital paulista, "somos a maioria do povo, portanto, Dr. Getúlio não pode decepcionar". Jeronimo Gomes, em nome de 3.000 operários da fábrica Suerdieck, de Maragogipe, Bahia, foi enfático: "compreendendo ser este regime [democrático] onde o povo tem direito de apresentar seu governo não lhe ser imposto como querem políticos demagogos profissionais, solicitamos [...] candidatura sua personalidade".

Apenas votar, portanto, não bastava. A democracia, em sua plenitude, exigia também o direito de escolher os candidatos que concorreriam às eleições. Afinados com as noções populares de soberania e vontade popular, os líderes quememistas, em editorial publicado nos jornais, afirmaram que "o voto é a mais legítima propriedade do eleitor", permitindo que "os homens investidos das funções de Governo sejam depositários da confiança popular". No entanto, a democratização do país se vê ameaçada em sua legiti-

dade por um dispositivo do código eleitoral que impede Vargas de candidatar-se. Portanto, alegaram:

"Que diabo de redemocratização é esta onde o povo fica impedido de fazer a sua livre escolha para a suprema magistratura do país?

Uma lei que impede alguém de ser eleito para a Presidência da República, pode ser justa em qualquer outro regime, nunca em uma democracia.

Na democracia, quando a lei contraria a vontade popular, não é esta que deve conformar aquela, mas ao contrário.

A lei que contraria a vontade popular é antidemocrática e precisa ser revogada.

Nós queremos Getúlio. É preciso que a lei se conforme com a nossa vontade."

Agora comprometidos com a democracia, os quememistas empenhavam-se em lutar pelos direitos de cidadania política dos trabalhadores. Mas, antes, era necessário garantir os direitos sociais já adquiridos, sobretudo por meio da legislação trabalhista. A ameaça de perdê-los surgia como real, sobretudo, acreditavam eles, com uma transição política sem o controle de Vargas. Somente escrevendo as leis sociais em uma Constituição, na letra da lei, os assalariados estariam seguros, exercendo, na plenitude, a cidadania social e política. Assim, a presença de Vargas no governo durante a Constituinte era um imperativo, tanto para a garantia de seus direitos quanto para a ampliação deles. Para os trabalhadores, portanto, o lema "Constituinte com Getúlio" expressava uma *escolha* política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político.

#### O "NÓS QUEREMOS": ATO FINAL

A partir de setembro, o cenário privilegiado da transição continuou sendo as ruas e os jornais, embora governo e oposições, muito discretamente, procurassem um outro: os bastidores da política. Vargas, embora cauteloso, aproveitava-se das candidaturas de um general e de um brigadeiro para dividir as Forças Armadas. Se conseguisse enfraquecer os dois candidatos à presidência, o que já conseguira no caso de Dutra, um *tertius* poderia surgir vitorioso

— certamente o próprio Vargas. Entretanto, o contínuo crescimento do queremismo, a possibilidade de convocação de uma Assembléia Constituinte — agora com o apoio de Luís Carlos Prestes —, e as manobras continuístas de Vargas inquietaram as oposições. Em 21 de setembro, a UDN inaugurou a prática, comum em suas fileiras durante os 19 anos seguintes, de recorrer às Forças Armadas para a resolução de seus próprios problemas políticos. O secretário-geral do partido, em carta ao general Góes Monteiro, pediu “garantias indispensáveis à liberdade do pleito”.<sup>19</sup>

Faltando três meses para as eleições, as duas candidaturas não conseguiam mobilizar o eleitorado, sobretudo os trabalhadores. Na percepção de Segadas Viana, que viveu de perto aqueles acontecimentos, as duas campanhas eram lastimáveis: “a candidatura do brigadeiro não tinha sensibilizado a massa, o marechal Dutra, por sua vez, tinha conseguido dessensibilizar a massa”.<sup>20</sup> Enquanto isso, os líderes queremistas mostravam-se cada vez mais audaciosos. Marcado não casualmente para o dia 3 de outubro, o próximo comício — chamado de “dia V” — de “vitória”, revelava imaginação e ousadia política. Embora o ponto central do evento, como os anteriores, fosse no largo da Carioca, no Distrito Federal, o caráter da manifestação era nacional. No mesmo dia e na mesma hora, centenas de outros seriam realizados “nas capitais, cidades, vilas e nos mais distantes e modestos lugarejos espalhados por todos os Estados do Brasil”,<sup>21</sup> dizia o manifesto de convocação. Ao final, enquanto os manifestantes do Distrito Federal, em passeata, iriam até o Palácio do governo da República, nas capitais o povo marcharia para as sedes das interventorias e, nas cidades, até as prefeituras. Todos exigiram a “Constituinte com Getúlio”. O Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal não mais se preocupava em esconder o apoio logístico estatal e o financiamento privado. Muito dinheiro foi gasto para a realização do comício. No Rio de Janeiro, trens suburbanos e bondes, com hora marcada e faixas identificando-os com o queremismo, levavam as pessoas, gratuitamente, até o centro da cidade. Uma cadeia nacional de rádios, com mais de 60 emissoras, seria acionada. Calcula-se que, no Largo da Carioca, compareceram entre 80.000 e 100.000 pessoas. Em São Paulo, o número teria chegado a 200.000 — ou 250.000, segundo outras versões. Outras capitais, como Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte, também presenciaram grandes

concentrações. Os oradores criticaram a interferência do embaixador norte-americano no Brasil nos rumos da política brasileira, criticaram os “políticos profissionais”, mas, sobretudo, insistiram na convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Às 20 horas, iniciou-se a “marcha luminosa”. Milhares de pessoas conduzindo cartazes, retratos de Vargas, emblemas e lanternas chegaram ao Palácio Guanabara. Emissoras de rádio, transmitindo para todo o país, registraram o que se seguiu. Após as palavras iniciais de José Junqueira, Hugo Borghi, ao lado de Vargas e cercado de microfones, leu o seguinte documento:

ASSEMBLÉIA GERAL DO POVO BRASILEIRO, realizada em praça pública, no dia 3 de outubro de 1945

Reunidos em praça pública, em todos os centros, capitais do país, cidades, vilas, povoados, estabelecimentos, lares, etc., o Povo Brasileiro, em uso de seus direitos e atribuições, resolveu o seguinte:

- 1º A Nação brasileira, representada pela opinião soberana de seu povo, quer as eleições a 2 de dezembro próximo;
- 2º as referidas eleições devem ser destinadas a eleger os legítimos representantes do povo para comporem a ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, destinada à criação de Estatuto Legal, que deverá reger a vida política do país;
- 3º as eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elaborada prefixar;
- 4º o povo determina que S. Ex., o Presidente da República, proceda à convocação imediata de seu Ministério, a fim de atender ao que ficou decidido por essa Assembléia Geral, para que se cumpram os trâmites legais da redemocratização do país.

#### O POVO

Brasil, 3 de outubro de 1945, ano do centésimo vigésimo quarto da Independência e quinquagésimo sétimo da República.

O texto, em papel de luxo e letras góticas, traduzia as noções mais fundamentais do queremismo: a soberania do povo, a vontade da maioria, a de-

mocracia direta e popular. Vargas, após denunciar forças que se opunham à convocação da Constituinte, afirmou em tom de desafio: “Posso afirmar-vos que, naquilo que de mim depender, o povo pode contar comigo.” Sob aplausos e o canto do Hino Nacional, a manifestação chegou ao fim. Mas o queremismo e, sobretudo, o presidente, no “dia V”, tinham ido longe demais para os padrões da conservadora política brasileira. Vargas, avalia com razão Elza Borghi de Almeida Cabral, “radicalizava tarde demais e sobre uma base de apoio precária” (1984, p. 142). Em 13 de outubro, um novo comício foi realizado, repetindo os moldes dos anteriores. A novidade, no entanto, foi a presença, sem discrição alguma, de comunistas e socialistas. Cartazes do MUT, Partido Comunista do Brasil, Partido Nacional Classista, Partido Socialista, Partido Socialista Cristão e Partido Democrático Libertário surgiam ao lado das fotos de Vargas. Maurício Grabois, líder comunista, discursou pedindo a Constituinte. Vargas, ao falar aos manifestantes, novamente denunciou que “existem forças reacionárias contrárias a essa idéia”,<sup>22</sup> mas, surpreendentemente, acrescentou que, para a tranqüilidade do povo, ele poderia ouvir os partidos políticos e as forças organizadas da sociedade sobre a conveniência da convocação de uma Assembléia Constituinte. E, para maior irritação de seus adversários, ainda afirmou: “Eles precisam dizer se estão de encontro aos clamores populares ou se persistem em ficar na corrente reacionária.”

À promessa de Vargas, sem dúvida inquietante para as oposições, somouse, dias depois, o discurso de Luís Carlos Prestes, em comício em Belo Horizonte. O líder comunista não apenas exigiu uma Constituinte antes da eleição presidencial, mas sugeriu que Dutra e Gomes renunciassem às suas candidaturas.<sup>23</sup> Embora sem comprovações, os rumores de que Vargas e Prestes teriam pactuado um acordo mostravam-se cada vez mais convincentes para os opositoristas. O perigo, portanto, era muito grande: os dois maiores líderes populares do país, verdadeiros mitos políticos, falavam a mesma linguagem e, pior, com o apoio dos trabalhadores.

Vargas adiantava-se aos acontecimentos e criava outros, provocando a ira das oposições. Ao inaugurar mais 14 quilômetros de eletrificação de trens suburbanos, ele convocou os trabalhadores a aderirem ao PTB. O partido, disse, seria uma organização alternativa aos extremismos de esquerda e permitiria “evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os

políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores, se esquecem dos compromissos com eles assumidos”.<sup>24</sup> Sobretudo, com o PTB, acrescentou, “os trabalhadores deviam ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e intérpretes de suas aspirações”. Na verdade, sua indicação tinha personagens precisos: os líderes queremistas. O movimento, que alcançou um alto grau de organização, não deveria ser desmobilizado. O PTB seria o desaguadouro natural. Assim, nesse momento, um processo bastante complexo estava ocorrendo: um conjunto de idéias, crenças e atitudes coletivas — o trabalhismo como projeto político, o getulismo como a sua personalização e o queremismo como movimento social, termos até então sinônimos e intercambiáveis — estava se institucionalizando em um partido político, o PTB. Nas páginas da grande imprensa, o comitê do Distrito Federal, patrocinando a travessia do movimento social para o partido político, incitava os trabalhadores: “Queremistas ontem e, agora, nas hostes do PTB.”

Avançando muito além do permitido para o padrão conservador da política brasileira, com grande prestígio entre os trabalhadores e manobrando por sua continuidade na presidência da República, Vargas, em 29 de outubro, foi deposto por meio de um golpe militar. A seguir, o poder foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, assim como pregava a UDN. Com um ministério de maioria udenista, as perseguições aos adeptos do antigo regime foram imediatas.

#### A MALDIÇÃO DO MARMITEIRO

Desalentados com a queda de Vargas, somente em meados de novembro um fato político novo deu algum impulso aos trabalhistas. O ex-presidente, em seu primeiro pronunciamento após a deposição, dirigiu um manifesto aos trabalhadores: “Trabalhadores do Brasil! [...] Condensa as vossas energias e moldai a vossa consciência coletiva, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro.”<sup>25</sup> De março a novembro, as mudanças, sem dúvida, foram significativas: um movimento social que começou com o simples lema “Queremos Getúlio”, passou, mais adiante, a clamar por “Constituinte com Getúlio”,

até chegar a um partido que moldasse a consciência política da classe trabalhadora.

O PTB, no entanto, frágil e sem estrutura política, dividia-se em diversas alas, principalmente entre a dos fundadores do partido, a exemplo de Segadas Viana, e aquela proveniente do queremismo, liderada por Hugo Borghi. Mas, sobretudo, estavam desorientados os trabalhadores. Com a ausência de Vargas e, particularmente, sem a sua palavra, o voto dos assalariados tendia a se dispersar entre o brigadeiro e o candidato do PCB, Yedo Fiúza. Se a UDN contava com nomes de expressão na política nacional e o apoio maciço dos meios de comunicação, os comunistas apresentavam como trunfo a imagem emblemática do Cavaleiro da esperança e uma militância aguerrida e o PSD dispunha de uma poderosa máquina eleitoral, o PTB nada tinha além de Getúlio Vargas — que insistia no silêncio. Desse modo, com o apoio dos jornais e rádios, do empresariado, da intelectualidade e das elites políticas do país, a vitória eleitoral do brigadeiro Eduardo Gomes era dada como certa e irreversível, sobretudo porque Vargas se recusava a apoiar o general Dutra. A menos de duas semanas para o pleito eleitoral, somente um evento de grande impacto, forte o suficiente para indignar os mesmos trabalhadores que participaram do queremismo, mobilizando seus sentimentos e incitando-os a uma ação política em comum, poderia sustar a vitória da UDN.

Hugo Borghi, empresário e líder queremista, foi aquele que criou esse fato. Com imaginação e talento político, ele conseguiu estabelecer, com extrema habilidade, um símbolo que representou uma identidade coletiva dos trabalhadores e, no mesmo movimento, projetou uma imagem absolutamente negativa do adversário. Atento aos discursos de Eduardo Gomes, Borghi, pela rádio, ouviu a seguinte frase: “Não necessito dos votos desta malta de desocupados que apóia o ditador para me eleger presidente da República.”<sup>26</sup> Malta, para o brigadeiro, seria o conjunto de trabalhadores que participou dos comícios queremistas, porque, em sua percepção política, recebeu dinheiro do Ministério do Trabalho para comparecer às manifestações pela continuidade de Vargas no poder. Borghi foi ao dicionário e leu: “Malta — agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...”. Marmiteiros, pensou ele, era melhor do que malta. Com sensibilidade política,

não foi difícil perceber que marmiteiro “pegava” mais do que malta. No dia seguinte, Borghi acionou uma cadeia de 150 rádios. Sem meias-palavras, declarou: “A maior prova de que o senhor Brigadeiro é o candidato dos grã-finos, dos milionários, dos ricos, dos barões, dos exploradores do povo [...] é que ele declarou que não precisa do voto dos marmiteiros, que trabalham, que lutam [...].”

Similar às limalhas de ferro que se separam, para utilizar uma metáfora do historiador E. P. Thompson (1979, p. 40), a marmita agiu como uma placa magnetizada. Como um símbolo de caráter político, ela permitiu, por meio de imagens e representações, que os trabalhadores percebessem os embates políticos, os conflitos econômicos e as contradições sociais experimentadas por uma sociedade dividida em classes. De um lado, os grã-finos, os milionários, os ricos, os barões, as elites, os exploradores do povo; de outro, os que vivem do trabalho, os pobres, os simples, os humildes, a plebe, os que lutam. “Entre a plebe e a elite, um divisor: — marmiteiro”, afirmava em uma manchete *O Radical*.<sup>27</sup> O sucesso da expressão foi imediato, impactante, entre os assalariados. “Os símbolos”, diz Baczko, “são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação” (1985, p. 325). E, naquele momento, a simbologia da marmita encontrou um “território” cultural e político fértil para ser assimilada e apropriada, com significados diversos, na imaginação social dos trabalhadores. Por meio da marmita, um simples utensílio doméstico agora transformado em poderoso bem simbólico de caráter político, os trabalhadores identificaram seus interesses materiais e simbólicos, resultando em uma identidade coletiva própria. A marmita representava a dignidade, o respeito e a decência do trabalhador. Tratava-se, portanto, de um conflito de interesses e de uma luta por valores — ou de classes, no entender de Thompson —, vividos e socialmente experimentados, e não apenas construídos intelectualmente. Panfletos, aos milhões, pregavam a dignidade dos marmiteiros. Nos comícios dos candidatos do PTB, milhares de trabalhadores participavam com marmitas, panelas e outros utensílios domésticos de metal, batendo neles com talheres.

Com um poder incomum de mobilização, a palavra marmiteiro, com extrema rapidez, varreu o país e tornou-se elemento integrante do imaginário popular, como um patrimônio simbólico do trabalhador. *O Radical* dizia

que os marmiteiros, “a patulêia e a ralé de cujos votos não precisa o candidato udenista, são assim denominados pelos chefes dessa corrente política, [...] não são grã-finos, são trabalhadores, simples e modestos, também são cidadãos dignos de respeito [...]”.<sup>28</sup> Em poucos dias, uma onda de boatos, intrigas, difamações e toda sorte de calúnias e falsas notícias apoderou-se da sociedade. A Liga Eleitoral Católica, por exemplo, teria imposto aos candidatos um programa de governo que subordinaria totalmente o país ao Vaticano. Notícias de que o dinheiro popular seria confiscado logo após a vitória da UDN amedrontaram os trabalhadores. Com o título “Em perigo o dinheiro do pobre”, *O Radical* denunciou: “Eduardo Gomes se propõe a confiscar os depósitos das Caixas Econômicas e dar, em troca, títulos da dívida pública, a fim de sanear as finanças e, salvaguardando, com isso, o dinheiro dos magnatas.”<sup>29</sup> Mais desmentidos na grande imprensa, outras notas oficiais da UDN defendendo o brigadeiro.

A partir daí, a candidatura de Eduardo Gomes, que até então não alcançara popularidade, tornou-se definitivamente antipática aos eleitores de baixa renda. O que não significava, automaticamente, a vitória de Eurico Dutra. As chances eleitorais do general dependiam do apoio público do ex-presidente. Os apelos de Borghi, mas sobretudo os insultos crescentes da oposição e a ameaça de banimento convenceram Getúlio Vargas. O acordo seria selado com Dutra, desde que ele garantisse a manutenção das leis sociais e o Ministério do Trabalho para o PTB.

O manifesto de Vargas apoiando Dutra chegou meia hora antes do encerramento do último comício do general, no Rio de Janeiro. Em 29 de novembro, *O Radical*, com o título “Não vencerá o candidato dos grã-finos. Os ‘marmiteiros’ votarão no general Eurico Dutra”, publicou a cópia fotostática do manifesto de Vargas.<sup>30</sup>

Nas eleições de 2 de dezembro, Eurico Dutra, surpreendentemente e contrariando todos os prognósticos, obteve 55,39% dos votos, com votação maciça em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Eduardo Gomes conseguiu 35,74%; enquanto Yedo Fiúza amealhou 9,7%. Getúlio Vargas e Luís Carlos Prestes dividiram entre si o voto popular e urbano. O PTB surgiu como o terceiro partido na Câmara, sobretudo devido a Vargas, seu “puxador de legenda”.<sup>31</sup> O grande vitorioso, no entanto, foi o PSD que, graças à

sua máquina eleitoral, elegeu a maioria de vereadores e deputados estaduais e federais, além do próprio presidente da República.

#### PALAVRAS FINAIS

O queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta (Cabral, 1984, p. 169). O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB.

É verdade que o queremismo não alcançou seu quase obcecado objetivo: manter Vargas no poder. Nem com a Constituinte, nem sem ela. Mas concluir tão-somente que o movimento foi derrotado, pelo simples fato de que Vargas foi deposto pelos militares, é não perceber a sua importância e o seu alcance político. Após as eleições, na imprensa e em diversas interpretações de líderes pessedistas e udenistas, houve a constatação, espantosa para eles, de que os trabalhadores, de maneira contundente e irreversível, passaram a ter vontade política. Esta, inclusive, foi a conclusão a que os jornais chegaram para explicar a eleição de Dutra e o revés sofrido pelo brigadeiro. José Lins do Rego, por exemplo, comparou a derrota da UDN em São Paulo com a batalha de Waterloo. Chefes políticos republicanos tinham sido derrotados em seus próprios “currais”, algo inédito na tradição política brasileira. Sobral Pinto igualmente percebeu que os trabalhadores passaram a decidir por si mesmos, votando no PTB e no PCB, “para nossa humilhação”, disse ele (citado em Gomes, 1988, p. 318-319).

Portanto, se Vargas não continuou no poder, Eduardo Gomes não se elegeu e, muito mais importante, os trabalhadores surgiram no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política. Este, a meu ver, foi o papel político de relevo do queremismo e, mais adiante, do próprio PTB.

Resgatando crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com eles, o queremismo mobilizou-os como classe social, com consciência de sua identidade coletiva.

## NOTAS

1. Os grupos e movimentos mais conhecidos de resistência à ditadura foram a União Nacional dos Estudantes (UNE); os comunistas seguidores de Luís Carlos Prestes, que organizaram a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP); liberais unidos na chamada “oposições coligadas”; banqueiros e financistas que, majoritariamente, assinaram o “Manifesto dos Mineiros”, texto sem grande repercussão na época; grupos civis e militares aglutinados na Sociedade dos Amigos da América e na Liga de Defesa Nacional.
2. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 3 de março de 1945, p. 3, e 4 de março de 1945, 2ª seção, 1ª página.
3. *Hugo Borghi*. (Depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1982, p. 47.
4. Em agosto de 1943, os comunistas seguidores de Luís Carlos Prestes, na “Conferência da Mantiqueira”, decidiram pela linha política de União Nacional em torno de Getúlio Vargas.
5. *O Radical*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1945, 1ª página.
6. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1945, p. 3.
7. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1945, p. 16.
8. Citado em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1945, 2ª seção, 1ª página.
9. *O Radical*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1945, p. 1 e 7.
10. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, p. 6; 26 de agosto de 1945, 3ª seção, p. 8; 31 de agosto de 1945, p. 6; 28 de agosto de 1945, p. 6.; 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4, 21 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.
11. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1945, p. 6; 7 de setembro de 1945, p. 6.
12. Ao descreverem a política brasileira antes e depois de 1930, os trabalhadores expressavam as mesmas sensibilidades daqueles que, *no próprio decorrer da década de 30*, explicavam as mudanças políticas que estavam vivendo. A implementação da justiça nas relações entre Estado e sociedade e nas relações de trabalho, mediadas pelo próprio Estado, era o tema mais recorrente nas enunciações populares nas décadas de 1930 e nos primeiros anos da década de 1940. Veja Ferreira, Jorge (1977).
13. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1945, p. 6; 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4; 12 de setembro de 1945, p. 6; 28 de agosto de 1945, p. 6; 22 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4 e 21 de setembro de 1945, p. 4.
14. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.
15. *O Radical*. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, p. 6.
16. Escrever ao presidente da República e obter “resposta prontamente” não é declaração sem fundamentos. A partir de 1930, a Secretaria da Presidência da República instituiu um moderno e eficiente mecanismo para receber, avaliar e responder as cartas de populares enviadas a Vargas, em prazo bastante curto. Veja Jorge Ferreira (1997).
17. Reis Filho, Daniel Aarão. “Turbulência ao sul do rio Grande”. In *Jornal de Resenhas*. SP, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 2.
18. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1945, p. 6; 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4; 31 de agosto de 1945, p. 6; 15 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 11 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 26 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.
19. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1945, p. 3.
20. *José de Segadas Viana*. (Depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral, 1983, p. 164-166.
21. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1945, p. 3.
22. *O Radical*. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1945, p. 1 e 8; *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1945, p. 2 e 3.
23. *O Radical*. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1945, 1ª página.
24. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, 2ª seção, 1ª página.
25. Idem, 15 de novembro de 1945, p. 3.
26. *Hugo Borghi*. Op. cit, p. 51-52.
27. *O Radical*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, p. 3.
28. Idem, 21 de novembro de 1945, p. 5.
29. Idem, 24 de novembro de 1945, p. 5.
30. Idem, 29 de novembro de 1945, p. 5.
31. Eleito senador por dois estados e deputado por sete, a grande votação de Vargas permitiu, por exemplo, que Segadas Viana se elegeisse deputado pelo PTB com apenas 700 votos.

## BIBLIOGRAFIA

- Baczko, Bronislaw. 1985. “Imaginação social”. In *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Benevides, Maria Victoria de Mesquita. 1981. *A UDN e o udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cabral, Elza Borghi de Almeida. 1984. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.
- Chartier, Roger. 1995. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico". In *Estudos Históricos*, n. 16. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- D'Araujo, Maria Celina. 1996. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. 1989. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- Ferreira, Jorge. 1997. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- (org.). 2001. *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Geertz, Clifford. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Gomes, Ângela de Castro. 1988. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ.
- Gomes, Ângela de Castro; D'Araujo, Maria Celina. 1989. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática.
- Moore Jr, Barrington. 1987. *Injustiça*. As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense.
- Przeworski, Adam. 1989. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sahlins, Marshall. 1979. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Spindel, Arnaldo. 1980. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo.
- Thompson, E.P. 1979. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Critica.

## Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)

*Antonio Luigi Negro*

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

*Fernando Teixeira da Silva*

Professor do Curso de História da Universidade Metodista de Piracicaba.

Entre 1945 e 1964, qualquer cidadão que atinasse para os problemas econômicos e sociais do Brasil se deparava com uma industrialização rápida — pesada ou de bens de consumo duráveis. Contudo, enquanto uns apreciavam a matéria, migrantes saíam do campo para a cidade e encontravam lugar nas indústrias.

Para muitos intelectuais ou políticos, dirigentes empresariais e do governo, a figura do trabalhador cidadão não era para ser encontrada no migrante. Ao ressurgir na força de trabalho no lugar do imigrante, o trabalhador de origem rural era visto com as mesmas carências atribuídas ao antigo trabalhador escravo ou pobre. Assim, se o afro-nativo-descendente havia sido “substituído” pelo imigrante na virada do século XIX para o XX, de 1945 em diante a figura do sujeito sem voz nem vez era reintroduzida em cena no papel do trabalhador brasileiro.

Egresso da escravidão ou do campo, ele era visto como servo do atraso e, portanto, incapaz de inventar suas tradições de forma independente. Desse modo, a representação do europeu — disciplinado, de idéias “exógenas” — está bem no meio de duas outras imagens, ambas ligadas ao trabalhador nacional, e constantemente desenhadas com traços de debilidade, conformismo e ação histórica inepta.

Neste capítulo, procuramos nos ater ao período em que o migrante desloca o estrangeiro, podendo ser simbolizado tanto pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no final do primeiro governo Vargas (1930-45), quanto pela instalação das indústrias automobilísticas, durante o governo Kubitschek (1956-60).

## O XIS DO PROBLEMA

Em 1955, na chefia do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), o especialista em assuntos laborais Gilberto Crockatt de Sá defende a tutela governamental sobre o trabalhador. No parecer em que fundamenta as razões de se negar aos militantes do PCB a posse de cargos sindicais, ele justifica a tese do apadrinhamento.<sup>1</sup> Segundo o especialista, o operariado urbano — em franca expansão — era *jovem e imaturo* e sem “tradição trabalhista”, carecendo da “permanente e vigilante assistência do poder público”. No seu entender, manipulando o caráter *dócil e ordeiro* do operariado, o PCB corrompia a autenticidade do movimento sindical.

Crockatt de Sá mobilizou sua argumentação para que o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) controlasse a chegada das esquerdas nos sindicatos e continuasse a ditar o que era bom ou ruim para os trabalhadores. Resumida na palavra “atraso”, lançou mão da tese do despreparo e incompletude do operariado brasileiro. Apropriou-se também do mito da índole cordial e pacífica do “trabalhador comum”, em geral referente a um homem adulto, sem profissão qualificada e de origem interiorana.

Tal trabalhador precisava ser enaltecido e protegido. De fato, desde seu primeiro governo, Vargas promoveu a valorização da mão-de-obra nacional a fim de viabilizar seu aproveitamento na industrialização do aço, dos transportes, da química, dos bens duráveis e das atividades portuárias. Por outro lado, a convicção de que o operariado brasileiro era “imaturo” e “fraco” levava os donos do poder a considerarem-no presa fácil do arbítrio patronal. Acreditavam ainda que inexperiência e espoliação ofereciam às esquerdas oportunidades para tramarem lutas espúrias. Assim, carecia resguardar o trabalhador tanto da luta de classes quanto da exploração capitalista. Portanto, o ideal seria tutelá-lo via Ministério do Trabalho.

Havia também outros interesses. A política eleitoral era um deles. Existiam, além disso, a defesa dos investimentos capitalistas, as relações do Brasil com o mundo e o desejo dos patrões e da polícia de manter os trabalhadores dóceis e úteis. Por outro lado, especialmente no que diz respeito às agremiações em que se estabeleceram alianças entre correntes de esquerda, trabalhistas e nacionalistas, o movimento sindical inspirava a independência da

classe trabalhadora diante de tantas intromissões. Como veremos, superando o Estado Novo (1937-1945), os trabalhadores não apenas recuperaram a ousadia de dizer o que pensavam e o que queriam como também requisitaram o direito de participar da riqueza gerada com sua força.

## ESTADO NOVO, ESFORÇO DE GUERRA E DEMOCRATIZAÇÃO

Em 1943, Getúlio Vargas dirigiu-se aos trabalhadores do Brasil e brindou-os com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Alardeada como “a mais avançada legislação social do mundo”, a CLT regulava as relações trabalhistas em detalhes e prometia justiça social, colocando-se nas mãos da classe operária como escudo contra arbitrariedades patronais.

Muitos trabalhadores tinham seus motivos para interpretá-la dessa mesma forma. Em assembléia, um doqueiro do porto de Santos achava que as leis trabalhistas deveriam ser modificadas “porque não eram respeitadas”. Prontamente, um colega seu replicou: “a lei é boa”, sugerindo que se apresentasse ao Congresso Nacional um pedido de “respeito absoluto à CLT pois os patrões só seguem à risca os seus interesses desrespeitando o direito dos trabalhadores”.<sup>2</sup>

Esse debate revela clara distinção entre lei e realidade. Ao assinalar o descumprimento da CLT, revela também distinção entre lei e justiça — sendo esta última vista como garantia de direitos, embora fosse frágil para efetivá-los. Meses depois, outro doqueiro sugeriu uma “ida ao Presidente da República” com “esperanças de que ele nos fará justiça e, além de nos dar aquilo [que] de justiça exigimos, o faremos sabedor das irregularidades que nos ministérios se praticam”.<sup>3</sup>

Entre uma assembléia e outra (agosto de 1945 e março de 1946), o país trocara de presidente: Dutra se elege após a deposição de Vargas. Marcado pelo fim tanto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quanto da ditadura do Estado Novo, o período de redemocratização (1945-1947) se abria para os trabalhadores com esperança de justiça e liberdade. Esperança de justiça não era o mesmo que esperar justiça. A volta à democracia implicava invenção de direitos, que por sua vez implicava exigência de seu cumprimento, que dependia da organização e participação dos trabalhadores.

Nos locais de trabalho (mas não só),<sup>4</sup> o Estado Novo foi vivido como um período de sufocamento político, perda de direitos, deterioração das condições de vida e arbitrariedade patronal. Baixadas pelo regime, as leis viabilizavam a ofensiva patronal. De um lado, os empresários receberam cobertura contra tudo que taxavam como “atos indesejáveis”, estando praticamente livres do controle dos órgãos públicos e da fiscalização dos sindicatos. De outro, os trabalhadores que se queixavam na Justiça do Trabalho deveriam afastar-se do serviço, sem receber remuneração enquanto durasse a pendência.

A partir de 1942, o progressivo alinhamento do governo Vargas com os Aliados contra o nazi-fascismo deu início ao esforço de guerra. A tarefa dos “soldados do trabalho” e dos “sindicatos-quartéis” — no “campo de batalha das fábricas” — era produzir, colaborando com a mobilização econômica. A contrapartida estaria no futuro da nação, com justiça social e respeito à dignidade do trabalho. Naquele momento, porém, o país exigia sacrifícios cívicos. Foram recrutados, por exemplo, 30 mil “soldados da borracha” para produzir 60 mil toneladas anuais de látex, o que levou muitos seringueiros à morte (Levine, 2001, p. 106).

Fomentar greves e abandonar o serviço nas indústrias da “defesa nacional” eram atos de deserção, podendo acarretar de dois a seis anos de prisão. Decretos presidenciais elevaram a jornada de trabalho de oito para dez horas — mesmo em ocupações insalubres —, adiavam ou indenizavam as férias, proibiam a mobilidade de emprego, permitiam o turno da noite para mulheres e menores, consideravam como abandono de emprego a ausência no trabalho por mais de oito dias. Esses decretos eram armas tiradas do arsenal dos empresários, cujos alvos foram sobretudo os operários das indústrias têxteis, então em plena capacidade produtiva (Alem, 1981).

Contudo, o Estado Novo não foi um período de completo silêncio. Empresários e Justiça do Trabalho registravam que o “destacamento” das “indústrias-quartéis” era palco de reiterada insubordinação: agressões a superiores hierárquicos, sabotagem, abandono de emprego, negligência no trabalho (Paoli, 1988; Silva, 1995, p. 79-93). Pequenas mobilizações e algumas greves apareceram já em 1942, sendo que o epicentro dos conflitos eram os locais de trabalho, onde formavam-se comissões de negociação à revelia dos sindicatos, evitando a intermediação de organismos trabalhistas (Costa, 1995,

p. 12-33). Esses movimentos questionavam a legitimidade de sindicatos essencialmente restritos a atribuições burocráticas e à observância do bordão “ordem e tranqüilidade”.

Brasil afora, enquanto a efervescência social ameaçava objetivar um operariado descrente do varguismo, Getúlio queria capitanear uma transição sem rupturas, temendo, à sua direita, a oposição liberal e sua aliança com os militares. Com o Brasil em guerra, Getúlio passou a falar em democracia, o que em parte decorria de seu alinhamento com os Estados Unidos (EUA) (Corsi, 2000). No plano interno, Vargas promoveu iniciativas visando à distensão do regime. No início de 1945, marcou eleições para o final do ano, patrocinou a fundação de duas legendas — Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) —, legalizou o Partido Comunista do Brasil (PCB), anistiou presos políticos e libertou Luís Carlos Prestes. Para se aproximar dos trabalhadores urbanos e lançá-los no cenário político nacional, o trabalhismo era sua melhor invenção.

Essa estratégia teve início a partir de 1942, quando o ministro do Trabalho Marcondes Filho empenhou-se em fortalecer o sindicalismo corporativista por meio de orientações transmitidas à classe operária em programas radiofônicos — esforço provocado pelos baixos índices de sindicalização. Assim, era necessário apelar à agremiação em massa, trazer os trabalhadores para dentro dos sindicatos, incentivá-los a conhecer seus direitos e a criar grêmios representativos, com líderes capazes de reconhecer e divulgar as qualidades do corporativismo sindical. Só assim os trabalhadores se transformariam em cidadãos, tornando trabalhismo e getulismo faces da mesma moeda (Gomes, 1988).

Todavia, a redução gradativa das funções classistas sindicais e a repressão ao movimento operário eram incompatíveis com as tentativas de transformar os sindicatos em genuínas “casas dos trabalhadores”. Além deste problema, havia os desafios eleitorais. O PTB, que era a legenda destinada ao operariado, tinha de transformar as entidades e órgãos trabalhistas em sustentáculos de sua estrutura e ação, difundindo a imagem protetora de Vargas, competindo com o PCB e absorvendo em seus quadros as bases que os comunistas diziam representar (D’Araujo & Gomes, 1989).

Muitos dos organizadores do PTB eram membros do aparelho estatal, o que facilitava o apelo ao clientelismo (Levine, 2001, p. 109-110). Nos anos

50, um dirigente sindical e ex-vereador petebista de Santos, José Gonçalves, que aliava sindicalismo portuário, PTB e Ministério do Trabalho, com vistas a estruturar sua carreira política, não titubeava quanto ao seu método político: “quem não tem padrinho morre pagão”.<sup>5</sup>

A primeira grande manifestação do PTB se deu no movimento “queremista” a partir de meados de 1945. Tratava-se de ampla mobilização popular pela instalação de uma Assembléia Constituinte com Vargas (ainda no poder) para que depois fossem realizadas eleições, nas quais ele, Getúlio, pudesse ser candidato à Presidência. Daí a palavra de ordem “queremos Constituinte com Getúlio”, uma petição que contou com o apoio do PCB. Como explicar essa estranha ligação entre perseguidos (os comunistas) e perseguidor (Vargas)?

#### AS (DIS)JUNÇÕES ENTRE TRABALHADORES E COMUNISTAS

Em 1943, o PCB lançou a política de “união nacional” contra o nazi-fascismo, admitindo o apoio a Vargas. Em termos sindicais, essa orientação se traduzia em atuar no interior dos sindicatos vinculados ao MTIC. Fiel à sua proposta de “governo de coalizão” — e após a sua legalização em maio de 1945 —, o PCB exortava os trabalhadores a “apertarem os cintos”. Os sindicatos deveriam facilitar a colaboração entre as classes através de uma frente com a burguesia nacional contra o imperialismo. As reivindicações dos trabalhadores deveriam ser secundarizadas e as greves, evitadas, para não atiçar a ira de setores reacionários. O PCB procurava ser confiável, um “partido da ordem”, evitando turbulências (Santana, 2001, p. 28-29).

O primeiro e mais importante instrumento dessa política foi o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), criado em abril de 1945. Sob hegemonia dos comunistas, esta intersindical preconizava a manutenção da ordem, luta contra o nazi-fascismo, aliança com outras correntes sindicais, aumento da produção, apoio a Vargas, aperfeiçoamento das leis trabalhistas e reforma sindical, sem questionar o imposto e a unicidade sindicais (Carone, 1982, p. 37).

Apesar de propor uma abrangente política de coligação, o MUT foi alvo de repressão policial e responsabilizado pela radicalização do movimento

operário. Como sintetizou Costa (1995, p. 40), “o namoro com o governo resultou não em um par de alianças, mas em um par de algemas”. Isto porque, embora içasse sua bandeira em favor do colaboracionismo e definisse a greve como último recurso, o MUT não deixou de apoiar reivindicações, representando os trabalhadores nas mesas de negociação, incentivando a organização da classe operária e lançando-se intensamente na propaganda política. Em razão da vitalidade da classe operária — que não apertava seus cintos, mas lutava por salários, direitos e melhoria das condições de vida — algumas das medidas do MUT feriam sua retórica moderada.

Na verdade, as diretrizes da cúpula do PCB sofriam resistência nas bases em que os pecebistas haviam estabelecido relações de cumplicidade com as demandas dos trabalhadores. Nas palavras de um ativista sindical, “mandar o operário apertar os cintos, e chamá-lo de baderneiro quando fazia greves, e ter maioria em cidades eleitorais como Santos e São Paulo, era ter prestígio para jogar fora”.<sup>6</sup>

Essa referência ao sucesso do PCB nas urnas remete às eleições presidenciais e legislativas de 2 de dezembro de 1945. Com pouco tempo para se lançar no pleito, o partido obteve resultados surpreendentes. Seu candidato à presidência, Yedo Fiúza, recebeu cerca de 10% dos votos, “vencendo” as eleições em cidades operárias importantes como Santos, onde angariou 42% dos votos. O grande êxito se deu na escolha para a Assembléia Nacional Constituinte, elegendo 15 deputados, sendo 9 operários (Telles, 1981, p. 231). Brasil afora, o PCB obteve saldos eleitorais significativos em cidades com forte presença operária.

Como compreender o maciço apoio dos trabalhadores a um partido que lhes pedia para apertar os cintos e evitar confrontações com aliados que antes eram seus opressores? Se o prestígio do PCB pode ser atribuído ao destaque da União Soviética na derrota do nazi-fascismo, à figura de Prestes, ao sofrimento de seus militantes nas prisões do Estado Novo, esse halo heróico é insuficiente para apreendermos sua espantosa projeção.

Tal êxito pode ser atribuído à sua capacidade de organizar e mobilizar para além dos discursos e orientações da cúpula. Os comunistas revelaram grande agilidade na organização de dezenas de Comitês Populares e Democráticos, que se envolviam em problemas dos bairros e discutiam temas como habita-

ção, custos dos gêneros de primeira necessidade, instrução e saúde públicas, lazer etc. Lançaram-se ainda na criação de comitês profissionais, que tinham a função de atuar em sindicatos nos quais o partido não era parte da diretoria, ganhando destaque células por categoria voltadas para os problemas dos locais de trabalho. Em inúmeros documentos, o PCB divulgava sua participação em passeatas, comícios, reivindicações operárias, campanhas de sindicalização e até mesmo em greves. Essa face aguerrida dos pecebistas foi compartilhada por muitos trabalhadores que viam no partido uma organização que se defrontava com a exploração econômica e os poderes instituídos. Expressando uma expectativa coletiva, o operário Edson Borges recordou-se assim: “nós lutamos na Segunda Guerra, os brasileiros morreram pela guerra, trabalhamos como escravos para a guerra. Bom, agora que tínhamos democracia, nos organizamos e queríamos o nosso” (Wolfe, 1993, p. 133-134).

Porém, toda essa movimentação não se dava em meio a um suposto vácuo de uma classe operária recém-saída das sombras do Estado Novo. Se havia um terreno fértil para a sementeira comunista, esta se defrontava com forças rivais, como o varguismo e o incipiente trabalhismo. Da parte do PCB, tal disputa foi traduzida como uma política de concorrência e, ao mesmo tempo, de aliança (French, 1995, p. 129).

Paralelamente, a volta dos pracinhas combatentes na Itália foi recebida com grande euforia pelos trabalhadores. As manifestações de júbilo pelos heróis da FEB revelam expectativas em torno da luta dos Aliados como a guerra da democracia contra a barbárie enquanto o vislumbre de novos horizontes acalentava o desejo de realização de promessas sempre adiadas para depois dos sacrifícios patrióticos.

Vargas não deixaria de estimular as esperanças de transformação. Há evidências de que, para muitos trabalhadores, sua imagem estava associada à do legislador popular, impedido de ir adiante em sua política de reformas sociais pela resistência conservadora de empresários e políticos. Assim, se por um lado o Estado Novo foi vivido por muitos como um desabamento político, por outro lado o varguismo não deixou de erigir uma política de consenso e consentimento.<sup>7</sup>

Os comunistas, por seu turno, associavam a luta pela democracia à luta contra exploradores do povo e reacionários de todos os quadrantes, colocando-se como a encarnação da liberdade e dos direitos da classe operária.

Assim, as bases sociais do varguismo e do comunismo eram basicamente as mesmas: trabalhadores cujas esperanças criavam um clima explosivo no cenário público. Mal se equilibrando no trapézio da política, em que se confrontava com outros grupos das classes dominantes, a aliança de Vargas com o PCB era um casamento de conveniências. Possuía caráter pragmático e, em curto prazo, rendeu dividendos a ambos os lados.

No Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, o PTB tornou-se uma sigla forte. Porém, sua influência em São Paulo foi relativamente pequena, fragilidade certamente inquietante para um partido que se dizia trabalhista. Criando relações de dependência do topo até a base (do MTIC aos sindicatos, passando pela burocracia partidária), o esquema de clientelismo do PTB podia encontrar seu ponto de estrangulamento na fraqueza de sindicatos dominados pelos próprios trabalhistas, ou no controle da máquina política por lideranças da classe média (French, 1995, p. 131). Carente de grandes recursos, o partido, ao contrário, incentivou a participação política dos trabalhadores a partir de organismos criados no âmbito das bases (frações sindicais, comissões de fábrica, sindicatos e organizações de bairro).

#### A EXPLOSÃO OPERÁRIA NA CENA PÚBLICA

No início de 1946, o PCB se viu cada vez mais longe do poder e, diante da pressão dos trabalhadores que lhe deram sustentação nas urnas, começou a rever sua política de ordem e tranquilidade, com menos reservas às greves.

Ocorrido em janeiro de 1946 e promovido pelo MUT, o I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Estado de São Paulo defendeu a unidade, autonomia e liberdade sindicais, condenou a pluralidade sindical, exigiu a garantia do direito de greve, a manutenção de conquistas sociais e apontou a necessidade de órgãos intersindicais e de uma central sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) (Costa, 1995, p. 72-75). Com uma agenda ampla e radicalização retórica, o congresso ocorreu no início de uma onda grevista, registrando-se no país 77 paralisações nos três primeiros meses de 1946 (Paoli, 1988, p. 253). Moeda corrente nessa conjuntura foi a resistência das diretorias de vários sindicatos em apoiarem as manifes-

tações, como se deu com os empregados da Light, que declararam greve pelo abono de natal em fins de 1945 em São Paulo, estendendo-se a outras cidades. O movimento, que durou três dias e conseguiu um resultado parcialmente favorável aos trabalhadores, contou com o empenho de uma comissão de negociação, selecionada entre os próprios grevistas, e de um grupo profissional do MUT.

A paralisação que alcançou maior destaque naquela conjuntura foi a greve nacional dos bancários que, iniciada em 24 de janeiro, pleiteava um decreto para regulamentar o salário profissional. Embora não tenha sido atendido em suas reivindicações, o movimento assinala três aspectos relevantes: a ampla solidariedade recebida, a conquista na prática do direito de greve e a primeira paralisação do período em que o sindicato desempenhou papel de liderança. A posição assumida pelo PCB foi de apoio ostensivo, manifesto na declaração do dirigente Pedro Pomar de que “greve não é desordem”.

Essa vaga grevista reveste-se de múltiplos significados. Primeiro, não foram poucas categorias que passaram por cima da mediação da Justiça do Trabalho, via negociação direta com os patrões, superando os limites do corporativismo, como sucedeu na greve dos têxteis da capital paulista. Segundo, os protagonistas foram as comissões de fábricas que desautorizavam diretórios sindicais refratários às greves. Terceiro, o movimento colocava os comunistas sob grande tensão. Se era delicado clamar pelo retorno ao trabalho, como fizeram na greve da Light, precisavam evitar se indispor com grevistas que enfrentavam patrões e autoridades.<sup>8</sup>

Na prática, a política de união do PCB com outras correntes sindicais revelava seus limites e estes induziam-no a imprimir uma retórica cada vez mais agressiva. A animosidade era particularmente acentuada em relação aos ministerialistas (sindicalistas cuja maioria era remanescente do Estado Novo e caracterizava-se pelo fisiologismo, apego à máquina sindical corporativista e subordinação ao MTIC) (Costa, 1995, p. 219-20). Em determinadas categorias ou ocasiões, o diálogo podia ser quase impossível, como ocorrido na greve da Rhodia de Santo André, em fevereiro de 1946, durante a qual as duas correntes se digladiaram pelo controle do sindicato (French, 1995, p. 133-5).

Apesar dos ziguezagues entre discursos e práticas, o PCB fortalecia sua imagem como “partido da classe operária”. No Congresso Nacional, seus deputados declaravam apoio ao governo, mas se batiam pelo direito de greve e pelas reivindicações do movimento operário — e tal atuação parlamentar não deixaria de contribuir para outro sucesso eleitoral. Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB se tornava a terceira maior bancada da Assembléia Legislativa de São Paulo e, em maio, contava com cerca de 180 mil filiados em todo o país. Foi considerável o apoio recebido em localidades com forte presença operária. No bairro de São Miguel Paulista, por exemplo, o PCB foi a legenda mais votada, com 36% dos votos (Fontes, 1997, p. 104) além disso, a vitória de Ademar de Barros (Partido Social Progressista, PSP) para o governo estadual pode ser parcialmente atribuída à militância pecebista que o apoiou.

#### A REAÇÃO CONTRA O MOVIMENTO OPERÁRIO E OS COMUNISTAS

A força do PCB nas ruas e nas urnas e a eleição de Ademar de Barros — sem o apoio de legendas governistas — levariam o presidente Dutra a inserir o Brasil na Guerra Fria. Em maio de 1947, um decreto presidencial colocou o PCB na ilegalidade e inúmeros sindicatos sofreram intervenção do Ministério do Trabalho, sob a alegação de que deviam se afastar dos movimentos sociais. Diante das pressões governistas, Ademar aceitou a caça aos comunistas, o que foi considerado pelo PCB como ato de traição ao partido e à classe operária.

Desde meados de 1946, enquanto se pontuavam sinais de fechamento político, a cúpula pecebista se mantinha pró-Dutra e enfatizava a defesa às indústrias nacionais, cabendo aos seus operários abrandar as reivindicações para produzir “mais e melhor”. Tal orientação não correspondia às necessidades de trabalhadores em cujo cotidiano constavam péssimas condições de trabalho e despotismo fabril, como era o caso na Indústria de Elevadores Atlas S. A., onde a produção foi interrompida, a partir de fevereiro de 1947, durante 54 dias, colocando os comunistas sob grande tensão (Costa, 1995, p. 84).

Apenas quando a ilegalidade do PCB parecia irreversível é que se avolumaram vozes no partido visando à radical mudança de rumo. Os âni-

mos se acirraram com as ameaças de cassação dos mandatos parlamentares, ao mesmo tempo em que os comunistas abrigavam-se sob a legenda do insignificante Partido Social Trabalhista (PST), para lançar-se nas eleições municipais de novembro de 1947. Mais uma vez, o partido granjearia resultados extraordinários nas urnas. Com grande margem de votos, o deputado estadual Armando Mazzo foi o primeiro operário a ser eleito prefeito de uma cidade (Santo André). Nos legislativos municipais de importantes centros industriais, os comunistas elegeram vários vereadores. Porém, a euforia de militantes e eleitores teve vida curta. Em janeiro de 1948, foram cassados os mandatos de todos os parlamentares comunistas.

Foi o término da política de união nacional e o início de uma virada à esquerda, entrando na ordem do dia a luta contra o “governo de traição” de Dutra: o PCB defende greves “a qualquer custo”, repudia o corporativismo, exorta aos “sindicatos paralelos” e à organização de base, ataca as demais correntes e não evita o confronto aberto com a polícia.

Até que ponto essas orientações foram bem-sucedidas? As greves dos ferroviários da Mogiana, em fevereiro de 1948, e da Santos-Jundiaí, em janeiro de 1949 (Costa, 1995) revelam que os interventores do MTIC foram ultrapassados pelas comissões dos trabalhadores, verificando-se participação ativa dos militantes do PCB, o que evidencia um avanço dos grupos mais à esquerda em relação aos dirigentes ministerialistas. Em outros movimentos, era notório o sucesso dos comunistas em sua organização (Santana, 2001, p. 76-77). Por outro lado, a exigência do partido de abandonar os sindicatos oficiais em favor dos grêmios paralelos encontrou a resistência de operários e ativistas de base, que empreenderam uma “dupla militância” (ação nos sindicatos legais e paralelos). Em vários casos, estes últimos eram utilizados como espaço de legitimação dos grupos descontentes para, em seguida, centrar a luta de retomada do sindicato, ao invés de simplesmente abandoná-lo.

Igualmente, o esquerdismo também tinha lá seus limites. A ênfase na radicalização a todo custo significou também a desarticulação de importantes bases operárias, pois muitos militantes eram demitidos e outros recusavam-se ao confronto aberto com a polícia, chegando a abandonar o partido (Loner, 1985). Na prática, muitos ativistas sindicais comunistas se articularam com outras forças para expulsar as juntas interventoras. O reconheci-

mento dessa experiência, além das frustrações com o sindicalismo paralelo, compeliu muitos dirigentes sindicais do PCB a ignorarem a linha oficial. Alternativamente, sua ênfase recaiu sobre as comissões formadas nas empresas. Com efeito, no início dos anos 50, as lutas mais importantes dos trabalhadores se destacaram no chão das fábricas. Esse período reavivou o PCB no meio proletário, de novo realçando sua eficácia de organização e mobilização.

Antes de adentrarmos os anos 50, cabe avaliar o impacto da participação dos trabalhadores na vida política brasileira do pós-guerra.

#### GOVERNAR COM OU SEM TRABALHADORES ORGANIZADOS?

Em 1945, Vargas lançou reiterados apelos para os trabalhadores urbanos ingressarem na política em defesa de seus interesses. “Diante de inimigos espalhafatosos e de amigos duvidosos” (French, 1995, p. 101), o ingresso do operariado no processo sucessório da Presidência da República significava, para Vargas, ampliar suas bases de sustentação, uma vez que ele estava perfeitamente ciente de que o país mudara em vários aspectos. Se em 1930 havia cerca de 1 milhão de eleitores, em 1945 podiam ir às urnas 7,5 milhões de pessoas (Levine, 2001, p. 113), muitas das quais recém-chegadas ao — também crescente — mercado de trabalho urbano-industrial. Portanto, eram estreitas as possibilidades de restauração de uma política oligárquica e coronelista.

Cada um a seu modo, mas ambos em nível nacional, PTB e PCB vocalizavam os interesses da classe operária e, neles, inúmeros trabalhadores depositaram boa parte de suas esperanças de transformação social, virando as costas a legendas e líderes conservadores. Ao mesmo tempo, com a queda de Vargas do poder, novos partidos e alianças buscaram aproximar-se dos trabalhadores urbanos, apropriando-se das experiências de pecebistas e petebistas. Esse foi o caso da candidatura de Ademar de Barros para o governo de São Paulo, em 1947, erguendo uma retórica anticlassista em favor do “povo” e levantando temas sobre justiça social e fraternidade. A forte votação operária em Ademar, apoiado pelos comunistas, não deixou de ser um castigo contra políticos e alianças antiproletárias.

Ademar, no entanto, não tardou em revelar sua face oportunista. Governar em favor de trabalhadores organizados, deixando-lhes abertas as portas palacianas, manter uma política clientelista com os setores populares e dar as costas a influentes empresários e políticos conservadores eram expedientes por demais perigosos à sua permanência no poder. Com efeito, a perseguição aos comunistas e o fechamento dos espaços institucionais à participação dos trabalhadores aproximou Ademar da política antioperária de Dutra (French, 1995).

Disso tudo sobressaiu uma lição para políticos de diversas tendências: não era mais possível governar sem levar em conta a presença e os interesses dos trabalhadores. Uma das saídas foi cortejá-los; outra, tentar ao máximo enfraquecê-los, sabendo ser impossível alijá-los das urnas. Posteriormente, até mesmo a contra-ofensiva de Dutra não eliminaria o temor de uma vingança dos “debaixo” ao fim de seu mandato.

#### ELE VOLTOU! PELA VONTADE DO ELEITORADO

Em 1950, candidato pelo PTB, Vargas retornou à Presidência. Resolvido a diferenciar-se do ditador estadonovista, o novo presidente retomaria o trabalhismo — mas indicaria os conservadores Danton Coelho e Segadas Vianna para o MTIC. Na sua plataforma estavam os ideais do desenvolvimento, nacionalismo e distributivismo, elementos que cativaram diversos segmentos da sociedade (Ferreira, 1999; Neves, 2001). Nas hostes petebistas, os esforços voltavam-se para o reforço do carisma de Vargas, a exaltação da lei trabalhista, a defesa da soberania nacional, a participação dos trabalhadores em colaboração com os poderes públicos e o desenvolvimento econômico sob a direção do Estado (fazendo surgir empresas estatais como a Cia. Vale do Rio Doce e a Petrobrás).

A estrutura do MTIC representava uma máquina decisiva para a governabilidade do país inteiro, respondendo não só por sindicatos e leis mas também por programas de habitação popular, controle de preços, distribuição de cestas básicas e empresas de seguridade privadas, previdência social e planejamento do bem-estar social. Havia, para tanto, toda a rede das delegacias regionais nos estados sujeitas às injunções da política local e nacional.

O segundo governo Vargas sofreu renhida oposição, sobretudo da União Democrática Nacional (UDN), antagonismo que se realimentaria dos maus resultados da política de desenvolvimento, da alta dos impostos sobre a importação, da espiral inflacionária e da carestia. Outrossim, a insatisfação dos trabalhadores aumentava e o movimento operário se fortalecia, sobretudo por causa da renovação advinda com a formação de comissões de fábrica e o subsequente — porém gradativo — desalojamento de dirigentes sindicais ministerialistas.

#### ELE VOLTOU! NOS BRAÇOS DO TRABALHADOR

Entre março e abril de 1953 ocorreu em São Paulo a Greve dos 300 Mil.<sup>9</sup> Iniciada na fábrica de tecidos Matarazzo, alastrou-se para outras categorias: metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. No começo, as reivindicações limitavam-se a aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e exigência de medidas governamentais contra a carestia.

Antes de sua deflagração, as negociações foram conduzidas por uma comissão central de salários, mas o descaso patronal acirrou os ânimos dos trabalhadores têxteis que, em 10 de março, deixaram as fábricas e tomaram as ruas, liderados pelo comunista Antonio Chamorro. Uma semana depois, houve nova passeata, a da “panela vazia”, com 60 mil trabalhadores de diversas categorias. Na ocasião, foi entregue um memorial ao governador Lucas Nogueira Garcez. Essa passeata foi recebida com simpatia pela população e por parte da grande imprensa, sensíveis ao sério problema da carestia. Ampliavam-se as manifestações de rua, lideranças oriundas do chão das fábricas tornavam-se protagonistas do movimento e muitas direções sindicais assumiam o “papel de coadjuvantes”.

O desenrolar dos acontecimentos deve ser observado também no contexto das eleições municipais. Jânio Quadros saiu candidato pela coligação PDC-PSB, rivalizando com Francisco Cardoso, apoiado por Vargas e pela cúpula do PTB que, em São Paulo, estava dividido, sendo lançado por sua dissidência Ortiz Monteiro (PTN). Os comunistas lançaram André Nunes Júnior, vereador do PTB, procurando organizar Comitês Democráticos de Bairro. Enquanto Jânio alçava

Ademar, no entanto, não tardou em revelar sua face oportunista. Governar em favor de trabalhadores organizados, deixando-lhes abertas as portas palacianas, manter uma política clientelista com os setores populares e dar as costas a influentes empresários e políticos conservadores eram expedientes por demais perigosos à sua permanência no poder. Com efeito, a perseguição aos comunistas e o fechamento dos espaços institucionais à participação dos trabalhadores aproximou Ademar da política antioperária de Dutra (French, 1995).

Disso tudo sobressaiu uma lição para políticos de diversas tendências: não era mais possível governar sem levar em conta a presença e os interesses dos trabalhadores. Uma das saídas foi cortejá-los; outra, tentar ao máximo enfraquecê-los, sabendo ser impossível alijá-los das urnas. Posteriormente, até mesmo a contra-ofensiva de Dutra não eliminaria o temor de uma vingança dos “debaixo” ao fim de seu mandato.

#### ELE VOLTOU! PELA VONTADE DO ELEITORADO

Em 1950, candidato pelo PTB, Vargas retornou à Presidência. Resolvido a diferenciar-se do ditador estadonovista, o novo presidente retomaria o trabalhismo — mas indicaria os conservadores Danton Coelho e Segadas Vianna para o MTIC. Na sua plataforma estavam os ideais do desenvolvimento, nacionalismo e distributivismo, elementos que cativaram diversos segmentos da sociedade (Ferreira, 1999; Neves, 2001). Nas hostes petebistas, os esforços voltavam-se para o reforço do carisma de Vargas, a exaltação da lei trabalhista, a defesa da soberania nacional, a participação dos trabalhadores em colaboração com os poderes públicos e o desenvolvimento econômico sob a direção do Estado (fazendo surgir empresas estatais como a Cia. Vale do Rio Doce e a Petrobrás).

A estrutura do MTIC representava uma máquina decisiva para a governabilidade do país inteiro, respondendo não só por sindicatos e leis mas também por programas de habitação popular, controle de preços, distribuição de cestas básicas e empresas de seguridade privadas, previdência social e planejamento do bem-estar social. Havia, para tanto, toda a rede das delegacias regionais nos estados sujeitas às injunções da política local e nacional.

O segundo governo Vargas sofreu renhida oposição, sobretudo da União Democrática Nacional (UDN), antagonismo que se realimentaria dos maus resultados da política de desenvolvimento, da alta dos impostos sobre a importação, da espiral inflacionária e da carestia. Outrossim, a insatisfação dos trabalhadores aumentava e o movimento operário se fortalecia, sobretudo por causa da renovação advinda com a formação de comissões de fábrica e o subsequente — porém gradativo — desalojamento de dirigentes sindicais ministerialistas.

#### ELE VOLTOU! NOS BRAÇOS DO TRABALHADOR

Entre março e abril de 1953 ocorreu em São Paulo a Greve dos 300 Mil.<sup>9</sup> Iniciada na fábrica de tecidos Matarazzo, alastrou-se para outras categorias: metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. No começo, as reivindicações limitavam-se a aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e exigência de medidas governamentais contra a carestia.

Antes de sua deflagração, as negociações foram conduzidas por uma comissão central de salários, mas o descaso patronal acirrou os ânimos dos trabalhadores têxteis que, em 10 de março, deixaram as fábricas e tomaram as ruas, liderados pelo comunista Antonio Chamorro. Uma semana depois, houve nova passeata, a da “panela vazia”, com 60 mil trabalhadores de diversas categorias. Na ocasião, foi entregue um memorial ao governador Lucas Nogueira Garcez. Essa passeata foi recebida com simpatia pela população e por parte da grande imprensa, sensíveis ao sério problema da carestia. Ampliavam-se as manifestações de rua, lideranças oriundas do chão das fábricas tornavam-se protagonistas do movimento e muitas direções sindicais assumiam o “papel de coadjuvantes”.

O desenrolar dos acontecimentos deve ser observado também no contexto das eleições municipais. Jânio Quadros saiu candidato pela coligação PDC-PSB, rivalizando com Francisco Cardoso, apoiado por Vargas e pela cúpula do PTB que, em São Paulo, estava dividido, sendo lançado por sua dissidência Ortiz Monteiro (PTN). Os comunistas lançaram André Nunes Júnior, vereador do PTB, procurando organizar Comitês Democráticos de Bairro. Enquanto Jânio alçava

vô em ares populares, os comunistas não decolavam, defrontando-se com a campanha janista nos bairros da periferia e sua defesa ao direito de greve e às manifestações contra a carestia. Jânio foi eleito com grande quantidade de votos e os comunistas amargaram o fracasso eleitoral de André Nunes.

Derrotado no plano eleitoral, o PCB se fortalecia no campo sindical, onde o janismo não fora capaz de aglutinar forças. Em 11 de março, à revelia do sindicato, 1.200 operários do Lanifício Santista entraram em greve. Antonio Chamorro apelou para a volta ao trabalho, argumentando que o movimento deveria ser melhor preparado. A voz do líder foi ouvida e os operários retornaram à fábrica. Todavia, o mesmo não ocorreu na indústria têxtil Francisco Matarazzo, no Cotonifício Paulista e na Belemzinho Têxtil, onde os trabalhadores cruzaram os braços. No dia 25, a greve dos tecelões foi decretada, acompanhada logo em seguida por outras categorias em bairros operários, tais como Brás, Belém, Móoca e Ipiranga. Teve início o duelo entre piquetes bem organizados e forças policiais.

Inúteis foram os esforços de conciliação na justiça, onde os empresários resistiram à proposta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de 23% de aumento salarial, oferecendo a impopular contraproposta de 15%. Em reunião com sindicalistas, o governador interveio em favor dos 23%, mas os tecelões, paralisados na sua totalidade, não aceitaram. À medida que se alastrava o movimento, disseminavam-se as ameaças de intervenção nos sindicatos e prisão de grevistas. Somente em meados de abril foi aceita a proposta do TRT de 23% de aumento, mas a volta ao trabalho estava condicionada à libertação dos presos, à recusa de acordos em separado, ao pagamento dos dias parados e à suspensão das demissões. Em 23 de abril, a Greve dos 300 Mil foi encerrada, após 27 dias de paralisação.

Sua magnitude requer um balanço. Marcada por coesão e manifestações públicas (passeatas, comícios, assembleias, piquetes com forte presença feminina e milhares de grevistas), contou com o amparo da opinião pública e solidariedade material não apenas de outros trabalhadores, mas também de comerciantes, médicos e imprensa, além de vereadores e deputados, que denunciaram a violência policial.

As comissões de fábrica foram as principais responsáveis pelas iniciativas e pela dinâmica do movimento, ultrapassando as direções sindicais, exceto a

do Sindicato dos Metalúrgicos, já ocupada pelo eixo de centro-esquerda. Houve conflitos permanentes entre comissões e diretores sindicais, com acusações e desconfianças mútuas. Contudo, na medida em que se desenrolava a greve, os sindicalistas iam sendo marginalizados entre suas respectivas categorias, pois suas posições de contemporização os colocavam na retaguarda do movimento.

O saldo da greve foi amplamente favorável à classe operária:  aumentou a sindicalização, surgiram novas lideranças e as assembleias sindicais tornaram-se mais concorridas. O Pacto de Unidade e Ação (PUA), que decorreu da reorganização do Comitê Intersindical de Greve, obteve com esse movimento “seu grande laboratório de gestação” (Costa, 1995, p. 189). Por outro lado, a reação patronal não demorou a se manifestar. Milhares de demissões, listas negras, desrespeito puro e simples dos termos acordados provocaram novas paralisações em maio. Em setembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) condicionou o reajuste à cláusula de assiduidade integral dos trabalhadores nas empresas, motivando novas paralisações.

Outra parede de grande impacto foi a greve dos marítimos, iniciada em junho, envolvendo 100 mil trabalhadores nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Os grevistas exigiam que lhes fossem estendidos os direitos previstos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, entre outras reivindicações. O movimento contou com a solidariedade de funcionários públicos e empregados de empresas privadas e a força de sua politização exerceu forte impacto no cenário político nacional (Pessanha & Morel, 2001).

#### TRABALHADORES E POLÍTICA ÀS VÉSPERAS DE UM SUICÍDIO<sup>10</sup>

Apesar da expressividade do voto operário em Vargas em 1950, os trabalhadores agiam com independência política e manifestavam seu descontentamento com os rumos da economia do país. Vargas, pressionado pela direita, tentava alcançar estabilidade política por meio de estratégias conciliatórias com grupos conservadores. O PTB, por sua vez, estava bastante fragmentado, mas — a passos largos — ganhavam espaço líderes comprometidos com projetos reformistas e nacionalistas. Entre eles, destacou-se a figura de João

Goulart (Jango), alçado à presidência do PTB em 1952 com o objetivo de controlar as divergências internas e aproximar os trabalhadores do governo.

Desde a Greve dos 300 Mil, Jango manifestava discordância com Segadas Vianna, ministro do Trabalho. Durante a greve dos marítimos, Vargas levou o ministro à demissão, substituindo-o por Goulart, que adotou uma política de negociação com o movimento sindical e atendeu a quase todas as reivindicações dos grevistas. De fato, Jango criou um novo estilo de atuação política no ministério: suspendeu as intervenções nos sindicatos, minimizou a repressão, não perseguiu comunistas; em seu gabinete, informalmente, atendia num único dia grande número de dirigentes sindicais, e defendeu um projeto nacionalista de reformas sociais, com participação ativa dos trabalhadores.

Tal estilo lhe custaria o próprio cargo e amplificaria o tom da grita oposicionista, que via em sua *performance* um projeto antidemocrático, clientelista e de “comunização” do país, com pretensões a criar uma “República Sindicalista”. Seu gesto mais ousado foi a defesa publicamente intransigente de uma reivindicação do movimento operário desde o final de 1953: a duplicação do salário mínimo. Essa defesa se dava em meio a uma sucessão de greves no Distrito Federal.

O projeto de duplicação do salário mínimo e as paralisações no início de 1954 desencadearam fortes reações da imprensa e aceleraram “a conspiração civil-militar, aproximando ainda mais setores da UDN de facções do Exército” (Ferreira, 1999, p. 42). A campanha oposicionista acirrou o clima de instabilidade institucional, levando Jango a se demitir já em fevereiro. Em carta, o demissionário anuncia um programa de reformas sociais que, em cores mais dramáticas, estariam estampadas na carta testamento de Vargas, no fatídico agosto daquele ano.

Esse período conturbado da política nacional foi marcado, portanto, não apenas por um jogo de reciprocidade entre trabalhadores e Ministério do Trabalho, mas também pela atuação independente do movimento sindical e operário que, ao ver uma porta aberta no Catete, lutou para ampliar direitos e pressionar o governo no sentido de uma participação maior dos trabalhadores na esfera pública. O estilo de atuação de Jango alimentava, sem dúvida, planos clientelistas, personalistas e de cooptação, mas não era absolutamente

incompatível com um projeto nacional de desenvolvimento para o país. Sob o impacto de campanhas como a do “Petróleo é Nosso”, muitos trabalhadores e sindicalistas apropriaram-se de parcelas desse projeto de acordo com seus interesses e expectativas.

Com efeito, estava em curso no PTB uma linha mais “doutrinária” (reformista), em detrimento de grupos fisiológicos e mais pragmáticos. Essa linha não deixou de repercutir entre comunistas que, isolados em sua posição de combate ao governo Vargas, começaram na prática, e à revelia das orientações do partido, a estabelecer alianças com os trabalhistas, sobretudo no plano sindical. A morte de Vargas ativou essa união que marcaria profundamente a participação dos trabalhadores na política brasileira.

O temor que o sindicalismo trabalhista provocava era resultado de uma importante mutação, verificada no momento em que os trabalhadores nomeiam os “amigos” de suas greves, sugerindo seu desatrelamento dos políticos e dos patrões. Nesta hora, os donos do poder não lamentam o abandono da “boa índole” por parte dos trabalhadores; mas se irritam com a licenciosidade de seus representantes: “era evidente a simpatia com que Remo Forli, Nelson Rusticci e Célgio Valvassores e outros comunistóides eram olhados nos círculos ligados a João Goulart. Entravam e saíam da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) como se estivessem na própria casa”.<sup>11</sup>

#### SUICÍDIO NO CATETE: UMA HERANÇA EM DISPUTA

O fracasso do segundo governo Vargas em autenticar sua retórica nacionalista e trabalhista com os maus resultados das promessas de progresso econômico e justiça social foi relativizado pelo funeral do próprio Getúlio, marcado por lamentos pelo sacrifício da sua vida.

Para a direção do PCB, tais demonstrações mostraram que sua linha distanciava o partido do operariado, realçando a costura de alianças com outras forças adeptas dos ideários de nacionalismo e justiça social. Nas bases, com efeito, isso já era um fato. Em São Paulo, o PUI reunia trabalhistas, comunistas e líderes ligados a Jânio Quadros ou Ademar de Barros e se comportava de modo a consolidar a retomada do associativismo sindical.

De sua parte, o bloco da UDN e dos militares seguiu disposto a acabar com o varguismo, cujo herdeiro máximo era o ex-ministro Jango. Enquanto isso, a carestia continuava provocando seus efeitos corrosivos sobre as condições de vida do operariado.

Assim, não só devido ao seu conservadorismo, mas também por protagonizar um mandato tampão, o novo presidente Café Filho simplesmente manteve a postura anterior de Dutra (intervenção governamental nos sindicatos), sendo igualmente seguido por seus sucessores Carlos Luz e Nereu Ramos. Vale notar, a propósito, que o segundo governo Vargas não imprimira uma mudança de fundo na orientação do Ministério do Trabalho, receando a insinuação de líderes e movimentos que objetivassem tanto a independência de ação dos trabalhadores quanto um distanciamento em relação à sua figura como padroeiro do operariado. Contudo, vale também notar que o ministro Segadas Vianna preferia os “ministerialistas” (Benevides, 1989, p. 107), tendo denunciado a ameaça da “República Sindicalista” (pelo fato de Jango, seu adversário, aceitar o apoio de pecebistas).

Tachados de comunistas, muitos líderes e movimentos trabalhistas foram, anos a fio, sabotados no seu caminho rumo aos sindicatos cujos interventores ministeriais já haviam batido em retirada. No seu lugar, sustentavam-se diretórios continuístas (em relação aos interventores). A aliança dos empresários com a polícia, por um lado, e o controle dos processos e resultados eleitorais, por outro — e nisso o MTIC era fundamental —, impediu a construção de um trabalhismo desatrelado das máquinas governamentais.

Para o dirigente Philadelpho Braz, o sindicalismo padecia da “síndrome da ditadura”.

“Tudo tinha que se pedir de chapéu na mão, com requerimento, aquele formalismo que o Ministério do Trabalho impunha. Existia uma luta sindical, mas era inibida, porque os sindicatos continuavam sob o tacão daqueles que foram colocados por Eurico Dutra. No seguimento de seu governo, Getúlio Vargas não fez nada, ele deixou o que o outro fez, todos os interventores e juntas governativas nomeadas (...) mesmo porque ele tinha interesse em controlar os sindicatos através do Ministério do Trabalho.”<sup>12</sup>

Apesar disso, desde as greves verificadas no fim do segundo governo Vargas, estava claro que o PCB havia retornado ao cenário sindical. Mesmo dispondo do MTIC, políticos dos mais distintos credos não conseguiam evitar o retorno dos cassados em 1947. Nas campanhas presidenciais de 1955, em dobradinha com Jango, Juscelino Kubitschek reconheceu o fato e sinalizou que seria tolerante, desde que houvesse “paz social”. Assim, enquanto o governo representava possuir “vista grossa” diante da efervescência do associativismo operário, os sindicatos do eixo centro-esquerda desempenhavam o papel de “apoio” ao governo.

Ambos contracenavam mas, na vida real, não abriam mão da autoria de suas falas. JK era, em pessoa, o fiador da estabilidade que os investidores estrangeiros exigiam. Os sindicatos, em contrapartida, admitiam apoiá-lo se os trabalhadores não fossem penalizados com a carestia e a repressão à greve.

Contudo, as cartas podiam se embaralhar e o jogo assumir outra feição. Diante de certos embates, o governo federal podia lavar as mãos, instruindo o MTIC a ficar de fora de acordo com as circunstâncias. Porém, isso não significa dizer que a polícia se comportaria do mesmo modo, deixando o empresariado à mercê dos protestos dos trabalhadores. Ao contrário, as divisões policiais das delegacias locais, da ordem política e social e das forças de choque estavam, continuamente, contra os trabalhadores, agindo em íntima parceria com o patronato. Num duplo movimento de silenciosa espionagem ou ruidosa repressão, os sindicatos nunca estiveram livres para regerem-se por si mesmos.

Novamente, o MTIC dispunha de recursos importantes. Se o ministro do Trabalho podia pretextar indiferença, isso não significa dizer que seu representante estadual — a DRT — fosse imitá-lo automaticamente. Por meio de suas federações nos estados e do Serviço Social da Indústria (Sesi), os patrões estavam muito bem servidos para tecer alianças com as agências públicas das áreas trabalhista de repressão.

Em vista disso, várias conquistas sociais dessa época são avanços duramente amealhados no chão das fábricas, em disputas — abertas e diretas — entre trabalho e capital. Defendidos com igual obstinação, não resultavam de tramóias palacianas entre altos escalões da política governamental e trabalhista. Ao contrário, nos choques com seus patrões, os trabalhadores viam que muitas autoridades “trabalhistas” possuíam ligações com seus opositores.

## RIVALIDADES FACCIOSAS

Nem só da aliança entre petebistas e pecebistas vivia o sindicalismo no Brasil. Era preciso uma alternativa confiável, projeto que revela a influência dos EUA. O olheiro Robert Alexander queria não só mapeá-la mas também moldar seu futuro.<sup>13</sup> Em 1956, ele registra as derrotas eleitorais dos “pelegos” e lamenta as retardatárias providências dos que estavam no poder. Entre estes, cita o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Deocleciano Cavalcanti. Aos seus olhos, só depois de insistentemente “martelado” — tanto pela Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit) quanto pelo adido trabalhista dos EUA — Cavalcanti estava enfim “aprendendo” a fazer sindicalismo.<sup>14</sup>

Embora presunçoso, o olhar de Alexander indica um fenômeno relevante: o assédio do sindicalismo nacional-reformista e o relativo despreparo de seus adversários. Segundo ele, o relaxamento das amarras entre sindicato e Estado favorecia temíveis “beneficiários imediatos”, o eixo de centro-esquerda, que dispunha de experiência de confronto e barganha com o empresariado e conseguira sobreviver à repressão.

De fato, a coalizão PTB-PCB cresceria e apareceria. Variando segundo as circunstâncias, unia-se ou dissociava-se da Frente Nacional do Trabalho (FNT), dos “renovadores”, dos ademaristas, janistas, trotskistas e socialistas (pois nem sempre havia acordo). Em 1959, reunindo dissidentes do PCB, “independentes” e cristãos antagônicos ao “circulismo” (nome dado aos círculos operários católicos), o Movimento de Renovação Sindical (MRS) alimentava esperanças de uma alternativa política (Harding, 1976, p. 339-342).

Iguais defensores de um projeto de desenvolvimento sócio-econômico centrado na máquina estatal, outros petebistas se valiam de posições diferentes. Chamados de “ministerialistas”, voltaram-se para aliados à direita, vindo a formar, em maio de 1961, o Movimento Sindical Democrático (MSD) (Costa, 1986, p. 107-118). Ao disputarem o comando de federações e confederações, as esquerdas sinalizaram que podiam avançar sobre o conjunto da estrutura sindical corporativa. Reconhecendo o fato como uma ameaça, o circulismo e os líderes sindicais anticomunistas — autodenominados de “democráticos” — também se abrigaram no MSD.

Favorável — na sua ideologia — à empresa privada, o MSD era chefiado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Antônio Magaldi. Por intermédio da Orit, que administrava o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil), o MSD recebeu apoio da CIOSL, assim como do governo e do sindicalismo dos EUA.<sup>15</sup> Segundo Dreifuss (1981, p. 311-319), o MSD era manejado pelo complexo Ipes-Ibad (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e operava como “mascote político” de Ademar de Barros e Herbert Levi (UDN). No Rio de Janeiro, proporcionava sustentação a Lacerda (também da UDN).

## INTERSINDICAIS

Surgido no decurso da Greve dos 300 Mil (1953), o PUI reativou a aliança entre nacionalistas do PTB e militantes sindicais do PCB, assim como acolheu lideranças sindicais janistas e ademaristas. Não repudiavam o varguismo, iam ao encontro dos braços do povo (tanto nos bairros operários quanto na longínqua periferia), não discriminavam os migrantes nordestinos, exaltavam a outorga da legislação trabalhista e faziam acordos com os comunistas. Fracionado pelo facciosismo, o PUI foi dissolvido em 1959, dando lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST).

Contrastante com o PUI, a direção do CST foi ancorada nas federações e não nos sindicatos, o que a distanciou da pressão vinda das bases. Em acréscimo, reconhecia apenas a afiliação de entidades legalmente oficializadas como sindicais. Pensado como alternativa à “politização” e à “radicalização” do PUI, o CST devia ser internamente plural. Porém, não conseguiu sobreviver à campanha presidencial de 1960, em que Jânio e Jango, apesar de eleitos (respectivamente para presidente e vice-presidente), concorreram em chapas opostas, dividindo o movimento sindical.

Em agosto de 1962, a aliança nacional-reformista se cristalizou no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). No mês seguinte surge a União Sindical dos Trabalhadores (UST), em boa parte devido a Domingos Alvares, que, nas eleições de 1959, varrera a aliança de centro-esquerda para fora da

Federação dos Metalúrgicos de São Paulo. Tal como o CST, a UST condenava a politização dos temas trabalhistas, mas era menos enrustida quanto a temas polêmicos, tanto que logo se configurou como substituição ao CGT. Por causa disso, ao assumir a Presidência, Jango instruiu seu assessor Crockatt de Sá a prestigiar a UST, pois assim poderia se defender melhor das pressões do CGT.

Sem dúvida, “a partir de 1961, a principal liderança das lutas dos trabalhadores brasileiros foi o Comando Geral dos Trabalhadores” (Neves, 1997, p. 67).<sup>16</sup> O CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo era não apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil.

Nacionalismo, modernização distributivista e reformas sociais eram as linhas mestras da plataforma do CGT, traduzida nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior, restrição aos investimentos estrangeiros, direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados, ampliação da organização dos trabalhadores rurais, reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social, fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais.

Tão ambiciosas metas faziam parte de uma estratégia de conquista de legitimidade entre os trabalhadores por meio da construção de uma identidade nacional imbuída de objetivos comuns e visíveis a todos, levando o país de um estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento industrial, acompanhado de justiça social. Foi neste sentido que, sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas, inúmeros sindicatos anexaram à sua pauta de lutas atividades de cunho político, acirrando as disputas com outras orientações ideológicas, que buscavam banir destas entidades qualquer mobilização política.

O CGT estabeleceu elos com o PCB e o PTB, além de atuar com membros de partidos nacionalistas, como os da Frente Parlamentar Nacionalista, órgão que agia não apenas em âmbito parlamentar, mas também interagia

com empresários, estudantes, intelectuais e trabalhadores engajados nas plataformas reformistas.

Por entender que a melhoria duradoura das condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais dependia de mudanças estruturais é que o CGT se envolveu fortemente em campanhas que marcaram de maneira indelével o governo de João Goulart. A organização desempenhou papel de destaque na “greve da legalidade”, em agosto de 1961, cujo objetivo era empossar Jango na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, em um contexto claramente golpista. Em julho de 1962, foi a vez da greve por um “gabinete nacionalista e democrático”, ou seja, ampla mobilização por um ministério capaz de encaminhar as reformas de base. Naquele mesmo ano, em setembro, o CGT decretou a greve geral “pelo plebiscito”, que resultou na volta do regime presidencialista.

Esses movimentos, que atraíram maciça adesão de trabalhadores em diversas cidades do Brasil, refletiam, sem dúvida, uma crença do movimento sindical no governo de Jango como um canal de ampliação de direitos e de reformas. Todavia, o CGT não deixou de manter uma certa independência. No afã de radicalizar a luta, contrariou muitas vezes o presidente da República, que temia que os avanços do movimento sindical acirrassem os ânimos conspirativos das forças golpistas, que não paravam de acusar Jango de estar interessado em fundar uma “República sindicalista” no país. O fato é que as lideranças do CGT não estavam comprometidas unicamente com os planos de reforma nacional, mas também com os trabalhadores, participando de greves e reivindicações de inúmeras categorias profissionais de empresas públicas e particulares.

Se o CGT foi, em grande medida, responsável pelo dinamismo do movimento sindical entre 1961 e abril de 1964, foi também fruto da dinâmica das lutas e organizações que os próprios trabalhadores desenvolveram nos anos precedentes, aos quais nos voltamos agora.

#### A GREVE DOS 400 MIL

Ocorrida de 15 a 25 de outubro de 1957, a Greve dos 400 Mil, considerada o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno de gre-

ve, é um importante movimento paredista na história do Brasil. Depois dela, ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político. Ficou clara também a possibilidade de superação do atrelamento estatal pelo sindicalismo trabalhista. E, principalmente, estabeleceu-se que o lugar dos trabalhadores na paz social do nacional-desenvolvimentismo não era absolutamente determinado pelo progresso econômico, mas pela própria experiência operária.

Inspirada pelo PUI, a Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia compôs-se de sindicatos paulistanos de várias categorias (tecelões, gráficos, vidraceiros, trabalhadores de curtume e indústrias de papel). Incluía, outrossim, a Federação dos Têxteis e o poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Afinadas, as agremiações alardeavam a urgência dos trabalhadores em receberem 45% de reajuste, bem como em serem contemplados com uma política anticarestia, reafirmando seu direito à greve.

Nas negociações, dois detalhes notáveis da parte patronal: de um lado, a obstrução do empresariado têxtil (que acabou inviabilizando os acordos) e, de outro, sua unitária negativa em admitir a contratação coletiva. Na visão do corpo diplomático estadunidense, suas contrapropostas eram “inadequadas” ou “insatisfatórias”, pautando-se, ainda, por ausências nas mesas-redondas e por presunçosas alegações quanto à impropriedade do linguajar dos sindicalistas.<sup>17</sup>

Outro aspecto importante do olhar norte-americano a respeito das relações capital-trabalho, nessa conjuntura, foram as reticências do cônsul Butrick. Ao analisar a força do PUI, ele não concordava inteiramente com as habituais vozes do governo que tendiam “a desacreditar a capacidade do operariado de reger-se por si mesmo”, apontando sua imaturidade. Antes, Butrick sentia-se desassossegado com a nomeação do petebista Paulo Marzagão para a DRT, já que o novo titular não era um anticomunista declarado. Em coro, políticos e empresários reclamavam que JK era “tolerante demais”.

Publicada em *Notícias de Hoje*, uma matéria sobre 200 comitês de fábricas entre os metalúrgicos de São Paulo, “estupidamente reconhecidos pela DRT”, alarmara o cônsul Butrick. Dilatando seu aviso, ele informou: “um

contato reporta que, na verdade, existem 350”. Na versão da sua fonte, “algumas fábricas dispõem de dois [comitês], um com as credenciais da DRT e outro, sem elas, a funcionar clandestinamente”, bem podendo ser “células”.<sup>18</sup> Concluindo, era um “erro perigoso” menosprezar o PUI. Ao apontarem delegados de base, os trabalhadores estavam sindicalizando as fábricas e, mais, obtendo o reconhecimento da DRT. Esse “pessoal novo” ia ser logo incorporado ao “movimento organizado atuante”, previu-se.<sup>19</sup>

Por sua vez, o governador Jânio Quadros via-se em condições de manejar os elos entre uma greve de massas e a política brasileira. Escolhido prefeito antes das paralisações de 1953, sabia que o ônus da repressão era pago pelo governo estadual e que centenas de milhares de trabalhadores podiam repercutir suas ações diretamente sobre a base de apoio de um presidente da República. Percebendo a importância de cortejar os grevistas para competir com o PTB, o PCB e com o ademarismo, determinou a não-intervenção policial em caso de greve.

De olho nos votos dos assim chamados “marmiteiros” (termo oligárquico usado para depreciar o serviçal que levava marmita para o almoço), Jânio queria ser “amigo da greve”. Captara perfeitamente o recado de Eugênio Chemp, que dissera em assembléia: “se os candidatos (...) quiserem o nosso apoio, terão que se curvar agora, apoiando-nos neste movimento. Do contrário, só irão encontrar os votos de que necessitam nos PULEIROS e CHIQUEIROS!”<sup>20</sup>

Sem polícia nas ruas e com a greve declarada legal, a produção silenciou maciçamente. As equipes de reportagem de rua do *Estado de S. Paulo* e do *Correio da Manhã* detectaram autodisciplina, sobriedade e clareza de propósitos entre os trabalhadores.<sup>21</sup> Ressaltaram que o comportamento dos piquetes grevistas se pautou por uma ação pacífica e coordenada. Nas duas jornadas seguintes, somando-se à militância das categorias em campanha salarial, novos contingentes reforçaram o movimento, tais como os trabalhadores das indústrias alimentícia, química e da borracha. Rapidamente, a greve se revestiu de um caráter de massas. Além da capital, o ABC e o interior paulista foram atingidos.

Se a não-intervenção policial aliviou os trabalhadores do ônus do confronto, isso não aconteceu com os industriais, já que os piqueteiros foram recebidos com violência pelos vigias das fábricas. Entretanto, o despreparo

patronal não foi a única razão das hostilidades. Muitas empresas se dispunham a conceder reajustes: várias delas aceitavam pagar 25%, um índice razoável (aceito pelos sapateiros, que haviam entrado em greve antes). Ao buscarem manter a produção, fizeram ofertas diretas separadamente.

Essa inclinação dos empresários custou caro. Tanto a base mais resoluta da greve quanto a Aliança Intersindical seduziam-se com um movimento de massas, nas ruas da capital e vicejante por todo o Estado. Fechar acordos por empresa frustrava as intenções de estabelecer-se um contrato igualmente amplo e geral. A insistência da direção em celebrar tratativas por ramo industrial, ênfase que denotava sua ambição de representatividade, esbarrava no alheamento de trabalhadores que, em particular, haviam embolsado um reajuste. Disso se aproveitaram os dirigentes sindicais contrários à greve, fechando acordos, comemorando os resultados e combatendo o PUI.

Sem repressão nas ruas, os grevistas endureceram seu recado e decretaram o caráter geral da greve, pois essa era a maneira de serem reconhecidos como um único movimento que só seria encerrado mediante uma boa oferta universal, preferencialmente aos acordos por empresa.

Foi quando aconteceram, no dia 16, choques nas fábricas da Ford e da Vemag. Em plena “queima de etapas” dos “50 anos em 5”, cordões de grevistas se defrontaram com a guarda privada da Vemag (que operava normalmente), invadiram o interior da fábrica e promoveram um quebra-quebra de pequenas proporções (que não danificou as instalações produtivas, limitando-se às vidraças, guaritas e ao posto interno de combustível). Na Ford, novos atritos se constituíram na notícia de que a grande imprensa necessitava para contra-atacar e, então, difundir a versão de um sindicalismo feito por minorias partidárias.

Afinado no mesmo tom, um relatório policial tentava explicar a ordem de Jânio de retorno do policiamento. Segundo o parecer, antes do início da parede, as lideranças se entenderam com Jânio e assumiram o compromisso de que “nenhuma violência seria permitida”. Porém, “vendo rompida pelos próprios trabalhadores a ‘palavra’ empenhada, determinou o governo do estado passasse a polícia a policiar as ações dos grevistas”.<sup>22</sup>

Observam o deslizamento argumentativo na queixa da baixa moral dos dirigentes trabalhistas. Foram os próprios trabalhadores quem rompeu a pa-

lavra empenhada pelas lideranças. Escudado por suas alianças, o movimento operário pôde se defrontar com os capitalistas que o nacional-desenvolvimentismo desejava preservar e impulsionar. Simultaneamente, a estrutura sindical pensada como meio de controle se mostrava permeável ao trabalhismo reinventado. Resultado: o cancelamento da prestatividade policial demonstrou não só a dependência empresarial em relação à força, na obtenção da harmonia entre as classes, mas ainda o peso da polícia na balança das forças.

Jânio também teria conclusões para tirar. Seu jogo de vai-e-vem — sem perder a compreensão das classes dominantes — não era 100% garantido. Quando fez o acordo com os sindicalistas, disse que seu governo não era a “guarda pretoriana” do poder econômico. Quando declarou ser “amigo da greve”, a grande imprensa, o Exército, o empresariado e o governo federal o questionaram e quase rifaram sua carreira. Renunciara à repressão — e isso era imperdoável. Pressionado, Jânio falou em coibir a baderna implacavelmente.

Dispostos 10 mil soldados nas ruas, outros arranjos foram combinados. Pela primeira vez em 22 anos, a Força Pública gozou de total autonomia de comando para se lançar sobre os grevistas.<sup>23</sup> O retorno do policiamento não foi o grande solvente de paz que os empresários, a UDN e a grande imprensa tanto propalaram. Dada a multiplicação dos choques e a renovada insistência dos trabalhadores em se manter parados, Jânio quis salvar-se como “amigo”, afirmando que a polícia devia oferecer garantias ao seu direito de greve. De fato, os trabalhadores em suas rodinhas, comitês e aglomerações, os delegados de base, as células e a direção sindical, assim como outras redes de sociabilidade — estendidas pelos bairros, clubes e associações não-sindicais —, demonstraram força e unidade.

Em certas ocasiões, seus piquetes atemorizavam os observadores e eram chamados de “esquadrões voadores”,<sup>24</sup> em outras evoluíam como parada de incontido carnaval. Saíam com carros de som, ornavam-se com seus estandartes — dos sindicatos e da pátria brasileira —, eram comandados por “chefes” e prestigiados por “amigos”. O destaque dos generais Porfírio da Paz (que também era vice-governador) e Gentil Falcão, bem como a figura de deputados e vereadores, eram, claro, um abre-alas para mitigar as animosidades do Departamento de Ordem Política e Social (Deops), dos pelotões de

choque e das guardas e chefias das firmas. Outrossim, sua amizade servia para atestar que o piquete não era feito de arruaceiros, reforçando uma ordeira imagem de clareza de propósitos.

Ambos os generais foram tachados de “clowns” (palhaços) pela polícia.<sup>25</sup> Gentil Falcão “representava o papel de ‘quebra-galho’ dos grevistas frente ao policiamento”, reclamou o Deops. Quando praças e oficiais investiam contra os grevistas, o general se identificava, forçava-os à “posição desagradável” de bater continência e arrancava “sorrisos maliciosos” dos piqueteiros.<sup>26</sup>

Essas e outras escaramuças — pau contra cassetete, pedras contra vigias, multidão contra cavalaria, chacotas contra ordens, piquete contra pelotão — deram ao movimento a nada sisuda cara de uma greve geral de massas. Maltas de gente de pele escura ou morena, de posse de paus ou pedras, além de seus próprios recursos corporais, exibiram sua disposição para o embate, provocando medo e ojeriza aos seus oponentes, angariando admiração nas “ordens baixas”. Aos gritos de “Fecha!”, tornam-se senhores das vias. No dia 17, saem de Santo André em direção a São Caetano, passando por várias fábricas. “Sempre se engrossando com novas adesões”, têm “atuação ameaçadora”, espectro responsável pelo fechamento de outras firmas. Sem “agir com depredações”, o único caso de choque registrado se dá na Lidgerwood, onde piqueteiros “marretaram” um guarda que reagiu à sua passagem. Nota de insucesso, na Laminação Pignatari, os grevistas tentam impor a paralisação, mas são impedidos, “à mão armada, por piquetes da Força Pública”. À tarde, um segundo piquete parte da Vila Prudente com cerca de 500 pessoas. “Com paus e pedras”, seus membros forçam o fechamento do comércio e das indústrias, extrapolando os planos dos dirigentes. No seu encalço, o investigador policial presume ser “integrado na maioria por nortistas”, que, em “grande alarido”, fecham a Rayon Matarazzo.<sup>27</sup> Nas ruas a liberdade coibida nas fábricas é conquistada mediante conflito.

A Greve dos 400 Mil, assim, aprofundou um aspecto notável: os novos personagens que entravam em cena e evidenciavam o mundo que criavam a partir de baixo — isto é, com suas próprias forças e iniciativas e, ainda mais, a partir de dentro da fábrica, tomando as ruas e mostrando seu poder sobre elas. Hábil em circular mensagens, idéias e valores entre as rodinhas formadas nas praças dos “marmiteiros” e as linhas de “peões”

arregimentados nas cadeias de montagem, a cultura da astúcia e autodefesa dos operários os mantinha autônomos o suficiente para deixá-los indiferentes — ou para exporem sua própria vontade — diante de pretensos senhores e representantes.

Na cabeça de muitos manifestantes da multidão, não era contraditório permutar favores e lutar por direitos. Sindicalistas e trabalhadores sabiam tanto representar o ato de pedir e receber quanto encenar sua agressividade. Por causa disso, Jânio voltaria a desgostar do comportamento (independente e classista) dos trabalhadores (Silva, 1995, p. 173).

Além do recurso às cortes superiores (o TRT proclamara 25% de reajuste), o empresariado, aqui e ali, mitigou o resultado da greve mediante o desrespeito puro e simples, especialmente no setor têxtil. Resistir à proposta dos operários de contratação coletiva por ramo de atividade era o reverso da moeda em cuja figura vinha o apego patronal ao arbítrio privado das relações entre capital e trabalho. Sintetizando, a inclusão da questão social na esfera pública não era de seu agrado.

#### A LUTA PELO ABONO DE NATAL

Durante anos o movimento operário desejou consagrar a paga de um décimo terceiro salário, mas os patrões resistiam, argumentando não estar disposto em lei. Segundo eles, caberia a cada empresário, individualmente, a decisão de observá-lo. Em 1959, os sindicatos remeteram petições ao Congresso Nacional em favor do projeto de lei do abono de Natal, de autoria do deputado Aarão Steinbruch (da Aliança Popular Nacionalista). Negados os pedidos, os trabalhadores sustentaram campanhas de pressão até sua acolhida em 13 de julho de 1962.

Briga direta entre patrões e empregados, muitas confrontações eram feitas. No final de 1960, um comunicado policial registra: “ainda que não esteja regulamentado por lei (embora conste na Constituição)”, o abono estava na mira do PCB. Constava dos seus planos que a luta pela aplicação da lei obedecesse aos experimentos de 1960, ou seja, “não fazer greve geral, nem greve de rua, e, sim, greve branca, no recinto de cada fábrica ou indústria, a

fim de evitar choque com a Polícia".<sup>28</sup> Com efeito, após a Greve dos 400 Mil, as tentativas de paralisações maciças haviam fracassado. No entanto, quando o bloco PTB-PCB chegou ao comando da CNTI, novo chamado de greve de massas foi feito, e em favor do décimo terceiro pagamento. Marcada para 13 de dezembro de 1961, a nova rodada de luta implementava resoluções de assembleias intersindicais.

Um homem cuja biografia resume boa parte da industrialização brasileira nos dá pistas para entender os preparativos do lado patronal. General de exército, engenheiro, dirigente industrial e político, o ex-presidente da CSN, Edmundo de Macedo Soares, era presidente da Mercedes-Benz. Em 7 de dezembro de 1961, ele fez uma visita ao sindicato dos fabricantes de veículos. No item referente ao abono de Natal, seus apontamentos registram: "três atendem" enquanto que as demais entrariam com concessões menores.<sup>29</sup> A idéia era dividir e reinar: algumas firmas mantinham a aura de boas pagadoras da indústria automobilística e outras ofereciam resistência, aproveitando para reclamar da política econômica.

Nas vésperas das paralisações, circulam informações no Deops sobre a Fiesp. Além da menção a um manifesto contra o abono, a cobertura policial reporta a fala de certos industriais que, em assembleia, afirmam que o projeto do abono deveria prever os "meios para sua efetivação, pois nem todas as indústrias estão em condições financeiras". Outros se pronunciam em tom de sublevação: "para defendermos nossos interesses, iremos até o ato de completa rebeldia", "que os industriais paulistas não mais confiam no governo federal, no Congresso e na Câmara dos Deputados, sendo que suas últimas esperanças estão depositadas no governo estadual e no Exército nacional".<sup>30</sup>

Ao lado da ojeriza ao governo Jango, a quem responsabilizariam por todos os incidentes da greve, a burguesia industrial paulista alardeava a comunicação do Congresso Nacional, falava abertamente em tramar contra a Presidência da República, aliava-se ao governador Carvalho Pinto e cortejava o Exército. O presidente da Fiesp Antônio Devisate conclamou: "mantenham-se nos postos", pois estava avisado do apoio logístico do governo estadual e do II Exército. Sustentando-se na condenação do movimento pelo ministro da Justiça Alfredo Nasser, não arredariam pé de suas firmas.

Tratava-se, pois, de "impedir a ação dos piquetes". Delegados comandando o cerco a sindicatos para a captura de sindicalistas e trabalhadores estavam apenas seguindo ordens, diriam de si mesmos. Ordens do governador, que dispusera um "dispositivo especial de policiamento" de 12 mil homens arregimentados entre os efetivos do Deops, Guarda Civil e Força Pública. Na Secretaria de Segurança, os dois delegados incumbidos do comando foram liberados para agir "com o máximo de energia".<sup>31</sup>

#### BRAÇOS CRUZADOS, MÁQUINAS PARADAS

Ao se posicionarem contra o reconhecimento de direitos previstos em lei, os industriais visavam manter as negociações dentro dos limites de cada empresa, evitando generalizações. Desse modo se expunham à sindicalização fabril de seus empregados, risco que aprofundava sua dependência para com a polícia. Afinados por "um simples silvo de apito em cada seção", os trabalhadores da General Motors de São Caetano suspenderam a produção, por 15 minutos, na manhã de 24 de outubro de 1961. Com assembleia noturna marcada, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, os trabalhadores almejavam influenciar as negociações na DRT. Reciosa, a GM solicitou "policiamento preventivo".<sup>32</sup>

O silêncio produtivo que se seguiu aos debates da assembleia foi gritante. Segundo os investigadores enviados, duas compactas passeatas demonstraram, dentro do parque industrial, a força da paralisação. Na justiça, o TRT apresentou uma proposta conciliatória, recusada, em assembleia, por aclamação.<sup>33</sup>

Quando a greve foi sentenciada ilegal, o *Estadão* aproveitou para danificar a imagem do sindicato, difundindo a vinculação entre greves (demagogia dos "pelegos") e demissões (prejuízo para os trabalhadores). O líder metalúrgico Antônio Lindolfo fora avisado do esquema antigreve. Dias antes, o diretor do Serviço Sindical da DRT Aldo Ângelo chamara-o ao telefone para adverti-lo de que o sindicato entraria numa "batalha inglória" caso encampasse as decisões dos trabalhadores.<sup>34</sup>

Em carta aberta, o presidente da Fiesp chamou de "providência especial" qualquer procedimento que ampliasse decisões judiciais particulares, expres-

sando sua contraposição a qualquer medida extensiva do acordo às demais firmas. As concessões da GM — majorar salários, não punir os grevistas e reconhecer a escolha de cinco trabalhadores sindicalizados para uma comissão — não podiam se espraizar para fora de seus muros.<sup>35</sup>

A greve não foi “política” nem “econômica”, pois ambas as vertentes seguiam juntas. No dia 27, em ato público — na Praça Primeiro de Maio —, os oradores elogiaram os trabalhadores da GM. O vereador Nilo Figueiredo ofereceu-se para ser abre-alas dos piquetes. O dirigente Luiz Tenório de Lima lembrou os presentes da importância de apoiarem a campanha do abono natalino. Muito aplaudido, o deputado Luciano Lepera “fez críticas aos senadores e deputados, dizendo que o operário, o lavrador, votam com sentimentalismo”. Isto “porque determinado deputado ou senador conseguiu emprego para seu filho ou deu a este um vidro de remédio, que o povo deve acabar com esse sentimentalismo, votando em operário, em homem do povo (...). Que 90% dos senadores e deputados são banqueiros, latifundiários e grandes magnatas da indústria, razão pela qual o povo nada deveria esperar deles, pois não iriam legislar contra os seus próprios interesses”.<sup>36</sup>

Seguindo seu curso, a classe trabalhadora dispunha de condições para se pôr em movimento a partir de suas próprias forças, a partir da fábrica, numa relação direta com seus senhores, não sendo apenas objeto de processos vindos “do alto” ou “de fora”. Selecionando delegados e lideranças, acompanhando as negociações, discutindo seus que tais nas rodinhas, os operários davam vida a uma classe em luta.

#### GREVE DOS 700 MIL

No segundo semestre de 1963, vislumbrando a representação de 700 mil trabalhadores lotados nas bases de 79 sindicatos e quatro federações, o Pacto de Ação Conjunta (PAC) pretendia avançar nas campanhas salariais. Além de unificar a expressão de diversas categorias, o PAC, que era ligado ao CGT, desejava ser reconhecido como interlocutor da Fiesp, negociando em bloco as reivindicações.

Na opinião de um observador favorável à burguesia — o corpo diplomático estadunidense —, reconhecer o PAC conforme os sindicatos propunham

era abrir a possibilidade de, em seguida, admitir a própria CNTI (nas mãos do PTB-PCB). Essa concordância, em segundo lugar, também abriria “excelente oportunidade para a eclosão de, ao menos, uma greve geral a cada ano”, aprofundando a hegemonia do eixo de centro-esquerda no movimento operário. Lida nos mesmos termos, a demanda pela aceitação do delegado sindical, outrossim, mobilizaria maior número de trabalhadores em favor de campanhas intersindicais.<sup>37</sup>

Apesar de classificarem a proposta como uma “armadilha óbvia”, os analistas consulares imputaram a certos empresários a adoção de uma “tática estúpida”. Enquanto uns se encontravam amedrontados, outros ameaçavam com o locaute. Dos primeiros, tais analistas esperavam resistência tenaz, que cedesse apenas no último minuto, somente concordando com “o mínimo possível”, dos segundos, esperavam fumaças nas chaminés, mas com a proteção da polícia, para dissolver os piquetes, dividindo os trabalhadores.

Por meio da Fiesp, os patrões atuaram coletivamente nas mesas-redondas, mas só concordaram com negociações em separado. Entender-se diretamente com a CNTI era ilegal, alegavam, logo concluindo que as formas conciliatórias deveriam acontecer em específico, categoria por categoria. Individualmente, certos empresários faziam concessões visando subtrair forças e desmobilizar a campanha.

No entanto, em paralelo, a DRT acolhia o pedido da CNTI de unificação das tratativas. Esta permeabilidade da DRT ao sindicalismo trabalhista irritava Rafael Noschese, presidente da Fiesp. No primeiro dia da greve, 29 de outubro, ele se queixou do fato dos líderes sindicais circularem “à vontade” na sede da DRT, e se declarou contrariado com as relações tecidas entre os sindicatos e as agências públicas.

Em contrapartida, caberia a Noschese registrar certos agradecimentos. A CNTI e outros grêmios operários tiveram seus telefones cortados, interrupção provocada pelo Deops. Ainda mais, o governador Carvalho Pinto providenciou um dispositivo policial de 11.200 homens, que se abateu sobre as assembleias e concentrações dos trabalhadores, efetuando 600 capturas (só no primeiro dia de greve). Para completar, o comandante do II Exército Peri Beviláqua hipotecou reforços militares.

Os reconhecimentos haveriam de ser estendidos até a superpotência amiga, os EUA. A polícia “fez um trabalho extraordinário”, exultou o cônsul

Lyon. Na verdade, a excelência da repressão se devia ao “programa de treinamento policial da Agency for International Development [Agência para o Desenvolvimento Internacional]”, que bem podia “receber muito do crédito”.<sup>38</sup>

Aproveitando a reunião de delegados, comissões de fábrica, assembléias, piquetes, sindicatos e passeatas, a greve estourou como prometido, atingindo — parcialmente — o coração industrial do país (São Paulo, ABC, Santos, Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Taubaté e São José dos Campos, entre outras cidades).

Na segunda jornada, os grevistas se fortaleceram com a legalização do movimento (anunciada pelo ministro do Trabalho Amauri Silva, que seguiu parecer do próprio Jango). Além do mais, o TRT aceitou estudar a petição da CNTI a respeito da unificação das negociações trabalhistas, relativizando as desculpas patronais alusivas à ilegalidade da proposta dos trabalhadores. Em vista disso, a mobilização aumentava, mas a repressão recrudescia, ocasionando confrontos entre os piquetes da greve e os piquetes de choque.

No dia seguinte, 31, apesar da adesão dos ferroviários da Santos-Jundiaí, o TRT se pronuncia negativamente a respeito da demanda dos trabalhadores e se posiciona em favor do corporativismo da Justiça do Trabalho. “Indubitavelmente”, anota a diplomacia dos EUA, as forças antagônicas ao contrato coletivo “usaram de toda a pressão disponível em cima do TRT”, uma corte “susceptível a influências externas”.<sup>39</sup> Mesmo assim, a contagem dos votos — 4 a 3 — indica que os juízes eram sensíveis às pressões vindas de ambos os lados da disputa.

Os frios percentuais que encerram as greves não podem turvar nossa visão da história do movimento operário.<sup>40</sup> Na capital, os metalúrgicos deram sobeja prova de organização. Ao dispensarem o uso dos piquetes, sua organização pela base (delegados e comitês) justificou todo o temor e atenção que as classes dominantes destinavam ao maior grêmio de São Paulo. Mais que isso os trabalhadores — também nas outras categorias — recebiam assistência dos delegados e se mantinham em contato com seus sindicatos, reunindo-se por empresa e constituindo a ponta de lança do movimento.

A volta à produção só aconteceu quando uma Comissão de Greve negociou um acordo válido para os 700 mil trabalhadores, independentemente

dos entendimentos terem ocorrido em particular. Na prática, um patamar mínimo universal fora atingido.

Sem o reconhecimento do delegado, é verdade que o velho hábito da sindicalização fabril (sem pedir licença ao Estado e aos patrões) continuaria intocado. Isto é, diferente do que aconteceu com os sindicatos, fazer movimento sindical no local de trabalho não era objeto de lei ou acordo, não sendo garantido nem proibido. Se os patrões não tolerassem a existência de delegados e comitês — e, como classe, jamais os aceitaram —, esta forma de organização se daria no chão da fábrica, face a face e palmo a palmo (Negro, 2001). Contudo, no governo Jango, durante a permanência de Almino Afonso no Ministério do Trabalho (imediatamente anterior à Greve dos 700 Mil), nunca a classe trabalhadora havia chegado tão perto da conquista desse direito.

Aquelas correntes que apostaram o futuro e a eficácia de seus projetos políticos na organização da classe trabalhadora nada tinham a fazer a não ser procurar uma saída para a autonomização dos sindicatos — e por isto pleiteavam o reconhecimento do delegado sindical e a abertura de negociações coletivas abrangentes.

Os limites não ultrapassados pelo movimento operário são melhor compreendidos se computarmos a rede tecida entre a polícia política, os governos estaduais, as federações industriais, o Sesi, o governo dos EUA, a Justiça e o Ministério do Trabalho. Desse modo, veremos uma aliança em ação, liquidando as iniciativas de modernização das relações capital-trabalho.

O liberalismo do patronato refletia suas restrições ao reconhecimento do direito operário aos direitos trabalhistas e de organização sindical. Espelhava, em segundo lugar, seu alarme contra a chegada das classes subalternas à estrutura das instituições republicanas. A Coisa Pública havia de ser mantida privatizada pelas classes dominantes e não podia abrigar líderes sindicais licenciosos. Em contraste, para trabalhistas e pecebistas, a proximidade entre políticas públicas e sindicatos não era um ponto de recusa programática. Enquanto os liberais usaram o corporativismo sindical para controlar o operariado, a aliança PTB-PCB se serviu dos sindicatos para organizar os trabalhadores em oposição ao cerceamento do direito de greve e à carestia. Não surpreende, portanto, o achado de Dulles (1970, p.

243) segundo o qual vários empresários se determinaram a derrubar Jango após a Greve dos 700 Mil.

Permeada de rivalidade étnica e racial, a elitista irritação provocada pelo entra-e-sai dos representantes dos trabalhadores nos recintos governamentais traduzia a oposição empresarial à democratização das relações capital-trabalho — contrariedade que embasava seu apego ao corporativismo, como ocorreu nas disputas sobre 13º salário, direito de greve, negociação coletiva, direito de representação sindical de base e organização intersindical horizontal.

#### UMA REPÚBLICA A SERVIÇO DOS TRABALHADORES

Depois das eleições proporcionais de 1962, o deputado Camilo Ashcar foi à televisão e declarou, sem dúvidas, que a greve era um direito. Também ressaltou que o decreto 9070 (uma lei antigreve) era igualmente constitucional. Assim, o cerceamento dos movimentos paredistas se justificava pelo fato de, “assalariados por alguns homens, que não têm formação democrática necessária aos líderes autênticos, os fomentadores de greve estimulam a massa obreira a lançar-se em reivindicações violentas”. Agressividade, burocratas e manobras espúrias: batendo nessas notas, o deputado enunciou: “pode se dizer que nem todas as greves são ilegítimas e que, no Brasil, quase todas são ilegítimas”. Proposta pelo PCB, uma central única dos trabalhadores serviria para “manter a população em pânico”, atemorizando-a com greves gerais.<sup>41</sup>

De igual maledicência serviu-se Antônio Pereira Magaldi. Para enaltecer um encontro do MSD no Rio de Janeiro, ele relatou: “foi puramente sindical, fora de qualquer política partidária”, prova dos “verdadeiros interesses dos trabalhadores”. Depois dessa alusão à “autenticidade”, Magaldi se ofendeu com a ocorrência de uma “reunião política assessorada pelo Partido Comunista, em nome do movimento sindical brasileiro”.<sup>42</sup>

Noutra ocasião, ao desembarcar em Congonhas, Carlos Lacerda logo sacou sua verve. Indagado da existência de um “quinto poder” no país, o governador carioca aquiesceu dizendo tratar-se da “Grevebras”.<sup>43</sup>

O que essas vozes temiam era o assim chamado “superpoder sindical”,<sup>44</sup> o esteio da “República Sindicalista”. “O problema não é bem como Vossa Excelência o coloca, de o Congresso defender os trabalhadores e o povo”, discordou o deputado petebista Salvador Lossaco (líder bancário, ex-presidente do PUI). “O que os trabalhadores e o povo querem é participar da vida econômica, política e administrativa da nação” (Benevides, 1989, p. 136). Este era o problema do bloco MSD-UDN-militares com o rumo tomado pelo trabalhismo.

Para um dirigente sindical da construção civil, o pedreiro cearense Pedro Daniel de Souza, os parlamentares que apareciam em apoio aos movimentos, na verdade, vinham “prestigiar a gente”. Aliás, advertiu, “é bom lembrar que tem muitas pessoas que pensam que o 13º salário saiu porque o Jango era bonzinho. Eu acho que o Jango foi um dos presidentes que fez menos repressão contra a classe trabalhadora. Mas esse direitos, a obtenção do 13º, foi uma vitória da luta da classe operária”.<sup>45</sup>

Sem se arrepender “de nada” do pré-64, o sindicalista ferroviário Antônio Petransan explica:

“nós os trabalhadores já entendíamos que as dificuldades que a gente passava eram por causa desses grupos de imperialistas internacionais: terras nas mãos de poucos e a remessa de lucros para fora”.

“Lutávamos pela encampação de empresas como a Light, a Telefônica, refinarias de petróleo. Lutávamos pela formação da Petrobrás, achávamos certo dizer ‘o petróleo é nosso’. Achávamos que aquilo era nosso e nós, como brasileiros, devíamos defender tudo aquilo. Tínhamos consciência de que, como trabalhadores, não deveríamos só trabalhar. Não éramos marginais da sociedade, tínhamos o direito de opinar”.<sup>46</sup>

Nem marginais nem demagógicos cabos eleitorais. O fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista. E contra isso armou-se um golpe de Estado em abril de 1964.

A PERGUNTA É SE HAVIA TANTA ORGANIZAÇÃO,  
SE 700 MIL PODERIA SER MOBILIZADO SÓ EM SP,  
PORQUE O GOLPE POSTO ABAIXO EM DOIS DIAS?

## A QUESTÃO SOCIAL E A INQUIETAÇÃO OPERÁRIA

Como vimos, paralisações e greves constituíram um tipo de confrontação social que jamais deixou de fazer parte da missão das leis trabalhistas de suprimir o conflito entre as classes. De um lado, firmas no propósito de tutelar o operariado, inventores e curadores do trabalhismo não renunciaram aos instrumentos de controle, repressão e espionagem proporcionados pelos recursos dos empresários, das máquinas partidárias e governamentais. De outro lado, as iniciativas de levar a experiência do trabalho à representação sindical se atritavam com as posturas patronais ante o direito do operariado a recorrer a seus próprios grêmios para invocar a dignidade do trabalho, defender conquistas previstas em lei ou, simplesmente, reivindicar salários. Nesse sentido, dar voz à experiência dos trabalhadores levava o sindicalismo trabalhista ao experimento de campanhas e conflitos de classe (Gomes, 1988, p. 202; Fortes, 1999, p. 41).

Desde o início, a obra-prima do ideário trabalhista do varguismo — a CLT — se houve com trabalhadores de braços cruzados e máquinas paradas. Na base desta contradição, estavam as vicissitudes do nacional-desenvolvimentismo em providenciar justiça e bem-estar sociais com progresso econômico, colaboração entre as classes e nacionalismo.

Ao eclodir uma greve, próximas ao chamado da polícia, os patrões se serviam de duas alegações. Primeiro, questionavam a legitimidade das paradas argumentando que seus funcionários eram leais, laboriosos e apolíticos. Não havia problemas para quem trabalhava, eram as minorias radicais que empurravam a luta, diziam. Sem rodeios, caso se deparassem com uma paralisação unitária e firme, descartavam essa tese da infiltração maquiavélica e deploravam o abandono, por parte dos trabalhadores, da cordial índole do brasileiro humilde.

Portanto, o enraizamento do ativismo operário no terreno entre o sindicato, os portões e o chão das fábricas era uma iniciativa sob contínua pontaria adversária. Na seqüência do comparecimento de um empresário à Delegacia de Polícia de São Caetano, o Deops recebeu ofício das queixas apresentadas. Os trabalhadores estavam envolvidos em “distribuição interna de boletins (...), revolta de operários contra patrões, tentativa de greve, ins-

tigação de alguns operários sobre outros com o fito de promover animosidades contra a direção da indústria, enfim, uma apreciável quantidade de ações de praxe de elementos comunistas”.<sup>47</sup>

Outras lóstimas foram vertidas quando os operários da Cerâmica São Caetano — “antes pontuais e cordatos” — passaram a reivindicar melhores ordenados. Propriedade de Armando de Arruda Pereira e Roberto Simonsen,<sup>48</sup> a Cerâmica se sentiu traída e revelou sua intolerância, cancelando suas responsabilidades de firma provedora de bem-estar capitalista. De fato, a crença do empresariado no mito do brasileiro humilde e cordial se desfazia quando seus subordinados principiavam a lutar por seus direitos, mesmo se apenas invocassem a lei. Em seguida, vinha a dispensa de “todos que pretendem, por qualquer forma, lançar a confusão entre os operários, mesmo tendo estabilidade”.<sup>49</sup>

Apesar da diretoria da Cerâmica supor “haver conjurado o movimento”, o investigador destacado para apurar as ocorrências sugeriu a providência de uma infiltração cujo objetivo seria “levantar os elementos que agem internamente”. “Dita infiltração seria muito bem recebida pela direção da firma”, garantiu ele.

A razão dos industriais em promoverem a espionagem de seus empregados estava na certeza de que a polícia era um costumeiro aliado na conservação de seu arbítrio privado sobre os mundos do trabalho. Conforme notou Jordan (2000, p. 60), a divisão de Ordem Social da polícia política monitorava trabalhadores e sindicatos ao lado de suas associações e clubes (escolas de samba, clubes de futebol, sociedades literárias). Várias usinas têxteis cariocas recebiam cobertura diária dos agentes investigadores, mas jamais foram molestadas pelos policiais por causa de tópicos relativos a condições e acidentes de trabalho.

Em contrapartida, a garantia que a lei fornecia aos trabalhadores para invocarem seus costumes em comum — ou criarem direitos incomuns — era uma porta aberta para o questionamento do comando senhorial. Desse modo, o surgimento do sindicalismo nos domínios do local de trabalho era uma porta aberta para a ruptura, por parte dos trabalhadores, de uma suposta dívida de lealdade e respeito para com os patrões, que se viam como provedores de seu bem-estar. Regularmente acusados de comunistas, os envolvidos eram identificados e demitidos.

## O TRABALHISMO REINVENTADO

Em 1951, Vargas voltou ao poder com os votos do eleitorado, mas, rapidamente, perdeu prestígio e autoridade. Ainda assim, martirizado pelo suicídio, foi carregado pela multidão. Rivalizada ou recusada, a herança do trabalhismo consta no centro dos acontecimentos relativos aos períodos prévio e posterior a 1964.

Getúlio — pela força ou pelo convencimento — conseguiu exortar os trabalhadores do Brasil a uma ideologia anti-revolução, o trabalhismo. Impondo (ou barganhando) a formatação dos grêmios operários, o Estado se intrometeu no desenho da figura e do conteúdo das bases territoriais dos sindicatos. Não só passou a dizer quem podia responder pela representação dessas mesmas bases como também passou a legislar sobre seus recursos. Lacuna a gosto dos patrões, se avalizou o direito dos trabalhadores à agremiação sindical não reconheceu este mesmo direito no nível do local de trabalho.

A fim de sobreviver à ditadura da qual fora chefe, Getúlio rebocou suas promessas de nacionalismo e justiça social e, na sua oratória, reconvidou os trabalhadores a tomarem assento numa plataforma nacional-reformista de desenvolvimento econômico sob o controle do Estado. Sem receber uma negativa, realizou-se o trabalhismo que preconizou, um movimento de exaltação à sua pessoa e às leis do trabalho com teor nacionalista e em prol da justiça social.

O “amigo dos trabalhadores” ainda patrocinou novas formas de identidade. Tanto promoveu a reabilitação da figura do operário brasileiro — minimizando o prestígio da força de trabalho estrangeira — quanto endossou o apreço pelo serviço do trabalhador braçal. Naturalmente, já que tinha sua própria concepção de como seria esse trabalhador, havia constante investigação policial nos locais de trabalho (Duarte, 1999). Além disso, Vargas nacionalizou a crença de que, na sua pessoa, o humilde operário dispunha de um aliado e protetor. Ao prometer zelar pelos direitos do trabalho, carimbou uma expectativa difusa entre o operariado, garantindo — muito mais do que podia — que tais direitos seriam consagrados e efetivados pela lei. Possivelmente, foi o primeiro presidente brasileiro a reconhecer no opera-

riado brasileiro — mestiço e braçal — algo distinto de uma classe de gente desprezível, perigosa ou ignorante (evidentemente, se apartada do socialismo).

A classe trabalhadora, ao mesmo tempo, nunca renunciou à ação direta, à greve, ao voto em candidaturas de esquerda e à sua auto-organização. Valeu-se, ainda, de acordos com políticos como Getúlio, JK, Jânio e Jango, que lhe prometeram tolerância no cumprimento do programa trabalhista. Em represália, não só o “pai dos pobres” mas assim também os liberais recorreram à repressão política para dominar a cena. Embora tenha conseguido aproximar o operariado das políticas públicas, o corporativismo da estrutura sindical não conseguiu aplicar sua meta de enquadrar o nascimento, a vida e a morte do associativismo trabalhista dentro do Ministério do Trabalho.

Dos governos, o programa da aliança PTB-PCB cobrava a observância da lei e medidas favoráveis aos trabalhadores. Dos patrões, reclamava salários e o respeito a seus direitos. A CLT não eliminou o conflito entre as classes nem impediu que os trabalhadores, em vários momentos, vissem governos e patrões como uma coisa só e antagônica.

O operariado não se deixou reduzir à subserviência e ao apadrinhamento, uma vez que a classe trabalhadora nem sempre se acha do lado dos dirigentes que dizem representá-la ou dos governantes que lhe juram amizade. Ao fazerem suas escolhas segundo sua experiência de classe, demonstraram sua independência, atuando como uma classe distante dos patrões e ciente de sua identidade e desejo.

Com as greves de 1978 a 1980, a classe trabalhadora finalmente se refez da derrota sofrida em 1964, erguendo o “novo sindicalismo”. Nas lutas, os trabalhadores enterram a idéia de príncipe sapiente, de soluções vindas do céu. Acreditam na autonomia dos movimentos sociais e na sua construção de baixo para cima.

Foi extraordinário, mas não totalmente original. Semelhante coisa se fez em 1961, quando Jânio Quadros renunciou. Instalada no Rio Grande do Sul, a Rede da Legalidade irradiou que uma aventura golpista estava em curso e que Jânio desejava voltar nos braços do povo. Atentos, os trabalhadores sustentaram a ordem democrática e se posicionaram a favor da posse do vice-presidente João Goulart.<sup>50</sup> Recusando a idéia de transformar-se em um joguete, eles não estavam com qualquer governo.

E talvez quisessem ser governo.

Ao comentar os rumores de greve entre os canavieiros de Pernambuco, a Embaixada dos EUA se preocupou, em 1965, com o “despertar social” dos brasileiros, particularmente onde as ligas camponesas haviam atuado, o “depauperado Nordeste”. Um rastilho de confrontações podia imprimir um rumo explosivo ao “sentimento generalizado de desesperança” que vicejava decorrente da tirania e da crise econômica. Nesse momento, os observadores estadunidenses se lembraram do panorama do governo Goulart — um “conflito de classe contínuo” —, admitindo o caráter contra-revolucionário do Golpe de 64 ao anotarem que os usineiros haviam partido para “voltar atrás com o relógio”.<sup>51</sup>

Numa sociedade tão habituada a esconder e vigiar diferenças de etnia, gênero e classe — na esfera pública e na intimidade —, a invenção do trabalho serviu para que as classes subalternas ampliassem sua interferência na vida do país, abrindo brechas para o acerto de contas com a velha questão social. E mais: sua reinvenção permitiu-lhes almejar a sua própria independência, sem o que o trabalho seria apenas mais um plano imposto de cima para baixo.

## NOTAS

1. “Legal Opinion (...) Concerning Denying Communists the Right to Lead Brazilian Trade Unions”. National Archives and Records Administration II (Nara II), GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/2-155.
2. Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos. Assembléia Geral Extraordinária, 28/8/1945.
3. Idem, 30/3/1946.
4. A respeito das condições familiares, de moradia e lazer dos trabalhadores durante o Estado Novo, ver Duarte (1999).
5. Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos. Assembléia Geral Extraordinária, 19/6/1955.
6. Depoimento de militante comunista, citado em Maranhão (1979, p. 78).
7. Isso fica evidente nas pesquisas sobre as cartas de trabalhadores a Vargas, embora nelas possamos encontrar códigos culturais, interesses e expectativas conflitantes com os projetos de adesão política (Ferreira, 1997; Jordan, 2000; Reis, 2002).

8. A análise dessas greves baseia-se em Costa (1995, capítulo 2).
9. A descrição que se segue da greve fundamenta-se em Costa (1995, capítulo 4).
10. Este item baseia-se fundamentalmente em Ferreira (1999).
11. “Greve Geral do Dia 2 de Setembro de 1954”. Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), setor Deops, 43-Z-0, fls. 1451. As citações do parágrafo seguinte provêm da mesma fonte.
12. Entrevista ao Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), 23/8/85.
13. Robert Alexander era professor em Rutgers University, mas também endereçava seus estudos, na forma de relatórios, a Jay Lovestone, secretário da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIO-SL), estando engajado nas formulações dessa entidade para a América Latina através da Orit. É dele o livro *A organização do trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
14. “Report by Professor Robert Alexander”, 13/5/56. Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/5-2856. As citações dos dois parágrafos seguintes foram retiradas dessa fonte.
15. Harding (1976: 501 e ss.).
16. O que se segue sobre a CGT baseia-se, fundamentalmente, em Delgado (1986 e 1997).
17. “The São Paulo Strike of October 15-25, 1957”. Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4310, 832.062/12-1057. As citações do parágrafo seguinte provêm da mesma fonte.
18. “Some Recent Gains and Losses in the Trade Union Picture”. Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1955-59, box 4309, 832.062/3-157.
19. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957”, fonte já citada.
20. Relatório, 7/10/57. Aesp, setor Deops, 50-B-58, fls. 1018.
21. OESP, 16/10/57. *Correio da Manhã*, 16/10/57.
22. “Observações e Estudos Realizados em torno da Greve de Outubro”, 11/11/57. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2153.
23. OESP, 19/10/57.
24. “Labor Unrest Declines”. Nara II, GRDS, RG 59, Central Decimal File, 1960-63, box 2417, 832.06/12-2260.
25. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2.153.
26. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2.126; 30-B-7, fls. 82.
27. Informe reservado, 18/10/57. Aesp, setor Deops, 30-B-7, fls. 79.
28. Comunicado, 26/12/60. Aesp, setor Deops, 50-Z-318, fls. 2838.
29. Notas, 7/12/61. Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC), EMS, f-priv, 59.09.23, fotograma 528.
30. Comunicado, 12/12/61. Aesp, setor Deops, 43-Z-0, fls. 3.009.
31. OESP, 14/12/61.
32. Bilhete, 24/10/61. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 108.

33. Relatório, 6/11/61. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 110.
34. Relatórios, 26/10/61. Aesp, setor Deops, 50-Z-220, fls. 2.114.
35. OESP, 29/10/61, 31/10/61, 1º/11/61.
36. Relatório, 28/10/61. Aesp, setor Deops, 50-A-247, fls. 111.
37. "The Industrial Strike". Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1963, box 3576, LAB 6-1 BRAZ, 3/12/63.
38. "The Industrial Strike", fonte já citada.
39. "The Industrial Strike", fonte já citada.
40. Os trabalhadores saíram com 80% de reajuste nos ordenados. Haviam pedido 100%, mas os empresários ofereceram 60%.
41. Resumo taquigráfico da entrevista do deputado Camilo Ashcar no programa Peço a Palavra, do Ipes (TV Cultura, 20/12/62). Arquivo Nacional (AN), Arquivo Particular Paulo de Assis Ribeiro (AP 50), caixa 51.
42. Resumo taquigráfico da entrevista de Antônio P. Magaldi no programa Peço a Palavra, do Ipes (TV Cultura, 23/8/62) (g.m.). AN, Arquivo Particular Paulo de Assis Ribeiro (AP 50), caixa 51.
43. O "quarto poder" era a imprensa. OESP, 1º/11/63.
44. Tavares, Aurélio de L., "A Contra-Revolução no Brasil". In: VVAA, *A Revolução de 31 de Março*. Rio, Biblioteca do Exército, 1966, p. 117.
45. *Diário do Grande ABC*, 30/9/79.
46. *Diário do Grande ABC*, 30/9/79.
47. Relatório, 10/8/51. Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), setor Deops, 50-Z-435, fls. 304.
48. Junto com Euvaldo Lodi, Roberto Mange, Morvan Figueiredo, Rafael Noschese e Mariano Ferraz, Armando de Arruda Pereira integrava o "círculo de Simonsen", sendo todos ativos dirigentes da Fiesp.
49. Relatório, 26/1/52. Aesp, setor Deops, 50-Z-435, fls. 331. As citações do parágrafo seguinte provêm da mesma fonte.
50. Ver: uma recente reconstituição desse episódio em dos Santos, João Marcelo P., *Os Herdeiros de Sísifo. A Ação Coletiva dos Trabalhadores Porto-Alegrenses nos Anos de 1958 a 1963*. Campinas, dissertação de mestrado apresentada ao Ifch-Unicamp, 2002.
51. "Revolution Interpreted", 23/4/64. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1283, LAB 11 BRAZ. "Semi-Annual Political Review", 7/1/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1933, POL 2-2 BRAZ. "Labor Report: Part II", 28/9/65. Nara II, GRDS, RG 59, Central Foreign Policy Files, 1964-66, box 1281, LAB 2 BRAZ.

## BIBLIOGRAFIA

- Alem, Silvio F. 1981. *Os Trabalhadores e a 'Redemocratização'* (Estudo sobre o Estado, partidos e a Participação dos Trabalhadores Assalariados Urbanos na Conjuntura da Guerra e Pós-Guerra Imediato). Dissertação de mestrado Ifch-Unicamp, Campinas.
- Benevides, Maria V. 1989. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense.
- Carone, Edgard. 1982. *O PCB - 1954-1964*. São Paulo: Difel.
- Corsi, Francisco Luiz. 2000. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Unesp/Fapesp.
- Costa, Hélio da. 1995. *Em Busca da Memória: Organização no Local de Trabalho, Partido e Sindicato em São Paulo*. São Paulo: Scritta.
- Costa, Sérgio Amad. 1986. *Estado e Controle Sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- D'Araujo, Maria Celina; Gomes, Ângela de C. 1989. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática.
- Delgado, Lucília Neves de A. 1986. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes.
- . 1989. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- . 1997. "Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo", In Toledo, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp.
- . 2001. "Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)". In Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dreifuss, René. 1981. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.
- Duarte, Adriano. 1999. *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: UFSC.
- Dulles, John. 1970. *Unrest in Brazil*. Austin: University of Texas Press.
- Ferreira, Jorge. 1997. *Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- . 1999 (mimeo). *O Ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho*. Niterói: UFF.
- Fontes, Paulo. 1997. *Trabalhadores e Cidadãos*. Nitro Química: A Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50. São Paulo: Annablume.
- Fortes, Alexandre. 1999. "Revendendo a Legalização dos Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In — et al. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp.
- French, John. 1995. *O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo: 1900-1950*. São Paulo: Hucitec.
- French, John; Fortes, Alexandre. 1998. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. Albuquerque: The Latin American Institute — The University of New Mexico.
- Gomes, Ângela de C. 1988. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice.
- Hall, Michael. 2002. "Corporativismo e Fascismo: As Origens das Leis Trabalhistas Bra-

- sileiras". In Araújo, Angela (org.). *Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e Classe Trabalhadora no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Harding, Timothy. 1976. *The Political History of Organized Labor in Brazil*. Tese de doutorado — Stanford University, Stanford.
- Jordan, Thomas. 2000. *Contesting the Terms of Incorporation*. Labor and the State in Rio de Janeiro; 1930-1964. Tese de doutorado. — University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana.
- Levine, Robert M. 2001. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Loner, Ana Beatriz. 1985. *O PCB e a linha do "Manifesto de Agosto": um estudo*. Dissertação de mestrado — Ifch-Unicamp, Campinas.
- Maranhão, Ricardo. 1979. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense.
- Negro, Antonio L. 2001. *Linhas de Montagem*. O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos Trabalhadores (1945-1978). Tese de doutorado — Ifch-Unicamp, Campinas.
- Neves, Berenice. 2001. *Do Mar ao Museu*. A Saga da Jangada São Pedro. Fortaleza: Museu do Ceará.
- Paoli, Maria C. 1987. "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros". In Leite Lopes, J. S. (org.). *Cultura & Identidade Operária*. São Paulo: Marco Zero.
- Paoli, Maria C. 1988. *Labour, Law, and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese de doutorado — Birbeck College, Londres.
- Pessanha, Elina G. da Fonte; Morel, Regina Lúcia M. 2001. "Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro". In Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Reis, José Roberto F. 2002. "Não existem mais intermediários entre o governo e o povo": correspondências a Getúlio Vargas — o mito e a versão (1937-1945). Tese de doutorado — Ifch-Unicamp, Campinas.
- Santana, Marco Aurélio. 2001 *Homens Partidos*. Comunistas e Sindicalistas no Brasil. São Paulo: Boitempo/Unirio.
- Santos, João Marcelo P. dos. 2002. *Os Herdeiros de Sísifo*. A Ação Coletiva dos Trabalhadores Porto-Alegrenses nos Anos de 1958 a 1963. Dissertação de mestrado — Ifch-Unicamp, Campinas.
- Silva, Fernando T. da. 1995. *A Carga e a Culpa*. Os Operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade, 1937-1968. São Paulo: Hucitec.
- Telles, Jover. 1981. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Wolfe, Joel. 1993. *Working Women, Working Men*. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955. Durham: Duke University Press.

## Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe

João Roberto Martins Filho

Professor Doutor do Departamento de Sociologia da UFSCar.

O golpe de 1964 deixou tragicamente claro que as forças políticas civis — à direita ou à esquerda — pecaram ao subestimar a capacidade das Forças Armadas de intervir de maneira autônoma nos destinos do país. Nesse sentido, não apenas a vitória do movimento golpista, mas a forma como os chefes militares trataram seus aliados da classe política depois da derrubada do regime civil, mostram um desembaraço imprevisto das forças castrenses. Além disso, a própria permanência do regime ditatorial ao longo de duas décadas, num processo que incluiu sucessivos “golpes dentro do golpe”, escapou a todos os vaticínios. O mesmo vale para a forma com que os militares saíram do poder, ao final de um longo e controlado processo de abertura política, em condições institucionais que lhes permitiram manter, até hoje, um status especial no interior do aparelho de Estado.

A nosso ver, a origem desses equívocos de previsão está na leitura do processo político brasileiro inaugurado em 1930, mas cujas características mais importantes amadureceram basicamente durante a década de 1950, sob o signo da guerra fria. A visão mais influente desse período defende que, até 1964, os militares aceitaram voluntariamente um papel secundário na condução do país. Expressa em forma acadêmica na conhecida tese sobre a mudança de padrões na vida política brasileira (Stepan, 1971), a noção de que, até o início da década de 1960, os militares se auto-restringiam a uma função coadjuvante na vida brasileira já era bastante aceita antes do golpe militar de 1964. Em diferentes versões, ela parte de algumas idéias simples e básicas. Por um lado, afirma que são as forças civis as responsáveis únicas pelas mazelas do sistema político inaugurado em 1930, consolidado em 1937 e parcialmente mantido na democracia de 1945-64. Por outro, defende que são essas mesmas forças as grandes culpadas pelas intervenções militares na

vida política, sejam as vitoriosas, como as de 1945, 1955 e 1964, ou as fracassadas, como as de 1954 e 1961.

#### O MITO DO PAPEL MODERADOR

Um exemplo pitoresco desse enfoque pode ser encontrado no convite à intervenção militar feito em forma de poema pelo jornalista baiano Raimundo Schaun — o “Chamado ao Capitão do Povo” —, cujo pano de fundo era o fracasso das tentativas de golpe militar de agosto de 1954 e agosto de 1961. Em meio à aguda crise vivida pelo país, o apelo aos quartéis adquire na pena de Schaun um tom de quase lamento:

“Mas entregas, oh! Soldado...  
tu entregas sem cuidado,  
aos príncipes de mãos finas e perfis raposos  
a missão de abrir caminhos que julgas não ser tua.  
...E sorriem de ti malandros, esses príncipes;  
Do teu ingênuo ser, do teu trabalho puro.  
Confundem tudo e ficam sem abrir caminhos.  
...E as clareiras se fecham novamente.”

O poeta não era uma voz isolada. Não por acaso, seus versos encontraram eco nas visões de Oliveiros Ferreira, que os reproduziu, à guisa de abertura, em *As Forças Armadas e o desafio da revolução*, coletânea de artigos publicados em 1963 e 1964 em *O Estado de S. Paulo*. No livro o jornalista e professor propunha, de forma aberta, uma aliança de civis “autênticos” e a média oficialidade, a fim de desencadear o processo da verdadeira “Revolução Brasileira”, que liquidaria o corrupto “sistema” vigente desde 1937, com sua burocracia parasitária, seus sindicatos pelegos e “príncipes” encastelados no poder. Escrito pouco antes do golpe de 1964, a obra de Oliveiros veio à luz logo depois da tomada do poder pelos militares.

Em tom e estilos diversos, Alfred Stepan, Oliveiros Ferreira e Raimundo Schaun apresentam pontos comuns justamente no que diz respeito a uma

certa visão do papel das Forças Armadas nessa fase histórica — papel que se explicaria pela insegurança e timidez militares, fundadas numa auto-imagem de inferioridade em relação à esfera pública e aos mistérios da política. Em sua forma mais refinada, tal pressuposto apareceria em *Os militares na política*, livro em que Alfred Stepan propõe um novo modelo de relações civis-militares, adicionando-o à clássica lista elaborada na década de 1950 por Samuel Huntington. Para Stepan, quando se trata da América Latina, nem o modelo liberal dos pequenos exércitos, nem o profissional dos exércitos fortes, mas sob controle civil, parecem adequados para entender a vida política. Em vez disso, seria necessário distinguir um novo padrão capaz de dar conta da efetiva relação entre políticos e militares em países como o Brasil. Nas palavras do próprio autor: “Esse padrão de relações civis-militares, no qual todos os atores políticos tentam rotineiramente envolver os militares na política, se diferencia do modelo liberal onde a meta são Forças Armadas apolíticas” (Stepan, 1971, p. 62).<sup>1</sup>

Stepan deu ao novo modelo o nome de “moderador”, reconhecendo que a idéia já estava presente em autores brasileiros. Com isso, procurava descrever a situação específica em que os militares, apesar de constantemente chamados pelos políticos a interferir na vida do país, desempenham um papel restrito e basicamente conservador, limitando-se a manter o sistema em funcionamento. Nesse quadro, as intervenções militares geralmente se resumem à remoção do chefe do Executivo. Realizada a tarefa, o poder é transferido a outro grupo de políticos civis. Para Stepan, os militares aceitam esse papel com base em dois fundamentos: por um lado, porque crêem nas formas políticas parlamentares e, por outro, porque acreditam que não se equiparam aos civis na capacidade de governar (1971, p. 63).

Não seria isso precisamente o que dizia Mário Schaun, quando falava do soldado “ingênuo e puro” que entrega a “raposas ardilosas” o butim retirado da mão dos grupos derrotados, porque “julga não ser sua” a “missão de abrir caminhos”? Tal comportamento o leva, afinal, de volta aos quartéis fechando-se as clareiras e perdendo-se a oportunidade de melhorar o país. Na linguagem acadêmica, o que este modelo propõe é o fato de que as elites civis legitimam ativamente a presença dos militares na política, desde que estes cumpram o papel limitado que lhes foi previamente atribuído. Já os

militares aparecem como agentes secundários, que aceitam passivamente a função a eles designada, fundamentando seu papel numa postura legalista típica do modelo profissional de Huntington. Em síntese, na linguagem de Stepan, os militares têm alta legitimidade para intervir, mas baixa legitimidade para governar, situação que aceitam com certa resignação.

*Os militares e a política* constituía também um contraponto à obra já citada de Oliveiros Ferreira, publicada sete anos antes. Ao contrário do primeiro, esta é uma obra assumidamente militante, um libelo contra o sistema político vigente desde o primeiro período de Vargas, visto como o arranjo que aniquilou as forças sadias da Nação e colocou todas as classes sociais e partidos políticos — inclusive e principalmente os comunistas — sob a égide de um Estado que perpetua no país a corrupção, o atraso e a dependência. A isso tudo, Oliveiros chama o “sistema”. Para sair dele, dada a solidez dos mecanismos políticos que soldaram forças tão diversas, só haveria um caminho: uma aliança orgânica entre militares e civis. Dirigido aos oficiais das Forças Armadas — os “capitães do povo” — o texto-manifesto de Oliveiros parte de uma constatação: “Não há outra força organizada no país capaz de enfrentar o ‘sistema’ senão as Forças Armadas” (Ferreira, 1964, p. 82-83).<sup>2</sup>

Inspirado em Gramsci, Oliveiros via a possibilidade de uma autêntica Revolução brasileira, desde que se partisse de uma concepção correta de revolução nacional, consolidada numa sólida organização que atuaria como o “príncipe moderno” e cujo motor seria a ousadia de agir. Assim, antes de ser amadurecida em Stepan, a idéia do papel moderador brotava em Oliveiros, que pregava abertamente a necessidade de sua superação para levar avante o programa político que ele atribuíra ao militares: enfrentar a guerra subversiva e promover o desenvolvimento autônomo do país. Mas, na sua própria expressão: “Não se pense que (cumprir tal missão) seja apenas intervir no processo político para entregar de volta aos ‘príncipes’ a máquina administrativa saneada de seus defeitos mais gritantes” (Ferreira, 1964, p. 89).<sup>3</sup> De tal modo, embora porta-voz de um nacionalismo extremado distante da amena linguagem acadêmica de Stepan, Oliveiros funda sua visão do papel das Forças Armadas nos mesmos elementos-chave do padrão moderador, a saber, timidez militar (que impede o ato decisivo) e manipulação civil (que corrompe o país e entrava a revolução nacional).

Dessa maneira, Oliveiros, Stepan e Schaun vêem os militares como uma folha em branco à espera do script correto: a revolução nacionalista, como apregoavam o primeiro e o último; o golpe militar que inaugura um novo tipo de papel, como constatou, depois dos acontecimentos, o segundo. Antes mesmo de submeter essa visão ao escrutínio da história, vale apontar que a idéia da “folha em branco” ignora alguns pontos cruciais do papel dos militares na política brasileira naquela fase. Por um lado, as Forças Armadas constituíam parte integrante e indissociável do poder político desde 1930 e, principalmente, depois de 1937. Por outro, a propalada timidez militar — ou auto-imagem de inferioridade — não parece passar de um mito. Como veremos, o fracasso das intervenções castrenses de 1954 e 1961 associa-se não à falta de ousadia dos militares, mas às suas debilidades internas, que se constituíram em obstáculo para a tomada do poder em condições históricas concretas. Não é tanto no plano subjetivo — da auto-imagem militar — mas no plano objetivo das relações de forças que se fez a história das intervenções militares das décadas de 1950 e 1960. Quando, finalmente, em 1964, as Forças Armadas se viram <sup>optar</sup> a tomar o poder, o fizeram sem grandes hesitações, arrastando consigo todos os planos civis.

#### O PERÍODO PÓS-1930 E A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO

Com efeito, a visão dos militares como sócio menor e hesitante do condomínio político não parece resistir ao mais breve exame da história política do país depois de 1930. Conforme lembrou, com ampla comprovação empírica, José Murilo de Carvalho (1982), o Exército foi a principal força propulsora da revolução que derrubou a ordem oligárquica. É certo, por sua vez, que a consolidação da força política dos militares no imediato pós-30 enfrentou imensos obstáculos. Três grandes crises nacionais seriam necessárias até que se definisse o caminho afinal vitorioso do fortalecimento organizacional e institucional do Exército, transformado de coveiro da velha ordem a parteiro do Estado Novo.

Os anos posteriores à Revolução de 1930 foram uma época de profundas modificações políticas e organizacionais na força terrestre. Tal processo

não foi linear, mas ocorreu em ondas sucessivas, que se seguiram à Revolução de 1932 em São Paulo, à frustrada Revolta Comunista de 1935, e ao golpe do Estado Novo, em 1937, sem esquecer a tentativa integralista de maio de 1938. Na verdade, em nenhum outro período de nossa história republicana ocorreram mudanças tão profundas e tão concentradas no tempo, sob a liderança individual de um grupo tão restrito de generais. Os dois líderes incontestes desse processo foram Góes Monteiro — o tenente-coronel que, depois de 1930, passou a general de divisão em apenas dois anos — e Eurico Gaspar Dutra, que chefiou o Ministério da Guerra entre 1937 e 1945, deixando o cargo para se candidatar a Presidente da República. Góes foi ministro da Guerra entre 1934 e 35 e chefe do Estado-Maior do Exército de 1937 a 1943. Com o apoio decisivo de Getúlio Vargas, os dois generais conseguiram tornar o Exército uma organização coesa, politicamente homogênea e socialmente permeável às classes média e alta da população. Na expressão muito citada de Góes Monteiro, conseguiram tornar a “política no Exército” na “política do Exército” num curto espaço de tempo (Carvalho, 1982, p. 142).

É bom ter em mente que a parcela do Exército vitoriosa em 1930 era parte de uma organização militar profundamente dividida não apenas horizontalmente, como o provam as inúmeras revoltas de praças e sargentos ocorridas no imediato pós-30, mas também no sentido vertical, em vista das incertezas e divergências no interior da alta oficialidade, quanto ao papel que deveriam ter os militares no novo regime. Nesse quadro, a história da década de 1930 é a da eliminação não apenas das correntes reformistas e mesmo esquerdistas — tarefa consolidada depois da derrota da Revolta Comunista de 1935 —, mas também dos generais da geração da Primeira República — missão facilitada pelo afastamento destes oficiais após a derrota da Revolução de 1932, com a qual muitos deles se alinharam. Ao mesmo tempo, no decorrer dessa década, as sucessivas crises político-militares tornaram possível convencer Getúlio de que era necessário fortalecer as Forças Armadas enquanto organização.

Ao final da década, antes mesmo da eclosão da Guerra Mundial, o Exército de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra era uma organização purificada política, social e ideologicamente, modernizada em seus equipamentos,

com lugar garantido no orçamento da Nação, ampliada de 38 para mais de 90 mil homens (Carvalho, 1982, p. 136), contando com o serviço militar obrigatório para formação de suas reservas, em pleno controle das forças policiais dos estados e nitidamente mais disciplinada. Politicamente, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, tinham ascendido a um papel central no aparelho de Estado. Depois do golpe de 1937, os militares passavam a ser os principais fiadores tanto da ordem social como da política de desenvolvimento nacional do regime do Estado Novo. Após a repressão das forças da esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais do que da defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional. Esse ator militar parecia distante do idealizado agente social tímido e inseguro, que precisava ser exaltado a ocupar um lugar na política.

#### AS FORÇAS ARMADAS E O FIM DO ESTADO NOVO

Finda a Segunda Guerra Mundial, da qual o país participou na fase final com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), coube às Forças Armadas desempenhar o papel de ator principal no processo que levaria à queda de Getúlio Vargas e ao fim do Estado Novo. Conforme mostrou Edgard Carone (1985), os militares foram os avalistas da solução para a crise configurada a partir do momento em que várias forças sociais — inclusive o Partido Comunista — passaram a apoiar a continuidade do poder getulista. Com a queda de Getúlio, a 29 de outubro — quatro dias depois da reunião de generais chefiada por Góes Monteiro que selou sua sorte política —, o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares foi chamado ao Ministério da Guerra. Ali já candidatos à presidência Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes lhe “fazem o convite para ocupar o cargo vacante”, afastando assim “as correntes que pretendem a formação de um triunvirato militar ou a posse do atual Ministro da Guerra, general Góes Monteiro” (Carone, 1985, p. 11). Vale dizer, dois candidatos militares, um general e um brigadeiro, evitam um triunvirato castrense e um consulado militar, a bem da democracia. Afastado Getúlio,

Dutra indicou os chefes de Executivo que deveriam substituir os interventores nos estados.

É certo que a ascensão por via eleitoral de Eurico Dutra à presidência, como candidato do PSD, com 55% dos votos contra os 35% atribuídos a Eduardo Gomes (UDN), teve que contar com a decisiva mudança de posição de Getúlio Vargas, que apoiou a eleição de seu ex-ministro da Guerra. No entanto, a parcela mais influente das Forças Armadas estava definitivamente afastada de Vargas, que passou a significar tudo o que os militares conservadores mais temiam. Por sua vez, nos cinco anos de seu governo, o presidente Dutra aproximou-se da UDN, colocou o PCB na ilegalidade, cassou o mandato dos parlamentares comunistas e atacou sindicatos e associações populares. Nesse sentido, o tom ideológico que iria preponderar nos setores civis e militares mais conservadores durante a guerra fria foi antecipado pelas declarações do chefe da polícia do novo governo, Pereira Lira, para quem o sentido da ação dos comunistas estava claro:

para destruir o Estado, lançam a confusão, mentem por sistema, injuriam as autoridades que o nosso povo elegeu, no mais livre dos pleitos e exploram as dificuldades econômicas resultantes da última guerra (...). Daí o incitamento à greve, à desordem, através da formação dos sindicatos e confederações de sindicatos, à margem dos reconhecidos pela lei; daí os comícios diários, com finalidade deliberada de criar agitação; daí a demagogia infrene, com o propósito de aliciar para a sua obra de destruição certas classes que se destacam na vida pública pelo seu idealismo e pela sua generosidade (Citado em Carone, 1985, p. 22).

No entanto, as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes em 1945 e a nova aparição do brigadeiro nas eleições de 1950 marcam um período em que a participação política das Forças Armadas ainda estava bastante calcada na atuação de algumas personalidades. A partir de 1947, o advento da guerra fria inauguraria uma fase em que o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos antes institucionais que individuais, na tradição incentivada nos anos 30 e 40 por Góes Monteiro. Ao mesmo tempo, a divi-

são do mundo sob a guerra fria serviu para agravar as tendências anticomunistas já existentes nas Forças Armadas, particularmente depois da rebelião de 1935. É nesse quadro que assume particular importância a criação de uma importante instituição militar no Rio de Janeiro.

#### A ESG E O PACTO FAUSTIANO

A Escola Superior de Guerra nasceu duas vezes. A primeira vez em 1948, como continuidade da idéia original de 1942, que previa um curso de Alto Comando a ser freqüentado inicialmente por generais e coronéis e, logo, por altos oficiais das três armas. O clima mundial rapidamente cambiante daquela fase atropelou o projeto inicial, graças à disposição americana de enviar ao Brasil uma missão de assessoria. Assim, a 20 de agosto de 1949 a escola surgiu na sua feição definitiva, comandada pelo general Oswaldo Cordeiro de Farias, e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (Arruda, 1980, p. 1-4).<sup>4</sup>

Na visão de Alfred Stepan, a própria criação da ESG confirma a tese de que os militares se viam como mal preparados para enfrentar os grandes problemas da Nação. Para ele, a escola nasceu da necessidade sentida por alguns chefes militares de aprender com os civis os assuntos que os altos oficiais não dominavam, principalmente na área da economia (Stepan, 1971, p. 172). Contudo, um exame mais atento da formação da ideologia militar a partir dessa época revela também a capacidade autônoma de produzir idéias e ideologias no âmbito da nova escola. O mais correto, nesse sentido, seria dizer que o grupo que fundou a ESG partia da percepção da necessidade de estreitar os laços entre elites militares e civis na luta contra o comunismo. A história da escola não parece evidenciar qualquer sentimento de modéstia militar diante da sabedoria dos políticos civis. Para isso contribuíram decisivamente vários fatores, entre os quais ressaltam a experiência do Estado Novo, a participação vitoriosa na Segunda Guerra e os estreitos laços que o comando da FEB consolidou, a partir de então, com os militares norte-americanos.

Diante desse quadro, a fundação da ESG marcou o primeiro passo de uma elite militar plenamente consciente de que a atuação das Forças Arma-

das enquanto instituição exigia antes de tudo a superação das divisões internas, das lutas de personalidades e da atuação de grupos localizados que marcavam o campo militar até então. Nesse caso, a consolidação de uma ideologia hegemônica tinha como alvo principal cimentar a unidade institucional. Mais do que uma vontade de aprender, parecia revelar um desejo de potência. Desde o início, ficava claro que a ESG surgia mais como uma escola de altos estudos sociais, políticos e econômicos do que uma escola de guerra.

O próprio conceito-chave de “segurança nacional” procurava diferenciar-se da idéia clássica de “defesa nacional”, cuja conotação mais estreita os fundadores da ESG queriam evitar. A noção de “segurança”, mais ampla que a de defesa, se originava da idéia norte-americana da necessidade de uma mobilização total da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra moderna. No Brasil, ela foi traduzida em termos da urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares. Em termos ideais, a “segurança nacional” seria sobretudo uma condição em que a Nação se encontraria garantida contra quaisquer tipos de ameaças. A fim de proporcionar tal segurança à Nação o Estado tinha que assegurar, antes de tudo, o seu desenvolvimento (Arruda, 1980, p. 19-28).<sup>5</sup>

Já em 1952, o então coronel Golbery do Couto e Silva definia a situação mundial, criada a partir da intensificação do conflito entre EUA e URSS como um cenário de “bipolarização rígida do poder no campo internacional” e de crescente “antagonismo entre Ocidente cristão e Oriente comunista”. Nessa situação, a condição humana testemunharia o agravamento do antigo dilema hobbesiano que opunha liberdade e segurança. A única garantia de segurança seria o fortalecimento do poder nacional. O sistema de relações internacionais em que dominavam duas potências tornava obrigatório para o Brasil vencer as veleidades isolacionistas e aceitar o bipolarismo como único solo onde nosso poder nacional tinha que ser cravado. De tal maneira, na teoria geopolítica que surgiu junto com a ESG, o destino do Brasil estava indissolavelmente ligado ao destino do Ocidente e a soberania nacional só seria defendida numa guerra sem tréguas à sua principal ameaça: o Império Universal da URSS. No quadro do conflito entre as duas potências, caberia ao Brasil a defesa do estuário amazônico, do Nordeste e do Atlântico Sul

(Couto e Silva, 1981, p. 7-14). Esses seriam nossos trunfos e ônus na grande barganha que fundamentaria nossa aliança com os Estados Unidos da América:

“Não há para nós alternativa outra senão aceitá-los e aceitá-los conscientemente — pois de forma alguma poderíamos abrir mão de deveres que são exclusivamente nossos, como o da defesa da integridade do território nacional e não menos o da segurança do Atlântico Sul (...). Mas, por outro lado, o direito de utilização de nosso território, seja para o que for, é um direito exclusivo de nossa soberania que não devemos, de forma alguma ceder por um prato de lentilhas” (Couto e Silva, 1981, p. 52)

Com base nessa constatação, a doutrina hegemônica no seio das Forças Armadas vinculou num pacto faustiano os objetivos da Nação aos objetivos da Segurança Nacional dos Estados Unidos. Como na Quinta Sinfonia de Beethoven, dizia o coronel, os acordes iniciais da guerra fria marcavam o desafio que se apresentava: cabia às elites do país aceitar ou não esse destino manifesto.

Nesse quadro mais amplo, a nova doutrina acabava por destinar às Forças Armadas um papel bastante amplo de defesa global das instituições nacionais. Como lembrou em conferência na ESG o primeiro presidente do regime militar do pós-64, sua principal característica era a preocupação com a “agressão interna”, corporificada na infiltração e subversão ideológica. No limite, tal agressão se expressaria em movimentos de guerrilha, mais prováveis que uma guerra externa. Tratava-se de uma guerra insidiosa e traiçoeira, marcada pelo enrijecimento ideológico e pela infiltração (Castelo Branco, 1967).

#### A ESG E A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Com efeito, a alusão à guerra revolucionária revela um aspecto mais dinâmico e menos entendido da doutrina militar daquela fase. Nesse sentido, a preocupação exclusiva dos estudiosos com a Doutrina de Segurança Nacional,

vista como corpo já consolidado no início da década de 1950, impediu que se percebesse outro processo, que se desenrolou na esteira da Revolução Cubana (1959). Trata-se das modificações ocorridas na doutrina da guerra da ESG e das escolas de estado-maior, sobretudo na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Em seu alcance mais amplo, esse processo teve profundas repercussões na visão de mundo dos militares anticomunistas. Embora a ESG já se referisse à “guerra revolucionária” desde o seus primeiros tempos (Arruda, 1980, p. 19), a expressão ganhou sentido especial no final da década de 1950. Como lembrou o general Octávio Costa, em depoimento aos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas:

Nesse momento, estávamos profissionalmente perplexos, sem saber que direção tomar. (...) Então começamos a tomar conhecimento de novas experiências (...). Nessa ocasião, a literatura militar francesa (...) começa a formular um novo tipo de guerra. Era a guerra infinitamente pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. (...) Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as idéias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da nossa própria possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. (...) Isso tudo contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina da guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 64 (D’Araujo et alii, 1994, p. 77-78).

Com mais precisão cronológica, um historiador da ESG localiza o momento de importação das idéias francesas no início de 1959, logo após a vitória da Revolução Cubana.<sup>6</sup> Em conferências pronunciadas naquela escola nesse ano e em 1960, o general Augusto Fragoço mencionou pela primeira vez os teóricos militares franceses Gabriel Bonnet e Claude Delmas e a definição da Escola Superior de Guerra de Paris para a guerra revolucionária:

Doutrina de guerra, elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa mística e seguindo um proces-

so determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra (Arruda, 1980, p. 246).

Em 1961, a mesma conceituação seria adotada oficialmente pelo Estado-Maior das Forças Armadas no Brasil:

*MANIPULADOS PELOS  
EUA, FALAM  
DO PENSAMENTO  
MANIPULADO  
DE PESSOAS  
PELOS EUA*

é a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que — apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior — visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida (Arruda, 1980, p. 248).

No início da década de 1960, o agravamento da crise social e política contribuiu para consolidar no meio militar a idéia de que a guerra revolucionária já começara no país. Apesar das perplexidades, as Forças Armadas não dependeram dos civis para redefinir suas doutrinas. Ao contrário, o mais breve exame do debate que se desenvolveu no interior da ESG parece evidenciar uma corporação que tratava de expandir seu papel ativa e dinamicamente, desde o final da década de 1940. Diante de tantas idéias militares, a imagem antes citada da “página em branco” parece cada vez mais inadequada. No entanto, é bom lembrar que a ideologia aqui examinada era hegemônica, mas não exclusiva, no campo militar. Como veremos a seguir, o Clube Militar tornou-se, nessa fase, em tempos de guerra fria, palco de intensa disputa entre os anticomunistas e uma corrente militar nacionalista, que criticava o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e via no imperialismo e não no comunismo o principal inimigo do país.

#### OS CONFLITOS NO CLUBE MILITAR

Em maio de 1950, no clima que precedeu as eleições que marcaram a volta de Getúlio Vargas ao poder, o então coronel Olímpio Mourão — o general

que precipitou o golpe militar a 31 de março de 1964 — no momento em que abriu a votação na distante São Leopoldo (RS), assim apresentou as duas chapas que concorriam ao Clube Militar, em presença do tenente-coronel Ernesto Geisel: “Meus oficiais, aqui estamos reunidos para democraticamente eleger a nova diretoria do Clube Militar. Como os senhores já sabem, temos aqui duas chapas: a Chapa Azul, que é a chapa democrata, encabeçada pelo Gal. Cordeiro de Farias, e a Chapa Amarela, que é a chapa comunista. Vocês tenham a bondade de se aproximar e votar” (Barreto, 1988, p. 32).<sup>7</sup>

O coronel tinha razão pelo menos num ponto, a situação militar do pós-45, “democratizara” o debate do Clube Militar, transformando-o numa válvula de escape para o debate de grandes temas nacionais, fora do controle da hierarquia. Como apontou um estudioso, “entre 1944 e 1950, o número de seus sócios triplicara, passando de 3.000 para 9.000”. Quanto à participação nas eleições: “em 1944, quando da eleição do general Pessoa, somente 1.000 oficiais haviam votado. Em 1950, quase 80% da totalidade dos sócios do Clube (6.805 oficiais aproximadamente)” votaram (Peixoto, 1980, p. 92). Segundo Nelson Werneck Sodré, o crescimento da importância do Clube Militar se deveu muito ao papel desempenhado por esta agremiação no debate sobre a legislação relativa à exploração do petróleo, iniciado em 1947: “com o caso do petróleo e a amplitude nacional da defesa dos interesses brasileiros nesse caso, a questão do Clube Militar ganhou o primeiro plano” (Sodré, 1965, p. 305). Assim, na década de cinquenta, os problemas que inquietavam o país encontraram eco na polarização das chapas concorrentes à direção daquela entidade.

Voltando aos dois grupos que disputavam as eleições do Clube, caracterizados pelo coronel Mourão como “democratas” e “comunistas”, é preciso reconhecer, de início, que essa denominação constituía um erro interessado. Nem eram “democratas” os membros da Chapa Azul, nem “comunistas” todos os partidários da Chapa Amarela.<sup>8</sup> Na verdade, na eleição de 1950 e nos pleitos bianuais subseqüentes defrontaram-se as correntes que chamaremos aqui de “nacionalistas” e “antinacionalistas”. A primeira, agrupada na Chapa Amarela, tinha como marca registrada a defesa da industrialização do país com características autônomas, posicionando-se de forma abertamente crítica contra o papel dos “trustes internacionais” e contra uma política externa

de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo grupo, abrigado na Chapa Azul, defendia uma postura favorável tanto em relação à participação do capital estrangeiro na industrialização do país, quanto à aliança com os EUA nos quadros da guerra fria.

A partir de 1950, com a perspectiva da volta de Vargas ao poder, o verdadeiro pomo da discórdia passou a ser a política de mobilização popular inerente à política trabalhista.<sup>9</sup> Nesse sentido, o processo de divisões militares dos anos 50 deu continuidade às divisões civis-militares presentes no cenário nacional desde os últimos tempos do Estado Novo. O bloco antivar-guista incluía não apenas os militares da Chapa Azul, mas os conservadores de variada plumagem, sobretudo os liberais da União Democrática Nacional, com fortes vínculos com as oligarquias rurais. O cimento dessa aliança era o ódio à mobilização popular. Como disse Antônio Carlos Peixoto,

“o que não aceitavam nessa política era sobretudo a mobilização e a participação crescente da classe operária, além de uma política externa que se afastava da aliança privilegiada com os Estados Unidos. Para esses grupos, industrializar significava atrair o capital estrangeiro, reforçar os laços com os Estados Unidos, enquanto se mantinha a classe operária afastada do processo político” (Peixoto, 1980, p. 80).

Ao se depararem com a eficaz militância dos membros da Chapa Amarela entre a baixa oficialidade, que lhe garantiu a vitória nas eleições de maio de 1950 por 3.883 votos contra 2.721 da Chapa Azul, os antinacionalistas, que preferiam se denominar de “nacionalistas sadios”, batizaram a organização criada para coordenar sua participação política com o nome de Cruzada Democrática. Fundada em fins de 1951 (Vargas voltara à presidência a 31 de janeiro desse ano), como corrente de oposição à diretoria eleita em 1950, esse grupo passou a defender, como era de se esperar, a despolitização do Clube Militar e o “respeito à hierarquia”.<sup>10</sup> Assim, no programa para as eleições de 1952, a CD propugnava a “ação das autoridades militares competentes” sempre que a defesa dos interesses da comunidade militar entrasse em conflito com os interesses gerais da nação (Barreto, 1988, p. 63-64). O pano de fundo para essas posições era o debate que se instalou nas páginas

da *Revista do Clube Militar*, a partir de julho de 1950, sobre temas polêmicos como a participação brasileira na Guerra da Coréia, a criação de um exército interamericano, a assinatura dos acordos militares Brasil-Estados Unidos, o projeto da Hiléia Amazônica e a questão dos minerais atômicos.

O forte respaldo de que gozavam os membros da Cruzada nas estruturas de comando, responsáveis por toda sorte de pressões no meio militar — de transferências a prisões, de inquéritos militares a torturas — garantiram a vitória da Chapa Azul nas eleições de maio de 1952 (Sodré, 1965, p. 330-345). Estillac Leal, que se demitiria em março de 1952 do Ministério da Guerra, encabeçou a chapa derrotada. Nas eleições seguintes, o agravamento da crise política que resultaria no suicídio de Vargas e a eficácia das pressões nos quartéis garantiriam vitória ainda mais esmagadora da chapa antinacionalista. Após o suicídio, as eleições de 1956 no Clube Militar já refletem uma nova configuração, resultante da aliança dos nacionalistas com uma corrente legalista da hierarquia (Barreto, 1988, p. 86; Peixoto, 1980, p. 104). Realizado sob a fiscalização atenta do próprio ministro da Guerra, marechal Lott, o pleito desse ano expressou o refluxo temporário das forças conservadoras, resultando na vitória da Chapa Amarela por estreita margem.

IV — RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA O CLUBE MILITAR (1950-1958)					
	1950	1952	1954	1956	1958
Chapa Amarela	3.883	4.489	2.050	6.725	8.000
Chapa Azul	2.721	8.288	7.145	6.665	7.000

Fonte: Peixoto (1980); Barreto (1988).

No entanto, mais do que uma descrição da dinâmica das eleições do Clube Militar nos anos 50, o ponto que interessa aqui examinar com mais cuidado é a questão das relações entre a corrente militar antinacionalista — aquela que aparecia no Clube Militar como Chapa Azul — e o grupo da Escola Superior de Guerra. Tal exame pode parecer desnecessário, uma vez que, *grosso modo*, os dois grupos quase se confundiam não só no que diz respeito aos seus membros como também em relação às posições defendidas no clima

de polarização estabelecido na década de 1950.<sup>11</sup> Com efeito, na literatura sobre o período, é comum encontrar a ESG e os antinacionalistas do Clube Militar como duas faces da mesma moeda. Mas cremos que essa caracterização é imprecisa e gera confusões na avaliação das relações de força no campo militar, não apenas na fase que estudamos, mas também no período do pós-golpe.

De início, é fácil constatar que os partidários da Chapa Azul e da Cruzada Democrática eram os mesmos oficiais que apoiaram ativamente o golpe de 1964. Mais especificamente, um exame dos nomes que compuseram aquelas chapas mostra um verdadeiro “quem é quem” dos governos ditatoriais do pós-64: o próprio general Castelo Branco foi candidato a presidente da Chapa Azul em 1958. Contudo, é preciso compreender que a Escola Superior de Guerra não se confundia com a corrente antinacionalista atuante no Clube Militar. Sua ação se dava em âmbito diverso. Como explicou Eliezer Rizzo de Oliveira (1976), a ESG faz parte da estrutura das Forças Armadas e sua atuação visa sobretudo o aparelho de Estado. Nesse sentido, os oficiais vinculados à ESG participavam das lutas no Clube Militar, mas nunca perderam a noção de que seu principal objetivo, a longo prazo, era definir uma doutrina e uma linha de ação para as Forças Armadas.

Os oficiais da ESG atuavam, em grande medida, nos bastidores e nos gabinetes. Conscientes, porém, de que os grupos antinacionalistas militantes constituiriam a base de apoio indispensável a qualquer projeto militar conservador, procuravam preservar com eles as melhores relações. Confundir os dois grupos, no entanto, nos impede de compreender que o golpe de 1964 foi tramado e executado por duas correntes diversas: de um lado, uma massa de oficiais militantes (que encontrou seu líder, no final do processo, no general Costa e Silva); de outro, uma elite restrita de altos-oficiais, cuja atuação direta só aparece à luz do dia em momentos muito específicos.<sup>12</sup> A fim de entender melhor esse ponto, que reforça nossa tese da capacidade de atuação política autônoma das Forças Armadas, examinemos brevemente os acontecimentos da década final do período em questão.

## A ASCENSÃO DO GOLPISMO

Do “Memorial dos Coronéis” (fevereiro de 1954) ao golpe de 1964, mais de duas dezenas de manifestações militares agitaram a vida política do país. Manifestos à nação, memoriais, discursos, mensagens-circulares, notas oficiais, documentos de chapas ou de diretorias de clubes militares e entrevistas de altos oficiais (ver quadro) constituíram a forma usual de interferência militar na política. Assim, em contraste com o período do Estado Novo e com os governos militares do pós-64, em que oficiais das três forças raramente expressavam em público suas divergências, entre 1945 e 1964 só houve relativa calma nos quartéis nos governos Dutra e Jânio Quadros. Não por acaso, um almirante e protagonista importante do regime militar chamou essa fase de “uma década política” (Bierrenbach, 1996). Getúlio Vargas governou sob constante pressão castrense e preferiu suicidar-se a sofrer outro golpe militar, Carlos Luz foi derrubado por um golpe preventivo, Juscelino enfrentou rebeldia e revoltas militares e João Goulart viu seu governo nascer, viver e morrer à sombra das armas.

Contudo, a análise da dinâmica das lutas militares nessa fase deve evitar a excessiva simplificação. Nesse sentido, já apontamos a especificidade da ação da ESG. Há que reconhecer também que certas personalidades individuais são difíceis de enquadrar nas correntes que polarizavam o campo castrense. O caso mais típico é o do general Lott. Além disso, é preciso ter em mente as diferenças dentro das Forças Armadas. Desde 1954, a Aeronáutica era terreno praticamente exclusivo dos anticomunistas. Na Marinha, conhecida por seu elitismo, também havia pouco espaço para dissidências, e o quadro se agravou sobremaneira com a eclosão das revoltas de marinheiros, no início dos anos 60. Assim, quando se fala de polarização militar, pensa-se principalmente no Exército.

Em outros capítulos desta coletânea, o leitor poderá encontrar análises mais detalhadas das crises políticas do período em questão. Aqui, o objetivo será sobretudo reforçar nossa idéia da autonomia da atuação militar. O ponto inicial da análise será o “Memorial dos coronéis”, documento assinado por quase uma centena de coronéis e tenentes-coronéis e divulgado em fevereiro de 1954.<sup>13</sup> Visto em geral como expressão de frustrações de uma ofi-

cialidade de classe média ameaçada pela ascensão da classe trabalhadora (Sodré, 1965, p. 352), o manifesto parece revelar também um acentuado esforço de unificação do Exército. Desse modo, a escolha da forma memorial não é inocente. Enquanto instrumento de unificação institucional, o documento ganhava legitimidade na medida em que se apresentava como manifestação de oficiais no nível do pré-generalato, em favor da unidade da força, tendo como público alvo os escalões inferiores. Conforme apontou Nelson Werneck Sodré, o memorial refletia as posições do alto comando do Exército e da corrente antinacionalista. Sua eficácia maior estava na percepção geral de que por trás dos coronéis estavam os generais. Não por acaso, o explosivo documento derrubou dois ministros de Vargas — do Trabalho e da Guerra — e abriu a crise cujo desfecho final foi o suicídio do presidente.

Na visão aí exposta, o país vivia grave crise de autoridade. Diante das agitações divisionistas dos “eternos promotores da desordem” e “com o comunismo solerte sempre à espreita”, abria-se o risco de “subversão violenta das próprias instituições”. A solução apresentada era uma “campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas”, a ser realizada pelos chefes militares, com o apoio da oficialidade. Seguiu-se uma enumeração de carências corporativas, enfatizando-se a comparação com as condições vigentes nas outras forças. Nesse quadro, mencionavam-se os motivos de insatisfação tanto da média oficialidade (desigualdade salarial com os altos funcionários civis, dificuldades de ascensão profissional, dado o ingresso de critérios políticos nas promoções), quanto da oficialidade mais baixa (aumento do custo de vida, aproximação com os níveis salariais da classe trabalhadora, em virtude da política de Vargas e Goulart). Mas, a nosso ver, o tema central era a necessidade de reforçar a coesão militar, em vista da “ameaça sempre presente da infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas ou do espírito de partidarismo político”, aguçada principalmente em períodos pré-eleitorais. Redigido por coronéis, o memorial expressava bem a posição do grupo de generais que atuava nos bastidores, a partir dos postos mais altos de comando (Ferreira, 1964, p. 122-129).

Nesse quadro já tenso, o episódio da morte do major aviador Rubens Vaz, a 5 de agosto de 1954, no atentado que visava Carlos Lacerda, iria colocar a situação militar num novo patamar. Subitamente, unificaram-se as

alas conservadoras nas três forças armadas, ao mesmo tempo em que se mostravam capazes de apresentar o afastamento de Vargas — considerado o principal responsável pela desenvoltura da corrente militar nacionalista — como objetivo geral e premente do conjunto das Forças Armadas. Tal ampliação se expressou no manifesto de dezenove generais precedido pelo de trinta brigadeiros da FAB que, com base nas violentíssimas investigações efetuadas pela Aeronáutica — apontando para elementos da segurança palaciana —, exigiam a renúncia do presidente. Não fosse o suicídio de Vargas, e a comoção nacional que se seguiu, o golpe pareceria inevitável.

#### A ASCENSÃO DO LEGALISMO

A verdade é que Getúlio desapareceu da cena, mas seu fantasma continuaria a assombrar os militares antinacionalistas nos anos seguintes. A crise do suicídio, como já apontamos, modificou completamente o quadro político, colocando os golpistas na defensiva — diante da inesperada reação popular — e passando a fornecer aos militares um lema capaz de ampliar suas bases de apoio: a defesa do regime ou, em outras palavras, o legalismo. A nova fase abriu-se logo depois do suicídio, com o discurso de despedida do general Estillac Leal, que deixava o Comando Militar do Rio de Janeiro. No contexto das tentativas de cancelamento das eleições para os governos estaduais de outubro de 1954, o ex-presidente do Clube Militar afirmaria: “Quaisquer que sejam os resultados das urnas, é dever dos soldados dignos deste nome aceitá-las como expressão dessa opinião e dessa vontade, pois que só assim — e unicamente assim — eles darão conteúdo moral e legal ao poder instituído” (Carone, 1985, p. 88). A resposta veio a seguir na forma de um “Manifesto à Nação” dos novos ministros militares, cujo propósito era isentar-se da culpa pelo suicídio de Vargas (Carone, 1985, p. 91).

Mas o bloco golpista demorou um pouco para perceber a alteração profunda no panorama político e militar. Em fins de 1954, o general Alcides Etchegoyen, um dos expoentes da corrente anticomunista, levou ao presidente Café Filho as preocupações desse setor com a orientação dada ao Ministério da Guerra pelo general Teixeira Lott. Logo depois, no início de

1955, vem à luz novo memorial, desta vez assinado por toda a cúpula militar, onde se pedia ao presidente da República providências no sentido de evitar a radicalização da campanha presidencial que se avizinhava. O manifesto foi lido pelo rádio por Café Filho, em 27 de janeiro de 1955 (Carone, 1985, p. 93). No entanto, esse momento de união dos chefes militares duraria muito pouco. Embora os signatários do manifesto prometessem que não haveria candidaturas militares, logo em seguida dois de seus signatários, os generais Canrobert, chefe do EMFA, e Juarez Távora, chefe da Casa Militar, passam a disputar a indicação de seus nomes pela UDN. Távora foi o vitorioso e, em agosto de 1955, Canrobert atacou, em discurso público, o egoísmo dos políticos, a demagogia eleitoral, voltando a colocar a ameaça de golpe militar em defesa das instituições.

É nessa altura que o papel do general Lott passa a ser fundamental. Como lembrou Nelson Werneck Sodré (1965, p. 364), “a função do general Henrique Teixeira Lott, respeitado e obedecido pelo Exército, seria de suma importância. Ao opor-se frontalmente à quebra do regime, Lott estava prestando ao país o serviço de que ele mais necessitava. E passava a ser encarado, do outro lado, como um traidor”. Com efeito, a 16 de setembro, o ministro da Guerra lançou circular de grande repercussão proibindo novos pronunciamentos militares. No início de outubro, após a divulgação dos resultados das eleições e da vitória de Juscelino Kubistchek e João Goulart para os cargos de presidente e vice, o general Zenóbio Costa — então na chefia da Inspeção Geral do Exército — lança um Boletim onde procura se apresentar como porta-voz do antigolpismo e da legalidade democrática: “O Exército não está inerte nem ficará inerte diante de nenhuma ameaça às instituições” (Carone, 1985, p. 103). Em resposta, o ministro da Guerra exonera de seus postos, ao mesmo tempo, os generais Zenóbio e Etchegoyen.

Na crise que se abre, Café Filho afasta-se da presidência por motivos de saúde e, na linha de sucessão, assume Carlos Luz. A morte do general Canrobert propiciaria o canto de cisne do golpismo nessa fase. A primeiro de novembro, no discurso que fez à beira do túmulo, o coronel Jurandir Mamede, líder da Cruzada Democrática, não apenas defendeu o papel das Forças Armadas em agosto de 1954, como pregou abertamente um novo golpe contra a posse de JK e Jango. Lott estava determinado a punir o coronel por

indisciplina, mas o novo presidente, Carlos Luz, adianta-se aos acontecimentos e força seu ministro da Guerra a renunciar. No seu lugar, nomeia um membro da corrente antinacionalista, o general Fiúza de Castro.<sup>14</sup> Como consequência, surgem as condições para o golpe preventivo de 11 de novembro. Pressionado por diversos generais, Lott, mesmo exonerado, comanda a ocupação da capital do país por tropas do Exército, derrotando assim a tentativa de derrubá-lo. Com isso, garante-se a posse dos eleitos, depois de sessenta dias de Estado de Sítio e a substituição de Carlos Luz pelo presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos (Carone, 1985, p. 105-111).

Como se vê por esse breve relato, os militares não tomaram o poder em meados da década de 50 não por falta de vontade ou confiança, mas porque tanto o campo político civil como o militar estavam profundamente divididos. Em contraste com o período que o precedeu, o governo Juscelino foi capaz de manter o campo militar em relativa tranqüilidade. Contudo, as tensões permaneciam em estado latente. No novo quadro, a indignação dos militares antinacionalistas voltou-se contra o general Lott, principalmente depois da formação da chamada Frente de Novembro — composta por representantes do movimento popular nacionalista. Quando se aproximou o primeiro aniversário do golpe preventivo de 1955, esse movimento preparou-se para entregar ao ministro da Guerra uma “espada de ouro”, como homenagem pelos serviços prestados à democracia brasileira.<sup>15</sup> Em meados de 1959, a oposição a Lott no seio da hierarquia militar se aguçou com o lançamento da candidatura do general à presidência da República na chapa apoiada pelo PSD e pelo PTB.<sup>16</sup>

A vitória de Jânio Quadros contribuiria para aliviar temporariamente essas preocupações. No curto período em que permaneceu no poder, o novo presidente possibilitou um verdadeiro ensaio de aglutinação do grupo militar que assumiria o poder com o golpe de 1964. Como se sabe, o último choque entre as duas principais correntes das Forças Armadas antes do golpe de 1964 veio, em agosto de 1961, com a inesperada renúncia de Jânio e a tentativa de golpe desfechada pelos três ministros militares para impedir a posse do vice-presidente Goulart. Para nossos fins, parece desnecessário historiar os acontecimentos a partir daqui. Basta lembrar a seguinte afirmação de Nelson Werneck Sodré: “No golpe de agosto de 1961, a confiança da cúpula conspirativa (...) era de tal ordem — e só isso denuncia a ausência de sensi-

bilidade política que a caracterizava — que não tomou medidas preventivas naturais; a censura à imprensa e ao rádio veio depois, quando se pronunciavam as primeiras resistências” (1965, p. 373). Como se vê, os ministros militares pecaram por excesso e não por ausência de autoconfiança. Mais uma vez, o que os derrotou não foi a timidez, mas a relação de forças desfavorável. De resto, desta vez, os conspiradores parecem ter aprendido essa lição. A partir daí, a preparação do próximo golpe partiria da constatação da necessidade de conquistar apoio em forças sociais mais amplas, antes de desfechar o movimento contra o regime. No nosso entender, os episódios seguintes já fazem parte da história do golpe de 1964.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas precedentes, mais do que historiar os principais episódios da crise político-militar do período democrático de 1945-64, procuramos oferecer uma visão alternativa capaz de explicar a dinâmica da participação castrense no processo político da época. De início, tentamos mostrar que as Forças Armadas constituíam parte integrante e indissociável do poder político desde 1930 e, principalmente, depois de 1937. No período pós-45, elas não dependeram dos civis para definir seus inimigos, suas doutrinas e seus objetivos de unidade institucional e influência direta nos rumos do país. A idéia de que na década de 1950 os militares se autolimitavam a um papel secundário — dada sua autoimagem de inferioridade diante dos políticos civis — não parece resistir, assim, nem à análise da evolução de suas idéias, nem a de sua participação política. Como vimos, o campo militar conservador divide-se em um setor mais militante e ativo na oficialidade e um grupo cuja principal área de ação eram os bastidores da política, justamente aquele que a literatura identificaria com a Escola Superior de Guerra e com o próprio golpe de 1964. Apesar de suas diferenças, esses dois subgrupos unificavam-se nos momentos críticos, graças ao seu anticomunismo e antinacionalismo. Seus líderes não foram capazes de tornar vitoriosas as tentativas de golpe de 1954 e 1961, não porque os militares temessem a intervenção autônoma na política, mas porque as condições objetivas impediram uma maior união e eficácia do campo afinal vitorioso em

1964. Por tudo isso, não parece possível apresentar as Forças Armadas brasileiras no período em questão como uma página em branco, à espera de um grupo que escrevesse em suas linhas um programa político.

## PRINCIPAIS PRONUNCIAMENTOS MILITARES, 1954-1964

Data	Documento	Conteúdo	Signatários
Fevereiro de 1954	Memorial dos coronéis	Diz que a decadência moral do país ameaça degradar as Forças Armadas	Oficiais internacionalistas
22-8-54	Manifesto dos brigadeiros	Exige a renúncia de Getúlio Vargas	30 brigadeiros da FAB
22-8-54	Manifesto dos generais	Idem	19 generais do Exército
1-9-1954	Manifesto dos ministros militares	Isenta as Forças Armadas de responsabilidade pelo suicídio de Vargas	3 ministros militares
27-1-1955	Memorial dos chefes militares	Exige o fim da violência e da demagogia na campanha eleitoral; garante que não haverá candidatos militares à presidência	Ministros militares; chefes dos estados-maiores, Juarez Távora e Mascarenhas de Moraes
5-8-55	Discurso do general Canrobert	Prega a união das Forças Armadas contra o egoísmo dos políticos; ameaça com golpe	Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas
16-9-1955	Mensagem circular do marechal Lott	Afirma a necessidade de os militares não interferirem na política	Ministro da Guerra
15-10-1955	Boletim do general Zenóbio da Costa	Diz que os militares são fiadores da legalidade	Ex-ministro da Guerra de Getúlio; Inspetor Geral do Exército
1-11-1955	Discurso do coronel Jurandir Mamede	Defende o papel das Forças Armadas na crise de agosto	Líder da Cruzada Democrática; diretor do Clube Militar
11-11-1955	Nota dos chefes do Exército	Explica golpe preventivo em defesa da disciplina e da Constituição	Comandante do I Exército, Odylio Denys e cerca de 10 generais

8-11-1956	Carta aberta do general Castelo Branco	Alerta para os riscos de desagregação das Forças Armadas; ataca indiretamente o marechal Lott	Comandante da Escola Superior de Guerra
Novembro de 1956	Entrevista-depoimento do general Juarez Távora	Critica o golpe preventivo de novembro de 1955	Candidato presidencial da UDN em 1955
Abril de 1958	Despedida do almirante Pena Boto	Defende a Marinha, reserva moral contra o comunismo	Líder da Marinha nos episódios de novembro de 1955
4-11-1958	Carta aberta dos oficiais da Aeronáutica	Critica a decisão de Lott de acumular interinamente a Pasta da Aeronáutica	Tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier e grande número de oficiais da FAB
27-8-61	Manifesto do marechal Lott	Conclama à resistência contra o golpe que pertence impedir a posse de João Goulart	Ministro da Guerra de Juscelino Kubitschek
30-8-61	Manifesto dos ministros militares	Afirma que as Forças Armadas não aceitarão a posse de João Goulart	Sílvio Heck (Marinha), Odylio Denys (Exército) e Grum Moss (Aeronáutica)
30-9-1963	Nota dos ministros militares	Repudia entrevista do governador Carlos Lacerda	Jair Dantas Ribeiro (Exército); Sílvio Mota (Marinha) e Anísio Botelho (Aeronáutica)
20-3-1964	Circular reservada do general Castello Branco	Afirma que as Forças Armadas não devem apoiar governo ilegal	Chefe do estado-maior do Exército
28-3-1964	Manifesto dos almirantes	Denuncia a cumplicidade do governo com a indisciplina na Marinha	4 almirantes e 23 comandantes e oficiais da Marinha
29-3-1964	Manifesto do Clube Naval	Afirma que a Marinha foi completamente abalada em suas estruturas	Diretoria do Clube

Fontes: Carone (1985); Dulles (1970); Rocha (1961); Ferreira (1964); Denys (1980); Labaki (1986).

## NOTAS

1. Todas as citações serão traduzidas do original inglês.
2. E mais adiante: “Não se pode, hoje, no Brasil, pretender aplicar não importa qual política sem contar com o apoio das Forças Armadas” (Ferreira, 1964, p. 93).
3. Para Oliveiros, enquanto vigorasse o “sistema” do pós-1930 o aparelho militar continuaria a ser uma “força armada sem função, alienadora no sem-sentido de sua missão proposta, pequena demais para as tarefas históricas que a Nação delas reclama, grande pesada, burocratizada em demasia para as realidades da guerra subversiva” (Ferreira, 1964, p. 91).
4. Na época, Estado-Maior Geral das Forças Armadas.
5. Na expressão do general Juarez Távora, em conferência na ESG em 1953, a segurança nacional seria o “maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, contra a ação adversa de fatores internos e externos” (Arruda, 1980, p. 20).
6. O livro de Joaquim Xavier da Silveira, *A FEB por um soldado* (1989, p. 264), também chama a atenção para a importação das idéias sobre a guerra revolucionária: “os centros de estudos militares brasileiros passaram a atentar para esse novo fenômeno social-militar, o que talvez venha a explicar o movimento anti-insurrecional de março de 1964. A tão decantada influência americana, nesse movimento político-militar, foi praticamente nula. O historiador do futuro, no exame sereno desse episódio, irá certamente encontrar uma certa influência francesa, pelo menos no campo doutrinário”. Agradeço à minha aluna Amanda Mancuso a menção a essa fonte.
7. A história foi contada pelo coronel Adalberto Vieira de Souza a Kátia Marly Mendonça Barreto, em entrevista incluída em sua dissertação de Mestrado (1988).
8. Não por acaso, Mourão viu-se em maus lençóis na discussão que se seguiu naquele dia, quando um oficial simpático à Chapa Amarela quis saber se ele achava que o candidato a presidente por essa legenda era comunista. Obviamente, isso não ocorria. Tratava-se do general Estillac Leal, logo nomeado ministro da Guerra de Vargas e naquela altura chefe do III Exército, ao qual estava subordinado o 19º Regimento, comandado pelo coronel Mourão.
9. Em palestra no Clube Militar, em 1948, o general Juarez Távora, expoente do grupo internacionalista, atacou a legislação trabalhista por seu “caráter fracionário” (beneficiava apenas o trabalhador urbano) e “unilateral”, uma vez que “firmando direitos e regalias dos trabalhadores, esqueceu a necessária contrapartida dos deveres econômico-sociais e sanções correspondentes às suas infrações” (Sodré, 1965, p. 307-308).
10. No seu manifesto de criação, a Cruzada Democrática pregava a proscrição no Clube Militar das “atividades que afetem a Ordem e a Segurança interna e os compromissos internacionais da Nação Brasileira; as atividades que possam ser exploradas num

- sentido político-partidário, visando gerar dissensões de qualquer natureza entre os sócios; as iniciativas que possam ser interpretadas como pressões indébitas, quer sobre a opinião pública, quer sobre os poderes constituídos” (Sodré, 1965, p. 327-328).
11. Um exemplo típico: em resposta ao famoso artigo “Considerações sobre a guerra na Coréia”, publicado pela corrente nacionalista na *Revista do Clube Militar*, em julho de 1950, um abaixo-assinado de 600 sócios, amplamente divulgado pela imprensa acusava a revista e a diretoria do Clube de desenvolver “uma propaganda de quinta-coluna e de colaboracionismo” (citado em Peixoto, 1980, p. 94).
  12. A principal evidência de que esses grupos atuavam no mesmo campo mas não se confundiam foram as divergências surgidas nas primeiras horas depois do golpe de 1964, quando o general Costa e Silva se opôs ao grupo da ESG, iniciando uma campanha que o levaria, pouco depois, a se firmar como sucessor de Castelo Branco na presidência.
  13. Para Oliveiros Ferreira, o memorial “é talvez a primeira manifestação coletiva de militares na república que se inaugurou em 1945; o primeiro sintoma evidente de que os militares haviam começado a tomar consciência dos problemas políticos que se estavam introduzindo nas Armas e da disfunção [sic] das Forças Armadas à realidade nacional” (Ferreira, 1964, p. 122). Na realidade, havia setores do alto comando em que tal consciência chegara há mais tempo.
  14. Nessa altura, chega ao máximo o desrespeito à figura do ministro da Guerra, obrigado a esperar por horas na ante-sala do presidente interino.
  15. Isso levou o geralmente silencioso general Humberto de Alencar Castelo Branco a caracterizar — em Carta Aberta — como “politicamente suspeita e antes de tudo, subversiva” aquilo que definiu como “arregimentação de militares, como classe e força, ao lado de outras classes” (Carone, 1985, p. 123-124).
  16. É preciso registrar, aqui, a crescente radicalização da Marinha e da Força Aérea. Dois exemplos, ambos de 1958: em abril, o discurso de despedida do almirante Pena Boto, protagonista central dos acontecimentos de novembro de 1955 e em novembro, a carta aberta dos oficiais de Aeronáutica contra a acumulação interina da pasta da Aeronáutica pelo ministro da Guerra. Na FAB, há que lembrar também as revoltas de Jacareacanga e Aragarças.

## BIBLIOGRAFIA

- Arruda, Antônio de. 1980. *ESG, história de uma doutrina*. São Paulo: GRD.
- Barreto, Kátia Marly M. 1988. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. Dissertação de Mestrado — PUC, São Paulo.
- Benevides, Maria Victória. 1976. *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

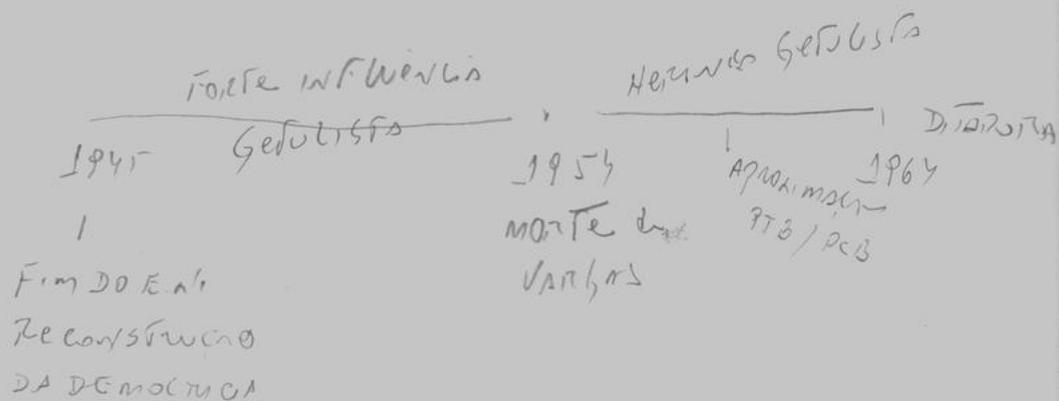
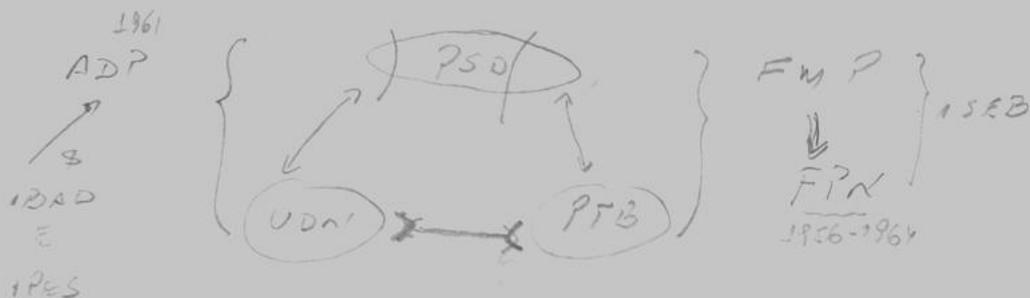
- Bierrenbach, Julio de Sá. 1996. *1954-1964: Uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público. Carone, Edgard. 1985. *A República liberal II: Evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel.
- Carvalho, José Murilo de. 1982. "Forças Armadas e política, 1930-1945". In *A Revolução de 30. Seminário internacional*. Brasília: UnB.
- Castelo Branco, Humberto de A. 1º sem. 1967. "Segurança e desenvolvimento". Aula inaugural proferida pelo presidente da República na Escola Superior de Guerra, no dia 13 de março de 1967. In *Cultura Militar*, XVIII (210): 3-11.
- Denys, Odylio. 1980. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, Oliveiros S. 1964. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. São Paulo: GRD.
- Foster Dulles, John D. 1970. *Unrest in Brazil: Political-military crisis 1955-1964*. Austin/London: University of Texas Press.
- Labaki, Amir. 1986. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense.
- Markun, Paulo e Hamilton, Duda. 2001. *1961 Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC.
- Moniz Bandeira, Alberto. 2001. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1964-1961*. Brasília/Rio de Janeiro: UnB/Revan.
- Munhoz da Rocha Netto, Bento. 1961, 2ª ed. (acrescida de um capítulo e de três documentos inéditos). *Radiografia de novembro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Oliveira, Eliezer R. de. 1976. *Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- Peixoto, Antonio Carlos Peixoto. 1992. "O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas". In Rouquié, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, Golbery do Couto e. 1981. *Conjuntura política nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Silveira, Joaquim X. da. 1989. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Stepan, Alfred. 1971. *The military in politics: Changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- Werneck Sodré, Nelson. 1965. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

## Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia

*Lucilia de Almeida Neves Delgado*

Professora Titular do Departamento de História da PUC-Minas.

PDC PRP PCB



A História é um processo em construção permanente. Processo marcado por temporalidades e delimitações espaciais. Processo construído por sujeitos individuais e sujeitos coletivos. Dinâmica complexa, que envolve ideologias, cultura, vida privada, ações públicas, representações, imaginários, lutas, reações, resistências, valores, instituições, entre múltiplas variáveis que constituem a complexa rede da inserção do homem na vida em comunidade através do tempo.

A história política, por sua vez, caracteriza-se por se constituir como uma teia tecida por heterogêneas realidades que, imbricadas entre si e inter-relacionadas no seu conjunto, constituem dinâmicas sociais muitas vezes conflituosas e outras consensuais.

Os sujeitos construtores da história política são diversos e representam interesses plurais próprios à realidade humana. São sujeitos individuais, mulheres e homens que escolhem a vida pública como profissão, ou se inserem nas lutas sociais como militância. São sujeitos coletivos institucionais, como organizações políticas e partidos que reúnem pessoas que têm como identidade o compartilhamento de projetos comuns — ainda que somente no terreno da teoria — à sociedade ou ao país nos quais estão inseridos.

Partidos políticos, sistemas e frentes partidários incluídos no rol dos chamados sujeitos institucionais e coletivos da História são essenciais à prática da cidadania e à consolidação de regimes democráticos. Sua ausência no cenário de algum país, em qualquer período de sua História, significa também ausência de democracia. Quando os partidos estão postergados da cena política outros institutos peculiares e necessários à dinâmica da democracia política e à democracia eleitoral ficam automaticamente prejudicados. A re-

apresentação da sociedade civil junto ao Estado fica limitada, senão inviabilizada. A competição pluralista, que representa interesses regionais, ideológicos, econômicos, culturais, étnicos, entre outros, não alcança real possibilidade de expressão junto ao Estado. As liberdades de pensamento e organização são tolhidas.

Durante o período autoritário do Estado Novo os partidos foram excluídos da cena política nacional brasileira. Na seqüência, foram fechadas todas as casas legislativas do Brasil, desde as Câmaras de Vereadores nos municípios, às Assembléias Legislativas nos Estados, à Câmara dos Deputados e ao Senado na instância federal. A filosofia e a política do governo estadonovista eram incompatíveis com a prática da democracia eleitoral, competitiva, descentralizada e ancorada em pressupostos liberais, tal qual prevalecera ao longo da República Velha.

Na verdade, o decreto presidencial de Getúlio Vargas que determinou a retirada de cena das agremiações partidárias que atuavam naqueles anos incluiu-se no elenco das diferentes medidas governamentais, que, ao longo do período republicano, tem contribuído para que, no Brasil, os sistemas partidários tenham a marca da efemeridade e os partidos políticos, na maior parte das vezes, perfis e projetos pouco definidos.

Em decorrência da atávica fragilidade partidária e da indefinição programática dos partidos, tem sido comum, no decorrer da trajetória política brasileira, a formação de frentes partidárias ou políticas, que se organizaram em alguns contextos, na tentativa de se construir organizações caracterizadas por identidades mais bem definidas entre seus integrantes. Foi assim, por exemplo, ao final da década de 1950 e início da de 1960, quando se formaram a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que reunia políticos que defendiam reformas sociais e a adoção de políticas nacionalistas por parte do governo federal, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que incorporava parlamentares que se opunham à adoção, pelo governo federal, tanto do reformismo social como de políticas nacionalistas efetivas.

DEMOCRACIA, PARTIDOS POLÍTICOS E FRENTE PARLAMENTARES:  
O BRASIL DE 1945 A 1964

*O pluripartidarismo e a nova ordem democrática*

A História movimenta-se através de ritmos, que adquirem velocidade peculiar conforme as conjunturas e as forças políticas e sociais que nelas atuam. Ritmos que, portanto, são em determinadas fases mais lentos e, em outras, mais acelerados. O ano de 1945 no Brasil, assim como no mundo, foi marcado por uma série de acontecimentos, que aceleram o ritmo da História. Contudo, apesar de muitas e significativas mudanças terem se processado no cenário político nacional naquele curto período de um ano, a marca do paradoxo foi a característica mais pungente daquela conjuntura. Paradoxo traduzido pela dicotomia de continuidade na transformação ou, mais precisamente, de transformações com permanências.

De fato, a transição política do Estado Novo à nova ordem democrática foi permeada por contradições, e adquiriu feição peculiar e instigante, que tem alimentado divergências analíticas e desafiado historiadores e cientistas políticos que se dedicam ao objetivo de interpretá-la. Processada sem a pressão de qualquer movimento contestatório liderado por amplas bases sociais ao regime que entrava em derrocada (Souza, 1983, p. 105), pode ser considerada como um marco de ruptura que apontou alternativas de transformação do antigo regime político. Simultaneamente, pode ser entendida como um marco de permanência na mudança, principalmente em relação ao mercado econômico e às condições de regulação da força de trabalho (Delgado, 1989, p. 25). Não foi sem razão que Werneck Vianna, considerando tais paradoxos e também o fato da referida transição ter sido pressionada pelas elites — e de certa maneira planejada e conduzida pelo próprio governo que estava sendo destituído — denominou-a de “transição pelo alto” (Vianna, 1999).

Consideradas as forças políticas e sociais atuantes no decorrer do ano de 1945, fica evidente que a corrente anti-Estado Novo, apesar de alimentada pelos fortes ventos liberais democráticos que varreram o mundo ao final da Segunda Guerra Mundial, era numericamente limitada e de extração social e

política muito bem definida e limitada: reunia empresários, bacharéis, militares de alta patente — principalmente os vinculados à Aeronáutica — e segmentos da intelectualidade comprometidos com princípios liberais que já haviam inspirado práticas políticas postergadas do cenário nacional pela ditadura do Estado Novo.

No outro extremo, se posicionava parte da população brasileira comprometida com o projeto social getulista/trabalhista. Beneficiada, através de conquistas materiais e simbólicas, conformavam um amplo segmento social que se sentia ameaçado pelas potenciais mudanças que a cada dia se tornavam mais nítidas no cenário político nacional. Foi nesse estrato da população que surgiu o movimento Queremista que, apoiado por forças governamentais, ganhou amplitude de massa e forte capacidade de mobilização. Os queremistas postulavam a continuidade de Getúlio no poder, mas sobretudo defendiam a continuidade da política — nacionalista e principalmente trabalhista e social — implementada pelo presidente Vargas (Ferreira, 1998).

Considerando as múltiplas variáveis integrantes ao processo de transição supracitado e os diversos desdobramentos dele decorrentes, o presente ensaio dedica-se de forma prioritária à análise das organizações partidárias e frentes parlamentares que atuaram no Brasil nos anos de 1945 a 1964. Dedicase, também, a interpretar um movimento da história, que se estendeu por um período de dezenove anos. Uma fase da trajetória nacional brasileira que, apesar das inúmeras contradições que a marcaram, encontrou na eferescência da vida partidária uma efetiva contribuição para a ampliação da prática da democracia política no Brasil.

Democracia que, tendo passado por diferentes fases e até provações,<sup>1</sup> perdurou até 1964, quando foi interrompida pela implantação de um regime político que deu origem a um novo ciclo de autoritarismo na vida nacional. Regime que, por ironia da História, elegeu como um de seus principais objetivos bloquear a própria experiência democrática que, iniciada em 1945, ganhava consistência e potencializava crescimento e aprofundamento.

Logo após a intervenção política militar ocorrida em abril de 1964, os novos governantes brasileiros passaram a adotar uma série de medidas institucionais, que visavam eliminar do cenário da política setores da população, organizações da sociedade civil e pessoas que ainda mantivessem for-

ça, legitimidade e representatividade para se opor à ordem institucional autoritária então implantada. No esteio dessas medidas, foi editado em 1965 o Ato Institucional de número dois, que extinguiu o sistema pluripartidário criado em 1945, por ocasião da queda do Estado Novo. Para substituí-lo, através de lei complementar, foi criado um novo sistema — desta feita bipartidário e, na sua essência, dicotômico —, completamente diferente daquele que vigorara desde 1945, cuja marca principal era o pluralismo.

De fato, na conjuntura democrática que antecedeu ao regime autoritário implantado em 1964, predominou na vida política nacional brasileira um sistema pluripartidário, criado quando os ventos da democracia sopravam fortes. A ditadura do Estado Novo começou a se esgotar tão logo os rumos da Segunda Guerra Mundial também começaram a mudar. A derrocada dos países do eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos formalmente com os valores da liberal democracia, influenciaram de forma determinante a queda do regime autoritário que vigorava no Brasil. O próprio governo federal, mesmo que ainda apoiado por parte expressiva da população brasileira, foi premido por diferentes pressões internacionais e nacionais, sentindo-se compelido — não por populares — a adotar medidas que “abrandassem” as práticas autoritárias por ele implementadas.

O governo brasileiro tinha, portanto, intenção de dirigir o processo de transição, definindo-lhe regras, etapas e processos. Mas esse intento, apesar de apoiado por segmentos expressivos da população que queriam a continuidade do presidente no poder, sofreu pressões de variadas naturezas, especialmente por parte daqueles que desejavam o fim imediato e definitivo do regime autoritário do Estado Novo. Tratava-se, na verdade, de uma etapa da vida nacional brasileira, na qual a disputa entre diferentes sujeitos históricos pelo poder expressava a adesão, por parte desses mesmos sujeitos, a diferentes projetos para o Brasil.

Mas um fato era inequívoco: a ditadura estava esgotada e o clamor mundial por democracia pressionava o governo a adotar estratégias de controle de uma transição que se mostrava inevitável. Em outras palavras, ao governo só se apresentava uma alternativa: integrar-se ao processo em curso, procurando dirigi-lo, se não com rédeas curtas, ao menos com alguma eficácia. Somente esse recurso poderia evitar o afastamento definitivo de Getúlio

Vargas do cenário nacional. Além disso, poderia também criar instrumentos de controle que garantissem a manutenção de bases materiais e simbólicas para preservação do antigo poder na nova ordem institucional.

Uma dessas estratégias referiu-se à definição das regras políticas do processo: convocação de eleições proporcionais para o Parlamento Nacional, que voltaria a funcionar de forma permanente e em seu primeiro ano de atuação (1946) como Assembléia Nacional Constituinte; convocação de eleições majoritárias para presidência da República e implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais.

No dia 28 de maio de 1945, foi publicado um decreto lei que ficaria conhecido por "Lei Agamenon".<sup>2</sup> Pela primeira vez na história republicana adotou-se como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais. De acordo com o novo decreto-lei, para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições:

- registro em cinco ou mais estados da federação (atuação em âmbito nacional);
- referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores;
- personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.

#### OS NOVOS PARTIDOS NACIONAIS

A nova lei visava, portanto, garantir dois pilares principais ao sistema partidário: pluralismo e abrangência nacional. Sistema que, tão logo implantado e consolidado, marcaria época, tanto pelas características dos partidos que o conformaram, como pela polarização/dualista, que, incrustada na pluralidade, o marcou de forma definitiva. Em outras palavras, no conjunto das organizações partidárias que se formaram a partir de 1945 e que atuaram até 1965, a competição dicotômica, conduzida por um triângulo partidário, foi bem mais determinante que a competição pluralista.

Esse fato se explica: entre as diferentes agremiações que se organizaram a partir da Lei Agamenon, três se destacaram e ocuparam o espaço da cena pública: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte.

No novo cenário político partidário implementado em 1945, a herança getulista, pelo menos na primeira fase de atuação dos partidos, foi elemento catalisador de conflitos, pois a ela se vincularam, por afirmação e apoio, duas das maiores agremiações partidárias do país, o PTB e o PSD, e, por negação e oposição, a também importante e expressiva UDN.

No novo quadro pluripartidário que se formou, cabe também destacar o retorno à legalidade do já legendário Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, mas que permanecera na ilegalidade durante anos consecutivos.

No novo sistema partidário, o Partido Comunista apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Em primeiro lugar, por ter sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, era um partido de atuação histórica bastante anterior ao novo sistema. Em segundo, apresentava-se, desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais. Em terceiro, possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. Era, portanto, um partido com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial.

Considerando-se os anos subseqüentes de clandestinidade por que passara e o clima da guerra fria que já começava a se difundir no mundo e no Brasil, nas eleições de 1945 obteve resultados expressivos. Para a presidência da República, seu representante Yedo Fiúza contabilizou 9,7% dos votos e, no pleito parlamentar, seus candidatos ficaram próximos aos do PTB. O Partido Trabalhista Brasileiro, mesmo apoiado pela máquina governamental e pelo movimento sindical, só obteve 7,7% dos votos e o PCB, 4,9%. No

mesmo processo, a agremiação comunista conseguiu também eleger Luís Carlos Prestes para o Senado Federal.

A presença oficial do PCB na vida política brasileira, contudo, teria vida curta. Em maio de 1947, em pleno clima de expansão da guerra fria, quando do mandato presidencial do pessedista, Eurico Gaspar Dutra, ex-Ministro da Guerra do Estado Novo, o Tribunal Superior Eleitoral “respaldado” pelo artigo 141 da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,<sup>3</sup> determinou a cassação do seu registro. Poucos meses depois, foram cassados os mandatos dos representantes do PCB nos poderes legislativos federal, estaduais e municipais. Um novo paradoxo se constituiu na vida política do Brasil: em uma conjuntura de plena vigência da democracia política e de avanços na cidadania eleitoral, começava um novo ciclo de clandestinidade para os comunistas brasileiros.

#### UDN, PSD E PTB: UMA HISTÓRIA DE CONFLITOS E ALIANÇAS

*União Democrática Nacional: liberalismo, antigetulismo e intervencionismo*

A União Democrática Nacional nasceu de um movimento articulado por uma ampla frente de oposição ao Estado Novo (Benevides, 1981, p. 23). Durante o processo de transição que levou à derrocada do regime autoritário que prevalecera no Brasil de 1937 a 1945, os integrantes da futura UDN contribuíram, de maneira efetiva, para o desenlace dos acontecimentos que levaram à queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945.

Não só se articularam visando a queda do Estado Novo, como criaram inúmeras oportunidades para se declararem liberais e antigetulistas. Assim ocorreu na época da divulgação do “Manifesto dos Mineiros”, em 1943; no Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros, realizado em fevereiro de 1945, e também pela voz do escritor José Américo de Almeida, através de entrevista por ele prestada à imprensa. No início daquele mesmo ano, jornalistas conseguiram burlar a já combalida censura do Departamento de Imprensa e Propaganda e publicaram contundente entrevista do escritor, criticando o presidente Vargas e o regime autoritário por ele dirigido.

Dessa forma, foi pela prática da crítica contumaz a Getúlio e ao getulismo, incluindo símbolos, realizações e pregações, que o udenismo se relacionou com Vargas. Uma relação ditada pela crítica e negação dos udenistas a tudo que se vinculasse ao presidente. Uma negação, na sua essência, contraditória, pois, ao negar, reconhecia.

A principal linha de ação da UDN consistia em fazer das agregações pró-getulistas seu principal alvo de oposição, tanto no parlamento, como através das críticas publicadas pelos principais jornais que circulavam no Brasil. “À época de sua fundação, encarnando um ‘espírito liberal’ os udenistas tomavam para si bandeiras de oposição ao estado de arbítrio e à ausência de liberdade política” (Delgado, 1989, p. 27). Objetivavam, a curto prazo, romper com a cadeia de sustentação do Estado Novo e, a longo prazo, eliminar da vida política nacional a força pragmática e mítica do getulismo e também do trabalhismo.

Como toda frente política sua composição inicial era diversificada, apesar de basicamente limitada às elites. Benevides classifica o conjunto de liberais que se reuniu na UDN da seguinte forma:

- a) as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930;
- b) os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937;
- c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e) as esquerdas (Benevides, 1988, p. 29).

*ANTI GETULISTAS. FUNDADA POR A UDN NAS TORNAS DO SA DISSIDENTES*

A história da UDN foi bastante contraditória em relação ao doutrinário liberal que a marcara em sua origem, caracterizado pela defesa incisiva do retorno à prática da política liberal democrática.

O partido concorreu com candidatura própria em três pleitos presidenciais. Em 1945, com o brigadeiro Eduardo Gomes, que perdeu a eleição para o marechal Eurico Gaspar Dutra, apoiado pela coligação PSD/PTB. Nesta eleição, o candidato do PSD obteve 55,3% da votação e o da UDN, 34,7%.

Em 1950, novamente tendo o brigadeiro como o seu candidato à presidência da República, voltou a ser derrotada por Getúlio Vargas, que se

candidatara pela sigla do PTB em coligação com o Partido Social Progressista (PSP), que apresentou como vice Café Filho. Nessa eleição, Vargas, que também contou com o apoio oficioso do PSD, obteve 48,7% dos votos e Eduardo Gomes, 29,7%.

Finalmente, em 1955, a União Democrática Nacional lançou como candidato Juarez Távora, que também foi derrotado pela coligação PSD/PTB, representada, respectivamente, por Juscelino Kubitschek e João Goulart. Kubitschek obteve 36% dos votos e Távora 30%.

Tanto no pleito de 1950 quanto no de 1955, inconformada com os resultados que não a favoreceram, a UDN tentou impugnar as eleições, alegando que os candidatos vitoriosos não haviam alcançado maioria absoluta dos votos, requisito esse que não estava previsto pela legislação eleitoral do Brasil. A UDN, durante esses acontecimentos, já deixava despontar certa orientação antidemocrática, que se exacerbava em momentos históricos subsequentes, como nas conjunturas da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República em 1961 e no contexto que antecedeu ao golpe de estado de 1964. No primeiro episódio, segmentos expressivos do partido posicionaram-se contra a posse constitucional do vice-presidente eleito João Goulart; no segundo, a UDN incluiu-se entre os principais articuladores da intervenção que levou à derrocada do regime democrático e à instauração de um regime autoritário no país.

#### *Partido Social Democrático: pragmatismo, habilidade e conservadorismo*

O PSD, partido que deixou como principais marcas de seu perfil o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral, foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo na transformação. Sua habilidade e capacidade de alcançar e se manter no poder marcaram época. Como resultado dessa prática, seus principais integrantes, que foram grandes mestres da negociação, ficaram conhecidos como "*raposas*" da política brasileira.

Aliado de primeira hora do PTB tinha, contudo, bases sociais muito diversas daquelas que vieram a compor o conjunto da agremiação trabalhista. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu em seus quadros os interventores

do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. As origens sociais do PSD e seus fortes vínculos políticos com o PTB sugeriram um ditado popular segundo o qual: "*O PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca*".

As bases estruturais do PSD estavam enraizadas na máquina administrativa do primeiro governo Vargas em nível federal e, principalmente, como tão bem demonstrou Lúcia Hipólito, nas interventorias na esfera estadual. (Hipólito, 1985, p. 119-137). Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, desde antes de sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da federação.

Outra característica também contribuiu para que os pessedistas pudessem participar do jogo político sem estarem presos a restrições que, normalmente, dificultam a flexibilidade necessária aos embates da vida pública. Em outras palavras, os políticos do PSD, de acordo com Motta, mantiveram ao longo da história do partido uma constante disposição para "negociar com diversas correntes de opinião" (1999, p. 4). Em decorrência dessa postura, era considerado como um bom político pelo PSD aquele que, além de ser bom de voto, cultivava o gosto pela negociação, pela tessitura de acordos e pela construção do consenso.

A postura pragmática dos políticos pessedistas desagradava a UDN que, atada a um excessivo moralismo e a um doutrinário muitas vezes dogmático, não possuía a mesma flexibilidade do Partido Social Democrático. Flexibilidade e habilidade que, inúmeras vezes, foram vitais para o êxito das articulações políticas empreendidas pelo partido, principalmente em conjunturas eleitorais.

Contudo, a aliança PSD/PTB que marcou a história política brasileira, principalmente pelas seguidas vitórias nas eleições para presidência da República, não teve uma trajetória linear. Nos primeiros treze anos de existência dessas agremiações foi mais coesa e abrangeu acordos e coligações nas esferas dos poderes executivo e legislativo. Passou, entretanto, a sofrer algumas fissuras, especialmente na instância parlamentar quando, ao final da

década de 1950 e início da de 1960, o PTB aproximou-se de seu antigo adversário, o PCB. Aliadas, as duas agremiações passaram a defender a adoção de uma efetiva reforma agrária no Brasil. Diante desse objetivo, que atingia os enraizados interesses dos proprietários rurais, muitos dos integrantes do PSD, principalmente os de origem oligárquica, não hesitaram em se aliar a sua antiga adversária, a UDN. O objetivo circunstancial, mas com certeza profundo dessa aliança, visava impedir a aprovação pelo Congresso Nacional de qualquer lei relativa à implementação da reforma agrária no Brasil.

Dentre os muitos paradoxos da história política brasileira, esse constituiu-se como mais um. Adversários históricos, pessedistas e udenistas aproximaram-se conjuntamente no Poder Legislativo, mas mantiveram a antiga disputa em relação às eleições majoritárias para o Poder Executivo Federal.

A recíproca foi verdadeira em relação aos petebistas e aos pessedistas. À medida que PSD e UDN tornavam-se aliados no Parlamento, mesmo que somente circunstanciais, o PTB também se afastava, naquele contexto, de sua cara metade, o Partido Social Democrático. Simultaneamente, como já assinalado, desenvolvia um movimento voltado para o diálogo e aliança com os comunistas.

Quando se iniciou a década de 1960 a estrutura triangular partidária, que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos que formavam o sistema pluripartidário brasileiro, não mais apresentava a mesma sustentação e objetivos que nortearam a atuação da UDN, PSD e PTB, os três partidos que a formaram nos idos de 1945.

*Partido Trabalhista Brasileiro: getulismo, trabalhismo, reformismo e nacionalismo*

O PTB constituiu-se como um dos vértices da estrutura triangular partidária que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos fundados em 1945. Na época do seu registro alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional.

Entre os partidos do pós-1945 foi considerado a agremiação partidária mais ardentemente getulista (Motta, 1999), apresentando, entretanto, inserção regional fragmentada. Era muito forte em alguns estados da federação — como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Amazonas — e paradoxalmente fraco em outros, como, por exemplo, São Paulo, que reunia o maior contingente de operários de todo o Brasil.

Quando de sua fundação, buscou atender dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária (Delgado, 1989).

No conjunto das maiores organizações partidárias fundadas a partir de 1945, foi o partido que apresentou programa mais nítido e bem definido quanto a metas e projetos, incluindo questões de ordem política e econômica além de proposições de forte cunho social. A inclusão de questões sociais na sua plataforma programática foi, sem dúvida, um fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos partidos que atuaram na conjuntura de 1945 a 1964. Por isso, merece referência especial.

No elenco de propostas que constituíram o Programa do Partido Trabalhista Brasileiro destacaram-se as seguintes metas entre outras:

- defesa do regime democrático e do voto universal;
- defesa dos princípios contidos na Consolidação das Leis do trabalho;
- amparo da legislação social aos trabalhadores rurais;<sup>4</sup>
- direito ao trabalho, a salário razoável e à jornada de oito horas;
- aprimoramento profissional e intelectual de trabalhadores;
- maior autonomia para entidades sindicais;
- aumento do nível de vida da população brasileira;
- educação primária obrigatória e gratuita;
- proteção ampla à maternidade e à infância;
- planificação econômica pelo Estado;
- melhor distribuição da riqueza;
- participação equitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas;
- extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se direito da posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la;

- < Mto próximo  
 ao que DA Fez  
 o PT
- maior solidariedade entre os povos;
  - defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e ilegal.<sup>5</sup>

O Partido Trabalhista Brasileiro foi, sem dúvida alguma, o que mais cresceu durante os anos de prevalência do pluripartidarismo criado em 1945. Quando de sua fundação, encontrou grandes dificuldades para cumprir as condições exigidas pela lei para registro de uma agremiação partidária, inclusive a referente ao número mínimo de proponentes. No decorrer de sua trajetória, entretanto, foi ganhando força e ampliando sua penetração junto à sociedade civil. Seu desempenho eleitoral também cresceu de forma expressiva. Se em 1945, em comparação ao PSD e à UDN, aparecia como o partido de menor representatividade em relação ao número de deputados eleitos para a Câmara Federal — sua bancada, como já registrado, não alcançou 8% dos parlamentares —, em 1962 ostentava um orgulhoso segundo lugar, com 29,8% dos parlamentares. Nesta eleição praticamente ficou colado ao poderoso PSD, que tornou-se responsável por 30,3% da representação na casa legislativa federal, como demonstra o quadro a seguir.

COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DA CÂMARA FEDERAL (1945-1964) <sup>6</sup>					
PARTIDOS	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	52,8(a)	37,0	35,0	35,3	30,3
UDN	29,0	24,4	22,7	21,5	23,4
PTB	7,7	16,8	17,2	20,2	29,8
PSP	(b)	7,8	9,8	7,7	5,4
PCB	4,9	-	-	-	-
PEQUENOS	5,6	13,9	15,4	15,3	16,29(c)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(286)	(303)	(326)	(326)	(389)

(a) inclusive seis eleitos pela coligação UDN-PR

(b) dois eleitos pelo PSP são contados entre os pequenos

(c) o PR acha-se em 1962 reduzido a 4 deputados por MG (no início do período tinha dezenove representantes); o PDDC é o maior dos pequenos, com 20 deputados, somente um a menos do que o PSP

O crescimento do PTB deveu-se a inúmeros fatores. Entre eles destaca-se sua definição partidária e programática. Portanto, não seria ousado afirmar que o perfil programático da legenda trabalhista, caracterizado pela definição das questões sociais como sendo prioritárias para orientação de sua prática política, em muito contribuiu para que a agremiação alcançasse crescente credibilidade, principalmente junto à população trabalhadora brasileira, tanto rural quanto urbana.

Contudo, a trajetória e o crescimento do PTB não ocorreram livres de atribulações e dificuldades. Como alvo privilegiado da UDN, por simbolizar no universo partidário a principal força getulista, o Partido Trabalhista Brasileiro, incluindo seus principais líderes, foi perseguido pela crítica contundente dos udenistas, que divulgavam constantemente através da grande imprensa acusações que relacionavam o petebismo ao peronismo, à perspectiva de implantação de uma República sindicalista no Brasil, quando não ao “perigo do comunismo”.

O ano de 1954, considerado chave para a História do Brasil, também o foi para a história do PTB. Com a morte de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha sua imagem fortemente vinculada à do presidente, começou a ganhar maior autonomia em relação ao personalismo varguista. Além disso, passou a incorporar em seus quadros alguns políticos que mesmo sendo getulistas, tinham personalidades muito fortes e projetos de transformar o PTB em uma agremiação trabalhista ainda mais comprometida com a causa nacionalista e com a defesa de reformas sociais e econômicas profundas no país.

Esse aprofundamento de ênfase, que levou o PTB a caminhar liberando-se de um trabalhismo marcadamente getulista para um trabalhismo menos personalista e mais reformista, provocou uma rearticulação no espectro das alianças do partido. Por um lado, sua ligação umbilical com o PSD perdeu a força motriz do laço inicial que unia as duas agremiações getulistas. Como já assinalado, em algumas ocasiões, em especial quando se tratava da defesa ou da negação da reforma agrária, os dois partidos chegaram a ficar em campos opostos no Parlamento Nacional.

Por outro lado, sua oposição inicial ao PCB foi se transformando em aproximação e muitos militantes comunistas chegaram a se utilizar da legen-

Em 2020 - A crítica feita do criativismo o resto, o resto.

da trabalhista para concorrer a cargos eleitorais, uma vez que seu partido não era registrado no Tribunal Superior Eleitoral. O acolhimento dos militantes do PCB traduzia uma nova realidade, mais profunda e significativa em relação a um projeto para o Brasil. Trabalhistas e comunistas compartilharam, mesmo que conjunturalmente, alguns objetivos. Entre eles, destacaram-se projetos reformistas de forte impacto social e econômico e propostas nacionalistas, que complementavam o elenco dos objetivos reformistas.

A aproximação dos trabalhistas com os comunistas foi um elemento diferenciador no cenário político brasileiro e acabou sendo usada como uma das justificativas para a intervenção militar em 1964. Em plena era da guerra fria e da bipolaridade, o conjunto dos articuladores da deposição do presidente trabalhista, João Goulart, consideraram que o avanço do trabalhismo era um caminho aberto para a penetração comunista no Brasil. Por isso, não hesitaram em intervir no processo político através de uma ação que podemos definir como golpe preventivo.

#### DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NO QUADRO ELEITORAL

No período compreendido entre os anos de 1945 e 1964, ocorreram quatro eleições majoritárias para o Poder Executivo Nacional e cinco pleitos para o Poder Legislativo, incluindo eleições para Câmara e Senado Federais. O processo histórico eleitoral dessa fase da vida republicana brasileira traduz, de forma muito direta, as transformações sociais e econômicas por que passou a nação naqueles anos. As alianças e coligações partidárias também funcionaram como ecos das mudanças pelas quais também passava a sociedade civil brasileira, organizada ou não.

Em outras palavras, o Brasil dos primeiros meses de 1964 — mais urbano, industrializado e democrático — era muito diferente do Brasil de 1945, predominantemente agrário e ainda marcado pela estrutura autoritária do Estado Novo.

A força e representatividade dos partidos também se modificaram com o decorrer dos anos. Em 1945, as principais agremiações tinham no getulismo, como já assinalado, sua referência nuclear tanto para apoio como para opo-

sição. Em 1964, novos políticos e lideranças haviam surgido na dinâmica do processo político e o getulismo se transformara: de poder efetivo, transmutou-se em herança com forte poder simbólico.

A dinâmica do processo histórico eleitoral apresentou, todavia, especificidades em relação às eleições para o Poder Executivo e aos pleitos para o Poder Legislativo. Refletiu, por sua vez, através das alianças tecidas a cada nova conjuntura eleitoral, o arranjo e rearranjo das forças políticas no palco da vida nacional. Também traduziu nas plataformas dos candidatos, que disputavam os votos dos cidadãos brasileiros, suas posições e a de seus partidos frente às transformações por que passava o Brasil no terreno das questões sociais, econômicas, culturais e políticas.

Nas eleições majoritárias para Presidência da República, durante os quase vinte anos analisados pelo presente ensaio, predominou, como também já demonstrado, uma disputa essencialmente dicotômica. De um lado se apresentava, como uma das opções para os eleitores, a imbatível aliança PSD/PTB. Até o pleito de 1955, esta aliança levou ao poder, pela ordem: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas (com participação oficiosa do PSD na eleição) e Juscelino Kubistcheck. De outro, postava-se a União Democrática Nacional, derrotada de forma recorrente nas urnas e, repetidamente, ancorada em uma plataforma de oposição à coligação pessedista/trabalhista

Em 1960, contudo, ocorreu uma alteração no que parecia ser uma rotina estabelecida na dinâmica das eleições presidenciais. Dessa feita, a contenda eleitoral foi vencida por Jânio Quadros, candidato pelo Partido Democrata Cristão, apoiado pela UDN. Como a lei eleitoral não exigia a formação de chapa completa para presidência e vice-presidência, nesse pleito ocorreu uma grande contradição que, poucos meses depois, teria fortes repercussões na vida nacional. Jânio Quadros, adotado como candidato pelos udenistas, venceu a eleição presidencial, mas o vice-presidente escolhido pela população não representava o mesmo espectro das forças políticas que elegeram o presidente. O vice-presidente eleito era João Goulart, um dos principais líderes do maior adversário político da UDN: o PTB.

A eleição de Jânio Quadros, saudada aos quatro ventos pelos udenistas que enfim chegavam ao poder, acabou por se transformar em uma panacéia: sete meses após sua posse na presidência da República, o novo presidente

renunciou ao mandato e, apesar da contundente resistência dos udenistas e de setores militares a ela aliados, o poder voltou às mãos do PTB e do PSD através de uma solução negociada: o parlamentarismo.

Acordada a solução parlamentarista, que se constituiu na fórmula possível para garantia da posse presidencial do vice-presidente João Goulart, o Partido Trabalhista Brasileiro ficou com a presidência da República e o Partido Social Democrático assumiu, com Tancredo Neves, a Presidência do Conselho de Ministros.

Mas a solução duraria pouco tempo. Um ano e meio depois, através de um plebiscito, realizado em janeiro de 1963, a população brasileira votou pelo retorno ao presidencialismo. João Goulart pôde assim assumir a presidência da República com todos os poderes que o cargo lhe conferia.

Entretanto, não contou com condições mínimas de governabilidade, não tendo alcançado a estabilidade necessária para se manter no poder. Pressionado por dois grupos de forças opostas, manteve-se, durante seu curto mandato, em equilíbrio precário. Contudo, seu governo, como demonstraram os fatos históricos, foi bastante atuante.<sup>7</sup> Mesmo assim, foi pressionado à esquerda pelos nacionalistas e reformistas que exigiam do governante maior determinação em relação às reformas sociais e econômicas por eles reivindicadas. Quanto às forças de direita, essas não lhe deram qualquer trégua. Pressionaram-no até a exaustão, culminando no cerco que lhe impuseram com sua deposição, em abril de 1964.

Enfim, após inúmeras tentativas de alcançar o poder executivo federal e que se concluíam em sucessivas derrotas, a UDN chegou ao poder. Ironicamente, não pela prática democrática eleitoral, que tanto defendera em 1945, mas sim pela via intervencionista, que depôs um presidente constitucionalmente eleito e empossado.

No contexto que antecedeu a queda de Goulart, a vinculação de alguns parlamentares a seus partidos de origem tornou-se também menos sólida. Surgiram nesse processo as Frentes Parlamentares, que reuniam em seus quadros políticos de diferentes agremiações, em uma clara demonstração de que o pluripartidarismo instituído em 1945 já não representava, com a eficácia necessária, os interesses da sociedade civil brasileira. A partir do final da década de 1950, através de um movimento único e aparentemente contraditório, esses interesses passaram a se fragmentar e a se polarizar.

#### FRENTES PARLAMENTARES: POLARIZAÇÃO E CRISE

O final do governo presidencial de Juscelino Kubitschek, em especial a partir de 1958, foi como um prenúncio da extensa e profunda mobilização da sociedade civil brasileira, que marcaria, de forma inédita, a política nacional até 1964.

Foi uma conjuntura de ampliação da participação cidadã. Foi também uma conjuntura de franco crescimento de múltiplas formas de organização social e política, tanto no espectro da sociedade civil, como no interior do aparelho de Estado. Na verdade, naqueles anos, a principal mudança no campo da política ocorreu através de um forte movimento de ampliação da cidadania, traduzido pela presença — nos embates próprios à democracia — de sujeitos históricos até então usualmente tolhidos em suas iniciativas de se inserir no processo participativo. Iniciava-se um efetivo movimento de ruptura com a tradição histórica brasileira, consolidada em torno da prática da exclusão dos segmentos menos favorecidos da população do país. Tradição essa, na maior parte das vezes, caracterizada pela prática da cooptação e da coerção em resposta às tentativas desses sujeitos históricos de levantarem suas vozes e lutarem por seus direitos.

De diferentes maneiras a sociedade civil se fez presente no cenário da democracia política. Simultaneamente à proliferação de heterogêneas organizações que atuaram com muita determinação na defesa de seus projetos, ocorreu uma polarização nítida dos grupos sociais e políticos que entraram em conflito entre si. Defendendo projetos diferentes para a nação brasileira, esta polarização se fez presente nos cenários nacional, estadual e municipal — dicotomia igualmente marcante em instituições como o poder legislativo e os partidos políticos.

Analisando-se a composição das forças que atuaram naquela conjuntura, podemos dividi-las em dois blocos bem definidos, que absorviam nos seus quadros diferentes organizações e segmentos da sociedade brasileira. De um lado, postavam-se grupos reformistas e nacionalistas e, de outro, em contraposição aos primeiros, segmentos que defendiam uma maior internacionalização da economia nacional, um alinhamento efetivo aos EUA e ao bloco capitalista e a não implementação pelo governo federal das reformas de base, principalmente da reforma agrária.

A efervescência era tamanha que, na sociedade civil, várias organizações contrapostas atuavam em conflito aberto. Umas situavam-se no terreno identificado como progressista e, outras, no campo conservador. No espectro das organizações progressistas, além de inúmeros sindicatos, que também passaram a atuar na área rural, cabe referência à União Nacional dos Estudantes, aos Movimentos de Educação de Base, às Ligas Camponesas, entre outros. Nesse campo também se organizaram frentes políticas, que objetivavam angariar maior apoio da população para os candidatos a cargos públicos comprometidos com projetos nacionalistas e reformistas.

Entre elas, destacou-se a Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento nacionalista surgido em 1962, sob a liderança do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. A FMP objetivava pressionar os poderes Executivo e Legislativo a adotarem medidas voltadas para implementação, em curto espaço de tempo, das reformas de bases e de leis e programas econômicos de cunho nacionalista. Congregou organizações da sociedade civil como as Ligas Camponesas, o Comando Geral dos Trabalhadores, a UNE e a Frente Parlamentar Nacionalista, que funcionava como principal porta-voz dos reformistas no Congresso Nacional.

No campo oposto, cabe ressaltar a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização fundada em 1959, sob forte influência do clima da guerra fria, e que tinha como principal meta combater a propagação do comunismo no Brasil. O IBAD, financiado por empresários brasileiros e estrangeiros, possuía contabilidade própria e apoiou, nas eleições de 1962, candidatos que se opunham às reformas de base e a medidas governamentais de cunho nacionalista. Entre as organizações da sociedade civil que o apoiaram, destacaram-se: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE); Frente da Juventude Democrática (FJD) e Movimento Sindical Democrático (MSD). No Poder Legislativo, o IBAD contou com o respaldo da Ação Democrática Parlamentar (ADP), que era por ele financiada.

Dois grandes frentes parlamentares traduziram no Congresso Nacional a polarização e efervescência da sociedade civil e de suas inúmeras organizações. Representaram também projetos, na sua essência, muito diferentes para o Brasil. Suas ações referiam-se a concepções ideológicas opostas, essencialmente bipolares.

Outros fatores que também contribuíram para que as Frentes Parlamentares se organizassem foram as dissidências internas pelas quais passaram os partidos. Tornou-se usual a aproximação e aliança nas casas parlamentares do Brasil de políticos vinculados a agremiação que oficialmente eram adversárias.

Quando, por exemplo, projetos como o da reforma agrária ou mesmo da reforma tributária eram apresentados para votação, um movimento de reorganização das forças políticas se processava quase que de maneira automática no Parlamento Nacional. Esse movimento redundava na articulação de alianças temporárias, com objetivo bem definido: impedir a aprovação dos referidos projetos pela maioria dos parlamentares.

Todavia, de alianças contextuais a aproximação dos políticos foi se concretizando em organizações efetivas, mais duradouras, embora não registradas oficialmente como partidos. O movimento era o seguinte: os políticos se filiavam às frentes parlamentares, mas continuavam vinculados oficialmente a seus partidos de origem. Formavam, entretanto, blocos coesos para defesa ou para contraposição a determinados projetos.

#### FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA: POR UM BRASIL AUTÔNOMO

A Frente Parlamentar Nacionalista atuou entre os anos de 1956 e 1964. Foi uma iniciativa que sucedeu à Liga de Emancipação Nacional, fechada por Juscelino em 1956. Representou no Congresso Nacional a opção nacionalista de um segmento expressivo e muito combativo da sociedade civil, que fazia das bandeiras nacionalistas e desenvolvimentistas expressão de um Brasil mais "autônomo e soberano". Suas iniciativas, durante algum tempo, foram divulgadas pelo jornal "O Semanário" e, posteriormente, por "O Nacional", que, no entanto, circulou por pouco tempo (Delgado, 1994).

Os documentos da FPN refletiam a pluralidade ideológica de seus integrantes e apoiadores. No entanto, a questão da autonomia nacional era uma referência que a todos unia, ainda que o nacionalismo também apresentasse, conforme seu defensor, uma característica peculiar.

Apesar da hegemonia de parlamentares recrutados nos quadros do PTB, reuniu deputados e senadores de vários partidos e buscou fundamentos teóricos junto a intelectuais ligados à ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Seu programa<sup>8</sup> era bem definido e em seus quadros só eram aceitos políticos que se identificassem, de forma explícita e formal, com o elenco de proposições que constituíam suas diretrizes principais.

A Frente Parlamentar Nacionalista caracterizou-se por marcada atuação no Poder Legislativo. Além de apresentar projetos de lei específicos em relação a questões nacionalistas, "...transformou-se em advogada de defesa das manifestações, greves e reivindicações do movimento social junto ao Congresso Nacional. Os políticos da Frente assumiram muitas vezes a função de porta-vozes de organizações como o CGT, o PUA, as Ligas Camponesas e a UNE, junto ao poder legislativo" (Delgado, 1989, p. 239)

Em 1964, quando os militares assumiram o poder, apoiados por um forte esquema político civil, os integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista transformaram-se nos principais alvos das cassações e perseguições políticas no âmbito do Congresso Nacional.

#### AÇÃO DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR: POR UM BRASIL INTEGRADO AO CAPITALISMO INTERNACIONAL

No terreno oposto ao da FPN surgiu, no primeiro semestre de 1961, a Ação Democrática Parlamentar, que objetivava não apenas fazer frente ao crescimento dos nacionalistas, mas também, segundo seus principais líderes, combater a expansão da ideologia comunista junto à sociedade brasileira. Sua composição era basicamente alimentada por deputados da UDN, do Partido Republicano (PR) e por alguns integrantes do PSD que, afastados do PTB, reagiam fortemente aos programas nacionalistas, distributivos e reformistas.

Instalada inicialmente na Câmara dos Deputados, ampliou sua atuação com grande rapidez para diferentes estados da federação brasileira, combatendo de maneira uníssona, o reformismo, o nacionalismo e a ameaça comunista.

Suas principais bandeiras eram: defesa intransigente da iniciativa privada, apoio incondicional aos investimentos estrangeiros no Brasil e defesa de princípios liberais.

A Ação Democrática Parlamentar conseguiu bloquear projeto de reforma agrária enviado por João Goulart ao Congresso Nacional em março de 1963. Seus parlamentares eleitos em 1962 contaram com o forte apoio financeiro e estratégico do IBAD e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), que fazia cerrada propaganda contra o governo Goulart e oposição aos projetos sociais por ele encampados.

Em 1964, a ADP participou ativamente das articulações que culminaram com a deposição de João Goulart e com a instalação de um governo autoritário no Brasil. A maior parte de seus integrantes veio a ocupar, em seguida, posições estratégicas na nova ordem institucional do país.

#### PARTIDOS E FRENTE PARLAMENTARES: PLURIPARTIDARISMO E ALIANÇAS

O período de 1945 a 1964 pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira. Os partidos que nele atuaram animaram a prática da cidadania política, através de articulações, embates eleitorais, manifestação clara dos dissensos, estabelecimento de relações com organizações da sociedade civil, articulação de alianças mais permanentes tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores e formação de coligações conjunturais.

Foi uma fase de ampliação das práticas democráticas e de crescimento da inserção da sociedade civil no mundo da política institucional. Foi também uma fase de polarização de interesses, proliferação de organizações políticas e sociais e de profundas transformações históricas.

Em decorrência, o pacto político articulado em 1945 foi aos poucos envelhecendo e deixando de corresponder às novas demandas de uma sociedade que se urbanizava e se tornava mais reivindicativa e atuante. Os partidos fundados por ocasião da ebulição liberal democrática da década de 1940 também passaram por mudanças internas significativas. Novas lideranças

surgiram, novas demandas eram apresentadas pelos eleitores e novas necessidades sociais e econômicas tornaram-se realidade em um país em constante transformação.

Com dificuldade para manter as antigas alianças e atender às exigências de uma sociedade civil cada dia mais ativa e propositiva, os partidos políticos, mesmo que ainda fortes e muito representativos, ressentiam-se da ausência de uma marca mais clara, demarcadora de suas identidades e diferenças. Surgiram então as frentes parlamentares, indicando que os rumos e a prática da política partidária no Brasil estavam em transformação.

Em 1964 parte dessa mudança se concluiu. O pluripartidarismo instituído em 1945 não sobreviveu à nova ordem política. O novo governo do Brasil, autoritário e avesso à heterogeneidade peculiar à democracia, tratou de introduzir, em 1965, um novo sistema partidário no país: bipolar, distante das vozes das ruas e próximo dos gabinetes oficiais.

Encerrou-se uma etapa da vida política brasileira, por muitos identificada como o melhor ensaio de democracia já vivido pelo Brasil. Se tal consideração muito significa para um país tatuado por práticas autoritárias, não corresponde à realidade daqueles anos. Entre 1945 e 1964, não se ensaiou democracia política e eleitoral no Brasil. Praticou-se.

## NOTAS

1. O período histórico em foco não pode ser comparado a uma estrada linear. Foi extremamente conturbado por conflitos entre as diferentes forças e partidos que competiam na arena política. Dessa forma, episódios como: a tentativa de impedir a posse do presidente eleito Getúlio Vargas em 1951; as pressões que culminaram com a crise que provocou seu suicídio em 1954; a nova tentativa de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek em 1955; a crise provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, e conseqüente tentativa de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, são apenas exemplos mais visíveis e amplamente conhecidos, das ações que visaram desestabilizar a democracia que, com grande esforço, se construía no Brasil.
2. A Lei Agamenon foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex-interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob determinação presidencial de “regulamentar as condições da transição”.

3. O artigo 141, parágrafo 13º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, definia: “É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.” IBGE. Constituição dos Estados Unidos do Brasil — 1946 (edição comemorativa — 1º decênio). Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
4. A Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 não contemplou os trabalhadores rurais. Somente no governo João Goulart, na década de 1960, é que foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural. Nesse sentido, o Programa do PTB antecipou-se como proposição à lei, que só se tornaria realidade muitos anos depois da fundação do partido.
5. A seleção e síntese dos itens constantes do Programa do Partido Trabalhista Brasileiro, foi realizada pela autora deste texto segundo critérios coerentes com a linha de argumentação do próprio artigo.
6. A composição da Câmara Federal foi alterada a partir de 1964, pois muitos dos parlamentares eleitos por diferentes legendas, em 1962, tiveram seus mandatos políticos cassados pelo governo autoritário militar.
7. Entre as inúmeras realizações do governo João Goulart, tanto na fase parlamentarista, quanto na fase presidencialista somente a título de referência, destacaram-se: criação da Eletrobrás; criação do Fundo Federal Agropecuário; criação do Fórum Nacional de Reitores; implementação de programa para o setor ferroviário com aquisição de 309 máquinas, 100 trens e ampliação de receita da RFF; campanha para erradicação da malária, varíola e tuberculose; fundação da Universidade de Brasília; instituição do Estatuto do Trabalhador Rural; Lei do Décimo Terceiro Salário. Parte das informações foram selecionadas no livro: Delgado, Lucília de Almeida Neves. *Perfil Parlamentar — Tancredo Neves*. Brasília: Centro de Documentação e Informação — Coordenação de Publicações, 2001 p. 243-294
8. Durante os anos de sua atuação a FPN apresentou dois programas. Um na época de sua fundação, 6 de junho de 1956, assinado por 55 parlamentares e lido no plenário da Câmara Federal pelo deputado Abguar Bastos e outro, datado do mesmo ano, assinado por 65 deputados e apresentado pelo Deputado Oswaldo Lima Silva. O que diferenciava os dois programas era uma definição mais precisa de princípios e condições de filiação à FPN, constantes do segundo texto. (Abreu, Alzira et alii: 2.001, 2.396-2.406.)

## BIBLIOGRAFIA

Abreu, Alzira Alves de et alii. 2001. *Dicionário Histórico, Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas — CPDOC, 5 vol. (edição revista e ampliada).

- Benevides, Maria Vitória. 1981. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Delgado, Lucilia de Almeida Neves. 1989. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero.
- . 1994. "Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania". *Revista Brasileira de História* (27). São Paulo: ANPUH.
- . 2001. *Perfil Parlamentar*: Tancredo Neves. Brasília: Centro de Documentação e Informação-Coordenação de Publicações.
- Ferreira, Jorge. 1999. "Quando os Trabalhadores Querem". *História Oral* (1). São Paulo: ABHO.
- (org.). 2001. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hipólito, Lúcia. 1985. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1956. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil — 1946 (publicação comemorativa, 1º decênio)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Motta, Rodrigo Sá. 1999. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG.
- Souza, Maria do Carmo Campello. 1983. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa Ômega.

## Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural

Vânia Maria Losada Moreira

Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

“... da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.” (Frei Vicente de Salvador, escrevendo em meados de 1627)

“Somos e continuamos a ser vários Brasis, em um só Brasil nem sempre verdadeiro. (...) Em virtude de sua extensão e continuidade territorial, pode o Brasil ser considerado um continente. Mas, sob o ponto de vista étnico, econômico, histórico e cultural, forma um arquipélago.” (Moisés Gicovatte, geógrafo, em livro publicado em 1959)

“Sobre a cabeça os aviões/ Sob os meus pés os caminhões/ Aponta contra os chapadões meu nariz.../ Eu organizo o movimento/ Eu oriento o carnaval/ Eu inauguro um monumento no planalto central do país.” (Caetano Veloso, na canção *Tropicália* de 1967)

Juscelino Kubitschek de Oliveira foi, dentre todos os presidentes eleitos da experiência democrática dos anos 1946-1964, aquele que mais se destacou como homem público de ação. Tomou para si diversos desafios: governar estritamente dentro dos limites constitucionais e democráticos; acelerar o desenvolvimento econômico, implantando novas indústrias e prometendo fazer em cinco anos o que levaria cinqüenta; e integrar a nacionalidade, antiga aspiração herdada dos portugueses, construindo a nova capital e estradas que da floresta amazônica, das chapadas do Oeste e das grandes cidades litorâneas convergiam até Brasília, no Planalto Central do país. Resumia seu governo com as idéias de *movimento*, *ação* e *desenvolvimento*. Seu maior compromisso foi acelerar as transformações e o crescimento econômico do

“gigante adormecido” para transformá-lo em uma nação próspera em todos os quadrantes de seu território e, sobretudo, para todos os seus habitantes.

O governo JK (1956-1961) foi, de longe, o mais bem-sucedido da experiência democrática. A administração Dutra, por exemplo, gozou de estabilidade política, mas, comparada à de JK, foi bem menos expressiva no campo do desenvolvimento econômico. As demais padeceram sob o influxo de crises políticas e institucionais e nenhum dos presidentes em questão completou seu respectivo mandato — todos interrompidos por eventos dramáticos: o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o golpe político-militar que depôs João Goulart, em 1964. De um ponto de vista panorâmico, o governo JK foi quase uma “proeza”. A partir de um quadro social e político tenso e com interesses bastante divergentes, conciliou o processo democrático e a intensificação do desenvolvimento de tipo capitalista. Não é por mero acaso, portanto, que o quinquênio JK tenha recebido, posteriormente, o epíteto de “anos dourados” e que, ainda hoje, Juscelino Kubitschek seja tido como uma espécie de modelo para vários políticos, defensores da ordem capitalista e democrática para o Brasil.<sup>1</sup>

Nesse capítulo, procuro explicar o governo JK a partir das inter-relações políticas estabelecidas entre o projeto social nacional-desenvolvimentista, defendido e implementado por Juscelino, com dois outros projetos importantes no período e que, além disso, faziam face ao programa juscelinista à direita e à esquerda do panorama político:<sup>2</sup> o ruralista, nitidamente conservador e autoritário, e o nacionalista econômico, crescentemente reformista e abertamente popular.<sup>3</sup> Essa linha de reflexão faz um recorte analítico e, por isso, não esgota as diferentes dimensões da administração Kubitschek. Em contrapartida, procura resgatar a dinâmica política do Brasil dos anos JK. Resumindo a proposta desse capítulo, acredito ser pouco provável a compreensão da especificidade do projeto nacional-desenvolvimentista, bem como a estabilidade política e institucional do período, sem a consideração dos mais importantes interlocutores políticos da época, cujas opiniões ficaram expressas nos “outros” projetos sociais então em disputa.

## O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

O perfil desenvolvimentista de Juscelino configurou-se bem cedo, quando ainda era prefeito de Belo Horizonte e, depois, governador de Minas Gerais. Mas foi em sua campanha à presidência da República e, sobretudo, durante sua administração que o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais eram o compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista.

Durante a campanha presidencial, Juscelino percorreu o país com as estatísticas da produção de energia elétrica e transporte. Frisava a necessidade de uma ampliação drástica desses setores, caso o Brasil desejasse dar um salto em sua produção industrial e integrar o bloco dos então qualificados “países desenvolvidos”. Seu slogan de campanha, “cinquenta anos em cinco”, sintetizava seu objetivo maior: acelerar o desenvolvimento nacional. Era um slogan bastante sugestivo, pois prometia realizar em um mandato, então de cinco anos, o que levaria muito mais tempo. E, como observou um influente político do período, José Joffily, essa “linguagem do desenvolvimento”, matizada por números, metas e estatísticas, não fazia parte do estilo da época. Não esteve presente, por exemplo, nas duas campanhas presidenciais que antecederam a de JK, isto é, as de Dutra e Vargas (Moreira, 1998a, p. 159).

O programa de governo de JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento”. Mais conhecido como Plano de Metas, o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico. Dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial, mas rapidamente se transformou em uma das prioridades de Juscelino. Ele situava Brasília, aliás, em lugar de destaque, considerando-a “a grande meta de integração nacional” ou, ainda, a “meta-síntese” de sua administração.

Tomado em conjunto, o Plano de Metas visava aprofundar o processo de industrialização. Incentivava, por um lado, os investimentos privados de

JK -  
NACIONAL  
DESENVOLVIMENTISMO 158

RURALISTA

NACIONALISTA  
ECONÔMICO

capital nacional e estrangeiro, procurando ampliar o parque industrial. Por outro lado, atacava os pontos de estrangulamento da economia, isto é, os problemas estruturais que impediam o incremento industrial, prevendo grandes investimentos estatais na infra-estrutura nacional (Lafer, 1970, p. 78).

Tão marcante quanto a linguagem desenvolvimentista de JK foi a sua atuação como presidente da República. Ao contrário da prática de alguns candidatos a cargos da administração pública, que assumem compromissos e metas e depois não cumprem, ou até mesmo realizam coisas muito diversas daquelas prometidas, Juscelino implementou passo a passo seu programa de governo, então considerado bastante ambicioso tendo em vista as condições nacionais. As principais avaliações de sua administração são uníssonas em afirmar que a realização do Plano de Metas foi coroada de sucesso (Lafer, 1970; Benevides, 1979; Maranhão, 1985; Skidmore, 1979).

De fato, o êxito na implementação do Plano de Metas foi inegável. As metas de energia e transporte, investimentos em infra-estrutura considerados indispensáveis ao aprofundamento da industrialização, alcançaram resultados notáveis. Enquanto o plano previa a pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovias (meta 8) e a construção de 12.000 km (meta 9), em 1960 os resultados já tinham superado o previsto, pois foram construídos 14.970 km e pavimentados 6.202 km. No caso da energia elétrica (meta 1), indicava-se a elevação da potência instalada de 3 milhões de kw para 5 milhões. E, em 1960, 95,40% da meta haviam sido alcançados. A meta 27 estabelecia a implantação da indústria automobilística com capacidade de produção de 170.000 veículos, entre caminhões e automóveis. Em 1960, os resultados do setor eram surpreendentes. A capacidade instalada permitia a superação da meta fixada em 17,2% (Faro & Silva, 1991, p. 62-66).

No conjunto, a ampliação do parque industrial multiplicou os empregos para os trabalhadores urbanos e ofertou, às camadas médias, novos produtos de consumo, antes pouco acessíveis, pois caros e obtidos pela via da importação. Juscelino, por sua vez, tirou todos os proveitos políticos da execução do Plano de Metas. Visitava os canteiros de obras e, pessoalmente, inaugurava hidrelétricas e novas estradas, dirigindo modelos de veículos produzidos pela indústria automobilística instalada no país. E, para fechar com chave de ouro sua administração, inaugurou com todas as pompas Brasília, no Planal-

to Central, em 21 de abril de 1960. Aliás, passou a faixa presidencial a Jânio Quadros em solenidade realizada na nova capital modernista, sempre tida como uma meta delirante do presidente e impossível de ser realizada no prazo predeterminado.

O sucesso de Juscelino em implementar as muitas e ambiciosas metas de seu plano de governo não passou despercebido. Em 1961, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) buscou avaliar o quanto a população notou a intensificação do desenvolvimento promovida no quinquênio JK. Realizada na Guanabara, a pesquisa apresentou números significativos: 80% da população pesquisada afirmou que “o presidente Juscelino acelerou de fato o desenvolvimento do país”, contra 12% que discordavam dessa opinião e outros 8% que não sabiam opinar sobre o assunto (Moreira, 1998a, p. 86).

Para muitos contemporâneos de JK, aliás, o impressionante desenvolvimento econômico justificava considerar o projeto nacional-desenvolvimentista como a “revolução industrial brasileira”. Contudo, o modelo de industrialização adotado por JK, à parte certa especificidade, baseado na maior presença do capital estrangeiro, não era algo novo no Brasil. Ao contrário, o mesmo padrão já estava claramente em andamento pelo menos desde o Estado Novo. Realizava-se, além disso, graças ao apoio político do Estado, no sentido de promover a produção interna de industrializados, que eram mais freqüentemente importados pelo país. Eis porque tal modelo recebeu a alcunha de “industrialização substitutiva de importações” (Singer, 1984, p. 214). Tal industrialização também não se esgotou com o encerramento do governo JK ou com o fim da experiência democrática, pois no regime autoritário iniciado em 1964 o modelo recobrou o fôlego, sendo, inclusive, aprofundado (Singer, 1984, p. 225).

Ao perfil desenvolvimentista de Juscelino somava-se outro: o nacionalista. Esse lado do presidente e de sua administração expressava-se também por meio de uma linguagem específica, defensora do *desenvolvimento nacional*, dos *interesses nacionais*, das *forças nacionais*, da *integração nacional* etc. Mas foi sobretudo a aliança política que JK estabeleceu com partes significativas do chamado movimento nacionalista que garantiu à sua plataforma política o epíteto de “nacionalista”.

Um dos setores mais próximos do presidente foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma instituição ligada ao Ministério da Educação e um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista durante a experiência democrática. O ISEB reunia intelectuais de prestígio como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, entre outros. Era um centro ativo: publicava livros que marcaram época, realizava seminários em torno de temas polêmicos e, sobretudo, funcionava como um espaço de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes. A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK. O presidente apoiou, por sua vez, as atividades do ISEB, que teve sua "idade de ouro" justamente no quinquênio juscelinista (Toledo, 1982, p. 184-191).

A defesa da industrialização de tipo capitalista era inequívoca entre os isebianos. Eles viam, no entanto, enormes empecilhos à realização desse projeto social, a começar pela resistência das chamadas "classes sociais arcaicas" ao processo de modernização e industrialização. Os setores "arcaicos" eram definidos como um bloco heterogêneo, nascido e desenvolvido no contexto da economia agrário-exportadora que havia prevalecido no Brasil desde o período colonial até aproximadamente a década de 1930. Incluía, principalmente, os latifundiários, os setores ligados ao comércio exportador e a classe média tradicional. E, na avaliação isebiana, esses grupos não tinham o menor interesse no novo e ainda frágil modelo de desenvolvimento nacional, baseado na indústria e no mercado interno.

Diante da suposta resistência dos setores sociais "arcaicos" ao processo de industrialização, os isebianos pregavam a necessidade de uma "revolução democrático-burguesa no Brasil", isto é, uma aliança dos "setores sociais dinâmicos" (burguesia, proletariado, camponeses e nova classe média), sob a direção da "burguesia nacional", para fazer face aos interesses "arcaicos" (leia-se agrário-exportadores e antiindustriais) (Moreira, 1998b, p. 335). Daí nascia o segundo maior problema isebiano: como conseguir a união das "classes dinâmicas"? Além do mais, como fazer isso em pleno sistema democrático?

A preocupação isebiana de compatibilizar capitalismo e democracia não era descabida. Nas democracias, é o voto popular que elege os governos e estes, por sua vez, podem ou não implementar políticas favoráveis ao

aprofundamento do sistema industrial capitalista. Mais que isso, o sistema democrático brasileiro era reconhecidamente frágil, pois ainda muito dependente do apoio dos militares e recorrentemente ameaçado por "opções" ou "soluções" golpistas. Basta lembrar, por exemplo, que o próprio Juscelino e seu vice, João Goulart, só conseguiram assumir os postos para os quais haviam sido eleitos, pelo voto popular, graças ao "golpe preventivo" do general Lott, de 11 de novembro de 1955 (Skidmore, 1978, p. 194-197).

Foi tendo em vista as incertezas do sistema democrático em geral e, em particular, as dificuldades da democracia no Brasil, que os isebianos propalavam a necessidade de produzir e divulgar a chamada "ideologia do desenvolvimento nacional". O objetivo era sedimentar a aliança das "classes dinâmicas" contra os segmentos políticos e sociais "arcaicos". Roland Corbisier resumiu bem tal perspectiva, quando afirmou que "não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional" (citado por Moreira, 1998a, p. 137). Em outras palavras, o desenvolvimento industrial, sob a liderança política, social e econômica da burguesia, era um projeto apenas alcançável, na democracia brasileira, se fosse feita ampla propaganda ideológica, capaz de convencer proletários, camponeses e classe média a apoiarem tal plataforma social e política.

Afirmar que os isebianos entendiam ser a propaganda ideológica fundamental à defesa do capitalismo em um sistema democrático não significa dizer que eles pensavam que isso seria condição suficiente. Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier compartilhavam a idéia de que a reforma do Estado era outra medida inadiável, se o objetivo fosse alcançar o "desenvolvimento nacional". Buscavam, por meio da reforma, tornar o Estado menos acessível às demandas clientelistas dos políticos tradicionais ("arcaicos") e mais "técnico", isto é, capaz de implementar políticas setoriais que dessem sustentação à modernização e à industrialização (Moreira, 1998a, p. 140-142).

Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto desenvolveram um ponto de vista bem mais crítico sobre o problema. Perceberam, cada um a seu modo, que a defesa da industrialização de tipo capitalista, no contexto da democracia brasileira, poderia exigir mais do que propaganda ideológica e reforma administrativa. Para eles, o capitalismo no Brasil não estava absolutamente assegurado, pois da direita poderia partir a própria recusa do aprofundamento

do sistema industrial e, da esquerda, a superação da burguesia como classe dirigente.

O diagnóstico de incertezas fez com que Guerreiro Ramos sugerisse ser a defesa do capitalismo brasileiro matéria de “segurança nacional”. Tudo que prejudicasse tal modelo de desenvolvimento — como partidos, grupos de pressão e manifestações da opinião pública deveriam estar, segundo Ramos, “... sob a mira de nosso aparelho de segurança” (citado por Moreira, 1998a, p. 141). A posição de Ramos era clara, pois preferia sacrificar a democracia em defesa do capitalismo. Radicalmente oposta foi a opção política de Vieira Pinto, para quem “... só estão credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles que forem escolhidos pelas massas ou, em outras palavras, não pode haver solução política para os problemas brasileiros fora do voto popular” (citado por Moreira, 1998a, p. 140).

A reflexão isebiana sobre a tensão existente entre capitalismo e democracia desnudava os diferentes interesses econômicos, sociais e políticos, então em jogo e em conflito, que potencialmente punham em risco o projeto social acalentado pelo grupo. Se os interesses industrialistas eram fortes, também o era o poder dos ruralistas, cuja ação política os isebianos presumiam ser contrária à industrialização. A democratização, ocorrida a partir de 1946, tornava o cenário nacional ainda mais complexo. Estava permitindo a crescente participação e organização política popular, cujas aspirações e demandas poderiam não coincidir com aquelas defendidas e esperadas pela burguesia e, menos ainda, dentro da visão isebiana, com os interesses da oligarquia rural. A ascensão das demandas populares, em um quadro político ainda fortemente marcado pela presença da elite rural conservadora, era um desafio político bastante considerável. Disso não tinha dúvidas, aliás, nenhum intelectual ou político minimamente sensível e observador da experiência democrática.

As relações entre o ISEB e o governo JK não devem ser simplificadas apenas na idéia de cooptação. Os mais ativos intelectuais da instituição eram os sociólogos e os politicólogos, que formulavam e propagandeavam a tal “ideologia do desenvolvimento nacional”. Eles mantiveram uma relação orgânica com o presidente, com seu primeiro escalão e com muitos outros políticos ligados a JK, como a Ala Moça do Partido Social Democrático. A plataforma industrialista de Juscelino, exposta de forma exemplar no Pro-

grama de Metas, era percebida como a implementação das principais idéias e diretrizes defendidas pela instituição. E, de fato, tal avaliação não estava de todo equivocada. O governo JK aprofundava, muito visivelmente, a industrialização de tipo capitalista defendida pela instituição e ambos, ademais, usavam e abusavam da “linguagem nacionalista” para conquistar os corações e as mentes de seus contemporâneos.

O eufemismo “desenvolvimento nacional” definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista. Mas a “ideologia do desenvolvimento nacional”, sobretudo na versão juscelinista, ocultava a dimensão de classe subjacente ao projeto nacional-desenvolvimentista. Ofertava o “desenvolvimento nacional” como algo de todos e para todos, cujo resultado final seria a transição do Brasil para o mundo das nações ricas, modernas e portadoras de bem-estar social.

#### OS PROGRESSISTAS E O MOVIMENTO NACIONALISTA

A sustentação política e partidária do governo JK baseou-se na aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), de Juscelino, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do vice-presidente João Goulart. O PSD tinha um perfil conservador, nitidamente ruralista, enquanto o PTB defendia os interesses trabalhistas, com inserção sobretudo no meio urbano. A aliança PSD/PTB dava à administração juscelinista um aspecto de governo de “centro”, pois combinava setores políticos com agendas bastante diversas.

O maior partido de oposição era a União Democrática Nacional (UDN). A legenda combatia ostensivamente a herança política e ideológica de Getúlio Vargas, claramente presente na aliança PSD/PTB. Defendia, ademais, o slogan da “moralidade pública” como a bandeira número um do partido. Conquistava, desse modo, eleitores urbanos sensíveis ao discurso da moralidade política, mas, no interior, onde possuía também uma forte base ruralista, disputava a hegemonia com o PSD (Benevides, 1981).

Ao lado do PSD e da UDN, o PTB foi a terceira maior legenda do período democrático. No entanto, crecia em ritmo muito mais acentuado, em detrimento, aliás, dos demais partidos (Hippólito, 1985, p. 58-59; Delgado,

1989, p. 202). A ampliação das suas bases sociais e políticas fazia-se sobretudo graças à defesa dos interesses dos trabalhadores e de reformas sociais que atendiam os estratos menos favorecidos da população. A bandeira trabalhista repercutia entre os setores populares das cidades, enquanto no campo se ampliava a atuação do partido, organizando diretórios e influenciando na expansão do sindicalismo rural (Hippólito, 1985, p. 191; Delgado, 1989, p. 203). Seu crescimento no meio urbano e sua presença cada vez mais significativa no interior incomodava as elites tradicionais e sinalizava uma maior radicalização do panorama político nacional.

Desse modo, à esquerda do cenário político e social, Juscelino tinha como principais interlocutores os chamados “grupos progressistas”, sobretudo os políticos ligados ao PTB. Dentro do próprio partido, aliás, os progressistas mais à esquerda organizaram-se no chamado “Grupo Compacto” que, de acordo com seus membros, visava reunir os “nacionalistas convictos” em uma atuação mais ostensiva na defesa dos interesses dos trabalhadores (Delgado, 1989, p. 205).

Mas os progressistas não estavam adstritos à legenda trabalhista. No próprio partido de Juscelino, de base abertamente rural, e na maior legenda de oposição, a UDN, existiam também grupos de progressistas, como a “Ala Moça” do PSD e a “Bossa Nova” da UDN (Hippólito, 1985, p. 144). Embora os elementos mais atuantes do PSD e da UDN fossem avaliados, dentro de suas respectivas legendas, como segmentos radicais e quase dissidentes, foi graças a eles que seus partidos passaram a encampar certas demandas populares. No plano mais geral, defendiam reformas sociais e modificações políticas que os aproximavam dos parlamentares trabalhistas.

José Joffily foi um exemplo típico de político progressista da era democrática, construindo uma rede de relações com intelectuais, políticos de diferentes legendas partidárias e movimentos sociais em ascensão. Era membro da Ala Moça, vice-presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e assíduo participante das reuniões políticas e acadêmicas do ISEB. Posteriormente, em um depoimento, Joffily explicou a razão de ser da Ala Moça. Para ele, o processo de industrialização, urbanização e democratização vivido então pelo país exigia uma adaptação do sistema partidário às novas demandas sociais. No plano mais concreto, isso significava a incorporação de exigên-

cias populares, como o voto do analfabeto, a revisão da estrutura agrária, a extensão da legislação social e trabalhista aos trabalhadores rurais, o apoio à industrialização, a expansão dos serviços públicos e a reforma administrativa, entre outras. Quanto a sua legenda, o PSD, afirmou Joffily: “Não se compreendia mais a existência de um partido voltado para o latifúndio, comprometido com o Estado cartorial. Achávamos que tudo aquilo ia perecer mais cedo ou mais tarde, e não queríamos que aquele barco soçobrasse às nossas custas também...” (citado por Moreira, 1998a, p. 160).

Para os progressistas, a sobrevivência da classe política no novo Brasil que despontava com a democratização de 1946 significava, entre outras coisas, atender certas demandas populares. E, se algo efetivamente unia, sem maiores problemas, os chamados “grupos progressistas”, era o crescente interesse e atenção que dispensavam ao que então se entendia por “desenvolvimento sobre bases nacionais” ou, mais resumidamente, “desenvolvimento nacional”. Tendiam a agir politicamente como um bloco, tal como ficou exemplarmente evidente na constituição informal da chamada Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Estabelecida em 1956, funcionou como um fórum de debate e mútuo apoio de políticos tidos como radicais em seus partidos de origem (Moreira, 1998a, p. 160).

Embora hoje a idéia de “desenvolvimento nacional” nos pareça ampla e imprecisa para qualificar um projeto social específico, o fato é que, para os contemporâneos do governo JK, o conceito tinha um sentido muito claro: industrialização. Não se confundia, desse modo, com a idéia de um processo de desenvolvimento baseado exclusiva ou prioritariamente no setor agropecuário. Entre os segmentos mais radicais, significava também a modernização da sociedade nacional, via reformas profundas no sistema político-eleitoral, na administração do Estado, na estrutura agrária, na educação e nas relações internacionais.

Desde o colapso econômico de 1929, ficou relativamente claro para setores políticos e intelectuais importantes do cenário brasileiro o quanto era frágil a nação, justamente por ter-se sustentado em um processo de desenvolvimento dependente do mercado externo, isto é, no modelo agrário-exportador. O antídoto proposto para combater tal fraqueza da nacionalidade era, não por mero acaso, o desenvolvimento de uma indústria nacional, cujo

florescimento deveria ancorar-se no mercado interno. A opinião de Gabriel Passos, então deputado udenista por Minas Gerais e ativo militante nacionalista, é ilustrativa. De acordo com o parlamentar, "... um país só se liberta, um país só progride quando transforma as próprias riquezas. O país meramente exportador de matéria-prima é país fadado ao aniquilamento e ao perecimento" (citado por Moreira, 1998a, p. 132).

Além de defenderem a industrialização e de criticarem abertamente o modelo agrário-exportador precedente, os progressistas ainda compartilhavam uma outra avaliação: identificavam a oligarquia latifundiária como o maior "vilão" nacional, pois consideravam-na capaz de inviabilizar o aprofundamento do desenvolvimento industrial. Para eles, a elite agrária ainda era um bastião defensor da economia agrário-exportadora pouco interessada na industrialização, e cujos latifúndios, além disso, inibiam a formação de um mercado interno consumidor de industrializados.

Os políticos progressistas, fossem eles reformistas sociais ou simplesmente liberais interessados no aprofundamento do capitalismo industrial, eram unânicos quanto à crítica ao latifúndio. Presumiam que, na ausência de um processo distributivo de terras (reforma agrária), capaz de elevar o padrão social e econômico das massas rurais, dificilmente a industrialização nacional seria bem-sucedida, pois tornar-se-ia sufocada pela ausência de mercado interno consumidor (Moreira, 1998b, p. 349). Para o deputado petebista baiano Fernando Santana, por exemplo, a reforma agrária não era uma "exigência revolucionária", mas antes uma medida de assistência à indústria, incapaz de crescer pois estava "...sem meios de se desenvolver, uma vez que o seu mercado se tornou inelástico..." (citado por Moreira, 1998b, p. 349).

A defesa da industrialização e a crítica ao latifúndio eram o que havia de mais comum entre os diferentes segmentos progressistas do período. A luta política e ideológica desses setores gerou a formação do que ficou conhecido como "movimento nacionalista", um importante fenômeno social, político e ideológico da experiência democrática de 1946 a 1964. Explicar a natureza específica desse movimento é, no entanto, tarefa relativamente árdua.

O nacionalismo, como ingrediente ideológico, esteve presente em diferentes momentos da trajetória histórica brasileira. É possível reconhecê-lo, por exemplo, tanto no pensamento autoritário da Primeira República

(Lamounier, 1978, p. 356), quanto no ideário de partidos políticos tão diversos como o integralista e o comunista. O Estado brasileiro, desde a revolução de 1930, também teve um discurso bastante marcado pelo vocabulário nacionalista, presente nas formulações de homens do porte de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart ou ainda, posteriormente, na ideologia da segurança nacional do regime militar.

Se nem todos os nacionalistas eram progressistas, já que a "linguagem nacionalista" continuou presente nos discursos de setores sociais e políticos conservadores e até mesmo reacionários, quase todos os progressistas se definiam como "nacionalistas".<sup>4</sup> Mas o ingrediente nacionalista, por si só, serve muito pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil. Na realidade, funcionou mais para confundir as diferentes propostas políticas em jogo, ao encobrir e dissimular as grandes diferenças existentes, graças ao uso comum da "linguagem nacionalista".

Contudo, dificilmente podemos compreender a experiência democrática e, mais particularmente, os anos JK, sem recorrer ao cada vez mais atuante movimento. Para Caio Prado Jr., militante comunista, editor da *Revista Brasileira* (1955-1964), difusor do ideário nacionalista e, então, reconhecido como um dos mais importantes intelectuais do país, o nacionalismo dos anos 50 já era comparável, em termos de importância política e dimensão social, aos precedentes movimentos pela independência e pela abolição da escravidão (Moreira, 1998b, p. 330).

A avaliação de Caio Prado Jr. não era exagerada. No plano político, o movimento era plural, incorporando setores de várias legendas partidárias como o PSD, a UDN, o PTB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade. Socialmente, organizava-se em pequenos e médios grupos de militantes que se multiplicavam, incluindo militares, operários, estudantes, intelectuais, sindicalistas, entre outros. Nos anos JK, portanto, o nacionalismo era não apenas um ingrediente ideológico, mas também e fundamentalmente um movimento político e social em plena expansão.

Como movimento social e político, começou a ganhar força em 1943, quando desencadeou-se a campanha "O petróleo é nosso", patrocinada pelo Clube Militar (Souza, 1993, p. 23). A campanha, com seu sugestivo nome, procurou mobilizar a sociedade na defesa da exploração do petróleo, então

recém-encontrado na Bahia, por empresas nacionais. Descartava-se, desse modo, a alternativa da Shell, da Texaco ou de qualquer outra multinacional ser instalada no país para aquele fim. A criação da Petrobrás, em 1953, co-roou de sucesso as jornadas em defesa do petróleo nacional. Desde então, o nacionalismo se identificou, cada vez mais, com a idéia de apoiar um processo de desenvolvimento centrado nas “forças sociais e econômicas da nação”.

Durante o governo JK, as questões que mais mobilizaram o movimento nacionalista foram a industrialização, a presença do capital estrangeiro, a reforma agrária e o pacto social e político que deveria orientar e sustentar o processo de “desenvolvimento nacional”. A estes temas centrais seguiam-se outros, como a política externa independente e as reformas no sistema eleitoral, administrativo, educacional etc. Todas essas bandeiras nasciam ou derivavam-se da necessidade, sentida pelos membros do movimento, de prover a nação com um processo de desenvolvimento auto-sustentável. E, como vimos, tal desenvolvimento só poderia ser a industrialização ancorada na demanda interna. Contudo a implementação concreta desse objetivo maior e comum gerava uma série de tensões.

Exemplo dos conflitos ocorridos foi a inexistência de um projeto social único, já que o movimento se dividia claramente entre pelo menos duas tendências que disputavam a hegemonia política: o nacional-desenvolvimentismo, do ISEB e de JK, e o nacionalismo econômico, da esquerda do período. No entanto, foram justamente o pensamento e a ação política dessas duas facções que deram um sentido concreto à idéia de “movimento nacionalista” da experiência democrática. Dito de outra forma, o nacionalismo dos anos 1946-1964, isto é, sua parte mais ativa e fundamental, teve uma dimensão claramente liberal, representada pelo nacional-desenvolvimentismo, e outra popular, exemplificada pelo nacionalismo econômico.

#### O NACIONALISMO ECONÔMICO

(IDENTIFICADO À ESCOLHA  
Nesse Tempo)

A plataforma industrialista e desenvolvimentista de JK teve ampla penetração nos segmentos nacionalistas progressistas. Mas o apoio a Juscelino, embora tenha sido bastante significativo, não se realizou sem críticas importantes.

O lado mais reformista e radical do movimento, que aqui estamos qualificando de nacionalistas econômicos,<sup>5</sup> teve crescimento significativo durante a administração juscelinista a ponto de, em 1960, romper com o nacional-desenvolvimentismo. A questão central do conflito foi, sem sombra de dúvidas, a presença do capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento da época.

O financiamento do Programa de Metas foi, durante todo o governo de JK, um dos pontos frágeis e de mais difícil solução. O país não contava com uma poupança interna capaz de arcar com os elevados custos da plataforma governamental. No plano internacional, os empréstimos de governo a governo, que prevaleceram no imediato pós-guerra, estavam francamente descartados em favor da inversão direta de capitais em economias consideradas promissoras. Diante desse quadro, Juscelino implementou grande parte do Plano de Metas emitindo papel moeda e incentivando a instalação de multinacionais no país, o que resultou no aumento inflacionário e na ampliação da presença do capital internacional na economia brasileira (Malan, 1984, p. 66 e 83). Essa opção juscelinista ficava, com o passar de seu governo, cada vez mais evidente, gerando fortes críticas de setores do movimento nacionalista. De acordo com o deputado udenista pelo Ceará, Adail Barreto: “... nós da Frente Nacionalista temos declarado em toda parte por onde andamos, aqui na tribuna da Câmara ou nas semanas nacionalistas feitas em diversos Estados: somos contra o capital colonizador, venha ele de onde vier...” (citado por Moreira, 1998b, p. 345).

A crítica contra a inversão direta de capital estrangeiro era intensa entre políticos, intelectuais, estudantes e sindicalistas do movimento nacionalista. Qualificavam tais investimentos com epítetos nada elogiosos, como “capital colonizador”, e a opção juscelinista de “entreguista”, pois entendiam que a ampla participação do capital internacional atrelaria o desenvolvimento do país à lógica do “imperialismo”. No meio intelectual, aqueles que melhor articularam as idéias dos nacionalistas econômicos foram os colaboradores mais ativos da *Revista Brasiliense*, como Caio Prado Jr., Heitor Ferreira Lima, Elias Chaves Neto, entre outros. Para Chaves Neto, por exemplo, era preciso defender um projeto de industrialização sobre “bases nacionais”, pois o grande atrativo para as inversões diretas de capi-

tal externo era os baixos salários pagos à mão-de-obra nacional. Além disso, esses capitais

...viriam criar aqui, não uma indústria destinada a suprir as necessidades de consumo de nosso povo, mas com vistas à exportação dos seus produtos, entrosando-se o Brasil no sistema econômico das nações imperialistas, no qual o nosso povo desempenhará o papel de mão-de-obra mal remunerada, com exceção daquela parte da burguesia nacional que terá unido os seus interesses ao do capitalismo internacional (citado por Moreira, 1998b, p. 347).

O projeto social dos nacionalistas econômicos da *Revista Brasiliense* era bastante diverso daquele defendido pelo nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e do ISEB. Pregavam a aliança dos “setores sociais populares” (proletários, camponeses e progressistas) na defesa da industrialização e de reformas estruturais, sobretudo a agrária, para viabilizar a elevação do padrão social e econômico da população brasileira. O grande objetivo não era simplesmente o aprofundamento da industrialização, mas a ampliação da qualidade de vida e de trabalho da maior parte possível da população rural e urbana. Consideravam que as principais ameaças à consecução desse projeto político e social viria, no plano externo, dos interesses do grande capital internacional (“sistema imperialista”) e, internamente, da oposição dos latifundiários e da burguesia local coligada aos interesses do capital estrangeiro.

Os nacionalistas econômicos enfrentaram de forma firme o problema do impacto do capital estrangeiro sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, situando tal questão como um dos principais eixos de suas reflexões. Preferiam, indiscutivelmente, os empréstimos de governo a governo. Desse modo, o Estado seria o grande investidor nacional e manteria o controle sobre o desenvolvimento econômico, desenvolvendo-se, no país, uma espécie de capitalismo estatal. Mas na impossibilidade dessa opção, propuseram inúmeras políticas disciplinares aos investimentos diretos de capital: o controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para minimizar o impacto da drenagem de recursos para fora do país; a exclusividade de investimentos estatais em setores estratégicos da economia, como o setor de energia; e a política externa independente, isto é, desvinculada dos interesses tanto do

Muito próximo  
do de Vargas havia  
feito pouco antes?

bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, quando do socialista, capitaneado pela então União Soviética, para garantir uma industrialização centrada antes nos interesses internos do que na bipolarização internacional da Guerra Fria.

Diferentemente de JK e dos isebianos, os nacionalistas econômicos assumiam publicamente que a ampliação da participação do capital internacional na economia brasileira poderia reproduzir, em novos termos, a dependência nacional em relação aos países ricos e industrializados. Pior ainda, uma industrialização dependente poderia liquidar com a chance do desenvolvimento brasileiro satisfazer os interesses das camadas populares. Desse modo, enquanto os colaboradores da *Revista Brasiliense* e vários políticos nacionalistas criticavam o “capital colonizador” e a política desenvolvimentista de JK, justamente por criar novos laços de dependência, os isebianos tomaram uma posição de conciliação com o governo: resumiam o problema da dependência fundamentalmente como um resultado da aliança dos latifundiários agroexportadores com o mercado internacional.

A dependência era, para os isebianos, uma característica da economia baseada na exportação de produtos agrícolas, que dominou a trajetória do Brasil aproximadamente até a década de 1930. Não era uma possibilidade presente na etapa da “revolução democrático-burguesa brasileira”, que visava precisamente, segundo eles, acabar com a dependência externa e, portanto, com o caráter ainda “semicolonial” do país. Do ponto de vista isebiano, se alguma ameaça ainda existia à reprodução da dependência e do caráter “semicolonial” brasileiro, esta não partiria da burguesia nem tampouco da industrialização, mas dos ruralistas e do comércio exportador de matérias-primas.

Seja pela crítica à dependência, pelo apelo aos interesses populares ou ainda pela plataforma das reformas sociais e políticas, o nacionalismo econômico foi a perspectiva das esquerdas do período. As ligações entre os colaboradores mais freqüentes da *Revista Brasiliense* com o Partido Comunista eram, por exemplo, evidentes, muito embora não se possa dizer que intelectuais como Caio Prado Jr., Chaves Neto e Calil Chade refletissem a orientação oficial do partido (Moreira, 1998b, p. 342; Rodrigues, 1983, p. 412). Mas seria inexato afirmar que os nacionalistas econômicos fossem primeira-

mente e fundamentalmente partidários do ideário comunista. Setores do movimento com idéias muito similares àquelas veiculadas na *Revista* eram não apenas anticomunistas radicais, como também reformistas convictos. Seixas Dória, deputado pela UDN e membro da Frente Parlamentar Nacionalista, por exemplo, observou com satisfação que "...o Movimento Nacionalista está, praticamente, destruindo o Partido Comunista" (citado por Moreira, 1998, p. 147).

As importantes diferenças entre o nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico eram evidentes para os grupos bem articulados de políticos, sindicalistas e intelectuais que lutavam, ademais, pela liderança política e ideológica dentro do segmentado movimento. A "linguagem nacionalista" partilhada em comum serviu, no entanto, para confundir a maior parte dos seus integrantes, que pairavam entre uma e outra alternativa, julgando-as, muitas vezes, como perspectivas semelhantes. Os editoriais da *Revista Brasileira* insistiam, aliás, nas divergências e criticavam a falta de discernimento sobre os distintos projetos sociais subjacentes aos ideários nacionalista e desenvolvimentista. Para Elias Chaves Neto, por exemplo, o governo JK tinha um caráter ambíguo, na medida em que se mostrava

...nacionalista quando procura fomentar o progresso por iniciativa estatal ou toma medidas que visam proteger o nosso trabalhador e consumidor nacional; francamente antinacional quando, para atrair para o nosso País o capital estrangeiro do qual faz depender o desenvolvimento do País (cujo mérito atribui-se a si) se dobra a todas as imposições daquele capital (citado por Moreira, 1998a, p. 156).

Escrevendo sobre a inauguração de Brasília, em 1960, Chaves Neto ainda afirmou ser a capital modernista o "...símbolo de uma nova política que, como uma psicose vai arrastando todos os brasileiros — a política desenvolvimentista." (Citado por Moreira, 1998a, p. 155). De fato, Juscelino Kubitschek era um sucesso de popularidade. Gozava do apoio do movimento nacionalista e tinha, segundo pesquisa do IBOPE realizada na Guanabara, em 1961, ampla aceitação popular. Apenas 9% dos entrevistados julgavam o governo JK mau ou péssimo. Os demais 91% dividiram suas opiniões em ótimo (22%), bom (35%), regular (31%) e não sabe julgar (3%) (Moreira, 1998a, p. 87).

No campo do movimento nacionalista, a popularidade de Juscelino ficou bastante clara durante as eleições presidenciais de 1960. O candidato apoiado pelo movimento foi o general Lott, apresentado como a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista. Como afirmou Calil Chade, em artigo publicado na *Revista Brasileira*, o presidente Juscelino foi defendido, então, como o "nacionalista número um" do país, o que comprovava a ausência de discernimento crítico entre os projetos nacionalista e desenvolvimentista, tão comum durante aquele período (Moreira, 1998a, p. 157). A derrota eleitoral de Lott para Jânio Quadros foi um golpe duro para o movimento. Instalou-se, logo depois, um processo de "autocrítica", cujo resultado final foi o rompimento entre "nacionalistas" e "desenvolvimentistas".

Os nacionalistas econômicos reconheceram que o movimento tinha uma feição mais elitista do que popular. Seus principais membros ainda eram políticos, intelectuais, estudantes e sindicalistas, enquanto a maioria dos eleitores permaneciam alheios aos grandes temas defendidos pelo movimento. Era necessário, de acordo com a "autocrítica" realizada, ampliar suas bases sociais (Moreira, 1998a, p. 157). O desenvolvimentismo também ganhou, definitivamente, o epíteto de "entreguista". Mesmo alguns intelectuais do ISEB, que haviam atravessado todo o governo JK dando apoio explícito ao projeto nacional-desenvolvimentista, dobraram-se frente ao discurso dos nacionalistas econômicos. Em 1963, por exemplo, Cândido Mendes afirmou que "... a expansão industrial do país ressuscitou a relação de dependência metropolitana" (citado por Toledo, 1982, p. 159).

O movimento tornou-se um crítico feroz do "entreguismo juscelinista", propondo uma plataforma política abertamente reformista, "antiimperialista" e comprometida com as camadas populares. Ao término do governo JK, o projeto nacionalista econômico — baseado na idéia de um capitalismo de tipo estatal, na defesa dos interesses populares do campo e das cidades e na crítica às novas formas de dependência nascidas da industrialização — havia se transformado na perspectiva dominante dentro do segmentado movimento nacionalista e superava, criticamente, o nacional-desenvolvimentismo. E, na tentativa de aumentar a inserção das idéias do movimento nacionalista entre as camadas populares, seus integrantes passaram a propor soluções abertamente reformistas para os mais diversos problemas nacionais. Mas o auge

desse processo ficou realmente visível apenas nas campanhas pelas “reformas de base”, durante o governo de João Goulart.

#### O PROJETO RURALISTA

O sucesso de Juscelino Kubitschek na implementação do Plano de Metas ficou particularmente evidente na condução da “operação Brasília”, isto é, na construção e inauguração da nova capital e do “cruzeiro rodoviário”, composto pelas rodovias Belém/Brasília (2.000 km), Acre/Brasília (2.500 km), Fortaleza/Brasília (1.500 km), Belo Horizonte/Brasília (700 km) e Goiânia/Brasília (200 km). Embora a literatura crítica tenda a considerar Brasília uma obra faraônica, sem outra maior relevância do que fazer a propaganda simbólica e ideológica do nacional-desenvolvimentismo, dificilmente poder-se-á compreender o governo JK sem a consideração da meta que, segundo a própria avaliação de Juscelino, sintetizava o “espírito” de sua administração.

Um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento industrial, identificado pela equipe de JK, era a falta de comunicação entre as regiões industrializadas do sudeste e as zonas agroprodutoras do interior. A ampliação do parque industrial brasileiro dependia, de fato, de uma maior integração nacional. No interior existia, em potencial, um importante mercado consumidor de produtos industrializados, subaproveitado ou até mesmo não aproveitado, devido à falta de meios e vias de comunicação. Sem este mercado consumidor, dificilmente o salto industrial, projetado pelo nacional-desenvolvimentismo, alcançaria sucesso.

Do “interior” ainda vinham os alimentos indispensáveis à manutenção das cidades e parte importante da matéria-prima das indústrias. Desse ponto de vista, não era apenas a economia urbano-industrial que dependia do setor agropecuário. Este, por seu turno, teria melhores condições de crescimento justamente atendendo à demanda interna oriunda da intensificação da urbanização e industrialização. Eis porque as perspectivas de desenvolvimento rural ficariam também comprometidas, se a integração territorial e econômica não fosse intensificada.

A “grande meta de integração nacional”, composta por Brasília e pelo cruzeiro rodoviário, funcionou, efetivamente, como um passo contundente no processo de integração territorial e do sistema produtivo nacional. Buscava senão romper, pelo menos aliviar um dos mais persistentes pontos de estrangulamento do desenvolvimento rural e urbano, representado pela carência de vias de comunicação que sufocava o crescimento global do país.

A alternativa juscelinista de ampliação do mercado nacional consumidor e de superação dos entraves à circulação de pessoas, bens e mercadorias não era a única proposta ventilada no período e nem mesmo a mais racional, do ponto de vista estritamente financeiro. Estimativas realizadas sobre os custos de Brasília estabelecem cifras que variam entre 250 e 300 bilhões de cruzeiros, o que representou um gasto de 2 a 3% do PIB do período (Lafer, 1970, p. 210). A operação foi, contudo, o meio encontrado por Juscelino de favorecer o desenvolvimento industrial, sem entrar em rota de colisão com os fortes interesses da oligarquia rural e, mais que isso, de costurar a aliança política com aquele setor político e social, interessado em ampliar as fronteiras agrícolas em regiões até então apartadas do processo de desenvolvimento econômico nacional.

Os representantes políticos ruralistas do Congresso Nacional perceberam, rapidamente, as novas possibilidades ofertadas ao setor agropecuário, graças à implementação da operação Brasília. Definiram a obra como a “Nova Marcha para Oeste”, que, ao seu modo, dava continuidade à penetração ao interior desencadeada, anteriormente, por Getúlio Vargas. Foram tenazes defensores da medida e freqüentemente frisavam o quanto a operação era fundamental para a articulação de um novo pacto tácito entre os interesses rurais e industriais no Brasil, pois, graças à medida, novas perspectivas de desenvolvimento tornavam-se disponíveis para ambos os setores (Moreira, 1998a, p. 179). O deputado Cunha Bastos, da UDN goiana, resumiu muito bem esse ponto de vista, quando em abril de 1956 fez o seguinte pronunciamento:

A interiorização da capital (...) é a maior aspiração da hora presente. O alargamento do mercado interno dará novas perspectivas à indústria nacional e um novo sentido de marcha para o Oeste, onde as terras são da melhor qua-

lidade, favorecendo ali a agricultura, a pecuária, a par da riqueza mineral do solo. (...) A nação não deve continuar a carrear suas energias criadoras somente para dois centros de economia vivos — Rio e São Paulo — deixando paráliticos e desalentados milhões de brasileiros que trabalham e vegetam no interior do País. (...) O Brasil está farto dessa civilização e não pode continuar do litoral, virando as costas ao altiplano, ignorando seus graves problemas (citado por Moreira, 1998a, p. 182).

O setor agropecuário nacional passava, então, por importantes transformações, condicionando a diversificação dos interesses da oligarquia rural. Desde a crise de 1929, quando a exportação de produtos agrícolas sofreu forte refluxo, a economia brasileira entrou em franco processo de reestruturação. No plano mais global, deixou de ser predominantemente agrário-exportadora, assumindo uma nova feição: a progressiva industrialização e a reorganização do setor agrícola, que passou a crescer de maneira expressiva para atender a demanda interna.

Em fins da década de 1940 e princípios da década de 1950 as transformações da economia brasileira eram bem mais visíveis. A indústria já podia ser considerada o “carro chefe” do desenvolvimento e a agricultura voltada para o mercado nacional, em termos de crescimento, era mais dinâmica do que aquela direcionada para a demanda externa (Ianni, 1988, p. 41; Szmrecsányi, 1984, p. 116). Contudo o setor agro-exportador permanecia, extremamente importante, pois era aquele que trazia divisas ao país — indispensáveis, aliás, para promover a tão desejada industrialização nacional. A ascensão de Juscelino ao poder, em 1956, com uma plataforma abertamente industrialista, confirmava a nova tendência da economia e a diversificação de interesses dentro do bloco ruralista estava, então, muito mais consolidada.

Aqueles que produziam para o mercado interno percebiam o quanto a industrialização era importante para o setor, embora talvez ainda existisse um ou outro ruralista extemporâneo, propalador da “vocação essencialmente agrícola do Brasil”. Gostassem ou não da industrialização, das massas proletárias, do crescimento das cidades, da imprensa atuante, dos movimentos sociais e da democratização, tudo isso já era fato concreto. Em lugar de lutarem contra a maré, procuraram influir, disciplinar e aproveitar as oportuni-

dades abertas pelo próprio processo em andamento. Buscaram, sobretudo, construir um novo pacto político para orientar o processo de desenvolvimento brasileiro, capaz de articular e harmonizar seus objetivos e reivindicações com os novos e grandes interesses industriais.

A avaliação ruralista sobre o sentido do Plano de Metas é ilustrativa. O deputado França Campos, do PSD mineiro, definia o programa de JK como “a nossa revolução industrial”, contrapondo-a com as experiências, então em andamento, na Rússia e na China, já que, ao contrário do Brasil, aqueles países se industrializavam sob regimes comunistas, liderados por Stalin e Mao Tsé-tung (Moreira, 1998a, p. 183). A oligarquia rural não duvidava, portanto, das fortes expectativas em redor da industrialização e da modernização e temia que setores sociais e políticos mais afoitos adotassem a via revolucionária e comunista para alcançar aqueles objetivos. Para França Campos, aliás, a industrialização juscelinista também possuía, por isso mesmo, um sentido político-estratégico. Segundo suas próprias palavras: “Em boa hora soube o patriotismo de Juscelino Kubitschek arcar com a responsabilidade de fazer a nossa Revolução Industrial antes que o povo a fizesse...” (citado por Moreira, 1998a, p. 183).

A elite rural brasileira dos anos JK não era menos clara e incisiva quanto ao tipo de setor agrícola que queriam para o Brasil daqueles novos tempos. Em uma carta escrita por Afonso Alberto Ribeiro Neto, integrante do Conselho Superior das Classes Produtoras, lida e defendida pela bancada ruralista na Câmara dos Deputados, encontramos o que podemos chamar de “cerne” do projeto social defendido pelo setor, inclusive a definição que davam para a tão debatida “reforma agrária”.

Num país de possibilidades imensas como o Brasil, a reforma agrária tem que ter por objetivo a formação de grandes unidades altamente produtivas, dotadas de assessoria técnica moderna, grandemente capitalizadas. No Brasil onde tudo é grande, a agricultura não pode ser pequena, não pode ser limitada nem em hectares, nem em extensão: tem que ser agricultura moderna, baseada em unidades de produção em tudo e por tudo comparáveis às grandes indústrias. No Brasil, pois, reforma agrária não pode ser divisão de terras, retalhamento de propriedades: tem que ser muito mais que isso, tem que ser industrialização da agricultura (citado por Moreira, 1998c, p. 356).

O projeto social ruralista não era antiindustrialista. Reconhecia os fortes nexos existentes entre crescimento da economia rural e intensificação do processo industrial, preconizando, inclusive, a “industrialização da agricultura”, isto é, a modernização da produção latifundiária de caráter ainda tradicional, a maior capitalização do setor agromercantil e investimentos em infra-estrutura, como estradas, frigoríficos, silos e armazéns, para garantir a expansão do setor. A esta expectativa de modernizar o sistema agropecuário nacional somava-se outra, de caráter mais conservador, que pode ser resumida na intransigente perspectiva de garantir a continuidade da grande propriedade rural e de um conjunto de privilégios usufruídos pela classe social a ela ligada.

O deputado José Lopes, durante um dos inúmeros debates sobre a reforma agrária, afirmou: “Quero dizer apenas que sou latifundiário e tenho orgulho de o ser” (citado por Moreira, 1998c, p. 355). A manutenção dos latifúndios — muitos deles, aliás, não revestidos de todas as formalidades legais — era, para vários ruralistas, uma questão acima de qualquer negociação e representava uma rejeição inequívoca à reforma agrária distributiva de terras. Outras reivindicações juntavam-se a esta, sobretudo o bloqueio de três propostas ventiladas no período: o voto do analfabeto, o imposto territorial progressivo sobre as grandes propriedades, que afetaria principalmente os latifúndios improdutivos, e o Estatuto do Trabalhador Rural, que estenderia aos homens e mulheres do campo os direitos sociais e trabalhistas já então conquistados pelos trabalhadores urbanos.

O lado mais tradicional do projeto ruralista opunha-se, desse modo, às principais propostas defendidas por nacionalistas e trabalhistas: a extensão da legislação social e trabalhista à população do campo, a distribuição de pequenas propriedades por meio da reforma agrária, a inibição ao latifúndio, sobretudo o improdutivo, pela via fiscal e a democratização das relações políticas no campo, já que a maioria dos virtuais eleitores rurais eram analfabetos. Não restam dúvidas, ademais, sobre a disposição política da oligarquia rural em defender seus interesses tradicionais, inclusive ameaçando romper com a ordem institucional e democrática, então em vigor.

Em 1959, a Associação Rural de Lages, com o apoio da Associação Rural da Pecuária do Pará, enviou uma carta ao Congresso Nacional, afirmando que os projetos de leis que visavam o aumento progressivo do imposto rural,

a equiparação do trabalhador do campo ao industrial e expropriação para efeito de reforma agrária tinham, todos, um mesmo caráter: eram “subversivos”. Para os membros da Associação, se “...o Congresso Nacional tentasse forçar essas reformas radicais sobre a nação, não só destruiria a classe de proprietários rurais, como também desmantelaria irremediavelmente a agricultura e a pecuária nacionais e terminaria por provocar uma autêntica guerra civil, jogando brasileiros contra brasileiros” (citado por Moreira, 1998c, p. 356).

É uma simplificação, contudo, reduzir o projeto social ruralista à defesa da grande propriedade rural, pois, como vimos, a expectativa em torno da modernização do setor era considerável e deveria ser realizada com a crescente integração territorial e econômica do sistema produtivo urbano e rural. Para setores mais atentos às agitações políticas e sociais do período, até mesmo a desapropriação para efeito de reforma agrária era uma alternativa viável, desde que realizada por meio de uma indenização “justa” e “prévia”, tal como previa a constituição de 1946.

O sentido do conceito “prévio” estava claro para todos, até mesmo entre aqueles segmentos mais radicais da esquerda que se opunham ao próprio princípio da indenização. O mesmo, no entanto, não acontecia quando se discutia a semântica da palavra “justa”. O debate sobre esse ponto era acalorado, polarizando as opiniões de ruralistas e progressistas. Nem mesmo o critério do “valor histórico”, alternativa construída pelos moderados, interessava aos ruralistas mais abertos ao diálogo. Enquanto valor ele preconizava um índice que combinava a rentabilidade das propriedades rurais, na média dos anos anteriores à desapropriação, com o valor de tributação, a oligarquia rural admitia, no máximo, o que eles chamavam de “valor de mercado”, que, na prática, seria o valor proposto pelos próprios proprietários rurais (Moreira, 1998c, p. 357).

O projeto social ruralista defendia, portanto, maior integração entre indústria e agropecuária, a modernização da agricultura e, finalmente, a manutenção da grande propriedade rural. Excluía, contudo, a grande maioria da população rural, formada por pequenos posseiros e trabalhadores sem terra. Fazia isso a despeito de 70% dos brasileiros e brasileiras viverem, naquele momento, no campo e em cidades com menos de dois mil habitantes

(Patarra, 1984, p. 263). Defendia, em resumo, a grande propriedade rural no regime capitalista, pois, como afirmou o deputado Dirno Pires: "... o problema da reforma agrária não é um problema de distribuição de terras. (...) É mecanização da lavoura, é o crédito..." (citado por Moreira, 1998c, p. 357).

Impossível compreender a lógica política da oligarquia rural, e de seu projeto exclusivista de desenvolvimento social, sem considerarmos um fato simples, porém fundamental: ela era plenamente ciente do peso e da importância social e política que detinha no Brasil dos anos JK.

#### INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO MODELO OLIGÁRQUICO DE APROPRIAÇÃO TERRITORIAL

Vistas em conjunto, as aspirações ruralistas não eram contraditórias ou incompatíveis com o programa desenvolvimentista de JK. A oligarquia rural não se posicionava contra a industrialização, tal como imaginavam os isebianos e tantos outros políticos progressistas. Juscelino, por sua vez, tampouco excluía a oligarquia rural do grupo de apoio ao seu governo e, menos ainda, combatia seus interesses "arcaicos". A idéia sobre a incompatibilidade entre o projeto nacional-desenvolvimentista e os interesses agrários era uma ficção. E resultava, em grande medida, do desconhecimento sobre a real composição do setor rural nacional, interpretado como predominantemente exportador, quando, na realidade, a parte mais dinâmica do bloco ruralista só poderia crescer atendendo à ampliação da demanda interna, provocada pela própria industrialização.

Juscelino, ao contrário das expectativas dos setores progressistas, contemplou várias demandas ruralistas durante sua administração. O Plano de Metas, principalmente o setor de alimentação e a operação Brasília, promovia a expansão e a modernização do sistema agromercantil, ao prever a intensificação do uso de fertilizantes e tratores, bem como a construção de estradas, armazéns e frigoríficos. Mas foi sobretudo na implementação da operação Brasília que os nexos e "diálogos" entre os projetos nacional-desenvolvimentista e ruralista se tornaram particularmente evidentes.

A operação Brasília interessava à oligarquia rural sobretudo porque sua implementação significava a oportunidade de ampliação das fronteiras produtivas do setor. Contudo, as novas terras incorporadas à dinâmica da economia nacional em expansão eram disputadas não apenas pelas oligarquias locais, mas também por pequenos posseiros, trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas. Existiam, além disso, pelo menos dois projetos contraditórios de organização fundiária para o país: o ruralista, baseado na grande propriedade agromercantil, e o trabalhista e/ou nacionalista, ancorado na perspectiva de implantar a pequena propriedade pela via da reforma agrária, graças à recolonização de áreas já ocupadas.

A colonização baseada na pequena propriedade, nas regiões definidas como fronteiras agrícolas, foi assunto insuficientemente discutido no período. Isso, aliás, intrigou o deputado Castro Costa (PSD/GO), que criticou a negligência sobre a questão e interpelou: "...em vez de fazer a desapropriação de terras na orla oceânica a fim de recheiar os bolsos daqueles latifundiários que as detêm; em vez de fazer a desapropriação por interesse social ou utilidade pública, por que não vamos aproveitar a área que pode, inclusive, ser doada a todos os colonos brasileiros que queiram seu aproveitamento racional?" (Citado por Moreira, 1998c, p. 358.)

O lugar absolutamente subalterno da colonização na agenda nacional do período se deu, fundamentalmente, por razões políticas. A prioridade da esquerda era a reforma agrária em regiões já conturbadas por conflitos sociais e isso por razões não apenas de caráter social e econômico, mas também por motivos de ordem política. Caio Prado Jr., por exemplo, julgava a colonização um grande equívoco. Para ele, antes de colonizar áreas ainda afastadas dos centros produtores, dever-se-ia proceder à recolonização de áreas já ocupadas, porém subaproveitadas. O que ele pregava era uma reforma agrária capaz de, entre outras coisas, racionalizar o uso do solo, deixando as frentes de expansão reservadas para a necessidade de desenvolvimento futuro do país (Lenharo, 1985, p. 39; Moreira, 1998c, p. 359).

Nem todos tinham posição tão clara e fechada como a de Prado Jr. e até mesmo confundiam freqüentemente reforma agrária e colonização, julgando-as assuntos senão iguais, pelo menos correlacionados. Embora tal avaliação não estivesse de toda errada, é bem verdade que vários políticos e

intelectuais deixaram de perceber a especificidade da colonização e, sobretudo, sua importância para um país de dimensões continentais, com vastas áreas ainda não integradas ao processo de desenvolvimento.

De um ponto de vista panorâmico, a colonização não era assunto prioritário ou tampouco explosivo. Os progressistas mostravam-se favoráveis à colonização baseada na pequena propriedade, mas não articularam uma proposta clara e específica para dar encaminhamento ao assunto. Quanto aos ruralistas, eles gostavam de falar sobre colonização sempre que o tema da reforma agrária agitava seus respectivos estados, propondo-a como alternativa muito mais viável e inteligente. Via de regra, no entanto, as terras disponíveis sempre estavam localizadas em algum lugar alhures, mas nunca nos estados dos ruralistas que debatiam o assunto.

Estava claro, para Juscelino, que o apoio, a colaboração ou pelo menos as relações amistosas entre os ruralistas e seu governo, fossem eles do PSD, da UDN ou de outras pequenas legendas existentes, exigiam medidas afirmativas e, mais que isso, inviabilizavam qualquer alternativa de reforma agrária e colonização conduzida pelo Estado. Tais pontos eram, para os ruralistas, inegociáveis, pois enquanto a primeira incomodava a oligarquia rural de regiões mais densamente ocupadas, a segunda desagradava profundamente aqueles setores influentes das frentes de expansão agrícola.

Diante desse quadro, o programa de governo de JK omitiu-se de qualquer medida de organização fundiária, embora a reforma agrária fosse, ao lado do debate sobre o papel do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento industrial, a segunda questão mais polêmica do cenário político do período. JK evitou definir uma política agrária, aliás, a despeito também da ampliação dos conflitos fundiários e do crescimento dos movimentos sociais e políticos no campo, como as Ligas Camponesas que agitavam o Nordeste, a crescente organização do sindicalismo rural ou, ainda, outros tantos movimentos rurais, inclusive armados, que surgiam no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.<sup>6</sup>

Avaliar as relações políticas entre o governo JK e a oligarquia rural apenas da perspectiva das omissões em relação à reforma agrária distributiva de terras é uma redução, pois Juscelino fez muito mais pelos ruralistas do que isso. Seu programa de governo apoiou de forma muito efetiva a expansão do

modelo oligárquico de apropriação territorial. Construiu Brasília e o gigantesco cruzeiro rodoviário, sem disciplinar a ocupação, posse e formação de propriedades rurais nas frentes de expansão da sociedade nacional. Na prática, isso viabilizou o controle e o domínio da elite rural sobre os novos territórios ocupados, gerando, por um lado, um fortalecimento numérico, econômico, social e político da oligarquia rural e, por outro lado, uma enorme exclusão social de homens e mulheres pobres que habitavam o interior.

Se tomarmos como base o período entre a Revolução de 1930 e os dias atuais, saltam aos olhos três grandes momentos, quando o Estado formulou políticas específicas de fomento à expansão da sociedade nacional: a Marcha para Oeste, de Getúlio Vargas, a operação Brasília, de Kubitschek e, posteriormente, a colonização da Amazônia, do regime militar, que, aliás, dava continuidade e inspirava-se nas duas experiências anteriores. Não era absolutamente por acaso, portanto, que os contemporâneos de JK qualificavam Brasília como a “nova” Marcha para Oeste.

Guardadas certas semelhanças e objetivos comuns, o fato é que as similitudes entre a operação Brasília e a Marcha para Oeste eram mais imaginárias do que reais. O que há de comum é que ambas só podem ser plenamente compreendidas dentro do cenário da industrialização, projetado e implementado tanto por Vargas quanto por JK. O aprofundamento industrial exigia, simultaneamente, a ampliação do mercado interno consumidor de industrializados, bem como uma maior articulação física e econômica entre o “interior” e o “litoral”, isto é, entre os setores agropecuário e industrial.

A Marcha para Oeste pode ser definida como uma política de colonização do meio-oeste, então considerado um dos “vazios demográficos” do território nacional.<sup>7</sup> Era baseada na pequena propriedade e na organização cooperativa, não configurando-se, portanto, como uma política de reforma agrária, fundamentada na desapropriação de latifúndios e posterior parcelamento e distribuição de terras (Lenharo, 1986, p. 46). No entanto, a crítica aos efeitos sociais e econômicos nocivos da grande propriedade rural esteve sempre no horizonte da Marcha para Oeste (Lenharo, 1986, p. 20-23). Subjacente à realização daquele processo de colonização, existia a expectativa de que fosse implantado nas frentes de expansão um padrão de ocupação territorial diverso do historicamente herdado, isto é, o modelo

oligárquico. Esperava-se, ainda, que o estabelecimento de pequenas propriedades fosse capaz de conter e inibir o avanço dos latifúndios nas novas regiões em processo de ocupação e desenvolvimento.

Por várias razões, o novo modelo de apropriação territorial, baseado na pequena propriedade e na organização cooperativa, fracassou. Mas o objetivo do programa de colonização de Vargas era claro. A Marcha para Oeste visava combater a formação de latifúndios nas fronteiras agrícolas, ampliar a integração física e econômica da nação e transformar as condições de vida e de trabalho da população pobre do campo, tornando-os pequenos produtores e proprietários rurais com capacidade de consumo de bens industriais.

A opção juscelinista foi bastante diversa. Se ele, tanto quanto Vargas, buscou uma maior integração nacional, graças à implementação de Brasília e do cruzeiro rodoviário, suas opções de organização fundiária e de ampliação do mercado interno foram radicalmente diferentes. Apoiou a apropriação espontânea do solo nacional, e a elevação dos níveis sociais e econômicos da população rural, via colonização, estava descartada. A ampliação do mercado interno não seria produto, portanto, da colonização baseada na pequena propriedade, mas antes realizar-se-ia aproveitando-se uma demanda já existente, no interior, e ainda não saciada em função da ausência de meios e vias de comunicação (Moreira, 1998a, p. 185-188).

Os maiores prejudicados pela opção juscelinista foram as populações politicamente frágeis e preexistentes do Norte e Centro-oeste. Posseiros, populações ribeirinhas e povos indígenas assimilados ou ainda totalmente isolados da sociedade nacional estavam não apenas desprotegidos, mas até mesmo excluídos da "Nova Marcha (oligárquica) para Oeste". Outros setores ainda foram afetados, como, por exemplo, posseiros e trabalhadores sem terra de regiões mais densamente ocupadas. Na ausência de uma política de colonização, não tiveram chances de adquirir posse e propriedade rural nas frentes de expansão agrícola.

Não por acaso Carlos Lacerda — político urbano, sem vínculo com a base social rural, pertencente à oposição udenista e ferrenho adversário de JK — criticava a ausência de uma política de organização fundiária associada à operação Brasília, ironizando o tão decantado poder da futura capital dinamizar o bem-estar social e econômico das populações rurícolas. Referindo-

se às terras que estavam sendo incorporadas à dinâmica do desenvolvimento nacional, Lacerda salientou: "... esta é zona pioneira que pioneira vai ficando nas mãos dos latifundiários que terão agora cartórios bem mais próximos para a sua grilagem" (citado por Moreira, 1998a, p. 187). E, de fato, era o que estava acontecendo.

Pedro Ludovico, governador de Goiás, reconhecia a crescente e perigosa especulação fundiária em seu estado, resultante da realização de Brasília e do cruzeiro rodoviário (Moreira, 1998a, p.181). O movimento camponês armado, em Trombas e Formoso (Goiás) (Martins, 1986, p. 71-72), era um entre outros problemas relacionados com a expansão desordenada e selvagem do modelo oligárquico de apropriação territorial então em curso. A mesma conjuntura conflituosa aprofundava-se no Mato Grosso. Lá, as vítimas da especulação fundiária, da grilagem e da formação e fortalecimento de latifúndios eram, além de posseiros, trabalhadores sem terra, pequenos proprietários rurais e os povos indígenas. Os episódios envolvendo os Kadiwéu, que tiveram, no ano de 1959, a totalidade de suas terras úteis griladas (Ribeiro, 1962, p. 111-112), nos dão uma pequena idéia da dimensão dos problemas étnicos e sociais ocorridos no Mato Grosso com a intensificação da integração nacional e da nova marcha oligárquica para Oeste.

A expansão do modelo oligárquico de apropriação territorial nas fronteiras agrícolas era uma conseqüência do processo espontâneo de ocupação e aproveitamento econômico do solo nacional que, embora estivesse sendo claramente induzido pelo Estado, não era, no entanto, minimamente regulamentado. E, por isso mesmo, gerava inúmeras conseqüências nefastas: a especulação fundiária, a grilagem, a formação de novos latifúndios, o fortalecimento da grande propriedade e inúmeros conflitos étnicos, sociais e fundiários. Além do mais, tais problemas e conflitos não podem ser considerados desvios ou distorções da operação Brasília. Inseriam-se, ao contrário, na lógica do próprio processo de desenvolvimento defendido pelo programa nacional-desenvolvimentista, baseado na ausência de uma política de reforma agrária e colonização e no desmonte do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Criado em 1910 para integrar os índios na sociedade brasileira e para garantir a sobrevivência física de tribos ainda isoladas existentes nas frentes

JK construiu um Nobel  
em São Paulo  
\*Amazônia

de expansão, o SPI viveu sua maior crise orçamentária justamente no quinquênio juscelinista (Ribeiro, 1962, p. 35). Isso não apenas inviabilizou a efetiva proteção e integração dos índios, mas acabou favorecendo a expansão selvagem sobre tradicionais territórios indígenas, como, aliás, fica atestado no caso dos Kadiwéu e nos subsequentes conflitos de tribos amazônicas com a sociedade nacional em expansão. Com o SPI praticamente inoperante, e na ausência de uma política fundiária minimamente preocupada com as populações sertanejas, prevaleceu no interior e nas zonas de expansão da sociedade nacional, como era previsível, “a lei do mais forte”.

Em resumo, o nacional-desenvolvimentismo incentivou a modernização da agricultura, a expansão das fronteiras agrícolas sobre bases oligárquicas e, sobretudo, um modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses rurais e urbanos. Vale lembrar, aliás, que a construção de um novo pacto entre os grandes interesses rurais e urbanos foi, precisamente, o centro e a maior expectativa do projeto social ruralista durante os anos JK.

#### CIDADANIA E NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Na longa duração da história nacional, o governo JK aparece em um lugar de destaque menos por ter simplesmente acelerado o processo industrial, mas antes por ter feito isso de acordo com as regras do sistema democrático (Benevides, 1979, p. 21). Dito de outra forma, o que existe de realmente inédito durante o governo JK foi o aprofundamento do sistema capitalista de produção, sem o sacrifício do sistema democrático, como aconteceu antes, no Estado Novo, e depois, no regime autoritário político-militar de 1964.

O bem-sucedido governo JK foi incapaz de evitar, no entanto, um certo mal-estar e desapontamento. A cidadania, isto é, os direitos sociais, políticos, jurídicos e econômicos da população nacional, não teve um desenvolvimento nem correlato nem comparável ao ritmo e à grandeza do que aconteceu no campo econômico. A maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia.

Aquilo que a crítica retrospectiva interpreta como “sucesso”, “proeza” ou “habilidade” do governo JK — ou seja, realizar o aprofundamento do desenvolvimento de tipo capitalista dentro dos parâmetros do sistema político democrático — serve não apenas para caracterizar o quinquênio juscelinista, mas é também uma questão que, como vimos, inquietou Juscelino e parte de seus contemporâneos. Para o presidente e os setores que o apoiavam, compatibilizar a implantação do Plano de Metas com a democracia foi o maior desafio político do período. Mas Juscelino não se fiou apenas na propaganda político-ideológica — tal como se propalava no ISEB — para garantir o maior apoio possível ao seu projeto de desenvolvimento. E, bem ao contrário das idéias isebianas, não excluiu os ruralistas do pacto político tácito que efetivamente sustentou sua administração.

Enquanto os isebianos discutiam a construção de uma aliança entre as “classes dinâmicas” (burguesia, proletários, camponeses e nova classe média) para dar andamento ao processo de industrialização e modernização do país, o governo JK implementou o Plano de Metas com forte presença do capital estrangeiro, associando os grandes interesses rurais e urbanos. Aprofundava o processo industrial e incentivava a expansão e a modernização do setor rural em bases, contudo, oligárquicas. Durante a implementação do projeto nacional-desenvolvimentista, simultaneamente reproduzia-se e ampliava-se o que se julgava de mais “arcaico” na sociedade: a grande propriedade rural e a classe social e política a ela ligada.

A especificidade do governo JK e do projeto nacional-desenvolvimentista só se torna efetivamente visível em suas profundas relações com o projeto ruralista. Este nada mais buscava do que a articulação, preservação e ampliação dos grandes interesses rurais durante o processo de industrialização, pouco se importando, ademais, se o capital industrial era nacional ou internacional. Julgar os ruralistas como segmentos antiindustriais, como fizeram tantos progressistas, foi um grande erro de cálculo político, apenas compreensível pela ausência de uma visão crítica sobre as profundas transformações pelas quais passava o setor agropecuário nacional. E não seria exagero citarmos, aqui, uma das hipóteses de Gramsci mais sugestivas para a problematização do processo de modernização de sociedades com a presença de sólidos grupos rurais — como era, aliás, a Itália de seu tempo e o Brasil dos anos JK:

“...o partido dos grandes industriais é o partido dos proprietários rurais” (Gramsci, 1990, p. 197).

Os interesses industrialistas eram inequivocamente fortes nos anos JK e foram politicamente representados por vários progressistas instalados em diferentes legendas partidárias. Se quanto a isso não restam dúvidas, é bem verdade, também, que nem todos os interessados na industrialização defendiam, necessariamente, interesses burgueses, como atesta o projeto nacionalista econômico. Além disso, foi precisamente esta perspectiva de esquerda, comprometida com os setores populares, que apresentou tendência de crescimento no período. Dito de outra forma, não foi entre os “progressistas” que os grandes interesses industriais, nacionais ou internacionais, encontraram acolhimento seguro, mas no “partido” dos proprietários rurais, isto é, no bloco ruralista, com representação política em diferentes agremiações, inclusive nas duas maiores legendas partidárias do período: o PSD e a UDN.

A oligarquia rural, embora não fosse mais hegemônica nos mesmos termos que fora durante o Império e a Primeira República, estava longe de ser um setor politicamente inexpressivo, passivo e refratário em relação aos grandes acontecimentos da época. Para além dos debates teóricos, políticos e ideológicos que marcaram os anos JK, a sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista foi fruto de um pacto tácito entre os grandes interesses rurais e o capital industrial, de origem nacional, internacional ou uma combinação de ambos. É nos parâmetros desse pacto que se torna explicável a relativa estabilidade política do governo JK, a intensificação da industrialização e, também, um outro fenômeno pouco notado por quase todos os estudiosos desse período: a reprodução ampliada e modernizada da oligarquia rural brasileira.

Mas enquanto o pacto industrial-agrário do nacional-desenvolvimentismo conseguiu salvar a “frágil” democracia brasileira, sacrificou bastante a cidadania. A maior parte da população nacional, cerca de 70%, vivia em zonas rurais. Para aquela gente comum e simples, os anos JK foram mais cinza do que dourado. Na ausência da reforma agrária, da colonização baseada na pequena propriedade nas zonas de fronteira agrícola e da extensão dos direitos sociais e trabalhistas aos homens e mulheres do campo, qualquer projeção de melhoria das condições de vida da população rural era mais fictícia

do que real. A despeito disso, Juscelino prometera que, por meio de seu governo, a “...aparência triste de um inválido esmorecido, com que Euclides da Cunha pintou o retrato de nosso sertanejo, tende a apagar-se do panorama brasileiro” (citado por Moreira, 1998a, p. 32).

JK deixou de cumprir as promessas de desenvolvimento social que, via de regra, estavam associadas à idéia de aceleração da prosperidade econômica. Não conseguiu elevar o nível de vida da população sertaneja, nem tampouco foi bem-sucedido em duas outras promessas empenhadas. Os desníveis de desenvolvimento regional não foram superados. Tal problema era sobretudo visível nas diferenças que separavam Nordeste e Sudeste e na destoante qualidade de vida da população do “interior” (campo) quando comparada à do “litoral” (cidade), sem acesso à terra, à saúde, à educação, ao saneamento básico, aos plenos direitos políticos e à proteção da legislação social e trabalhista. Também não foi superado o tão criticado “subdesenvolvimento” nacional. O país, desse modo, a despeito de toda aceleração e crescimento da economia, não ingressou no bloco dos “países desenvolvidos”, permanecendo nos limites da história de pobreza e de desigualdades sociais que até então caracterizavam (e ainda caracterizam) a trajetória nacional.

Juscelino Kubitschek foi, contudo, um presidente democrático, um político habilidoso e um homem audacioso. Foi também o mais euclidiano de todos os estadistas nacionais. Trilhou, passo a passo, quase todas as sugestões de Euclides da Cunha, para quem era necessária a intensificação artificial da ocupação do território nacional, por meio de grandes obras de engenharia que interligassem o “interior” e o “litoral”. Aliás, Euclides solicitava o desenvolvimento e a integração da nacionalidade não apenas através de ações concretas, mas também por meio de um “ideal comum” que a todos orientasse (Sevcenko, 1985, p. 140-141). Até que ponto Juscelino reconhecia os fortes nexos entre seu projeto social e as idéias de Euclides da Cunha permanece uma questão aberta. Mas se o escritor não foi o grande mestre de JK, com toda legitimidade poderia ter sido.

Juscelino Kubitschek, o presidente euclidiano, também prometeu disputar nova eleição e voltar, em 1965, com uma plataforma mais centrada na agricultura do que na indústria. O que exatamente ele pensava e queria com a nova proposta presidencial continua incerto. O que sabemos é que aquela

eleição jamais aconteceu. Ter sido impedido de concorrer às eleições e cumprir a palavra empenhada causou-lhe, além disso, enorme pesar e decepção. Não tão grande, decerto, quanto o de ver o gigante adormecendo no obscurantismo e iniquidade do regime autoritário.

## NOTAS

1. O melhor exemplo é o presidente Fernando Henrique Cardoso, que abriu sua campanha eleitoral na televisão, em 1994, referindo-se a Juscelino Kubitschek e suas metas. Antes, em 1989, Afif Domingos fez o mesmo. Realizou sua campanha presidencial aludindo, com frequência, a JK, chegando a ir a Minas Gerais para manter contatos sobrenaturais com o ex-presidente falecido.
2. Os termos direita e esquerda estão sendo utilizados na acepção de Norberto Bobbio, para quem a linha divisória entre um e outro passa pela aspiração à igualdade, presente nos movimentos de esquerda (1985, p. 16).
3. Por projeto social, deve-se entender o ideário de desenvolvimento social, político e econômico implícito ou explícito em discursos e nas práticas políticas dos atores sociais. Via de regra, os projetos sociais articulam visões sobre o passado (história), sobre o futuro (projeções de desenvolvimento) e sobre a conjuntura do presente. Veja Rossi-Landi, Ferruccio (1985, p. 144) e Joseph Fontana (1998, p. 9-10).
4. Digo quase todos porque alguns progressistas, no sentido aqui enunciado, não se definiam como nacionalistas e nem propalavam tal perspectiva. Penso, sobretudo, em Mário Pedrosa, militante socialista e importante crítico de arte do período. Desse modo, é necessário estudar, com mais precisão, o ideário do Partido Socialista Brasileiro, pois embora fosse um pequeno partido, reunia figuras de destaque. Quanto a Mário Pedrosa, membro do PSB, não existe a menor dúvida: ele era um crítico severo do nacional-desenvolvimentismo e de vários aspectos do ideário nacionalista.
5. O termo “nacionalismo econômico” foi utilizado primeiramente por Paula Beiguelman para se referir às idéias defendidas pela *Revista Brasiliense* tida como a expressão teórica das idéias de um grupo mais extenso e heterogêneo. Veja Paula Beiguelman (1989).
6. Sobre as Ligas Camponesas, os movimentos sociais no campo, inclusive armados, e a expansão do sindicalismo rural pode-se consultar, dentre outros autores, os textos de Fernando Antônio Azevedo (1982), José de Souza Martins (1986) e Aspásia de Alcântara Camargo (1983).
7. Sobre o conceito “vazios demográficos”, tão comum no vocabulário político e até mesmo acadêmico do Brasil republicano dos anos entre 1930 e 1970, o leitor pode consultar o artigo “A produção histórica dos ‘vazios demográficos’: guerra e chacinhas no vale do Rio Doce, 1800-1830” (Moreira, 2001, p. 99-104).

## BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, Fernando Antônio. 1982. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Beiguelman, Paula. 1989. “A *Revista Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo econômico.” In D’Incaro, Maria Ângela (org). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense/Unesp.
- Benevides, Maria Victória. 1979. *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . 1981. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . 1989. *O PTB e o trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense.
- Bobbio, Norberto. 1995. *Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp.
- Camargo, Aspásia de Alcântara. 1983. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil Republicano*, vol. 3: Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Delgado, Lucilia de Almeida Neves. 1989. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- Faro, Clovis; Silva, Salomão L. Quadros. 1991. “A década de 50 e o Programa de Metas”. In Gomes, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fontana, Josep. 1998. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru/SP: Edusc.
- Gramsci, Antonio. 1990. *Poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense.
- Hippólito, Lúcia. 1985. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lafer, Celso. 1970. *The planning process and the political system in Brazil. A study of Kubitschek’s Target Plan, 1956-1961*. Dissertação de Ph.D — Cornell University.
- Lamounier, Bolívar. 1978. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República”. In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil republicano*, vol. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Lenharo, Alcir. 1982. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste*. Campinas: Unicamp.
- Malan, Pedro Sampaio. 1984. “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)”. In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil republicano*, vol. 4: Economia e cultura (1930-1964). São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Maranhão, Ricardo. 1985. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense.
- Martins, José de Souza. 1986. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Moreira, Vânia Maria Losada. 1998a. *Brasília: a construção da nacionalidade*. Um meio para muitos fins. Vitória: Edufes.

- . 1998b. "Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35.
- . 1998c. "O modelo oligárquico de apropriação territorial e o nacional-desenvolvimentismo". *Anais da XVIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Rio de Janeiro.
- . 2001. "A produção histórica dos 'vazios demográficos': guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830)". *Revista de História*, Vitória, n. 9.
- Patarra, Neide L. 1995. "Dinâmica populacional e urbanização no Brasil pós-30". In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil republicano, vol.4: Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Ribeiro, Darcy. 1962. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 1983. "O PCB: os dirigentes e a organização". In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil republicano, vol. 3: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Rossi-Landi, Ferruccio. 1985. *A linguagem como trabalho e como mercado: Uma teoria da produção e da alienação lingüística*. São Paulo: Difel.
- Sevenco, Nicolau. 1985. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- Singer, Paul. 1983. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento". In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil republicano, vol.4: Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Skidmore, Thomas. 1979. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Souza, Antônio. 1993. *Nacionalismo: ideologia e política no Brasil (1953-1964)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Szmrecsányi, Tamás. 1984. "O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)". In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil republicano, vol.4: Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Toledo, Caio Navarro de. 1982. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática.

## Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)

*Paulo G. Fagundes Vizentini*

Professor Titular de História Contemporânea na UFRGS.

O período de quase duas décadas compreendido entre o fim do Estado Novo, em 1945, e o golpe militar de 1964 se caracterizou pela disputa (permeada de avanços e recuos) entre dois projetos, os nacionalistas e os “entreguistas”. O primeiro grupo, inspirado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da ONU) e catalisado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), buscava certa margem de autonomia frente aos EUA para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial, calcado em certa perspectiva de reforma social.

O segundo, apoiando-se nas fronteiras ideológicas definidas pela Escola Superior de Guerra (ESG) e no liberalismo econômico, destacava as vantagens comparativas da agricultura e a agenda de segurança defendida pelos EUA na Guerra Fria. Inimigos dos nacionalistas, foram por eles caricaturizados como “entreguistas” (porque desejavam “entregar” o país aos *yankees*). Neste contexto, a tentativa de autonomizar a ação internacional do Brasil acabou sendo percebida por Washington como algo inaceitável, especialmente após a Revolução Cubana.

Durante a primeira metade do século XX, a política externa brasileira teve como tendência predominante a inserção do país no contexto hemisférico, onde o eixo principal era a relação com os Estados Unidos. Não se tratava apenas da dependência face àquele país, mas do fato do Brasil centrar sua política externa no estreitamento das relações com Washington, dentro da perspectiva da “aliança não escrita” concebida durante a gestão Rio Branco. A dependência, enquanto tal, prosseguiu depois desta fase, mas a tônica não era mais essencialmente a busca de uma aproximação privilegiada com os Estados Unidos.

Ao longo desta fase, houve momentos de busca de uma relativa “autonomia na dependência” ou de barganha na defesa de certos interesses bra-

sileiros, como aconteceu durante a gestão Rio Branco e o primeiro governo Vargas. O restante da República Velha (1912-30) e o mandato do presidente Dutra (1946-51), ao contrário, caracterizam-se por uma dependência relativamente passiva frente aos EUA. Entretanto, o período 1930-1945 pautou-se por uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, através da utilização da política externa como um instrumento estratégico para lograr a industrialização do país.

É necessário ressaltar, no entanto, que o estágio embrionário do desenvolvimento brasileiro e as escassas possibilidades oferecidas pelo contexto internacional a longo e médio prazos limitaram o alcance desta inovação varguista. A diplomacia pendular do Brasil, entre Washington e Berlim, buscava essencialmente reativar a velha "aliança privilegiada" com os EUA, inovando-a com outras formas de cooperação econômica. Em suma, Vargas ensaiava uma nova postura em uma situação ainda dominada por velhas estruturas de alcance regional.

A derrubada do ditador estadonovista e o caráter da política externa de Dutra — um dos governos que mais se submeteu aos interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos, na história do país — evidenciaram os elementos acima apontados. Sua visão de mundo assumia integralmente a noção de Guerra Fria e a liberalização externa da economia. Além do mais, a tendência a formas mais ou menos passivas de acomodação submissa aos Estados Unidos ainda se faria sentir entre 1951 e 1964. Contudo, a volta de Vargas ao poder vai representar uma importante mudança. É inegável que ainda iria persistir, em larga medida, a ilusão de que o Brasil poderia, através de uma barganha nacionalista, voltar a estabelecer vínculos privilegiados com os EUA — isto, até o final do governo Kubitschek.

#### DUTRA: A GUERRA FRIA E O "ENTREGUISMO"

Três meses após a derrubada de Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra tomava posse como presidente eleito. O condestável do Estado Novo e simpaticante do Eixo era agora um fiel aliado de Washington. Essa seria a marca

de seu governo. Uma mudança de tal magnitude resultava tanto de uma nova relação de forças internas como, sobretudo, externas. Prenunciavam-se os anos da Guerra Fria e uma nova ordem mundial, o que alterava profundamente as possibilidades de inserção internacional do Brasil.

O governo Dutra iria ligar-se estreitamente à estratégia norte-americana. A atuação de Raul Fernandes no Ministério das Relações Exteriores teve um tom de tal forma conservador e subserviente, que provocou inúmeros atritos entre ele e Oswaldo Aranha, então presidente da Assembléia Geral da ONU, onde o Brasil ocupava a vaga de membro temporário do Conselho de Segurança. O Chanceler chegou a sabotar a reeleição de Aranha para esse cargo.

O alinhamento brasileiro baseava-se em várias considerações. Nessa época a política externa americana tinha suas prioridades nas regiões afetadas pela guerra mundial, e que agora constituíam as fronteiras da Guerra Fria. Além disso, o objetivo estratégico de Washington era a abolição das barreiras alfandegárias e das restrições de qualquer ordem ao livre fluxo comercial e financeiro. Portanto, dentro de uma dimensão global e não regional. Assim a América Latina via-se "abandonada" pelos EUA, que a encorajavam somente a eliminar restrições e controles cambiais para obter a entrada de capitais privados, e a reforçar a segurança interna contra a esquerda.

Dessa forma, por que então a política externa brasileira alinhava-se à americana? O Brasil de Dutra julgava-se um aliado privilegiado dos EUA, acima do perfil de relacionamento internacional. Em função do ativo apoio a Washington durante a Segunda Guerra Mundial e do alinhamento automático na Guerra Fria, os grupos conservadores brasileiros então no poder esperavam manter relações especiais com o governo norte-americano. Tal visão calcava-se nos pressupostos ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, tendo como modelo o National War College dos EUA. A ESG baseava suas concepções no binômio *segurança e desenvolvimento*, defendendo para o país um projeto econômico de capitalismo associado ao bloco internacional, nos quadros de uma Doutrina Interamericana de segurança anticomunista.

A diplomacia brasileira não apenas alinhava-se automaticamente com as posições americanas nas organizações internacionais, como às vezes chegava

a exceder-se em seu apoio. Em outubro de 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética a partir de um incidente sem maior importância. Na verdade, essa ruptura fazia parte de uma política mais ampla, e fora longamente preparada pelo governo. Nesse contexto, o Partido Comunista foi novamente colocado na ilegalidade no mesmo ano, paralelamente à uma significativa repressão ao movimento operário. Essa política anti-comunista de Dutra não se devia apenas às concepções ideológicas e demandas sociais do Governo. Seu caráter um tanto exagerado vinculava-se à necessidade de evidenciar perante os EUA o engajamento do país na luta contra a subversão esquerdista.

À subserviência político-diplomática somou-se a econômica. Enquanto liberalizava o setor externo da economia, no plano interno o governo priorizava o combate à inflação. Além do tom antiindustrialista da política econômica, a redução dos investimentos públicos praticamente inviabilizou o Programa de Obras Públicas e Reequipamento, iniciado em 1944. Enquanto isso, Vargas, agora na oposição, denunciava a possibilidade do governo abrir o setor siderúrgico e petrolífero aos interesses estrangeiros.

Dentro de sua postura livre-cambista, os Estados Unidos aboliram o preço máximo do café. O resultado foi bastante negativo: uma grande saída de capitais sem entradas significativas. Entre 1946 e 1952 houve uma verdadeira hemorragia de divisas, com uma saída líquida de US\$ 500 milhões. As reservas internacionais acumuladas pelo Brasil durante a guerra não permitiam, dentro das regras do sistema monetário e comercial mundial, financiar os déficits na área de moedas conversíveis, especialmente dólares. O problema era grave, porque a liberalização das importações pelo governo deixara um saldo negativo importante, obrigando-o a recorrer ao controle de importados em 1948.

Em agosto de 1947 ocorreu em Petrópolis a Conferência Interamericana sobre Defesa do Continente, cujo principal resultado político seria o Tratado Interamericano da Assistência Recíproca (TIAR), que reafirmava o pan-americanismo político, agora anticomunista. Contudo, o evento também teve, indiretamente, algumas conseqüências no plano econômico. Truman e Marshall, presentes ao encerramento, receberam um pedido de Dutra para uma ajuda econômico-financeira por parte dos EUA.

A resposta foi bastante elucidativa: Marshall recomendou ao governo brasileiro a utilização prioritária de recursos internos e a criação de um clima propício à atração de capital privado norte-americano. Entretanto, no plano concreto, acordou-se a criação da Comissão Brasil-Estados Unidos, que se encarregaria de estudar e elaborar um programa para o desenvolvimento. Chefiada por John Abbink do lado americano e Otávio Gouvêa de Bulhões pelo lado brasileiro, a comissão ficou conhecida como Comissão Abbink-Bulhões.

Durante os trabalhos, os EUA procuraram não comprometer-se com qualquer apoio concreto ao Brasil, mantendo-se no plano das análises e sugestões. O relatório Abbink, em essência, não fez senão repetir as recomendações liberais acima apontadas. O aumento dos preços do café a partir de 1948-49 desafogou um pouco a situação externa da economia, fazendo parecer que algo de concreto havia resultado da cooperação com os EUA, dentro dos pressupostos da Comissão Abbink-Bulhões.

O estabelecimento do TIAR teve como desdobramento a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Bogotá, pela IX Conferência Interamericana de 1948. O TIAR e a OEA constituem elementos decisivos para a compreensão das relações dos EUA com a América Latina. O tratado era um acordo militar pelo qual os EUA e os países latino-americanos comprometiam-se a apoiar qualquer um dos signatários em caso de ameaça armada externa. Além disso, também possibilitava a adoção de medidas contra "outras formas de agressão" à Zona de Segurança, que incluía, além dos EUA e da América Latina, o Canadá, as colônias européias do Caribe, a Groenlândia e vastas áreas do Pacífico e Atlântico. De certa forma, a Guerra Fria materializava-se precocemente na América Latina.

Como organização regional, a OEA institucionalizava a versão pan-americanista desenvolvida pela Doutrina Monroe e constituía um elemento valioso para a diplomacia americana manter sob controle a política dos países do continente. Dois dos princípios da Carta da OEA são bastante reveladores dos objetivos da Organização, e terão repercussões sérias: o da *prioridade*, que encarnava as disputas regionais como sua esfera de competência, e não da ONU, e o da *incompatibilidade*, segundo o qual nenhum dos Estados-membros poderia afastar-se do "modelo político democrático"

vigente no ocidente e no continente. O primeiro princípio condenava a região a um certo isolamento internacional em termos políticos, enquanto o segundo legitimava a ação norte-americana contra qualquer alteração reformista e/ou nacionalista do *status quo*, excetuando-se, é claro, as ditaduras “purificadoras e amigas”.

Durante a vigência do governo Dutra, o Brasil só obteve concessões mínimas nas relações bilaterais com os Estados Unidos, como retribuição ao seu alinhamento automático à estratégia americana. Nesse sentido, não era difícil avaliar o clima de frustração reinante em certos meios nacionais e em outras nações latino-americanas. Mas a situação era pior no caso brasileiro, pois o governo esperava maiores vantagens. Esse ponto é fundamental para compreender-se o segundo governo Vargas.

A situação, sem embargo, começava a alterar-se. Embora Truman iniciasse um novo mandato em janeiro de 1949, no fim do ano seguinte, quando Vargas já estava eleito e a Guerra da Coreia já completava seis meses, foi instalada uma nova Comissão econômica Brasil-EUA, com atribuições bem mais concretas que a Abbink-Bulhões.

#### VARGAS E O SENTIDO DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Entre 1951 e 1964, a política externa brasileira apresentou características novas, que a diferenciava das fases anteriores. Apesar das diferenças existentes entre o nacional-desenvolvimento de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo-associado de Juscelino Kubitschek de Oliveira e a política externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, bem como das particularidades que marcaram o contexto histórico de cada uma, esses projetos possuem acentuados traços em comum e apresentam uma continuidade. Ainda que caracterizada por certas ambigüidades e interrompida por um hiato após o suicídio de Vargas, a política externa desses três períodos apresenta um aprofundamento contínuo, que atinge sua forma superior com a Política Externa Independente (PEI).

Embora apresentada inicialmente apenas como uma tentativa de realizar uma diplomacia mais autônoma face aos EUA após as decepções geradas

durante o governo Dutra (quando se esperava uma relação privilegiada com esse país como decorrência da colaboração durante a Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria), essa linha política possuía raízes mais distantes. Entre 1930 e 1945 Vargas já havia procurado transformar a política exterior num instrumento de apoio ao desenvolvimento de economia.

Mas a situação na década de 1950 era diferente. O crescimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sócio-político da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior. O período abria-se com o incremento da urbanização e da industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais. O sistema político tinha de responder à crescente participação popular, enquanto as contradições da sociedade brasileira constituíam um terreno fértil para os conflitos sociais. Assim, Vargas viu-se na contingência de retomar o projeto de desenvolvimento industrial através da substituição de importações, incrementando a indústria de base.

Neste quadro o setor externo da economia desempenhava um papel fundamental. A obtenção de capitais e tecnologia só poderia ser lograda incrementando-se a cooperação econômica com a potência então hegemônica do mundo capitalista, os Estados Unidos. Em tempos de Guerra Fria, entretanto, o espaço de manobra era muito limitado para atrair a atenção americana, visando suplantar o “descaso” de Washington para com a América Latina, e, em particular, para com o Brasil.

É nesse quadro que Vargas procura implementar uma *barganha nacionalista*, apoiando os EUA no plano político-estratégico da Guerra Fria em troca da ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro. Esta política, ao mesmo tempo, fortaleceria a posição interna do governo, granjeando-lhe apoio de diferentes forças. As contradições internas cada vez mais pronunciadas e os magros resultados obtidos no plano externo atingiram um ponto grave a partir de 1953, com a eleição do republicano Eisenhower.

Na tentativa de reverter o quadro crescentemente adverso, Vargas esboça uma multilateralização das relações internacionais do Brasil, ao buscar o aprofundamento da sua barganha nacionalista. O problema, entretanto, era que o cenário internacional não oferecia suficientes alternativas: pois os países

socialistas ainda eram considerados “inimigos”, a Europa ocidental e o Japão mal haviam concluído a reconstrução econômica, enquanto o Terceiro Mundo recém-despertava como realidade política, devido ao embrionário estágio da descolonização. A América Latina, por seu turno, encontrava-se sob forte pressão dos EUA e de politicamente bastante dividida.

Além disso, a questão da Petrobrás evoluiu em direção a um movimento popular de caráter genuinamente nacionalista e antiimperialista (campanha *O Petróleo é Nosso*), gerando inúmeros atritos com os Estados Unidos e com as forças sociais de direita dentro do Brasil. O nacionalismo, inicialmente voltado à obtenção da unidade interna necessária ao projeto industrializante (propiciando a “união capital-trabalho”) e destituído de conteúdo antiimperialista, acabou sendo galvanizado pela participação popular que crescia no meio urbano. Vargas chegou a declarar, em 7 de setembro de 1953, que “o imperialismo era a falta de investimentos dos países ricos nos pobres, impedindo o desenvolvimento” (exatamente o contrário do conceito leninista)! Assim, o nacionalismo não era hostil ao capital estrangeiro, mas à sua fuga ou ausência... Dentro dos delicados equilíbrios de poder, o nacionalismo e a política externa acabaram se tornando um dos ângulos do confronto nacional e internacional.

De qualquer forma, Vargas procurou tirar proveito dos limitados espaços, além de tentar criar outros. Entretanto, mesmo este esboço de multilateralização, que visava mais a barganha com os Estados Unidos do que uma nova forma de inserção no plano mundial, viu-se obstaculizado pelos acirrados conflitos internos. Articulando-se diretamente com Washington a oposição acabou, isolando o governo e levando o presidente ao suicídio em 1954. Em sua política de ziguezagues, Vargas buscava, a cada gesto de independência, compensar os EUA com alguma concessão. Assim, desagradou a gregos e troianos (particularmente aos militares nacionalistas), contribuindo para seu isolamento em relação à sua própria base de poder.

A derrubada do governo Vargas e a reação conservadora que se seguiu — tanto no plano interno como sobretudo no externo — evidenciaram que a barganha nacionalista havia se tornado uma política incômoda para o *status quo* internacional hegemônico pelos Estados Unidos. A tentativa precoce de promover uma diplomacia não linearmente subordinada a Washington

apoiava-se em fatores objetivos em desenvolvimento, e não apenas na vontade política de um líder populista. A noção de nacionalismo desempenhou um papel fundamental como fator de mobilização e coesão política interna, necessária à estabilidade do projeto desenvolvimentista. Por isso, significou o início de uma nova fase da política externa brasileira, que conheceu seu amadurecimento com a Política Externa Independente.

#### DO SUICÍDIO DE VARGAS À OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

Entre 1954 e 1958 essa política conheceu um sério retrocesso, e houve um autêntico hiato com relação às tendências marcantes do período. A gestão Café Filho caracterizou-se pela abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e pelo retorno do alinhamento automático em relação à diplomacia americana, tal como no governo Dutra. O projeto de desenvolvimento foi momentaneamente abandonado, em nome de um liberalismo econômico extremado, enquanto a barganha nacionalista desaparecia das palavras e atitudes do governo. Nesta linha de atuação, a concepção de segurança nacional associada à noção de desenvolvimento recebeu sua forma acabada na Escola Superior de Guerra. Para a ESG, em linhas gerais, o desenvolvimento seria conquistado através da afirmação da segurança, que só seria possível através de um alinhamento inequívoco ao Ocidente democrático e cristão, o “mundo livre” liderado pelos EUA. Tratava-se de um dos eixos da diplomacia brasileira, calcado na unilateralidade Norte-Sul, parte integrante da história do capitalismo mundial.

Com a ascensão de Kubitschek ao poder em 1956, a situação altera-se em certo sentido. O Brasil continua calcando sua política externa — essencialmente concentrada na diplomacia hemisférica — no alinhamento automático com os EUA. Também prosegue a abertura completa da economia ao capital internacional. Entretanto, JK retoma o projeto de industrialização, só que agora apoiado no setor de bens de consumo durável para as classes de média e elevada renda. Assim, consegue conjuntamente um espaço em que se harmonizam os interesses da potência hegemônica e de um projeto de industrialização alterado.

É necessário salientar que tal política foi possível, entre outras coisas, pelo retorno pleno da Europa Ocidental à vida econômica internacional, fornecendo alternativas comerciais e financeiras ao Brasil, sem confrontação direta com Washington. Apesar de pressionado internamente à direita, o governo JK obteve um compromisso satisfatório no plano político, sobretudo devido ao sucesso inicial de seu plano econômico, baseado numa associação estreita com o capital estrangeiro e num alinhamento automático com os EUA no âmbito estratégico. Nesse sentido, a industrialização impulsionada por JK fazia de seu *nacional-desenvolvimentismo* muito mais um *desenvolvimentismo-associado*.

Esse hiato, com suas duas fases distintas, encerra-se em 1958 com a retomada da barganha nacionalista por Kubitschek, em termos muito semelhantes à de Vargas. A crise dos milagrosos "50 anos em 5" e determinadas alterações internacionais — como a criação da Comunidade Econômica Européia, a reeleição de Eisenhower num quadro de crise e descontentamento latino-americano, bem como as pressões do FMI — levaram o governo a reativar a velha barganha nacionalista através da Operação Pan-Americana (OPA). Através dela — o ponto de inflexão diplomático e fato mais importante da conjuntura que se abria — a diplomacia brasileira volta a ganhar cores nacionalistas e o tema readquire sua importância estratégica, empolgando e mobilizando grande parte da sociedade. A política exterior voltava a constituir um instrumento das necessidades do desenvolvimento brasileiro, apesar do governo não ultrapassar determinados limites.

OPA - A Operação Pan-Americana objetivava atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano, comprometendo a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance. A OPA pretendia incrementar os investimentos nas regiões economicamente atrasadas do continente, compensando a escassez de capitais internos, promover a assistência técnica para melhorar a produtividade e garantir os investimentos realizados, proteger os preços dos produtos primários exportados pela América Latina, bem como ampliar os recursos e liberalizar os estatutos das organizações financeiras internacionais.

Ao contrário da Aliança para o Progresso, que priorizava os capitais privados e as relações bilaterais, a OPA enfatizava a utilização de capitais públi-

cos e a multilateralização das relações interamericanas. Paralelamente, JK buscou expandir a barganha para a área socialista e terceiro-mundista, mas de forma extremamente acanhada. A economia brasileira internacionalizava-se acentuadamente, e os conflitos sociais exacerbavam-se, enquanto as repercussões da Revolução cubana criavam problemas adicionais. Não podendo agir além do que lhe permitiam suas bases de sustentação política, a diplomacia de JK permaneceu no meio do caminho, empurrando para seus sucessores decisões que não podia ou não estava disposto a tomar.

Durante o governo JK a base industrial se expandira, gerando novas demandas internacionais que alteraram o rumo da política exterior. Mas apoiando-se numa coalizão mais conservadora que a de Vargas, Kubitschek não ousou transpor certos limites. Nenhuma atenção foi dada à descolonização da África ou à construção de uma real estratégia comum com os países latino-americanos, cujo nacionalismo alcançava igualmente níveis intensos. Iniciativas como a OPA e a sinalização comercial em direção aos países socialistas eram, essencialmente, uma forma de barganha com os EUA. Já as relações com a Europa não ultrapassaram o âmbito comercial. JK não ousou projetar a política externa do Brasil para fora do continente dominado pelos Estados Unidos. Além disso que o desenvolvimento obtido se produziu em íntima associação com as transnacionais e com o capital estrangeiro, aprofundando a abertura externa.

#### A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1964)

A eleição do conservador Jânio Quadros pela UDN (com Goulart do PTB como vice, o que era possível na época) vem provar que não existe uma relação linear entre política externa e interna. O ministro das relações exteriores, Afonso Arinos (da UDN mineira), era igualmente um conservador. Premido pela situação interna e pelas aceleradas transformações mundiais, Jânio Quadros lançou a Política Externa Independente (PEI), superando muitas limitações dos governos Vargas e Kubitschek. Um governo conservador tem, geralmente, maior margem de manobra para promover uma alteração de rumos dessa natureza. Para tanto, soube tirar proveito do impacto

internacional promovido pelo advento da administração Kennedy e da Revolução Cubana, buscando inspiração no nacionalismo gaullista, que buscava autonomia para a França dentro da aliança ocidental.

Desde o início de seu breve governo, Quadros manteve um discurso crítico em relação aos EUA. Aliás, antes já se encontrara com Fidel Castro e Nikita Krushev. O embaixador americano Berle Jr. foi tratado com descortesia pelo presidente, que também se negou a romper com Cuba. Reformou o Itamaraty e reatou relações diplomáticas com vários países do leste europeu, iniciando igualmente tratativas para o reatamento com a URSS. Com relação a um antigo aliado conservador, Portugal de Salazar, Quadros buscou certo distanciamento, e passou a apoiar ostensivamente as independências de Angola e Moçambique, ao mesmo tempo em que criticava o *apartheid* sul-africano. Quando a CIA patrocinou a invasão anticomunista da Baía dos Porcos, Quadros assinou um acordo de cooperação com a Argentina de Frondizi, criando uma frente de resistência.

Ao mesmo tempo que sua diplomacia provocava a Casa Branca, sua política econômica alinhava-se com o FMI. Muitos analistas consideram que a política externa era uma compensação progressista ao conservadorismo interno (político e econômico). Contudo, a questão era que a ausência de reformas sociais privava a nova base produtiva de um mercado interno de porte correspondente, além da falta de capitalização — problemas agravados durante o governo JK. Assim, o capitalismo instalado em território brasileiro necessitava de mercados externos e de investimentos estrangeiros, obrigando o país a buscar novas parcerias no Primeiro Mundo, mas igualmente a abrir frentes nos países socialistas e no nascente Terceiro Mundo. O desenvolvimento estaria bloqueado se as relações internacionais se limitassem a um hemisfério dominado pelos EUA.

No início, os conservadores não gostavam da PEI, mas achavam que o presidente “sabia o que estava fazendo”. Com o tempo, a diplomacia passou a polarizar a política nacional ainda de forma mais intensa que o nacionalismo dos anos 50, especialmente porque ultrapassara os limites tolerados pelo sistema internacional hegemônico pelos EUA. Quando o presidente condecorou Che Guevara, o ministro cubano da economia que criticara a Aliança Para o Progresso lançada na Conferência de Punta del Este (a primeira), a

crise eclodiu. Depois de enviar seu vice, João Goulart, considerado “esquerdista”, à República Popular da China, no comando de uma Missão comercial e diplomática, Quadros aproveitou a conjuntura para propor uma renúncia, que acreditava não ser aceita, com o objetivo de ampliar seus poderes. No entanto, a direita civil e militar, que desde 1954 tentara conquistar o poder, aceitou a renúncia e manifestou-se contrária ao retorno e posse do vice-presidente.

Desencadeada por Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul), a Campanha da Legalidade impediu o golpe e gerou um compromisso. A solução encontrada foi a implantação do parlamentarismo. Tancredo Neves tornou-se primeiro-ministro e San Tiago Dantas o ministro das Relações Exteriores, dotando a PEI de um corpo teórico consistente, e colocando-a em prática, já que Jânio Quadros pouco ultrapassara o nível do discurso. O novo governo, entretanto, era fraco e marcado pela suspeição ideológica. Além disso, a encampação de empresas estrangeiras ineficientes, realizada por vários governos estaduais, na área dos transportes urbanos, energia e comunicações, gerava uma grave fonte de atritos com os EUA.

Em termos práticos, a PEI sob San Tiago Dantas passou do discurso à ação, reatando relações diplomáticas com a URSS e fazendo uma firme defesa do princípio de não-intervenção em relação à Cuba na segunda Conferência de Punta del Este, em 1962. Se por um lado o governo demonstrava maior resistência em sua política externa e interna. O regime parlamentarista enfraquecia a presidência e o processo de tomada de decisões. Por sua vez, o presidente se encontrava sob suspeição ideológica. A perda de controle sobre sua base social de apoio, que se radicalizava enquanto a crise se aprofundava, geravam um clima político desfavorável ao governo.

Enquanto a direita brasileira (UDN, militares, Igreja, empresários e latifundiários) mobilizava-se contra o governo, os EUA se preocupavam com a falta de controle do governo sobre a sociedade e a política de encampações de empresas estrangeiras. Além disso, o aprofundamento da Revolução Cubana gerava em Washington uma apreensão generalizada em relação a toda a América Latina. Na percepção norte-americana, o Brasil afigurava-se como o novo “elo frágil”, como uma possível “nova Cuba”. Assim, as pressões se aprofundaram, especialmente após a crise dos mísseis em Cuba, em outubro

PEI = Política Externa Independente 209

de 1962. Este acontecimento invalidou muito da argumentação usada pela diplomacia brasileira, de que a questão cubana era um problema interno e não um episódio da Guerra Fria. Tudo se tornou ainda mais complicado após o retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963, pois a Casa Branca viu neste fato o desaparecimento de uma garantia limitadora à ação de um governo que considerava “esquerdista”.

Neste sentido, Goulart tornou-se cada vez mais vacilante, e a aplicação da PEI passou a sofrer cada vez mais limitações. O chanceler Hermes Lima chegou a proibir a realização do Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba no Rio de Janeiro, negando vistos de entrada a inúmeras personalidades estrangeiras. Houve igualmente um distanciamento em relação aos movimentos de libertação nacional africanos. O avanço da crise econômica e da mobilização popular, bem como o assassinato de Kennedy em novembro de 1963, abriram o caminho para o golpe.

Em janeiro de 1964 Goulart regulamentou a remessa de lucros para o exterior, enquanto o Itamaraty, à revelia do presidente, renovava o Acordo Militar com os EUA (necessário para uma virtual intervenção). A CIA atuava no país apoiando os setores golpistas, enquanto a Casa Branca contornava o monopólio da política exterior pela União, negociando acordos apenas com os governadores da oposição, passando por cima do governo federal. Jango, por sua vez, mostrava-se cada vez mais impotente. O comício da Central do Brasil, pelas reformas de base, e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade sinalizavam para uma radicalização, que culminaria com o golpe de 31 de março de 1964.

Para termos uma idéia da facilidade com que foi desfechado o golpe, a Operação Brother Sam, de ajuda militar aos golpistas, foi desmobilizada ainda em alto-mar, frente ao porto de Santos. Era o fim do regime democrático e da Política Externa Independente.

Mas o que foi, afinal, a PEI? Ela pode ser considerada como uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores ou a modificação do caráter de alguns, cujas necessidades e anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes. A orientação diplomática da PEI respondia à atitude dos EUA com relação à América Latina, percebida como de “descaso” até a Re-

volução Cubana. Esse fenômeno caracterizava-se pela ausência de investimentos públicos para a área de infra-estrutura e de bens de capital. O “descaso” transformava-se em forte pressão política e econômica quando as nações latino-americanas tomavam qualquer atitude visando modificar, ainda que parcialmente, as relações de dependência em busca do desenvolvimento nacional.

Igualmente importante foi a adaptação da política exterior brasileira às transformações do sistema internacional em fins da década de 1950 e início da década de 1960, tais como: a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão (como alternativas comerciais e de financiamento do desenvolvimento); a descolonização, particularmente da África (que ao tornar-se independente, perdia vantagens tarifárias como concorrente brasileira e tornava-se um mercado alternativo de produtos industriais); a consolidação do campo socialista, em especial a elevação da URSS à condição de potência mundial (constituindo elemento de barganha brasileira com os EUA e mercado potencial); o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados, decorrente da emergência do Terceiro Mundo no cenário mundial (e cujas posturas no campo político interessavam à diplomacia brasileira); e a Revolução Cubana (cujo impacto na América Latina iria redefinir a estratégia americana). O novo contexto internacional vai repercutir no Brasil, permitindo ao país transitar de uma diplomacia voltada primordialmente ao sistema regional para o âmbito de uma diplomacia realmente mundial.

Além disso, a Política Externa Independente constituiu uma estratégia coincidentemente utilizada para questionar o *status quo* vigente no mundo e negociar uma nova forma de inserção internacional do país ou, dito mais claramente, renegociar o perfil da dependência. Outro argumento invocado centra a atenção nas relações Brasil-Estados Unidos e sua crescente deterioração, entendendo a PEI como uma forma de reação nacionalista ao hegemônio norte-americano.

Em termos econômicos, a PEI pode ser considerada como uma reação à degeneração dos termos do comércio exterior, devido sobretudo à queda contínua dos preços das matérias-primas e produtos agrícolas — daí a busca constante de novos mercados. Por outro lado, pode ser entendida como um instrumento diplomático a serviço do interesse nacional, isto é, como ele-

mento de apoio do processo de desenvolvimento industrial brasileiro. Uma outra abordagem vê na PEI uma típica postura de país capitalista dependente que já esboça traços de um “sub-imperialismo”, reagindo à potência dominante e procurando garantir sua própria área de influência. Finalmente, uma análise sociológica interpreta a PEI primordialmente como resultado das transformações internas da sociedade brasileira — tais como o surgimento de novos segmentos sociais em função da acelerada urbanização e industrialização do país — e dos efeitos políticos daí decorrentes.

Os diferentes enfoques acima apresentados não são excludentes entre si. Ao contrário, abarcam distintos aspectos de uma mesma realidade, consequência da observação a partir de ângulos distintos e interesses teóricos específicos. Neste sentido, trata-se de segmentos de uma mesma realidade, que não constitui, entretanto, mera soma ou simples interação de fatores igualmente importantes. Existe um elemento que, em última instância, confere razão de ser aos demais e constitui o fio condutor do processo histórico.

A Política Externa Independente constituiu um projeto *coerente, articulado e sistemático que visava transformar a atuação internacional do Brasil*. Até então, a diplomacia brasileira havia sido basicamente reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. Assim, a “política externa para o desenvolvimento” que Vargas ensaiou na década de 1930 era ainda parte de uma conjuntura específica, que se alterou após a guerra. Durante a década de 1950, entretanto, devido ao processo de industrialização brasileiro e a progressiva alteração do contexto internacional, mas sobretudo a partir da passagem das décadas de 1950 e 1960, a política externa procura tornar-se um *instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais* — no caso a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo. Eis o elemento dinâmico da PEI, dentro do qual os demais fatores devem ser entendidos. É esse o plano que confere sentido ao nacionalismo que marcou o período. Sem dúvida, a emergência e a concretização desse projeto encontram-se marcadas por tensões e até contradições, que serão visíveis em todos os governos entre 1951 e 1964, mas especialmente na derrocada do regime.

Tendo em consideração esse elemento primordial, torna-se mais objetiva a aglutinação dos múltiplos fatores que interagem na formulação de uma nova linha nas relações exteriores do Brasil. A postura diplomática que atinge seu

ponto culminante na Política Externa Independente decorreu, em grande medida, de alguns fenômenos internos da sociedade brasileira — tanto de natureza econômico-social como político-ideológica.

Quanto ao primeiro aspecto, é fundamental a *relação existente entre política exterior executada pelo Brasil e as necessidades, tanto táticas quanto estratégicas, de seu projeto de desenvolvimento industrial substitutivo de importações*. Pode-se salientar que a própria implementação do desenvolvimento industrial nacional entrava em choque, em muitos pontos, com os interesses da *potência capitalista hegemônica*, os EUA. A esse marco mais geral, pode-se acrescentar que estes choques ampliavam-se e explicitavam-se com intensidade nos momentos de crise econômica, especialmente quando do estrangulamento do setor externo (no que tange ao capital estrangeiro, tecnologia e exportações). Nesses momentos (1953-54 e 1958-64), a diplomacia brasileira reagiu de forma ousada, colocando em prática muitos elementos de sua retórica nacionalista.

Ao lado dos aspectos materiais, ligados à tentativa de, como nação periférica, barganhar a reformulação de sua relação de dependência, deve-se considerar os fatores político-sociais internos. A *década de 1950* foi aquela em que *emergiram as massas populares e segmentos médios* no quadro de um regime democrático-liberal e de uma *sociedade em acelerada urbanização*. Esta *base social ampliada*, a qual é necessário acrescentar uma *burguesia nativa* (ligada sobretudo à produção de bens de consumo popular), *dará razão de ser ao nacionalismo*, que a partir de 1951 constituiu uma espécie de *ideologia oficial do populismo brasileiro*. Enquanto representação dos interesses coletivos, o *nacionalismo agregava ao Estado maior legitimização*, coroando certos interesses convergentes entre o operariado e este setor da burguesia brasileira.

A barganha nacionalista dos governos Vargas e Kubitschek e a *Política Externa Independente* de Quadros e Goulart *significaram a passagem da política exterior brasileira* — voltada predominantemente às relações com os EUA e à inserção no contexto hemisférico — para uma nova fase, mais complexa, onde a *multilateralização* passa a ser buscada como *parâmetro das nossas relações internacionais*. A unilateralidade vertical Norte-Sul continuou sendo um traço fundamental da política externa brasileira, como salienta José

Luiz Werneck da Silva. Entretanto, face à crise da hegemonia norte-americana, o Brasil amplia o espectro da dependência, relacionando-se mais intimamente primeiro com a Europa Ocidental, depois com o Japão. Afinal, a barganha nacionalista e a Política Externa Independente jamais procuraram romper com o capitalismo internacional, mas sim melhorar a posição do país dentro desse sistema.

Entretanto essa política só poderia ser implementada com a obtenção de uma relativa autonomia frente aos EUA. Para tanto, foi necessário buscar uma multilateralidade horizontal sul-sul, incrementando as relações com a América Latina e o mundo afro-asiático. Paralelamente, através da cooperação com os países socialistas, tiravam-se os proveitos possíveis de uma multilateralidade “diagonal” sul-leste. O problema, a nível das relações internacionais, é que os EUA, apesar de viverem uma crise de hegemonia, ainda eram dominantes, e possuíam forte capacidade de reação. Tal reação foi exercida contra a barganha nacionalista e, sobretudo, contra a Política Externa Independente, que não deixavam de constituir um elemento que reforçava a erosão da hegemonia norte-americana.

A interrupção da PEI também está associada à crise do regime democrático no Brasil. Desde a segunda metade de seu governo, João Goulart não conseguia mais controlar a situação interna e foi empurrado pelos setores populares para uma radicalização, o que acirrou perigosamente as contradições do regime. O agravamento dos conflitos sociais e políticos, além de quase paralisar a economia e levar os EUA a uma reação sem precedentes, ameaçou as próprias bases do capitalismo, deixando o governo sem alternativas, o que explica sua paralisia nos momentos finais. Inviabilizado o neutralismo janista e sem um mínimo de consenso interno, a política exterior passa a ser influenciada pelas teses de Araújo Castro, e sofre um nítido refluxo.

Tanto a nível interno como externo, a PEI esteve no cerne do contexto que fomentou a reação conservadora, e seu fracasso tem que ser relativizado. Tratava-se de uma experiência inédita, que tirava a diplomacia brasileira de suas modestas perspectivas regionais e reativas, alçando-a a uma dimensão mundial e conduzindo-a a uma postura ativa. Essa mudança estava associada às necessidades do desenvolvimento econômico, mas sofreu um retrocesso durante os primeiros anos do regime militar, que adotou uma orientação

ideológica de segurança nacional e alinhamento com os EUA. Entretanto, a Política Externa Independente revelou-se muito mais precoce que equivocada, pois muitos de seus postulados foram retomados pela diplomacia dos militares ao final da primeira metade dos anos 70 com o chamado “Pragmatismo Responsável”.

A barganha nacionalista e, principalmente, a Política Externa Independente representaram não apenas uma conduta diplomática com vistas a impulsionar o desenvolvimento industrial, mas continham implicitamente uma concepção de Brasil-Potência. Esta estratégia, cujos contornos emergem em algumas obras do ISEB e na política e discurso diplomático, tinha como pressuposto a integração de amplos setores sociais no projeto de desenvolvimento. Por outro lado, a industrialização, nos marcos pressupostos, só poderia ser lograda se o Brasil mantivesse certa autonomia frente aos Estados Unidos.

Ocorre que a radicalização político-social interna que marcou a crise do governo Goulart, combinada com a busca de autonomia brasileira frente aos Estados Unidos, justamente no momento em que esse país procurava conter o desgaste da sua hegemonia, criou uma situação insustentável para o regime brasileiro e sua diplomacia. É o momento do contra-ataque do projeto da ESG. O alinhamento automático com Washington, efetuado pela Doutrina de Segurança Nacional após 1964, combinou-se com a contenção do movimento popular e das tendências “esquerdistas” da estratégia anterior. Não se tratava apenas do “saneamento” e de abertura econômica, mas da “restauração da ordem”.

#### BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, José A. Guilhon (org.). 1996/2000. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, vol. 4. São Paulo: Cultura/ Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.
- Amado, Rodrigo (org.). 1982. *Araújo Castro*. Brasília: UnB.
- Bandeira, Moniz. 1972. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cervo, Amado Luis (org.). 1994. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UnB.

- Cervo, Amado; Bueno, Clodoaldo. 1992. *História da política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática.
- Danese, Sérgio. 1999. *Diplomacia presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Dantas, San Tiago. 1962. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fonseca, Pedro Dutra. 2000. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense.
- Franco, Itamar. 1994. *Discursos de política externa*. Brasília: Presidência da República.
- Hilton, Stanley. 1987. *O ditador e o Embaixador*. Rio de Janeiro: Record.
- Jaguaribe, Hélio. 1958. *O nacionalismo e a atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC.
- Malan, Pedro. 1984. "Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)". In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil Republicano, vol.4: Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Martins, Luciano. 1968. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga.
- Menezes, Adolpho Justo Bezerra de. 1961. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rodrigues, José Honório. 1966. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Saraiva, José F. Sombra. 1996. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: UnB.
- Silva, Golbery do Couto e. 1981. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Skidmore, Thomas. 1976. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vizentini, Paulo. 1995. *Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes.
- . 1998. *A política externa do regime militar brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS.

## PCB: a questão nacional e a democracia

*José Antonio Segatto*

Professor do Departamento de Sociologia da FCL-UNESP-Araraquara.

O Partido Comunista Brasileiro — PCB, fundado em 1922 — teve uma trajetória errática e complexa nos anos 1945/64. Sua história, neste período, não pode ser vista e analisada em bloco. Se há fortes elementos de continuidade e de preservação, há também mudanças, rupturas e renovação, tanto política como metodológica. É possível compreendê-la melhor se a examinarmos em quatro momentos, obedecendo a seguinte periodização: 1943/47, 1948/54, 1954/58 e 1958/64.

#### POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL

As derrotas sofridas pelo PCB na segunda metade da década de 1930, e que culminaram com sua desestruturação em 1940/41, começam a ser revertidas a partir de 1943/44, no curso do movimento antifascista, quando renasce o movimento de massas.

Desde 1942, após vários anos de ditadura, as forças políticas que propugnavam pela democratização do país começaram a se rearticular. Presionado pelo movimento democrático, o governo brasileiro decide entrar na guerra ao lado dos aliados (URSS, EUA, Inglaterra) e contra o nazi-fascismo, criando um paradoxo: internamente o regime brasileiro se assemelhava às ditaduras fascistas contra as quais lutava. Daí em diante, a oposição ganha força: em 1943, setores liberais lançam o *manifesto dos mineiros*, defendendo a realização de reformas jurídicas e institucionais (eleições, *habeas corpus* etc.). Na medida em que o movimento avançava, iam surgindo novas palavras de ordem, entre as quais “anistia para os presos e condenados políticos”, convocação de uma “Assembleia Nacional Constituinte” e “ampla

liberdade de expressão e organização”, aglutinando diversos setores da sociedade numa grande frente democrática contra o Estado Novo.

Neste contexto — de luta contra a ditadura estadonista em prol das liberdades democráticas — o PCB será reorganizado e voltaria a agir, influenciando a vida política brasileira. Já no início de 1942, vários grupos comunistas procuram encaminhar sua reorganização em São Paulo (Comitê de Ação), Rio de Janeiro e Bahia (Comissão Nacional de Organização Provisória). Em agosto de 1943, numa reunião clandestina, tomou-se a iniciativa de nomear uma direção nacional, com Luís Carlos Prestes como secretário-geral ausente (preso). Reconhecida e avalizada por Prestes, a Conferência da Mantiqueira, como ficou conhecido o encontro, impulsiona a reorganização do PCB — que, de fato, seria quase que “uma refundação do partido de 22”, já que estabelecia uma solução de continuidade a partir da geração de quadros dirigentes anteriores. Da nova direção são excluídos a “velha guarda” comunista ou pioneiros (expulsos, isolados ou relegados a postos intermediários e secundários), como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Cristiano Cordeiro, Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Fernando Lacerda e muitos outros (Brandão, 1988, p. 134). Ascende à direção uma nova geração, em grande parte formada pelos que participaram do levante aliancista de 1935, com razoável presença de ex-militares e civis prestistas.

Malgrado todas as implicações que isso acarretou, a presença de Prestes e de ex-“tenentes” colaborou em muito para tirar o PCB de um certo isolamento político e torná-lo uma agremiação influente na vida política nacional.

Com ele, a ação do partido vai transcender o reduzido efetivo dos seus quadros, incidindo diretamente no plano da conjuntura nacional, ampliando sua ressonância em segmentos da intelectualidade, nas camadas médias urbanas e na oficialidade militar (Vianna, 1989, p. 135). Neste sentido, é válida a análise segundo a qual, com Prestes, “o PCB tornou-se mais ‘popular’ e menos ‘operário’, enquanto as preocupações com os problemas da ‘nação’ predominaram sobre os da ‘classe’. Basicamente, o partido não estaria mais orientado para o ‘proletariado’, mas para todos os ‘patriotas’ e ‘democratas’” (Rodrigues, 1981, p. 371).

A evolução política que se processava no governo de Getúlio Vargas facilitava e fortalecia a posição e a ação políticas do PCB. Esta evolução que se

processou em função do avanço das forças de oposição, que iam ganhando cada vez mais terreno, obrigando o governo a fazer concessões:

Desde 1943, Vargas compreendia que se tornara necessário encaminhar manobras e soluções, para que se realizasse a redemocratização das instituições políticas brasileiras [...] Diante dessa situação, Vargas teve de agir com presteza. De fato, ele reagiu de modo politicamente hábil. Colocou-se como ‘juiz’ do processo de reconversão política do país. Ao mesmo tempo mobilizou as massas urbanas, os ‘trabalhadores do Brasil’, na campanha em favor da ‘Constituinte com Getúlio’ (Ianni, 1977, p. 76-77).

Por outro lado, o encaminhamento que Vargas procurava dar ao processo, coincidia com a política do PCB, de um projeto de desenvolvimento capitalista de caráter nacional e autônomo, com forte presença estatal. Estavam em jogo, na redemocratização do Brasil, tanto interesses de grupos conservadores brasileiros como interesses econômicos e políticos estrangeiros, principalmente norte-americanos. A mudança do regime político, nos termos em que Vargas estava procurando realizar, poderia implicar o fortalecimento da política econômica estatizante e de emancipação nacional (Ianni, 1977, p. 79).

No ano de 1945, o movimento democrático chegou ao auge. Em 28 de fevereiro o governo decretou o Ato Adicional nº 9, fixando o prazo de noventa dias para a marcação das eleições presidenciais, para os governos dos Estados e para as legislativas. Em 18 de abril é conquistada a anistia que libertou todos os presos políticos e possibilitou a volta dos que se encontravam no exílio; ao mesmo tempo, foi conquistada a plena liberdade de organização partidária, inclusive para o Partido Comunista.

Conquistada a legalidade, o PCB emerge à luz do dia e transforma-se num grande partido de massas. Passa a ter um porcentual eleitoral significativo, cria uma imprensa com diversos jornais diários e revistas periódicas, funda editoras, insere-se nas grandes empresas e no proletariado urbano, cria comitês de bairros e ganha proeminência no movimento sindical, conquista a simpatia de extensos setores das camadas médias e da intelectualidade — ou seja, adquire realmente o caráter de um amplo movimento transformador, que supera em muito a estrutura partidária orgânica.

Prestes, anistiado, sai da cadeia como mártir da ditadura e no auge de sua popularidade. Adota uma postura flexível e generosa, mesmo com relação aos adversários e inimigos. Glorificado e ovacionado em grandes comícios, elege-se senador com expressiva votação e dá o tom da política do PCB: “união nacional, dentro da lei e da ordem, para a consolidação democrática” assentada num “regime republicano, progressista e popular”. Ou ainda:

Na realização progressiva e pacífica, dentro da lei e da ordem, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social que atravessamos [...] Esta a nossa tarefa atual e urgente. Para levá-la a bom termo, de maneira ordeira e pacífica, é que precisamos da união mais firme e leal de todo o nosso povo, dos patriotas, democratas e progressistas de todas as classes [...] Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas (Prestes, 1947, p. 83-86).

7225 (y) Observa ainda que se o socialismo era uma meta no horizonte, ele não estava colocado na ordem do dia. Recuperando a tese de Lenin, afirma que, no Brasil, os trabalhadores sofriam menos da exploração do capitalismo do que da insuficiência de seu desenvolvimento. Um capitalismo nacional, que incorpore a grande massa de trabalhadores e um Estado democrático que estenda os direitos de cidadania, tanto políticos, como civis e sociais.

Os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa [...] o que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento mais amplo, mais livre e mais rápido do capitalismo no país (...) Está nisso a base material, objetiva, de uma ação democrática unificada, perfeitamente possível nas condições brasileiras do pós-guerra, do proletariado com a burguesia nacional (Prestes, 1947, p. 71-72).

A 29 de outubro de 1945, o otimismo dominante da orientação geral dos comunistas sofreria um primeiro abalo com a ocorrência de um fato, de certa maneira, inesperado: um golpe militar, comandado pelos generais Dutra e

Góes Monteiro e apoiado pelas forças liberais-conservadoras e pela embaixada norte-americana, depõe Vargas. O clima do pós-guerra e a pressão das forças democráticas evitam, porém, o retrocesso político: o Estado de direito é garantido e as eleições são realizadas.

Mas nem mesmo o golpe conservador deteve o crescimento e a afirmação do PCB. Seu desempenho é extraordinário nas eleições federais de dezembro de 1945 e nas estaduais de janeiro de 1947. Além disso, obtém grande votação nas eleições municipais, especialmente nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Santo André e outras cidades.

Com a política de *união nacional*,<sup>1</sup> o PCB deu relevante contribuição aos debates e à elaboração da Constituição que vigoraria até 1964. Na Assembleia Nacional Constituinte, a bancada comunista — apesar de pequena e minoritária — desempenhou papel importante insistindo na defesa do direito de greve e autonomia sindical, na institucionalização e ampliação dos direitos de cidadania; apresentaram um projeto sanitário para o Brasil, propuseram padrões de distribuição de renda aos municípios e tiveram presença marcante na Comissão de Educação e Cultura.

A euforia democrática do pós-guerra não duraria muito tempo. Já em 1946, o governo Dutra regulamenta o direito de greve, restringindo-o fortemente, e a seguir impõe uma Lei de Segurança Nacional. Em 1947, com o início da “guerra fria”, inicia-se um longo período de perseguição aos comunistas, tanto nos Estados Unidos, como nos países a eles alinhados ou subordinados. Tal fato terá sérias repercussões no Brasil. Acusados de serem “dirigidos por uma potência estrangeira”, e de pretenderem “destruir a civilização ocidental e cristã”, os comunistas são tachados de “teleguiados de Moscou”, “espões soviéticos”, “instigadores da luta de classes” e “fomentadores de um ambiente de caos e desordem”. Sob a inspiração da “guerra fria”, é desencadeada violenta perseguição aos comunistas: em maio de 1947, o PCB tem seu registro cassado e é posto na ilegalidade. E mais: a Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso, as sedes do PCB são fechadas e seus arquivos e fichários apreendidos. Em outubro, é aprovada no Senado a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas e o governo rompe relações diplomáticas com a União Soviética. Além disso, o Ministério do Trabalho decreta o fechamento de diversas organizações dos

trabalhadores (MUT, CGTB) e intervêm em mais de uma centena de sindicatos. Em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas têm seus mandatos cassados, a polícia invade e depreda a redação dos jornais pecebistas e prende diversos líderes e dirigentes do PCB.

Jogados na clandestinidade, eles começam a antever nuvens negras e dias sombrios à sua frente. “Uma nova guerra mundial ameaça no horizonte e os comunistas brasileiros sentem que, de uma hora para outra, poderão passar a ser objeto de uma repressão militarizada, perseguidos como ‘agentes do inimigo’” (Konder, 1980, p. 72).

#### GOVERNO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Ilegalizado, com seus jornais fechados, seus Comitês Democráticos dissolvidos, seus líderes sindicais afastados pelas intervenções, seus parlamentares cassados, seus militantes perseguidos, o PCB começa a perceber sua força e influência diminuir bruscamente. Isso tudo provoca, entre os dirigentes e militantes, um profundo sentimento de derrota e de descrédito no “jogo político” da “democracia burguesa”, e resulta numa revisão de suas concepções e numa guinada política à esquerda.

Algumas mudanças ocorridas no Movimento Comunista Internacional, induzidas pela criação da Agência de Informação dos Partidos Comunistas (*Kominform*), em 1947, também contribuíram para essa guinada. Em muitos aspectos, a *Kominform* retomava, a política de centro dirigente da extinta Internacional Comunista, com sua prática fortemente marcada pelas concepções do partido soviético e pelo dogmatismo stalinista. Nos anos seguintes, até sua extinção em 1956, a *Kominform* terá forte influência nas idéias e práticas políticas do PCB. Outro fato importante e que contaminou as concepções dos comunistas brasileiros foi a Revolução Chinesa (1949).

A nova linha política do PCB começaria a ser esboçada com o *Manifesto de Janeiro de 1948* e ganharia sua elaboração mais acabada com o *Manifesto de Agosto de 1950*.

O *Manifesto de Janeiro de 1948* fazia uma autocrítica da política que vinha sendo empregada, caracterizada “pela sistemática contenção da luta das

massas proletárias em nome da colaboração operária-patronal e da aliança com a burguesia-progressista”; pela não denúncia e firme oposição ao Governo Dutra, que seria “mero instrumento da reação e do imperialismo norte-americano”; por não ter desmascarado o “cunho retrógrado” da Constituição de 1946; por não ter condenado a “preocupação de ordem e tranqüilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa”. Conclui que o país continuava “atrasado, semifeudal e semicolonial” e que a solução seria uma “revolução agrária e antiimperialista” (Carone, 1982, p. 72-89).

No *Manifesto de Agosto de 1950*, as posições são radicalizadas. O início chama a atenção sobre a situação histórica em que o país se encontrava: “um governo de traição nacional”, “ditadura feudal-burguesa, serviçal do imperialismo”, que “através do terror fascista” e “procurando criar um clima de guerra civil”, leva o país “no caminho da escravidão colonial”. Para mudar este quadro a solução seria a organização de uma *Frente Democrática de Libertação Nacional* e de um *Exército Popular de Libertação Nacional*, que derrubaria o governo “fascista” e “traidor” e o substituiria por um “governo democrático e popular”, “sob a direção do proletariado”, que colocaria em marcha uma “revolução agrária e antiimperialista” (Prestes, 1950, p. 4 a 7).

Esta política seria reafirmada no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954. O programa aprovado caracterizava o Brasil como um país totalmente subordinado ao imperialismo e sua economia como sendo transformada em “simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos (...) que tratam de reduzir à condição de colônia...” Diz ainda que o “atual governo de latifundiários é um instrumento servil dos imperialistas dos Estados Unidos” e que seu objetivo seria o de “arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas norte-americanos a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura”. Seria, portanto, “um governo de preparação para a guerra e de traição nacional, um governo inimigo do povo”. Frente a tal quadro, seria necessário substituir o “governo de latifundiários e grandes capitalistas” por um “governo democrático de libertação nacional”, através da “luta irreconciliável e revolucionária de todos os patriotas brasileiros...” Isto seria possível constituindo-se uma “frente democrática de libertação nacional” ou uma “ampla e poderosa frente única

de todas as forças antiimperialistas e antifeudais” forjada “na luta libertadora” (Programa do PCB, 1954, p. 23, 31 e 33).

Subestimando as oportunidades de ação legal, o PCB — como pode ser facilmente observável no conteúdo dos dois manifestos e no programa do IV Congresso — para a implementar uma orientação exageradamente sectária e voluntarista, estreita e clandestinizante, à base de uma concepção golpista do processo político, que o levará ao isolamento.

Aos poucos, essa política foi sendo posta em prática em todos os setores onde o partido tinha alguma penetração ou trabalho. Na área sindical, a atividade dos comunistas voltou-se para o combate aos sindicatos existentes, subordinados ao Estado, ao mesmo tempo em que se dedicava à criação de sindicatos paralelos e independentes, na forma de associações. Paralelamente, desenvolveu a prática de realizar greves na marra e a qualquer custo. Esta orientação teve efeitos bastante negativos para o PCB no meio sindical e no seio do movimento operário, perdendo grande parte de sua força e influência. Com o abandono dos sindicatos por parte dos comunistas abriu-se um espaço no interior das organizações dos trabalhadores que foi ocupado pelos trabalhistas e por outras forças políticas.

A partir de 1951/52, os militantes comunistas que atuavam no setor, reagiram e começaram a romper com o bloqueio imposto pela linha política. Essa reação se manifesta na volta aos sindicatos, na aliança com os getulistas e em medidas concretas de construção do partido dentro das empresas. É aí que eclode o processo das grandes greves, iniciado com os bancários de São Paulo em 1951 (Correa, 1980, p. 145).

Essas atitudes e a forma de atuação foram reafirmadas com a Resolução Sindical de 1952, aprovada pelo Comitê Central, que introduziu novas e importantes correções na orientação sindical do PCB e contribuiu efetivamente para o fortalecimento dos comunistas e de suas posições nos sindicatos, além de facilitar a ampliação de sua influência no movimento operário. É claro que ainda permanecem vários elementos da linha política geral, levando muitos militantes a adotarem uma atitude de distância dos sindicatos, federações etc., e a manterem uma certa resistência em relação à unidade sindical. Aquela

prática criou situações concretas de vitórias nas lutas e de unidade de classe [...] Mas ainda ali persistiu o elemento desagregador, pois nossa linha geral continuava a apontar o líder da massa trabalhista como o inimigo central a combater. Em conseqüência, os passos dados no caminho da unidade ao nível da luta econômica nas fábricas e nos sindicatos eram anulados no nível mais elevado e importante da luta política (Correa, 1980, p. 146).

Além de se abster da política institucional, como o parlamento, pregando o voto nulo nas eleições, a mesma política sectária e estreita irá ser posta em prática em outras áreas onde o PCB atuava.

Em qualquer lugar onde surgisse uma luta, essa poderia ser o foco de uma revolução vitoriosa [...] Quando surgiu uma luta camponesa em Porecatu, que era uma luta de massa, uma luta de posseiros... nós nos metemos nela com o objetivo de transformá-la na centelha que iria incendiar o campo brasileiro, dar início à revolução agrária [...] no período de secas no Nordeste, quando camponeses famintos... assaltavam o mercado para matar a fome, achávamos que aquilo eram as massas camponesas com alto espírito revolucionário e que tinham que ser guiadas pelo partido para iniciar a revolução camponesa no Brasil. Qualquer greve... poderia ser o início da insurreição operária (Guedes, 1980, p. 23).

Vulnerabilizada pelo processo político em curso, pois alheia à realidade e resistente aos fatos, a orientação oficial do PCB tornou-se obsoleta, ultrapassada pela militância, mas por algum tempo válida ainda para a direção.

#### CRISE, RENOVAÇÃO E “NOVA POLÍTICA”

Nos anos 1954/58, o PCB sofrerá uma série de mutações teóricas, políticas e organizativas. Essas transformações serão fruto de vários fatores: a) dos acontecimentos políticos da conjuntura (suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, tentativas golpista de novembro de 1955, entre outros fatos); b) da relativa estabilidade democrática e da nova dinâmica do desenvolvimento capitalista do governo Juscelino Kubitschek; c) dos desdobramentos e do impacto do XX congresso do Partido Comunista da União Soviética (fevereiro de 1956);

d) dos seus próprios problemas orgânicos ou internos acumulados durante vários anos e vindos à tona com grande ênfase depois de 1956.

Os comunistas brasileiros, diante deste conjunto de fatos e fatores, teriam suas análises e formulações políticas problematizadas, ou mesmo postas em xeque, e sua coesa e solidificada doutrina marxista-leninista fraturada, ainda que parcialmente. Em função disso, o PCB, ao rever e repensar suas concepções e programa, passará por significativas mudanças e começará a elaborar uma política diversa daquela que o orientava nos anos imediatamente anteriores. Assim, neste período, o PCB inicia um processo de renovação e formulação daquela que ficou conhecida e reconhecida, pelo seu núcleo dirigente, como uma “nova política”.

Na manhã do dia 24 de agosto de 1954 — em meio a pressões golpistas tramadas e organizadas pelos setores conservadores e de direita das Forças Armadas e da classe dominante ligada aos interesses do grande capital internacional — o país é sacudido pelas notícias do suicídio de Getúlio Vargas. O fato desencadeou uma série de manifestações e provocou uma verdadeira comoção popular e nacional. Surpreendidos pela situação, os comunistas — que chegaram a estampar em manchete de seu jornal *Imprensa Popular* a palavra de ordem “Abaixo o governo da traição nacional de Vargas” — foram obrigados a se juntar às manifestações populares. Além disso, o partido é obrigado a, rapidamente, rever suas análises e postulações políticas, ainda que de forma um tanto tímida.

Dias depois, 1 de setembro do mesmo ano, em manifesto de seu Comitê Central, o PCB avalia os acontecimentos: “O golpe norte-americano foi dado. Pela força das armas, os piores inimigos do povo conseguiram chegar ao poder [...] o governo de Vargas foi substituído pela ditadura americana de Café Filho.”<sup>2</sup> E, a seguir, faz um apelo à unidade com os trabalhadores, concluindo pela necessidade de união das forças democráticas contra o golpismo: “Nós, comunistas [...] estamos prontos a entrar em entendimento com todas as forças políticas, líderes políticos e correntes patrióticas que queiram unir-se em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo.”<sup>3</sup>

No ano seguinte (1955), após as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência da República, reafirmando a

necessidade de “unificação das forças democráticas e patrióticas”, em “defesa das liberdades democráticas e da Constituição”. Alega que a vitória desses candidatos “pode determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil” (Prestes, 1955, p. 8).

Em reunião plenária do Comitê Central em janeiro de 1956, ao avaliar a vitória de JK e Jango nas eleições de 3 de outubro, as tentativas golpistas da direita e o contragolpe de 11 de novembro de 1955 comandado pelo general Lott, o PCB reafirmaria a necessidade de mobilização em torno da defesa da legalidade e das liberdades democráticas. Na ocasião, apresenta uma plataforma sucinta (defesa das liberdades, da soberania, das riquezas e da indústria nacionais e melhorias das condições de vida do povo) e se compromete a “apoiar sem vacilações o governo que se dispuser efetivamente a realizar esta plataforma progressista”.<sup>4</sup>

Premido pela realidade dos fatos e pelos acontecimentos, o PCB viu-se obrigado a assumir (mesmo com reservas) a defesa da Constituição, a importância das liberdades democráticas e da unidade ampla das forças democráticas e progressistas e a possibilidade de transformação nos quadros do regime vigente. As mudanças em relação às concepções e postulados que orientavam a sua política, emanadas dos *Manifestos* de 1948/50, são substantivas.

Durante o governo JK (1956/61), dois outros fatores importantes iriam colocar em causa as análises e formulações do PCB. Primeiro, a estabilidade democrática do período relativizaria a compreensão da Constituição de 1946 como “código de opressão contra o povo” e das eleições “como farsa”, dentro do “regime de latifundiários e grandes capitalistas para esconder seu caráter despótico” (se bem que deveriam ser aproveitadas). As transformações e liberdades democráticas só poderiam ser realizadas e entrar em vigor com a implantação de um “governo democrático de libertação nacional”. Segundo, o desenvolvimento capitalista no Brasil — com a implementação do Plano de Metas — sofreria uma importante e fundamental reorientação, entrando numa nova etapa, o que gerou não apenas mais uma “ampla e profunda transformação do sistema econômico do País”, mas também a “reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial” (Ianni, 1977, p. 142 e 170). Neste contexto, as teses da “colonização crescente do país”

para “conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas” e manter o Brasil como “produtor e exportador de matérias-primas baratas”, transformando a economia brasileira “em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos”, ou ainda, a proposição da impossibilidade do desenvolvimento capitalista sem uma “revolução democrática de libertação nacional” — são, no mínimo, abaladas.

Embora divulgadas na Resolução Sindical de 1952, nos documentos elaborados após o suicídio de Vargas, as mutações políticas do PCB — a participação nas eleições de 1955, a estabilidade democrática e o desenvolvimento capitalista do governo JK — não foram suficientes. Foi necessário um acontecimento dramático, desencadeado na URSS, para abalar convicções arraigadas.

Três anos após o falecimento de Stálin, em 1956, na abertura do XX Congresso do PCUS, Nikita Krushev em um “relatório secreto” denunciando o culto à personalidade e fazendo diversas acusações sobre o período stalinista (entre elas, autoritarismo, rompimento da “legalidade socialista”, crimes). O “Informe” caiu como uma bomba sobre o Movimento Comunista Internacional, causando traumas, dilaceramentos e dolorosas autocríticas em todos os partidos comunistas. No Brasil não foi diferente — houve choques, cisões e fraturas, e instalou-se uma crise sem precedentes.

Alguns meses após a divulgação do “relatório”, diante do silêncio e à revelia da direção, militantes e intelectuais desencadearam o debate na imprensa partidária, com duras críticas ao sectarismo, ao mandonismo, ao dogmatismo, ao culto à personalidade de Prestes, à falta de democracia interna e à política posta em prática, sobretudo depois de 1948. Frente ao debate, a direção faz uma autocrítica, reconhecendo os erros cometidos e as deformações do passado. Entretanto, à medida que as discussões se intensificavam e as divergências se aguçavam, a direção, tendo Prestes à frente, intervém no sentido de “restabelecer a ordem”, assegurar a “unidade partidária” e manter a disputa sob controle.

Em meio à crise e às contestações, o grupo de dirigentes e militantes que havia iniciado o debate e propugnava por uma renovação drástica, liderado por Agildo Barata, é colocado para fora do PCB. No outro extremo, um grupo conservador que se recusava a fazer autocrítica e resistia às transforma-

ções reivindicadas (João Amazonas, Maurício Grabóis, Pedro Pomar e outros) é isolado. No centro, uma maioria pragmática que absorve concepções do primeiro, conservando idéias do segundo, implementa as mudanças renovadoras.

Tais mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado *Declaração de março de 1958* e consolidadas na *Resolução do V Congresso em 1960* (Nogueira, 1980). Ambos os documentos retratam, sem dúvida nenhuma, uma renovação das concepções teóricas e dos métodos de ação, uma inflexão na linha política e alterações orgânicas no corpo do PCB. As mudanças operadas, no entanto, foram parciais e não romperam de forma radical e profunda com o passado; ao contrário, conservaram traços pretéritos fundamentais.

O projeto político definido na “nova política” do PCB (1958/60) estava todo montado em função do desencadeamento da “revolução brasileira”. De extração terceiro-internacionalista, informada pelo “marxismo-leninismo” e calcada na concepção de etapas e da hierarquia das contradições (principal, fundamental, secundária), a teoria da revolução pecebista continha também as noções (militares) de tática e estratégia. Definida a estratégia (equivalente de etapa) como antiimperialistas e antifeudal, nacional e democrática, a tática se encarregaria da organização das lutas e da intervenção política momentânea (“soluções positivas”). A tática incluía também a luta pela instauração de um governo nacionalista e democrático, passível de ser conquistado nos “marcos do regime vigente”. Paralelamente, a superação da contradição principal (entre a nação e o imperialismo e seus aliados internos) e da fundamental (entre o monopólio da terra e o desenvolvimento das forças produtivas), permitiria a realização de uma revolução “democrática-burguesa de novo tipo”. Tal revolução, por sua vez, seria um empreendimento a ser executado por uma frente única nacionalista e democrática (composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena-burguesia, burguesia nacional), na qual a classe operária, organizada e dirigida pela sua vanguarda (o partido), deveria deter a hegemonia. Efetuada esta etapa, possível pela “via pacífica” — “aproximação às metas revolucionárias” —, o caminho do socialismo estaria aberto. Impunha-se avaliar se era conveniente ou não, ativar ou moderar o processo em direção à ruptura final, à tomada do poder estatal, através de uma intervenção súbita.

Porém, este caráter conservador da renovação do PCB não deve obscurecer nem desqualificar os aspectos inovadores da “nova política”. É válido lembrar que, em relação à esquerda brasileira, o Partido Comunista foi pioneiro na colocação, utilização, absorção ou — mesmo em alguns casos — formulação de teses que posteriormente se tornariam moeda corrente e ganhariam notoriedade. Por exemplo: a verificação de que vinha se constituindo um capitalismo monopolista de Estado no Brasil; o reconhecimento de que o capitalismo (apesar dos entraves) vinha se desenvolvendo no país; a caracterização do Brasil como um país *dependente*; a identificação do Estado brasileiro como sendo heterogêneo, composto por frações e forças diversas e divergentes, que se compunham no poder através do *compromisso*; a admissão de que o Estado não seria impermeável à ação e aos interesses das classes subalternas e que, inclusive, seria passível de transformação — ainda nos marcos do regime vigente — sem que, necessária e obrigatoriamente, se promovesse o seu “assalto”; a constatação de que a democracia (ainda que numa concepção instrumentalista) seria fundamental aos trabalhadores; etc. É claro que estas teses não foram absorvidas de imediato mas sim colocadas e utilizadas de forma parcial e restrita, mescladas com análises e projetos pretéritos, elaboradas ainda de forma embrionária, e assim por diante. Muitas não são nem originais, pois já estavam presentes em elaborações de comunistas de outras partes do mundo (como os soviéticos, os italianos). É preciso consignar que as ilações políticas que se fizeram a partir delas não invalidam sua importância. Finalmente, devemos lembrar que, ao serem apresentadas nos documentos de 1958/60, foram vistas, por setores da esquerda, com desconfiança e como sinal de “reformismo”, “revisionismo”, “pacifismo” etc. do PCB. Anos mais tarde, entretanto, muitas delas seriam reelaboradas, sistematizadas e ganhariam até mesmo legitimidade acadêmica.

#### SOLUÇÕES POSITIVAS E REFORMAS DE BASE

Com o desencadeamento do processo renovador são operadas as mudanças na política, nas concepções e métodos expressas nos documentos de 1958/60. A partir de então, a “nova política”, com suas inovações e limites, vai

permitir ao PCB uma inserção crescente e contínua na vida sócio-política brasileira até 1964.

Não obstante continuar juridicamente ilegalizado, ou sem registro eleitoral, o PCB reemerge à luz do dia, passa a atuar abertamente e conquista uma “legalidade de fato”. Transforma-se em importante protagonista no processo histórico em curso naqueles anos (1958-64), ou seja, torna-se uma organização com capacidade decisória reconhecida. Sua influência na vida política nacional extrapolará em muito sua força orgânica e seu tamanho numérico.

Movimentando-se com desenvoltura na articulação da sociedade civil e política, ganha forte penetração no movimento sindical urbano e rural e entre os estudantes, além da influência na intelectualidade e nas campanhas por reformas e de caráter nacionalista e antiimperialista. Isso fez com que o PCB passasse a ter responsabilidades e papel destacado e marcante nos principais episódios e acontecimentos do período em questão.

Mas, na medida em que se insere cada vez mais na vida política, o partido passa a se defrontar com diversos problemas conjunturais e estruturais criados pelo desenvolvimento e desdobramento do quadro sócio-político — num momento de polarização de forças — envolvendo alternativas diferenciadas e antagônicas. Questões oriundas de sua teoria e prática — como aquelas derivadas de sua política de alianças, de suas relações com o poder, de sua inserção na sociedade civil e política e, em particular, aquelas provenientes do dilema, ou mesmo dicotomia, entre reforma e revolução — iriam colocar em teste ou, por que não em xeque, seu projeto político, e seu paradigma revolucionário.

Este projeto de revolução não seria impermeável às mudanças. Pelo contrário, ao longo do processo político e ao ser colocado em prática ele sofreria mutações e ajustes, tanto em sua forma como em seu conteúdo.

Neste sentido, a “tática das soluções positivas” (política exterior independente e de paz, desenvolvimento autônomo e progressista da economia nacional, medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas, elevação do nível de vida do povo, consolidação e ampliação da legalidade democrática) — processo “gradual mas incessante” de conquistas parciais — vai aos poucos confundir-se ou transfigurar-se na luta por “reformas de base”, principalmente depois de 1961/62.

As “reformas de base” (originariamente plataforma do PTB) implicavam as reformas agrária, bancária, administrativa, urbana, fiscal, eleitoral etc. e deveriam vir acompanhadas de diversas outras medidas: limitação drástica das remessas de lucros dos monopólios estrangeiros e ampliação do monopólio estatal do petróleo; nacionalização das empresas estrangeiras, que operavam no serviço público e nos setores fundamentais da economia (energia, moinhos, frigoríficos, indústria farmacêutica, etc); ações contra a inflação e a carestia (como intervenção no mercado de gêneros alimentícios); controle do câmbio e do comércio exterior; revogação da legislação que limitava os direitos de cidadania (Lei de Segurança Nacional e decreto 9.070 sobre greves), abolição das discriminações ideológicas e outras mudanças político-institucionais (direito de voto ao analfabeto e aos soldados e oficiais não graduados das Forças Armadas, bem como sua elegibilidade, legalidade para o PCB); etc.<sup>5</sup>

A metamorfose das “soluções positivas” em “reformas de base” significava, de fato, uma troca de opção do caminho das conquistas parciais e graduais às soluções radicais e repentinas. Um exemplo claro disso é a noção ou proposta de reforma agrária (aliás, a mais polêmica das reformas desenvolvidas pelo PCB nos anos 1958/64).

As “reformas de base”, por sua vez, seriam elemento fundamental para o desencadeamento da revolução. Ou seja, “a luta pelas reformas de base constituiu um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização dos objetivos revolucionários”.<sup>6</sup> Reforma e revolução estariam, assim, indissoluvelmente ligadas, uma provocaria — e isso era inevitável — a outra.

Por outro lado, se a etapa da revolução, naquele momento, seria antiimperialista, nacional e democrática, isto não significa que seu objetivo fosse simplesmente a construção de um capitalismo nacional e autônomo. O que se pretendia era a adoção de uma via que levasse à implantação de um “capitalismo de Estado”, “nacional e progressista”. Assim, “as reformas de base eram principalmente técnicas de nacionalização e estatização de empresas e setores produtivos” (Ianni, 1977, p. 222). Nesta perspectiva, o capitalismo de Estado seria a ante-sala do socialismo.

Secundando esta concepção estava a compreensão de que o Estado, sob pressão popular, seria ou deveria ser o implantador, defensor e garantidor

dos direitos sociais, dos interesses nacionais e do desenvolvimento econômico. Presente na prática e no projeto dos comunistas, esta concepção teria conseqüências e deixaria seqüelas.

“A base do entendimento de que o capitalismo de Estado se erigia num dique à penetração imperialista, a política do PCB acabou por imprimir uma conotação progressista na natureza congenitamente autoritária do Estado brasileiro [...] pelo privilegiamento do Estado, cenário natural para as lutas da frente única nacionalista, a esquerda vai se encontrar em convergência, frequentemente como aliada formal, da velha direita da tradição republicana autocrática, cuja melhor expressão está na elite política responsável pelo regime do Estado Novo. A lógica da frente nacionalista que presidiu seu encontro com estas forças — e no território, por excelência próprio a elas: o Estado — vai comprometê-la progressivamente com certas práticas e instituições, com o corporativismo, o desdém pela democracia política como um formalismo de liberais, o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946” (Vianna, 1988, p. 171).

A premissa básica para a realização das “reformas de base” seria a instauração de um “governo nacionalista e democrático”, uma vez que “somente um governo desse tipo terá condições para começar a levá-las à prática, induzindo o país por um novo curso de desenvolvimento econômico e político”.<sup>7</sup> Tais condições, porém, estavam sendo emperradas pela política de conciliação de Jango. Seria necessário, portanto, o combate à política conciliadora e uma forte pressão política e de massas para forçar uma recomposição do governo — que teria de ser composto, majoritariamente, de forças nacionalistas e democráticas — tendo em vista sua adesão ao projeto reformador.

Mas a reordenação do governo ou a constituição de um governo nacionalista e democrático, por si só não resolveria o problema das reformas. Havia um outro obstáculo: o arcabouço institucional. A realização das reformas dependia de mudanças na Constituição, o que exigiria, pelo menos, 2/3 do Congresso. Isso tornava-as praticamente irrealizáveis, uma vez que os interesses majoritários no parlamento eram anti-reformas.

Diante deste impasse, começa a se gestar no PCB e em outras forças políticas, inclusive governamentais, a hipótese de uma solução extralegal: fazer as reformas “sem interferência” ou “por cima” do Congresso. Se o “Congresso reacionário” impedia as reformas, por que não fazê-las diretamente “via Executivo”? Não seria possível avançar por vias não institucionais? O entendimento que passa a ganhar força, principalmente no fim de 1963 e início de 1964, era de que essa era a única via possível.

Teria o Executivo suficiente força ou poder para impor as reformas por este caminho? Imaginava-se que sim. O grande trunfo seria o dispositivo militar, capaz não só de barrar um golpe ou uma reação de direita, mas, também, através de uma ação enérgica e com apoio das massas, desencadear o processo reformador.

O golpista taciturno é vivificado e o elo com 1935 começava a ser refeito — afinal a tradição tenentista continuava presente e muito viva. Se em 1935 a revolução deveria começar pelo quartéis, agora, em 1964, a situação era outra, mas não inteiramente diversa: uma ação enérgica do dispositivo militar, secundada pela mobilização popular era o bastante.

Fazer ou impor as “reformas de base” dessa maneira, apesar e por cima das instituições e das normas constitucionais, seria sem dúvida romper com a legalidade democrática vigente. Mas como a defesa da legalidade estava condicionada às circunstâncias e a democracia subordinada às lutas nacionalistas e identificada como campo propício à acumulação de forças, isto não traria grandes transtornos à política do PCB, principalmente sendo realizado em função de “objetivos superiores”.

Por outro lado, o fato de o PCB admitir a possibilidade de conquista de um governo nacionalista e democrático nos marcos do regime vigente não significava que ele não pudesse ser alcançado por outros caminhos e formas, por cima da ordem estabelecida. Sendo a democracia um expediente ou instrumental tático, e a tática passível de variações durante uma determinada etapa da revolução, nada mais lógico do que mudar os meios e recorrer a outros recursos, mesmo não sendo eles os mais desejáveis.

Na medida em que as forças produtivas (capitalistas) se desenvolviam, chocavam-se cada vez mais com os entraves estruturais (imperialismo e latifúndio), provocando alterações na ordem ou hierarquia das contradições e

induzindo à radicalização de posições. Isso pode ser observado no crescimento do poder mobilizador, organizativo, político, na conscientização de classe do proletariado; nos avanços das organizações e lutas dos trabalhadores rurais; na radicalização da pequena burguesia, sobretudo dos estudantes e intelectuais; na entrada em cena da política dos sargentos e suboficiais e de setores progressistas da Igreja; na participação da burguesia nacional na luta por reformas; no fortalecimento das forças nacionalistas e democráticas e no crescimento do seu grau de organização e combatividade.

Tal avaliação sinalizava, para os comunistas, a real existência de uma crise revolucionária. Nesta situação seria necessário criar condições que permitissem a “passagem do poder estatal para as mãos das forças revolucionárias antiimperialistas e antifeudais sob a direção da classe operária”. Feito isso — e pressupondo a “hegemonia do proletariado solidamente apoiado na aliança operário-camponesa” —, a revolução se desenvolverá “ininterruptamente, de maneira que a etapa nacional e democrática e a etapa socialista venham a constituir um processo revolucionário contínuo e único”.<sup>8</sup> Resgata-se, portanto, a concepção de revolução como um momento crucial, de ruptura rápida e súbita, onde a “vanguarda da classe operária” ou seu “estado-maior” (o partido) se apodera do aparelho do Estado e implanta o socialismo.

Resumidamente esta foi, na sua essência, a concepção que informou, em grande medida, a teoria e a prática do PCB no momento imediatamente anterior ao golpe de Estado de abril de 1964. Essa concepção, por sua vez,

“estava presidida por uma deformação mecanicista, que pretendia extrair sua política da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção, e não da natureza da crise da formação econômico-social. Contra-senso absurdo, na medida em que aquilo que identifica como entrave ao desenvolvimento — o imperialismo e o latifúndio — atuava como força de sua propulsão no mundo das coisas reais. Subvertidas a teoria e os fatos, criava-se a fantasia de que vivíamos uma situação pré-revolucionária. Diante de tantas evidências de que forças produtivas se expandiram, tinha-se como conclusão a inviabilidade do seu choque com os ‘entraves estruturais’ e, portanto, a necessidade de um desenlace político revolucionário” (Vianna, 1983, p. 16 e 17).

Simultaneamente as reformas deixam de significar, na ótica do PCB, mudanças no capitalismo, passando a ser vistas como elemento de acumulação de forças para uma ruptura com o sistema ou servindo para quebrar os entraves que se antepunham ao caminho do socialismo.

Assim, a postura e a prática do PCB no processo político dos anos que antecederam o golpe de 1964 são bastante sinuosas. Sua política de constituição de um governo nacionalista e democrático — “possível de ser conquistado ainda nos marcos do regime vigente” —, através da “tática das soluções positivas” e da articulação de uma ampla frente única, vai se alterando ou sofrendo metamorfoses, na medida e em conformidade com as situações conjunturais.

Por um lado opõe-se a Goulart, desfechando seus ataques à “política de conciliação e vacilante” do governo, já que sua derrota significaria um golpe no imperialismo e seus aliados internos; por outro lado, acreditava que, secundando o presidente da República, poderia se utilizar do governo e das agências do Estado para desencadear a revolução nacional democrática.

A radicalização de seu discurso e de sua prática — superestimando suas forças e a de seus aliados — vai num crescendo (sobretudo depois de 1963), proporcionalmente ao aumento das tensões e contradições políticas. Nesse sentido, em determinados momentos passa realmente a secundarizar as instituições, a desprezar a legalidade democrática vigente. Ou ainda, a legalidade democrática é valorizada segundo as conveniências, isto é, quando ameaçada por um golpe de direita.

Nesse quadro, o caldo de cultura golpista — que parecia ter sido superado ou pelo menos se delimitado — volta a se manifestar com grande força e floresce em terreno fértil. O regime da Constituição de 1946 passa a ser encarado como tendo se esgotado. As mudanças deveriam ser realizadas por intermédio de formas ou meios extralegais, pois o Congresso (“reacionário”, “eleito em sua maioria pelo IBAD”) seria um elemento intransponível e tudo faria para impedi-las.

Mesmo quando se colocava a hipótese de negociações — o PCB, particularmente, mantém seguidas conversações com Jango —, não se exclui a possibilidade de “ultrapassagem pela esquerda” do regime vigente: golpe com Jango, fechamento do Congresso, realização de reformas de base por decreto etc. (Reis Filho, 1986, p. 53).

Paralelamente, a esquerda em geral e o PCB em particular contagiam-se pelo sucesso do processo revolucionário em Cuba. “A vitória da Revolução Cubana exerce uma fascinante influência no estado de espírito das massas e contribui para radicalizar ainda mais o processo democrático brasileiro” (Marighella, 1962, p. 100).

Somando-se todos esses elementos, e compreendendo-os numa conjuntura de profunda crise político-institucional (crise de poder) e aguda crise econômica (inflação, estagnação, dívida externa, desemprego, queda do poder aquisitivo etc.), percebe-se que estavam criadas as condições que contribuíram sobremaneira para o confronto de posições e de alternativas. Dessa forma,

“A leitura catastrófica da crise econômica, a radicalização deliberada do conflito político, a predominância da questão nacional, facilitando o retorno a uma visão confrontista, a influência da Revolução Cubana, a insensibilidade para a questão institucional e a certeza de que, com o plebiscito, *o Rubicão havia sido transposto* — tudo isso faz com que o PC, junto com o que resta da frente nacionalista, chegue às portas do golpe de 64 batidos politicamente...” (Brandão, 1992, p. 159).

## NOTAS

1. Na sua III Conferência Nacional (julho de 1946), o PCB faz algumas correções em sua política instruindo seus militantes a adotarem uma postura mais aguerrida e “formas de luta mais vigorosas”, mas dentro da legalidade existente (Carone, 1982, p. 66-68).
2. *Voz Operária*, 11/09/1954.
3. *Idem*, 11/09/09/1954.
4. *Idem*, 18/02/1956.
5. *Novos Rumos*, 01/05/1963.
6. *Idem*, 27/03/1964.
7. *Idem*, 27/03/1964.
8. *Idem*, 27/03/1964.

## BIBLIOGRAFIA

- Brandão, G.M.B. 1988. "Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)". *Lua Nova*, São Paulo, Marco Zero/CEDEC, n. 15.
- Brandão, G.M.B. 1992. *Partido Comunista, capitalismo e democracia*. Tese de doutorado — FFLCH-USP, São Paulo (mimeo).
- Carone, Edgard. 1982. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel.
- Correa, H. 1980. *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Guedes, A. 1980. "A Entrevista". In Picchia, P. D. *O PCB no quadro atual da política brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ianni, Octavio. 1977. *O Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Konder, Leandro. 1980. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Manifesto do Comitê Central. 11/09/1954. *Voz Operária*.
- Manifesto do Comitê Central. 18/02/1956. *Voz Operária*.
- Marighella, Carlos. Maio de 1962. "A luta pelas liberdades democráticas e pela legalização do PCB". *Problemas da Paz e do Socialismo*. Rio de Janeiro, ano V, n. 5.
- Nogueira, N.A. (org.). 1980. *PCB: vinte anos de política — documentos (1958-1979)*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Prestes, Luís Carlos. Jan. 1951. "Manifesto de 1º de Agosto de 1950". *Fundamentos*, São Paulo: n. 17.
- Prestes, Luís Carlos. 1947. *Os problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.
- Programa do PCB. Dez. de 1954. *Problemas*, n. 64.
- Reis Filho, Daniel Aarão. 1986. "Questões históricas". In Garcia, M. A. (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Rodrigues, L.M. 1986. "O PCB: dirigentes e organização". In Fausto, Boris (dir.). *O Brasil Republicano, vol. 2: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo, Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- Tese para Discussão. 27/03/1964. *Novos Rumos*.
- Vianna, L.W. 1988. "Questões nacionais e democracia: Ocidente incompleto do PCB". *Novos Rumos*, São Paulo, n. 8 e 9.
- . 1983. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa.
- . 1989. *A transição*. Rio de Janeiro: Revan.

## Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução

*Antônio Torres Montenegro*

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

#### UM CERTO ENGENHO MAMULENGA

Em novembro de 1987 entrevistei, no bairro popular de Casa Amarela, na cidade de Recife, João Lopes da Silva, conhecido por Bubu. Naquela ocasião, Bubu estava recém-casado, nos seus bem vividos 66 anos. Fora convidado para contar sua história de vida ao Departamento de Memória da Federação das Associações de Moradores, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (Feaca) porque, além de morador do bairro, era 'Caboclo de Lança' de maracatu.<sup>1</sup> Ao relatar sua história de vida, os acontecimentos que seleciona para reconstruir sua memória oral e, por extensão, a identidade que deseja pública revelam-no um exímio narrador. Em muitos momentos, suas descrições de acontecimentos, ações, sonhos e reflexões são projetadas como se o passado fosse outra vez revivido. Reconstrói as marcas de um outro tempo com uma emoção renovada, como se a cada momento vivesse uma peleja final, apesar da trilha do presente permear o caminhar pelos escaninhos das marcas do passado.

Escolhemos Bubu e suas trilhas da memória, nas idas e vindas das suas tortuosas recordações, para, através de alguns fragmentos de experiências, projetar descrições das relações entre patrões e trabalhadores rurais na década de 1940, no Nordeste.

Bubu é filho de trabalhador rural. Seu pai planta cana para o senhor-de-engenho e tem direito a um sítio, em que cultivava sua lavoura de subsistência — milho, feijão, macaxeira — e pode algumas vezes levar um excedente para vender na feira no final de semana. Mas essa prática será alterada ao surgir a proibição do direito de sítio para os trabalhadores da cana. Nas lembranças, esse momento é reconstruído através de diversas experiências que se inter-

calam em um tempo simultâneo: “foi quando eu me casei; bom, adepois, quando adepois de muito tempo, o senhor de engenho, todo senhor de engenho combinava. Que tem lá a Federação dele, a sede e dizia, não vai mais dar sítio a filho de lavrador. A gente agora só quer eles tudo para trabalhar no eito da cana. Quando a gente ia pedir sítio... eles dizia não, dá não, tudo pro eito”.<sup>2</sup>

Este pequeno fragmento revela a forma como para o narrador foi entendida a medida de proibir os sítios. Uma decisão dos senhores-de-engenho através do seu órgão de classe, que aparece no relato como ‘federação’, tornou essa uma medida coletiva. Poder-se-ia pensar que com a proibição do direito ao sítio os próprios senhores contribuíram para a ruptura de um dos elos que constituíram e cimentaram a secular relação paternalista entre senhores e trabalhadores. No entanto, para Bubu, um outro acontecimento irá concorrer, de forma mais radical ainda, para romper seus laços com as práticas paternalistas que o prendem ao engenho Mamulenga. Recorda então uma doença que teve logo após o carnaval, e que, apesar de já estar casado, foram seu pai e sua mãe que lhe apoiaram, com remédios e até com rezadeira. Foram três meses de convalescença. Nesse período, não pediu ajuda ao senhor de engenho. Mas em seguida a mulher adoeceu e, nesse momento, decidiu pedir ajuda:

quando a mulher adoeceu aí fui lá; disse: ‘Seu Júlio, eu quero que o senhor me empreste dez mil réis, para comprar um vidro de remédio para mulher’. Seu Júlio respondeu: ‘... é, João Lopes, eu vou’ ... eu ganhava naquele tempo, dois mil e quinhentos réis, naquela época. Ele disse: ‘...é, eu vou aumentar para três mil réis, não posso emprestar dinheiro, não!’ Eu digo, tá certo... vim para casa. Papai disse: ‘João, vá lá em casa buscar o dinheiro’, aí eu fui, papai me emprestou dez mil réis, fui em Aldeia de São Sebastião, comprei um vidro de água inglesa para mulher, ela tomou e ficou boa.<sup>3</sup>

Esse acontecimento tem um efeito simbólico e prático, radical no imaginário de João. O pacto paternalista, para ele, era rompido de forma definitiva, com aquela recusa de ajuda à mulher que adoeceu. Sobretudo, porque já vem pensando em trabalhar em outros lugares ou mesmo mudar-se para Recife.

Mas, antes de entregar a enxada e a casa ao patrão, quer mostrar que um trabalhador como ele merece um outro tratamento. E não esquece de narrar a promessa que fez a si próprio naquela oportunidade:

Eu vou mostrar a Seu Júlio o que é um trabalhador... quando chegava no serviço, metia a enxada para cima. A gente estava no mês de São João cavando rego de cana. Eu metia na frente, puxava o eito assim, eu gritava: ‘Puxa a beira e o canto, deixa o meio pra dia santo, corre o canto e a beira, deixa o meio para segunda-feira’, pá, pá, pá... os outros homens limpando, quase cem homens, para cavar rego... pá, pá, pei, pei, pei... quando foi no mês de agosto, encontrei compadre Roseno no rancho, e ele disse: ‘Compadre, sua vaga na usina está arrumada. Você vai segunda-feira falar’... eu fui, cheguei lá arrumei a vaga... Voltei para Mamulenga, trabalhei mais quatro dias, quando foi na sexta-feira, nesse dia trabalhei que só não sei o que. Quando cheguei no serviço, disse: ‘Olhe! Só sou morador de Mamulenga até hoje! De hoje em diante, não sou mais’. Aí o pessoal dizia: ‘Tu bebesse água do açude de Mamulenga, tu não sai mais nunca’. Eu digo: ‘Tá certo’. Vou, aí comecei, eu vou me embora, peitei, quando larguei de cinco horas, peguei a enxada, cheguei assim, digo: ‘Pronto, Seu Júlio está aqui sua enxada, só sou morador do senhor até hoje, de hoje em diante não sou mais’. Aí ficou: ‘O que é isso Seu João?’ Digo: ‘... é sim senhor, Seu Júlio, porque eu quero patrão, para quando eu precisar da minha necessidade, precisar dele, mas de um patrão quando chega minha necessidade, ele não me serve, para mim não dá’.<sup>4</sup>

João constrói uma estratégia para romper com os laços de dependência que constituem a relação capital/trabalho. Revela uma maneira de pensar, investida de um agir que aponta uma experiência. Age com ‘trampolinagem’,

palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente de grupos que, por não ter um próprio devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que ‘fazer com’. Nessas estratégias

de combatentes existe uma arte dos golpes dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma técnica (Certeau, 1994, p. 79).

João Lopes rompe com o espaço opressor, mas antes trabalha até os limites de suas forças, como para provar a si mesmo que seu valor está além do reconhecido pelo senhor. É um trabalhador exemplar, que provavelmente ninguém imagina que esteja preparando o golpe, o lance. Afinal, é o próprio líder dos cem homens que cavam o rego para plantar a cana, puxando na voz o ritmo da enxada. Mas, antes, garantiu a vaga na usina. E sua tenacidade se define também pelo prazer em romper com as regras que regem a relação patrão/empregado que, na sua representação, não lhe atribuem o valor de que se considera merecedor. Por outro lado, ao anunciar aos companheiros que está de partida, estes lhe relembram o efeito mágico das águas do açude, que torna a todos prisioneiros de seu próprio destino, o de viver e morrer trabalhando em Mamulenga. João, entretanto, não se intimida, “peita” os companheiros e sua água servil, e o patrão, que não acredita no que escuta do trabalhador dedicado. Com a consciência de que quem rompeu o contrato foi o senhor, declina as razões de sua despedida ao dizer: “patrão quando chega minha necessidade, ele não me serve, para mim não dá”.<sup>5</sup>

Terá João realmente dito ao Patrão que ele não atendera sua necessidade e por isso estava indo embora?! Ou aquela era uma representação silenciosa que construía, mas que sempre guardara para si próprio, revelando apenas ao reconstruir sua memória oral?! No entanto, essa resposta nunca será obtida. Apenas sabemos que ela se apresenta naquele momento de recordação, reconstrução dos tempos de despedida de Mamulenga.

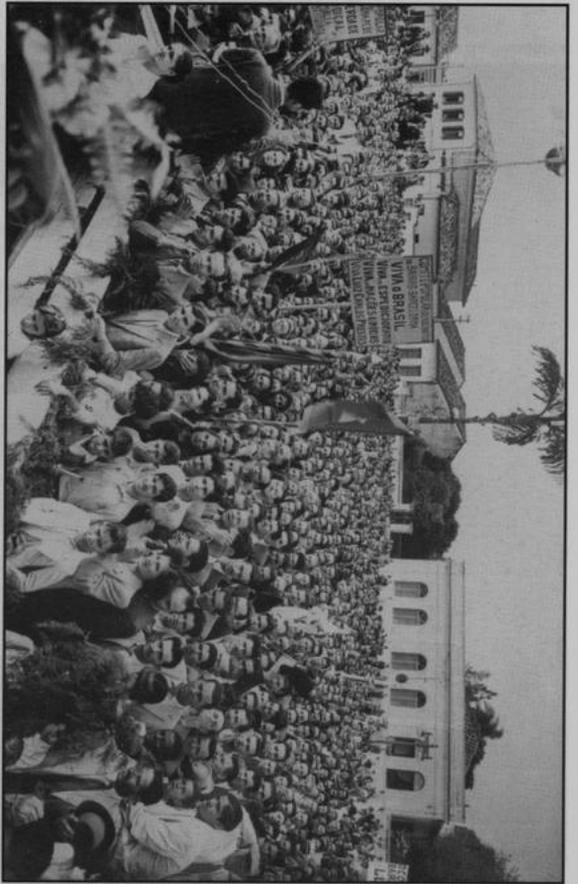
O fragmento de memória da história de vida de João Lopes possibilita compreender como algumas relações de dominação no meio rural no Nordeste, nos meados do século XX, vinham se transformando. O senhor não mais cedendo o sítio para o trabalhador produzir uma lavoura de subsistência. A possibilidade de mudança para o Recife ou para outros locais de trabalho em face da ruptura do pacto patriarcal, pois os senhores parecem atender cada vez menos à antiga representação de que suprem a necessidade do trabalhador.



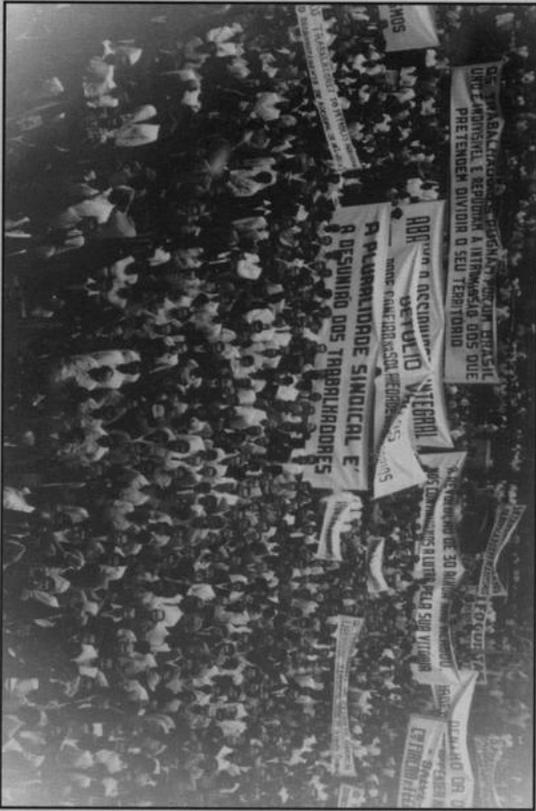
Populares em uma manifestação queremista.



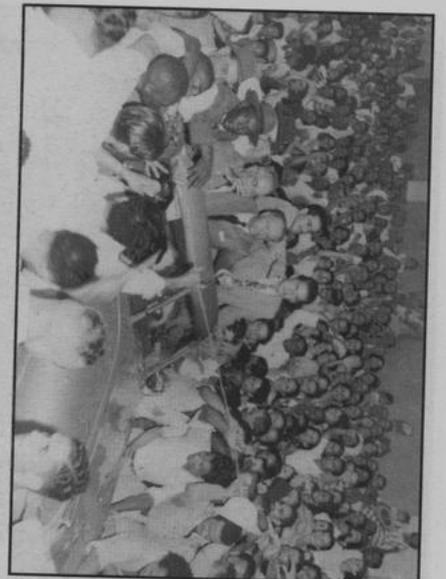
Panfleto do Partido Socialista Brasileiro comemorando o 1º de Maio de 1945.



Comício do PCB em 1946.



Manifestação operária provavelmente por ocasião da votação do projeto de pluralidade sindical na Câmara dos Deputados, possivelmente em abril de 1953.



CPDOC-FGV

Cenas da campanha eleitoral de Getúlio Vargas à presidência da República.



CPDOC-FGV

Mulheres homenageando Getúlio Vargas durante a campanha eleitoral à presidência da República.



Panfleto contra Acordo Militar Brasil-Estados Unidos - 1953.



Painel pacifista. Rio de Janeiro, DF, 1949.



Cartaz da Federação de Mulheres do Brasil - 1953.



Populares destroem veículo do jornal O Globo no Distrito Federal.



Saída do corpo de Getúlio Vargas do Palácio do Catete em direção ao Aeroporto Santos Dumont.



Populares homenageando Getúlio Vargas.



Cenas de tristeza popular no velório de Getúlio Vargas.



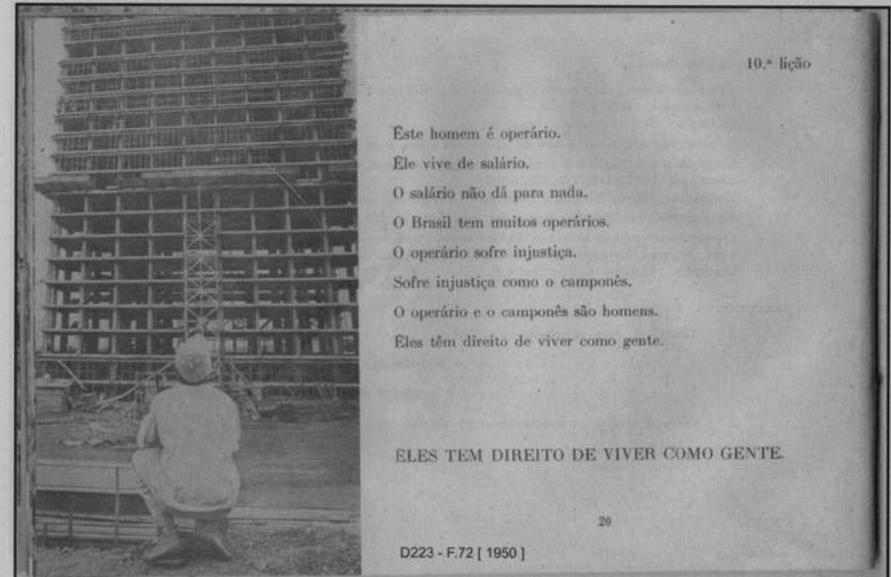
Comitê feminino do bairro da Gávea, Distrito Federal, de apoio à campanha de Juscelino Kubitschek à presidência da República.



Juscelino Kubitschek em campanha à presidência da República.



Integrantes da tentativa de golpe de Estado de 11 de novembro de 1955 a bordo do navio de guerra *Tamandaré*.



Página de livro do Movimento de Educação Popular – 1950.



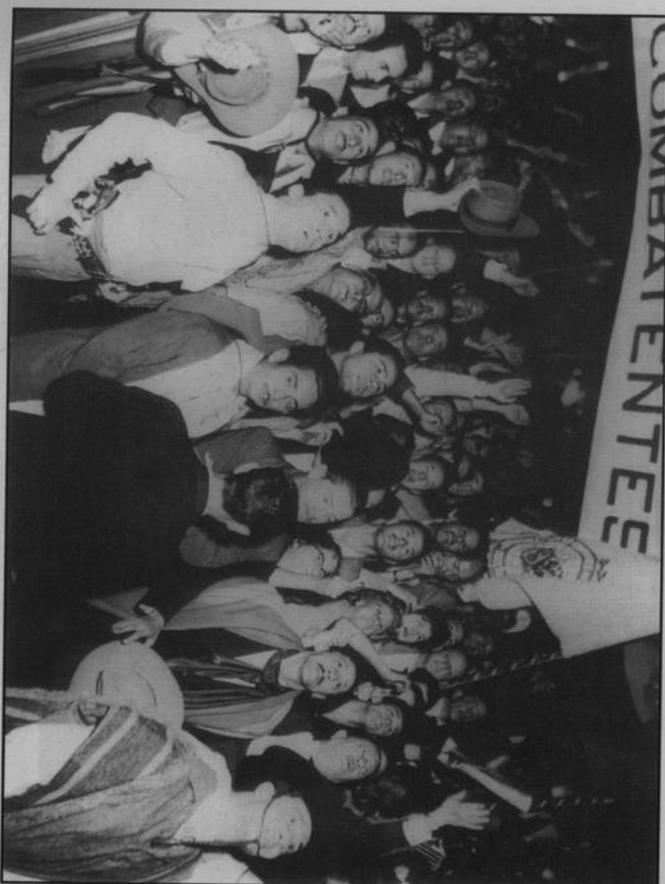
Estudantes reagem contra aumento nas passagens dos bondes no Distrito Federal, em maio de 1956.



Campanha eleitoral de Jânio Quadros à presidência da República em Engenheiro Camargo, São Paulo, em Junho de 1960.



Comício de Henrique Lott durante campanha eleitoral à presidência da República.



Concentração popular diante do Palácio Piratini durante a Campanha da Legalidade.



Cartaz com recortes de jornais e editoriais em defesa da legalidade e da posse de João Goulart na presidência da República, Rio de Janeiro, DF.



João Goulart, logo ao chegar em Porto Alegre vindo do Uruguai, ao lado do governador Leonel Brizola e do general Machado Lopes.



Estudantes se declaram em greve pela posse de João Goulart na presidência da República.



Em janeiro de 1961, camponeses que pretendiam invadir os engenhos Barra e Terra Preta, em Vitória de Santo Antão, ambos abandonados, montam guarda de seus pertences.



Arquivo do Diário de Pernambuco

O deputado Francisco Juliano de Arruda Paula, em meio aos camponeses, quando da desapropriação do engenho Galleia, em 5 de junho de 1961.



Fundação Joaquim Nabuco

Caminhada de camponeses em manifestação das Ligas no campo, em Pernambuco.



Fundação Joaquim Nabuco

Concentração de camponeses em frente ao Palácio do Governo, em Pernambuco, durante o governo de Miguel Arraes.



Arquivo Nacional

João Goulart sendo recebido por sargentos no Automóvel Club.



Arquivo Nacional

Cenas da revolta dos marinheiros.



Arquivo Nacional

Deslocamento de tropas vindas de Minas Gerais na localidade de Areal.



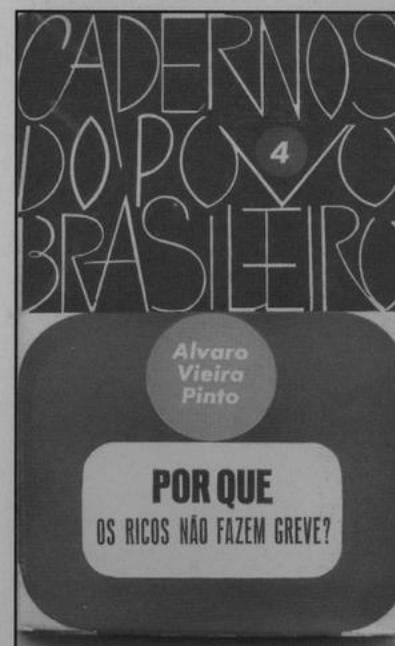
Fundação Joaquim Nabuco

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o líder Francisco Julião em encontro com camponeses.

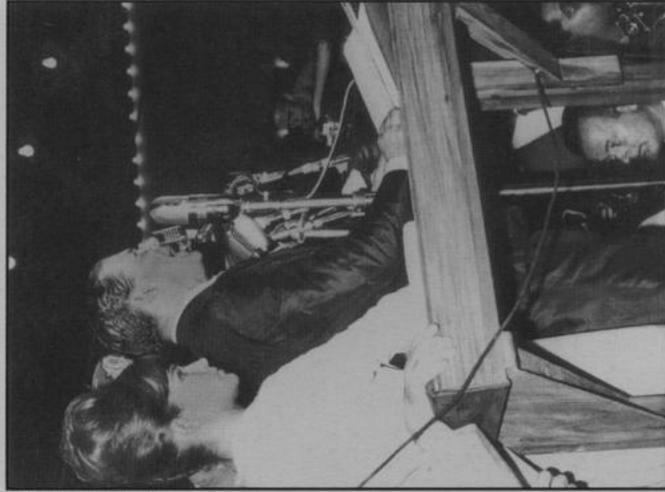


Arquivo Nacional

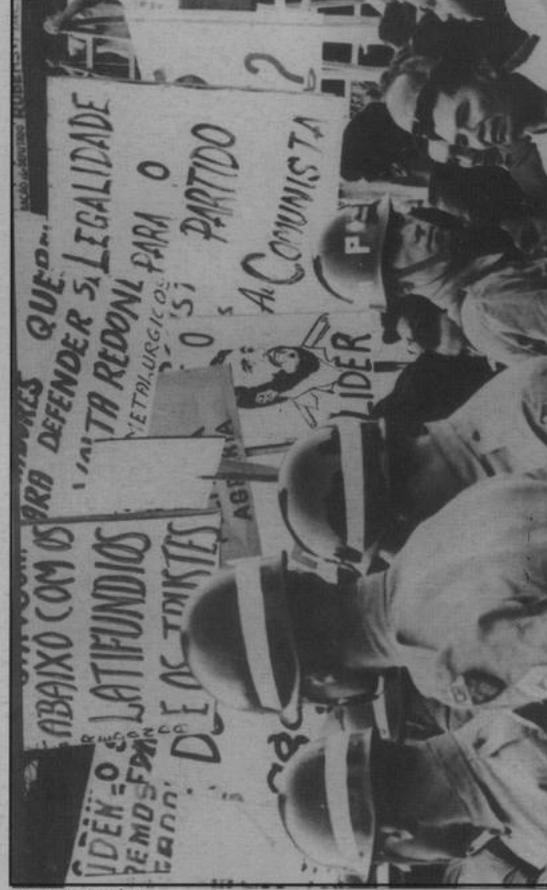
Prisões em Belo Horizonte após manifestações populares de protesto contra o golpe militar.



Capa de um exemplar de *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicado pela editora Civilização Brasileira.



João Goulart discursando no Comício da Central do Brasil.



Comício da Central do Brasil.

## CHEGANDO EM GALILÉIA

Galiléia é o nome de um engenho de fogo morto,<sup>6</sup> situado na cidade de Vitória de Santo Antão, distante 50 quilômetros do Recife. Em meados da década de 1950, suas terras estão ocupadas por 140 famílias de trabalhadores rurais, que vivem do cultivo da agricultura de subsistência. Pelo uso da terra, é pago um aluguel, o foro, que nos últimos anos, segundo os moradores, subiu além da sua capacidade de saldar o mesmo (Santiago, 2001, p. 30).

Em face da dificuldade de muitos agricultores em saldar o débito com o proprietário, ou da extrema pobreza de outros, que precisam apelar para a ajuda da prefeitura no momento de enterrar seus mortos, é fundada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Estatutariamente seus objetivos são assistencialistas. É a forma encontrada pelos agricultores do engenho para criar um fundo de ajuda mútua. Dessa forma, poderão contornar a humilhação de serem enterrados no caixão da prefeitura, como relata um dos líderes da SAPPP, no filme *Cabra marcado para morrer* — documentário dirigido por Eduardo Coutinho, que aborda o assassinato de João Pedro, presidente das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba, em 1962.<sup>7</sup>

A preocupação com a morte e, mais propriamente, com a forma de ser enterrado é algo muito presente na população do meio rural. Antonio Callado revela que ao entrevistar os moradores de Galiléia, em 1959, estes, ao comentarem a extrema miséria em que viviam, lhe disseram que: “A gente já enterrava defunto com mortalha de papel” (Callado, 1969, p. 34). Mas a preocupação com a morte é transformada em negócio e em Vitória de Santo Antão, cidade próxima de Galiléia, há várias sociedades mortuárias.<sup>8</sup> Com uma contribuição mensal de 10 cruzeiros por mês a essas sociedades, o trabalhador pode garantir caixão e sepultura para si e seus dependentes (Callado, 1969, p. 41).

Não muito diferente foi a situação com que se defrontou o padre Jaime Le Boyer no sertão da Bahia. Relata em suas memórias uma experiência que muito o impressionou, referente às pessoas que viviam caminhando pelo sertão e, por essa razão, eram chamadas *no meio do caminho*. Uma dessas pessoas — uma senhora — hospedou-se alguns dias na casa paroquial e rela-

tou ao Padre Jaime que, no cordão de São Francisco que trazia preso na cintura, guardava escondido o dinheiro necessário para seu enterro. Embora caminhasse só pelas estradas, não desejava uma morte de indigente.<sup>9</sup>

A estratégia para enfrentar de maneira coletiva os problemas que afligem de forma direta a comunidade de Galiléia está também marcada pela presença de alguns ex-militantes comunistas, como Zé dos Prazeres, que, no período de 1946-1947, foi um dos dirigentes da “Liga Camponesa da Boa Idéia”, que reunia plantadores de verdura do bairro de Iputinga, em Recife. Posteriormente, Zé dos Prazeres retorna ao meio rural e torna-se uma das lideranças que ajudam a fundar a SAPP. Um outro sinal da influência comunista é a presença de Paulo Travassos, um militante do PCB que se transfere do Espírito Santo para Pernambuco, onde passa a atuar politicamente. Posteriormente, Paulo Travassos será substituído no cargo de presidente por Zezé da Galiléia (Azevedo, 1982, p. 55-56).

A criação de uma entidade de caráter associativo em lugar de um sindicato rural que intervisse em favor do trabalhador na relação capital/trabalho, no meio rural, expressa o nível de controle político das oligarquias rurais. Os proprietários, através da Confederação Rural Brasileira, pressionam o Ministério do Trabalho, no sentido de impedir qualquer iniciativa que possibilite estender os direitos trabalhistas já alcançados nos centros urbanos ao meio rural. A sindicalização rural, embora prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas, compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, é barrada pela pressão do bloco agrário (Lessa, 1985, p. 52).

O caráter assistencialista e de ajuda mútua da SAPP de Galiléia e a tática de conciliação dos trabalhadores fazem com que estes convidem o proprietário do engenho — Oscar Beltrão — para ocupar o cargo de presidente honorário. Na festa de fundação, em 1º de janeiro de 1955, entre discursos, fogos e danças, o proprietário autoriza a retirada de madeira da mata do engenho para a construção de uma capela. Os trabalhadores, ao fundarem uma sociedade beneficente, procuram institucionalizar uma prática de cooperação com que possam melhor enfrentar os problemas de doença, da morte e mesmo paralelamente saldar os débitos com o proprietário. O convite revela um golpe, um lance tático dos moradores, no intento de dar visibilidade,

de, mostrar ao proprietário como estão buscando uma maneira de — pelos seus próprios meios, a ajuda mútua — contornar os graves problemas que lhes afligem, sem trazer qualquer ônus ao proprietário. A fundação da SAPP nos remete à problemática da origem, em que Foucault e suas reflexões inspiradas em Nietzsche podem se constituir em uma trilha que estabelece outros desafios:

O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem — é a discórdia entre as coisas, é o disparate. A história ensina também a rir das solenidades da origem. A alta origem é o ‘exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial’; gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíam brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã (Foucault, 1979, p. 18).

O que virá posteriormente a denominar-se Ligas Camponesas, adquirindo com o passar dos anos visibilidade e tornando-se motivo de admiração de muitos, tanto em nível nacional quanto internacional, é uma entidade criada para atender de forma pontual aos problemas prementes daquela comunidade. A presença do senhor-de-engenho, como presidente honorário, revela ainda a marca de um tempo em que os trabalhadores acreditavam que ao tomarem qualquer deliberação de caráter público, ou mesmo privado, necessitavam da aquiescência dos proprietários. Mas, por outro lado, há de se reconhecer um movimento de resistência desses trabalhadores em que a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bülow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (Certeau, 1994, p. 100).

Os trabalhadores de Galiléia buscam uma maneira de romper com o círculo da miséria que os atormenta, e que os condena a uma morte de indigen-

te. Nessa luta, a criação de uma entidade se constitui em mais um lance, em mais um movimento, sem certezas ou garantias de que algum objetivo será alcançado. Mas mesmo essa articulação dos moradores, que aparece como não tendo maiores conseqüências, realizada às vistas e com a anuência do senhor-de-engenho, projeta algo novo, uma postura coletiva que causa estranhamento e reação dos proprietários.

Em breve, partirá do próprio senhor-de-engenho o movimento de ruptura com a sociedade. Renuncia ao cargo de presidente honorário e exige dos moradores a extinção da SAPPP. As razões dessa mudança de atitude são atribuídas a fatores diversos. Para alguns autores, decorre sobretudo da influência de outros proprietários, que vêem na sociedade um enorme risco ao que é denominado na época "pax agrária", além da suspeita de que ela não passa de obra de comunistas (Azevedo, 1982, p. 56). Para outros, o motivo fundamental é o fato do filho do proprietário estar projetando transformar Galiléia numa fazenda para criação de gado. A existência da entidade, mesmo de caráter assistencialista, poderá acarretar maiores dificuldades no momento de expulsar as famílias de moradores (Santiago, 2001, p. 31).

Em um curto período, a entidade que foi criada como possibilidade de ajudar os moradores a enfrentar as dificuldades decorrentes da extrema pobreza em que vivem, traz-lhes novos problemas. O presidente honorário renunciou e exige a extinção da mesma, além do fato de começarem a ser ameaçados de expulsão, pois o filho do proprietário demanda a desocupação do engenho para criar gado.

Uma alternativa então tentada é a de buscar o apoio das autoridades; uma comissão constituída pela diretoria da SAPPP apresenta o seu pleito em audiência ao general Cordeiro de Farias, governador de Pernambuco na época. Mas não conseguem sensibilizá-lo para o problema daquelas famílias que lutam pelo direito de ter uma terra para manter o sustento dos seus (Santiago, 2001, p. 31). Ainda procuram parlamentares e advogados que se interessem em defendê-los, mas não obtêm sucesso.

RUA CRUZ MACEDO, 99

Em 1963, Joseph Page, estudante de Direito de Harvard em viagem de turismo ao Recife, sente-se atraído pela problemática do Nordeste e decide entender sua passagem pela cidade, que seria inicialmente de três dias. Nessa oportunidade, entrevista alguns políticos que têm uma atuação de destaque na época. Entre os entrevistados, sente-se especialmente atraído por Francisco Julião, de quem granjeia a confiança, a ponto de acompanhá-lo em diversas viagens.

Em seu livro, como resultado de entrevistas, descreve em detalhes o encontro da comissão de trabalhadores rurais do engenho Galiléia com o referido deputado. Embora registre o autor que existem várias versões publicadas, descrevendo aquele encontro, a sua aproxima-se da realizada por Antonio Callado.

Na minuciosa reconstituição apresentada, um aspecto significativo reside na casualidade daquele encontro. Afinal, a comissão já foi em busca de outros apoios. Visitou o governador e depois diversos advogados, que cobraram um alto preço para defendê-los. Também fez contatos na Assembléia Legislativa, mas sem sucesso. Por acaso, alguém deu o endereço da residência do deputado Francisco Julião. No entanto, poderiam ter chegado à casa do deputado e este ter viajado, estar em reunião ou mesmo não querer recebê-los naquele domingo. Simplesmente poderia repetir-se o que já ocorrera em outras tentativas (Page, 1972, p. 51-52).<sup>10</sup> Neste momento, em razão do caráter de imprevisibilidade da história, recordamos Foucault quando este afirma: "As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta" (Foucault, 1979, p. 28).

Os trabalhadores chegam de carroça puxada a cavalo, no bairro da Várzea, à procura da rua Cruz Macedo. Em épocas passadas aquela área fazia parte do engenho da Várzea; no redesenho urbano, a partir da década de 1950, passou a ser localizada tendo como referência o final da avenida Caxangá, para quem se dirige do centro da cidade em direção ao subúrbio. Este bairro, que em pleno século XXI ainda guarda um pouco dos casarões coloniais ao redor de sua praça principal e mesmo nas ruas

paralelas, mantém alguns traços de uma atmosfera de cidade do interior do Nordeste.

Ao localizar a rua, o grupo formado por Zezé da Galiléia, Manuel Severino, Amaro do Capim e José dos Prazeres não tem dificuldade em encontrar a casa do deputado Julião. Um casarão, em estilo colonial, cercado de fruteiras. São recebidos por Julião, a quem narram a situação em que se encontram, ameaçados de expulsão das terras e pressionados para encerrar as atividades da SAPP. Após essa conversa inicial, Julião teria dito: “Eu os defenderei. Sou um deputado. O Estado me paga. Vocês não terão de me pagar coisa alguma” (Page, 1972, p. 54). É então marcado, para os primeiros dias de janeiro de 1955, um novo encontro, dessa vez em Galiléia, quando o deputado conhecerá todo o grupo.

Julião é advogado e deputado estadual, eleito pelo PSB em 1954, após não ter se eleito em duas candidaturas anteriores, em 1945 e 1947. Em 1955, quando das eleições legislativas suplementares, recebe o apoio do PCB e é lançada a palavra-de ordem: “Garantir a vitória de Francisco Julião.”<sup>11</sup> Em 1958 é reeleito deputado estadual. Ao aceitar a defesa dos foreiros de Galiléia, Julião irá tomar as providências para que a sociedade seja registrada em cartório. No início de 1955 visita Galiléia, para conhecer toda a comunidade (Page, 1972, p. 59).

#### A INVENÇÃO DAS PALAVRAS

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP), do engenho Galiléia, breve tornar-se-á matéria de pauta na Assembléia Legislativa, onde o deputado estadual Francisco Julião ocupará a tribuna para defender os seus filiados, ameaçados de expulsão pelo proprietário. Ao referir-se aos *trabalhadores rurais* utilizando o termo *camponês*, é apartado por uma colega deputada, que sugere a utilização de um termo menos contundente. A palavra sugerida em substituição a *camponês* será *rurícola*. Para a deputada, o termo utilizado por Julião contém uma carga política e ideológica muito grande. Posteriormente, em conversa reservada, acrescenta: “Estou vendo a hora lhe darem um tiro aqui dentro” (Santiago, 2001, p. 59-60).

A mobilização em torno da questão agrária no Nordeste adquire maior visibilidade a partir de dois congressos realizados no ano de 1955. O primeiro é o Congresso de Salvação do Nordeste; uma iniciativa da seção local da Liga de Emancipação Nacional, que irá reunir 1.600 delegados, entre parlamentares, intelectuais, profissionais liberais, líderes sindicais. Durante os debates, ganha relevo uma outra compreensão política e técnica do Nordeste, em que a problemática da seca é dissociada da questão geográfica. Ao final, o conjunto das moções serve de base para a redação da “Carta de Salvação do Nordeste”. Entre as comissões de trabalho, uma das mais concorridas é aquela dedicada à questão da terra, presidida pelo padre Leopoldo Brentano, da Ação Católica Operária, com a participação de aproximadamente duzentos delegados. Entre as moções, destaca-se a da reforma agrária como uma das soluções para a questão do campo (Azevedo, 1982, p. 59-61).

Logo após este significativo conclave é realizado o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, organizado pela SAPP, que conta com o apoio do professor Josué de Castro, então diretor da FAO.<sup>12</sup> Participam aproximadamente três mil trabalhadores rurais e, em face da cobertura da imprensa, haverá maior visibilidade para os problemas das relações sociais no meio rural. A imprensa passa a denominar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco de “Ligas Camponesas”, apontando nas mesmas um nítido caráter comunista. Essa associação entre a Sociedade Agrícola e a expressão “Ligas Camponesas” não é fortuita. O PCB, no período da redemocratização, de 1945 a 1947, instituiu um movimento de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, em diversos estados do Brasil, que, na época, foi denominado Ligas Camponesas (Lessa, 1985).

O Congresso ajudará de forma decisiva na estruturação da SAPP de Galiléia, que passará a ser conhecida, a partir desse momento, como Ligas Camponesas. A mobilização dos trabalhadores rurais, até então restrita ao município de Vitória de Santo Antão, onde localiza-se o Engenho Galiléia, irá estabelecer uma nova rede de contatos em outras cidades, como também com o Recife. Amplia-se a articulação das Ligas com intelectuais e parlamentares e com o movimento urbano organizado. Será criado dessa forma um suporte jurídico e político-parlamentar que romperá com o isolamento dos conflitos no meio rural (Azevedo, 1982, p. 64).

A expressão “Ligas Camponesas”, resgatada pela imprensa na tentativa de colocar a opinião pública contra a SAPPP, pois a nomeia como organização comunista, é reapropriada pelos camponeses, e através dessa expressão é que serão registradas as próximas Sociedades Agrícolas.

A disputa pelas palavras é indissociável de uma nova prática que se institui. O receio da deputada com o uso da expressão *camponês* não é infundado. Após o Congresso, “o Recife presenciaria uma passeata campesina, que desfilaria pelas ruas centrais da cidade” (Azevedo, 1982, p. 64). A linguagem expressa também uma prática (Foucault, 1979).

Mas a disputa lingüística não está concluída. Esta representa uma preocupação constante nas Ligas, que interpenetra os demais níveis das práticas sociais e a elas está relacionada. Produzir efeitos de verdade, estabelecendo uma ruptura com o discurso oligárquico e patriarcal que justifica as relações de exploração, requer diversas manobras táticas. O discurso em defesa do *status quo* estabelece uma reação a qualquer regime de mudança, que é projetado como uma grande ameaça comunista, não apenas ao mundo rural, mas a toda sociedade.

A estrutura da organização dos trabalhadores rurais que então se define estabelece a criação de uma sede regional das Ligas Camponesas em Recife, que coordenará as ações no interior. A sede local das Ligas em cada município será denominada de delegacia. A escolha do termo aponta mais uma tática adotada para fortalecer o trabalhador no seu enfrentamento com o patrão. O camponês conhece a delegacia de polícia, onde muitas vezes é pressionado a comparecer para resolver pendências trabalhistas, ou mesmo a desocupação compulsória de alguma terra em que mora e planta com a família. O camponês terá, então, uma delegacia que defenderá seus direitos, onde não mais será alvo de pressões e prisões. O patrão passa a ser obrigado a fazer algo a que não está habituado, ou seja, negociar com o trabalhador. Ao termo delegacia, com um significado distinto, associa-se uma outra prática social. Neste aspecto, Julião terá um grupo de advogados apoiando-o nos diversos litígios que surgem entre proprietários e trabalhadores que buscam o apoio das Delegacias das Ligas (Page, 1972, p. 63-64).

## O NORDESTE EM MOVIMENTO

O período que compreende desde a criação das Ligas Camponesas até o golpe militar de 1964 transforma o Nordeste e as lutas sociais no meio rural em objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional. Seleccionamos duas reportagens acerca do Nordeste, resultante das visitas de dois jornalistas à região, oportunidades em que realizaram contatos e entrevistas com camponeses e políticos. A primeira série de artigos foi a do jornalista Antonio Callado, para um jornal do Rio de Janeiro, *Diário da Manhã*, publicadas entre 10 e 23 de setembro de 1959. Posteriormente, uma nova visita resultou em matérias publicadas entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 1959. A outra reportagem foi realizada pelo jornalista americano Tad Szulc, para um jornal da cidade de Nova York, *The New York Times*, publicada em 31 de outubro e 1 de novembro de 1960.

Antonio Callado viaja ao Nordeste a convite do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno) e visita os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Está em discussão na época, na Câmara Federal, uma Lei de Irrigação que, entretanto, encontra resistência de parlamentares do Ceará e da Paraíba, onde os problemas da seca são dos mais graves. Na série de reportagens que realiza, Callado denuncia a “indústria da seca”, ou seja, os mecanismos através dos quais os latifundiários transformam os problemas decorrentes da seca em um grande negócio. Denuncia, também, como os açudes construídos com verbas públicas, para beneficiar toda uma população rural, acabam atendendo a uns poucos latifundiários.

Em seguida, ao visitar Pernambuco, relata a luta dos moradores de Galiléia. Faz um breve histórico da SAPPP e de como os moradores estão mobilizados na expectativa do desfecho de um pedido de desapropriação do engenho, encaminhado ao Governo do Estado e que tramita há dois anos na Assembleia Legislativa (Callado, 1969, p. 5-31). Toda essa série de reportagens de Callado resulta de um movimento dentro do governo Juscelino Kubitschek, que estrategicamente procura obter o apoio daquele jornal aos projetos que apresenta para responder à grave crise que domina o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública é considerado de grande importância, para vencer a resistência de muitos parlamentares no Congres-

so ao projeto Operação Nordeste, implementado por Celso Furtado e que resultou na fundação da Sudene (Furtado, 1989, p. 46).

As reportagens veiculadas na imprensa criam um Nordeste em que muitos se reconhecem e outros não. Instituem por extensão um campo de luta, pois a cada criação estão associados conceitos, imagens, princípios políticos, análises do presente e perspectivas de ação e mudanças que se confrontam com outras criações. Ao mesmo tempo, acontecimentos vários, em tempos simultâneos, possibilitam estabelecer associações que projetam e ampliam as possibilidades de compreensão do passado. As forças que se digladiam nesse momento apontam para um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” — entendendo-se, mais uma vez, por verdade não “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (Foucault, 1979, p. 13).

A mobilização dos camponeses de Galiléia torna-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outros representa o avanço do comunismo e a ruptura da *pax agrária*. Após a criação da SAPPP, em 1954, e sua regulamentação em 1955, o movimento de trabalhadores rurais assiste na imprensa e nos meios políticos a uma constante campanha de ameaças e acusações de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade. Por parte do governo do estado, não existe qualquer canal de negociação. Apesar de toda essa campanha, as delegacias das Ligas se expandem no estado e, em 1959, já são em número de vinte e cinco.<sup>13</sup> As mobilizações públicas de camponeses é uma constante. No 1º de maio de 1956, Julião mobiliza 600 camponeses para participar das comemorações em Recife. Em 1958 vêm 3.000 para o 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores. Eles caminham até a Assembléia Legislativa, que dedica uma sessão à questão da Reforma Agrária (Callado, 1969, p. 49).

Um incidente com a polícia, em final de 1956, possibilita-nos reconstruir um fragmento da resistência a qualquer mudança no meio rural e, por outro

lado, revela o apoio oficial a práticas que violam o estado de direito. Realiza Julião mais uma reunião com os moradores de Galiléia, num dia de sábado à tarde, quando o capitão da polícia militar estadual o prende e corta a linha telefônica entre Vitória de Santo Antão e Recife, impedindo que os camponeses comuniquem o fato a algum membro do Conselho Regional das Ligas em Recife. Mesmo sendo deputado estadual e, portanto, dispondo de imunidade contra processos legais, é levado preso a Recife e entregue ao coronel do Exército que atende como ajudante-de-ordens do governador da época, Cordeiro de Farias. O coronel se diz indignado com a atitude do capitão e Julião é libertado imediatamente. Na sessão da Assembléia, Julião relata da tribuna o ocorrido e logo angaria o apoio dos seus pares. Na semana seguinte, retorna a Galiléia na companhia de mais dois deputados, mas, mesmo nessas circunstâncias, são cercados por pistoleiros contratados pelo proprietário. Após muita negociação, o impasse é solucionado, mas revela o clima de grande tensão na área (Page, 1972, p. 64).

Além desses embates cotidianos, há de se considerar as disputas políticas mais gerais que ocorrem no Estado. Em 1958, durante as eleições estaduais em Pernambuco, forma-se uma frente das oposições, que fica conhecida como a Frente do Recife. Os partidos legalmente constituídos PSB, PTB, PST e UDN formalizam um programa e lançam a candidatura de um usineiro, Cid Sampaio, após romper com as diversas resistências entre as esquerdas, sobretudo do Partido Comunista, que tem muita força política, mas não aparece legalmente. A eleição do udenista ao governo do Estado, em final de 1958, sinaliza uma ruptura da hegemonia do PSD desde 1930, além de apontar um avanço dos setores comprometidos com as lutas sociais e populares (Soares, 1982).

Assim é que as reportagens de Antonio Callado, nesse cenário político, adquirem grande repercussão nacional, São transcritas nos Anais da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa de Pernambuco, associadas a diversos discursos favoráveis e desfavoráveis. Os artigos publicados na imprensa também alternam elogios ou ataques às matérias publicadas por Callado. A “indústria da seca”, a criação da Sudene e a luta das Ligas Camponesas de Galiléia transformam-se em temas centrais do debate nacional (Callado, 1969, p. 25).

Em novembro, ao retornar a Pernambuco, Callado testemunha mais uma violência contra os moradores do Engenho Galiléia. Estes decidem fazer, na data cívica de 15 de novembro, uma manifestação de solidariedade ao prefeito da Cidade de Vitória de Santo Antão, Sr. José Ferrer, que haviam ajudado a eleger. Mas, para surpresa de todos, são impedidos, a cano de fuzil, conforme relata o jornalista em matéria para o *Diário da Manhã*. Alguns dias após o incidente, o juiz de Vitória de Santo Antão, que há quatro anos detém em suas mãos o processo de despejo movido pelo proprietário, decide favoravelmente pela desocupação das terras de Galiléia por todos os moradores que se encontram em débito. Relata o jornalista que a alternativa que existe, para evitar um conflito de conseqüências imprevisíveis, é o projeto de desapropriação — que caminha de forma vagarosa na Assembléia Legislativa — ser colocado em pauta e aprovado (Callado, 1969, p. 132-134).

As duas matérias publicadas pelo jornalista no *Diário da Manhã*, nos dias 29 de novembro e 2 de dezembro de 1959, registrando esses acontecimentos, produzem uma reação do proprietário, que, através do seu advogado, aciona o jornalista Antonio Callado e o deputado Francisco Julião, como incursos na Lei de Segurança Nacional. O argumento é o de que estão incitando os foreiros do engenho a não cumprirem o mandado de despejo, decretado pela Justiça de Vitória de Santo Antão (Callado, 1969, p. 145). A imprensa, ao divulgar amplamente o fato, provoca indignação em parcela significativa da Câmara Federal e mais de cem parlamentares federais assinam uma moção de apoio a Callado (1969, p. 156). A ação contra o jornalista e o deputado deixa de ser tema estadual ou regional e torna-se nacional. Em última instância, está em debate a reforma agrária e a necessidade de institucionalização de outras relações sociais no meio rural.

A partir da posse do governador eleito pela Frente do Recife, as Ligas Camponesas ampliam sua mobilização, acreditando que um governo constituído com representantes da esquerda apressará o processo de desapropriação das terras. Segundo Santiago (2001, p. 72), “em 1958, num período de três meses, as Ligas organizaram 80 atos públicos no Recife”. No entanto, é a publicação do despacho do juiz de Vitória de Santo Antão — autorizando o cumprimento do mandado de desocupação das terras do engenho pelos

moradores em atraso com o pagamento do foro — que concorre para o acirramento do confronto entre a SAPPP e o proprietário do engenho.

Na Assembléia, o projeto de desapropriação de Galiléia é reapresentado, à medida que concentrações de trabalhadores na frente da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo aumentam a pressão política. Editoriais e artigos na imprensa, em sua maioria, criticam a possível desapropriação como uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e à ordem social. O desfecho é imprevisível. E Julião, em declaração ao jornal *Diário de Pernambuco*, em 30 de outubro de 1959, prognostica: “As Ligas concentram todos os seus efetivos para o primeiro banho de sangue do governo do Sr. Cid Sampaio, caso se consuma nova injustiça contra os moradores de Galiléia” (Azevedo, 1982, p. 69).

O governo cede à pressão dos trabalhadores e a desapropriação é assinada. A repercussão na imprensa de outros estados é imediata, e prevalece um tom de crítica e censura ao ato do governo. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial no dia 18 de fevereiro de 1960, afirma:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos.

O jornal apresenta o que pode ser considerado como a reação de uma parcela dos setores econômicos e políticos dominantes à desapropriação. Para estes, é como se estivessem perdendo a batalha para os trabalhadores rurais e as esquerdas que os apóiam. E ainda apresenta-se o agravante de que a medida foi tomada por um governador da UDN, embora tenha sido eleito por uma frente em que as esquerdas tiveram um papel preponderante. No bojo dessa acirrada disputa, o governo federal, após intensa negociação, apesar da reação de uma parcela significativa de parlamentares do Nordeste, consegue aprovar a criação da Sudene. Sua aprovação conta com mobilizações populares em Recife e Fortaleza. A Sudene aparece como um esforço no sentido

de industrializar o Nordeste e concorrer para mudanças nas arcaicas relações sociais e políticas da região (Furtado, 1989, p. 78).

Pode-se avaliar que havia, por parte do governo de Juscelino Kubitschek, de uma parcela da imprensa, da opinião pública, da Igreja Católica, das associações rurais e sindicatos urbanos, um movimento em direção à mudança do *status quo* do Nordeste. Mas nesses mesmos setores manifestavam-se fortes resistências, que se articulavam em uma ampla rede. Estava no palco, de uma forma como talvez nunca se observara antes, uma disputa entre a mudança e a permanência.

As reportagens de Callado produzem um efeito de verdade sobre uma parcela da opinião pública, dos políticos, da Igreja Católica. Dom Hélder procura Celso Furtado, após ter conhecimento da Operação Nordeste, e garante-lhe todo apoio, como também abraça o projeto de criação da Sudene (Furtado, 1989, p. 47). O Nordeste precisa modernizar-se, combater a corrupção das oligarquias que utilizam os recursos públicos para projetos particulares, e possibilitar ao seu trabalhador rural tornar-se cidadão. Em torno dessa verdade é que o governo federal projeta a Operação Nordeste e aprova a Sudene. Mas, para muitos que combatem qualquer mudança, todas essas propostas são indicativas de iniciativas comunistas.

O governo caminha entre dois focos. De um lado, os proprietários, herdeiros de uma longa tradição de completo domínio sobre os trabalhadores/moradores de suas terras. Reproduzem práticas patriarcais, em que pequenos favores e apadrinhamentos se misturam com relações de exploração, que se manifestam através do cambão, do foro, do 'pulo da vara' do barracão e aparecem como naturais. O morador — submetido ao 'regime de condição', como é conhecido — tem obrigação de prestar dois ou três dias de trabalho por semana ao engenho ou fazenda. Já o foreiro arrenda um lote de terra, mas tem de conceder 10 a 20 dias de trabalho gratuito por ano ao proprietário, podendo enviar uma terceira pessoa para substituí-lo, no sistema conhecido por "cambão". O "pulo da vara" é uma expressão muito comum na zona canavieira; o administrador, ao medir com uma vara a extensão da terra trabalhada, comumente salta um ou dois passos em relação à marca anterior. Assim, um trabalhador que haja cortado, plantado ou preparado uma terra de oito quadras (essa é a medida) é pago como havendo trabalhado seis.

A grande maioria dos engenhos de açúcar tem também seu barracão, em que são vendidos os produtos de primeira necessidade. Muitos trabalhadores recebem o pagamento, todo ou em parte, em vales para comprar no barracão. Há também as cadernetas do barracão, em que são anotadas suas compras durante o mês. Entretanto, por serem analfabetos, têm poucas condições de controlar essas anotações.

Por outro lado, as Ligas Camponesas se insurgem contra os proprietários rurais, criticando publicamente, através de passeatas, mobilizações, toda essa situação em que vive a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. O coroamento dessa mobilização, a partir da aprovação da desapropriação de Galiléia, tem um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e de outros estados. Apesar da dificuldade em computar o número de associados das Ligas, afirma Fernando Azevedo (1982, p. 70) que em 1961 estas chegaram a ter dez mil associados, distribuídos entre as quarenta delegacias existentes.

É nesse quadro de acirrado confronto político, social, econômico e cultural que o jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, viaja ao Nordeste. Embora não existam informações sobre a forma de envolvimento do Departamento de Estado dos EUA com esta viagem, é de certa maneira possível que a reportagem tivesse objetivos que iam além de informar a opinião pública daquele país acerca das lutas sociais no campo, no Nordeste do Brasil. Esta reportagem nos faz pensar na história do presente, e somos levados a comparar o movimento das Ligas com a luta dos trabalhadores rurais hoje, através do Movimento dos Sem Terra (MST). São realizadas mobilizações nacionais e ocupações simultâneas em diversas fazendas, nas diferentes regiões do Brasil, e nem mesmo assim é considerado uma ameaça à governabilidade do país e à paz no continente, como era apresentado o movimento rural no campo em 1960, na reportagem de Szulc. Somos então obrigados a nos perguntar, o que fazia com que aquele jornalista construísse um Nordeste incendiário?

Dois fatores interligados — a Guerra Fria e a Revolução em Cuba — concorrem para, de certa maneira, construir a percepção, a compreensão e a representação que Szulc então produz e informa para o *The New York Times*. Um jornalista, sem militância nas lides da esquerda, reproduz o anti-

comunismo dominante nos EUA. O mundo que se constrói após 1947, dividido entre o bloco comunista e o bloco capitalista, não deixa alternativa a uma via autônoma, como pensa Juscelino e seu projeto “Operação Pan-Americana”, em que o Brasil assumiria uma posição de liderança na América Latina e ao mesmo tempo de independência em face dos dois blocos (Rogers, 1967, p. 19). Jânio Quadros e João Goulart também procuram manter uma política de não alinhamento automático em relação aos dois blocos (Bandeira, 2001, p. 46-50).

Há, por parte do governo norte-americano, um grande temor de que o continente latino-americano tenda para o comunismo e se torne alvo do controle soviético. Nesse aspecto, a posição do Brasil é alvo de críticas do governo norte-americano. Por outro lado, a Revolução Cubana oferece uma nova representação histórica, ou seja, na América Latina, um grupo de guerrilheiros armados, com o apoio de uma população pobre e revoltada com as injustiças e as desigualdades sociais, é capaz de fazer uma revolução e tomar o poder. Em outros termos, a imprevisibilidade histórica passa a ter uma influência significativa nas representações construídas, propiciando a produção de um grande medo da força e do poder do comunismo.

É de certa forma ocupando esse lugar, tomado por esse espírito, que o autor da reportagem acerca do Nordeste e da ação das Ligas Camponesas para o jornal americano se pauta. O título da sua reportagem, publicada na primeira página do *The New York Times* de 31 de outubro de 1960, sentença: “Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta”. A construção da matéria não deve ter deixado dúvidas ao leitor americano de que uma revolução comunista iminente estava para ser desencadeada no Brasil. Para cimentar sua representação, intermedia suas conclusões com as declarações de líderes das Ligas Camponesas. Transcreve alguns trechos de discursos pronunciados em uma assembléia das Ligas, no interior de Pernambuco, em que o orador teria afirmado: “Essa luta não será mais interrompida. O exemplo de Cuba é aqui. Nós queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas se não conseguirmos, nós viremos aqui e convocaremos vocês a pegarem as armas e fazerem a revolução. Os grandes proprietários com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos estão sugando nosso sangue.”<sup>14</sup>

Ao ler esse pequeno extrato do que teria sido o discurso de um líder das Ligas, o leitor possivelmente terá imaginado que a revolução armada estava a caminho e que ela teria como alvo os grandes proprietários do Brasil e os interesses dos Estados Unidos na região. O efeito de verdade do enunciado é construído ao apresentá-lo não como interpretação ou comentário jornalístico, mas como expressão direta da fala de um líder camponês. Para reforçar seu argumento, associa declarações de políticos e intelectuais, para quem, se algo não for feito em termos de mudanças econômicas e da estrutura social, uma revolução de proporções incontroláveis será inevitável em poucos anos. Informa ainda Szulc, ao leitor, que a força do comunismo na região deve-se, sobretudo, ao nível de pobreza da mesma, o que a torna vulnerável à pregação revolucionária. O perigo de uma revolução propagar-se do Nordeste para o resto do Brasil terá outras implicações para os EUA, além da questão da disputa pela hegemonia no continente. Ou seja, esta é uma região fundamental para as estações de apoio aos mísseis intercontinentais e para o lançamento de foguetes do Cabo Canaveral; logo, haverá também implicações de estratégia de defesa militar.<sup>15</sup>

Todo esse discurso, produzido a partir da representação de um Nordeste revolucionário e comunista, está articulado com os discursos e as práticas de diversos setores da sociedade no Nordeste e em outras regiões do Brasil. Szulc reforça os laços entre os interesses dos Estados Unidos e de setores dominantes da sociedade no Brasil, quando revela como muitos políticos e intelectuais, entre outros, encontram-se preocupados, apreensivos e alarmados com a possibilidade de uma revolução iminente, se nenhuma medida for tomada.

#### A IGREJA CATÓLICA OCUPA A CENA

A problemática do avanço do comunismo no continente latino-americano, de uma perspectiva internacional, não é apenas preocupação do governo dos EUA. A Igreja Católica e, mais propriamente, o Vaticano, através do seu Papa Pio XII, publica na década de 1950 a encíclica *Fidei et Donum*, que tem como um dos seus objetivos o trabalho missionário de evangelização e combate ao

comunismo, ao espiritismo e ao protestantismo, em terras africanas inicialmente e, posteriormente, também na América Latina. Com a morte de Pio XII, João XXIII reafirma essa política. As dioceses de diversos países da Europa são convidadas a colaborar nessa cruzada, enviando padres para os continentes em que há escassez de vocações sacerdotais.

Poder-se-á pensar que o Brasil é impedido de fazer suas próprias escolhas políticas, quer em razão da pressão dos Estados Unidos, quer da Igreja Católica. Entretanto, há de se considerar que essas interferências ocorrem articuladas e mesmo a convite de setores dominantes políticos, econômicos, intelectuais e religiosos do Brasil.

Considerando o nível mais específico das lutas sociais no meio rural, observa-se, desde a década de 1950, manifestações de segmentos da Igreja Católica, recomendando ao governo a necessidade de desenvolver uma política de reforma agrária, como forma de resolver as graves condições de vida e trabalho a que está relegado o trabalhador do campo. Em maio de 1956, em Campina Grande, na Paraíba, após um encontro dos bispos do Nordeste, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e com apoio do governo e de setores da sociedade civil, é publicado um documento que manifesta a posição de uma ala da Igreja quanto aos graves problemas sociais da região. Nele é criticado o problema da má distribuição da terra e a necessidade de uma reforma agrária. O encontro adquire um significado político tão amplo que a ele comparece o Presidente da República e ministros de Estado (Alves, 1968, p. 51).

Os constantes encontros e documentos da Igreja apontando a necessidade de enfrentar os graves problemas sociais do meio rural, principalmente do Nordeste, deve-se em parte — segundo Márcio Moreira Alves — a um receio da Igreja em deixar de ser a referência espiritual da população rural. “Pio XI dissera que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja. Confrontada pelo perigo de ver este escândalo aumentado pela perda do campesinato, trabalhado por forças a-religiosas ou anti-religiosas, a Igreja voltou-se para o campo.” (Alves, 1968, p. 68). Embora não imaginemos que a história seja construída em função de grandes projetos teleológicos, as forças que passam a atuar no meio rural, mobilizando e organizando os trabalhadores, questionam de forma radical a tradição

da Igreja de estar em grande medida aliada aos grandes proprietários e às forças políticas oligárquicas.

Por um lado, os comunistas e sua tradição anticlerical apontam a religião como ópio do povo, por construir um discurso voltado para a manutenção da exploração e submissão dos trabalhadores rurais como algo natural. Por outro lado, as Ligas Camponesas se transformam na grande força de organização e mobilização no meio rural; ao produzirem um discurso de crítica à atuação dos padres, afirmam-se como defensoras de um outro cristianismo, distinto daquele que apóia os grandes proprietários e está sempre aliado ao poder político. Ou seja, um líder como Julião construirá em seus escritos uma representação de que há uma íntima relação entre a vida de Jesus e a luta do camponês. Dessa maneira, à medida que critica a influência católica tradicional, projeta as Ligas como alternativa messiânica. A *Cartilha do Camponês*, publicada pelas Ligas Camponesas para orientar o trabalhador sobre como votar nas eleições presidenciais de 1960, revela-se fundamentalmente como um instrumento de crítica ao discurso do proprietário, que constantemente se apropria dos referenciais cristãos para garantir e reforçar as relações sociais e o *status quo*. Utilizando como estratégia pedagógica uma possível fala do proprietário, a *Cartilha* registra:

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o ‘cambão’ e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse ‘cambão’, se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer...” Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: ‘É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus’. Porque

afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus (1960, p. 55-56).

O texto da Cartilha, possivelmente lido em voz alta nas rodas de camponeses, em face da tradição oral do cordel em todo o Nordeste, e também do grande número de analfabetos, deve ter causado um forte impacto entre muitos trabalhadores rurais. Talvez nunca tivessem ouvido, ou lido, uma crítica tão direta ao discurso e às práticas dos proprietários e à dos padres e pastores. Ao propor uma outra forma de compreender a religião e o discurso de proprietários, de padres e de pastores, as Ligas se projetam com uma proposta de ruptura com os discursos e práticas que perpetuam as relações sociais de exploração e dominação.

O trabalho das Ligas é em muitos locais apoiado ou mesmo liderado por militantes comunistas. Após a vitória da desapropriação de Galiléia, as Ligas se expandem para o Norte e o Sul do Brasil. Na Paraíba, alcançará um alto nível de mobilização e organização, destacando-se as Delegacias de Mari e Sapé. Esta última terá como presidente João Pedro, assassinado em 1962 e tema central do filme documentário de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*. Mas as Ligas irão oficialmente romper com o PCB, em novembro de 1961, durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, convocado pela União de Fazendeiros e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e associações e entidades controladas pelos comunistas. Nesse Congresso, apesar das Ligas estarem presentes com apenas 215 delegados de um total de 1.400, em que a maioria é de representantes da ULTAB e uma pequena parcela ligada ao Movimento dos Agricultores Sem Terras (MASTER) — que atua no Rio Grande do Sul, sob a orientação de líderes rurais ligados a Brizola —, a tese das Ligas da “Reforma Agrária Radical”, na lei ou na marra, empolga a plenária e derrota as propostas elaboradas pelo PCB (Azevedo, 1982, p. 92). Essa ruptura com os comunistas faz com que três forças — a Igreja, o PCB e as Ligas — disputem o controle do movimento dos trabalhadores rurais.

As Ligas tornam-se um caminho alternativo de organização e mobilização das massas trabalhadoras rurais, em face da ausência de sindicatos rurais. Em razão de sua estrutura de funcionamento, sob a forma de associação, as Ligas operam fora do controle do Estado. As solicitações de reconhecimento dos sindicatos rurais assistem, há décadas, à resistência política dos grandes proprietários, que impedem a aprovação de inúmeros pedidos encaminhados ao Ministério do Trabalho. Embora previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas de 1946 e anunciados como objetivo de governos sucessivos, os sindicatos rurais não se materializam no efetivo cumprimento da determinação legal. Segundo Márcio Moreira Alves (1968, p. 69), “até 1960 o Ministério do Trabalho reconheceu apenas oito sindicatos rurais no Brasil: Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, em Pernambuco, Belmonte, Ilhéus e Itabuna, na Bahia, Campos no Estado do Rio, e Tubarão em Santa Catarina.” Diversos pedidos de reconhecimento, encaminhados sob influência do Partido Comunista, e também da Igreja, esbarram em entraves burocráticos e políticos.

A Igreja, quando do aparecimento das Ligas, desenvolve uma atividade junto aos trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte, conhecida por SAR (Serviço de Assistência Rural), criada pelo Arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales. Essa experiência está voltada para a alfabetização e educação e a partir dela é que será criado o Movimento de Educação de Base (MEB). A experiência do Rio Grande do Norte irá inspirar o trabalho que a Igreja desenvolverá em Pernambuco, sobretudo como forma de reagir ao avanço da esquerda no Estado. Dessa forma, é criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), cujo objetivo fundamental é o de promover a sindicalização rural, procurando atrelar o movimento rural ao trabalho paroquial.

Quando da passagem de André Franco Montoro — considerado um representante do Partido Democrata Cristão — pelo Ministério do Trabalho, em 1962, um grupo de bispos do Nordeste dirige-se a ele e solicita o fim dos entraves burocráticos que impedem a aprovação de diversos pedidos de reconhecimento de sindicatos rurais apoiados pela Igreja.<sup>16</sup> No primeiro de maio de 1962, o Ministro, atendendo a solicitação dos bispos, anuncia a aprovação de diversas cartas sindicais. Está então aberta a disputa entre católicos, comunistas e as Ligas pelo controle dos sindicatos rurais. No final de 1963, só em Pernambuco já existem 43 sindicatos, com diretorias eleitas a partir

do trabalho desenvolvido pela Igreja, em que o SORPE exerce uma influência direta (Lessa, 1985, p. 36-44).

O reconhecimento dos sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), a partir de 1962, rompe com a tradição dos proprietários rurais de impedir qualquer forma de regulamentação efetiva das relações no meio rural. O sindicato, que é considerado como uma ameaça à paz agrária pelos proprietários, passa a ser visto pelo governo e setores da Igreja como uma forma de barrar o avanço das Ligas Camponesas. Embora Julião afirme que as Ligas e os sindicatos não são concorrentes, a sindicalização em massa irá contribuir para esvaziar as Ligas. Os sindicatos rurais então fundados estarão sob o controle dos comunistas ou da Igreja Católica. Um outro fator que concorre para o enfraquecimento das Ligas, segundo alguns autores, é o fato destas incorporarem a concepção foquista da revolução armada (Anderson, 1997, p. 608-676), o que resulta na criação de campos de treinamento guerrilheiro em Dianópolis, Almas e Natividade, em Goiás, que posteriormente são desarticulados pelas Forças Armadas. Essa opção política gera dissensões e uma crescente crise interna, que também concorre para a perda da hegemonia no movimento rural.

O governo, preocupado em construir alternativas para enfrentar o acirramento dos conflitos no meio rural, adota a bandeira da Reforma Agrária e, entre outras medidas, cria a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). Nos primeiros meses de 1964, aprova o Estatuto do Trabalhador Rural (Azevedo, 1982, p. 79).

O golpe de 1964 irá interromper toda essa experiência histórica. Líderes sindicais, políticos e militantes de esquerda serão alvo de prisões, torturas e assassinatos. Os proprietários terão o apoio dos militares para cercear qualquer tentativa de modernização das relações de trabalho no meio rural. Durante décadas de resistência as lutas no campo se transformarão, engendrando novas formas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

## NOTAS

1. Maracatu é uma manifestação da cultura popular de tradição africana. É constituído por todo um séquito real com Rei, Rainha, Príncipes, Damas de Honra e Embaixadores. Na frente uma baliza abre alas para o cortejo. Em torno do séquito as baianas, e atrás segue a orquestra de zabumbas, bombos e gonguês. Desfilam no dia de Reis Magos e no Carnaval. Ver Ferreira, Ascenso (1986, p. 16-24).
2. João Lopes da Silva (Bubu). *Apud* Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela, *Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos*, p. 12-13.
3. Idem, p. 116-117.
4. Idem, p. 117-118.
5. Idem, p. 118.
6. A expressão engenho de fogo morto, imortalizada no romance de José Lins do Rego, *Fogo Morto*, refere-se ao engenho que não produz açúcar e fornece cana para alguma usina.
7. As filmagens foram iniciadas em fevereiro de 1963, no engenho Galiléia, em Pernambuco, mas interrompidas com o golpe de 1964. Os atores do filme são a viúva de João Pedro, alguns dos seus filhos e muitos moradores de Galiléia. Em 1982, o diretor retornou a Galiléia, projetou o que foi salvo das filmagens na época e entrevistou os atores/trabalhadores.
8. "Sociedade mortuária" era o nome das funerárias na época. As maiores em Vitória de Santo Antão eram: Amor e Bem, Obreiros do Bem e Sociedade Mortuária. Cf. Antonio Callado (1969, p. 34-41).
9. Entrevista com padre Jaime Le Boyer, ago/set 1997. Antonio T. Montenegro, "Paires e artesãos: narradores itinerantes", *História Oral*, 4 (2001, p. 48-49).
10. O autor relata que sua fonte para tão detalhada descrição foi uma entrevista com o líder das Ligas, Jonas de Sousa. Tal descrito também corresponde ao que Antonio Callado escreveu numa série de artigos para um jornal do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*.
11. *Jornal Folha do Povo*, 9 de janeiro de 1955.
12. Este autor, além de haver publicado diversos livros e artigos sobre a problemática da fome no Nordeste e no Brasil, foi parlamentar pelo Partido Socialista e exilado político após o golpe de 1964.
13. São encontradas delegacias das Ligas Camponesas, em Pernambuco, nas seguintes cidades: Goiana, Igarassu, Paulista, Olinda, São Lourenço da Mata, Pau d'Alho, Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Buíque, São Bento do Una, Bonito, Cortês, Escada e Cabo. Callado, Antonio (1969, p. 5-31).
14. *The New York Times*. New York, Monday, October 31, 1960.
15. *The New York Times*, 31.10.1960.

16. Um dos presentes ao encontro com Franco Montoro foi dom Francisco Austragésilo, bispo da cidade de Afogados da Ingazeira, sertão de Pernambuco, no período de 1960 a 2001, entrevistado por nós em abril e maio de 2001, para o Projeto História da Resistência Católica, com apoio do CNPq.

## BIBLIOGRAFIA

- Alves, Márcio Moreira. 1968. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá.
- Anderson, Jon Lee. 1997. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Azevedo, Fernando de. 1982. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz. 2001. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/ UnB.
- Bastos, Elide Rugai. 1984. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes.
- Bezerra, Gregório. 1980. *Memórias — Primeira Parte: 1900-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- . 1980. *Memórias — Segunda Parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Borges, Carlos Fragmon. 1962. "O Movimento Camponês no Nordeste". In *Estudos Sociais*, n. 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bruneau, Thomás. 1972. *O Catolicismo em Época de Transição*. São Paulo: Loyola.
- Callado, Antonio. 1969. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- . 1964. *Tempo de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência*. Rio de Janeiro: José Álvaro.
- Castro, Josué de. 1990. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Certeau, Michel de. 1994. "Artes de fazer". In *A invenção do cotidiano, vol. 1*. Petrópolis: Vozes.
- Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela. 1998. *Casa Amarela, memórias, lutas, sonhos*. 1998. Recife: Departamento de Memória.
- Ferreira, Ascenso. 1986. *O maracatu, presépios e pastoris e o bumba-meu-boi: Ensaios folclóricos*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco/DSE-Departamento de Cultura.
- Foucault, Michel. 1979. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Furtado, Celso. 1989. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Jaccoud, Luciana de Barros. 1990. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife: Massangana.
- Julião, Francisco. 1968. *Cambão, La Cara Oculta del Brasil*. México: Siglo Vientireno.
- . 1962. *O que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Lessa, Sônia Sampaio Navarro. 1985. *O Movimento Sindical Rural em Pernambuco: 1958-1968*. Dissertação de Mestrado — UFPE, Recife.
- Martins, José de Souza. 1983. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Montenegro, Antonio T. jun. 2001. "Padres e artesãos: narradores itinerantes". *História oral*, Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, 4.
- Morais, Clodomir Santos de. 1976. "Las Ligas Campesinas de Brasil". In *Organizaciones Campesinas en America Latina*, n. 12, Série Didacta, PROCCARA (Programa de Capacitación Campesina Para La Reforma Agraria) — Instituto Nacional Agrario — Honduras.
- Page, Joseph A. 1972. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil — 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record.
- Rogers, William D. 1967. *The twilight struggle: the Alliance for Progress and the politics of development in Latin America*. New York: Random House.
- Santiago, Vandek. 2001. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: A Assembléia.
- Soares, José Arlindo. 1982. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Os novos experimentos culturais nos  
anos 1940/50: propostas de  
democratização da arte no Brasil

*Santuzza Cambraia Naves*

Professora Assistente do Departamento de Sociologia e Política da  
PUC-RJ e Coordenadora do Núcleo de Estudos Musicais do Centro  
de Estudos Sociais Aplicados da UCAM.

## INTRODUÇÃO

O período compreendido entre meados da década de 1940 e início da década de 1960, no Brasil, é marcado pela experiência de democratização, em termos políticos, e pela emergência de discussões as mais variadas sobre o papel da arte e da cultura. A visão predominante é a de um país que se moderniza e enfrenta uma série de contradições, notadamente no plano social. O cenário é de tal complexidade e riqueza, caracterizado por inúmeras propostas estéticas que se contradizem e ao mesmo tempo se interpenetram, que seria impossível esgotá-lo nos limites precisos de um artigo acadêmico. Optei, portanto, pelo recorte das tendências estéticas que aqui surgiram nas décadas de 1930, 1940 e 1950, informadas por pressupostos progressistas no sentido de articular a arte com a vida. Em comum com o projeto modernista que vigorou nas décadas anteriores, essas tendências questionam, num momento democrático, os postulados da autonomia da obra de arte. As soluções apontadas é que são díspares, variando das alternativas nacionalistas que remontam ao modernismo aqui instaurado nas décadas de 1920 e 1930, e que desembocam no nacional-popular e no desenvolvimentismo, às perspectivas universalistas fundamentadas em correntes estéticas que vigoraram no alto modernismo europeu. Como veremos mais adiante, essas alternativas não se contradiziam: era comum, por exemplo, políticas estatais fundamentadas no desenvolvimentismo, como a do governo Juscelino Kubitschek, sustentarem projetos culturais de cunho universalista e construtivista. Os projetos urbanístico e arquitetônico de Brasília, criados por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, são representativos deste tipo de conexão. Dito de outro modo, nem sempre a perspectiva nacional, na maioria das vezes presente no desenvolvimentismo, descartava soluções universais.

A tendência construtivista que toma conta do cenário cultural e artístico no Brasil a partir da década de 1930, com a criação da moderna arquitetura brasileira; no final da década de 1940, nas artes plásticas; e na década de 1950, na poesia, é um bom exemplo para se pensar o compromisso do artista com o projeto democrático em termos políticos e sociais. Retomam-se, nesse momento, alguns pressupostos das vanguardas históricas européias do início do século XX, ancorados na idéia de intervenção do artista na sociedade, no cotidiano dos setores sociais emergentes com a nova ordem advinda do processo de modernização econômica e tecnológica. Giulio Carlo Argan, em *Arte e crítica da arte* (1988), analisa o surgimento, a partir de 1910, em vários países europeus em vias de industrialização, de movimentos vanguardistas, como os construtivismos alemão (Bauhaus) e holandês (De Stijl), que propunham usar a arte como incentivo a mudanças radicais na sociedade e na cultura.

A natureza desse projeto vanguardista demanda, num primeiro momento, uma reflexão sobre o componente crítico da estética do início do século, quando os artistas criadores se propõem a intervir num mundo homogeneizado pela civilização das máquinas, responsável por uma situação de alienação e pobreza material e intelectual. Assim, ao contrário da atitude de artistas de gerações anteriores, que se vêem dotados de uma “inspiração” diferente dos comuns dos mortais e se elevam à categoria de “intelectuais”, aliando-se às elites e dispondo-se, conseqüentemente, a construir palácios e objetos preciosos, as vanguardas construtivistas do início do século rejeitam a aura de “artistas” e assumem a identidade de “técnicos”. O artista passa a se ver como um artesão como outro qualquer — ou *designer*, como no caso da Bauhaus —, um artífice de casas e objetos que, ao serem fabricados em série, tornam-se acessíveis a todas as camadas sociais.

A atitude, sem dúvida, é clássica, no sentido de se lidar objetivamente com o ofício de artista, embora não se procure dar continuidade, como no período clássico, a tradições há muito instauradas. Pelo contrário, o momento contemporâneo, impregnado de informações da produção industrial, é visto positivamente. Buscam-se mudanças tanto sociais quanto culturais, e conta-se para tanto com a interferência do artista. Cabe a ele procurar conectar a concepção de suas obras com a dos objetos de projeção industrial, para

reavivar o vínculo entre arte e sociedade. Transformado em “técnico projetista”, o artista utiliza a tecnologia industrial para criar objetos que tenham valor ao mesmo tempo funcional e estético, contribuindo assim para a integração de todos os segmentos sociais na vida econômica e cultural. Esse processo de integração, na medida em que se realiza através da função, é dinâmico, pressupondo uma fruição que se completa com a utilização do objeto, e não mediante a contemplação passiva dos artefatos convencionalmente tratados como “artísticos” (Argan, 1988, p. 30). Na Europa da década de 1910, criou-se uma antinomia entre a proposta das vanguardas de estabelecer uma interação entre arte e vida, a partir de uma avaliação do momento histórico impregnado pelas novidades trazidas pelo setor industrial, e a tendência, principalmente dos surrealistas, de opor-se ao *status quo* com a premissa de uma arte atemporal, tão avessa à realidade constituída que procura a sua motivação nos estados oníricos ou inconscientes (Argan, 1988).

Interrompidos pela ascensão do nazismo, os projetos vanguardistas retomam a sua problemática relativa à conexão entre arte e vida após a Segunda Guerra Mundial. Profundamente abalados com as experiências totalitárias (tanto nazistas quanto stalinistas), intelectuais e artistas, em sua profissão de fé pela democracia e pela liberdade, questionam a sua própria impotência frente aos regimes opressores. Explica-se, desta maneira, a difusão, na década de 1950, da “filosofia da crise”, correntemente chamada de “existencialismo”. Argan (1988) argumenta, quanto ao rumo da filosofia da década de 1950, que ela se pauta mais pela negação da arbitrariedade política, como quer que ela se apresente, do que pelo delineamento de um projeto definido positivamente. O grande inimigo a ser combatido é uma espécie de filisteu atualizado pela ambiência do período pós-guerra, pronto a incorrer na má-fé e a adotar uma atitude alienada para com os clamores de um mundo em crise.

Não há como negar que as questões existencialistas entraram com força no Brasil da década de 1950, impregnando as discussões artísticas e filosóficas. Mas o que me proponho fazer aqui é sublinhar as tendências implantadas no país naquela década que deram continuidade ao projeto mais positivo de linha construtivista. Mesmo porque, como comentei anteriormente, as concepções que aqui se implantaram, se pareciam contraditórias em termos

teóricos, na prática pareciam se conciliar. Do mesmo modo, como Fredric Jameson (1985) observa em sua análise do pensamento e da prática de Jean-Paul Sartre, o filósofo francês conseguiu ajustar abordagens filosóficas *a priori* opostas, como o existencialismo, que se apóia no princípio de que a existência precede a essência, e o marxismo, que afirma a determinação da consciência pela realidade social.

#### O CONSTRUTIVISMO NO BRASIL

Analisando o período que associa a uma espécie de “segundo surto vanguardista” na América Latina, Ana Maria Belluzo define-o como o momento de predominância da arte concreta, em que se exploram “possibilidades não-figurativas”, “visando banir definitivamente o resquício literário da obra visual”. Os artistas ligados a essa tendência rejeitam qualquer tipo de dimensão simbólica; visam a objetividade e a universalidade da linguagem. Com relação aos artistas concretistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, Belluzo enfatiza suas afinidades com o projeto social da Bauhaus e com a ideologia desenvolvimentista que grassava entre os intelectuais brasileiros (Belluzo, 1990, p. 27).

De fato, as discussões travadas pelos artistas plásticos brasileiros no final da década de 1940 atualizaram as européias do início do século, ao trazer à cena o debate entre os que defendiam o naturalismo e os que optaram pelas tendências abstracionistas, representados pelo grupo Ruptura. Se ambas as vertentes se consideravam “de esquerda”, ambas defendiam idéias progressistas de maneiras diferentes. A primeira, de feitio naturalista, plantou a sua tradição no país a partir de uma idéia de continuidade com o movimento modernista. Nas décadas de 1920 e 1930, os artistas brasileiros, em nome de um projeto de unificação nacional, abriram mão de suas propostas de renovação formal em troca de uma estética conteudística que apontasse os traços da identidade brasileira. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, esta preocupação identitária — ou de integração nacional — acabou cedendo terreno para projetos de cunho socialista. O grupo Ruptura, representante dos abstracionistas, assumiu a bandeira de uma primeira experiência realmente

vanguardista no Brasil. Ao reivindicar a herança de Kandinsky e Mondrian, entre outros da mesma linha, os artistas abstracionistas postularam a autonomia da arte com relação à representação das “aparências visíveis do mundo”. Tal como os naturalistas, os abstracionistas se posicionaram politicamente, embora com estratégias e alvos diversos. Partiram de um ponto de vista radical, ao buscar não apenas a ruptura com a representação das “aparências visíveis do mundo” como também com qualquer outra forma de representação, tal como a expressa pela subjetividade do artista. As palavras de ordem, eram, portanto, objetividade e concretude (Cocchiarale & Geiger, 1987, p. 13).

Ronaldo Brito (1999) argumenta que os conceitos fundamentais da arte moderna só chegaram a ser aplicados pelos artistas plásticos brasileiros na década de 1950, a partir dos experimentos construtivistas. Os artistas nomeados “modernistas”, como Tarsila, Di Cavalcanti, Cícero Dias, Guignard e Portinari, não teriam compreendido completamente as práticas cubistas e teriam se mostrado extremamente apegados às antigas operações ligadas à representação. Assim, o concretismo plástico que se desenvolveu no Brasil na década de 1950 — um grupo de artistas sensibilizados com a idéia de se buscar alternativas para o mundo pós-Segunda Guerra — postulava tanto a autonomia da arte com relação a conteúdos ideológicos quanto a objetividade e a racionalidade de seu processo criativo. O modelo dessa tradição construtiva seria o suíço Max Bill, que revolucionou a primeira metade do século XX ao incorporar processos matemáticos à produção artística, firmemente imbuído da idéia de integrar a arte na sociedade industrial. Brito também cita a Escola Superior da Forma, em Ulm, na Alemanha, que atualiza os princípios da Bauhaus para as circunstâncias históricas da década de 1950. Assim, tanto o concretismo suíço quanto o alemão conferem um alto valor à racionalidade programática, compartilhando a concepção de que a cultura deve ser autônoma (não ideológica), especializada, e que exige um programa institucional — no caso, estatal (Brito, 1999).

Ronaldo Brito argumenta que, no contexto do início da década de 1950, optar pela arte concreta significava assumir uma “estratégia cultural universalista e evolucionista” (1999, p. 39). No caso brasileiro, tratava-se da entrada do *ethos* vanguardista, mais interessado na idéia de ruptura do que em

manter uma continuidade com tradições há muito instauradas. Para viabilizar a pesquisa artística, prática coerente com o momento histórico marcado pelas transformações na produção industrial, recorria-se a fundamentos científicos (matemáticos e cibernéticos, entre outros). A palavra de ordem era portanto “invenção”, um jogo que, segundo Ronaldo Brito, “consistia em manipular inventivamente as formas, produzir uma ordem maximal de informações visuais, estabelecer processos semióticos que forçassem o espectador a romper os esquemas convencionais de percepção e exercitar-se na nova ordem proposta” (Brito, 1999, p. 39-40). Este procedimento radical de recusa a formas convencionais, como mostra Brito, tem proximidade com o da poesia concreta, em sua busca de novas linguagens e seu repúdio a toda a estruturação discursiva da poética convencional. Se nas artes visuais procuravam-se alternativas aos esquemas advindos da estética renascentista, com as suas noções de perspectiva e de figura e fundo, na poesia buscava-se romper com o “raciocínio linear” da organização sintática e lógico-discursiva predominante (Brito, 1999, p. 40).

Também fortemente ancorada nesses pressupostos construtivistas, a poesia concreta lançou as suas bases no Brasil entre meados da década de 1950 e início da de 1960. Seu programa estético levantou um leque de questões que não concerniam exclusivamente à literatura; pelo contrário, sobrepunha-se às demarcações convencionais do campo cultural e compartilhava problemas e soluções com as artes plásticas, a arquitetura, a música e outras linguagens artísticas. As artes plásticas, em sua tendência abstracionista que examinamos anteriormente, introduziram uma série de princípios que foram compartilhados pelos concretistas. Não por acaso, foram estreitos os contatos entre os poetas concretos e os artistas plásticos de linha construtivista. Assim, a I Exposição Nacional de Arte Concreta de 1956 reuniu no MAM de São Paulo quadros e esculturas de artistas paulistas e cariocas, e também poemas concretos em cartazes.

Ao proporem uma série de novos postulados estéticos e questionarem premissas há muito assentadas na tradição cultural, poetas, músicos e artistas plásticos, entre outros, instituíram no período alguns antagonismos que tiveram continuidade na década de 1960 e nas seguintes. E quais são os pontos que definiram esses antagonismos? Um primeiro ponto, básico para o

projeto construtivo, referia-se à discussão a respeito da objetividade como procedimento estético, e a conseqüente negação de qualquer forma artística subjetivista. O segundo ponto — a postura universalista — introduzia num cenário impregnado por assertivas de cunho nacionalista uma perspectiva cosmopolita para a arte.

Tal como se depreende dos ensaios e manifestos de Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari, produzidos a partir de meados da década de 1950 e reunidos em *Teoria da poesia concreta*, como também de escritos posteriores, a perspectiva objetivista pressupõe, num primeiro momento, uma visão positiva do mundo contemporâneo, o que envolve, apesar de algumas contradições, a aceitação da cultura de massa. Haroldo de Campos, em texto de 1956, declara o seguinte:

a POESIA CONCRETA é a linguagem adequada à mente criativa contemporânea permite a comunicação em seu grau + rápido prefigura para o poema uma reintegração na vida cotidiana semelhante à que o BAUHAUS propiciou às artes visuais: quer como veículo de propaganda comercial (jornais, cartazes, cinema etc.), quer como objeto de pura fruição (funcionamento da arquitetura, p. ex.), com campo de possibilidades análogo ao do objeto plástico substitui o mágico, o místico e o “maudit” pelo ÚTIL. (Campos, Augusto, et al. 1975, p. 48)

Em outro artigo, datado de 1957, Haroldo afirma:

Jules Monnerot descreve o poeta moderno como “um mágico sem esperança”. A poesia concreta elimina a mágica e devolve a esperança. Desaparece o “poeta maldito”, a poesia “estodomístico”. O poema passa a ser um objeto “útil”, consumível, como um objeto plástico. A poesia concreta responde a um certo tipo de “forma mentis” contemporânea: aquele que impõe os cartazes, os “slogans”, as manchetes, as dicções contidas no anedotário particular etc. O que faz urgente uma comunicação rápida de objetos culturais. A figura romântica, persistente no sectarismo surrealista, do poeta “inspirado”, é substituída pela do poeta factivo, trabalhando rigorosamente sua obra, como um operário um muro” (Campos, Augusto, et al. 1975, p. 52).

Ancorados por essa perspectiva positiva, os concretos vão encontrar interlocutores que comungam da mesma visão de arte principalmente entre os artistas plásticos e arquitetos, e não propriamente no meio literário. Era comum, por exemplo, aos grupos construtivistas — tanto nas artes plásticas quanto na poesia — uma avaliação um tanto restritiva das experiências vanguardistas da virada do século. Por mais que admirassem os procedimentos radicais de ruptura com a arte canônica adotados pelos surrealistas, futuristas e dadaístas, por exemplo, tinham muitas objeções a fazer à sua proposta estética. Em outras palavras, admiravam o gesto, mas discordavam da forma, no caso dos futuristas, por causa de sua falta de “organização construtiva” que resulta de sua “cinemática descritiva”, seu “freneticismo subjetivista” e seu “ultra-romantismo hipostasiado na máquina” (Campos, Augusto, et al. 1975, p. 97); no caso dos dadaístas, por sua postura niilista; e no dos surrealistas, devido ao seu irracionalismo, seu “automatismo psíquico”, seu “caos poético individualista e indisciplinado, que não conduz a qualquer tipo de estrutura e permite [...] uma espécie de ‘comunismo do gênio’” (Campos, Augusto, et al. 1975, p. 100).

Os maiores antagonistas, portanto, eram os cultores da subjetividade, em qualquer forma que se expressasse, e os artistas que se contentavam com a rebeldia sem maiores compromissos com a pesquisa de uma forma adequada ao mundo contemporâneo. E que forma seria essa? De acordo com os concretistas, uma poesia mais visual e menos discursiva, na medida em que eles faziam uma leitura do espírito contemporâneo como “antidiscursivo e objetivo par excelência” (Campos, Augusto, et al. 1975, p. 99). Os procedimentos rejeitados eram associados a uma produção do tipo artesanal, anacrônica demais para dar conta da complexidade de um mundo em constante transformação, o que levava os concretistas a postular uma produção industrial. O Bauhaus, por exemplo, se converteria no melhor exemplo de atualidade e positividade, pois “a conjunção do útil com o belo”, segundo Pignatari, “tornou-se uma tentativa necessária” (Campos, Augusto, et al. 1975, p. 109).

A partir dessas premissas básicas, torna-se mais fácil entender por que os concretistas não reconheceram como válida a “arte engajada”, promovida por poetas seus contemporâneos. Avessos a qualquer realismo, rejeitaram também a categoria “povo”, tão valorizada, por exemplo, pelos membros do

CPC (Centro Popular de Cultura), criado no início da década de 1960. A esta categoria procuraram contrapor uma outra, segundo eles mais atualizada: “massa”. Historicamente, quando se lida com a noção de “povo” presume-se um compromisso ético do artista com a “realidade” social. Já o termo “massa” indica uma integração estética com o mundo contemporâneo, ou mesmo o procedimento, analisado por Ronaldo Brito, de “estetizar a política” (1985, p. 54).

Pode-se dizer que essa forma pós-modernista de equacionar a relação entre a cultura erudita e a popular propiciou o aparecimento, pelo menos no caso concretista, de uma tensão entre as concepções de “erudito” e de “massa”. Isto se dá, num primeiro momento, pelo fato de que a aceitação das inovações do domínio da cultura de massa não significa uma adaptação à linguagem “mediana”: ou seja, se a forma capta e responde às novidades introduzidas pela moderna sociedade industrial, isto se faz sem que necessariamente se reproduza a linguagem social. Um tal procedimento seria totalmente avesso ao programa concretista, na medida em que este postulava, e com muita ênfase, o “exercício da função poética da linguagem”, a qual, segundo Haroldo de Campos, se volta para “o lado sensível e palpável dos signos lingüísticos”. De acordo com essa análise, há uma hierarquia que deve ser observada para que se dê a realização poética; assim, ainda que o poeta possa recorrer a outras funções da linguagem — como a descritiva (poesia épica clássica) ou a expressiva (poesia lírica romântica) — não pode deixar que estas sobrepujem a função poética ou configuradora da mensagem, ou seja, aquela que põe em destaque a própria materialidade do signo (Campos, H. 1969, p. 147).

Esse aspecto da experiência concretista marca a posição singular não só dos poetas paulistas mas do projeto construtivo em geral em meio às vanguardas estéticas. Isto porque o que se nota com relação ao procedimento das vanguardas historicamente configuradas no final do século XIX e início do século XX, é que o antagonismo dirigido ao público costuma vir acompanhado de uma rejeição à ordem histórica e social (Poggioli, 1968) — o que não é o caso, como vimos, dos construtivistas. Essa questão será retomada mais adiante, no momento de análise do projeto concretista de integração estética com o novo mundo que se delineia.

## A RELEITURA DA TRADIÇÃO

Convém observar que a valorização do momento presente pelos concretistas não pressupõe simplesmente uma visão evolutiva das formas artísticas; pelo contrário, o *paideuma* construído pelos concretistas também incorpora uma perspectiva sincrônica. Em outras palavras, pode-se dizer que os poetas que compõem a sua genealogia são valorizados pelo que cada um representou em termos de inovação em seu tempo específico. Assim, Mallarmé e Pound se igualam aos concretistas na tentativa de falar a linguagem de sua própria época, o que requer sempre, para cada um deles, uma boa dose de criatividade e um espírito combativo contra os tenazes cultores do passado. É nessa acepção que Haroldo de Campos diz que a “tradição viva é moderna”. Em trabalho posterior, de 1969, Haroldo de Campos, em sua postulação de uma “poética sincrônica”, recorre a Roman Jakobson, que diz: “A descrição sincrônica considera não apenas a produção literária de um período dado, mas também aquela parte da tradição literária que, para o período em questão, permaneceu viva ou foi revivida. [...] A escolha dos clássicos e sua reinterpretação à luz de uma nova tendência é um dos problemas essenciais dos estudos literários sincrônicos” (Jakobson, *apud* Campos, H., 1969).

O *paideuma* concretista se desenha, portanto, nesse período de gestação de uma nova proposta estética, a partir de Pound, com suas produções e seus ensaios críticos, de Fenollosa e sua recuperação do ideograma chinês, de Apollinaire e seus caligramas, de Cummings e outros. Entre os brasileiros, valorizam-se alguns representantes da tradição modernista, como Mário de Andrade e principalmente Oswald de Andrade, pela sua poética antimetáforica e suas formulações estéticas, e João Cabral, que teria proferido o “primeiro ataque lúcido contra o jargão lírico e a peste metafórico-liriferante que assola a poesia nacional e mundial”.

Coerentes com a sua perspectiva sincrônica de avaliação do passado, os concretistas não promovem uma ruptura com toda a tradição literária, como se sua proposta significasse uma edificação totalmente nova a partir de um ponto zero. Rompem, na verdade, com certas tradições, como a retórico-discursiva — representada por exemplo, pela literatura “ornamental” do início do século, que acabaria funcionando, segundo Haroldo de Campos, como

um “jargão de casta” — e a subjetivista configurada pelo lirismo romântico. E se o modernismo de 1922, principalmente o de Mário e Oswald, é bastante valorizado, isso não significa que eles não reconheçam o valor de procedimentos anteriores. Assim, concordam com Lúcio Costa quando este compara a arquitetura de Niemeyer à arte barroca de Aleijadinho.

É nesse sentido que a leitura da tradição feita pelos concretistas difere essencialmente daquela promovida por Antonio Candido, em 1959, em *Formação da literatura brasileira*. Nesse livro, Candido distingue o que chama de “literatura propriamente dita” — um “sistema” de obras ligadas por denominadores comuns — de “manifestações literárias”, definidas negativamente como obras que não apresentam os requisitos suficientes para serem representativas de um sistema. Os denominadores comuns que unificam as obras do primeiro tipo seriam as “características internas”, constituídas pela língua, pelos temas e imagens, e “certos elementos de natureza social e psíquica, embora literalmente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização”. Entre esses últimos elementos se distinguiriam também “um conjunto de produtores literários”, “um conjunto de receptores” e “um mecanismo transmissor” que liga produtores e receptores. Todos estes elementos promovem uma “comunicação inter-humana” através da literatura, que aparece assim como “sistema simbólico”. O aspecto sistêmico da atividade literária, segundo Candido, é imprescindível para assegurar a tradição na medida em que o conjunto dos elementos transmitidos forma padrões de pensamento ou de comportamento que passam a constituir referências básicas (Candido, 1997, p. 23-24).

Se este aspecto sistêmico — social — é importante para Candido, não se pode dizer o mesmo com relação aos concretistas. Para eles, a tradição literária é constituída exclusivamente de um conjunto de obras que dialogam entre si; a tematização de determinados elementos sociais, a formação de um gosto, a existência de um público — tais coisas não fazem parte da literatura, que é concebida em termos exclusivamente estéticos. O que importa, para os concretistas, é a presença de determinados elementos de forma e de atitude perante a obra de arte — uma postura inaugural, construtiva, objetivista, não-expressionista. As obras que compartilhem destes elementos, independentemente da época em que tenham sido produzidas, são vistas como inventivas,

atuais. Como vimos, dentro desta perspectiva, convivem lado a lado, sincronicamente, Mallarmé, Pound, Cummings, Oswald, o Mário de *Macunaima* e Cabral. O tipo de gesto inaugural atribuído pelos concretistas aos escritores que compõem o seu *paideuma*, embora circunscrito ao plano estético, evoca o valor conferido por Nietzsche (1985) às biografias dos homens que lutam *contra* sua época e a sua rejeição da história que condiciona o homem às circunstâncias do seu tempo.

#### COSMOPOLITISMO

Talvez seja mais adequado dizer que, num cenário avesso a formulações de cunho universalista, como era o caso da discussão cultural e política na década de 1950 e início da década de 1960, os concretistas se propunham não tanto a cunhar uma política explicitamente cosmopolita quanto a incentivar o debate em torno da reformulação do conceito de nacionalismo. Esse cuidado tem a sua razão de ser, pois não se pode deixar de observar que os poetas paulistas só encontraram interlocutores para a discussão de uma estética livre de amarras nacionais entre músicos e artistas plásticos, como foi mencionado anteriormente. Os concretistas não se mostraram indiferentes à temática do momento e ao jargão que lhe é característico. Assim, portanto, o grupo se propôs a discutir a relação entre “vanguarda” e “subdesenvolvimento”, dialogando, por exemplo, no início da década de 1960, com os membros da revista *Tendência*, publicada em Minas Gerais por Rui Mourão, Fábio Lucas e Affonso Ávila. Desse encontro resultou artigo de Haroldo de Campos, intitulado “A poesia concreta e a realidade nacional”, publicado em *Tendência* n° 4, de 1962. Nesse artigo, Haroldo — baseando-se na “redução sociológica”, categoria criada por Guerreiro Ramos — postula um “nacionalismo crítico”, que colocaria o nacional e o universal numa “correlação dialética”. Neste sentido, segundo Guerreiro Ramos, da mesma forma que se processa no campo econômico, com a indústria automobilística brasileira, uma “redução tecnológica”, “em que se registra a compreensão e o domínio do processo de elaboração de um objeto que permitem uma utilização ativa e criadora da experiência técnica estrangeira” (Guerreiro Ramos, *apud* Cam-

pos, Haroldo de, 1979, p. 30), é possível, no campo da arte, de acordo com Haroldo de Campos, “reelaborar criticamente, numa situação nacional, o dado técnico e a informação universal, para, através de um salto qualitativo, afirmar-se uma poesia como produto acabado de vigência inclusive para esse universal, cuja universalidade não mais poderá ser definida com a necessária abrangência sem tomar conhecimento dessa contribuição nacional”.

O universalismo proposto pelo grupo paulista não prescinde, portanto, do elemento nacional, desde que redefinido e questionado em suas premissas convencionais, como se dá com a proposta antropofágica para a cultura brasileira, que os concretistas recuperaram de Oswald de Andrade. Trata-se de ver a saída para a nossa pobreza estética através da combinação — ou melhor, da relação dialética — entre elementos internos (nacional, feminino, natural) e externos (masculino, domínio da técnica), o que pressupõe de antemão a forma “devorativa” dos nativos de incorporar os ingredientes externos, devolvendo-os transformados à metrópole (Moriconi, 1980).

As vanguardas construtivistas assumem uma postura de integração — estética — com o mundo. E se o mundo em princípio é aceito, por outro lado parte-se do pressuposto de que ele não se encontra concluído; pelo contrário, o que se delineia é um mundo — singular, projetado e almejado — em construção. Acredita-se que há um modelo de sociedade — o industrial — que tem se tornado predominante e que segue a sua marcha inexorável principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial. Daí a analogia, já observada por outros autores, entre a experiência construtivista e o “desenvolvimentismo” do período JK. A propósito da poesia concreta, Italo Moriconi argumenta que seus cultores também se alimentam da “confiança no futuro inspirada pelo desenvolvimentismo modernizante do Governo Kubitschek”, assim como tomam parte do “movimento popular, democrático e nacional-revolucionário do início dos anos 60” (Moriconi, 1986).

Quanto às artes plásticas, Ronaldo Brito chama a atenção para a “estreita ligação entre a penetração construtiva e o projeto desenvolvimentista brasileiro”, chegando a dizer que o concretismo e o neoconcretismo “eram parte de uma mesma estratégia cultural”. O concretismo ambicionava participar diretamente da produção industrial, buscando, como seus modelos europeus, “transformar o ambiente social contemporâneo”. Lutava abertamente con-

tra o subdesenvolvimento e as culturas remanescentes do humanismo, com suas “verdades espirituais imutáveis” (Brito, 1985, p. 53).

É interessante observar como a própria *persona* de Juscelino reflete esta tensão entre a disposição de se integrar a uma ordem emergente e a disposição para ousar, na medida em que tal ordem ainda se projeta e exige, portanto, o gesto inaugural. Daí a distância que o governante apresenta dos estereótipos do “mineiro típico” ou do “pessedista mineiro”, tanto pelo radicalismo de suas atitudes em seu empenho “modernizante” quanto pelo seu lado boêmio e extrovertido. É como se o sobrenome Kubitschek estivesse mais de acordo com a sua figura pública do que o Oliveira, mais ligado à tradição mineira — ou ibérica. Muito a propósito, Ronaldo Brito comenta como os projetos construtivos ocidentais se identificam com a posição política social-democrata, dada a natureza reformista de tais projetos.

#### A MÚSICA MODERNA NO BRASIL

Numa trajetória semelhante à das artes plásticas, a música erudita adquire contornos modernos no Brasil — e não modernistas, isto é, voltados para a idéia de construção da identidade nacional — a partir do final da década de 1930, principalmente com a fundação do movimento Música Viva, a cargo de Hans-Joachim Koellreutter e músicos brasileiros proeminentes, como Cláudio Santoro e Guerra Peixe. Alemão de nascimento e com passagem pela Suíça, Koellreutter, enquanto desenvolve sua formação musical (flauta, piano, musicologia, composição e regência) em Berlim, funda em 1935, com outros músicos alemães, o Círculo de Música Nova. No ano seguinte, em Genebra, juntamente com Franck Martin, participa da fundação do Círculo de Música Contemporânea. Ao se envolver com atividades políticas antinazistas, é expulso da instituição alemã onde estudava, o que o leva a completar seus estudos no Conservatório de Música de Genebra. Em 1937, vem definitivamente para o Brasil onde, logo em seguida, não só busca dar continuidade aos movimentos musicais já empreendidos na Europa como também introduz os princípios do dodecafonismo musical (Kater, 2001).

Discute-se muito sobre a precedência de um ou outro músico na criação da música dodecafônica. Independente, entretanto, de questões de primazia, Arnold Schoenberg destaca-se no cenário das experimentações estéticas do início do século XX, principalmente entre 1906 a 1923, ao levar às últimas conseqüências o seu plano de revolucionar a linguagem musical. Num primeiro momento, em companhia de dois discípulos, Alban Berg e Anton Webern, o compositor exercita o atonalismo, abolindo a “harmonia tonal” e, conseqüentemente, as “relações funcionais existentes entre os sons e a negação de uma série de formas consagradas” (Moraes, 1983, p. 49). Em 1912, Schoenberg divulga *Pierrot Lunaire*, composição em que introduz o *Sprechgesang* (canto recitado) e a utilização dos instrumentos de maneira polifônica. As primeiras obras dodecafônicas de Schoenberg datam da primeira metade da década de 1920, como partes de *Peças para Piano*, de *Serenata* e integralmente em *Suítas para Piano*. J. J. de Moraes assim define a nova técnica:

todos os sons (alturas) empregados em determinada partitura deveriam surgir de uma série dodecafônica de base. A série comportaria, sem repetição, os doze sons da gama temperada e poderia ser empregada em seus aspectos fundamentais: original, inversão (ou espelhamento), retrogradação (apresentação do fim ao início) e inversão da retrogradação. Com isso o compositor teria 48 sons de base a partir dos quais conceberia as linhas horizontais (que anteriormente se chamavam melodias) e verticais (os antigos acordes) da peça. E como a série poderia, em princípio, ser transposta para outros tons, isso enriquecia consideravelmente o material de base colocado à disposição do compositor (Moraes, 1983, p. 50).

É curiosa a convergência das trajetórias de Schoenberg e de Koellreuter. Um e outro se projetam não apenas como músicos inconformados com o apego a velhas tradições musicais, mas também como formadores; ambos, além de compositores profícuos, reúnem em torno de si vários discípulos. E tal como acontece com Koellreuter, que se exila no Brasil por problemas políticos, Schoenberg é obrigado a se refugiar nos Estados Unidos a partir de 1933, por ser de origem judaica e figura proeminente de um “movimento de música ‘decadente’ — um representante da ‘arte degenerada’”, segundo as concepções nazistas (Moraes, 1983, p. 70).

Quanto a Koellreuter, Vasco Mariz (1985) ressalta o seu “brilho pessoal” e sua “inteligência”, atributos responsáveis, em parte, pela “onda dodecafonista” da década de 1940 no Brasil. Mariz acrescenta que Koellreuter significou para a geração de Cláudio Santoro e Guerra Peixe o que foi Mário de Andrade para a geração anterior, colocando-se sempre como “o líder espiritual, o teórico do grupo, a cabeça pensante e orientadora que interpretava a literatura, às vezes indecifrável, que vinha da Europa” (Mariz, 1985, p. 259).

Em 1942, talvez para se afastar do “ambiente fortemente romântico e nacionalista de grupos artísticos ligados a Villa-Lobos” (Contier, 1991, p. 17), Koellreuter abandona o Rio de Janeiro e vai para São Paulo, tornando-se professor do Instituto Musical. Retorna ao Rio em 1944, onde tenta novamente reunir um grupo de compositores e intérpretes interessados em desenvolver projetos musicais modernos. O empreendimento tem sucesso e neste mesmo ano Koellreuter e os músicos a ele ligados lançam o Manifesto Música Viva, o primeiro de uma série.

Ao longo da década de 1940, através desse primeiro manifesto de 1944 e de conferências de Koellreuter, como “Problemas da música brasileira”, proferida em 1943, o Música Viva assume posições cada vez mais ofensivas contra a tradição musical com discursos de forte teor vanguardista, conclamando a um “mundo novo” e a uma “revolução espiritual”, entre outros temas (Manifesto 44, apud Kate, 2001, p. 54). Ao proceder desta forma, o Música Viva provoca polêmicas e cria divisões políticas no meio musical. No segundo e terceiro manifestos do grupo, de 1945 e 1946, radicalizam-se algumas posições, notadamente as que remetem ao engajamento do artista nos problemas “do povo e da humanidade” (Manifesto 46 apud Kate, 2001, p. 59). Nota-se, no Manifesto de 1946, o teor socialista, com a utilização de terminologias marxistas, como a noção de “superestrutura” aplicada à música. Aparece também com muita força nesse manifesto a rejeição dos postulados da arte pela arte e a defesa de uma concepção utilitária para a criação artística, com o conseqüente engajamento do músico na realidade social e cultural.

Arnaldo Contier (1991) afirma que nesse momento (meados dos anos 1940), com o engajamento político de alguns compositores, afloram as discussões em torno da “função social da música”. Koellreuter passa então a

atribuir as concepções hedonísticas da arte aos críticos burgueses (sinônimo de “conservadores”), fazendo uma defesa radical de uma arte “funcional” e compatível com os rumos da revolução socialista (Contier, 1991, p. 20). Neste mesmo ano de 1946, em artigo intitulado “O músico criador no Estado Socialista”, Koellreuter se declara inteiramente contrário ao capitalismo, o que é perfeitamente coerente com a simpatia que ele e Santoro manifestam pelo Partido Comunista Brasileiro (Contier, 1991).

A perspectiva universalista aparece, no Manifesto de 1946, na crítica ao “falso nacionalismo em música”, que “exalta sentimentos de superioridade nacionalista na sua essência e estimula as tendências egocêntricas e individualistas que separam os homens” (Manifesto 46, apud Kate, 2001, p. 65). Segundo Vasco Mariz (1985), essa orientação internacionalista do Música Viva seduziu os músicos que procuravam alternativas para as práticas modernistas de recriação dos sons folclóricos. Assim, a orientação estética dos atonalistas brasileiros, contrária à incorporação do folclore, acabou modificando o *lied* (ou canção) brasileiro, como, por exemplo, a canção feita por Cláudio Santoro em cima de *A menina boba*, de Oneida Alvarenga.

Não obstante o universalismo, Arnaldo Contier (1991) chama a atenção para as continuidades existentes entre a geração do modernismo musical, representada por Mário de Andrade, Andrade Muricy e outros, e a geração seguinte, marcada pela presença de Koellreuter e Cláudio Santoro, ao se pautarem todos pelas concepções de “evolução”, “progresso” e “dependência cultural” (Contier, 1991, p. 14-15). Koellreuter, entretanto, atualiza essas concepções estético-culturais em meados da década de 1940, momento em que se desenvolveria, no Brasil, uma etapa do capitalismo caracterizada pela industrialização e pelo crescimento urbano. Ao contrário do modernismo musical, que valorizava a recriação dos repertórios folclóricos e rurais, a proposta de Koellreuter visava extinguir esses resquícios de uma sociedade agrária e pré-capitalista. Afinal, segundo ele, a estética do Música Viva responderia à nova etapa do capitalismo projetada para o Brasil, caracterizada pela industrialização e pelo desenvolvimento urbano (Contier, 1991).

Em artigo de 1947, por exemplo, fundamentando-se nessa orientação evolucionista, Koellreuter propõe uma nova periodização para a história da arte brasileira, que divide em “dois momentos”: o da “geração dos mestres”,

representada pelo modernismo nacionalista, e o da “geração dos novos”, representada pelos segmentos que aderem ao Música Viva. Se a “geração dos mestres” (Villa-Lobos, Camargo Guarnieri, Lorenzo Fernandez) empreendeu rupturas com a tradição clássico-romântica europeia, a “geração dos novos” (Cláudio Santoro e Guerra Peixe) introduziu definitivamente no Brasil uma estética afinada com o “cenário internacional da Arte Culta” (Contier, 1991, p. 19). É nesse sentido que Koellreuter vê, através do Música Viva, a superação da “etapa nacionalista”, na medida em que os adeptos do Movimento se comprometeriam com “tendências mais radicais da arte moderna”. Assim, segundo Contier, reinterpreta-se a idéia de revolução tanto política quanto estética a partir desse ângulo evolucionista, o que permite não só justificar como também “exaltar” e “mitificar” figuras da “geração dos mestres”, como Villa-Lobos, Camargo Guarnieri e Francisco Mignone que, na “fase” ou “etapa” em que viveram (Contier, 1991, p. 19), conseguiram, de maneira eficiente, se projetar no cenário artístico internacional. Contier então conclui: “o Manifesto 1946 defendia o universalismo como [...] fase de emancipação [...] de preparação e de construção de um estilo novo, livre e universal” (Contier, 1991, p. 19).

O movimento é fortemente abalado em 1948, como decorrência do II Congresso Internacional de Compositores e Críticos Musicais, realizado em Praga entre 20 e 29 de maio. Neste Congresso, grande parte dos músicos — inclusive os adeptos do Música Viva — aderem às teses stalinistas do “realismo socialista” e são orientados a conceber os experimentalismos musicais, como o dodecafonismo praticado por Koellreuter, como arte “burguesa decadente”. Na verdade, Arnold Schoenberg, o criador do dodecafonismo musical (após ter empreendido várias experiências com a música atonal), foi um artista extremamente combatido tanto pelo nacional-socialismo alemão quanto pelo comunismo implantado na União Soviética. Na Alemanha nazista, as práticas musicais e os procedimentos dos músicos dodecafônicos, profundamente engajados com o projeto de se buscar novas formas e de romper com as convenções estéticas, eram associados a táticas dos judeus que visariam impor os seus valores e destruir as tradições germânicas há muito instituídas. No caso da Rússia stalinista, a linguagem dodecafônica seria a expressão por excelência do *ethos* pequeno-burguês (Moraes, 1983). Em

suma, tornou-se comum, entre políticos e críticos de arte comprometidos com regimes políticos nazistas e stalinistas, entre as décadas de 1920 e 1940, conceber os movimentos vanguardistas que surgiram no início do século XX, nas artes plásticas, na música e em outras áreas culturais, como “símbolos da decadência da arte” (Contier, 1991, p. 6).

O engajamento político dos adeptos do Música Viva com a linha do socialismo soviético levou-os ao rompimento com as práticas dodecafônicas e atonais e à retomada do nacionalismo musical. Vasco Mariz argumenta que vários componentes do grupo Música Viva “transformaram-se em fervorosos adeptos da música nacionalista, com base no mesmo folclore que antes desprezavam tanto” (Mariz, 1985, p. 261). De acordo com Gilberto Mendes, isso também em muito se deve à repercussão que teve no Brasil o Manifesto Zhdanov. É portanto neste contexto impregnado pelas idéias do realismo socialista que Camargo Guarnieri divulga em novembro de 1950 no Estado de São Paulo uma Carta Aberta, onde afirma que “o dodecafonismo, em Música, corresponde ao Abstracionismo, em Pintura, ao Hermetismo, em Literatura, ao Existencialismo, em Filosofia, ao charlatanismo, em Ciência... É a expressão característica de uma política de degenerescência cultural, um ramo adventício da figueira-brava do Cosmopolitismo...” (Camargo Guarnieri, *apud* Mendes, 1991, p. 39-40).

Há uma certa ironia no fato de que os compositores apegados à tradição do nacionalismo modernista, mesmo sem vínculos anteriores com as correntes de esquerda, foram os que mais facilmente abraçaram as diretrizes do II Congresso de Praga (Contier, 1991). Vasco Mariz sustenta a opinião de que a geração de 1940, adepta do Música Viva e de posições antinacionalistas, teria existido como um breve hiato num meio musical profundamente propenso a dar continuidade às lições de Mário de Andrade, no sentido de valorizar os textos folclóricos das mais diferentes regiões do país. Assim, após a dispersão do grupo ligado ao Música Viva, teriam se revigorado as pesquisas científicas do material regional, com a ida de Guerra Peixe para o Recife, onde se põe a estudar os maracatus, com as pesquisas realizadas por Camargo Guarnieri em São Paulo e com a divulgação de novos trabalhos pela Comissão Nacional de Folclore, o que favorece, segundo Mariz, “a eclosão de um novo surto da canção nacionalista” (Mariz, 1985, p. 261).

Ao que parece, Koellreuter e os poucos adeptos do Música Viva mantiveram contatos com artistas de outras áreas, como os poetas concretos, com quem compartilhavam a perspectiva vanguardista e a rejeição a determinadas tradições estéticas. Assim, Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari freqüentaram a Escola Livre de Música de Koellreuter e lá travaram contato não apenas com a música de Schoenberg e seus seguidores, mas também com as novas tendências representadas por Boulez, Stockhausen, Berio e Nono (Campos, A., 1986).

#### CONCLUSÃO

Os três movimentos analisados — o abstracionismo nas artes plásticas, o concretismo na poesia e o dodecafonismo na música — compartilham diversas idéias e procedimentos. Suas palavras de ordem são comuns: objetividade, concretude, racionalidade, funcionalidade, universalismo e desenvolvimento. Suas atitudes apresentam o mesmo componente combativo, típico das *performances* vanguardistas. E um aspecto que chama a atenção nessas experiências construtivistas é a sua tentativa singular de equacionar procedimentos historicamente incompatíveis. Assim, por exemplo, tanto os artistas plásticos de linha abstracionista quanto os poetas paulistas, transitando no terreno do erudito, defendiam a integração do artista na sociedade industrial. No caso dos poetas concretos, a postura afirmativa se estende à cultura de massa. Tal defesa, como já vimos, parte do pressuposto de que o mundo novo que se descortina — a “moderna sociedade industrial” e, conseqüentemente, a “cultura de massa” — é inevitável; daí a necessidade de se integrar a ele. Mas trata-se de uma integração que não dispensa rupturas, na medida em que há um projeto construtivo que seleciona alternativas possíveis para a edificação desse mundo. Em outras palavras, a própria idéia de construção pressupõe não a presentificação, mas a preparação do futuro.

A valorização da cultura de massa coloca os poetas concretistas numa posição *sui generis* entre as vanguardas, que na maioria das vezes adotaram uma posição de antagonismo com relação às massas. De acordo com Renato

Poggioli (1968), o conflito recorrente no contexto das vanguardas é justamente o desencadeado contra a cultura de massa, pelo fato de os vanguardistas perceberem, entre outras coisas, que essa cultura não vem do povo, mas é feita para o povo. Também a propósito, Matei Calinescu (1987) analisa a relação hostil estabelecida entre as duas configurações de modernidade no século XIX: a científico-tecnológico-econômica e a estética. A primeira, referente à idéia burguesa de modernidade, daria continuidade ao “moderno”, ao “progresso”, ao “tempo mensurável” (valor financeiro), ao culto à razão, ao humanismo abstrato, ao pragmatismo e ao culto da ação e do sucesso. Em contraste, a outra modernidade — geradora da vanguarda — negaria os valores de classe média, manifestando essa aversão através de rebelião, anarquia, apocaliptismo e auto-exílio aristocrático. O que define a modernidade cultural, segundo Calinescu, é sua rejeição categórica da modernidade burguesa.

Já analisamos anteriormente o fato de que, a despeito de valorizar a cultura de massa, os poetas concretos, na verdade, não fogem à experiência de lidar com um público mais selecionado, mais intelectualizado, dada a própria sofisticação de sua proposta estética experimental, de “invenção”. Em seu estudo sobre as vanguardas, Renato Poggioli (1968) atribui-lhes um procedimento semelhante ao que verificamos entre os poetas concretistas, chamando a atenção para a antinomia típica que desenvolvem entre linguagem poética e linguagem social. Segundo o autor, seria próprio da natureza da poética vanguardista uma certa obscuridade, visando-se com isto a criação de novos significados dentro da pobreza da linguagem comum. Nesse sentido, a poesia seria equívoca por natureza e teria a ambigüidade como seu efeito mais autêntico. Poggioli associa essa postura à oposição pensada por Nietzsche entre a metáfora e a linguagem comum. O autor também ressalta a atitude do artista moderno em relação ao conceito de “povo”, que não passaria de um mito ou invenção da cultura romântica, e o caráter aristocrático do protesto de vanguarda.

Aqui é importante observar que a discussão do “popular” — referenciado a “classe social”, segundo Marilena Chauí (1980) — empreendida pelos grupos cepecistas no início da década de 1960, envolve necessariamente a definição do que é “genuinamente nacional” na cultura brasileira. Assim, num

ambiente político e cultural dominado pela tendência nacional-popular, os poetas concretistas não se esquivam de formular uma proposta nacional, embora “crítica”. No que diz respeito a uma opção de cunho mais populista, os concretistas são intransigentes, contrapondo à proposta de uma “arte para o povo” uma atitude inspirada nas frases de Oswald de Andrade — “A massa ainda comerá do biscoito fino que fabrico” — e de Maiakóvski — “Sem forma revolucionária não há arte revolucionária”.

Assim, ao sabor das configurações tomadas pelo cenário cultural brasileiro da década de 1940 ao início da década de 1960, impregnado por ideologias de cunho nacional-popular e pelo “conservadorismo” estético da geração de 1945, os concretistas acentuam o aspecto agônico de sua prática e de seu programa, os quais refletem o caráter coletivo do movimento. O pragmatismo inerente à objetividade construtiva cede lugar, então, ao tom apaixonado dos manifestos, cuja modalidade programática e ao mesmo tempo ensaística vai refletir como nunca as tensões do movimento concretista. Ou seja, distante da linguagem metafórica dos manifestos futuristas, ou do humor dos dadaístas, o manifesto concretista assume uma forma que concilia o combativo com o lúdico, o poético com o científico. Assim, o projeto concretista tenta articular as duas modernidades de que fala Calinescu numa proposta totalizante, abraçando o mundo moderno em todas as suas configurações.

Independentemente das contradições entre teoria e prática, e mesmo entre os próprios pressupostos teóricos que fundamentam as teorias estéticas construtivistas, não há como negar, entretanto, o teor fortemente progressista das três tendências artísticas. Os movimentos citados se vincularam, cada um ao seu modo, aos projetos políticos social-democratas que floresceram no mundo pós-Segunda Guerra, abalado com as experiências totalitárias de “esquerda” e de “direita”. Como vimos, alguns — como Koellreuter e seus discípulos — tendiam, em determinados momentos, a assumir uma postura francamente “esquerdista”, socialista, fundamentando os seus textos em categorias marxistas. Andreas Huyssen, refletindo sobre essa questão, faz uma crítica veemente às análises acadêmicas que proliferaram nas últimas décadas, que teriam “mumificado” as práticas das vanguardas históricas como “empreendimento de elite”, omitindo o fato de que o compromisso político de

transformar o cotidiano foi um projeto fundamental desses grupos. Dito de outro modo, se o objetivo de democratizar a sociedade não foi alcançado, isso não significaria que a intenção inicial das vanguardas seria a de hierarquizar, como se estivessem comprometidas com ideais elitistas (Huyssen, 1997, p. 22-23).

Do mesmo modo, tanto os construtivistas das artes plásticas e da poesia quanto os compositores integrantes do movimento Música Viva postulavam o compromisso do artista com a vida. Este tipo de compromisso, atualizado naquele momento histórico específico, significava ajustar os procedimentos estéticos para superar o “subdesenvolvimento”. O país estaria ingressando numa nova “etapa”, caracterizada pela aceleração do processo industrial e pela modernização em todos os planos, do político ao cultural. Portanto, caberia ao artista cooperar — via renovação das linguagens estéticas — para o ingresso do Brasil no concerto das nações. Redefinem-se assim as identidades artísticas: de indivíduos particularmente “inspirados”, como eram vistos na tradição romântica, assumem a condição clássica de “artesãos”, prontos a arregaçar as mangas e reconstruir a nação. Os preceitos da autonomia da obra de arte, quando invocados, aplicavam-se, como no caso dos abstracionistas, aos argumentos de recusa do aprisionamento das artes plásticas à representação realista.

As práticas vanguardistas, caracterizadas por procedimentos radicais de ruptura com determinadas tradições, não mantiveram acesas, entretanto, as suas fagulhas no Brasil. Entraram aqui com bastante força, a partir do final da década de 1930, mas não resistiram às reinterpretações do modernismo que passaram a vigorar, principalmente a partir do início da década de 1960, com a estética nacionalista do CPC e com outros movimentos que surgiram ao longo desta década na música popular. No cenário da música erudita, como já observou Vasco Mariz, revitalizou-se, desde o final da década de 1940, o legado de Mário de Andrade, cujo pressuposto básico era o de recriar, numa transfiguração erudita, os sons populares, ou folclóricos. O canto do cisne dessa tendência de viés construtivista materializou-se no Brasil no terreno da música popular, com as inovações promovidas pela bossa nova. Isentos de programas e pouco afeitos a discussões intelectuais, os compositores que criaram este estilo musical, como João Gilberto e Tom Jobim, procederam,

entretanto, de maneira convergente com as vanguardas construtivistas. Por um lado, romperam com uma longa tradição implantada no Brasil, desde a década de 1930, vinculada a floreios estilísticos tanto na estrutura musical quanto na interpretação, e inauguraram um estilo conciso, racional e funcional. Os músicos bossa-novistas rejeitaram o que consideravam uma diluição do operismo na música popular com o seu sentimentalismo piegas. Por outro, tentaram atualizar a música brasileira, aplicando-lhe procedimentos afinados com as linhas do *cool jazz* e outras criações musicais que seguiam essa linha.

Logo no início da década de 1960, entretanto, como argumentei em trabalhos anteriores (1998 e 2001), a música popular retoma a tradição do “excesso”. Não houve a intenção, por parte da nova geração de compositores, de criar estilos que suplantassem a bossa nova, e sim de atualizar os temas (isto é, politizá-los), sem abrir mão do ritmo e da harmonia bossa-novistas. Assim, em vez do cosmopolitismo e da linguagem universalista da bossa nova, recorrem-se a temas — tanto musicais quanto literários — étnicos e configuradores da identidade nacional. Voltamos, portanto, à antiga obsessão de procurar entender quem somos e “que país é esse”.

## BIBLIOGRAFIA

- Argan, Giulio Carlo. 1988. *Arte e crítica da arte*. Lisboa: Estampa.
- Brito, Ronaldo. 1985. *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Artes Plásticas.
- Calinescu, Matei. 1987. *Five faces of modernity: modernism — avant-garde — decadence — kitsch — postmodernism*. Durham Duke University Press.
- Campos, Augusto de, Campos, Haroldo de e Pignatari, Décio. 1975. *Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960*. S. Paulo: Duas Cidades.
- Campos, Augusto de. 1966. “Uma poética da radicalidade”. In Andrade, Oswald.
- . *Balanço da bossa*. 1968. São Paulo: Perspectiva.
- Campos, Haroldo de. 1969. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo, Perspectiva.
- . jan/mar de 1979. “A poesia concreta e a realidade nacional”. In *Arte em revista* nº 1.
- Candido, Antonio. 1977. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia.

- Chauí, Marilena. “Notas sobre cultura popular”. Março de 1980. In *Arte em revista*, nº 3.
- Cocchiarale, Fernando e Geiger, Anna Bella. 1987. *Abstracionismo geométrico e informal: a vanguarda brasileira nos anos cinquenta*. Rio de Janeiro: FUNARTE.
- Contier, Arnaldo Daraya. maio de 1991. “Memória, história e poder: a sacralização do nacional e do popular na música (1920-50)”. In *Revista Música*, ECA/USP, vol. 2, nº 1.
- Gullar, Ferreira. março de 1980. “Cultura posta em questão”, in *Arte em revista*, nº 3.
- Huysen, Andreas. 1997. “A dialética oculta – vanguarda – tecnologia – cultura de massa”. In *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro. UFRJ.
- Jameson, Fredric. 1985 “Sartre e a história”. 1985. In *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec.
- Kater, Carlos. 2001. *Música Viva e H. J. Koellreuter: movimentos em direção à modernidade*. São Paulo: Musa Editora/Através.
- Mariz, Vasco. 1985. *A canção brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Mendes, Gilberto. Maio de 1991. “Música moderna brasileira e suas implicações de esquerda”. In *Revista Música*, vol. 2, nº 1, ECA/USP.
- Moraes, J. Jota de. 1983. *Música da modernidade*. São Paulo, Brasiliense.
- Moriconi, Jr., Italo. Maio de 1980. *Intelectuais, poder, nacionalidade e discurso oswaldiano*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Letras da PUC/RJ.
- . Jan/mar. de 1986. “O pós-utópico: crítica do futuro e da razão imanente”. In *Revista Tempo Brasileiro*, 84:69/85.
- Naves, Santuza Cambraia. 1998. *O violão azul: modernismo e música popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- . 2001. *Da bossa nova à tropicália*. Rio de Janeiro: Zahar. (Coleção Descobrimo o Brasil.)
- Nietzsche, Friedrich. 1985. “On the uses and disadvantages of history for life”. In *Untimely meditations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Crises da República: 1954, 1955 e 1961

*Jorge Ferreira*

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Ao longo da década 1930 e na primeira metade da década de 1940, a sociedade brasileira conheceu políticas públicas implementadas por um Estado que, repudiando o liberalismo, passou a intervir nas mais diversas dimensões da vida social. Assim, ideologias políticas de viés autoritário, crescimento e modernização da máquina de Estado, formação de uma burocracia estatal técnica, industrialização, legislação social protetora do trabalho, extensão da educação pública fundamental, valorização de uma estética nacional, entre diversas outras experiências, atingiram os valores, as crenças, os códigos comportamentais e a maneira como homens e mulheres organizavam e davam sentido à realidade que viviam.

Com o fim da censura à imprensa e a livre manifestação política nas ruas, nos primeiros meses de 1945, grupos organizados passaram a defender projetos de sociedade, de economia, de organização social e de cultura. A questão central girava em torno do liberalismo. Retomar a tradição liberal interrompida com a Revolução de 1930, particularmente os princípios de não intervenção do Estado na economia e no mercado de trabalho, ou dar continuidade às políticas públicas estatais intervencionistas passaram a dominar os debates. Assim, embora mais de uma dezena de partidos procurassem representar interesses diversificados, dois grandes projetos passaram a disputar a preferência do eleitorado. Um deles, chamado inicialmente, ainda em 1945, de getulismo, ganharia, pouco tempo depois, o escopo de um programa político consistente, nomeado de trabalhismo e institucionalizado no PTB. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos, valorização do capital humano com redes de proteção social — a exemplo de leis sociais, restaurantes populares, extensão do

ensino fundamental público, fundação de grandes hospitais etc. — permitiram que, na década de 50, os próprios comunistas aderissem às propostas dos trabalhistas. Unidos no plano sindical, trabalhistas e comunistas passaram a defender um projeto para a Nação que se contrapunha ao avanço dos interesses econômicos norte-americanos, portanto nacional, mas com base no fortalecimento do Estado e de empresas estatais, ou seja, estatista. Vamos chamá-lo de nacional-estatista.

Outro projeto, no entanto, seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além das classes médias conservadoras. Defendendo a abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros; ressaltando as virtudes das leis de mercado e negando a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho; espelhando-se nos Estados Unidos e procurando alinhar-se incondicionalmente ao grande país do Norte; desconfiando dos movimentos sociais e da participação popular, em especial do movimento operário e do sindicalismo, definidos, via de regra, como “peleguismo”; enfatizando, no dizer de Maria Victória Benevides (1981), o antigetulismo, o moralismo, o elitismo e o anticomunismo, eis alguns fundamentos do projeto defendido pelos liberais brasileiros ainda em 1945. Definido, aqui, como um projeto liberal-conservador — já que no Brasil, via de regra, o liberalismo é instrumento de conservação da ordem social — era a UDN o grande agrupamento político que defendia um modelo de organização da sociedade nos moldes liberais, embora vários partidos pequenos, em maior ou menor grau, adotassem programas e procedimentos políticos similares.

Durante toda a experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, os dois projetos, em concorrência, disputaram a preferência do eleitorado. No entanto, três momentos resultaram em situações de grande conflito, com a possibilidade, real, de guerra civil no país: a crise de agosto de 1954, o golpe preventivo liderado pelo general Henrique Teixeira Lott em novembro de 1955 e a Campanha da Legalidade em agosto de 1961. Momentos de grande tensão política, os dois projetos mediram suas forças, resultando em graves crises. Crises da República brasileira.

## VARGAS E A CRISE DE AGOSTO DE 1954

Ao assumir a presidência da República, Vargas recebeu de seu antecessor, Eurico Dutra, um quadro de dificuldades econômicas, sobretudo com a retomada do processo inflacionário e o desequilíbrio financeiro no setor público.<sup>1</sup> Assim, o projeto político de Vargas implicava, em um primeiro momento de seu governo, equilibrar as finanças públicas, debelando a inflação; a seguir, retomar o crescimento econômico. Contando inicialmente com a boa-vontade do governo norte-americano, a instalação da Comissão Mista Brasil-Estado Unidos anunciou um vasto programa de investimento em infra-estrutura. A elevação dos preços do café no mercado internacional, igualmente beneficiou seu governo. Até 1952, portanto, a política recessiva deu resultados, sobretudo com superávits no orçamento da União. Contudo, no início do ano seguinte, Vargas deparou-se com uma série de dificuldades, a começar pela vitória do Partido Republicano nas eleições presidenciais norte-americanas. Eisenhower, com sua política de combate ao comunismo e alegando a necessidade de conter gastos públicos, rompeu os acordos da Comissão Mista, enquanto o Banco Mundial passou a cobrar dívidas de empréstimos vencidos. Com a inflação em crescimento e a queda nos salários, em março de 1953 eclodiu, em São Paulo, um grande movimento grevista conhecido como a greve dos 300 mil. Uma reforma ministerial foi a resposta de Vargas, destacando-se, no conjunto do novo ministério, Oswaldo Aranha no ministério da Fazenda, e o jovem político João Goulart na pasta do Trabalho. O primeiro levou adiante uma política econômica ortodoxa; o segundo passou a dialogar com sindicalistas, trabalhadores e comunistas. No entanto, a necessidade de investimentos em infra-estrutura e o reajuste de 100% no salário-mínimo desequilibraram as contas públicas. O pior, no entanto, foi a campanha desencadeada nos Estados Unidos contra o café brasileiro, resultando na queda dos preços internacionais e na redução das exportações do principal produto brasileiro. Tudo contribuía para a deterioração da situação econômica.<sup>2</sup>

Embora a crise econômica atingisse o prestígio do governo, não havia relação direta com uma outra crise, a política. Vargas retornou ao poder pelo voto, mas seu governo foi marcado pela intransigência das oposições em

negociar. Os ataques vinham tanto da UDN quanto do PCB. Por mais que o presidente procurasse acordos e pactos com os udenistas, estes, à exceção de sua ala fisiológica, negavam-se a qualquer possibilidade de compromisso. Da tribuna da Câmara de Deputados, a “banda de música” da UDN, diariamente, atacava o governo. Para os liberais-conservadores, era inconcebível que o ditador do Estado Novo retornasse ao poder, sobretudo por meio do voto. Somente com o recurso da demagogia e pela manipulação de uma massa de eleitores incultos e desinformados um ditador simpático ao fascismo poderia eleger-se. Atacá-lo, denunciá-lo e insultá-lo, negando-se a qualquer aproximação, tornou-se a estratégia dos setores mais radicais da UDN. Segundo Maria Celina D’Araujo, no partido “predomina uma postura intransigente e de não-colaboracionismo, e a UDN passa não apenas a se alhear das funções governamentais, deixando que o governo resolva seus problemas sozinho, como ainda decide dificultar ao máximo e, se possível, obstruir as possibilidades do governo” (1992, p. 124-125). Assim, qualquer atitude de Vargas era vista com desconfiança. Seu ministro do Trabalho, João Goulart, foi denunciado como demagogo, manipulador de sindicatos e fomentador de greves. Um memorial assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis resultou em crise militar e na demissão de João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, que denunciou a assinatura do pacto ABC (Argentina, Brasil, Chile) de resistência à política norte-americana para a América do Sul. A revelação provocou uma nova crise política permitindo que a UDN entrasse com processo de *impeachment* contra Vargas. Com praticamente toda a imprensa hostil, Vargas ajudou Samuel Wainer a fundar o jornal *Última Hora*. A campanha movida pelos proprietários dos grandes jornais, tendo à frente Carlos Lacerda, resultou na prisão de Wainer.

Os liberais-conservadores não se conformavam com Vargas na presidência da República. Por duas vezes derrotada com seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945 e em 1950, a UDN, mostrando-se incapaz de concorrer com a aliança PTB-PSD, escolheu a estratégia de desqualificar Vargas para escamotear seu próprio infortúnio político. Procurar o apoio das Forças Armadas era uma das alternativas. Em 1945, a estratégia foi vitoriosa. Em 1950, para impedir a posse do presidente eleito, os udenistas recorreram à chicana da “maioria absoluta”. Seja atuando nos tribunais, seja,

sobretudo, procurando apoio militar, os udenistas mostravam sua inconformidade com as seguidas derrotas. Naquele momento, contudo, o conflito entre o projeto que Vargas representava, o nacional-estatismo, e o liberalismo dos conservadores atingiria o clímax, cindindo toda a sociedade. A opção pelo golpe, diz Maria Celina D’Araujo, vai sendo amadurecida pelos grupos conservadores, tendo a UDN à frente, até tornar-se uma decisão irreversível a partir de 1953 (1992, p. 124).

Assim, nos meses que antecederam a crise, os parlamentares udenistas, bem como a grande imprensa, atuaram como fatores de desestabilização do regime. A questão central era tirar Vargas da presidência da República, não importando os custos. Com grande acesso aos meios de comunicação, a oposição conservadora a Vargas elaborou e difundiu um conjunto de símbolos que apontava para uma situação de impasse político. Se em seu “primeiro governo”, particularmente entre 1937 e 1945, Vargas praticamente monopolizou a produção de bens simbólicos com fins de legitimação política, em seu segundo mandato seus adversários conseguiram, com grande sucesso, propagar simbologias que, de alguma maneira, paralisaram a capacidade do poder estatal de apresentar-se como legítimo: “O sr. Getúlio Vargas passou a representar para os brasileiros o símbolo do que pode haver de pior em matéria de caudilhismo; o corruptor por excelência, o ambicioso do poder a qualquer preço, o acolitador dos desonestos, dos violentos, dos deformados moralmente”, dizia, na Câmara dos Deputados, o sr. Herbet Levy.<sup>3</sup> Com grande espaço em toda a imprensa, a oposição difundia e manejava imagens que procuravam, ao mesmo tempo, desqualificar o governo e indignar e mobilizar contra ele a população. Caudilho, corrupto, ambicioso, desonesto, violento, imoral, entre outras imagens extremamente negativas, assim os conservadores se esforçavam para desmerecer o presidente.

Vargas, no entanto, teve seu destino político selado quando, a mando de seu fiel chefe da segurança, Gregório Fortunato, capangas tentaram matar Carlos Lacerda. O presidente, embora não soubesse das iniciativas criminosas de Gregório, não teria como escapar das responsabilidades. Lacerda recebeu um tiro no pé, mas o seu guarda-costas, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, foi ferido de morte. A partir daí aumentou a intensidade dos ataques ao presidente. Com habilidade, o militar foi transformado, naquele momento,

no maior símbolo da luta contra o “mal”. Na primeira página de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, com o título “O sangue de um inocente”, Carlos Lacerda lembrou a medalha de herói do Correio Aéreo Nacional e os quatro filhos do major, manipulando sentimentalmente a imagem dos “órfãos de guerra”. Sem esperar as investigações policiais, ainda declarou: “Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas.”<sup>4</sup>

Após o atentado da rua Toneleros, as elites conservadoras não mais esperariam a realização das eleições presidenciais. Nos jornais, generais, brigadeiros e almirantes eram incitados a derrubarem Vargas da presidência da República. A Aeronáutica tomou à frente o inquérito para desvendar o crime. O grupo encarregado das investigações, pela total liberdade de ação, ficou conhecido como “República do Galeão”. Nesse momento, a oficialidade da FAB se encontrava em estado de rebelião contra o presidente, exigindo a sua renúncia. A Marinha, arma tradicionalmente hostil a Vargas, encampou a tese, ao lado de diversos generais do Exército (Wainer, 1988, p. 202). Em reuniões, militares indignados pregavam o golpe sem rodeios. Em 11 de agosto, no Clube da Aeronáutica, oficiais superiores e subalternos das três forças discutiram livremente os rumos a tomar. Centenas de militares, sob a presidência do brigadeiro Eduardo Gomes, ouviram de vários colegas de farda discursos inflamados de pregação do golpe. Não casualmente, no dia anterior, um dos mais renomados políticos da UDN, o sr. Otávio Mangabeira declarou: “A Nação está exausta de tanta humilhação e sofrimento. Somente as Forças Armadas podem acudir o país. Unamo-nos como um só homem a seu redor, pondo nelas toda a confiança, obedecendo ao seu comando, como se estivéssemos em guerra.”<sup>5</sup> As tropas, de prontidão, passaram a conviver com cenas de insubordinação e radicalização entre as facções golpistas e legalistas. Contudo, os contatos entre civis e militares antigetulistas avançaram e, em nota do Diretório Nacional, de 12 de agosto, a UDN declarou que “aprova a atitude e as manifestações das bancadas parlamentares, especialmente de seus líderes, sobre a situação nacional, bem como a solidariedade por eles dada à ação patriótica das Forças Armadas, que, em consonância com o sentimento do povo, estão vigilantes na defesa das liberdades constitucionais dos cidadãos e da prática efetiva do regime democrático”.<sup>6</sup>

Acuado diante da crise, com margem mínima de manobra, Vargas encontrava-se em situação difícil e delicada. Sem poder defender-se dos ataques, perdendo os bens simbólicos mais caros à legitimidade de seu cargo, presentia o golpe que se armava. Quando seu próprio filho foi convocado para depor na “República do Galeão”, ele percebeu que seria o próximo. Para um homem de 71 anos, com o passado político que detinha, tratava-se, nas palavras de Samuel Wainer, “de uma humilhação insuportável” (1988, p. 204). O grande trunfo de que dispunha, sua capacidade de mobilizar os trabalhadores, poderia resultar em lutas sangrentas. O único órgão de comunicação que o apoiava, o jornal *Última Hora*, apesar do grande esforço, não conseguia dar conta do enorme volume de denúncias e acusações contra o presidente. Em 22 de agosto, ele recebeu um documento assinado por brigadeiros da Aeronáutica pedindo sua renúncia. No dia seguinte, oficiais da Marinha manifestaram solidariedade aos colegas da FAB. À noite, um grupo de generais do Exército também se solidarizou com os brigadeiros

Nas primeiras horas do dia 24, Vargas presidiu sua última reunião ministerial. O ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, argumentou que muito dificilmente a oficialidade do Exército agiria contra seus colegas da Aeronáutica e da Marinha. Certamente haveria muito sangue derramado. Os ministros das forças de ar e mar defenderam a renúncia do presidente. Amaral Peixoto, em posição conciliatória, propôs o licenciamento de Vargas do cargo até que o crime da rua Toneleros fosse devidamente esclarecido. O presidente disse aceitar a proposta. Tancredo Neves escreveu uma nota comunicando o licenciamento de Vargas e, pouco antes das 5 horas da manhã, a notícia foi divulgada ao país. Contudo, duas horas depois, um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete exigindo que o licenciamento se transformasse em renúncia. Vargas, na verdade, estava sendo deposto do cargo. Logo ao saber do ultimato que recebia, pouco depois das sete horas da manhã, ele recolheu-se aos seus aposentos. Suas alternativas eram mínimas: renunciava à presidência da República, ao custo de sua desmoralização política, ou seria deposto por um golpe militar. Antes de se deitar, entregou um envelope a João Goulart, pedindo que, em caso de necessidade, fosse para o Rio Grande do Sul e mostrasse o conteúdo da carta à imprensa gaúcha. Se não houvesse clima político em Porto Alegre, fizesse o mesmo em Buenos Aires. Mais

tarde, sua filha Alzira ouviu o estampido de um tiro. Vargas estava morto. Sobre um móvel do quarto, Amaral Peixoto encontrou uma carta, logo nomeada de Carta-Testamento. Aquela que estava com Goulart era uma cópia. Duas horas depois, por volta das nove da manhã, o país, estarrecido, tomava conhecimento de seu conteúdo pelos microfones da rádio Nacional.

Com o tiro no peito, Getúlio Vargas jogou com sua própria imagem a longo prazo. A vingança foi meticulosamente planejada: se seus inimigos o queriam desmoralizado politicamente, ele foi muito além, jogando seu próprio cadáver nos braços dos udenistas que, atônitos, não souberam o que fazer com ele. A população, no entanto, soube que atitude tomar. Na cidade do Rio de Janeiro, o sentimento de que o presidente sofrera uma imensa injustiça provocou violentos motins populares, apesar da repressão policial. Líderes de vários sindicatos, logo pela manhã, tentaram articular uma greve geral em sinal de protesto. Entretanto, a Divisão de Polícia Política e Social, sob o novo governo, rapidamente entrou em ação: ainda de madrugada, foram invadidas por agentes policiais as organizações de classe dos hoteleiros, portuários, metalúrgicos, marceneiros, tecelões e dos trabalhadores dos carris urbanos e das indústrias do açúcar e do trigo. Cerca de 50 sindicalistas foram detidos. Duque de Assis, líder sindical dos portuários, foi preso pelo Dops, mas, mesmo assim, conseguiu desencadear uma greve que durou dois dias.<sup>7</sup>

Na capital da República, a notícia do suicídio de Vargas detonou na população um profundo sentimento de revolta e amargura. Grupos de populares, indignados, passaram a percorrer as ruas do centro da cidade com paus e pedras. Dirigiam seu rancor particularmente contra todo e qualquer material de propaganda política da oposição. Os símbolos políticos mais visados, e destruídos com fúria, eram dos candidatos da UDN.<sup>8</sup> Grupos percorreram as ruas do centro da cidade ateando fogo no material de propaganda política das oposições. Na avenida Almirante Barroso, o prédio de *O Globo* foi cercado por uma multidão que tentou invadir suas dependências, mesmo diante do policiamento ostensivo. Após apedrejarem a fachada, cercaram dois caminhões de distribuição do jornal e os incendiaram. Bombeiros, três choques da radiopatrulha e forças do Exército, ao chegarem, impediram a destruição, mas nada puderam fazer para evitar o incêndio dos veículos e nem a queima de milhares de exemplares do jornal. Outras centenas de pessoas

foram para a *Tribuna da Imprensa*, mas novamente a invasão foi impedida, agora pela Polícia Especial. Mesmo assim, toda a edição do jornal foi queimada na rua em frente. Os jornais *A Notícia* e *O Mundo* também sofreram com as investidas da multidão. O único a escapar foi *Última Hora*, não casualmente. Sem condições de dispersar a multidão, os policiais passaram a utilizar bombas de efeito moral, gases lacrimogêneos e armas de fogo. Várias pessoas saíram feridas, sendo três delas à bala. Outros grupos, porém, ao se dirigirem ao Palácio do Catete, passaram em frente à Embaixada dos Estados Unidos. Após apedrejarem as vidraças da Standard Oil, começaram a vaiar e a jogar pedras e pedaços de pau na fachada da representação norte-americana.

Somente no dia seguinte, após a partida do caixão com o corpo de Vargas para São Borja, os motins diminuíram de intensidade, embora à custa de grande repressão. Nas imediações do aeroporto Santos Dumont, a multidão, que queria ver a partida do avião, foi atacada por forças da Aeronáutica. Diante de uma população desarmada, oficiais da FAB dispararam suas metralhadoras, lançaram granadas e bombas de gás lacrimogêneo e ainda atacaram os populares com golpes de espada. O resultado foi dezenas de feridos, muitos deles gravemente, e um morto.<sup>9</sup>

Em outras capitais, manifestações de violência e de lamento também ocorreram. Em 24 de agosto Porto Alegre amanheceu sob um clima tenso e de expectativas.<sup>10</sup> Milhares de pessoas dirigiram-se para o centro político da cidade, na rua dos Andradas. Ali mesmo surgiram os primeiros oradores e formas de organização. Grupos saíram pelas ruas empunhando grandes retratos de Getúlio Vargas e a bandeira nacional com uma tarja negra. A primeira vítima da fúria popular foi a sede da UDN. Do primeiro andar, foram jogados pela janela mesas, cadeiras, alto-falantes, material de propaganda, fotografias de suas lideranças etc. Partiram, então, para o prédio do jornal do Partido Libertador, o *Estado do Rio Grande*, destroçando móveis, máquinas e equipamentos. Outros órgãos de comunicação oposicionistas também sofreram com as investidas populares, com invasões, depredações e incêndios, a exemplo do *Diário de Notícias*, órgão dos Diários Associados, e das rádios Farroupilha e Difusora. Sedes de partidos políticos hostis a Vargas igualmente sofreram com depredações, como as do Partido Libertador, Partido

Social Democrático, Partido Socialista Brasileiro, Partido Social Progressista, Partido da Representação Popular, além da Frente Democrática e da Frente Popular. As sedes partidárias, arrombadas e invadidas por revoltosos, tiveram todos os móveis e materiais de propaganda jogados nas ruas e, a seguir, incendiados.

Até aquele momento, o governador do Rio Grande do Sul, general Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas, não havia acionado o dispositivo policial-militar para reprimir o povo. A imprensa conservadora, indignada com os acontecimentos na capital gaúcha, atacava Dornelles. Enquanto as tropas militares não invadiam as ruas, os amotinados continuavam os ataques aos opositores de Vargas. Se, num primeiro momento, as agressões voltaram-se para aqueles considerados pela cultura política popular como os inimigos “internos” do presidente, como partidos, rádios e jornais, agora a revolta dirigia-se para aqueles vistos como os inimigos “externos”, referidos, inclusive, na carta-testamento: o imperialismo e suas representações oficiais e comerciais. A primeira vítima foi a representação diplomática norte-americana, invadida, saqueada e totalmente destruída. O National City Bank, símbolo do capital estrangeiro, foi atacado por outros grupos. O sentimento antinorte-americano da população pôde ser percebido não apenas pelas agressões ao consulado e ao banco, mas também pelo ataque a algumas empresas, como a Importadora Americana S.A., loja de importação de automóveis dos EUA, e a Importadora de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias. Até mesmo uma casa noturna, a American Boite, foi tomada à força pelos manifestantes; centenas de vitrinas e letreiros luminosos foram quebrados.

Somente ao entardecer, quando a insurreição ameaçava toda a cidade, Ernesto Dornelles pediu auxílio ao Exército. Entretanto, é necessário observar que a ação dos militares em Porto Alegre em nada se comparou à repressão ocorrida no Distrito Federal. Com cartuchos de festim e sem usar de violência desnecessária, as autoridades militares gaúchas evitaram repetir os episódios trágicos ocorridos na capital da República, onde o motim se esgotaria em poucas horas, com o saldo de dois mortos, dezenas de feridos e uma cidade reduzida a escombros.

Na cidade de São Paulo, os trabalhadores receberam a notícia da morte de Vargas pela manhã bem cedo, e muitos deles já se encontravam dentro da

fábricas e oficinas. Somente na hora do almoço, com algum tempo livre, operários de muitas empresas decidiram decretar greve e saíram em direção aos seus sindicatos. Ao meio-dia, as suas organizações de classe estavam lotadas com manifestantes portando faixas e cartazes à espera do início das atividades de protesto. A passeata começou às 13 horas, saindo dos sindicatos dos metalúrgicos e dos têxteis, além dos diretórios distritais do PTB. Na sede do Partido Trabalhista, ponto final da manifestação, os operários realizaram um comício.<sup>11</sup> Vários outros grupos também protestaram em inúmeros pontos da cidade. Muitos participaram do ato público da Praça da Sé, onde o PTB e o PCB promoveram uma manifestação em conjunto. Enormes faixas que aludiam ao “imperialismo e aos trusts norte-americanos” eram carregados por trabalhistas e comunistas.<sup>12</sup> Estes últimos, na verdade, foram pegos de surpresa no episódio do suicídio de Vargas. Se até a noite anterior faziam pesados ataques ao presidente, na manhã seguinte tentavam reverter mais um de seus “desvios”, para usar a linguagem partidária.

A população de Belo Horizonte, a exemplo de outras cidades, também não ficou indiferente diante do impacto da triste notícia.<sup>13</sup> Logo pela manhã, quando as rádios locais informaram a tragédia, milhares de pessoas saíram às ruas, particularmente os trabalhadores, para se certificarem do fato e expressarem sua dor e indignação. Na capital mineira, a primeira reação dos populares foi a de arrancarem dos postes e marquises faixas e cartazes dos candidatos da oposição, em particular da UDN, para queimá-los em seguida, da mesma maneira que no Rio de Janeiro. Operários de várias fábricas e da construção civil abandonaram seus postos de trabalho e se concentraram no centro da cidade. Após acerto entre eles, rumaram para o Instituto Brasil-Estados Unidos, cuja sede ficou totalmente destruída. Outro grupo invadiu o consulado norte-americano quebrando móveis, armários, vidraças e rasgando livros e documentos. O comércio, em sinal de luto e medo, fechou ainda pela manhã, enquanto os bondes deixaram de circular. Manifestantes revoltados tentaram ainda empastelar o jornal Correo da Manhã, órgão da UDN, mas a polícia, chamada a tempo, impediu a invasão. Belo Horizonte logo foi tomada pela Polícia do Exército, fortemente armada, que se espalhou em pontos estratégicos da cidade e em todos os prédios públicos.

Em várias cidades do nordeste do país, a morte do presidente foi recebida com grande impacto emocional.<sup>14</sup> Nas capitais nordestinas, como Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Teresina e Aracaju, as cenas de tristeza popular conjugadas ao fechamento do comércio e à suspensão das aulas nos colégios, além dos soldados nos ruas, tornou aquele dia estranho, difícil de ser compreendido e explicado. Passeatas de homenagem e protesto, invasões a residências de políticos de oposição, além de uma profunda mágoa estampada no rosto das pessoas foram cenas comuns.

O suicídio não era esperado, surpreendendo e paralisando, por algumas horas, os grupos conservadores que apostaram na crise institucional. Com a morte do presidente, a oposição viu frustrar sua estratégia de acirrar a crise, desmoralizar politicamente Vargas com a renúncia e abrir caminho para a intervenção militar. Contudo, mesmo com seu desaparecimento, o golpe político-militar ainda não estava descartado. No Distrito Federal, 12 mil homens do Exército entraram em alerta máximo, todos sob as ordens do general Odílio Denys. As tropas dos fuzileiros navais tomaram a zona portuária, os setores bancário e financeiro da cidade, as estações das barcas e cercaram as Câmaras Municipal e Federal, além do Senado. Todos os quartéis da Marinha de Guerra ficaram sob regime de prontidão máxima.<sup>15</sup> Na maioria das capitais do país, os efetivos da Polícia do Exército invadiram as ruas. Por ordem dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica de várias regiões militares, todos os quartéis e regimentos a eles subordinados entraram em estado de prontidão. Se algum dispositivo militar foi planejado para o golpe político, na madrugada do dia 24 de agosto ele começou a ser posto em prática. Restava tão-somente a iniciativa das lideranças civis para a deflagração do movimento.

Ao amanhecer, no entanto, entraram em cena trabalhadores e populares, entre chocados e furiosos, atacando políticos antigetulistas, rádios, jornais e sedes de partidos de oposição, como vimos. Carlos Lacerda, após confraternizar-se com Café Filho, passou a ser caçado por populares nas ruas do Rio de Janeiro. Temeroso, refugiou-se na embaixada dos EUA e, quando esta foi atacada, fugiu em um helicóptero militar que o levou, em segurança, para bordo do cruzador *Barroso*, navio de guerra ancorado na baía de Guanabara.<sup>16</sup> Em Porto Alegre, todos os políticos da oposição gaúcha saíram ra-

pidamente da cidade, inclusive o prefeito, Ildo Meneghetti, que se escondeu no interior do estado em lugar mantido sob rigoroso sigilo. Segundo notícia do *Correio da Manhã*, em Porto Alegre “a situação dos elementos não pertencentes às fileiras do trabalhismo é de verdadeiro terror”.<sup>17</sup> Em várias capitais e cidades do Nordeste populares tentaram invadir as residências de líderes locais da UDN, sendo impedidos, porém, por “seguranças privados” daqueles políticos.

Portanto, se o suicídio de Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política.

#### A “NOVEMBRADEIRA”: O GENERAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT E O GOLPE PREVENTIVO

Quase um ano após o suicídio de Vargas, o país ainda vivia o trauma político do 24 de agosto de 1954. A instabilidade política e o clima de radicalização no país eram preocupantes. Embora as lideranças udenistas tivessem defendido o adiamento das eleições parlamentares de 3 de outubro de 1954, alegando o clima político tenso que resultou da crise de agosto, elas foram realizadas. Trabalhistas e udenistas, no entanto, não conseguiram números satisfatórios. Os primeiros passaram para 56 deputados na Câmara, aumentando em apenas cinco a sua bancada. Os udenistas, por sua vez, caíram de 84 para 74. Vargas, mesmo desaparecido, foi o artífice da derrota dos liberais. O PSD, finalmente, subiu de 112 para 114.

Na presidência da República, Café Filho organizou um ministério com personalidades antigetulistas, como Eugênio Gudin na Fazenda e o udenista Prado Kelly na Justiça. A cúpula militar era formada quase integralmente por adversários do ex-presidente, como o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Juarez Távora. Destacava-se do conjunto o general Henrique B. Duffles Teixeira Lott, tido como homem de centro e legalista. Seja como for, os udenistas novamente voltavam ao poder, como no governo Dutra, embora sem vitórias eleitorais.

A crise política, no entanto, somente iria aprofundar-se ao longo dos meses. Com a proximidade das eleições presidenciais, em outubro de 1955, o PSD lançou Juscelino como candidato. Visto como um "getulista" pelos udenistas e "esquerdista" pela facção mais conservadora de seu próprio partido, sua candidatura causou ainda mais polêmica ao oficializar a aliança com o PTB, anunciando João Goulart como seu candidato a vice-presidente. Segundo Thomas Skidmore, "oficiais das Forças Armadas, que apenas um ano antes comandavam a campanha para forçar Vargas a demitir Goulart, viam agora seu inimigo aspirar a um cargo ainda mais elevado" (1969, p. 184). O apoio do líder comunista Luís Carlos Prestes a Juscelino deu ainda mais argumentos aos conservadores.

Na UDN havia o receio da competição eleitoral, pois a aliança PTB-PSD surgia como imbatível, sobretudo por resgatar a obra de Vargas. Após sofrerem duas derrotas seguidas com o brigadeiro Eduardo Gomes, os udenistas recorreram dessa vez a um general, endossando o nome de Juarez Távora, líder militar antigetulista. Ademar de Barros, pelo PSP, também candidatou-se. O antigo líder integralista, Plínio Salgado, lançou-se pelo pequeno PRP. Armava-se, portanto, um quadro político que, até 3 de outubro de 1955, data das eleições, somente iria radicalizar. Para os grupos mais conservadores, no entanto, as eleições teriam que ser suspensas. Carlos Lacerda, líder de extrema-direita e da ala golpista da UDN, questionava as razões que levavam os chefes militares a permitirem a realização das próximas eleições presidenciais, sobretudo porque o eleito seria produto da "fraude", da "demagogia" e de "práticas sujas". Era preciso, no momento, um "regime de emergência" e muitos, alegava, já "compreenderam a necessidade do contragolpe para criar condições de estabelecimento da democracia no Brasil".<sup>18</sup> Não casualmente, em 5 de agosto, o general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar e chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em solenidade comemorativa de um ano da morte do major Rubens Vaz, pronunciou um discurso preocupante. Na sua visão, o dilema que se apresentava para os militares era o de decidir "entre uma pseudolegalidade, imoral e corrompida, e o restabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante uma intervenção aparentemente ilegal".<sup>19</sup> As declarações do general repercutiram com grande impacto na vida política do país. Saudando o

discurso de Canrobert, Carlos Lacerda acusou os defensores das próximas eleições presidenciais de covardes e omissos, de "iludir o povo" e "engambelar os tolos".<sup>20</sup>

Os argumentos de Canrobert sintetizaram as angústias dos liberais antigetulistas naquele momento. No entanto, a questão central ia além da simples "volta do getulismo" com Juscelino e, sobretudo, João Goulart, herdeiro político de Vargas. Tratava-se, de acordo com Fernando Lattman-Weltman, da maneira como os trabalhadores alcançaram seus direitos de cidadania social e as conseqüências políticas que surgiram do próprio processo (1997, p. 579). Primeiro, os assalariados se beneficiaram com os direitos sociais, creditando os ganhos a Getúlio Vargas; agora, exerciam seus direitos políticos, participando do processo eleitoral como cidadãos que efetuavam suas escolhas. Em outras palavras, a maneira como os trabalhadores manifestavam sua cidadania política, particularmente com o voto, estaria "conspurada", "desvirtuada", "corrompida" pelos direitos sociais. As leis trabalhistas, interpretadas por diversos grupos liberais como fruto da demagogia, da conjuntura nazi-fascista e do tráfico de influência entre políticos corruptos e "pelegos", teriam comprometido a legitimidade da democracia no Brasil. Os trabalhadores, corrompidos em sua consciência política, continuariam a votar nas lideranças demagógicas, caudilhescas e manipuladoras, condenando o processo democrático ao fracasso. Quando os conservadores recorriam às Forças Armadas falando em "saneamento da política", visavam algo muito mais profundo do que a figura de Getúlio Vargas. "Sanear" significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos.

As reações da sociedade às manobras golpistas logo se manifestaram. Setores da imprensa repudiaram as manobras a favor do rompimento institucional. *Correio da Manhã*, por exemplo, criticou duramente os três ministros militares por se intrometerem em questões políticas: os "três conspiradores" patrocinaram uma "situação intolerável", transformando o Brasil "numa republiqueta tratada a pata de cavalo".<sup>21</sup> Grupos organizados surgiram para defender a democracia e as eleições. A União Metropolitana dos Estudantes, no estado da Guanabara, lançou um manifesto em que denunciava a tentativa de golpe.<sup>22</sup> Os empresários, por sua vez, também defenderam a legalidade. O presidente da Diretoria da Confederação Nacional do

Comércio fez um apelo para que as forças políticas conduzissem a campanha eleitoral dentro dos limites da ética partidária, tolerância recíproca e respeito aos princípios básicos da democracia.<sup>23</sup> Dias depois, presidentes de 16 Federações de Indústrias publicaram uma nota denunciando que o clima político negativo, de pânico e ceticismo, estava diminuindo o ritmo da produção e os negócios.<sup>24</sup> O processo de mobilização de grupos organizados culminou quando o advogado Sobral Pinto lançou um movimento pela preservação do regime e pela legalidade constitucional. A Liga de Defesa da Legalidade visava a união de trabalhadores, sindicalistas, intelectuais, empresários, comerciantes, militares e todos os autênticos democratas para defender as instituições e o povo. Dias depois, foi a vez dos intelectuais se posicionarem. Publicado na revista *Marco*, um manifesto de escritores, artistas e jornalistas repudiava os movimentos destinados a implantar um governo discricionário, mas cuja finalidade era “impedir a solução do problema sucessório por meios pacíficos e segundo a vontade do povo”.<sup>25</sup>

Embora diversos setores da sociedade civil se mobilizassem em defesa da legalidade, os grupos civis-militares interessados no rompimento institucional continuaram suas investidas, sobretudo por meio da *Tribuna da Imprensa*. Os ataques, em setembro, voltaram-se fundamentalmente contra João Goulart. Notícias sobre contrabando de armas pela fronteira com a Argentina e, inclusive, acusações de práticas criminosas, como o lenocínio, tornaram-se comuns.<sup>26</sup> Contudo, em meados deste mês, uma denúncia, muito grave, foi anunciada por Carlos Lacerda na TV-Rio. Segundo uma carta endereçada a Goulart — na época em que era ministro do Trabalho — mas interceptada no Hotel Ambassador, o deputado peronista Antonio Brandi, envolvendo os nomes de Perón, do vice-governador de Corrientes, de um advogado brasileiro, entre outros, respondia aos supostos interesses do líder trabalhista de formar “brigadas de choque obreiras”. Indicava, também, contatos com o ministro argentino Borlenghi, que conhecia a experiência de luta do movimento sindical daquele país. Mais grave, no entanto, foi a confirmação da compra que Goulart teria feito na “fábrica militar de Córdoba”, cujas “mercadorias” entrariam clandestinamente no Brasil pela cidade de Uruguaiana.<sup>27</sup> Não era a primeira vez que Carlos Lacerda acusava João Goulart de estocar armas. No entanto, agora, as revelações contidas na carta eram muito gra-

ves. Afinal, um deputado peronista informava a Goulart a entrada clandestina de armas para o Brasil e meios para assessorá-lo a formar brigadas de choque operárias. A “carta Brandi”, como ficou conhecida, acirrou ainda mais a crise política no país. O ministro da Guerra, Henrique Lott, instaurou uma Comissão Militar de Inquérito visando a investigação das denúncias.

A campanha pelo adiamento das eleições continuou sendo defendida por alguns setores da UDN, sobretudo a organização lacerdista de extrema-direita Clube da Lanterna. No entanto, mesmo com as suspeitas que pairavam sobre João Goulart devido à “carta Brandi”, em 3 de outubro a população escolheu o novo presidente da República. Vitorioso, Juscelino obteve 36% dos votos; Juarez Távora recebeu 30%; seguidos de Ademar de Barros com 26% e Plínio Salgado com 8%. No entanto, uma nova campanha iria começar, agora pelo impedimento da posse. A estratégia dos udenistas, defendida por alguns grupos, era a de denunciar o apoio dos comunistas a Juscelino, bem como fraudes eleitorais, motivos para a anulação das eleições. Pretendiam, também, recorrer à tese da “maioria absoluta”, impedindo, desse modo, a posse do presidente eleito. É neste contexto que, em meados de outubro, o presidente da Comissão Militar de Inquérito, general Maurell Filho, chega ao resultado final de suas investigações sobre a “carta Brandi”. De acordo com o perito, os exames comprovavam que a assinatura do deputado Antonio Brandi tinha sido falsificada grosseiramente.<sup>28</sup> A sensação nos meios políticos era a de que, mais uma vez, o escândalo em nada resultaria, ninguém seria punido.

Enquanto os interessados na legalidade procuravam denunciar os golpistas e, assim, garantir a posse dos eleitos, os oficiais militares favoráveis ao rompimento institucional nas Forças Armadas, sobretudo na Aeronáutica, continuavam a se manifestar publicamente. No entanto, havia amplos setores legalistas, particularmente no Exército, que, por seu silêncio, impediam que os grupos civis em conflito avaliassem a correlação de forças entre os militares. Assim, em 17 de outubro, o inspetor geral do Exército, general Euclides Zenóbio da Costa, lançou uma proclamação contundente em favor da legalidade democrática. Dirigindo-se aos generais, oficiais, sargentos e soldados, afirmou, categórico, que eles não tivessem ilusões: “a legalidade somente será preservada com o teu sangue e com as armas que o povo te entregou para

que lhe defenda a liberdade de trabalhar, de pensar, de votar, de criticar, de protestar”.<sup>29</sup> A defesa da legalidade pregada pelo general não era, naquele momento, uma novidade dentro do Exército. Desde o início da década de 1950, diz Maria Celina D’Araujo (1996, p. 115), as idéias que associavam o desenvolvimento econômico ao nacionalismo e à democracia, todos ameaçados pelos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos, estavam na agenda de debates da sociedade brasileira. Os militares não ficaram omissos e, sobretudo nas eleições do Clube Militar, a partir de 1952, tais questões incitavam a oficialidade a manifestar suas tendências. Zenóbio da Costa e outros generais, destacando-se Estillac Leal, tornaram-se lideranças daqueles que aproximavam os temas do nacionalismo à democracia e ao legalismo. O grupo, nomeado por José Murilo de Carvalho (1999) de “nacionalistas de esquerda”, aderiu às teses que aludiam à soberania nacional, defendidas pelos trabalhistas, e, ao mesmo tempo, não se envolveu com a ideologia do anticomunismo, ou mesmo a recusou. Ele se diferenciava de um outro grupo, os “nacionalistas direitistas”, a exemplo de Góes Monteiro e Gaspar Dutra, que, embora simpáticos ao nacionalismo, defendiam uma luta sem trégua ao comunismo. Um terceiro grupo, por fim, que reunia nomes como os do brigadeiro Eduardo Gomes e dos generais Juarez Távora e Cordeiro de Farias, formava a ala “cosmopolita de direita”, visceralmente anticomunista, anti-trabalhista e adversária do nacionalismo — defensora, portanto, da abertura ao capital estrangeiro e do alinhamento incondicional aos Estados Unidos. Desde o segundo governo de Getúlio Vargas, estabeleceu-se a aliança entre os “nacionalistas direitistas” com os “cosmopolitas de direita”. Os “nacionalistas de esquerda”, no entanto, não deixavam de marcar suas posições, sobretudo em momentos de crise política. Foi nesse contexto que Zenóbio da Costa se manifestou.

A proclamação do general, direta e contundente, foi a primeira voz dos “nacionalistas de esquerda” que, naquele momento, surgiu nos meios militares em defesa da democracia. Henrique Teixeira Lott, no entanto, insistia em enquadrar o Exército nos códigos disciplinares. Assim, procurando ser coerente com seu estilo de comando, puniu o general Zenóbio da Costa por sua proclamação. Preocupado com a instabilidade política e a ordem legal, o ministro da Guerra conversou com o ministro Galloti, magistrado responsá-

vel pelas eleições, ouvindo dele que a Constituição estava sendo respeitada. A seguir, procurou seus colegas ministros da Marinha e da Aeronáutica, argumentando que não havia motivos legais para o impedimento da posse dos eleitos. No entanto, as alegações não convenceram os colegas. Ambos disseram ao ministro da Guerra que Juscelino não poderia assumir a presidência da República. A partir daí, Lott distanciou-se dos outros dois ministros militares e percebeu a divisão nas Forças Armadas e, mais grave, dentro delas.<sup>30</sup>

Nesse clima de instabilidade política crescente faleceu o general Canrobert Pereira da Costa. Nos funerais, diante da presença de autoridades civis e dos ministros militares, o coronel Jurandir Mamede pronunciou um discurso desafiador da hierarquia e da disciplina militar. Sem constar no cerimonial, Jurandir, num ato de insubordinação, tomou a palavra e homenageou o general falecido. O coronel repetiu as palavras de Canrobert para definir a democracia no Brasil — “pseudolegalidade imoral e corrompida” —, acrescentando, ainda, que se tratava de uma “mentira”.<sup>31</sup> A primeira reação de Lott foi a de cassar sua palavra e dar-lhe ordem de prisão. No entanto, surpreso, viu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, cumprimentar Mamede com entusiasmo.<sup>32</sup> A insubordinação do coronel animou a direita civil patrocinadora do golpe.

Dois dias depois, em 3 de novembro, outro episódio veio agravar a crise política. Café Filho, sofrendo uma crise cardiovascular, delegou seus poderes a Carlos Luz, seguindo a linha de sucessão. As atenções, no entanto, voltaram-se para o general Lott. Nos principais círculos políticos do país, os líderes partidários conheciam sua posição pela legalidade democrática. Desafiado publicamente por um subordinado de sua própria força, o ministro da Guerra tinha consciência da divisão entre as Forças Armadas, inclusive nas fileiras do próprio Exército. Percebendo a dilaceração na tropa, sobretudo por razões políticas, e todos os riscos que isso implicaria para a integridade da corporação, Lott estava determinado a restabelecer e impor o respeito à hierarquia e à disciplina, com a punição do coronel Mamede, preservando os militares das lutas partidárias e, em conseqüência, garantindo a legalidade democrática. Se fosse derrotado, no entanto, seria a vitória dos setores civis e militares interessados no golpe, de quem o coronel foi o porta-voz desafiador. Os grupos preocupados com a manutenção da ordem democrática

perceberam que a Lott caberia decidir o desenlace da crise institucional. Contudo, a situação funcional do coronel Mamede o protegia. Somente o presidente da República poderia permitir que o ministro da Guerra punisse o coronel.

No dia 10 de novembro, Lott foi convocado por Carlos Luz. Em audiência, seria decidido o destino do coronel Mamede. O ministro da Guerra chegou pontualmente às 18:00 horas, horário determinado por Luz, mas só foi recebido mais de duas horas depois, esperando, pacientemente, na ante-sala presidencial. A demora foi proposital: o presidente queria ferir a autoridade do ministro da Guerra, humilhando-o. Horas antes, no entanto, o general Mendes de Moraes, com o pretexto de provar a força de um pequeno canhão fabricado no Arsenal de Guerra, convidou cerca de 40 generais para testá-lo nas desertas praias da Barra da Tijuca. O interesse na eficiência do canhão foi mínimo. O assunto principal era o ministro da Guerra. O general Moraes, hábil político, apelava para o amor-próprio dos oficiais, alertando-os para os perigos de descrédito de todo o Exército se a demissão de Lott se confirmasse.<sup>33</sup>

O resultado, no entanto, já era esperado. Carlos Luz disse ao general que se decidira pelo parecer do chefe do EMFA, brigadeiro Ducan, impedindo, assim, a punição do coronel Mamede. O ministro da Guerra imediatamente comunicou sua exoneração do cargo. O grupo favorável ao rompimento institucional assumira a direção do próprio Exército. O país tomou conhecimento da decisão de Carlos Luz pelas emissoras de rádio e televisão com estardalhaço. Os locutores destacaram a humilhação imposta a Lott pela longa espera na ante-sala presidencial, causando grande indignação na cúpula militar. Diversos generais sentiram-se ofendidos pelo procedimento grosseiro do presidente.<sup>34</sup> Seja como for, a saída de Lott do ministério da Guerra abriu espaço para o golpe de Estado. Nesse momento, porém, o general Augusto Frederico Correia Lima, comandante da Artilharia da Costa, articulava a revolta militar.<sup>35</sup> Indignado com a humilhação imposta ao chefe do Exército, atitude considerada por ele como uma afronta a todos os generais, telefonou para vários deles, inclusive para o general Odílio Denys. Um dos mais exaltados foi o comandante da Vila Militar, general Azambuja Brillhante, militar de grande prestígio na tropa. Em menos de uma hora, a rebelião mi-

litar estava combinada e cerca de 30 generais marcaram, para às 22:00 horas daquela noite, reunião na casa de Denys.

Enquanto a rebelião era discutida, na casa ao lado, separada apenas por um muro, o general Lott, na solidão de seu quarto, refletia sobre os acontecimentos.<sup>36</sup> Ele estava convencido de que as forças de ar e mar tramavam o rompimento institucional e sabia quais os objetivos dos conspiradores civis e militares: dissolver o Congresso, intervir no Judiciário e impor um militar na presidência da República — planos, aliás, pregados publicamente por Carlos Lacerda. A tentativa de golpe era clara e, certamente, pensou, haveria reação dos militares legalistas. A guerra civil era uma possibilidade. Determinado, telefonou para Denys. O comandante do I Exército, por sua vez, comunicou a decisão dos generais de intervirem no processo político, com a liderança do próprio Lott. Não se tratava propriamente de uma rebelião, disse Denys, mas sim do que os comandantes definiram como um contragolpe em defesa da Constituição. Escolheram, inclusive, o nome para qualificar a reação militar: “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes.”<sup>37</sup> Após traçarem estratégias de atuação, foram para o Ministério da Guerra. O contragolpe deveria ser rápido, verdadeiramente fulminante e, sobretudo, sem sangue. Começava a “novembrada”.

Com o apoio das guarnições do Exército na capital da República, o general Lott sentiu-se fortalecido para insurgir-se contra Carlos Luz. No Ministério da Guerra, através do rádio, ele se comunicou com comandantes militares de vários estados. As tropas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo imediatamente alinharam-se pela legalidade. Mas o ministro da Guerra não queria uma solução estritamente militar para a crise. Por telefone, convocou o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, e o líder da maioria na Câmara, José Maria Alkmin. No Ministério da Guerra, os três, juntos a outros generais, procuraram dar uma saída legal ao movimento, com a indicação de um outro civil à presidência. Lott insistiu que o único desejo do Exército era o de preservar a legalidade e o regime democrático. Assim, em solução negociada entre o PSD e os militares, a Câmara dos Deputados, em sessão extraordinária, elegeu, com o apoio do PTB, Nereu Ramos para a presidência da República, mas com votos contrários da UDN.

As tropas do Exército na capital federal eram muito superiores em número ao das outras duas forças. Assim, soldados tomaram o Arsenal de Marinha, o Campo dos Afonsos, além de cercarem o Aeroporto Santos Dumont e a base aérea do Galeão, na Ilha do Governador.<sup>38</sup> As estações de rádio e os jornais foram igualmente cercados. Sentindo perder o controle do poder, Carlos Luz seguiu para o Arsenal de Marinha. Ali, embarcou no cruzador *Tamandaré*, sob o comando do almirante Penna Botto, junto com o coronel Mamede, o ministro da Justiça Prado Kelly e Carlos Lacerda. O objetivo era seguir para Santos e, em território paulista, estabelecer o governo. As ordens de Lott eram para impedir a saída do cruzador da baía de Guanabara. As orientações dadas ao comandante da Artilharia da Costa foram claras: “primeiro dê tiros de pólvora seca; depois mais tiros de intimidação; se ele continuar, então tem que atirar na frente do navio; finalmente, atirar em cima”.<sup>39</sup> Para Lott, a chegada do cruzador a Santos poderia significar o início da guerra civil. No entanto, utilizando um cargueiro que por ali passava como escudo, Penna Botto avançou para a barra e, mesmo sob fogo dos canhões do forte de Copacabana, avançou para alto-mar. Na verdade, o comandante da Artilharia da Costa não obedeceu às ordens de Lott para afundar o navio. Seja como for, o resto da esquadra não saiu dos atracadouros. Receosos dos tiros de canhão, outros almirantes resolveram não arriscar. O *Tamandaré* ficou só.

Sem alternativas para ficar na capital da República, Eduardo Gomes, líder militar da insurreição, partiu de avião para São Paulo. Caças da Força Aérea também levantaram vôo, acompanhando-o. Naquele estado seria decidido o futuro político do país. Os planos dos golpistas eram os de instalar o governo de Carlos Luz em Santos, ganhar o apoio do governador Jânio Quadros, dispor, assim, das polícias civil e militar do estado, e contar com a insubordinação de chefias de regimentos da capital. No entanto, o governador, o presidente da Assembléia Legislativa, Franco Montoro, e o presidente do Tribunal de Justiça posicionaram-se a favor da ordem legal. Além disso, os militares leais ao ministro da Guerra movimentaram-se rapidamente. Tropas de Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná convergiram depressa para a capital paulista. Depois, colunas legalistas ocuparam a Via Anchieta — estrada estratégica, pois ligava a capital a Santos — e logo tomaram a cidade portuária. A situação estava perdida para os golpistas, sobretudo quando Lott

assumiu, ele mesmo, a pasta da Aeronáutica e “nomeou” o novo ministro da Marinha, um oficial defensor da ordem legal. Do *Tamandaré*, Carlos Luz enviou mensagens para as lideranças militares golpistas: que cessassem qualquer resistência. Encerrava-se, assim, a tentativa de rompimento constitucional com a vitória do grupo legalista do Exército. Ao final, ninguém sofreu punição. Apenas Carlos Lacerda, por iniciativa própria, se exilou em Cuba.

No dia seguinte ao golpe, dia 12 de novembro, vários dirigentes sindicais da capital federal reuniram-se na sede do PTB. O presidente do sindicato dos metalúrgicos, Benedito Cerqueira, tomou a palavra e, avaliando a atitude do general Lott, disse: “as forças do bem derrubaram as forças do mal”. Continuando, alegou que “o Exército Brasileiro estendeu a mão ao povo. A atuação das Forças Armadas encontrou o mais decidido apoio do povo. A legalidade foi defendida e mantida. Mas devemos, nós, trabalhadores, continuar alertados para repelir os golpistas. Estaremos sempre ao lado das Forças Armadas para a preservação da democracia. Lutaremos, em todos os sentidos, em defesa da legalidade.”<sup>40</sup> Em manifestação pública, dirigentes sindicais do Distrito Federal e de outros estados, trabalhadores organizados em comissões de fábrica e aqueles provenientes dos subúrbios e favelas encontraram-se em frente à Câmara dos Deputados para apoiar os parlamentares pela manutenção da ordem legal. Faixas pediam a punição dos golpistas, elogiavam o Exército, bem como o general Lott. Em São Paulo, reunidos em assembléia, diversos líderes sindicais, como os dos metalúrgicos, bancários, aeroviários, marceneiros, gráficos, tecelões, sapateiros, ferroviários e da indústria de alimentos, lançaram um manifesto para a população. Começava o culto à personalidade de Lott. “Soldado da Lei”, segundo o jornal *Última Hora*, foi uma das representações que definiam o general.

O contragolpe liderado por Henrique Teixeira Lott liberou tendências nacionalistas dentro das Forças Armadas — particularmente no Exército — próximas ao PTB e que, até então, atuavam com discrição política. Os trabalhistas, a partir daí, deram-se conta de que os udenistas não tinham o monopólio dos quartéis e passaram também a dispor de suas “tropas”, concorrendo diretamente com a direita. Como afirma Maria Celina D’Araujo, “o PTB ganhou uma oportunidade única de competir com a UDN no proselitismo dentro das Forças Armadas” (1996, p. 116). Assim, em março do ano se-

guinte, o coronel Nemo Canabarro Lucas fundou a Frente de Novembro, organização que congregava militares tanto oficiais quanto sargentos —, sindicalistas, petebistas e comunistas unidos em torno dos ideais do nacionalismo e da democracia. O general Lott surgiu como a figura central do movimento, enquanto o vice-presidente João Goulart, o maior incentivador da Frente, assumiu, não casualmente, o cargo de presidente de honra da organização. As lideranças incontestáveis do Exército e do trabalhismo, portanto, alinharam-se em um mesmo campo político.

Ganhar a oficialidade para a causa trabalhista tornou-se, assim, uma das vias de ação do PTB. O proselitismo nos quartéis incluía, também, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos do Exército e da Aeronáutica, bem como marinheiros e fuzileiros navais, que, mais adiante, integrariam a Frente de Mobilização Popular, a facção mais radical do trabalhismo liderada por Leonel Brizola. A revolta dos marinheiros, em março de 1964, portanto, não se dissocia do movimento iniciado em novembro de 1955, surgindo como a expressão mais extremada da aliança entre militares, esquerdas e sindicalistas.

Contudo, a ida dos petebistas e das esquerdas aos quartéis feriu crenças, valores e códigos comportamentais próprios da instituição militar. Outras facções nas Forças Armadas não os perdoariam pela estratégia de fazer proselitismo político nas tropas. Assim, o grupo vitorioso que derrubou o presidente João Goulart faria do PTB e do trabalhismo, bem como dos comunistas, seus inimigos de morte.

#### A CRISE DA RENÚNCIA E A CAMPANHA DA LEGALIDADE

1961  
Na manhã do dia 25 de agosto, Leonel Brizola, surpreso com os boatos, procurou certificar-se se Jânio Quadros de fato renunciara. Inicialmente, o governador do Rio Grande do Sul supôs que o presidente fora deposto por pressões militares. Nesse caso, sua intenção era a de convidá-lo para resistir em Porto Alegre. O que acontecera, no entanto, fora bem diferente. Com a ausência de João Goulart do país, em viagem ao exterior, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder com a renúncia

de Jânio.<sup>41</sup> Submetendo-se aos grupos civis e militares mais conservadores, Mazzilli enviou mensagem ao Congresso Nacional comunicando que os três ministros militares manifestaram-lhe a “inconveniência” do regresso de Goulart ao Brasil. A crise política, portanto, estava deflagrada. Ao saber da renúncia e do veto militar à posse do vice-presidente, Leonel Brizola declarou aos jornalistas: “Desta vez não darão o golpe por telefone” (Labaki, 1996, p. 66). Sua primeira atitude foi a de estabelecer contatos com generais com comando de tropa, sem encontrar a menor receptividade. A boa notícia, no entanto, veio do Rio de Janeiro, onde o marechal Henrique Teixeira Lott, reformado mas com grande prestígio político, distribuiu, na noite do dia 25, um manifesto à Nação apoiando a posse de Goulart e convocando o povo a preservar a ordem legal e a Constituição.<sup>42</sup> Antes de ser preso, por ordens do ministro da Guerra, Odílio Denys, Lott orientou Brizola a procurar alguns militares no Rio Grande do Sul que seriam favoráveis à saída legal para a crise (Silveira, 1991; Felizardo, 1988).

Ao final da tarde do mesmo dia, as primeiras manifestações de rua surgiram em Porto Alegre. Com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul, e mais o protesto popular, o governador deu início ao movimento conhecido como Campanha da Legalidade. No dia 26, o país amanheceu em estado de sítio não oficial e Mazzilli surgiu como preposto de uma junta militar.

O precário dispositivo militar e o entusiasmo popular em Porto Alegre, no entanto, eram insuficientes para garantir a posse de Goulart. Para sustar o golpe, não bastava mobilizar apenas o Rio Grande do Sul, mas sim o restante do país. Era preciso, por amplos meios de comunicação, disseminar idéias, imagens e representações que atingissem a dignidade das pessoas, mobilizando-as e incitando-as a ações e atitudes de rebeldia em grande escala. Assim, no dia 27 de agosto, um grupo de choque da Guarda Civil invadiu os estúdios da rádio Guaíba, colocando-a à disposição da Secretaria de Segurança. Tratava-se de um último recurso, pois o governo federal, em manobra rápida, fechara as rádios Capital, Farroupilha e Difusora por se atreverem a divulgar os manifestos de Brizola. A Guaíba, ainda em funcionamento, teve seus estúdios transferidos para o Palácio Piratini e seus transmissores, na Ilha da Pintada, passaram a ser vigiados por 200 homens da Brigada Militar.<sup>43</sup>

Criou-se, desse modo, a Cadeia Radiofônica da Legalidade, centralizando as transmissões de cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior, atuando por ondas curtas. A Cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informações que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião pública internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente.

Contudo, na tarde do mesmo dia, o governador gaúcho tomou conhecimento das conversações entre oficiais do III Exército, sediado naquele estado, e o ministério da Guerra. As conversas, interceptadas por meios eletrônicos, eram extremamente preocupantes. Da Guanabara, generais instruíam o comandante do III Exército, general José Machado Lopes. O bombardeio ao Palácio Piratini, inclusive, era uma das ordens recebidas. Ao virar a meia-noite, o ataque bélico parecia iminente. Tudo tinha que ser mobilizado para a defesa. A Brigada Militar instalou ninhos de metralhadoras no alto do Palácio e na Catedral Metropolitana. Funcionários civis e jornalistas receberam revólveres e granadas. Populares dispostos à luta assumiram comando militar. Caminhões, jipes e carros oficiais foram amontoados em volta do Palácio para impedir a passagem dos tanques. O amanhecer do dia 28 continuou tenso, sobretudo pela espera do primeiro petardo. Às 10:30 horas, o nervosismo novamente invadiu os salões do Palácio. O serviço de rádio-escuta do governo estadual captou ordens do ministro da Guerra para que a FAB e o III Exército bombardeassem o Piratini, além de enviar uma força-tarefa da Marinha para o Rio Grande do Sul.<sup>44</sup>

Para a surpresa de todos que resistiam na sede do governo gaúcho, no entanto, chegou o comunicado de que o general Machado Lopes iria ao Palácio Piratini conversar pessoalmente com Leonel Brizola. Para o governador, tratava-se de um ultimato para depô-lo do cargo — algo que ele não aceitaria. Sentindo-se acuado, como último recurso decidiu contra-atacar, denunciando o golpe pela Rede da Legalidade. Assim, na mesa de um estúdio improvisado, Brizola, com a voz trêmula e embargada, deu início a um

emocionado discurso.<sup>45</sup> Pedindo à população de Porto Alegre calma, serenidade e frieza, ressaltou a necessidade de se fecharem todas as escolas, resguardando as crianças. A partir daí, relatou o que ocorria, com as ameaças de bombardeio do Palácio Piratini. Explicou, também, que receberia o general Machado Lopes, mas que não aceitaria ser deposto. Neste último caso, argumentou Brizola: “Nós não nos submeteremos a nenhum golpe. A nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada [...]. O certo porém é que não será silenciada sem balas.”<sup>46</sup>

Em tom agressivo e desafiador, o governador passou a denunciar o ministro da Guerra, Odílio Denys, e seus planos golpistas. Agindo como um desatinado, disse Brizola, Denys jogaria o país no caos. Sem respeito, a ordem política e social somente poderia ser imposta pela força, pela ditadura: “Nas cidades do interior surgirão as guerrilhas para a defesa da honra e da dignidade, contra o que um louco e desatinado está querendo impor à família brasileira”. Mais ainda, denunciou que uma força-tarefa da Marinha de Guerra navegava para o Rio Grande do Sul, enquanto a Aeronáutica e o III Exército receberam ordens para bombardear o Palácio Piratini. Argumentou, no entanto, que havia esperanças de se evitar o pior. Tudo dependia do general Machado Lopes, prestes a chegar ao Palácio, e, particularmente, da “sargentada humilde”. Se eles não se intimidassem com os “atos de banditismo e vandalismo” de Denys, possivelmente o desfecho da crise seria outro. Por fim, Brizola conclamou a população da cidade a se concentrar diante do Palácio, protestando contra o desequilíbrio e a loucura do general. No entanto, se o ataque fosse consumado, que todos se refugassem em suas casas. O governador, contudo, ficaria entrincheirado no Piratini até o fim: “Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficaré o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória.” Desafiando abertamente os ministros militares, Brizola concluiu: “Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem

comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem estas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo!”

A tensão no Palácio Piratini e na Praça da Matriz atingiu o auge quando, no dia 28 de agosto, logo após o emocionado discurso de Brizola, o general Machado Lopes, acompanhado de todos os generais do III Exército, entrou no Palácio. Atrás dele, na Praça da Matriz, a multidão, calculada em 100.000 pessoas, gritava compassadamente “Brizola”, “legalidade”, “resistência”. Esperava-se que o comandante, obedecendo ao ministro da Guerra, comunicasse ao governador a sua deposição. Brizola, em seu discurso desafiador, avisara que não se submeteria. O conflito armado, assim, parecia inevitável. Porém, contrariando todas as expectativas, Machado Lopes rompeu com Denys e, entendendo-se com o governador gaúcho, concordou que a ordem legal deveria ser preservada, garantindo-se a posse de Goulart.<sup>47</sup> Quando o procurador geral do estado do Rio Grande do Sul anunciou, pelos alto-falantes do Palácio, o resultado das conversações entre o governador e o comandante, uma grande emoção tomou conta da população aglomerada na Praça da Matriz. Entre gritos, risos e lágrimas, todos comemoraram com entusiasmo.

Com a adesão do general à causa da legalidade, à organização de resistência civil somou-se a militar. Constituiu-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, compreendendo o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todas sob o comando de Lopes. Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército contava com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40.000 homens. Somados aos 13.000 da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares.<sup>48</sup>

Os clamores de Brizola para que a população reagisse e defendesse a posse de Goulart encontraram imediata adesão e entusiasmo. No pavilhão de exposições Mata-borrão, na esquina da avenida Borges de Medeiros com a rua Andrade Neves, cedido pelo governo estadual, foi instalado o Comitê Central do Movimento de Resistência Democrática, órgão unificador de deze-

nas de outros comitês. Inicialmente, centenas de pessoas, liderando inúmeros grupos de resistência, alojaram-se no Mata-borrão. As refeições eram doadas por armazéns, bares e restaurantes. A todo momento chegavam pessoas que, voluntariamente, entregavam seus pequenos caminhões, automóveis ou motocicletas para formar a “frota da legalidade”. Calcula-se que, até a meia-noite do dia 30 de agosto, 45 mil voluntários tenham se apresentado. A mobilização popular, no entanto, não se resumiu às movimentações no Mata-borrão. Além de centenas de comitês, formaram-se batalhões operários e populares que, armados, defendiam a cidade. Marchando pelas ruas de Porto Alegre, surgiam, a todo momento, batalhões de universitários, transviários, marítimos, ferroviários, escoteiros, bancários, artistas, intelectuais, secundaristas, enfermeiros, operários da construção civil, metalúrgicos, militares reformados, dos Centros de Tradições Gaúchas, entre outros (Silveira, 1991, p. 127 e 138). Além de participar dos comitês de resistência e dos batalhões operários, a população também mobilizou-se na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. Lado a lado, populares e soldados da Brigada Militar colaboravam na defesa do Palácio. O interior gaúcho não ficou alheio à resistência política. Na maioria das cidades foram fundados comitês com milhares de voluntários.

A rebelião militar alastrou-se pelo país. Inúmeros oficiais, em outros estados, acompanharam Machado Lopes em sua difícil decisão. Alguns declaravam obediência à Constituição, outros embarcavam para Porto Alegre e se apresentavam ao general. No dia 31, a possibilidade da guerra civil tornara-se algo assustador. No entanto, foram os sargentos, sobretudo os da FAB, aqueles que tomaram as atitudes mais incisivas para evitar a deflagração do conflito. Na base aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, o comandante permaneceu fiel aos ministros militares, junto dos oficiais-aviadores. Dispondo dos modernos jatos ingleses *Gloster Meteor*, de duas turbinas e alto poder de fogo, a ordem de Brasília era a de decolagem imediata para o bombardeio do Piratini. Os sargentos, insubordinados, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada dos pilotos. Mais decididos, esvaziaram os pneus e desarmaram os aviões. O comandante e os pilotos, embora contrariados, decolaram em um avião de passageiros para fora do estado (Labaki, 1986, p. 222).

No dia 28 de agosto, enquanto Brizola pronunciava seu discurso de desafio aos ministros militares, o jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, publicou na primeira página: “Denys, agora é escolher: comunismo ou democracia”.<sup>49</sup> As Forças Armadas, disse Lacerda, decidiram lutar contra os inimigos da liberdade. Portanto, “temos o dever de ajudá-las e garantir, para sempre, a liberdade e a paz entre irmãos”.<sup>50</sup> Embora Lacerda recorresse a imagens que descreviam mensagens de ordem, tranqüilidade, paz social e união de brasileiros obedientes às Forças Armadas, nenhuma delas, entretanto, correspondia ao que ocorria nas ruas do Rio de Janeiro. Logo no dia 25, com a notícia da renúncia de Jânio, populares se aglomeraram na Cinelândia diante do busto de Getúlio Vargas e, ali mesmo, realizaram um ato de protesto. Choques da Polícia Militar, agentes da Delegacia de Vigilância e turmas do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) dispersaram o povo a golpes de cassetete e bombas de gás lacrimogêneo. Nos dias que se seguiram, as manifestações continuaram e, diante da desobediência da população, que insistia em protestar contra o golpe, os policiais acionaram as metralhadoras, atingindo várias pessoas.<sup>51</sup> Na Guanabara, diversos sindicatos — como os dos alfaiates, bancários, mestres arrais, marceneiros, gráficos, ferroviários, metalúrgicos e radiotelegrafistas — foram invadidos pela polícia, fechados e seus líderes presos. A diretoria do Sindicato dos Aeronautas, em conjunto com outros líderes de trabalhadores, conseguiu “habeas-corpus”, acautelando-se contra as prisões arbitrárias. Mesmo assim, e desconhecendo o documento judicial, foram presos os diretores dos sindicatos dos ferroviários, dos professores, dos foguistas da marinha mercante e dos metalúrgicos. Não satisfeito, Lacerda impôs severa censura aos meios de comunicação do estado. O chefe da polícia, sob as ordens de Lacerda, praticou, abertamente, a censura telefônica, telegráfica e radiotelegráfica no estado da Guanabara. A cidade foi tomada pelas forças militares, com a anuência ou não de Lacerda. A Aeronáutica apoderou-se dos aeroportos, da Praça 15 e da Casa da Moeda; a Marinha invadiu o Cais do Porto, a Praça Mauá, o Arsenal de Marinha e toda a orla marítima; o Exército e a Polícia Militar passaram a vigiar as estações de trens, as redações dos jornais e as embaixadas.<sup>52</sup> A Guanabara, portanto, conheceu a mais dura repressão, afirma Argelina Figueiredo. Em desacordo com am-

plos e majoritários setores da sociedade brasileira que defendiam a legalidade democrática, e até contra seu próprio partido, a UDN, Lacerda foi a única “liderança política expressiva a sustentar, e mesmo a incitar, a intervenção militar” (1993, p. 42).

No estado do Rio de Janeiro, tanto na capital, Niterói, como em diversas cidades do interior, trabalhadores dos transportes, das salinas, dos estaleiros e da construção civil, além de ferroviários, metalúrgicos e vidreiros, declararam-se em greve, reagindo contra o golpe. Em São Paulo, vários setores da sociedade se mobilizaram. O presidente da Assembléia Legislativa, o udenista Abreu Sodré, articulou, com outros partidos políticos, a Frente da Legalidade Democrática (Labaki, 1986, p. 100). Muitos estudantes universitários entraram em greve, enquanto 4.000 funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana decidiram paralisar os transportes se o golpe militar fosse consumado. O prefeito da capital, Prestes Maia, declarou-se pela legalidade constitucional.<sup>53</sup> Em Minas Gerais, a Federação da Juventude Operária Católica reafirmou a defesa da Constituição, assim como os estudantes da faculdade de direito de Belo Horizonte. No Paraná, 1.200 pessoas se inscreveram como voluntários no Comitê de Arregimentação Democrática, instalado na prefeitura de Curitiba.

Embora os clamores do governador do Rio Grande do Sul pela posse de Goulart tivessem encontrado ressonância em todo o país, somente o governador de Goiás, Mauro Borges, acompanhou Brizola na resistência frontal aos ministros militares. Declarando que a lei do país emana do povo, e não da força das armas de Denys, Borges ameaçou: “se não for respeitada a democracia, distribuirei armas ao povo e marcharei sobre Brasília”.<sup>54</sup> Como Porto Alegre, Goiânia, naqueles dias, transformou-se em cidade rebelada. O Palácio das Esmeraldas foi cercado por barricadas e ninhos de metralhadoras, fortemente resguardado pela Polícia Militar. Por iniciativa do governador, instituiu-se o “Exército da Legalidade”, composto por estudantes e populares que, armados e uniformizados, patrulhavam a cidade. Afinado com Brizola, Borges garantiu estar em condições de oferecer a Goulart toda a segurança para transitar de Goiânia a Brasília, se assim fosse a sua vontade.

A OAB, a CNBB e a UNE, cuja diretoria transferiu-se para Porto Alegre, exigiram o respeito da ordem constitucional. Líderes políticos de expressão

manifestaram-se contra a tentativa de golpe. Da tribuna do Senado Federal, o pessedista e ex-presidente Juscelino Kubitschek discursou pedindo “ao ministro da Guerra que não insista em se opor à lei e à vontade do povo, colocando em oposição Forças Armadas e Nação”.<sup>55</sup> O deputado udenista Aduino Lúcio Cardoso pronunciou-se na Câmara dos Deputados pedindo o impedimento de Ranieri Mazzilli e dos ministros militares por crime de responsabilidade, de acordo com a lei nº 1.079, artigo 13, item I. Os quatro, segundo Cardoso, tentavam mudar o governo e a Constituição pela violência e impedir o livre funcionamento do Poder Executivo, constringendo o vice João Goulart de assumir livremente o poder.<sup>56</sup>

Em todas as partes do país surgiam manifestações de apoio à posse de Goulart, sobretudo por meio de greves de trabalhadores. Além de lideranças políticas e sindicais, outros setores sociais, como a Igreja, estudantes, intelectuais, associações comerciais e profissionais, repudiaram a atitude dos ministros militares. Na interpretação de Argelina Figueiredo, o objetivo desses ministros era aglutinar apoio político para “um golpe de baixo custo”, pressionando o Congresso a votar o impedimento de Goulart. Os partidos políticos, porém, não aceitaram o golpe. Dentro e fora do Congresso formou-se uma ampla coalizão visando a preservação da legalidade e da ordem democrática, incluindo tanto grupos de esquerda e nacionalistas quanto conservadores. No entanto, se os primeiros se batiam pela posse imediata de Goulart no regime presidencialista, os segundos, que incluíam as forças conservadoras da UDN e do PSD, com o apoio da ala legalista das Forças Armadas, conduziram as negociações que desembocariam no parlamentarismo (Figueiredo, 1993, p. 26-38).

Diante da resistência dos partidos em votarem o impedimento de Goulart, Odílio Denys, Sylvio Heck e Grun Möss, no dia 30 de agosto, reagiram com um “manifesto à Nação”, cujo objetivo era o de intimidar o Congresso. Assumindo a responsabilidade de manter a lei, a ordem e as instituições democráticas, reafirmaram a absoluta inconveniência do retorno do vice-presidente ao país.<sup>57</sup> Permitir que, por meio de Goulart, assumissem o poder “agentes da desordem e da desunião e da anarquia” seria incentivar o país a mergulhar no caos e na luta civil. Contudo, os ministros militares pareciam não convencer. *Correio da Manhã*, com o título “DITADURA”, assim avaliou o

texto: “Lemos o manifesto dos ministros militares, coagindo o Congresso. É o golpe abolindo o regime republicano no Brasil. É a ditadura militar. Agora, a responsabilidade por tudo que acontecer ao Brasil é de: Odílio Denys, Sylvio Heck, Grun Moss.”<sup>58</sup> Em resposta ao manifesto dos ministros militares, Brizola foi mais enfático: “Posso garantir que o primeiro tiro a ser disparado não será nosso. No segundo, porém, não erraremos o alvo, pois somos bons atiradores.”<sup>59</sup> Desmoralizados na imprensa e desafiados por Brizola, os ministros ainda sofriam com a insubordinação de seus comandados. No dia 5 de setembro, estavam detidos no navio Custódio de Melo por rebeldia vários oficiais da FAB, entre eles um brigadeiro, quatro coronéis, sete tenentes-coronéis, oito majores, dois capitães e um segundo-tenente.

Com o avanço das forças legalistas, no dia 31 de agosto o vice-presidente João Goulart desembarcou em Montevideú. Na capital uruguaia, encontrou-se com Tancredo Neves. Ali iriam pactuar a emenda do parlamentarismo. Mesmo contrariado com a diminuição de seus poderes, Goulart aceitou o acordo. Na madrugada do mesmo dia, o Congresso aprovou a emenda parlamentar por 233 votos contra 55. Ao chegar a Porto Alegre, ele foi saudado por mais de 70 mil pessoas na Praça da Matriz. Ao lado de Brizola e Machado Lopes, limitou-se a acenar para a multidão. Segundo Argelina Figueiredo, ele aceitara a mudança do regime para evitar a guerra civil, mas também porque não queria perder a oportunidade de assumir a presidência da República. Os ministros militares, sabedores de seu próprio isolamento político, perceberam que a solução negociada dar-lhes-ia uma “saída honrosa”. A ala legalista das Forças Armadas, por sua vez, mesmo desconfiada de Goulart, discordava das medidas de força dos ministros, acatando, assim, a solução intermediária. Brizola, no entanto, negava-se a aceitar o acordo. No dia seguinte à aprovação da emenda parlamentar, pela Rede da Legalidade, o governador gaúcho, após declarar que a mudança do regime não poderia ser decidida em 24 horas, e votada de madrugada, denunciou o processo, a seu ver espúrio. No entanto, nada mais havia a fazer. Goulart aceitara o regime de gabinete.

Ao reconstituir os acontecimentos de agosto e setembro de 1961 no Brasil, o historiador se depara com parcelas significativas da sociedade imbuídas de algumas certezas, entre elas a necessidade da manutenção da legalidade

democrática. Nos partidos políticos, sindicatos e igrejas, entre estudantes, intelectuais e associações de profissionais liberais e de capitalistas, nas facções das Forças Armadas e na imprensa, entre diversos outros grupos sociais e instituições políticas, havia os que recusaram qualquer solução para a crise que não a da legalidade e a da democracia. A intransigência pela saída legal incentivou, inclusive, que setores da população, sobretudo trabalhadores e estudantes, aceitassem com entusiasmo a convocação de líderes políticos, como Leonel Brizola e Mauro Borges, para a resistência armada. Os patrocinadores do golpe, como os ministros militares e Carlos Lacerda, não apenas sofreram ataques e acusações provenientes de diversos setores sociais, como também foram objetos de insultos e chacotas nos meios de comunicação. Qualquer tentativa de golpe, em 1961, não encontraria o menor respaldo político e, sobretudo, social. Se levado adiante, com um custo altíssimo, os embates deixariam a dimensão política para atuar no campo das armas.

No entanto, é intrigante que, menos de três anos depois, em março de 1964, a sociedade brasileira tenha assistido, sem maiores reações ou protestos, para não dizer paralisada, a marcha de tanques vindos de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Se abandonarmos as interpretações que denunciam a todo-poderosa conspiração direitista-imperialista ou as que ressaltam os inelutáveis fatores econômicos estruturais, é no mínimo curioso como, em período tão curto, a sociedade brasileira, combativa e ciosa da legalidade democrática em 1961, tenha aceito a solução autoritária em 1964, como se nenhuma outra alternativa existisse além dela.

#### PALAVRAS FINAIS

Na literatura especializada, parece existir certa dificuldade em reconhecer que, entre 1945 e 1964, o Brasil conheceu uma experiência democrática. Embora o regime tivesse sido fundado por uma Assembléia Constituinte soberana, os direitos civis estivessem garantidos, a separação de poderes assegurada, a imprensa livre e os governantes eleitos pela população pelo voto secreto e direto, a experiência, alegam muitos, não teria sido democrática. Os que resistem em admitir que o período foi de fato uma experiência de-

mocrática, pensando invariavelmente na repressão aos comunistas e ao movimento sindical no governo de Eurico Dutra, procuram, muitas vezes, uma receita prévia de democracia, esquecendo-se de que ela não nasce pronta, mas é conquistada, ampliada e “inventada”, no dizer de Claude Leffort (1983). Ela avança no conflito e na luta social.

Outra prática, muito comum na literatura sobre o tema, é a de adjetivar o período com expressões desqualificadoras, a exemplo de “período populista”, “República populista” ou “democracia populista”. A história política brasileira de 1945 a 1964, desse modo, é explicada pelo conceito desmerecedor de “populismo”, uma estranha teorização que fala de líderes políticos demagogos, crise de hegemonia das classes dominantes, trabalhadores sem consciência, camponeses que se tornaram operários, propaganda política, corporativismo sindical, cegueira nacionalista dos comunistas, entre outras anomalias. A história política do país é reduzida, dessa maneira, a uma dicotomia simplista: por um lado, um líder esperto, superconsciente, capaz de manipular e enganar; por outro, uma massa sem consciência de seus interesses, iludida por discursos fáceis e sem conteúdo. A teoria do “populismo” torna-se, assim, a teoria do equívoco. Todos se confundiram, de comunistas a udenistas, de trabalhistas a socialistas, de sindicalistas a camponeses, dos trabalhadores às camadas médias. Portanto, tudo o que ocorreu entre a queda do Estado Novo e o golpe militar de 64 deve ser desmerecido, criticado e condenado.<sup>60</sup>

No entanto, o estudo das crises republicanas permite ao estudioso vislumbrar uma sociedade em processo de organização e mobilização crescentes e, sobretudo, grupos políticos e sociais interessados em manter as regras democráticas. São trabalhadores organizados em seus sindicatos e em inter-sindicais; estudantes em suas organizações, a exemplo da UBES e da UNE; capitalistas manifestando-se em seus órgãos de representação de classe; militares, tanto oficiais quanto sargentos, participando da vida pública por meio de seus clubes; um eleitorado identificado em termos ideológicos e programáticos com os partidos políticos e, sobretudo, o povo nas ruas discutindo política e comprometido com o regime democrático. As instituições democráticas, dentro das limitações que conhecemos até hoje, funcionavam.

Além disso, projetos políticos — acima das personalidades que os expressavam — existiam, e a população os reconhecia. De um lado do espectro

político, o nacional-estatismo de trabalhistas e comunistas; de outro, o liberalismo conservador da UDN. Quem votava no PTB sabia o estava fazendo. Votava pelo nacionalismo, pela reforma agrária, pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Quem votava na UDN também sabia o que estava fazendo. Votava contra o trabalhismo, com o sentimento anticomunista, pela abertura do país ao capital estrangeiro e por uma democracia restritiva, particularmente em relação ao movimento sindical. A identificação do eleitorado com os partidos políticos, algo difícil de construir, mas fácil de ser desmantelada, era marcante no período.

As crises republicanas, assim, foram momentos limites em que os grupos políticos conservadores mais radicalizados não se conformaram com os avanços, democraticamente conquistados, dos trabalhistas. Seja na eleição de Getúlio Vargas em 1950, na eleição da chapa Juscelino-Goulart em 1955 ou na luta pela posse do próprio João Goulart em 1961, grupos minoritários de oficiais militares aliados a lideranças civis de extrema-direita, desconhecendo as regras democráticas, atentaram contra a ordem legal. O resultado foi a reação da sociedade pela manutenção dos preceitos constitucionais, incluindo o povo nas ruas, greves de trabalhadores organizados, protestos de capitalistas em suas associações de classe, estudantes e intelectuais mobilizados, entre outros grupos sociais defendendo a democracia. Minoritários, os interessados no golpe não conseguiram mobilizar o conjunto da sociedade para romper com a ordem legal. Foram incapazes, sequer, de arremeter a oficialidade do Exército.

Nas crises de 1954, 1955 e 1961, a bandeira da democracia e da legalidade estava nas mãos dos trabalhistas e das esquerdas. Não se tratava de lutar por reformas, mas, sim, de garantir os preceitos constitucionais. Daí as vitórias que obtiveram diante das investidas da extrema-direita golpista. Somente na última crise da República inaugurada em 1964, em março de 1964, o quadro político seria diverso. Preocupadas em implementar as reformas a qualquer preço, na "lei ou na marra", as esquerdas passaram a denunciar o regime democrático, sobretudo o conservadorismo do Congresso Nacional, como um empecilho para viabilizar o conjunto de mudanças que exigiam, sobretudo a reforma agrária. Nesse sentido, a bandeira da legalidade mudou de mãos. Em defesa da Constituição, da ordem legal e da democracia, os

conservadores e a extrema-direita conseguiram arremeter as tropas e mobilizar grandes contingentes sociais. Diversamente das crises anteriores, as direitas defenderam, pelo menos em termos retóricos, a ordem democrática. O resultado foi a vitória, relativamente fácil, nos primeiros dias de abril de 1964.

## NOTAS

1. A análise a seguir se baseia em Sérgio Besserman Vianna em Abreu, Marcelo de Paiva (1990).
2. Mesmo com as limitações impostas pela crise econômica, são diversos os autores que chamam a atenção para o processo de modernização econômica do período (D'Araújo, 1992; Skidmore, 1969). A novidade foi a criação da Assessoria Econômica, órgão técnico de planejamento da presidência da República. Encarregados de formular projetos estratégicos para o país, os técnicos da Assessoria, com viés nacionalista, propuseram a criação da Petrobrás, Eletrobrás, Fundo Nacional de Eletrificação, Plano Nacional do Carvão, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Comissão Nacional de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Nacional de Imigração e Colonização, entre outros órgãos, além do reaparelhamento dos portos e ferrovias, lançamento da indústria automobilística, em particular caminhões e tratores, financiamento para a construção de rodovias etc.
3. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1954, 1ª página.
4. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1954, 1ª página.
5. Idem, 10 de agosto de 1954, p. 2.
6. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1954, 1ª página.
7. *O Dia*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, p. 6 e *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, edição extra, p. 4.
8. *O Dia*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, p. 3.
9. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, segunda edição extra, p. 4.
10. As informações sobre o levante popular em Porto Alegre foram obtidas em *Correio do Povo*. Porto Alegre, 25 de agosto de 1954, p. 8-9 e 15.
11. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, edição extra, p. 2.
12. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 de agosto de 1954, p. 10.
13. As informações que se seguem estão em *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, edição extra, p. 5; *O Dia*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, p. 6; *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 de agosto de 1954, p. 10.

14. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 de agosto de 1954, p. 9; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, segundo caderno, p. 2.
15. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954, p. 2; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, p. 2.
16. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954, segunda edição extra, p. 7.
17. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954, p. 3.
18. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1955, p. 4.
19. Idem, 6-7 de agosto de 1955, p. 6.
20. Idem, 8 de agosto de 1955, p. 4.
21. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1955, 1ª página.
22. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1955, p. 4.
23. Idem, 25 de agosto de 1955, p. 4.
24. Idem, 20 de outubro de 1955, p. 4.
25. Idem, 12 de setembro de 1955, p. 4.
26. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 12 e 15 de setembro de 1955, p. 8 e 1ª página, respectivamente.
27. Idem, 17/18 de setembro de 1955, 1ª página. A carta é datada de 5 de agosto de 1953.
28. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 11 e 17 de outubro de 1955, p. 2 e 1, respectivamente.
29. Idem, 18 de outubro de 1955, p. 3.
30. *Henrique Teixeira Lott* (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1982, p. 117, 126 e 158.
31. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1955, p. 4.
32. *Henrique Teixeira Lott* (depoimentos). Op. cit., p. 128-129.
33. De Paula, Batista. *Plantão Militar* (Miscelânea). Rio de Janeiro, mimeo, s/data, p. 36.
34. Idem, p. 37.
35. Idem, p. 37-38.
36. *Henrique Teixeira Lott* (depoimentos). Op. cit., p. 131.
37. De Paula, Batista. Op. cit., p. 39-40.
38. *Correio da Manhã*. RJ, 12 de novembro de 1955, 1ª página e seguintes e *Última Hora*. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1955, p. 3, 3ª edição.
39. *Henrique Teixeira Lott* (depoimentos). Op. cit., p. 156.
40. As fontes que se seguem estão em *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1955, p. 2 e 18 de novembro de 1955, p. 3; *Última Hora*. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1955, p. 3.
41. Embora sem comprovação empírica, tudo indica que Jânio Quadros planejou um golpe de Estado. Inicialmente, enviou o vice-presidente João Goulart à China, um país comunista e do outro lado do mundo, o que não teria sido casual. Em plena Guerra Fria, a visita à China prejudicaria a imagem de Goulart diante dos conservadores. Mais importante para os seus planos, até o vice-presidente conseguir voltar ao Brasil, muito tempo teria se passado. Jânio contava com a reação militar à posse

- de Goulart, mas, sobretudo, pensava em grandes manifestações populares a seu favor. Assim, com o apoio do povo nas ruas e da chancela militar, subjugaria o Poder Legislativo. O plano, como se sabe, resultou em rotundo fracasso.
42. *O Semanário*, nº 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 12.
43. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 28 de agosto de 1961, p. 32.
44. *O Semanário*, nº 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 6.
45. *Revista do Globo*. Porto Alegre, nº 803, 16 a 29 de novembro de 1961, Ed. Globo, p. 11.
46. Citado em Felizardo, Joaquim. *A legalidade*. O último levante gaúcho, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1988, p. 33-40. As citações que se seguem são da mesma fonte.
47. *O Semanário*. nº 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 6.
48. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 30 de agosto de 1961, p. 15 e *O Semanário*, nº 277, 19 a 25 de setembro de 1961, p. 8.
49. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1961, p. 1 e 7.
50. Idem, 29 de agosto de 1961, p. 1-2.
51. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 agosto de 1961, p. 5; 30 de agosto de 1961, p. 2 e 1º de setembro de 1961, p. 2.
52. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1961, p. 6.
53. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 4.
54. Idem, p. 3-4.
55. *O Semanário*, nº 278, 26 de setembro a 2 de outubro de 1961, p. 34.
56. Idem, nº 277, 16 a 29 de novembro de 1961, p. 12.
57. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 2.
58. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, 1ª página.
59. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 4.
60. Para uma crítica ao conceito de populismo veja Ferreira Jorge (2001).

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Marcelo de Paiva (org.). 1990. *A ordem no progresso: Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.
- Benevides, Maria Vitória M. 1981. *A UDN e o udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Carvalho, José Murilo de. 1999. "Vargas e os militares". In Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- D'Araujo, Maria Celina. 1992. *O segundo governo Vargas. 1951-1954*. São Paulo: Ática.
- . 1996. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- Delgado, Lucília de Almeida Neves. 1989. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- Felizardo, Joaquim. 1988. *A legalidade: O último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS.
- Ferreira, Jorge (org.). 2001. *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Figueiredo, Argelina. 1993. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gomes, Angela de Castro; D'Araujo, Maria Celina. 1989. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática.
- Labaki, Amir. 1986. *1961. A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense.
- Lattman-Weltman, Fernando. 1997. "Cidadania e razão na imprensa escrita: retórica e prática excludente em períodos democráticos (os anos 50 e 90)". Trabalho apresentado no XIX Simpósio Nacional da ANPUH. *Cadernos de resumos*, Belo Horizonte, p. 579.
- Leffort, Claude. 1983. *A invenção democrática: Os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Silveira, Norberto da. 1991. *Reportagem da legalidade — 1961/1991*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda.
- Skidmore, Thomas. 1969. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga.
- Wainer, Samuel. 1988. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record.

## O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964

*Jorge Ferreira*

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Sobre as Teorias  
Explicativas do Golpe

Ainda é difícil, para os historiadores, determinar as relações entre indivíduo e sociedade, entre livre-arbítrio pessoal e determinismo social, sobretudo o econômico. Sabemos, no entanto, que a problemática que contrapõe indivíduo e sociedade refere-se a uma falsa questão. Segundo Phillippe Levillain, com o esgotamento das teorias globalizantes, principalmente o estruturalismo, foi possível avaliar que, embora os indivíduos sejam modelados pela sociedade, eles, por sua vez, manifestam preferências que devem ser explicadas (1996, p. 168). Apesar do avanço nas reflexões sobre o tema, a historiografia sobre o governo de João Goulart e o golpe civil-militar de 1964, via de regra, ainda tem como referência paradigmas tradicionais, ora culpabilizando um único indivíduo, ora referindo-se, ainda que não explicitamente, a estruturas que determinam, de maneira irreversível e inelutável, o destino das coletividades.

Começemos por aqueles que preferem personalizar a História. Para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o golpe de Estado. Para as esquerdas revolucionárias e a ortodoxia marxista-leninista, o presidente era um líder burguês de massa, uma liderança cuja origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para trair a classe trabalhadora. Portanto, sua origem de classe teria permitido o golpe. Além disso, segundo muitas interpretações, incluindo a de diversos historiadores, um consenso: tratava-se de um "populista". Nas palavras de Thomas Skidmore, aliás, "um populista de pouco talento" (1969, p. 238). Neste caso, portanto, direitas, esquerdas e liberais se unem em uma mesma explicação: o comportamento, a personalidade e a incapacidade política de um único indivíduo atuaram como fatores

decisivos, se não determinantes, para o golpe. Assim, em uma análise tradicional, superada na historiografia e teoricamente inaceitável, o regime instaurado em março de 1964 que, durante duas décadas, mudou a face do país, gerando um processo político, econômico, social e cultural de grandes proporções, teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo.

Da explicação individual, outras análises voltam-se para as grandes estruturas. Primeiro, a mais conhecida e disseminada: março de 1964 significou o “colapso do populismo no Brasil”. Octávio Ianni (1975), em interpretação que se tornou clássica, compreende o golpe como o resultado da contradição entre a crise estrutural do padrão agrário-exportador e os modelos de desenvolvimento nacionalista e associativo com empresas estrangeiras.<sup>1</sup> A explicação estrutural obteve grande aceitação nas reflexões de diversos estudiosos. Segundo a crítica de Argelina Figueiredo, Guilherme O’Donnel, por exemplo, aproximou excessivamente estágios de industrialização com regimes autoritários. Para o autor, o processo de industrialização por substituição de importações, em um certo estágio, atinge um nível em que o crescimento econômico exige regimes autoritários na regulação dos conflitos. Para Fernando Henrique Cardoso, em visão ainda mais determinista — continua a autora em sua crítica —, o processo de acumulação de capital necessita de formas autoritárias de gestão, desarmando as classes populares e reestruturando os mecanismos de acumulação para o desenvolvimento das forças produtivas. Na avaliação de Argelina Figueiredo, em interpretações como essas o determinismo econômico é evidente. As análises “presumem uma coincidência perfeita entre requisitos estruturais e ações individuais ou grupais, sem especificar o mecanismo através do qual a ‘necessidade’ se realiza na ação” (Figueiredo, 1993, p. 23-24).

A concepção de que estruturas econômicas, independentemente da própria sociedade que as produziram, tornam-se sistemas fechados, com poder de auto-regulação, dominando as iniciativas e as crenças das pessoas, não é levada mais a sério. A tese que sustenta a inevitabilidade do golpe militar com base nas mudanças no padrão de acumulação de capital que ocorreram ainda no governo Juscelino está, hoje, desacreditada. Trata-se de um determinismo econômico oriundo de um marxismo que elimina os atores coletivos — sejam eles grupos organizados ou classes sociais — bem

como o conflito entre eles.<sup>2</sup> Se tudo estaria determinado pelo padrão de acumulação, o destino da sociedade já estaria traçado, independente dos projetos, interesses e da luta social entre os atores envolvidos. Nada a fazer, portanto. Por essa interpretação, travestida de marxismo, mas de evidente enfoque estruturalista, não teria havido golpe militar ou acirramento das lutas sociais no Brasil. Teria havido, simplesmente, “crise de acumulação”, ou “do populismo”.

Uma outra interpretação, que não deve ser minimizada, fala, por sua vez, da Grande Conspiração, da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros — a exemplo de empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista — com a CIA e o Departamento de Estado norte-americano. A conspiração direitista interna-externa, desse modo, teria sido o fator fundamental para a crise política de 1964. Nesse tipo de análise, adotada muitas vezes pelos próprios trabalhistas para explicar a queda de Goulart, igualmente minimiza-se a participação dos grupos e das classes sociais que atuaram de maneira conflituosa dentro do país, deslocando para o exterior os protagonistas da própria história vivida pela sociedade brasileira. Nesse sentido, o “culpado” pelo golpe teria sido o Outro, o “estrangeiro”. Ora, desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo de Juscelino e uma decisiva em agosto de 1961. Não conseguiram. Não encontraram apoio da sociedade para o golpe. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante.

Para compreender as dificuldades vividas pelo governo de João Goulart e a crise política que permitiu a formação de um amplo arco de alianças entre grupos civis e militares que culminou com sua deposição, recorrerei ao método histórico, reconstituindo as identidades e os interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, bem como as lutas políticas e conflitos sociais que eles patrocinaram.

## O GOVERNO PARLAMENTARISTA

No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse no Congresso Nacional em clima de grande entusiasmo, apesar de assumir o poder em uma conjuntura muito difícil. Saiu do país como vice e voltou como presidente, sem mesmo saber se assumiria. Nem tempo para o necessário planejamento de seu governo encontrou. Tornou-se presidente da República sob gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além da delicada situação política. Ainda mais grave, Goulart não tinha como implementar seus projetos reformistas. O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo "híbrido", o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse, garantindo, assim, as instituições democráticas. Contudo, a coalizão democrática, formada por diferentes correlações de forças, não chegou a um consenso no sentido de manter as regras constitucionais, sobretudo na questão da manutenção do presidencialismo. A solução de compromisso, portanto, foi a de restringir os poderes de Goulart com o parlamentarismo, impedindo o golpe, mas também frustrando os grupos nacionalistas e de esquerda que lutavam pelas reformas de base (Figueiredo, 1993, p. 51).

A estratégia do presidente era a de desarmar os seus opositores conservadores, procurando ampliar sua base política com o apoio do centro, sobretudo com o PSD, mas, ao mesmo tempo, não querendo abrir mão de suas relações com as esquerdas. Assim, o primeiro gabinete, nomeado em 8 de setembro e denominado de "conciliação nacional", foi chefiado por Tancredo Neves, do PSD, partido de maior representação na Câmara. Mesmo diante das dificuldades e limitações, Goulart implementou um programa nacionalista mínimo. Em outubro de 1961, o gabinete aceitou a proposta do Ministério das Minas e Energias para cancelar as concessões de exploração de minério de ferro em Minas Gerais feitas ao grupo norte-americano Hanna Company. Além disso, Goulart deu continuidade à política externa indepen-

dente, iniciada por seu antecessor. Visando sobretudo ampliar os mercados para exportação, estabeleceu relações diplomáticas com os países do bloco socialista e, em novembro de 1961, com a União Soviética. Coerente com a nova política externa, o governo brasileiro rechaçou as sanções que os Estados Unidos propuseram contra Cuba, bem como a intervenção militar na ilha. Na Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, o chanceler San Tiago Dantas defendeu a neutralidade em relação a Cuba, opondo-se aos Estados Unidos que pretendiam impor a sua política aos países latino-americanos.

Contudo, também nas semanas iniciais de seu governo, começou a conspiração civil-militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas. Os três ministros militares de Jânio Quadros, logo que entregaram os cargos, passaram a tramocar a destituição de Goulart, sobretudo o marechal Odílio Denys, com o apoio, inclusive, de um grupo de empresários cariocas. A eles juntaram-se os generais Cordeiro de Farias e Olímpio Mourão. Em São Paulo, entraram em contato com vários coronéis, a exemplo de Jaime Portela, e políticos conservadores, como Herbert Levi e Abreu Sodré. Entretanto, o grupo sabia que não tinha bases políticas, sociais e, sobretudo, militares para levar adiante os planos. Os conspiradores enfrentavam as mesmas dificuldades de episódios anteriores: convencer e arregimentar a maioria da oficialidade a aderir ao golpismo. De fato, para grande parte dos oficiais das três Armas, uma coisa era não gostar de Goulart e de sua política reformista; outra, muito diferente, era derrubar um governo legítimo que alçou o poder dentro das regras democráticas e constitucionais.

Um dos problemas enfrentados pelo presidente foi o acirramento das lutas no campo. Procurando formas de organizações, já no governo Kubitschek os trabalhadores rurais de Pernambuco organizaram-se nas chamadas Ligas Camponesas. Dois meses após tomar posse na presidência, realizou-se, em Belo Horizonte, o I Congresso Camponês. Goulart discursou na abertura do evento. Os cerca de 1.600 delegados, vindos de todo o país, apresentavam propostas radicais. Francisco Julião, falando no encerramento do encontro, afirmou que "a reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue". A questão da reforma agrária, na verdade, impunha problemas de difícil solução. As iniciativas do presidente não avançavam principalmente pelo artigo 141 da Constituição que previa pagamento prévio em

dinheiro por desapropriações feitas por interesse público. Assim, enquanto as esquerdas defendiam o pagamento em títulos da dívida pública, os conservadores não aceitavam a alteração do artigo constitucional. Com a intransigência das partes, Goulart não encontrou condições políticas para enviar ao Congresso Nacional um projeto de reforma agrária. A grande dificuldade que ele enfrentava era que as esquerdas estavam empenhadas em uma estratégia maximalista de reformas, descartando concessões, negociações ou compromissos (Figueiredo, 1993, p. 53). O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, despontando como grande liderança no campo da esquerda, afirmava que o Poder Legislativo, ao aceitar a emenda do parlamentarismo, perderia a legitimidade política. Assim, incitava Goulart a fechar o Congresso, assumir seus poderes de fato e realizar as reformas, sobretudo a agrária, desconhecendo a Constituição.

Um problema que se apresentou muito difícil ao presidente foi quando, dias depois do término da Conferência de Punta del Este, Leonel Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph, acirrando ainda mais a crise entre o governo brasileiro e o norte-americano. Já em 1959, Brizola havia encampado a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power, grupo ligado a Bond & Share. De fato, ambas as empresas negavam-se a investir na infra-estrutura e na expansão energética e de comunicações, comprometendo, assim, as possibilidades de desenvolvimento do estado, embora continuassem a remeter seus lucros para o exterior. No entanto, para o governo dos Estados Unidos, as medidas não passaram de um confisco ilegal das autoridades brasileiras. Apesar disso, o governo federal apoiou as nacionalizações no Rio Grande do Sul e instituiu um grupo de trabalho para promover a implantação da Eletrobrás.

Além desses problemas, Goulart herdou uma pesadíssima crise econômico-financeira. Entre a posse de Jânio Quadros e a dele, foram emitidos 87 bilhões de cruzeiros. Desse total, 58 bilhões foram emitidos nas duas semanas em que os ministros militares tomaram o poder. O reflexo imediato foi o crescimento dos índices de inflação que, em 1961, alcançou a casa dos 45%. No dizer de Amir Labaki, "a batata quente que JK passara a JQ chegaria pelando ainda mais às mãos de JG. No governo deste, ficaria estorricada"

(1986, p. 142-143). Recebendo de seu antecessor uma difícil situação econômica, marcada por grave crise financeira, que já vinha do final do governo Kubitschek, Goulart viajou, em abril de 1962, para os Estados Unidos. Os objetivos eram buscar recursos e discutir temas que dificultavam as relações entre os dois países, sobretudo no tocante a nacionalizações e à questão cubana. O ministro da Fazenda, Walter Moreira Salles, implementando uma política econômico-financeira ortodoxa, com um programa rígido de combate à inflação, esforçava-se para ganhar a credibilidade dos banqueiros internacionais. A viagem de Goulart, portanto, tinha por objetivo apoiar as medidas de seu ministro. Em sua visita aos Estados Unidos, ele não se apresentou como um presidente de um país submisso e sem personalidade. No entanto, seus esforços renderam poucos resultados. A ajuda de 131 milhões de dólares ao Nordeste foi retida com a insistência norte-americana em controlar sua aplicação. Os diretores do FMI não acreditaram que Goulart levasse adiante um duro programa de combate à inflação (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 1.512).

O presidente retornou ao Brasil com grande prestígio pelo encontro com Kennedy, reduzindo, inclusive, as apreensões dos grupos conservadores. No entanto, sem os recursos externos tão esperados, a situação econômica deteriorou-se ainda mais com o aumento dos índices inflacionários. Os conflitos de terras no interior se acirraram, sobretudo com o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira e com a invasão de cidades de Pernambuco por multidões famintas, com saques a mercados e armazéns.

#### A RADICALIZAÇÃO DAS ESQUERDAS

Logo que assumiu o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária,

além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas. Embora heterogêneos e nem sempre unidos, os grupos de esquerdas e os representantes do nacionalismo formaram, no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de “coalizão radical pró-reformas” (1993, p. 66). Eram eles o PCB, as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes através da UNE e, inclusive, uma pequena organização trotskista. Leonel Brizola, nesse momento, surgiu como a grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, pressionando Goulart para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária. Embora com orientações diversas, para os grupos que formavam a “coalizão radical pró-reformas”, a palavra de ordem tornou-se “reforma agrária na lei ou na marra”.

O PCB, o grande partido de esquerda marxista da época, participava ativamente da vida política do país nesse momento. Superando a linha ultra-esquerdista e sectária que vinha adotando até então, o partido, com a Declaração de Março de 1958, passou a reconhecer a questão democrática e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, bem como a defender, no Brasil, um governo que, unindo operários, camponeses e burguesia nacional, patrocinasse uma política nacionalista e reformista, sobretudo no tocante à questão agrária. Portanto, um programa similar ao dos próprios trabalhistas. Ao abrir-se para a sociedade e aliar-se ao PTB, sobretudo no campo sindical, o Partido Comunista Brasileiro conheceu um crescimento político importante.

A União Nacional dos Estudantes, por sua vez, conheceu um processo de politização crescente desde o início do governo Kubitschek, culminando com a radicalização esquerdista a partir de 1961. As expressões “revolução” e “união operário-estudantil-camponesa” eram freqüentes em seus textos. Hegemonizada pela Juventude Universitária Católica (JUC) — depois rebatizada de Ação Popular (AP) —, mas aliada aos comunistas do PCB, a UNE

atraía a participação e o engajamento dos estudantes mais politizados. A aproximação deles com trabalhadores rurais, sindicalistas e sargentos, bem como, mais adiante, com cabos, marinheiros e fuzileiros navais estava coerente com a proposta da aliança operário-camponesa-estudantil-militar.<sup>3</sup> A intelectualidade, sobretudo ligada ao ISEB em sua última fase, igualmente se engajou no processo nacional-revolucionário. A edição dos *Cadernos do Povo Brasileiro* surgia como uma proposta de conscientizar o povo e, assim, contribuir para a eclosão da revolução brasileira. No campo, as lutas se acirravam, sobretudo no Nordeste com a formação das Ligas Camponesas. Em Pernambuco, a grande liderança do movimento, Francisco Julião, passou a interpretar a realidade rural nordestina pelo processo revolucionário cubano. A miséria dos camponeses, a economia açucareira e o latifúndio permitiam que Julião comparasse o interior pernambucano com Cuba pré-revolucionária. Em 9 de outubro de 1962, o programa da organização era publicado no jornal *A Liga*: “É hora da aliança operário-camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais revolucionários e outros setores radicais da população.” (Citado em Moraes, 1989, p. 259.)

O movimento de organização dos subalternos das Forças Armadas, sargentos em particular, havia começado no governo de Juscelino, com a disseminação de clubes de suboficiais das três Forças por todo o país. A reivindicação inicial era pela estabilidade funcional. Contudo, no início da década de 1960, a luta era outra. O sentimento nacionalista e reformista não circulava apenas na oficialidade, mas também entre os subalternos. Sobretudo com a crise política de agosto de 1961, os sargentos entraram no cenário político como força atuante no campo da esquerda. O processo de politização dos subalternos das Forças Armadas foi crescente, especialmente após a Campanha da Legalidade. Apresentando-se como o “povo em armas”, afinados com as demandas de democratização que se abriam para os “de baixo”, eles aprofundaram as suas reivindicações. Em seus clubes e associações, passaram a indicar candidatos ao Congresso Nacional — algo que, na Constituição, como estava redigida, dava interpretações dúbias, tanto a favor quanto contra a sua elegibilidade. Com o slogan “sargento também é povo”, diversos deles concorreram a cargos eletivos em vários estados. A aproximação dos sargentos com os estudantes e os sindicalistas era, em 1963, uma reali-

Aprox.  
MA, CAS,  
PCB,  
PTB

dade. Com o tempo, muito rapidamente, o movimento cresceu, sendo que uma maioria significativa de seus integrantes passou a seguir a liderança de Leonel Brizola. A aliança que se estabelecia entre os sargentos e o CGT, as Ligas Camponesas, a UNE e as organizações de esquerda revolucionária abria novas perspectivas para a campanha reformista e nacionalista. Para operários, camponeses, estudantes e militantes de esquerda, surgia a oportunidade de terem o que ainda faltava para o embate com os conservadores: militares em armas. Para os suboficiais, o apoio dos movimentos populares os ajudaria a pressionar a cúpula militar na supressão de arbitrariedades e discriminações que sofriam nos quartéis, “democratizando” as Forças Armadas. Afinal, para todos eles, “sargento também é povo” (Paruker, 1992, p. 85-86). Para as chefias militares, no entanto, tudo aquilo surgia como algo intolerável.

Outros grupos de esquerda, menos conhecidos pela sociedade, a maioria aderindo ao modelo leninista de organização, defendiam propostas de revolução seguindo as experiências em voga, seja a chinesa ou a cubana, como o PC do B; o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) — POR-T; a Organização Revolucionária Marxista, editando o jornal *Política Operária*, e daí ORM-POLOP; e a Ação Popular, conhecida como AP. Na avaliação de Darcy Ribeiro, as pequenas esquerdas radicais não toleravam o governo de Goulart. Lutavam pela revolução socialista imediata e “seu propósito era derrubar o governo” (1998, p. 297).

Por fim, os nacional-revolucionários, maneira como os seguidores de Leonel Brizola se autodefiniam. Desde o início de sua carreira, Brizola mantinha relações políticas, de amizade e de parentesco com João Goulart. Surgindo como o petebista mais ousado e radical na defesa dos direitos de Goulart, Brizola ganhou grande legitimidade no partido. Contudo, foram algumas medidas tomadas no governo do Rio Grande do Sul, durante a Campanha da Legalidade, que o projetaram como liderança no campo das esquerdas. Medidas ousadas — como a encampação de empresas norte-americanas e a criação de 680 mil vagas escolares, mas sobretudo o fato de ter enfrentado, com grande coragem e determinação, a direita civil-militar na crise de agosto de 1961 — lançaram seu nome como líder da facção mais esquerdista dos petebistas. Mesmo personalidades e grupos políticos pertencentes a outras organizações, inclusive revolucionárias, passaram a reconhecer a sua li-

derança. Em 1962, a seção carioca do PTB lançou seu nome como deputado federal. Brizola obteve a maior votação proporcional já obtida no país, com 269 mil votos. Seu prestígio político no campo das esquerdas, nesse momento, era imenso, passando inclusive a rivalizar com o próprio presidente da República no campo popular, nacionalista e de esquerda.

Brizola unificava as esquerdas e daí sua ousadia no desafio. Seu nome passou a significar o que de mais a esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando idéias e crenças de grupos heterogêneos e muitas vezes divergentes. No início de 1963, sob sua liderança, surgiu a Frente de Mobilização Popular, qualificada por Ruy Mauro Marini como um “parlamento das esquerdas” (Citado em Neves, 1989, p. 236). Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD. Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. Apresentando-se como uma espécie de Frente Única de Esquerda, a organização liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações do leque partidário brasileiro, inclusive as de centro. Na FMP estavam representados os estudantes, por meio da UNE; os operários urbanos, com o CGT, a CNTI, o PUA e a CONTEC; os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais em suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do grupo compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista, a exemplo de Sérgio Magalhães, Doutel de Andrade, Abgvar Bastos, Oswaldo Lima Filho, Bocaiúva Filho, entre outros. A penetração da FMP entre os subalternos das Forças Armadas era algo sem precedentes. Cálculos sugerem que, dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas. Segundo Herbert de Souza, o Betinho, na época militante da AP, a FMP foi uma vivência rica para as esquerdas. “Foi uma experiência aberta, um fórum de debates, de articulação, de politização” (citado em Moraes, 1989, p. 259).

Partido de  
Unidade de  
Ação  
PTB

372 *rola Desgastar João?*

Cabe, por fim, uma ressalva. Muitas interpretações, com tendências a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e ter provocado o golpe militar. Seu radicalismo, sua intolerância, seu sectarismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para a sua deposição. Ora, analisando os componentes da FMP, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que reconheceu Leonel Brizola como líder do movimento. Naquele momento, ele interpretava as suas idéias, crenças e projetos e, exatamente por isso, teve sua liderança reconhecida. Se ele era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham projetos em comum. Era essa a esquerda brasileira da época, que vivia uma experiência de radicalização crescente.<sup>4</sup>

Seja como for, a euforia inicial com a posse logo foi transformada em impaciência. Afinal, estudantes, sindicalistas, artistas, intelectuais e esquerdas acreditavam que havia chegado a hora das reformas. No entanto, Goulart intitulou o primeiro ministério parlamentarista de “gabinete da conciliação”. Da impaciência, partiram para a acusação. A diretoria da UNE, militantes do CPC, a intelectualidade marxista, organizações revolucionárias, ativistas sindicais e muitos sargentos, de maneira similar aos outros grupos esquerdistas, passaram a exigir do presidente o fim da política de “conciliação” com os conservadores. “Conciliação”, aliás, era o termo mais insultuoso entre eles naquele momento.

O conflito entre as esquerdas, que mobilizavam os trabalhadores nas ruas, e os conservadores, com a maioria no Congresso, girava sobretudo em torno de como implementar a reforma agrária. Para as esquerdas, a mudança da estrutura fundiária no país não poderia acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição, sob o risco de se tornar, como se dizia na época, uma “negociata rural”. O PSD, maioria no Congresso e fiel da balança, concordava com indenizações com títulos da dívida pública e, avançando para o perfil conservador do partido, aceitava que os princípios das

desapropriações por interesse social atingissem apenas o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado. No entanto, para a coalizão radical pró-reformas, qualquer proposta que incluísse indenizações era inaceitável. Assim, desconhecendo o poder de veto da maioria parlamentar conservadora do Congresso, as esquerdas partiram para a estratégia de pressionar o governo e mobilizar os trabalhadores nas ruas, excluindo, nas palavras de Argelina Figueiredo, concessões ou compromissos políticos (1993, p. 73). Em processo crescente de radicalização, atacavam o Congresso Nacional e exigiam de Goulart medidas radicais e imediatas.

O presidente, procurando ser fiel aos seus compromissos nacionalistas, não abria mão das reformas. No entanto, naquele momento, o seu objetivo mais imediato era recuperar seus poderes. Ele mostrava impaciência com as amarras do parlamentarismo que tolhiam suas ações, sobretudo impedindo-o de realizar as reformas de base. Assim, em maio de 1962, procurou aproximar-se dos setores nacionalistas e de esquerda, afastando-se do conselho de ministros, cuja maioria não compactuava com idéias reformistas. Com as novas determinações presidenciais, o “gabinete da conciliação”, a política de compromisso e de união nacional perderam o sentido. Assim, ele deu início à campanha de retorno ao presidencialismo. Com o pretexto de se desincompatibilizarem para concorrerem às eleições de outubro de 1962, todos os ministros pediram demissão em 26 de junho (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 1.513).

1962

#### DE VOLTA PARA O PRESIDENCIALISMO

Com a renúncia de Tancredo Neves, San Tiago Dantas recebeu o apoio das forças de esquerdas, dos grupos nacionalistas e do movimento sindical para assumir o cargo de primeiro-ministro. Goulart o indicou para chefiar o gabinete. Os conservadores, no entanto, não viram a escolha de Dantas como a mais sensata, particularmente pela sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, onde patrocinou a política externa independente. Assim, udenistas e pessedistas vetaram a sua indicação. Diante da resistência dos parlamentares conservadores, Goulart nomeou um deles para o cargo,

260  
62

Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. A aprovação do nome ocorreu sem problemas no Congresso, apenas com os votos contrários do PTB. A reação das esquerdas foi imediata. O movimento sindical deflagrou uma greve geral pela nomeação de um gabinete nacionalista. Auro Moura, sem alternativas, renunciou. A manobra de Goulart, nesse episódio, foi bem-sucedida. Sua intenção era a de criar um impasse. Não podendo indicar um nome progressista, indicou o de um conservador, despertando reações das esquerdas e desgastando o sistema parlamentarista. A questão da sucessão do gabinete foi resolvida com a indicação de Francisco de Paula Brochado da Rocha, ex-secretário do Interior e Justiça do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Seu nome foi aprovado com ampla maioria de votos. No entanto, líderes sindicais vetaram a indicação de dois ministros do novo gabinete.

62  
→

Com um novo ministério, Goulart assumiu o compromisso de adotar um programa de combate à inflação e antecipar para dezembro o plebiscito sobre a continuidade do regime parlamentarista. Uma das primeiras medidas do novo primeiro-ministro foi solicitar ao Congresso delegação de poderes ao governo para legislar sobre o monopólio da importação de petróleo e derivados, o comércio de minérios e materiais nucleares, o controle da moeda e do crédito, o Estatuto do Trabalhador Rural, os arrendamentos rurais e as desapropriações por interesse social. Além disso, propôs a criação de um órgão estatal para viabilizar a reforma agrária (Victor, 1965, p. 440). A medida, polêmica, logo sofreu oposição de políticos conservadores e empresários. A crise econômica e financeira, no entanto, se agravava. Assim, em 1962, a inflação no estado da Guanabara chegou a 47,2%, quando em 1960 havia sido de 23,7%. Para Goulart, os índices negativos e a instabilidade financeira e econômica resultavam da dinâmica do parlamentarismo, regime que impedia a implantação das reformas de base. A radicalização política, por sua vez, fragilizava ainda mais o governo. Em setembro, Leonel Brizola, falando em nome das esquerdas, defendeu o fechamento do Congresso Nacional e pediu que o Exército restaurasse os poderes presidenciais de Goulart. Lacerda, mais uma vez, denunciou o perigo de golpe comunista prestes a ocorrer.

Em agosto, os ministros militares se manifestaram pedindo a antecipação do plebiscito. As pressões dos setores nacionalistas do Exército e das li-

deranças sindicais levaram Brochado da Rocha a pedir nova delegação de poderes ao Congresso e a marcar a data do plebiscito para 7 de outubro de 1962. Com a segunda negativa do Congresso em delegar poderes ao governo, o gabinete de Brochado da Rocha renunciou em 14 de setembro. O CGT imediatamente decretou greve geral, com o apoio discreto da ala nacionalista do Exército. Leonel Brizola, em Proclamação ao Povo Brasileiro, denunciou o Poder Legislativo: "O povo não poderia esperar outra coisa de um Congresso constituído, em sua maioria, de latifundiários, financistas, ricos comerciantes e industriais representantes da indústria automobilística, empreiteiros e integrantes das velhas oligarquias brasileiras" (citado em Victor, 1965, p. 444). Sob pressão do movimento sindical, das esquerdas e dos próprios militares, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Com Hermes Lima no cargo de primeiro-ministro, o novo ministério foi empossado em 18 de setembro de 1962. Nesse momento, porém, o parlamentarismo era um regime em descrédito. Goulart, que tudo fazia para inviabilizá-lo, passou, a partir daí, a realizar uma campanha para retornar ao presidencialismo. Grupos conservadores, as esquerdas e mesmo o empresariado uniram-se pela volta ao antigo regime.

A coalizão radical, no entanto, avançava em sua estratégia do confronto. Um episódio é revelador do clima de radicalização no país. Segundo Flávio Tavares, o Serviço de Repressão ao Contrabando descobriu, no interior de Goiás, um campo de treinamento militar das Ligas Camponesas. No acampamento, os soldados encontraram bandeiras cubanas, retratos e textos de Fidel Castro e de Francisco Julião, manuais de instrução de combate, planos de implantação de outros futuros focos de sabotagem, descrição dos fundos financeiros enviados pelo governo cubano para montar diversos acampamentos guerrilheiros, bem como esquemas para sublevação armada das Ligas Camponesas em outras regiões do país. Para Flávio Tavares, em pleno regime democrático, "uma agrupação de esquerda preparava a derrubada pelas armas de um governo no qual, pela primeira vez na História do Brasil, havia ministros de esquerda, socialistas e comunistas" (Tavares, 1999, p. 77-79).

Ao mesmo tempo, grupos políticos, empresariais e militares articulavam-se em instituições para conspirarem contra o governo de maneira mais organizada. A primeira delas foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES.

A ESQUERDA ORGANIZADA EM GOLPE?

Fundado no início de 1962, inicialmente, publicava livretos, patrocinava palestras, financiava viagens de estudantes aos Estados Unidos e ajudava a sustentar organizações estudantis, femininas e operárias conservadoras. Em fins do mesmo ano, grupos mais conservadores e anticomunistas reorientaram o órgão no sentido de derrubar o governo. Para isso, passaram a se aproximar de setores militares, inclusive recrutando muitos oficiais reformados das Forças Armadas para criar um serviço de inteligência. O IPES passou a estocar armas, inclusive metralhadoras (Silva, 1975, p. 253-256). Entre a sua fundação até março de 1964, gastou cerca de 200 a 300 mil dólares por ano para propagandear mensagens contra o governo na sociedade e entre os militares. Com verbas de grandes empresas estrangeiras, européias e norte-americanas, a organização estendeu sua influência nos jornais e nas agências de publicidade, orientada, segundo Moniz Bandeira, pela CIA. Sempre batendo na tecla do anticomunismo, assustando sobretudo os quartéis com a suposta infiltração esquerdista no governo, o IPES, por meio do general Golbery do Couto e Silva, aproximou-se da Escola Superior de Guerra.

Outra organização era o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Igualmente sob orientação da CIA, subvencionou diretamente candidaturas conservadoras nas eleições de 1962, todas comprometidas em defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. Nessas eleições, os gastos no financiamento de candidatos alcançaram, segundo informações do embaixador norte-americano no Brasil, Lincon Gordon, a cifra de 5 milhões de dólares (Bandeira, 1977, p. 65-70). Uma ampla campanha baseada na histeria anticomunista convenceu parcelas significativas da população formada por empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores — de que Goulart, de fato, teria intenções de comunizar o país.

Nas eleições de 1962, mesmo com o financiamento empresarial aos candidatos da direita, o PTB aumentou significativamente a sua bancada no Congresso, passando de 66 para 104 deputados, embora a UDN e o PSD, juntos, alcançassem 54% das cadeiras. Leonel Brizola, candidato a deputado federal pelo estado da Guanabara, obteve uma votação extraordinária. Em termos gerais, o resultado das eleições foi avaliado pelo presidente e as esquerdas com otimismo, como um avanço na luta nacionalista e pelas refor-

mas de base. No entanto, a exceção de Pernambuco, com Miguel Arraes, a direita governava importantes estados, com Ademar de Barros em São Paulo, Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul, além de Carlos Lacerda na Guanabara.

Entre as eleições e a realização do plebiscito, Goulart adiou qualquer medida de impacto. No entanto, em busca de recursos, criou tarifa fiscal e empréstimo compulsório sobre energia elétrica, permitindo a rápida implantação da Eletrobrás. O ministro da Fazenda anunciou um plano para estabilizar a moeda e diminuir os déficits do Tesouro — medidas, contudo, sem os resultados esperados. Outras iniciativas foram a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas (COLESTE) e a formação da Zona de Livre Comércio, assim como recomendava o Tratado de Montevideu que instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Na área trabalhista, o primeiro-ministro atendeu ao pedido de líderes sindicais de rever o salário mínimo. Inovações verdadeiramente impactantes foram implementadas no campo da educação. Sem contar com a Universidade de Brasília, uma reviravolta no sistema universitário brasileiro, Darcy Ribeiro, no Ministério da Educação, publicou a Enciclopédia da Professora Primária, em nove volumes. Além de uma gramática e um atlas, manuais pedagógicos foram publicados, a exemplo de *Como alfabetizar*, *Como ensinar a ler, a escrever e a contar*, *Como ensinar aritmética*, *Como ensinar ciências naturais*, *Como ensinar história*, *Como organizar a recreação e os desportos na escola*. Outra iniciativa foi o lançamento da Biblioteca Básica Brasileira, em 10 volumes, com 15 mil exemplares cada, enviada para as escolas secundárias e universidades, cobrindo os clássicos brasileiros da literatura, história, língua, entre outras áreas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi finalmente efetivada, determinando que 12,45% do orçamento federal fosse investido exclusivamente em educação (Ribeiro, 1998, p. 265-266).

Contudo, novos problemas surgiram, sendo que a deterioração das relações com os Estados Unidos foi um dos mais difíceis. Inicialmente, em setembro de 1962, quando Goulart assinou a Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, anteriormente votada pela Câmara. Depois, a questão cubana, sobretudo com a crise dos mísseis soviéticos. O presidente instruiu o representante brasileiro na OEA que aprovasse o bloqueio econômico à ilha, mas que

se opusesse a qualquer invasão militar. A medida, ambígua, permitiu que as esquerdas formulassem contundentes críticas ao presidente. Kennedy, por sua vez, igualmente criticou a posição de Goulart, lembrando ainda da questão das encampações de empresas norte-americanas, assunto que não fora resolvido (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 15-14). O presidente norte-americano cancelou a viagem que faria ao Brasil em abril, combinada quando Goulart esteve em Washington. O motivo alegado foi a existência de “sinais de esquerdização” do presidente brasileiro. Assim, enviou ao Brasil seu irmão, Robert. A chegada de Robert Kennedy foi inesperada, pretendendo ser, inclusive, sigilosa. Segundo documentos norte-americanos liberados ao público em 2001, sua missão era pressionar Goulart, exigindo dele uma definição ideológica clara a favor dos Estados Unidos em troca de empréstimos em dólar.<sup>5</sup> Entre momentos de tensão e de cordialidade, Goulart e Robert conversaram por mais de três horas.

Embora convivendo com sucessivas crises, a campanha pelo plebiscito estava nas ruas. Em 6 de janeiro, a população foi às urnas manifestar-se sobre a forma de governo. A vitória de Goulart foi avassaladora: dos 11 milhões e quinhentos mil eleitores, 9 milhões e quinhentos mil, ou cinco em cada seis, aprovaram o retorno do regime presidencialista.<sup>6</sup>

#### GOULART PRESIDENTE E O PROJETO DE PACTO SOCIAL

Goulart assumiu seus poderes com aprovação maciça da população. O plebiscito, na verdade, era a sua eleição para a presidência da República. Seu prestígio, nesse momento, era imenso. Sobretudo porque seu programa era, como todos sabiam, o das reformas de base. Em 24 de janeiro de 1963, ele empossou o novo ministério, procurando apoio do centro político, como fizera com Tancredo Neves, evitando a radicalização. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas. Para isso, a aliança entre os dois partidos que davam governabilidade ao país, o PSD e o PTB, era fundamental para o sucesso de seu governo. A união das duas agremiações garantiria ao Executivo a maioria necessária no Congresso — sobretudo com os pessedistas — mas, também, o apoio para as reformas,

particularmente com os trabalhistas. Portanto, a estratégia política de Goulart era a de, através de acordos, negociações e compromissos entre o centro e a esquerda, implementar as mudanças econômicas e sociais por meios democráticos. No entanto, cauteloso e conhecedor da política brasileira, não descurou do respaldo militar: além do amigo pessoal Amauri Kruel na pasta da Guerra, contava com o apoio declarado dos comandantes do I e III Exércitos, generais Osvino Ferreira Alves e Jair Dantas Ribeiro.

Nesse momento, a crise econômica e financeira do país era extremamente preocupante. O déficit do Tesouro Nacional chegou a Cr\$ 280 bilhões, quase 60% da arrecadação tributária. Em dezembro do ano anterior, a inflação alcançara a casa dos 8%, enquanto as emissões de papel-moeda chegaram a Cr\$ 90 bilhões. A balança de pagamentos apresentou déficit de 400 milhões de dólares, sendo que os serviços da dívida externa e as remessas de lucros para o exterior foram de 596 milhões de dólares. Para manter o fluxo das importações, portanto, eram necessários novos empréstimos, subordinando ainda mais o país aos banqueiros internacionais (Bandeira, 1977, p. 89-90). Goulart, na avaliação de Moniz Bandeira, tinha o projeto de retomar o modelo de desenvolvimento varguista, sobretudo com investimentos na infra-estrutura econômica e bens de produção, além da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores. Até o final de seu governo, incentivou a Companhia Vale do Rio Doce a construir o porto de Tubarão, inaugurou as usinas Cosipa, Usiminas e Aços Vitória, além da Eletrobrás. Estabeleceu ainda as bases para a criação da Embratel, com a regulamentação do Código Brasileiro de Telecomunicações, e a do Conselho Nacional de Telecomunicações. Em outro aspecto, executou o Plano Nacional de Educação, financiou apartamentos em conjuntos habitacionais, inaugurou hospitais regionais da Previdência Social, incentivou a sindicalização rural e regulamentou o Estatuto do Trabalhador Rural (Bandeira, 1977, p. 116-117).

Uma semana antes do plebiscito, Goulart anunciou ao país o seu projeto de governo: o Plano Trienal. Formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento, o plano, segundo análise de Argelina Figueiredo, visava um duplo objetivo: por um lado, obter o apoio político dos grupos conservadores e da opinião pública em um momento de transição para o regime presidencialista; e, por outro, procurava ganhar a confiança dos cre-

dores externos, sobretudo norte-americanos, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional (Figueiredo, 1993, p. 91-94). As metas principais eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária. Assim, seu programa de governo incluía medidas ortodoxas, a exemplo do plano de estabilização negociado com o FMI, e a alternativa estruturalista, como a reforma agrária. Embora os objetivos do Plano Trienal fossem praticamente consensuais, avalia Argelina Figueiredo, ele implicava em restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando assim interesses de capitalistas e de trabalhadores. Desse modo, ele deveria ser viabilizado a partir de acordos, ou muito possivelmente de um pacto, entre industriais e comerciantes, por um lado, e assalariados representados por seus sindicatos, por outro. O sucesso do programa elaborado por Celso Furtado, portanto, dependia da capacidade do governo em formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes. O argumento governamental para a cooperação era o das conseqüências a longo prazo. Com o estado debilitado da economia, o país não suportaria elevações salariais e lucros excessivos. O Plano, concordam vários analistas, era uma inovação. Pela primeira vez o país enfrentaria um processo inflacionário sem apelar, unicamente, para o equilíbrio financeiro, com medidas estritamente monetaristas. Sem deixar de recorrer ao receituário monetarista, Furtado adotou também a estratégia estruturalista para solucionar os problemas que o país enfrentava. Com a inflação controlada e o crescimento assegurado, a reforma agrária daria impulso a um ciclo de crescimento. Ao mesmo tempo, o Plano procurava valorizar o capital humano, com investimentos na educação, saúde pública, pesquisa científica e habitação (Silva, 1975, p. 166-168).

Na tentativa de convencimento, lideranças sindicais e empresariais foram convocadas. A estratégia de Goulart era a de persuadir pelo diálogo.<sup>7</sup> No entanto, logo no final de janeiro, Luís Carlos Prestes atacou duramente o Plano Trienal. Leonel Brizola, por sua vez, passou a liderar a oposição ao projeto de Furtado. O CGT, inicialmente sem uma definição clara, logo ade-

riu aos argumentos de Prestes e Brizola manifestando contrariedades, sobretudo no tocante às restrições aos reajustes salariais. Para os sindicalistas, o programa de estabilização, de “caráter reacionário”, deveria ser abandonado. Em seu lugar, o governo deveria adotar a política nacionalista e reformista, como a nacionalização das empresas estrangeiras, a expansão dos monopólios estatais, a reforma agrária, entre outras medidas. Francisco Julião, por sua vez, exigiu a revogação do plano, definindo-o como “antipopular, antinacional e pró-imperialista”. A UNE, por meio de seu presidente, Vinícius Brant, foi enfática: “o Plano não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo; ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros”. Celso Furtado, cansado das críticas formuladas pela extrema-esquerda, declarou com certa irritação: “Devo esclarecer que não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo.” Os capitalistas, por sua vez, mostraram-se divididos. Enquanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) apoiaram o plano de estabilização, as Associações Comerciais, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) demonstraram franca oposição, apegando-se a um liberalismo exacerbado, pregando o “livre câmbio e o não-intervencionismo estatal” (Figueiredo, 1993, p. 102).

Durante os três meses seguintes, Celso Furtado pôs em ação as medidas contidas no Plano Trienal, com o apoio ativo de lideranças industriais, sobretudo as de São Paulo. Mas o ministro logo enfrentaria dificuldades e resistências, especialmente na área sindical. Com o corte nos créditos e a contenção salarial, capitalistas e trabalhadores demonstraram contrariedades. O plano de estabilização da moeda e a conseqüente queda da inflação, sem dúvida, eram uma necessidade, alegavam os grupos envolvidos, mas desde que não os atingissem diretamente. Segundo Argelina Figueiredo, o Plano Trienal, como tentativa de pacto, mostrava-se frágil (1993, p. 110-112). De um lado, a forte oposição dos sindicatos; de outro, a divisão do empresariado, com o apoio dos paulistas e a recusa dos cariocas e de outros estados. Goulart, nesse momento, encontrava-se em uma situação difícil. Os seus compromissos com os trabalhadores o impediam de levar o programa de Celso Furtado,

sobretudo a política salarial restritiva, às últimas conseqüências. A política de austeridade monetária, visando debelar a inflação por meios ortodoxos, particularmente comprimindo os salários, certamente seria bem recebida pelas elites nacionais e, sobretudo, pelos banqueiros internacionais. No entanto, toda a pregação trabalhista seria contrariada, penalizando exatamente os assalariados que formavam a base social do PTB. O CGT, a FPN e a FMP, liderados por Leonel Brizola, criticaram o Plano Trienal e a “política de conciliação” de Goulart.

Diante das pressões, sobretudo da esquerda radical do PTB, do movimento sindical e de setores do empresariado, o presidente não estava disposto a arcar com os custos políticos do Plano Trienal sozinho. Assim, no final de maio, autorizou o aumento do crédito e o aumento salarial para o funcionalismo público de 70%. Além disso, a Companhia Siderúrgica Nacional pleiteou, e conseguiu, reajuste de 20% nos preços do aço, encarecendo um produto industrial básico. A capitulação do Plano, finalmente, veio com as violentas pressões da indústria automobilística. Ameaçando deixar o país, as montadoras exigiram o aumento das linhas de crédito. Com anúncios de fechamento de fábricas e demissões em massa, o governo recuou. O FMI, avaliando negativamente a capacidade governamental de controlar a inflação, junto a pressões do governo norte-americano, recuou nas negociações para refinanciamento da dívida (Silva, 1975, p. 170-171). O plano de estabilização elaborado por Celso Furtado esgotara-se muito rapidamente. Goulart, então, voltou-se para as reformas.

#### RUMO AO ISOLAMENTO

O presidente vivia um momento difícil, sobretudo em relação às bases políticas e sociais que sustentaram toda a sua trajetória: trabalhadores e sindicalistas, castigados pela inflação, demonstravam descontentamento; as esquerdas, contrariadas, denunciavam com críticas duríssimas a sua “política de conciliação”. Procurando reverter o quadro, em março de 1963, Goulart voltou-se para o seu programa histórico: as reformas de base, a agrária em particular. Com as lideranças políticas no Congresso, o governo propôs a

aprovação de emenda constitucional que alterava o artigo 146 da Constituição — que exigia o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras — como também a regulamentação do artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social. Esse, sem dúvida, foi o ponto nodal de seu governo, pois, para o sucesso da reforma agrária, o dispositivo que previa a indenização prévia em dinheiro deveria ser suprimido. Pela proposta governamental, a indenização ao proprietário seria com títulos da dívida pública. Pela primeira vez, um presidente da República encaminhava ao Congresso Nacional um projeto que visava alterar profundamente a estrutura agrária do país.

Assim, em abril de 1963, o líder do PTB na Câmara, Bocaiúva Cunha, apresentou ao Congresso Nacional o projeto de emenda constitucional. Sob o patrocínio de Goulart, a coalizão de esquerda pró-reformas tentou viabilizar a reforma agrária por vias legislativas sem considerar a maioria conservadora dos parlamentares. Como foi apresentada pelos trabalhistas, a emenda era inaceitável para os grupos conservadores, vista como uma ameaça ao direito de propriedade. Segundo Argelina Figueiredo, “a radicalização e a intransigência prevaleceram durante o período em que o projeto estava sendo considerado pela comissão” (1993, p. 117). A UDN, majoritariamente, rejeitou a proposta do governo. O PSD, por sua vez, aceitava os termos da emenda, desde que houvesse correção monetária dos títulos que os proprietários recebessem pelas terras desapropriadas. O PTB, mesmo sabendo que necessitaria dos votos pessedistas, não aceitou negociar qualquer alteração na proposta inicial, rejeitando acordos com o PSD. Nas ruas, uma intensa campanha foi deflagrada, com comícios, passeatas e ameaças de greve geral. Liderados por Brizola, o CGT, a UNE, a FPN, entre outros grupos de esquerda, tentavam pressionar o Congresso. Em um desses comícios, ainda em março, Brizola deu um ultimato: os parlamentares teriam que aprovar a emenda em um prazo de 40 dias, senão outros meios seriam encontrados para implementá-la. Apesar da mobilização nas ruas, a comissão parlamentar recusou o projeto de reforma agrária do PTB por sete votos a quatro (Figueiredo, 1993, p. 118-119). As conseqüências da derrota foram decisivas para os rumos políticos do país. Primeiro, a estratégia de Goulart de conciliar medidas ortodoxas e estruturalistas fracassou. Segundo, a derrota governamental deu

argumentos para que as esquerdas, sobretudo o PTB radical, negassem qualquer possibilidade de implementação das mudanças econômicas e sociais pela via parlamentar. Por fim, tornou visível o rompimento da histórica aliança entre trabalhistas e pessedistas.

Diante de uma situação muito adversa politicamente, Goulart reorganizou um outro ministério, tentando reativar a aliança entre o PTB e o PSD. O general Jair Dantas Ribeiro já era o quarto ministro da Guerra, sucedendo os generais Segadas Viana, Néelson de Melo e Amauri Krueel. Segundo Carlos Castelo Branco, nenhum deles teve tempo de armar um sistema próprio de segurança do governo. Com uma aparente falta de política no campo militar, o presidente, na verdade, queria evitar o surgimento de lideranças fortes nos quartéis. O seu grande receio era o de se tornar refém civil de um comando militar. No Ministério da Fazenda, Carvalho Pinto expressava as demandas das elites industriais e financeiras paulistas. O presidente procurava se fortalecer politicamente. Brizola, a partir daí, passou a denunciar o esquema “golpista” de Goulart (Castelo Branco, 1964, p. 280).

Contudo, a situação do governo tornara-se muito difícil. A dívida externa chegou à cifra de três bilhões de dólares, sendo que o pagamento de juros, por ano, alcançava 150 milhões de dólares, ou seja, 15% da receita cambial. Considerando que metade da dívida venceria entre 1963 e 1965, acrescida dos juros, o país teria que pagar cerca de 43% da receita de suas exportações. O governo norte-americano e o FMI, em atitude intransigente, bloquearam todos os créditos ao Brasil, exigindo um duro plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas expropriadas por Brizola. Diante de demandas operárias e camponesas que explodiram em seu governo, com um movimento sindical e camponês em ascensão aliado a esquerdas que radicalizavam, somente com a repressão aberta aos trabalhadores Goulart poderia, por meio do arrocho salarial, sanar os problemas da inflação e da dívida externa, impondo à sociedade o rigoroso programa de estabilização exigidos pelos banqueiros internacionais. Definitivamente, tal alternativa era inconcebível para ele, sobretudo pela sua trajetória como líder nacionalista e trabalhista. O ministro da Fazenda, embora sofrendo ataques sistemáticos das esquerdas, se opôs às exigências do FMI para renegociar a dívida externa e chegou mesmo a cogitar a moratória unilateral. O presi-

dente, à procura de saídas para o estrangulamento financeiro do país, regulamentou a Lei de Remessa de Lucros, aprovada anteriormente pelo Congresso, e determinou a Carvalho Pinto que readaptasse o Plano Trienal as novas circunstâncias (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 1517). De fato, a nova lei que regulamentava as remessas dos lucros das empresas estrangeiras era uma inovação e respondia a uma demanda histórica das esquerdas brasileiras.<sup>8</sup>

Insistindo na política de centro, Goulart procurava implementar as reformas, mas sem descuidar de uma base ampla no Congresso, aproximando-se do PSD. Embora entre os pessedistas existisse uma ala direitista que se opunha a qualquer mudança na ordem econômica e social, outros grupos partidários, como o “grupo agressivo”, e mesmo lideranças expressivas como Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, apoiavam mudanças na estrutura fundiária. Assim, sob inspiração de Goulart, os líderes pessedistas apresentaram o seu projeto de reforma agrária. A proposta limitava a 50% a correção monetária dos títulos do governo, mas impunha limites para as terras a serem desapropriadas, como latifúndios improdutivos ou com menos de 55% de área economicamente explorada. Além disso, nas desapropriações, o proprietário asseguraria metade da terra expropriada até o limite de 500 hectares. Bastante limitada, a proposta do PSD, inicialmente, provocou resistência entre os trabalhistas. Ao final, prevaleceu a ala radical do partido que recusou qualquer negociação com os pessedistas, derrotando a emenda de Oliveira Brito (Figueiredo, 1993, p. 120-121). A estratégia do PTB radical era desgastar o Congresso, apresentando-o ao público como um “antro de reacionários”. Enquanto isso, a conspiração ocorria abertamente. O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), órgão do Conselho de Segurança Nacional, informava ao presidente das movimentações dos golpistas. Os sargentos da Aeronáutica, interceptando mensagens de telex trocadas entre oficiais, igualmente denunciavam a Goulart o crescimento dos círculos conspiratórios.

Mesmo lidando com difíceis negociações políticas e com graves dificuldades na área econômico-financeira, Goulart deu continuidade ao projeto desenvolvimentista. Inaugurou as usinas siderúrgicas de Cariacica e da Cosipa; aumentou em 20% a capacidade de geração de energia elétrica; elaborou os planos para Sete Quedas que, posteriormente, serviriam de base para a hi-

drelétrica de Itaipu; a Petrobrás passou a contar com as refinarias Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul, Gabriel Passos e Artur Bernardes em Belo Horizonte, Landulfo Alves na Bahia e Duque de Caxias no Rio de Janeiro. Oleodutos, como os de Belo Horizonte e Porto Alegre, foram construídos, bem como unidades industriais que permitiram ao país contar com um pólo petroquímico genuinamente nacional. Na educação, dois milhões de vagas escolares foram criadas, entre outras medidas.

Com todas as dificuldades que enfrentava, em setembro Goulart ainda viveria uma nova crise política, agora de repercussão extremamente negativa na área mais delicada de seu governo, a militar. Em 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior.<sup>9</sup> Todos os que assumiram cargos eletivos, como Garcia Filho, teriam os seus mandatos suspensos. O sargento do Exército Prestes de Paula, presidente do Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil, com sede em Brasília, convocou os seus colegas para discutirem formas de protesto. O resultado da assembléia não foi apenas realizar um “protesto armado” mas sim desencadear uma insurreição popular armada de âmbito nacional. Tomar o poder pelas armas, eis a decisão. Rapidamente obstruíram as rodovias estratégicas, dominaram o aeroporto civil, o Serviço de Rádio-Patrolha do Departamento Federal de Segurança Pública no Ministério da Justiça e a Central Telefônica. Invadiram e tomaram de assalto a Base Aérea e o Grupamento de Fuzileiros Navais. O mesmo ocorreu com o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. O presidente do Congresso e o ministro do STF, Victor Nunes Leal, foram presos. Depois, convocaram todas as unidades militares do país a aderirem ao movimento. Os comunicados eram assinados pelo “Comando Revolucionário de Brasília”.

As forças legalistas invadiram Brasília e, em poucas horas, a insurreição foi sufocada com o saldo de dois mortos: um fuzileiro naval rebelde e um incauto funcionário do DNER que nada tinha a ver com o movimento. A insurreição dos sargentos limitou-se a Brasília e, possivelmente, a algumas articulações em São Paulo. Alguns líderes nacional-revolucionários de Brizola estiveram envolvidos no movimento. Apesar do perigo para as instituições, as esquerdas, logo após o motim, passaram a defender os sargentos, agora

detidos pelas forças militares. Em *Novos Rumos*, jornal do PCB, as manchetes diziam: “Os sargentos são nossos irmãos” e “Anistia para os sargentos”. A FPN, o CGT e a UNE, em nota conjunta, manifestaram “integral apoio à causa dos sargentos, que lutam pelo direito de ter seus representantes nas casas do Legislativo do país”.<sup>10</sup>

Embora as esquerdas defendessem os rebeldes, as conseqüências políticas da insurreição em Brasília foram as piores. Disseminou-se, nos quartéis, a desconfiança da oficialidade contra eles. Para uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, o episódio era intolerável, verdadeiramente insuportável. Muitos oficiais que simpatizavam com a causa nacionalista, e daí certa tolerância em relação às organizações dos sargentos, recuaram, exigindo que a disciplina e a hierarquia fossem mantidas de maneira severa e rigorosa. A partir do episódio, os líderes mais destacados, ou apenas conhecidos por suas posições reformistas — mas sobretudo os adeptos de Leonel Brizola — foram transferidos para regiões longínquas do país. O movimento dos sargentos, que se fortalecia e ganhava a simpatia popular e apoio em suas demandas, enfraqueceu-se consideravelmente. Como avalia Parucker, entrou na sua fase terminal, deixando o cenário político, mas sendo logo substituído pelo movimento dos marinheiros (1992, p. 247). Mais grave ainda, os grupos civis conservadores e de direita ficaram impressionados com o episódio e as comparações foram inevitáveis. Se um grupo mal articulado de sargentos, cabos e soldados tomou a capital da República com facilidade, o que poderia acontecer se a rebelião fosse liderada por oficiais da ala janguista do Exército? Além disso, parcelas significativas da oficialidade impressionaram-se com o levante de subalternos, o que permitiu que muitos concordassem com os argumentos dos conspiradores no meio militar. Mas, sobretudo, o movimento enfraqueceu politicamente o governo, desgastando-o profundamente.

#### O ISOLAMENTO PRESIDENCIAL

No dia 1º de outubro, *Tribuna da Imprensa* publicou a entrevista concedida por Carlos Lacerda ao correspondente no Brasil do *Los Angeles Times*,

Julien Hart, gerando uma nova e grave crise política. Lacerda denunciou a infiltração comunista nos sindicatos e no governo, acusou Goulart de "caudilho totalitário", pedindo, assim, a intervenção norte-americana no processo político brasileiro. Além disso, garantindo ter informações seguras, disse que os militares debatiam se, com relação a Goulart, "é melhor tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente".<sup>11</sup> Os ministros militares, indignados com os ataques sistemáticos de Lacerda e Ademar que, de maneira insultuosa, afrontavam o governo federal, pediram ao presidente a decretação do estado de sítio. O objetivo deles era o de invadir a Guanabara e prender Lacerda. Goulart reuniu o ministério para decidir a atitude a tomar. Pouco tempo depois o pedido de estado de sítio chegaria ao Congresso. As reações vieram de todas as partes, desde a conservadora Associação Comercial de São Paulo até o CGT. Miguel Arraes também negou apoio a Goulart. Direita e esquerda reagiram com contundência à proposta.

O presidente vivia dias tensos, sobretudo pelas dificuldades em tomar decisões que atingissem aliados da esquerda. Interessava aos militares, especialmente, restaurar a disciplina nas Forças Armadas após o episódio da revolta dos sargentos em Brasília, bem como conter a agitação sindical. Além disso, o presidente sabia que os ministros militares queriam prender não apenas as lideranças conservadoras, como Lacerda e Ademar, mas também políticos progressistas, principalmente Miguel Arraes. Nesse aspecto, sequer considerava a hipótese. Goulart procurou o apoio das esquerdas. Desde que tomara posse em setembro de 1961, Leonel Brizola o aconselhava a dar um golpe de Estado: "se não dermos o golpe, eles o darão contra nós" (citado em Bandeira, 1977, p. 131). O presidente, no entanto, descartava a alternativa. Não estava em seus planos tornar-se um ditador. Os grupos que compunham a FMP, como o CGT, organizações camponesas, UNE, UBES, FPN, PCB e organizações dos sargentos e marinheiros, interpretaram o pedido de estado de sítio como um plano de Goulart para derrotar a direita e, em seguida, a esquerda. Naquele momento, as esquerdas reunidas, não confiavam no presidente. Seja como for, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara votou contra a medida. O próprio PTB, no Congresso, alinhou-se com o PSD e a UDN contra o pedido do presidente, inclusive deputados da Frente Par-

lamentar Nacionalista e do Grupo Compacto. Mesmo entre a oficialidade das Forças Armadas o estado de sítio não era bem visto. No dia 7, o presidente retirou a mensagem do Congresso. Sem o seu consentimento para decretar a medida por vias legais e sem o apoio das esquerdas para impô-la por um ato de força, sofrendo a desconfiança de seus antigos aliados e a oposição férrea dos conservadores, Goulart não encontrou meios para levar adiante a proposta de seus ministros militares. A situação era muito difícil, até porque os seus auxiliares militares queriam medidas duras, embora visando preservar a autoridade política do presidente. Para eles, não era possível governar o país com governadores de estado conspirando e desafiando, a exemplo de Ademar de Barros, e insultando freneticamente, como fazia Carlos Lacerda, o presidente da República. Em reunião na Granja do Torto, Goulart convocou os seus ministros militares e alguns generais para explicar as razões que o levaram a retirar o pedido de estado de sítio, sendo obrigado a recusar o apoio que eles lhe deram. Assim, teve que continuar convivendo com o governador de São Paulo que o desafiava abertamente, declarando que dispunha de 60 mil homens armados para enfrentar o seu governo, bem como Lacerda que, via de regra, utilizava a televisão para insultá-lo. No outro espectro, a esquerda radical do PTB, especialmente da FMP, afastou-se ainda mais do presidente.

O minoritário grupo civil-militar golpista, em outubro, começou a ganhar terreno no plano conspiratório. Procurado por um emissário do marechal Odílio Denys, o governador Magalhães Pinto, após conversações, passou a integrar o movimento. Uma de suas primeiras medidas foi a de duplicar o efetivo da Polícia Militar do estado, passando para 20 mil homens, bem armados, municiados e dispo de eficientes meios de transportes (Silva, 1975, p. 240). Desarmado contra os governadores mais poderosos do país, sem o apoio dos grupos de esquerda, atacado pela direita e perdendo o controle sobre os militares, o presidente saiu daquele episódio bastante enfraquecido. Diversos oficiais, até então legalistas, passaram a apoiar, ainda que de maneira passiva, o grupo de conspiradores, enquanto outros integraram-se ativamente no movimento. Armas pesadas e modernas entravam no país clandestinamente. Em um sítio no Rio de Janeiro, de propriedade de um amigo de Lacerda, metralhadoras de último tipo, munição e granadas foram desco-

bertas; um submarino norte-americano desembarcou no Recife pesadas munições de guerra, entre elas algumas bazucas; campos de pouso de helicóptero foram instalados em Teresina e na Guiana Inglesa; cerca de 4.969 cidadãos norte-americanos desembarcaram no país somente no ano de 1962 — eis alguns sinais do avanço da conspiração (Bandeira, 1977, p. 133-137).

O clima era de radicalização crescente. Brizola já tinha, nesse momento, um horário cativo na Rádio Mayrink Veiga, de onde pregava as reformas imediatas. Pelos microfones, falava durante quatro, cinco ou mesmo seis horas seguidas. A reação veio com o acordo entre Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon. Articulando as mensagens políticas de suas rádios — Globo, Jornal do Brasil e Tupi —, criaram a “Rede da Democracia”. Com discursos unificados, denunciavam o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio Goulart. Logo adiante, uniformizaram também as suas mensagens na rede de jornais. Os parlamentares de centro, a exemplo dos pessedistas Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, assustados com a escalada de radicalização das esquerdas, saudaram a formação da “Rede da Democracia” (Moraes, 1989, p. 146-147). Ao mesmo tempo, em outubro, a intelectualidade brasileira de esquerda fundou o Comando dos Trabalhadores Intelectuais. A nova organização procurava, em um aspecto, apoiar as reivindicações específicas de cada setor cultural, mas, em outro, “participar da formação de uma frente única nacionalista e democrática com as demais forças populares arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira” (citado em Moraes, 1989, p. 51-52). A diretoria produziu, a partir daí, inúmeros manifestos defendendo as reformas de base, estabeleceu filiais em várias capitais do país e, nas palavras de Moacyr Félix, “metíamos o pau no Jango quando ele conciliava”. Direita e esquerda mediam as suas forças.

Para isolar Goulart ainda mais, as esquerdas romperam com ele. Logo após a retirada do pedido de estado de sítio, representantes de diversas tendências reuniram-se em Brasília para debater a conjuntura. Deputados da Frente de Mobilização Popular, representantes de Leonel Brizola e Miguel Arraes, delegados da UNE e do CGT, além de organizações menores, concluíram, em conjunto, que “o presidente João Goulart estava realizando apenas um governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distan-

ciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse na crise de 1961. Logo, as esquerdas deveriam romper com o governo” (citado em Ferreira e Benjamin, 1983, p. 2626). Assim, Paulo de Tarso, integrante da FMP, deixou a pasta da Educação. A Ação Popular, organização que o indicou para o ministério, não queria participar de um governo “conciliador”. Nunca, em toda a sua carreira política, João Goulart alcançou tamanha solidão.

Com a derrota do pedido de estado de sítio, o presidente, uma vez mais, procurou reconstituir a sua base política de centro, reaproximando-se do PSD e isolando o PTB radical. Retomava, assim, a sua estratégia de realizar as reformas, sobretudo a agrária, pela via da negociação. No entanto, a oposição dos pessedistas ao presidente era crescente, novamente inviabilizando os seus esforços. Isolado à direita, à esquerda e ao centro, Goulart ainda tentou um último esforço para estabilizar a inflação por meios ortodoxos. Em outubro, o ministro da Fazenda Carvalho Pinto propôs combater a inflação através da Instrução 255 da Sumoc, autorizando o Banco do Brasil a emitir letras que captassem recursos não inflacionários no mercado de capitais, direcionando-os para projetos de desenvolvimento econômico. A medida, duramente criticada pelos banqueiros, não surtiu os efeitos desejados. Enquanto isso, as lutas sociais avançavam em um ritmo que assustava os capitalistas. A partir de novembro, no Rio de Janeiro e em São Paulo, diversas categorias declararam-se em greve. No campo, os assassinatos de líderes rurais continuavam, mas as invasões de terras improdutivas — sobretudo em Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Goiás — e as paralisações aumentaram (Bandeira, 1977, p. 154-155). O general Assis Brasil assumiu a chefia da Casa Militar em fins de outubro de 1963. Coube a ele o planejamento de um “dispositivo militar” que isolaria, dentro do Exército, os militares conspiradores. A maneira segura e otimista com que Assis Brasil falava da impossibilidade do golpe contagiava o presidente (Ribeiro, 1998, p. 313). No entanto, pouco tempo depois, todos veriam que não havia “dispositivo militar” algum.

Goulart chegara ao final de um ciclo. A sua estratégia de conciliação entre as diversas forças políticas fracassara. Mas o malogro resultou não de sua incapacidade de negociar, atividade que ele dominava com maestria, mas sim da recusa entre as partes a pactuarem acordos. O clima era de radicalização. Assim, tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estra-

tégia o confronto. Goulart, até então, procurara conciliar o inconciliável, sobretudo quando, para os grupos de esquerdas de diversas matizes, as palavras conciliar, acovardar e trair eram tidas como expressões sinônimas. Consciente de que o centro, sobretudo o PSD, e a esquerda, em particular o PTB radical, não estavam dispostos a acordos e compromissos, o presidente começou a avançar, ainda que de maneira hesitante, para as organizações que, ao longo do tempo, sustentaram a sua trajetória política: os trabalhadores e seus sindicatos, os camponeses e suas Ligas, os estudantes e suas organizações, as esquerdas e seus partidos, a exemplo do PTB e PCB. Nesse momento, aliás, ele somente poderia obter apoio político exatamente nos partidos, nos sindicatos e nas organizações progressistas, embora elas, naquela conjuntura, tivessem escolhido a estratégia do confronto com os conservadores, opção que nunca fizera parte dos planos de Goulart.

Assim, em inícios de dezembro, Goulart restabeleceu o diálogo com Brizola e nomeou o almirante Cândido Aragão, militar ligado ao grupo do ex-governador do Rio Grande do Sul, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, mesmo à custa da grande insatisfação que tomou a oficialidade da Marinha. Ao mesmo tempo, estendeu os benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais; determinou a obrigatoriedade de que as empresas, com mais de 100 empregados, oferecessem o ensino elementar gratuito aos funcionários; enviou mensagem ao Congresso concedendo o 13º salário ao funcionalismo público, além de instituir a escala móvel de seus vencimentos. E mais: determinou a revisão das concessões de exploração das jazidas mineiras e cancelou aquelas que não foram exploradas, contrariando, assim, os interesses da São João Del Rei Mining Co. de propriedade da Hanna Co. (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 15-18). As medidas nacionalistas e de ampliação de benefícios sociais tomadas por Goulart não estavam de acordo com as diretrizes conservadoras do ministro da Fazenda. Desse modo, Carvalho Pinto, o último ponto de ligação do governo com o empresariado, renunciou em 20 de dezembro. Também contribuíram para a sua saída do ministério os ataques virulentos que Leonel Brizola, com apoio da FMP, FPN, CGT e UNE, dirigia à política econômica que ele implementava. Embora o ministro demissionário tenha sido aquele que preparou a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, além de ter-se negado a negociar a dívida externa

com as condições impostas pelo FMI — pensando, inclusive, em declarar moratória unilateral — ele não resistiu aos ataques que as esquerdas lhe desferiam.

Na verdade, mesmo antes da queda de Carvalho Pinto, as esquerdas reclamavam para si o ministério da Fazenda, indicando o nome de Leonel Brizola. De fato, o que eles pediam não era pouco. Na época, o ministério da Fazenda exercia uma função política reitora. Além do comando total da economia, controlava o BNDE, a Sumoc, a Cacex, o Banco do Brasil, entre outros órgãos. Para Goulart, entregar o ministério a Brizola era o mesmo que renunciar ao poder. Assim, embora disposto a adotar o programa do PTB radical, o presidente nomeou para a pasta Nei Galvão, diretor do Banco do Brasil, decepcionando novamente as esquerdas. A sua escolha tratou-se, na verdade, de uma última tentativa de unir o PSD ao PTB no Congresso. Contudo, a medida foi desastrosa, afastando ainda mais os trabalhistas dos pessedistas e, ao mesmo tempo, aprofundando a aliança informal entre eles e os udenistas. A escolha tomada pelo presidente gerou as piores consequências. A Frente de Mobilização Popular, convencida de que não participaria do governo, declarou sua oposição sistemática e agressiva “ao governo como um todo e ao presidente em particular” (Figueiredo, 1993, p. 138).

Atacado pelas esquerdas, Goulart não se voltou para o PSD. Passou, ao contrário, a fustigar os pessedistas com medidas nacionalistas e de cunho reformista. Assim, em 24 de dezembro, véspera de Natal, assinou uma medida que fazia parte das reivindicações das esquerdas, decretando o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. O decreto impedia sangria considerável de divisas, o que contrariou poderosos investidores norte-americanos. Em 17 de janeiro, assinou uma outra medida igualmente reclamada pelas esquerdas: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Rumores havia de que outro decreto, estabelecendo o monopólio do câmbio, seria assinado em breve, apavorando o empresariado (Victor, 1965, p. 466-467). O presidente tentava reverter não apenas um quadro político delicado, mas uma crise econômica que continuava a se agravar desde a falência do Plano Trienal.

Dando continuidade a sua estratégia, a iniciativa que mais assustou os pessedistas ainda estaria por ser anunciada, sobretudo por dispensar medi-

das legislativas para serem implementadas. Alguns dias depois, ele convocou o presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, e lhe pediu um decreto que permitisse a desapropriação de vinte quilômetros de cada lado das rodovias federais, ferrovias, açudes e rios navegáveis. Apesar das duras críticas que os conservadores lhe dirigiam, sobretudo pelo vazamento de detalhes do decreto da SUPRA, Goulart estava decidido. Sabia que o tempo era curto, seu governo estava no fim. A pregação das reformas, defendida durante tantos anos, não poderia ser abandonada. Aquela era a oportunidade. O decreto da SUPRA, como ficou conhecido, tornou-se a grande medida de seu governo.

Assim, com a hostilidade crescente do PSD às iniciativas do presidente — sobretudo o decreto da SUPRA — e a oposição agressiva das esquerdas ao governo, San Tiago Dantas, liderando um grupo de políticos moderados do PTB e de outros partidos, formou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. Qualificada pelo próprio Dantas de “esquerda positiva” — para diferenciá-la da “esquerda negativa”, referindo-se, certamente, à Frente de Mobilização Popular de Leonel Brizola —, a Frente Progressista procurava impedir o crescimento da conspiração da direita civil-militar reagrupando as forças de centro no sentido de apoiar o governo. Além disso, San Tiago Dantas e o grupo de políticos que aderiu à nova Frente queriam retirar o presidente do isolamento político e, no mesmo movimento, sustar o processo de radicalização. Na formação da Frente Progressista, Dantas buscou o apoio do PSD, do PCB, do PTB que não seguia a liderança de Brizola, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e dos sindicalistas “não contagiados pelo anarquismo”. O conjunto de forças deveria garantir a preservação do calendário eleitoral, repudiar qualquer interrupção do processo democrático, opor-se ao imperialismo, defender o direito de greve, seguir a política externa independente, garantir a sindicalização rural, lutar pelas reformas de base, entre outras iniciativas. Além disso, deveria repudiar candidaturas reacionárias, recusar medidas excepcionais, como o *impeachment* e o fechamento do Congresso, e unir as esquerdas. Isolar a direita golpista e a esquerda radical, garantir a estabilidade do regime democrático, bem como realizar as reformas por vias democráticas, unindo o centro e a esquerda moderada, eram os objetivos de Dantas.

Contudo, ele não conseguiu unir as esquerdas. O Partido Comunista, embora inicialmente apoiasse a Frente Progressista, mais adiante a abando-

nou. O grupo de sindicalistas comunistas não aceitava qualquer moderação em termos políticos. O PSD, alegaram, deveria ser excluído da Frente; o presidente deveria tomar “medidas concretas” no sentido das reformas. Brizola e a Frente de Mobilização Popular, além de igualmente repudiarem alianças com os pessedistas, também não acreditavam em mudanças que dependessem de aprovação do Congresso. Qualquer apoio a Goulart dependia da mudança da política econômica. A estratégia da FMP, nesta altura, era a do confronto aberto. Optando pela luta extraparlamentar e pela ação direta, a Frente das esquerdas atuava com comícios, manifestações, passeatas e greves, pressionando assim, o Congresso “reacionário” e o presidente “conciliador”. Contra a Frente Progressista, Brizola pregava a formação da Frente Única de Esquerda.<sup>12</sup> Goulart mostrou-se ambíguo com relação à Frente Progressista. Na avaliação de Argelina Figueiredo, ele procurava libertar-se de um equilíbrio instável. Ao não nomear Brizola como seu ministro da Fazenda, frustrou a esquerda com a possibilidade de mudanças na política econômica; ao anunciar o decreto da SUPRA, assustou os pessedistas. Assim, isolado, mas ao mesmo tempo pressionado pela esquerda e pelo PSD, negava-se a ser refém de um deles: radicalizar, no primeiro caso, aceitar os limites, no segundo. Assim, sua hesitação “pode ser interpretada como uma tentativa de ganhar tempo para formar uma base de apoio político independente” (Figueiredo, 1993, p. 166-167).

A crise econômico-financeira do país, no entanto, se agravava. O problema central era o refinanciamento da dívida externa. No entanto, a hostilidade política do governo norte-americano nesta questão, sobretudo a sua intransigência em negociar com Goulart, levava o país à bancarrota. Aliás, qualquer medida nesse sentido seria para fortalecer o seu governo, o que, decididamente, o Departamento de Estado dos Estados Unidos não faria. O presidente tentara de tudo para sanar o problema, sem nenhum resultado. A política externa norte-americana era a de estrangular financeiramente o país para desgastar o seu governo, obtendo, desse modo, grande sucesso. Bastava observar os números deficitários que o país apresentava. A sua política de conciliar o centro com a esquerda também mostrara-se um fracasso. Não por incapacidade dele, mas, sim, porque as partes, repetidamente, negavam-se a pactos e a compromissos. O PTB, sobretudo a ala radical, bem como o con-

junto das esquerdas, apostava na política do confronto. O PSD, temeroso com a mobilização de operários e camponeses, aproximava-se cada vez mais da UDN. Todas as iniciativas de Goulart para aproximá-los politicamente, buscando manter a coligação que sustentou o regime democrático desde 1945, mostraram-se infrutíferas. Repudiado pela direita, visto com suspeição pelo centro e isolado pelas esquerdas, ele aproximava-se do final de seu governo com resultados pífios. Passaria a faixa presidencial como a maior liderança trabalhista, depois de Getúlio Vargas, sem ter realizado as reformas que pregava desde o início da década de 1950. O tempo era muito curto para ele. Convenceu-se, finalmente, de que a radicalização impediria qualquer reforma, sobretudo a agrária, de maneira pactuada entre o centro e a esquerda. As alternativas para o entendimento eram mínimas, se não nulas. As suas grandes qualidades de costurar acordos, tecer negociações e buscar o entendimento entre as partes eram repudiadas pelas suas próprias bases de sustentação: as esquerdas. Para elas, tudo não passava de “política de conciliação”, cujo significado, nesse momento, exprimia o que havia de pior em uma liderança popular. Para o PTB radical, o sindicalismo, os camponeses em suas Ligas, o movimento estudantil e as organizações de subalternos das Forças Armadas, somente a “política do confronto” poderia levar a resultados promissores para as forças populares, somente o embate, sem qualquer recuo, poderia implementar, verdadeiramente, as reformas de base. Na sua imaginação política, as esquerdas teriam acumulado forças suficientes para o confronto com a direita. A hora final, acreditavam sem a menor dúvida, havia chegado. Bastava que o presidente da República se decidisse pelo embate. Com sectarismo e, no jargão comunista, “baluartismo”, ou seja, a crença desmedida em suas forças, as esquerdas provocaram Goulart a embarcar no projeto radical desde a vitória do plebiscito. Quando se aventava a possibilidade de golpe militar, os partidários da extrema-esquerda recusavam-se a acreditar. Afinal, garantiam, o Exército era democrático e estava com o povo. O próprio Luís Carlos Prestes, em janeiro de 1964, disse estar convencido “de que qualquer tentativa de golpe reacionário [...] será a guerra civil. Estamos convencidos de que a guerra civil, se os reacionários nos levarem a ela, será a vitória do povo, a vitória das forças patrióticas e democráticas, acelerará o processo revolucionário” (citado em Moraes, 1989, p. 195).

As esquerdas, ao imaginarem firmemente que, no confronto com as direitas, venceriam, tinham como exemplos os episódios da Campanha da Legalidade, em 1961. Afinal, quando os ministros militares implementaram o golpe, a sociedade reagiu: trabalhadores, empresários, igrejas, partidos políticos, intelectuais e, sobretudo, os próprios militares, como sargentos e oficiais do Exército e da Aeronáutica, recusaram o golpe. Esse era o grande argumento das esquerdas. O que não se percebia era que a Campanha da Legalidade fora um episódio defensivo, cujo objetivo era a garantia da democracia e do cumprimento das leis e da Constituição. Ali, a legalidade era a bandeira das esquerdas. Em 1964, no entanto, quem defendia a ordem legal eram os conservadores, com o argumento de que a Constituição era intocável. Ou seja, de uma posição defensiva e legalista em 1961, as esquerdas adotaram a estratégia ofensiva e de rompimento institucional.

Em fins de fevereiro de 1964, percebendo que, de maneira sistemática e coordenada, os norte-americanos iriam continuar a apertar o torniquete financeiro sobre o país, cujo resultado seria o agravamento da crise econômica, o presidente encontrava-se diante de alternativas muito restritas. Uma opção seria a de nada fazer até o final de seu governo, deixando o país afundar no total descontrole monetário e financeiro, desmoralizando o projeto reformista e a si mesmo; uma outra implicaria em aliar-se ao PSD e a UDN, aceitar as condições do FMI e implementar uma política conservadora à custa de repressão ao movimento operário e do rebaixamento dos salários dos trabalhadores; uma terceira incluiria apoiar incondicionalmente a Frente Progressista de San Tiago Dantas, subordinando-se aos limites impostos às reformas pelo PSD e afastando-se, definitivamente, dos grupos mais a esquerda de seu próprio partido; por fim, aliar-se às esquerdas, acreditar nas forças que elas diziam dispor e, embora contrariando o seu estilo, partir para a radicalização e o embate. Essa última foi a sua opção. Aderiu, desse modo, à Frente Única de Esquerda, abortando a Frente Progressista proposta por San Tiago Dantas. Ao tomar tal atitude, Goulart, na avaliação de Argelina Figueiredo, estreitou consideravelmente as suas margens de escolha, optando pela radicalização e pela alternativa do “risco sem previsão”. Ao mesmo tempo, a opção pelo radicalismo permitiu que os grupos de legalistas de oposição ao seu governo passassem a alimentar suspeitas sobre suas verda-

deiras intenções, cedendo aos apelos dos setores da direita golpista que viam, assim, reduzir os custos de romperem com as regras democráticas (Figueiredo, 1993, p. 169).

Goulart acreditou, ou disse acreditar, nas forças que as esquerdas diziam ter. O seu caminho, agora, não tinha mais volta.

#### NA CANOA DAS ESQUERDAS

No início de março de 1964, o clima político tornar-se-ia bastante difícil para o governo. A radicalização política assumiu proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática, particularmente com o anúncio da realização de um comício no dia 13 daquele mês na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Com o evento, a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB, foi selada. O pacto, na avaliação de Lucília de Almeida Neves, “era uma derradeira tentativa de se buscar um caminho reformista para a nação brasileira” (1989, p. 284). Um restrito grupo de sindicalistas comunistas e trabalhistas tomou à frente da organização do comício, desde as medidas de segurança — em acordo com o Exército — até mesmo as difíceis negociações para que subissem, no mesmo palanque, Goulart, Brizola e Arraes. Por trás da comissão, apoiando-a e assinando as notas de convocatória para o evento, um amplo leque de organizações sindicais, políticas, estudantis e femininas.

O anúncio do comício mobilizou o movimento sindical e as esquerdas, mas acirrou os ânimos da direita. Uma classe social poderosa mobilizou-se contra as reformas de Goulart: os capitalistas. Com um manifesto de alerta à Nação, fundaram o Comando Nacional das Classes Produtoras, com sede, não casualmente, no estado da Guanabara. Embora o chefe da Casa Militar de Goulart, general Assis Brasil, garantisse ter montado um “dispositivo militar” para sustar qualquer tentativa de golpe, um grupo de coronéis, convencidos de que seus superiores dificilmente tomariam a iniciativa de conspirar contra o presidente, decidiram tomar para si a tarefa. O Estado-Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe, o

general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedicioso. No início de 1964, os contatos entre grupos civis, alguns governadores de estados e parlamentares conservadores já estavam bem articulados. O anúncio do comício, no entanto, transformou uma ação inicialmente defensiva em ofensiva. “Já não se tratava de resistir, mas de intervir no processo para liquidar uma situação tida como intolerável”, diz o jornalista Carlos Castelo Branco (1964, p. 287-290). O evento, nas palavras de Argelina Figueiredo, desencadeou forças “à esquerda e à direita que o governo não mais podia controlar” (1993, p. 198). Ao se comprometer com a coalizão pelo programa máximo de reformas, Goulart passou a compartilhar das mesmas crenças de seus aliados: em um confronto com os conservadores, ele sairia vitorioso.

No dia 13 de março, às 18:00 horas, teve início o comício. Cálculos avaliavam em 200.000 pessoas a participação popular, enquanto outros citam 250.000. Inicialmente, falaram líderes sindicais e políticos.<sup>13</sup> A maioria dos discursos foram marcados pelo radicalismo político. José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes, por exemplo, exigiu a extinção da “política de conciliação” do presidente para efetivar todas as medidas de amparo e garantia às classes populares. Após ressaltar a importância do fim da vitaliciedade das cátedras contida na reforma universitária, Serra atacou, em tom agressivo e contundente, aqueles que defendiam o fechamento do CGT e exaltou, como uma realidade animadora no quadro político brasileiro, a presença da “classe dos sargentos que emerge para as lutas populares”. Miguel Arraes foi esperado com muita expectativa. Para ele, “o povo exige atos e definições cada vez mais concretos. Ninguém se iluda, este país jamais será governado sem o povo. O povo está de olhos abertos, não suporta mais a manutenção dos privilégios das minorias. A unidade das forças populares é consciente, apesar das divergências de superfície”. Mais adiante, chegou a vez de um dos oradores mais esperados: Leonel Brizola. Falando em nome da Frente de Mobilização Popular, ele defendeu medidas mais definidas, como o fim da “política de conciliação” do presidente, a formação de um governo popular e nacionalista que represente a vontade do povo e atenda as suas aspirações. Para isso, seria preciso o fechamento do atual Congresso Nacional e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como soluções para o “impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário”. O novo par-

lamento, defendeu, deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos, todos “autênticos homens públicos, para eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo”.

As pessoas aplaudiam fortemente os oradores. Mas o que pensavam aqueles milhares de trabalhadores que foram ao comício? Como conhecer as suas expectativas políticas e avaliar o grau de autonomia em relação aos líderes trabalhistas? Para a sorte do historiador, o governador Carlos Lacerda teve a mesma curiosidade. Utilizando as modernas técnicas de pesquisa de opinião, infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais, utilizando a metodologia do flagrante. O resultado estarreceu os próprios patrocinadores da equipe. Ali não estava, como se supunha, uma maioria de janguistas e comunistas atuando como claque. Esses, na verdade, compunham apenas 5% do público. O restante, os 95%, demonstrava um pensamento legalista, reformista e portador de um alto grau de politização: queria eleições presidenciais em 1965, bem como as reformas de base, mas não admitia o fechamento do Congresso e nem a reeleição de Goulart (Neto, 1964, p. 37-38).

Eram 20:46 horas quando João Goulart tomou a palavra, falando de improviso.<sup>14</sup> Segundo testemunhas, ele utilizou, com brilhantismo, os recursos oferecidos pela oratória, infundindo-lhes emoção. Atacou setores das elites que, em nome da democracia, procuravam perpetuar privilégios intoleráveis, criticou a indústria do anticomunismo, ressaltou a necessidade de revisar a Constituição e lamentou a cegueira de certas parcelas da sociedade de instrução superior que continuam insensíveis à realidade nacional. No entanto, o governo, ao lado do povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e empresários patriotas, e com o seu apoio, prosseguirá na luta pela emancipação econômica e social do país. A seguir, explicou as medidas do decreto da SUPRA, comunicou a encampação das refinarias particulares e referiu-se à mensagem que enviaria, nos próximos dias, ao Congresso Nacional. Nela, estavam contidas a reforma universitária, eliminando as cátedras vitalícias, e a eleitoral, permitindo que “todo alistável deva ser também elegível” — bem como o decreto que regulamentaria os aluguéis de imóveis urbanos e rurais. Após agradecer aos trabalhadores pela presença, afirmou que nenhuma força seria capaz de impedir que o governo assegurasse a liber-

dade ao povo, contando, para isso, com a compreensão e o patriotismo das Forças Armadas.

No dia seguinte ao comício, entre as esquerdas, a sensação, praticamente unânime, era a de que tinha acabado a “política de conciliação”. Deputados trabalhistas junto com sindicalistas articularam uma Frente Popular que sustentaria a política de Goulart. Brizola, um dos articuladores do encontro, argumentou que o momento exigia a concentração de esforços, com ações de rua em volume crescente. O Congresso, pressionado pelo povo, abria caminho para uma Assembléia Constituinte. Dois dias depois, o presidente enviou uma Mensagem ao Congresso. O texto era, ao mesmo tempo, uma prestação de contas de seu governo e um pedido de providências (Silva, 1975, p. 326-327). Redigida por Darcy Ribeiro, a Mensagem dava conta das obras administrativas, mas tinha o objetivo de implementar as tão esperadas reformas. Assim, propunha a supressão da vitaliciedade das cátedras nas universidades e garantia o direito de voto aos analfabetos, sargentos e praças. Sobre a reforma agrária, a Mensagem propunha incluir na Constituição o princípio de que a ninguém é lícito deixar a terra improdutiva “por força do direito de propriedade”. A noção de “uso lícito” seria a de quatro vezes a área efetivamente utilizada. O restante da terra voltaria para o domínio público, disponível para assentamentos. Uma novidade jurídica, sem dúvida. Assim, além de obter áreas imensas para a reforma agrária, o governo não teria que pagar por ela (Ribeiro, 1998, p. 319). A Mensagem ainda propunha um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as reformas de base e a delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, revogando, na prática, o princípio de indelegabilidade de poderes. Por fim, a revisão do capítulo das inelegibilidades, sendo substituído apenas pela frase “são elegíveis os alistáveis”, permitindo, assim, que concorressem para cargos executivos os parentes consanguíneos e afins, como Leonel Brizola, e instituindo, na prática, a reeleição, beneficiando o próprio Goulart. Na verdade, cumpria-se o programa político de seu governo que se baseava em duas grandes medidas. A primeira, a Lei de Remessa de Lucros, já em vigor. A segunda, a reforma agrária, que agora procurava implementar.

Goulart estava disposto a levar adiante as mudanças econômicas, sociais e políticas em aliança com as esquerdas. Ao mesmo tempo, sua assessoria

redigia os decretos que extinguíam o exame vestibular, fixavam preços para o produto industrial que saía da fábrica e tabelavam gêneros de consumo popular. As novas medidas seriam anunciadas em novos comícios. Goulart e as esquerdas queriam aproveitar o sucesso do evento do dia 13 para acelerar a ofensiva reformista, impedindo que os conservadores tivessem tempo para reagir. Representantes do CGT, reunidos, igualmente traçaram um plano de ação. A estratégia era a de promover assembléias em todos os sindicatos, endossando a proposta presidencial de aprovar novos decretos em comícios em várias capitais de estado. As esquerdas, excessivamente confiantes, tomadas por um sentimento de euforia, acreditavam que, após acumularem forças, havia chegado a hora do confronto. O "desfecho", tão ansiado, estava próximo.

No dia seguinte, dia de São José, padroeiro da família, foi realizado, na cidade de São Paulo, um ato que mereceu o desprezo das esquerdas, mas que foi, no entanto, profundamente significativo, demonstrando a divisão e a radicalização política do país: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os discursos contra Goulart foram a tônica do comício que se seguiu. Cálculos falam em 500 mil pessoas presentes à Marcha. Outros, considerando os que assistiram nas ruas de acesso, chegaram à cifra de 800 mil (Duarte, 1964, p. 132-134). As esquerdas, no entanto, não levaram o ato a sério por dois motivos. Primeiro, por tratar-se de uma manifestação de classe média. "Isto não é povo", disseram alguns com irreverência. Segundo, pelo caráter religioso do movimento, algo merecedor de desprezo.

Nos dois dias que antecederam a Semana Santa, Goulart e seus aliados de esquerda continuaram avançando na estratégia adotada para implementar as reformas. A programação dos novos comícios foi fechada, todos para abril: dia 3 em Santos; 10 em Santo André; 11 em Salvador; 17 em Ribeirão Preto; 19, homenageando Vargas, em Belo Horizonte; 21 em Brasília. O último, marcado não casualmente para 1º de maio, seria na capital paulista. No mesmo dia, contudo, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, fez um pronunciamento, denunciando "as agitações generalizadas do ilegal poder do CGT". Deveriam, perguntou, as Forças Armadas apoiar uma revolução "para garantir a plenitude de um grupo pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públi-

cos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou?" (Citado em Silva, 1975, p. 343.) As esquerdas, no entanto, pareciam não ouvir as ameaças feitas de maneira ostensiva pelos conspiradores. Decididamente, não acreditavam na possibilidade de um golpe da direita, mas sim do seu maior aliado, o próprio presidente da República.

#### A VEZ DOS SUBALTERNOS DAS FORÇAS ARMADAS

Embora Goulart soubesse dos perigos que seu governo corria, certamente apostou em riscos calculados. Contudo, ainda naquela semana, pequenos acontecimentos, aparentemente irrelevantes, iriam detonar a maior crise de seu governo. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, proibiu a realização de um ato público em que os subalternos da Marinha de Guerra comemorariam o segundo aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, com a presença de autoridades militares. Contrariados, eles programaram um novo ato, agora no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. De uma simples comemoração, o evento tomou rumos reivindicatórios: na pauta, exigiram o reconhecimento oficial da entidade, a melhoria das condições de vida e alimentação digna nos navios.<sup>15</sup> Sílvio Mota reagiu ordenando, no dia 24, a prisão de 12 dirigentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais. Depois, no dia seguinte, data marcada para festejar a comemoração de fundação da entidade no Sindicato dos Metalúrgicos, mandou prender outros 40 marinheiros e cabos que organizaram o encontro. A ordem de prisão, no entanto, deveria ser executada ao final da reunião. O ministro da Marinha enviou uma tropa de 500 fuzileiros navais apoiados por 13 tanques para invadir o prédio do sindicato e retirar de lá os marinheiros, vivos ou mortos. A tropa de choque, no entanto, negou-se a atacar os colegas, aderindo à revolta. Jogando os capacetes, cinturões e armas no chão, cerca de 30 fuzileiros entraram no prédio sob os aplausos e gritos dos marinheiros entrincheirados no Palácio do Aço. Mais indignados ficaram os oficiais da Marinha quando as ordens de Goulart chegaram para que os marinheiros não fossem atacados. O ministro da Marinha, sentindo-se desprestigiado, renunciou ao cargo.

As esquerdas não se deram conta da gravidade da crise, apoiando e incentivando a insurreição.<sup>16</sup> Em nota, a UNE defendeu o “direito de organização dos valorosos companheiros da Marinha”, afirmando que “somente a reação se sente ameaçada com o movimento dos marujos”. Em *Panfleto*, jornal do grupo brizolista, as manchetes diziam: “Regime feudal na Marinha vai acabar” e “Marujos venceram primeira batalha”. Setores de extrema-esquerda do PCB, como Marighela, já estavam ao lado dos marinheiros sem ouvir a direção partidária. Ao final, o conjunto do partido apoiou a rebelião, pesando, para isso, a concorrência com Leonel Brizola. A manchete de *Novos Rumos*, em 27 de março, dizia: “A nação inteira ao lado dos marinheiros e fuzileiros”. Contra o movimento, dizia o jornal, “só se colocam os inimigos da pátria, os gorilas com ou sem farda”. O CGT ameaçou a deflagração de uma greve geral se os marujos sofressem represálias. Alguns setores minoritários da esquerda pediram cautela, mas, ao final, venceu a proposta de apoio aos insurrectos. No entanto, a rebelião, agora, não era apenas a dos subalternos da Marinha, mas também dos oficiais. Reunida no Clube Naval, a oficialidade deliberou que não embarcaria nos navios enquanto o almirante Aragão não fosse punido. Goulart, agora, teria que lidar com duas rebeliões.

Naquela quarta-feira, véspera da Semana Santa, o presidente partira com a família para descansar em São Borja. Imediatamente teve que retornar. Segundo Carlos Castelo Branco, durante a madrugada, ocorreram negociações com os sindicalistas. Os dirigentes do CGT asseguravam aos deputados da FMP que o ministro da Marinha seria demitido e que os marinheiros não sofreriam punições. O Conselho do Almirantado não aceitava a demissão de Sílvio Mota. No entanto, pela manhã, a Marinha tinha um novo ministro, o almirante Paulo Márcio Rodrigues, de 69 anos, presidente do Tribunal Marítimo, homem de esquerda e de confiança do CGT. Neste momento, as versões foram diversas. Para grande parte dos analistas, o novo ministro apenas cumpriu o acordo estabelecido entre o presidente e os sindicalistas: os marinheiros foram levados para o I Batalhão de Guardas do Exército, evitando, assim, retaliações da Marinha, e, ao final da tarde, libertados. Aragão, por sua vez, retornou ao seu posto. Para Carlos Castelo Branco, Paulo Márcio, seja por falta de clareza de Goulart, seja por acreditar que havia uma revolução em marcha, desconheceu as ordens do presidente e agiu por conta pró-

pria. Goulart, por sua vez, em depoimento prestado a Jorge Otero anos depois, garantiu: “Foi o ministro que decidiu anistiar os culpados, como tradicionalmente acontece no país.” (2001, p. 154). Seja como for, ao meio-dia, caminhões do Exército saíram com os marinheiros do Sindicato dos Metalúrgicos e, conforme o combinado, mais tarde foram postos em liberdade.

A anistia aos marinheiros e a Aragão atingiu profundamente a integridade profissional das Forças Armadas. Todo o conjunto de idéias, crenças, valores, códigos comportamentais e a maneira como eles davam significado às suas instituições encontrava-se subvertido. A disciplina e a hierarquia, fundamentos básicos que exprimiam o que era “ser militar”, esfacelaram-se. Por suas atitudes e declarações, os oficiais da Marinha de Guerra ficaram convencidos de que o novo ministro tinha sido escolhido por Goulart a partir de uma lista tríplice indicada pelo CGT. Para a oficialidade, tudo não passava de subversão de valores, hierarquias e códigos longamente estabelecidos e compartilhados. Feridos de morte em sua dignidade profissional, declararam-se em assembléia permanente, recusando-se a entrar nos navios. A maioria dos oficiais das três Forças, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar.

Goulart, o CGT e as esquerdas não perceberam a gravidade do episódio. Acreditaram ser algo sem importância. A esquerda radical do PTB, que há muito mantinha relações políticas com os marinheiros e fuzileiros, tinha incentivado o motim. Contudo, no dia seguinte, a reação seria violenta. Os editoriais dos jornais atacaram duramente o presidente. Magalhães Pinto lançou manifestos, altos escalões das Forças Armadas e parlamentares cobravam de Goulart a manutenção da ordem. Centenas de oficiais da Marinha e do Exército, no Clube Naval, congratularam-se com o chefe do Estado-Maior pela sua defesa da disciplina. Em rebelião passiva, a oficialidade da Marinha continuou recusando a volta aos navios. Foi nesse momento que Goulart, o CGT e as esquerdas perceberam a gravidade da situação e o agravamento da crise político-militar.

No entanto, ainda no rescaldo da maior crise militar de seu governo, o presidente teria que decidir se iria na festa da posse da nova diretoria da

Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março, evento marcado com bastante antecedência. Na programação, constava o discurso de Goulart. Comparecer a uma festa de subalternos das Forças Armadas ainda sob as cinzas de um motim de marinheiros, com a oficialidade da Marinha em rebelião passiva, era, no mínimo, imprudente. Para algumas pessoas próximas a Goulart, a atitude era verdadeiramente insensata. Tancredo Neves insistiu para que o presidente não fosse ao evento. No entanto, ele estava decidido a ir. Na avaliação de José Gomes Talarico, o presidente, naquele momento, não podia recuar. Já perdera o apoio do poder econômico, dos partidos conservadores, como o PSD, a UDN, o PSP, o PR, entre outros, como, então, recusar o apoio popular? (1982, p. 155). Goulart, portanto, não poderia desprezar a categoria. O general Assis Brasil, por sua vez, insistia com Goulart que não haveria problemas.

Acompanhado por vários ministros, o presidente chegou na sede do Automóvel Clube para ser homenageado pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, entidade que completava 40 anos de fundação. À sua espera estavam o ministro interino da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Presentes também o almirante Aragão, o cabo Anselmo, diversos marinheiros e fuzileiros navais — uma mistura explosiva naquele momento —, além de aproximadamente 2 mil sargentos. Inicialmente, os suboficiais discursaram. O subtenente Antônio Sena Pires afirmou que “lutamos contra a exploração alienígena e concorreremos para a politização do povo brasileiro que não tolera mais o capital estrangeiro colonizador ou os trustes estrangeiros e nacionais” (citado em Victor, 1965, p. 506). Abelardo Jurema e o cabo Anselmo também falaram. Goulart, ao discursar, estava irreconhecível. Não estava ali o orador seguro, mas, sim, um homem de semblante carregado, como se soubesse que algo grave estaria para acontecer. O presidente denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocavam a crise que o país vivia. Também denunciou o dinheiro espúrio do IBADE, das empresas estrangeiras prejudicadas com a Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, dos comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam aluguéis em dólares. Sobre a questão tão esperada, a crise militar, o presidente apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente,

“fundada no respeito mútuo entre comandantes e comandados”. Em sua definição, “a disciplina não se constrói sobre ódio e exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados” (citado em Victor, 1965, p. 507-508). A sua maneira de entender a disciplina e a hierarquia, no entanto, deu mais argumentos aos militares insatisfeitos com o presidente. Além disso, amplos setores sociais, sobretudo das classes médias, assustados com o comunismo e o radicalismo das esquerdas, não queriam mais ouvir o presidente.

As esquerdas pareciam não se dar conta da gravidade da situação. Os militares sim. A oficialidade nacionalista e de esquerda, depois de tantos atentados à disciplina e à hierarquia, começou a ficar seriamente preocupada. O mais grave, no entanto, é que a ampla maioria dos oficiais das três Forças, afastada dos debates políticos, preocupada apenas em cumprir suas tarefas profissionais e, ao final do dia, retornar para as suas casas, começou a dar razão à minoria de golpistas históricos, cedendo aos seus argumentos.

#### ENFIM, O “CONFRONTO”

No dia 31 de março, Goulart acordou cedo no Palácio Laranjeiras cansado de tudo aquilo. Estava convencido de que seu discurso no Automóvel Clube não conseguira unir as Forças Armadas e convencê-las a apoiar seu governo. Após a rebelião dos sargentos, dos marinheiros e do seu discurso no dia anterior, a oficialidade das três Armas, mesmo a que defendia a legalidade, estava convencida de que o presidente incentivava a indisciplina, instigando os subalternos contra os seus superiores. Ao ler os jornais, Goulart se assustou: o editorial do *Jornal do Brasil* lhe desferia duras críticas. O texto, sem rodeios, pregava a sua deposição. No *Correio da Manhã*, o título do editorial era “Fora”. Mais grave, o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, lançou um manifesto à Nação declarando o rompimento daquela Casa com o governo, apelando, ainda, para que as Forças Armadas intervissem no processo político para restabelecer a ordem (Victor, 1965, p. 509). Somente naquela manhã Goulart se deu conta de que a estratégia de confronto das esquerdas não encontraria a mínima sustentação política.

O presidente soube da movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho no meio da tarde e logo passou a avaliar a situação junto a seus ministros. Irritado, mas, como era comum em seu temperamento, sem se desesperar, acreditou que, muito rapidamente, arrasaria com Magalhães Pinto. Ele estava determinado a tomar medidas enérgicas para acabar com a rebelião em Minas Gerais. Com seus auxiliares diretos, nomes foram sondados para assumir o governo mineiro como interventor. No entanto, San Tiago Dantas alertou o presidente de que o movimento liderado por Magalhães Pinto poderia estar sendo apoiado pelo Departamento de Estado norte-americano, inclusive com a sua concordância. Portanto, o governo dos Estados Unidos poderia reconhecer a existência de outro governo no Brasil. As consequências, sem dúvidas, seriam desastrosas, como a guerra civil com intervenção estrangeira. No meio da tarde, líderes sindicais e estudantis chegaram no Palácio. Com a confirmação da rebelião militar, queriam armas para agir por conta própria. Goulart, por diversas vezes, respondeu a eles: "não entrego armas a quem não sabe usá-las" (citado em Bandeira, 1977, p. 179).

O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, estava convalescente de uma cirurgia na próstata. O Ministério da Guerra encontrava-se acéfalo. Não foram poucos os que sugeriram a Goulart que nomeasse um outro nome para o ministério. Um grupo de generais, por intermédio de Abelardo Jurema, propôs a nomeação imediata de Henrique Lott, ainda com grande prestígio no Exército. O presidente, no entanto, não aceitou. Afinal, argumentou, o general Jair ausentar-se-ia por apenas dois ou três dias e demitir um homem hospitalizado seria uma desconsideração. Os mesmos generais, então, propuseram a Goulart que fosse para o Ministério da Guerra, assumisse a chefia suprema das Forças Armadas e fizesse uma proclamação ao país. O presidente também recusou a proposta, alegando que a atitude daria início à guerra civil.

As perseguições do governo do estado da Guanabara aos líderes sindicais, sobretudo lideranças do CGT, começaram. A Polícia Civil do estado invadiu a sede da entidade e prendeu vários membros da diretoria. Com poucas alternativas, eles decretaram greve geral no país. Contudo, a deflagração do movimento, paralisando principalmente os transportes urbanos, sobretudo os trens suburbanos, impediu que a população saísse de suas ca-

sas. Iniciativas de resistência ocorreram em vários pontos do país. Em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, militantes das Ligas ocuparam a prefeitura, a delegacia, os correios e a estação ferroviária, a sede da rádio local e a central telefônica, esperando as armas prometidas pelas lideranças. No entanto, os líderes mais ativos das Ligas já estavam presos. Ativistas da AP foram para o interior da Bahia com o objetivo de interditar a rodovia que ligava o Rio de Janeiro ao Nordeste, separando, desse modo, o norte do sul do país. Esperaram pela resistência de Arraes em Pernambuco e a de Brizola no Rio Grande do Sul. As suas esperanças, no entanto, foram frustradas pelos acontecimentos. No Recife, diante da deposição de Arraes, houve alguma resistência popular, com o saldo de dois mortos. A população desarmada, contudo, não tinha como reagir (Moraes, 1989, p. 162 e 166). No Rio de Janeiro, a diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniu-se rapidamente e aguardou as ordens para resistir. Como já haviam acertado as forças de esquerda, na eventualidade de golpe caberia aos fuzileiros navais neutralizar a Marinha. Contudo, o tempo passava e nenhuma ordem de resistência chegava na Associação. Segundo Avelino Bioen Capitani, um dos líderes da Associação, "as ordens que esperávamos nunca chegaram. [...] A sucessão rápida dos acontecimentos fugia à nossa compreensão".<sup>17</sup>

Entrincheirado no Palácio Guanabara, Carlos Lacerda estava acompanhado pelo almirante Amorim do Vale e pelo brigadeiro Eduardo Gomes, os mesmos protagonistas da tentativa de golpe de novembro de 1955. O coronel João Paulo Burnier e um grupo de choque montaram um conjunto de bazucas para proteger o bunker que se formava. Generais e marechais reformados foram para a sede do governo estadual solidarizar-se com o governador. Por alto-falantes colocados em frente ao Palácio, Lacerda passou a fazer apelos dramáticos, retransmitidos por rádios de São Paulo (Silva, 1975, p. 414-415). O almirante Aragão esperava ordens de Goulart para prender Lacerda. Ele estava disposto a invadir o Palácio Guanabara, travar batalha com as polícias militares e civis do estado e prender o governador. Para as forças legalistas, a prisão de Lacerda poderia deter o golpe ou pelo menos sustar o movimento de adesão que avançava em muitos comandos. Contudo, a ordem não veio. A atitude de Goulart de não prender Lacerda, sem dúvida, foi decisiva para o avanço dos golpistas. Evitar a guerra civil, que

sempre norteou seu comportamento naqueles dias, contou em sua decisão. Todavia, algo a mais certamente pesou para que ele impedisse Aragão de prender o governador da Guanabara. Segundo depoimento de Darcy Ribeiro, Goulart, com base em informações prestadas por San Tiago Dantas, disse ao seu chefe da Casa Civil que havia uma frota norte-americana no litoral brasileiro aproximando-se do Rio de Janeiro. Se Lacerda fosse preso, confidenciou, os navios de guerra entrariam na baía de Guanabara (Moraes, 1989, p. 303). Se a informação de Darcy é verdadeira, se Goulart de fato sabia da existência da frota, anos mais tarde oficialmente confirmada, a prisão de Lacerda não significaria apenas o desencadear da guerra civil, mas de uma invasão de tropas estrangeiras no país.

Goulart optou pela estratégia de, por telefone, tentar convencer os comandantes dos quatro Exércitos a manterem fidelidade ao governo. Assim, diante da gravidade da situação, o general Jair Dantas Ribeiro, embora debilitado fisicamente, reassumiu o ministério e, como primeira medida, ordenou a prisão do general Castelo Branco, acusado de conspiração. Mas a iniciativa de maior impacto foi o envio do Regimento Sampaio e do 1º Grupamento de Obuses para barrar a marcha de Mourão. O desequilíbrio bélico entre as duas tropas era imenso. Diante do Regimento Sampaio, os recrutas de Mourão não teriam a menor chance. Convocado ao Palácio Laranjeiras, Ladário Teles, general reconhecidamente legalista, recebeu de Goulart a ordem de que assumiria o comando do III Exército. As medidas, no entanto, não surtiriam efeito. Não se tratava, naquele momento, de um levante promovido por facções minoritárias das Forças Armadas em aliança com grupos civis golpistas descontentes com derrotas eleitorais, ambos desconhecendo o conjunto da sociedade, como ocorrera na crise de agosto de 1954, na crise sucessória de 1955, em Aragarças e Jacareacanga no governo Juscelino ou na luta pela posse de Goulart em agosto de 1961. Agora, tratava-se do conjunto da oficialidade das três Forças temendo a integridade das próprias corporações com o apoio de amplos grupos sociais e de instituições da sociedade civil. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, defendeu a marcha dos tanques do general Mourão. Segundo o texto, “a legalidade está conosco” (citado em Victor, 1965, p. 517). Finalmente, como desejavam as esquerdas, chegara a hora do confronto. Assim, em Minas

Gerai, líderes estudantis foram presos. Em São Paulo, as esquerdas se desarticularam diante do golpe. O Fórum Sindical de Debates e o Comando Estadual dos Trabalhadores, diante da repressão, não encontraram meios para reagir. A greve geral deflagrada pelo CGT não obteve repercussão. A sociedade estava cansada.

Foi nesse momento que o general Peri Beviláqua procurou o presidente com um documento nas mãos. O texto traduzia o pensamento da maioria dos comandos militares. As reformas de base, cristãs e democráticas em benefício do povo, dizia o documento, tinham o apoio das três Armas, mas o presidente deveria declarar o CGT fora da lei. Goulart recusou as imposições dos generais. Na verdade, a sua grande preocupação era com São Paulo, especialmente com o general Krueel. A Marinha estava completamente dominada pelos marinheiros e a Aeronáutica paralisada pela ação dos sargentos. A questão final seria resolvida pelas forças de terra. O comandante do III Exército, general Ladário Teles, já havia confirmado a sua lealdade. O silêncio do comandante do IV Exército significava que aderira à rebelião, mas o do comandante do II Exército, seu amigo pessoal, era preocupante. Para Mário Victor, “Goulart tinha a certeza de que Krueel não o abandonaria” (1965, p. 525). Ele estava enganado ou necessitava se enganar. Krueel deu o seu apoio ao governador Ademar de Barros em aliança com Magalhães Pinto. Mais adiante, Goulart o procurou por telefone. Ao presidente e amigo, Krueel alegou que não queria derrubar ninguém, mas que lutava pela própria vida institucional das Forças Armadas “que começa a ser minada por organismos espúrios”. Krueel fez um apelo para que o presidente abandonasse os comunistas, senão ele próprio é que seria abandonado. Ambos defendiam princípios inegociáveis. Krueel era fiel à sua instituição, mesmo que com o sacrifício da democracia; Goulart igualmente era fiel às suas bases, as esquerdas e os sindicatos, mesmo que, com isso, também arriscasse as instituições democráticas. Sem entendimento, desligaram os telefones. À meia-noite, por sugestão do general Aluizio Mendes, Krueel novamente ligou para o presidente, insistindo no afastamento dos comunistas do governo. Goulart recusou. Ele sabia que a democracia já estava condenada. Mesmo que cedesse aos apelos de Krueel e conseguisse se manter na presidência, seria um homem tutelado por generais, impedido de realizar as reformas e, mais grave, cúm-

plíce da repressão sobre os sindicatos e as esquerdas. Para ele, isso seria inadmissível. Preferia cair a assumir um papel tão triste.

San Tiago Dantas, no gabinete presidencial, tentou negociar o fim do conflito. Por telefone, conversou com Afonso Arinos, velho amigo e auxiliar administrativo de Magalhães Pinto. Dantas ouviu de Arinos que o governo norte-americano apoiava a sublevação e não apenas reconheceria o estado de beligerância de Minas Gerais como também interviria militarmente no país, se fosse preciso. Chocado com o que ouvia, Dantas o advertiu sobre a gravidade e as conseqüências da intervenção militar estrangeira, com o risco de secessão do Brasil agravada com a internacionalização do conflito. Certamente essas informações pesaram sobre a decisão de Goulart de não resistir (Bandeira, 1977, p. 180-181). A perspectiva de invasão norte-americana, de guerra civil, de secessão e de mortes, aliás, muitas mortes, o horrorizava.

#### A DEMOCRACIA POR ÚLTIMO

Passava da meia-noite e Goulart chegava nas primeiras horas do dia 1º de abril. Nesse momento, já fora informado de que o Regimento Sampaio aderira aos revoltosos. A notícia foi recebida como sinal de evidente derrota. Mourão agora marchava rumo à Guanabara com tropas profissionais. Para o presidente e seus amigos mais próximos, era desconcertante como uma pequena tropa, mal armada e municada, liderada por um general sem grande prestígio, pudesse ter arregimentado, em menos de 24 horas, a maioria da oficialidade do Exército. É verdade que a conspiração avançava a passos largos desde que Goulart assumira o poder. Contudo, os conspiradores, minoria nas Forças Armadas, promoveram atentados contra o regime democrático desde que Getúlio Vargas ganhara as eleições em 1950. Havia um sentimento legalista na maioria das tropas que impedia a efetivação de golpes. Mesmo que grande parte dos oficiais não simpatizasse com Goulart, o sentimento negativo necessariamente não significaria que dessem um passo adiante no sentido de destituí-lo do poder. A meu ver, foi a revolta dos marinheiros o momento em que os militares legalistas cederam aos argumentos dos conspiradores, agravada com a ida de Goulart no Automóvel Clube ao lado de sar-

gentos, marinheiros, fuzileiros navais e, inclusive, do cabo Anselmo. Tratou-se, para a oficialidade, de uma questão de sobrevivência da própria instituição. O general Mourão, por conta própria, sem o aval dos conspiradores, desencadeou o processo golpista. Como Goulart não reagiu, como não houve manifestações de defesa do governo, as defecções, inicialmente tímidas, avolumaram-se em ritmo crescente em poucas horas. No dizer de Raul Ryff, “como se deu bem, todo mundo aderiu” (1984, p. 287).

A resistência não ocorreu, segundo diversas versões, pela falta de uma voz de comando. A cadeia de comando, de fato, não respondia. O sargento-fuzileiro naval Narciso Júlio Gonçalves, por exemplo, saiu da Associação dos Sargentos e pediu orientações ao seu comandante imediato. Segundo ele, “havia um acordo tácito entre a oficialidade progressista e os sargentos para que a reação ao golpe fosse comandada por oficiais, por uma questão de respeito à hierarquia” (citado em Moraes, 1989, p. 164). O seu comandante, almirante Washington Frazão Braga, respondeu que estava esperando ordens de seu superior, o almirante Aragão. Contudo, acima dele, o general Âncora não permitiu a resistência, obedecendo ao comandante-em-chefe das Forças Armadas: João Goulart. Diversos grupos se mobilizaram para a resistência: O CGT, o PUA, o CPOS, a União dos Portuários, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, a UNE, a UME, a UBES, o CACO, ex-pracinhas, sargentos, fuzileiros navais, organizações populares, comunistas, brizolistas, entre diversos outros. Contudo, nenhuma ordem vinha do Palácio Laranjeiras. Enquanto isso, as polícias militar e civil do governo do estado tomaram pontos estratégicos, como estações ferroviárias, rodovias e aeroportos, bem como entradas de acesso à cidade. Além disso, o governo federal perdeu os meios de comunicação (Silva, 1975, p. 398). Sem palavras de ordem e de comando, a desorientação tomou conta dos legalistas. Na verdade, mesmo que as comunicações fossem mantidas, as ordens não viriam. Somente Porto Alegre se destacou no sentido de resistir ao golpe: Ladário Teles, no comando do III Exército, e Leonel Brizola, atuando juntos, transformaram a cidade em bastião trabalhista. A resistência, se houvesse, teria que enfrentar, ainda, uma força-tarefa enviada pelo governo norte-americano. Intitulada de Operação Brother Sam, na costa brasileira estavam o porta-aviões *Forrestal*, destróieres de apoio com mísseis teleguiados, navios abarrotados de armas,

munições e mantimentos, além de quatro petroleiros. A força-tarefa contava ainda com sete aviões de transporte, cada um carregando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça e oito aviões tanques, além de um outro de comunicações (Bandeira, 1977, p. 176). Aguardando o desenrolar dos acontecimentos, o comandante norte-americano esperava ordens para intervir no conflito a "pedido" de algum estado beligerante, certamente Minas Gerais.

Na manhã do dia 1º o governo de Goulart já estava condenado. Sozinho, o presidente começou a receber ultimatos de seus generais. Deveria romper com o CGT, declarar o seu repúdio ao comunismo, reprimir as greves de trabalhadores e negociar com as tropas rebeldes. Goulart negou-se a aceitar as exigências. Moraes Âncora e outros generais foram ao Palácio Laranjeiras expor o quadro político ao presidente, sugerindo que ele deixasse a Guanabara por falta de segurança. A notícia de que Goulart deixara o Palácio e fora para Brasília logo correu a cidade. No entanto, a atitude do presidente foi interpretada como uma fuga, uma sensação de que havia capitulado ou, talvez, renunciado. Nos bairros ricos da cidade, muitos comemoraram com festas. De Copacabana à Tijuca, lençóis brancos eram estendidos nas janelas dos edifícios. Os gritos de vitória se misturavam ao eco dos tiros de canhão do Forte de Copacabana. As chuvas de papel picado caíam sobre os carros que desfilavam com a bandeira nacional. Em São Paulo e em Belo Horizonte, manifestações similares ocorreram. Ao confirmar a notícia de que Goulart deixara o Palácio Laranjeiras rumo à Brasília, Lacerda liberou as forças golpistas no estado. Dezenas de lacerdistas espancaram estudantes e incendiaram o prédio da UNE. Grupos paramilitares, partidários do governador, também invadiram e depredaram as oficinas de *Última Hora*. A Federação Nacional dos Estivadores, dos Marítimos e outras organizações sindicais também foram tomadas pelas forças golpistas. O Ministério do Trabalho, com sede na Guanabara, também foi cercado pelos grupos lacerdistas. Milhares de pessoas foram presas.

Em Brasília, Goulart chegou ao Palácio do Planalto e, dali, foi para a Granja do Torto onde lançou um manifesto à Nação denunciando as forças reacionárias e o poder econômico que reagiam à implementação das reformas de base, à elevação do nível de vida da população e à democratização da sociedade. A seguir, foi para Porto Alegre. Flávio Tavares alega que "todos

tiveram responsabilidades no desastre". No Congresso Nacional, ele testemunhou as sessões que ocorreram dois dias antes do golpe. Os chamados "cardeais" da UDN, como Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Pedro Aleixo, atizaram fogo contra o governo com um desfile de bravatas contínuas. Com Goulart ainda em território brasileiro, o presidente da Câmara, em tom dramático, declarou vago o cargo de presidente da República e convocou Ranieri Mazzilli, para assumir a chefia do governo. O Judiciário também foi conivente com o golpe na avaliação de Flávio Tavares. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, em vez de dizer que tudo aquilo era uma usurpação, foi ao Palácio do Planalto, como chefe do Poder Judiciário, para legitimar a posse de Mazzilli (Tavares, 1999, p. 151-153). Enquanto isso, no Rio de Janeiro, sargentos da Aeronáutica e, sobretudo, os fuzileiros navais insistiam na resistência. No entanto, não havia mais possibilidades.

Porto Alegre, nesse momento, era reduto trabalhista. Reunido com o comandante do III Exército Ladário Teles, Leonel Brizola e diversos generais, o presidente pediu a avaliação da situação militar. Apesar das opiniões otimistas de Ladário e de Brizola, os generais presentes, mais prudentes, mostraram que a capacidade de resistência era mínima. Além disso, resistir seria deflagrar a guerra civil no país. Goulart percebeu que o general Ladário estava isolado, dispondo de apenas uma única unidade, um regimento mecanizado com mil homens. Os golpistas, diversamente, tinham 50 mil homens armados dentro do estado marchando para a capital, os portos tomados pela Marinha, além dos aviões da FAB. A tentativa de resistência, alegaram os militares, seria sufocada em poucos dias. Goulart avaliou a situação militar, percebeu o risco, praticamente certo de guerra civil, e, sobretudo, já tinha informações sobre as articulações norte-americanas no golpe. Não se tratava apenas de um movimento militar, mas sim de uma ampla coalizão civil-militar brasileira com apoio de forças estrangeiras.<sup>18</sup> O presidente, depois de pesar a disposição de forças, não aceitou a proposta de resistir. Naquele momento, ele não tinha mais alternativas. A resistência jogaria o país em uma guerra civil de consequências imprevisíveis, foi a sua avaliação. Leonel Brizola, caindo na clandestinidade, ainda teve esperanças de organizar a resistência.<sup>19</sup>

## CONCLUSÃO

Daquela sexta-feira, 13 de março, até 1º de abril, o conflito político entre os grupos antagônicos se redimensionou. Não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos. Os conservadores tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, os seus adversários da vida política do país, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. O PTB, por sua vez, cresceu e se confundiu com os movimentos sociais que defendiam as reformas. Assim, os grupos progressistas da sociedade, representados pelos políticos nacionalistas e pelas alas radicais e fisiológicas do PTB, exigiam as reformas, mas, igualmente como seus adversários, sem valorizar a democracia (D'Araujo, 1996, p. 146). Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. Ambos os grupos, diz a autora, “subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas” (Figueiredo, 1993, p. 202). Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa.

O golpe militar, avalia com razão Maria Celina D'Araujo, foi contra o PTB, sua prática política e suas lideranças. O partido surgiu aos olhos dos militares como um inimigo a ser combatido. A ruptura constitucional foi uma reação aos compromissos dos trabalhistas com as esquerdas no clima da Guerra Fria, as alianças que tentaram com setores militares, as propostas de fazer dos trabalhadores o sustentáculo privilegiado do poder e a estratégia de atuar pela via da participação direta. Além disso, o PTB era o partido que estava no poder (D'Araujo, 1996, p. 140). Não casualmente a queda de Goulart foi seguida pelo declínio político dos trabalhistas, com vários parlamentares cassados e, mais tarde, com a própria extinção do partido, bem como pela grande repressão ao movimento sindical, com intervenções em diversas entidades, prisões e cerceamento das liberdades básicas, como o direito de greve.

A derrubada de Goulart da presidência e o colapso da democracia no Brasil repercutiram entre os grupos nacionalistas e reformistas com grande surpresa. No entanto, para todos os protagonistas dos conflitos daquela época, como as esquerdas, a direita civil e os próprios militares, o golpe surgiu como uma grande incógnita. Como alguns depoimentos confirmam, não havia um projeto a favor de algo, mas contra. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma “limpeza” política. Somente mais adiante e com difíceis entendimentos entre facções das Forças Armadas, surgiria um “ideário” do regime dos militares (D'Araujo, Soares, Castro, 1994, p. 18). Segundo algumas versões, Goulart inicialmente imaginou que a intervenção militar repetiria as anteriores, como em 1945: o presidente é deposto, conhece o exílio dentro do território nacional e depois a vida política do país retoma os caminhos normais (Ryff, 1984, p. 216 e Jurema, 1983, p. 319). O governo trabalhista, a sociedade brasileira e mesmo os patrocinadores da derrocada da democracia não perceberam que, em abril de 1964, ocorrera um novo tipo de golpe.

## NOTAS

1. A primeira edição de *O colapso do populismo no Brasil* é de 1968. Para uma crítica veja Reis Filho, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo no Brasil”. In Ferreira, Jorge (org.) (2001).
2. O interessante é que autores que reclamam para si a tradição marxista, inclusive com viés gramsciano, adotam em suas análises o determinismo econômico com clara influência estruturalista, descartando a ação dos grupos e das classes sociais, bem como um conceito caro ao marxismo: a luta de classes.
3. O clima de efervescência artística e intelectual tomou a sociedade brasileira. Em poucas ocasiões, nunca se produziu tanto como no início da década de 1960 e na presidência de Goulart. Oriundos ou não do CPC, diversos nomes, sejam de atores, escritores, cineastas e intelectuais, bastante conhecidos e marcantes na cultura nacional, começaram suas carreiras nessa época. Veja Ridenti, Marcelo (2000, p. 105-107).
4. Hércules Corrêa, militante comunista e líder sindical de projeção naquele período, admite que “a questão democrática não era a menina dos olhos do PCB naquela época. Negócio de democracia, para nós, era um negócio tático. Nós jogávamos muito

- na idéia do quanto pior, melhor. Achávamos que a revolução vinha por aí". Darcy Ribeiro corrobora a tese. Para ele, a teoria que as esquerdas se baseavam "era a teoria catastrofística, segundo a qual se você cria o caos, o caos é tão grande que do caos você sai para a utopia. Eles queriam sair do caos para o socialismo". Citado em Moraes, Denis (1989, p. 294 e 300, respectivamente).
5. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 12 de agosto de 2001, *Folha Mundo*, p. A17-A18
  6. Os números totais foram 9.457.488 votos a favor do presidencialismo e 2.073.582 contra.
  7. As citações que se seguem estão em Moraes, Denis (1989, p. 115).
  8. A legislação distinguia dois tipos de capitais estrangeiros. O primeiro, aqueles que entravam como divisas, investimentos produtivos, maquinarias etc. Para esses, era reconhecido o direito de enviar lucros ao exterior em até 10% ao ano. O segundo, capitais nacionais que pertenciam a estrangeiros, mas que se reproduziram dentro do próprio país, com o apoio do sistema bancário nacional, de incentivos governamentais ou do próprio mercado interno. Nesse caso, era proibido enviar lucros ao exterior. O governo norte-americano reagiu imediatamente. Ao mesmo tempo em que suspendeu todos os créditos para o governo federal, apoiou financeiramente alguns governadores de estados e municípios, mas somente os adversários de Goulart.
  9. As informações que se seguem estão em Parucker, Paulo Eduardo Castello (1992).
  10. Textos citados em Moraes, Denis de (1989, p. 97-98).
  11. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1963, p. 12.
  12. Em sua estratégia de luta extraparlamentar, Brizola, em fins de novembro de 1963, pregava a organização de "grupos de onze companheiros" ou "comandos nacionalistas". Segundo cálculos de Neiva Moreira, cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em grupos de "onze companheiros". O próprio Leonel Brizola avalia que 24 mil grupos se formaram em todo o país. A estratégia era a de que, com o crescimento e o fortalecimento dos "comandos nacionalistas", se formasse, em período muito curto, o embrião de um partido revolucionário. Moraes, Denis (1989, p. 329 e 353).
  13. As fontes que se seguem são: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p. 4-5; *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p. 6; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p. 14.
  14. A íntegra do discurso está em Pinheiro Neto, João (1993).
  15. A situação na Marinha de Guerra era explosiva, sobretudo pelas péssimas condições profissionais dos marinheiros, a alimentação péssima, os salários miseráveis, além dos regulamentos absurdos que impediam os subalternos de se casarem, condenando-os ao celibato, ao concubinato ou ao homossexualismo.
  16. As informações que se seguem estão em Moraes, Denis (1989), p. 101-104.
  17. Capitani, Avelino Bioen, (1997, p. 62).
  18. A avaliação de Goulart foi confidenciada a Waldir Pires no exílio. Citada em Moraes, Denis (1989, p. 219).

19. Brizola ainda ficou um mês em Porto Alegre tentando organizar a resistência na clandestinidade, escondendo-se em casa de amigos. Com sua casa tomada pelo Exército, impedindo que sua mulher e filhos entrassem, Brizola, sem alternativa, refugiou-se na praia de Capão da Canoa, a 130 km de Porto Alegre. *O Rio Grande Semanal*. Porto Alegre, 6 a 12 de setembro de 1979, p. 18. Caçado pelo Exército, sem ter para onde ir, ele foi salvo por Goulart. Sabendo da situação desesperadora do cunhado, o ex-presidente incumbiu seu piloto de resgatá-lo em uma praia do Rio Grande do Sul em operação de grande risco.

## BIBLIOGRAFIA

- Bandeira, Moniz. 1977. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Capitani, Avelino Bioen. 1997. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Castelo Branco, Carlos; Dines, Alberto; Neto, Araújo; Duarte, Eurico e outros. 1964. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro.
- D'Araujo, Maria Celina. 1996. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- D'Araujo, Maria Celina; Soares, Gláucio A.; Castro, Celso. 1994. *Visões do golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. 1989. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- . 1986. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil. 1961-1964*. Petrópolis: Vozes.
- Dreifuss, René A. 1987. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes.
- Faria, Hugo (depoimento). 1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC — História Oral.
- Ferreira, Jorge (org.). 2001. *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ferreira, Marieta de Moraes e Benjamin, César. 1984. "Goulart, João". In Beloch, Israel; Abreu, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/CPDOC/FINEP.
- Figueiredo, Argelina Cheibub. 1993. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.
- Jurema, Abelardo (depoimento). 1983. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV — História Oral.
- Labaki, Amir. 1986. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense.
- Levilain, Philippe. 1996. "Os protagonistas da biografia". In Remond, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFRJ.

- Moraes, Denis. 1989. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Otero, Jorge. *João Goulart*. 2001. Lembranças do exílio. Rio de Janeiro, Casa Jorge.
- Parucker, Paulo Eduardo Castello. 1992. *Praças em pé de guerra*. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964. Dissertação de mestrado — PPGH/ICHF/UFF, Niterói.
- Pinheiro Neto, João. 1993. *Jango; um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record.
- Ribeiro, Darcy. 1998. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ridenti, Marcelo. 2000. *Em busca do povo brasileiro*: Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record.
- Ryff, Raul (depoimento). 1984. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV — História Oral.
- Santos, Andréa Paula dos. 1998. *À esquerda das Forças Armadas brasileiras*. História oral de vida de militares nacionalistas de Esquerda. Dissertação de mestrado — FFLCH-USP, Niterói.
- Santos, Wanderley Guilherme. 1986. *Sessenta e quatro*: anatomia da crise. Rio de Janeiro: Vértice.
- Silva, Helio. 1975. *1964: golpe ou contragolpe*. Porto Alegre: L&PM.
- Skidmore, Thomas. 1969. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga.
- Talarico, José Gomes. 1982. (depoimento). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV — História Oral.
- Tavares, Flávio. 1999. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo.
- Toledo, Caio Navarro de (org.). 1997. *1964 Visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp.
- Victor, Mário. 1965. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

## Bibliografia geral

- ABREU, Alzira Alves de et alii. *Dicionário Histórico, Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: C-FGV CPDOC., 2001. 5 v.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem no progresso*. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1900.
- AGUIAR, Joaquim Alves de. "Panorama da música popular brasileira: da bossa nova ao rock dos anos 80". In SOSNOWSKI, Saul; SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: trânsito de memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, vol. 4. São Paulo: Cultura/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996/2000.
- ALEM, Silvio F. *Os trabalhadores e a 'redemocratização'* (Estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e Pós-Guerra imediato). Dissertação de mestrado — IFCH-Unicamp, Campinas, 1981.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.
- ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 64: A imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- AMADO, Rodrigo (org.). *Araújo Castro*. Brasília: UnB, 1982.
- ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Martins, 1962.
- ARRUDA, Antônio de. *ESG, história de uma doutrina*. São Paulo: GRD, 1980.
- ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe — 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BALCÃO, Nilde. *História dos metalúrgicos de São Caetano*. São Paulo: Cedi, 1987.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UnB, 2001.
- . *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- . *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- BARCELOS, Jalusa (org.). *CPC, uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

- BARRETO, Kátia Marly M. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. Dissertação de Mestrado — PUC São Paulo, 1988.
- BASTOS, Élide Rudai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEIGUELMAN, Paula. “A Revista *Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo econômico”. In D’INCARO, Maria Ângela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1989.
- . “O processo político partidário brasileiro de 1945”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- . *A UDN e o udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- . *O PTB e o trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989.
- BERLINCK, Manoel T. *CPC — Centro de Cultura popular — UNE*. Campinas: Papirus, 1985.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1992.
- BOITO, Armando. *O golpe de 1964: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: O artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BRANCO, Carlos Castelo. *Introdução à Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, 2 t.
- BRANDÃO, Gil Marçal. “Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)”. *Lua Nova*, São Paulo: Marco Zero/CEDEC, 1988 n. 15.
- . *Partido Comunista, capitalismo e democracia*. Tese de doutorado — FFLCH-USP, São Paulo, 1992 (mimeo).
- BRANDI, Paulo. *Vargas da vida para a História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1985.
- BRUNEAU, Thomás. *O Catolicismo em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1972.
- BUONICORE, Augusto. “Sindicalismo Vermelho: A política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. *Cadernos AEL*, 2000 n. 12/13.
- CABRAL, Elza Borghi de Almeida. *O quererismo na redemocratização de 1945*. Dissertação de mestrado — Programa de Pós-Graduação em História-UFF, Niterói, 1984.
- CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- . *Tempo de Arraes: Padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de; PIGNATARI, Décio. *Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

- CAMPOS, Haroldo de. “A poesia concreta e a realidade nacional”. *Arte em revista*, jan/mar 1979 n.1.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1977.
- CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (coord.). *Os Partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento — Brasil: JK, JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARONE, Edgar. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982.
- . *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- . *A República Liberal I: Instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e política, 1930-1945”. In *A Revolução de 30*. Seminário internacional. Brasília: UnB, 1982.
- . *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . “Vargas e os militares”. In PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CASTELO BRANCO, Carlos; DINES, Alberto; NETO, Araújo; DUARTE, Eurico e outros. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- CASTRO, Ruy. *Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno: Artes plásticas no Rio de Janeiro 1905-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CERVO, Amado Luis (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UnB, 1994.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática, 1992.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UnB, 1981.
- CHICOLTE, Ronald. *PCB: conflito e integração*. São Paulo: Graal, 1982.
- COCCHIARALE, Fernando; GEIGER, Anna Bella. *Abstracionismo geométrico e informal: a vanguarda brasileira nos anos cinqüenta*. Rio de Janeiro: Funarte, 1987.
- COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difel, 1968.
- CONTIER, Arnaldo. “Memória, história e poder: a sacralização do nacional e do popular na música (1920-50)”. *Revista Música*, ECA/USP, São Paulo, mai. 1991 v. 2, n. 1.
- . *Modernismos e brasilidade: música, utopia e tradição*. In ADAUTO Novaes (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: Organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo: Scritta, 1995.

- COSTA, Paulo Neves. *Democracia nos anos 50: Burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- COSTA, Sérgio Amado. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
- CRAVO, Jorge. *O caçador de bolachas perdidas: As incríveis incursões de um brasileiro pelo front da música popular e do futebol nos anos 40 e 50*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DANTAS, San Thiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- . *O segundo governo Vargas. 1951-1954*. São Paulo: Ática, 1992.
- (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ/Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina; Soares, Gláucio A.; Castro, Celso. *Visões do golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice. *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- . *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- . "Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania". *Revista Brasileira de História* (27), ANPUH, São Paulo, 1994.
- . "Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo". In TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.
- . "Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)". In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . *Perfil Parlamentar- Tancredo Neves*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2001.
- DIAS, Luciano. *O BNDE e Plano de Metas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- DIAS, Rosângela de Oliveira. *O mundo como chanchada*. Cinema e imaginário das classes populares na década de 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1939-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DUARTE, Paulo Sérgio. *Anos 60: transformações da arte no Brasil*. Rio de Janeiro, Campos Gerais, 1998.

- DULCI, Otávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- DULLES, John D. Foster. *Unrest in Brazil: Political-military crisis 1955-1964*. Austin/Londres, University of Texas Press, 1970.
- . *Castelo Branco — O caminho para presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FABRIS, Annateresa. "A questão futurista no Brasil". In BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org.). *Modernidade: vanguardas estéticas na América Latina*. São Paulo, Memorial, Unesp, 1990.
- FABRIS, Annateresa. *Cândido Portinari*. São Paulo: Edusp, 1996.
- . *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994.
- FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano, vol. 3: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- (dir.). *O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995 (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade: O último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- FERREIRA, Edgar Leite. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- FERREIRA, Jorge. "A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961". In *Tempo*. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: Relume: Dumará, jun. 1997.
- (org.). *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro/Niterói: Mauad/Eduff, 2002.
- FERREIRA, Jorge; SOARES, Maria de Carvalho (orgs.). *A história vai ao cinema: Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FHEISCHER, David (org.). *Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, 2 vol.
- FICO, Carlos. "O Brasil no Contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta — A grande transação: A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FONSECA, Pedro Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos*. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume, 1997.
- FORTES, Alexandre. "Revendando a legalização dos metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In FORTES et alii. *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.
- FRANCO, Afonso Arinos. *História dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "O tempo das ilusões". In CHAUI, Marilena et alli (org). *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985.
- FRENCH, John. *O ABC dos operários: Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- FRENCH, John; FORTES, Alexandre. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. Albuquerque: The Latin American Institute, The University of New Mexico, 1988.
- FUCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- . *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- GOMES, Angela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- (org.). *Trabalho e previdência*. Sessenta anos em debate. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1992.
- . (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- . "A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado". In SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- GONTIJO, Silvana. *A voz do povo: o Ibope do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira — das ilusões perdidas à luta Armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GUSTIN, Fátua Maria de S. *Parlamentarismo e superação de dissensos: A experiência do governo João Goulart*. Dissertação de mestrado FAFIH/UFMG — (mimeo).
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. *Semeando democracia: a trajetória do Partido Socialista Brasileiro*. Contagem: Palesa, 1995.
- HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro, Record, 1987.
- HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995)*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- . *O Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife: Massangana, 1990.
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo e a atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.
- . *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- JULIÃO, Francisco. *Cambão, La Cara Oculta del Brasil*. México: Siglo Vienteuno, 1968.
- . *O que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- JUREMA, Abelardo. *Juscelino e Jango — PSD e PTB*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- LABAKI, Amir. 1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brazil: A study of Kubitschek's Target Plan, 1956-1961*. Dissertação de Ph.D. — Cornell University, 1970.
- . *O sistema político brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República". In FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano, vol. 2: Sociedade e instituições*. São Paulo: Difel, 1978. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundo/Iuperj, 1991.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste*. Campinas: Unicamp, 1982.
- LESSA, Sônia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958 — 1968*. Dissertação de Mestrado — UFPE, 1985.
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa Omega, 1984.
- LIMA, Hermes. *Travessias — Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LIMA, Olavo Brasil. *Evolução e Crise do Sistema Partidário Brasileiro. Dados (17)* Rio de Janeiro: Iuperj, 1978.
- . *Partidos políticos Brasileiros — 45 a 64; a experiência federal e regional*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MAMMI, Lorenzo. "Erudito/popular". In PAIVA, Márcia; MOREIRA, Maria Ester (orgs.). *Cultura: substantivo plural*. Rio de Janeiro/São Paulo: CCBB/34, 1996.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- . *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARIZ, Vasco. *A canção brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961: Que as armas não falem. São Paulo, SENAC, 2001.

- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MATTOS, Sérgio. *Um perfil da TV brasileira (40 anos de história: 1950-1990)*. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda/A Tarde, 1990.
- MEDEIROS, Ana Ligia S.; D'ARAUJO, Maria Celina. *Vargas e os anos cinquenta*: bibliografia compilada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- MEDICI, Ademir. *Nove de novembro de 1947: A vitória dos candidatos de Prestes*. Santo André: Fundo de Cultura de Santo André, 1999.
- MENDES, Gilberto. "Música moderna brasileira e suas implicações de esquerda". *Revista Música*, ECA/USP, mai. 1991 v. 2, n. 1.
- MIRANDA, Wander Melo. *Anos JK — Margens da modernidade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/Casa de Lúcio Costa, 2002.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massas e crise política: um estudo da greve do 300 mil em São Paulo — 1953-1954*. São Paulo: Polis, 1978.
- MONTEIRO, Lobato. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.
- MONTENEGRO, Antonio T. "Padres e artesãos: narradores itinerantes". *História oral*, Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo: jun. 2001 n. 4.
- MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- . *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- MORAES, J. Jota de. *Música da modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- MORAIS, Clodomir Santos de. "Las Ligas Campesinas de Brasil". In *Organizaciones Campesinas em America Latina*, nº 12. Honduras: PROCCARA (Programa de Capacitación Campesina Para La Reforma Agraria)/Instituto Nacional Agrario, 1976.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. "A produção histórica dos 'vazios demográficos': guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830)". *Revista de História*, Vitória, 2001 n. 9.
- . *Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins*. Vitória: Edufes, 1998a.
- . "Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1998b v. 18, n. 35.
- MOTTA, Rodrigo Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- . *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985.
- (org.) *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

- MUNHOZ DA ROCHA NETTO, Bento. *Radiografia de novembro*. 2ª ed., acrescida de um capítulo e de três documentos inéditos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
- NAVES, Santuza Cambraia. *O violão azul: modernismo e música popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- . *Da bossa nova à tropicália*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- NEVES, Lucilia de Almeida; DULCI Otávio; MENDES, Virginia. *Edgar de Godoy da Mata Machado: fé, cultura e liberdade*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG / Loyola, 1993.
- NEGRO, Antonio L. *Linhas de montagem: O industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. Tese de doutorado — IFCH-Unicamp, Campinas, 2001.
- NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo, Novos Rumos, 1946.
- NOGUEIRA, N. A. (org.). *PCB: vinte anos de política — documentos (1958-1979)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- NUNES, Edson. *A revolta das barcas: Populismo, violência e conflito político*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- OLIVEIRA, Eliezer R. de. *Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Lippi. "O Partido Social Democrático". In FLEISCHER, David (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil, vol. I*. Brasília: UnB, 1981.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil — 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PAOLI, Maria C. *Labour, Law, and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese de doutorado — Birbex College, Londres, 1988.
- . "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros". In LOPES, J. S. Leite (org.). *Cultura & identidade operária*. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Dissertação de mestrado — PPGH-ICHF-UFF, Niterói, 1992.
- PATARRA, Neide L. "Dinâmica populacional e urbanização no Brasil pós-30". In FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1995. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- PEIXOTO, Alzira Vargas. "A criação do PTB". *Cadernos de Opinião*. São Paulo: Ipiranga, s/d.
- PEIXOTO, Antonio Carlos Peixoto. "O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas". In ROUQUIÉ, Alain (org.), *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. "Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro". In FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- PICALUGA, Isabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: A UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- PIMENTEL, Thaís Cougo. *A Torre Kubitscheck: Trajetória de um projeto em trinta anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
- PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- RABELO, José Maria. *Binômio Edição Histórica: o jornal que virou Minas de cabeça para baixo*. Belo Horizonte: Barlavento/ Armazém de Idéias, 1997
- RAMALHO, José R.; SANTANA, Marco A. (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: A trajetória dos metalúrgicos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2001.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado, patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte; esperança de vida: A História das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de mestrado — IFCH-Unicamp, Campinas, 2000.
- RAPOSO, Eduardo (coord). *1964 — 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. "Questões históricas". In GARCIA, M. A. (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- . *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . "O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita". In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Revista Brasileira de História*. "BRASIL 1954-1964. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero/ CNPq/ Fapesp, nº 27, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura-Serviço de Informação Agrícola, 1962.
- . *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: dirigentes e organização". In FAUSTO, B. (dir.). *O Brasil Republicano, vol.2: Sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1986. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III).
- . *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ROGERS, William D. *The twilight struggle: the Alliance for Progress and the politics of development in Latin America*. Nova York: Random House, 1967.
- ROMÃO, Frederico. *Na trama da História. O movimento operário de Sergipe*. Aracaju: s. ed., 2000.
- RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Fabris, 1986.
- SADER, Eder et alli. *Movimento operário brasileiro — 1890-1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980.
- SAMPAIO, Antônio Possidônio. *A capital do automóvel na voz dos operários*. São Paulo: Edições Populares, 1979.
- SAMPAIO, Jackson de Carvalho. *O nacionalismo musical e a recepção do dodecafonismo no Brasil*. Dissertação de mestrado — Departamento de História-PUC, Rio de Janeiro, 1997.
- SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo/UFRJ, 2001.
- SANTIAGO, Silviano. *Permanência do discurso da tradição no modernismo*. Cultura brasileira: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: A Assembléia, 2001.
- SANTOS, Andréa Paula dos. *À esquerda das Forças Armadas brasileiras: História oral de vida de militares nacionalistas de Esquerda*. Dissertação de mestrado — FFLCH-USP, São Paulo, 1998.
- SANTOS, João Marcelo P. dos. *Os herdeiros de Sísifo. A ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963*. Dissertação de mestrado — IFCH-Unicamp, 2002.
- SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *1958: O ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso dos PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.
- SARRACENI, Paulo César. *Por dentro do Cinema Novo: minha viagem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- SARAIVA, José F. Sombra. *O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: UnB, 1996.

- SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.
- SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1979/1981, 2v.
- SCHWARCZ, Lilia, Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon. (org.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB/ Câmara dos Deputados, 1981.
- SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- . *Reforma e Revolução: As vicissitudes políticas do PCB (1954- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SILVA, Helio. 1964: *golpe ou contragolpe*. Porto Alegre: L&PM, 1975.
- SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da legalidade — 1961/1991*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda., 1991.
- SIMÕES, Josane Guerra. *Sirênico canto: Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SINGER, Paul. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento". In FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano, vol. 4: Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo. Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SOARES, Gláucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.
- SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Omega, 1983.
- SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.
- STARLING, Heloísa Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- STEPAN, Alfred. *The Military in Politics: Changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et alli (org.). *Dicionário crítico do pensamento de direita: Idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2000.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- TENDLER, Sílvio; DIAS, Maurício. *Jango*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.
- TRAVASSOS, Elizabeth. *Modernismo e música brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- VARGAS, Getúlio. *A campanha presidencial*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais", 1951.
- VALIM, Ana. *50 anos de luta*. Santo André: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, 1983.
- VIANNA, Luís Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.
- . *A transição*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- . 1999. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- VIZENTINI, Paulo. *A política externa do regime militar brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- . *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- . "As origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-Guerra)" *Revista de Cultura Política*, São Paulo: 1979 n. 1.
- . "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período". *Revista de Cultura Contemporânea*. 2ª ed., acrescida de um capítulo e de três documentos inéditos, CEDEC, São Paulo, n. 1, 1978.
- WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men*. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955. Durham: Duke University Press, 1993.
- WOLFF, Marcus Straubel. *O modernismo nacionalista na música brasileira. Rascunhos de História*. PUC, Rio de Janeiro, n. 2, 1991.

## Filmografia

### Agosto

Direção de Paulo José; Denise Sarraceni e José Henrique Fonseca. Policial, 1993, 310 min, Globo Vídeo. Com José Mayer, Vera Fischer, Letícia Sabatella, Tony Tornado, José Wilker, Lucia Veríssimo, Paulo Gracindo, Marcos Winter, Cláudio Correa e Castro, Carlos Vereza.

Os acontecimentos de agosto de 1954 tornam-se pano de fundo para um romance policial. Um comissário de polícia tenta desvendar o mistério em torno do assassinato de um rico empresário. Em meio às investigações, ocorre o atentado a Carlos Lacerda. A partir daí, até o suicídio de Vargas, a trama envolve interesses de políticos, banqueiros do jogo do bicho, triangulações amorosas, policiais corruptos, entre outras situações. Agosto trabalha no limite entre a História e a ficção de maneira instigante. Baseado na obra de Rubem Fonseca.

### Anos dourados

Direção de Roberto Talma. Romance, 1986, 275 min, Globo Vídeo. Com Felipe Camargo, Malu Mader, Betty Faria, Milton Morais, Yara Amaral, José Lewgoy, Taumaturgo Ferreira, Nívea Maria, José Abreu, Isabela Garcia, Paula Lavigne.

O pano de fundo de *Anos dourados* é o período de euforia desenvolvimentista do governo JK marcado pelo florescimento de indústrias, pelo surgimento da bossa nova e pela vitória do Brasil na Copa Mundial de Futebol de 1958. Tendo como cenário o conservador bairro carioca da Tijuca, o seriado também retrata o romance de um jovem estudante da escola militar que se apaixona por uma normalista. No entanto, ele é filho de mãe desquitada e a família da moça, de classe média, não aprova o romance. A hipocrisia da sociedade carioca da época se mostra intolerante com a situação.

### Anos JK — uma trajetória política, Os

Direção de Sílvio Tendler. Documentário, 1980, 110 min, Caliban.

Documentário sobre a história do Brasil contemporâneo através da trajetória política de Juscelino Kubitschek. O projeto desenvolvimentista, a construção de Brasília e as humilhações que sofreu com a ditadura militar são alguns temas do excelente documentário de Tendler.

**Assalto ao trem pagador**

Direção de Roberto Farias. Policial, 1962, 89 min, Funarte. Com Reginaldo Faria, Grande Otelo, Eliezer Gomes, Jorge Dória, Ruth de Souza, Luíza Maranhão, Helena Ignez. Baseado em caso real. Tião Medonho, em 1960, assalta o trem pagador da Central do Brasil explodindo os trilhos com dinamite. Após matarem um homem, levam 27 milhões de cruzeiros. Um ano depois estavam na prisão. Em preto-e-branco.

**Assim era a Atlântida**

Direção de Carlos Manga. Comédia, 1974, 105 min, Sagres/Rio Filme. Com Adelaide Chiozzo, Anselmo Duarte, Cyl Farney, Eliana, Fada Santoro, Grande Otelo, José Lewgoy, Norma Bengell.

Seguindo a fórmula do musical da Metro, *Era uma vez em Hollywood*, o filme é um antologia da produção da Atlântida entre 1945 e 1959. As cenas foram retiradas de 27 filmes que lotaram os cinemas brasileiros à época.

**Barravento**

Direção: Glauber Rocha. Drama, 1962, 80 min, Iglu Filmes. Com Aldo Teixeira, Antônio Sampaio, Luíza Maranhão, Lucy Carvalho, Lídio Silva.

Um grupo de pescadores, numa região pobre da Bahia, vive numa rotina de rituais, cerimônias, festas e danças, baseada em suas crenças. Um membro da comunidade, após vivências na cidade, volta e tenta desacreditar o que chama de "crendices", utilizando métodos nada convencionais

**Cafajestes, Os**

Direção de Ruy Guerra. Drama, 1962, 90 min, Globo Vídeo.

Com Jece Valadão, Norma Bengell, Daniel Filho, Glauce Rocha, Hugo Carvana, Lucy Carvalho.

Dupla de jovens delinquentes da Zona Sul carioca planeja fotografar mulher nua e ganhar dinheiro com chantagem. O filme foi um marco do Cinema Novo, sobretudo por mostrar, com Norma Bengell, o primeiro nu frontal das telas, provocando escândalo na época. Primeiro trabalho do diretor Ruy Guerra. Preto-e-branco.

**Carnaval Atlântida**

Direção de José Carlos Burle. Comédia, 1953, 95 min, Sagres/Rio Filme. Com Oscarito, Grande Otelo, Eliana, Cyl Farney, José Lewgoy, Colé, Maria Antonieta Pons.

Paródia das superproduções de Hollywood, ironizando o colonialismo cultural norte-americano. O produtor Cecílio B. de Milho quer realizar um filme sobre a vida de Helena de Tróia. No entanto, os artistas acabam transformando o projeto em uma comédia carnavalesca. Preto-e-branco.

**Conterrâneos velhos de guerra**

Direção de Vladimir Carvalho. Documentário, 1994, 113 min, Sagres/Rio Filmes.

Imagens e relatos dos operários que, de várias partes do país, foram para o Planalto Central ajudar a construir Brasília. Sonhos, esperanças, mas também humilhações e abandono social surgem nos relatos, ainda que eles sintam orgulho de terem construído a capital e serem seus primeiros habitantes.

**Copacabana**

Direção: Carla Camurati. Comédia. 2001, 92 min. Imagens Filmes Distribuidora. Com Marco Nanini, Laura Cardoso, Myriam Pires, Rogéria, Ida Gomes.

Um fotógrafo, morador de Copacabana, às vésperas de completar seus 90 anos, faz uma retrospectiva dos momentos mais marcantes de sua vida, desde seu nascimento, quando foi abandonado na porta da Igreja de Nossa Senhora de Copacabana, até o dia da comemoração do seu nonagésimo aniversário. Sempre acompanhado de seus fiéis amigos, ele relembra eventos históricos e culturais, como o levante do Forte de Copacabana, o baile comemorativo do retorno dos pracinhas no Hotel Copacabana Palace, o carnaval de rua, e outras situações que se confundem com a história da sua vida, do seu bairro e do país.

**De vento em popa**

Direção de Carlos Manga. Comédia, 1957, 105 min, Globo Vídeo. Com Oscarito, Cyl Farney, Sonia Mamede, Margot Louro, Doris Monteiro, Zezé Macedo, Eloína.

Em um transatlântico, Sérgio volta dos Estados Unidos depois de anos de estudo. Seu pai pensa que ele cursou energia nuclear, mas na verdade ele aprendeu música. Para convencer o pai a montar uma boate, ele se associa a Chico e Mara, uma dupla sertaneja, apresentados ao pai como se fossem um professor de energia nuclear e sua assistente. A partir daí, as confusões acontecem. Um dos melhores filmes brasileiros da época, em que humor e romantismo exploram as contradições entre cultura popular e cultura das elites. Em preto-e-branco.

**Ébrio, O**

Direção de Gilda de Abreu. Drama, 1946, 126 min, Warner/Rio Filme. Com Vicente Celestino, Alice Archambeau, Rodolfo Arena, Manoel Vieira, Victor Dumond.

Jovem do interior, cujo pai perdeu a fazenda, vai para a cidade grande e, com a ajuda de um padre, torna-se um cantor popular e um médico competente. Rico e famoso, ele se casa e ajuda os parentes que antes o abandonaram. Um primo, em plano insidioso, toma-lhe a mulher e a fortuna. Desiludido com a vida, entrega-se à bebida.

**Esquina da ilusão**

Direção: Ruggero Jacobi. Comédia, 1954, 72 min Columbia Pictures. Com Alberto Ruschel, Luís Calderaro, Ilka Soares, Renato Consorti, Waldemar Wey, Josef Guerrero, Nicette Bruno, Adoniran Barbosa.

O imigrante italiano no Brasil, Dante Rossi, vive frustrado por não ter conseguido realizar o sonho de fazer fortuna no Brasil. Quando seu irmão rico vem da Itália para visitá-lo, ele se apresenta como milionário, mas acaba aprontando confusões para manter a farsa. Comédia de costumes que permite reviver o bairro do Brás, em São Paulo da década de 1950.

#### Fuzis, Os

Direção de Ruy Guerra. Drama, 1964, 81 min, Sagres. Com Átila Iório, Nelson Xavier, Paulo César Pereio, Hugo Carvana, Maria Gladys, Leonildes Bayer, Rui Polonah, Maurício Loyola, Joel Barcelos, Ivan Cândido e voz de Antônio Sampaio.

Durante seca na Bahia, em 1963, um grupo de soldados é enviado a uma pequena cidade do interior para impedir que a população faminta invada e saqueie o armazém local. Partindo desse argumento, o filme mostra o desespero diante da fome e as manifestações de religiosidade populares, como o aparecimento de um boi que faz milagres e o anúncio do apocalipse. Ao mesmo tempo, surge uma trama conflituosa entre os soldados. Clássico do Cinema Novo, ganhador do Urso de Prata em Berlim de melhor direção.

#### Garrincha, a alegria do povo

Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Documentário, 1963, 60 min, Globo Vídeo. A vida de Manoel Francisco dos Santos, o Garrincha, é reconstituída na época em que atingiu o auge de sua carreira. Na época com 29 anos, logo após a conquista da Copa do Mundo no Chile, em 1962, o filme mostra ainda sua relação com a família e os amigos, sua vida profissional no Botafogo e sua convivência com o povo que o considerava um ídolo. Em preto-e-branco.

#### Getúlio Vargas

Direção de Ana Carolina. Documentário, 1974, 76 min, Globo Vídeo. Narração de Paulo César Pereio.

O filme reconstitui a trajetória política de Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930 até o suicídio em agosto de 1954. Diversos momentos de sua carreira e da História do país são revividos, como o Estado Novo, o surgimento da CSN, a entrada do Brasil na II Guerra e a criação da Petrobrás. A grande popularidade de Vargas junto aos trabalhadores, bem como a intensa oposição do empresariado e dos políticos conservadores que discordavam da sua política nacionalista, tanto na imprensa quanto no Legislativo, também são resgatados pelo filme.

#### Homem do Sputnik, O

Direção de Carlos Manga. Comédia, 1959, 98 min, Sagres/Rio Filme. Com Oscarito, Cyl Farney, Zezé Macedo, Neide Aparecida, Norma Bengell, Heloisa Helena, Jô Soares. Um satélite artificial, semelhante ao famoso Sputnik, cai no galinheiro de um caipira que tem a sua vida transformada. Agentes norte-americanos, soviéticos e franceses tentam

capturar o objeto. Um clássico da chanchada, o filme critica o clima da Guerra Fria, a frivolidade das classes dominantes, o consumismo e a lentidão das repartições públicas. Preto-e-branco.

#### Jango

Direção de Sílvio Tendler. Documentário, 1984, 110 min, Caliban. Narração de José Wilker.

O documentário trata da vida do ex-presidente da República João Goulart, deposto pelo golpe civil-militar de 1964, desde o início de sua vida pública como ministro do Trabalho, no segundo governo Vargas, até a sua morte no exílio em 1976. Tendler utiliza imagens de época, bem como entrevistas com amigos, colaboradores e adversários de Jango.

#### Jeca Tatu

Direção de Milton Amaral. Comédia, 1959, 92 min, Company Vídeo. Com Mazzaropi, Geny Prado, Roberto Duval, Nicolau Guzzardi, Agnaldo Rayol.

Mazzaropi vive o roceiro Jeca Tatu, homem simplório, dedicado à família, preguiçoso e honesto. Ele terá que enfrentar um fazendeiro que cobiça sua terra e um malvado capataz que fica de olho na sua filha. Preto-e-branco.

#### Luz del Fuego

Direção de Davis Neves. Drama, 1981, 102 min, Macvídeo. Com Lucélia Santos, Walmor Chagas, Joel Barcelos, Ivan Cândido, Helber Rangel, Marino Soares, Wilson Grey.

Vida da ex-vedete Luz del Fuego que, em fins da década de 1950, atuou no teatro de Revista no Rio de Janeiro. O filme reconstitui seus casos amorosos, as diversas passagens pela polícia e a sua maior criação, o Clube de Nudismo do Brasil, em uma ilha.

#### Mandarim, O

Direção de Júlio Bressane. Musical, 1995, 100 min, Sagres Rio Filmes. Com Fernando Eiras, Giulia Gam, Renata Sorrah, Costinha, Paschoal Villaboim, Daniela Arantes, Catarina Abdala, Drica Moraes, Noa Bressane, João Rebelo, Sharon Matos, Raphael Rabelo, Gal Costa, Gilberto Gil, Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano Veloso.

O filme procura resgatar a história da música popular brasileira ao longo do século XX através da vida do misterioso e solitário cantor e compositor carioca Mário Reis, tendo como cenário a cidade do Rio de Janeiro. Cantores consagrados, como Chico Buarque e Caetano, interpretam canções clássicas do repertório da MPB.

#### Nem Sansão Nem Dalila

Direção de Carlos Manga. Comédia, 1954, 90 min, Sagres. Com Oscarito, Fada Santoro, Cyl Farney, Carlos Cotrim, Wilson Grey, Wilson Viana.

Depois de um acidente de carro, um barbeiro entra numa máquina do tempo e surge no

Reino de Gaza, onde conhece o lendário Sansão. Ao trocar a peruca de Sansão por um isqueiro, ele, agora forte, se envolve em uma série de encrencas. Paródia do épico *Sansão e Dalila* e uma das comédias mais inteligentes da Atlântida, ironizando a carestia, o desemprego e o consumismo da década de 1950. Uma das cenas marcantes é quando Oscarito imita Getúlio Vargas discursando.

#### Nordeste Sangrento

Direção de Wilson Silva. Aventura, 1963, 72 min, Warner. Com Irma Alvarez, Luely Figueiró, Paulo Goulart, Roberto Duval, Jacy Campos.

O vaqueiro Zé Piedade, fugindo da miséria do sertão, vive intensamente os conflitos entre forças militares, cangaceiros e romeiros. Violência e religiosidade convivem lado a lado na saga nordestina. Preto-e-branco.

#### Pagador de promessas, O

Direção de Anselmo Duarte. Drama, 1962, 95 min, Globo Vídeo. Com Leonardo Vilar, Glória Meneses, Dionísio Azevedo, Geraldo Del Rey, Norma Bengel, Othon Bastos.

História de Zé do Burro, homem simples que cumpre uma promessa: carregar uma enorme e pesada cruz até o altar da Igreja de Santa Bárbara. O conflito surge quando ele revela que todo aquele sacrifício foi feito pela cura de um burro. Para cumprir a promessa, ele enfrenta a prepotência da polícia e do padre. Baseado na peça de Dias Gomes.

#### Pulga na balança, Uma

Direção de Luciano Salce. Comédia, 1953, 87 min, Columbia Pictures. Com Waldemar Wey, Gilda Nery, Luiz Calderaro, Paulo Autran, Lola Brah, John Herbert, Mário Sérgio, Maurício Barros, Jaime Barcellos, Eva Wilma.

Dorival da Silva, um simpático e esperto ladrão, vai propositalmente para a prisão. Da cadeia, ele aplica o maior golpe de sua "carreira": chantagear os herdeiros de um recém-falecido milionário. Produção da Vera Cruz. Preto-e-branco.

#### Rio 40 Graus

Direção de Nelson Pereira dos Santos. Drama, 1955, 93 min, Sagres/Rio Filme. Com Jece Valadão, Glauce Rocha, Roberto Bataglin, Ana Beatriz.

O cotidiano da população carioca retratado através de vendedores de amendoim, espalhados por pontos marcantes da cidade do Rio de Janeiro.

#### Rio Zona Norte

Direção de Nelson Pereira dos Santos. Drama, 1957, 87 min, Sagres/Rio Filme. Com Grande Otelo, Ângela Maria, Malu Maia, Jece Valadão, Paulo Goulart, Mária Pétar, Zé Kéti.

Após ter alcançado sucesso com *Rio 40 graus*, Nelson Pereira dos Santos conta a trama de um compositor de escola de samba. Ao cair de um trem, em sua agonia ele relembra

episódios marcantes de sua vida: a dificuldade de viver da música, o radialista que roubou suas composições, o filho assassinado por marginais, a mulher que o abandonou e o sonho de ter um samba seu gravado por Ângela Maria. Preto-e-branco.

#### Samba em Brasília

Direção de Watson Macedo. Comédia, 1960, 110 min, Cinedistri. Com Eliana Macedo, Herval Rossano, Heloísa Helena, Sérgio de Oliveira, Nancy Wanderley, Humberto Catalano, Paulo Celestino, Henriqueta Briebe, Norma de Andrade.

Tereza, moça simples e bonita que mora em um morro no Rio de Janeiro, sonha em ingressar no mundo dos ricos. Ao ser contratada como cozinheira de uma rica família, ela encontra meios para realizar sua fantasia. Por um lado, ganha a simpatia dos homens da casa, sobretudo do filho que se apaixona por ela, por outro, a favela sente a sua falta. Ao final, entre a fantasia e suas raízes, ela volta para o morro, para o samba e para o seu verdadeiro amor. Como pano de fundo, a inauguração de Brasília. Preto-e-branco.

#### Simão, o caolho

Direção de Alberto Cavalcanti. Comédia, 1952, 101 min, UCB. Com Mesquitinha, Yara Aguiar, Cláudio Barsotti, Oswaldo de Barros.

Um corretor cego de um olho deseja recuperar a visão. Submete-se às experiências de um cientista, consegue o novo olho e de quebra, ainda adquire a capacidade de ficar invisível. Assim, torna-se milionário e chega mesmo a eleger-se presidente da República. Em preto-e-branco.

#### Tristeza do Jeca

Direção de Mazzaropi. Comédia, 1961, 95 min, Company Vídeo. Com Mazzaropi, Geny Prado, Roberto Duval, Nicolau Gizzard, Agnaldo Rayol.

Pacato e dedicado à família, Jeca tem uma linda filha. Com as eleições para a prefeitura, os coronéis querem o apoio de Jeca e de sua filha, gerando confusões.

#### Velho — A História de Luís Carlos Prestes, O

Direção de Toni Venturi. Documentário, 1997, 105 min, Funarte/Rio Filmes.

Conjugando entrevistas com cenas de época, o documentário relata a vida de Luís Carlos Prestes: sua infância, o envolvimento nas revoltas da década de 1920, a liderança no movimento tenentista, a coluna que recebeu seu nome, a insurreição de 1935, as prisões e exílios. O próprio Prestes surge em todo o filme, relatando e interpretando os acontecimentos.

## Os autores

- Antonio Luigi Negro. Doutor em História Social do Trabalho pela Unicamp e Professor Adjunto do Departamento de História da UFBA. Co-autor e organizador de *Na luta por direitos*. Estudos recentes em História Social do Trabalho (Campinas, Edunicamp, 1999).
- Antonio Torres Montenegro. Professor Adjunto do Departamento de História da UFPE. Autor de *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada* (São Paulo, Contexto, 1994).
- Fernando Teixeira da Silva. Doutor em História Social do Trabalho pela Unicamp e Professor do curso de História da Universidade Metodista de Piracicaba. Autor de *A carga e a culpa. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968* (São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995).
- João Roberto Martins Filho. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e Professor Doutor do Departamento de Sociologia da UFSCar. Autor de *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)* (São Carlos, UFSCar, 1996).
- Jorge Ferreira. Doutor em História Social pela USP e Professor Adjunto do Departamento de História da UFF. Autor e organizador de *O populismo e sua história: Debate e crítica* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001).
- José Antonio Segatto. Doutor em História Social pela USP. Professor Doutor do Departamento de Sociologia da UNESP. Autor de *Reforma ou revolução. As vicissitudes políticas do PCB. (1954-1964)* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995).
- Lucilia de Almeida Neves Delgado. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Professora Titular do Departamento de História da PUC-Minas. Autora de *PTB: do getulismo ao reformismo, 1945-1964* (São Paulo, Marco Zero, 1989).
- Paulo G. Fagundes Vizentini. Doutor pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics, Professor Titular de História Contemporânea na UFRGS. Autor de *Da Guerra Fria à crise. 1945-89* (Porto Alegre, UFRGS, 1996).
- Santuza Cambraia Naves. Doutora em Sociologia pelo IUPERJ. Professora Assistente do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e Coordenadora do Núcleo de Estudos Musicais do Centro de Estudos Sociais Aplicados da UCAM. Autora de *O violão azul: modernismo e música popular* (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998).
- Vânia Maria Losada Moreira. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Professora Adjunta do Departamento de História da UFES. Autora de *Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins* (Vitória, Edufes, 1998).

## Plano geral da coleção

### Livro 1 — O tempo do liberalismo excludente — da proclamação da República à Revolução de 1930

*Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*  
Profa. Dra. Margarida de Souza Neves (PUC-Rio)

*A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*  
Prof. Dr. Elio Chaves Flores (UFPB)

*O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*  
Profa. Dra. Maria Efigênia Lage de Resende (UFMG)

*Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado*  
Profa. Dra. Jacqueline Hermann (UFRJ)

*Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*  
Prof. Dr. Cláudio Batalha (Unicamp)

*Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização*  
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)

*Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*  
Prof. Dr. Jaime Benchimol (Fiocruz)

*O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura*  
Dra. Isabel Lustosa (FCRB)

*Tenentismo e crises políticas na Primeira República*  
Prof. Dr. Mário Cléber Martins Lanna Júnior (PUC-Minas/FJP-MG)

*O Modernismo e a questão nacional*  
Dra. Monica Pimenta Velloso (FCRB)

*A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*  
Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ/CPDOC-FGV) e Profa. Dra. Surama Conde Sá Pinto

**Livro 2 — O tempo do nacional-estatismo — do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo**

*Os anos 1930: as incertezas do regime*  
Dra. Dulce Pandolfi (CPDOC-FGV)

*Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*  
Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Fiocruz) & Dr. Roney Cytrynowicz (AHJB)

*O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*  
Profa. Dra. Marly de Almeida G. Vianna (UFSCar)

*O Estado Novo: o que trouxe de novo?*  
Profa. Dra. Maria Helena Capelato (USP)

*Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*  
Dra. Monica Pimenta Velloso (FCRB)

*Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil*  
Dr. Alexandre Fortes (FPA) e Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBa)

*Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*  
Profa. Dra. Maria Celina D'Araujo (UFF/CPDOC-FGV)

*A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência*  
Profa. Dra. Maria Antonieta P. Leopoldi (UFF)

*O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania*  
Profa. Dra. Rachel Soihet (UFF)

*Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio*  
Dra. Lúcia Lippi Oliveira (CPDOC-FGV)

**Livro 3 — O tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**

*A democratização de 1945 e o movimento queremista*  
Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

*Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*  
Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (UNIMEP) & Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBa)

*Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*  
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCar)

*Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*  
Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas)

*Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*  
Profa. Dra. Vânia Maria Losada Moreira (UFES)

*Do nacional-desenvolvimentista à Política Externa Independente (1945-1964)*  
Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Vizentini (UFRGS)

*PCB: a questão nacional e a democracia*  
Prof. Dr. José Antonio Segatto (UNESP)

*Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*  
Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)

*Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50: propostas de democratização da arte no Brasil*  
Profa. Dra. Santuza Cambraia Naves (PUC-Rio/UCAM)

*Crises da República: 1954, 1955 e 1961*  
Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

*O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*  
Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

**Livro 4 — O tempo da ditadura — regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**

*A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*  
Prof. Dr. Nilson Borges (UFSC)

*Esquerdas revolucionárias e luta armada*  
Profa. Dra. Denise Rollemberg (UFF)

*Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*  
Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) e Prof. Dr. Mauro Passos

*Cultura e política: os anos 1960 e 1970 e sua herança*  
Prof. Dr. Marcelo Ridenti (Unicamp)

*Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*  
Prof. Dr. Carlos Fico (UFRJ)

*O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda — 1967-1973*  
Prof. Dr. Luiz Carlos Delorme Prado (IE-UFRJ) e Prof. Dr. Fábio Sá Earp (IE-UFRJ)

*Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*  
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

*Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990*  
Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Uni-Rio)

*A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST*  
Prof. Dr. Mario Grynszpan (UFF/CPDOC-FGV)

*O bolivarismo dos antigos e o bolivarismo dos modernos: o Brasil e a América Latina na década de 1990*  
Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria (PUC-Minas) & Prof. Ms. Marco Aurélio Cepik (UFMG)

*O texto deste livro foi composto em Sabon, desenho tipográfico de Jan Tschichold de 1964, baseado nos estudos de Claude Garamond e Jacques Sabon no século XVI, em corpo 10/13,5. Para títulos e destaques, foi utilizada a tipografia Frutiger, desenhada por Adrian Frutiger em 1975.*

*A impressão se deu sobre papel Offset 90g/m<sup>2</sup> pelo Sistema Cameron da Divisão Gráfica da Distribuidora Record.*

O Brasil Republicano compõe-se de quatro volumes.

Este terceiro tem início com a grande mobilização de trabalhadores pela continuidade de Vargas no poder durante o ano de 1945. O capítulo seguinte resgata as lutas e experiências de operários e sindicalistas que, atuando em partidos e sindicatos, fossem eles trabalhistas ou comunistas, lutaram por seus direitos e manifestaram consciência de sua classe. Os capítulos seguintes tratam de dois atores políticos importantes durante a experiência democrática daquela época: os militares e os partidos políticos. O governo de JK é o tema seguinte. Período em que democracia e desenvolvimento econômico encontraram-se em um mesmo projeto, nem por isso contradições econômicas e sociais deixaram de se manifestar na sociedade brasileira. Mais adiante, dois projetos implementados no período merecem uma discussão mais apurada: o nacional-desenvolvimentismo e a política externa independente. Dois capítulos são dedicados a outros atores políticos que marcaram a experiência democrática brasileira: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas. O capítulo seguinte aborda movimentos culturais de vanguarda. Por fim, os dois últimos tratam de momentos de crises políticas. Um deles recupera os conflitos de agosto de 1954, de novembro de 1955 e de agosto de 1961. Nesses episódios, grupos minoritários de civis e militares direitistas tentaram impor regimes ditatoriais. Seus planos não encontraram ressonância em uma sociedade que valorizava o regime democrático. O capítulo final reconstitui o governo de João Goulart e a radicalização política que resultou no colapso da democracia no Brasil.

O ano de 1945 começou com um movimento inverso: a ditadura do Estado Novo entrava em crise, mas o prestígio do ditador crescia entre os trabalhadores. Com a consolidação da democracia, diversos personagens passaram a se manifestar politicamente: trabalhadores, camponeses, militares, empresários, estudantes, artistas, intelectuais, entre outros. Vivendo uma experiência democrática, a população brasileira, por meio do voto, demonstrava preferências pelo projeto nacional-estatista defendido por trabalhistas e comunistas, mas não tanto pelo programa dos liberais udenistas. Ao final, a direita radicalizou, negando-se a aceitar qualquer tipo de reformas, defendendo seus privilégios a todo custo. Mas a esquerda igualmente polarizou, querendo as reformas a qualquer preço. O desprezo pela democracia permitiu a instauração de uma ditadura.

Artigos de:

Jorge Ferreira

"A democratização de 1945 e o movimento queremista",  
"Crises da República: 1954, 1955 e 1961" e "O governo  
Goulart e o golpe civil-militar de 1964"

Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro  
"Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)"

João Roberto Martins Filho

"Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe"

Lucilia de Almeida Neves Delgado

"Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios  
e conflitos na democracia"

Vânia Maria Losada Moreira

"Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de  
desenvolvimento rural"

Paulo G. Fagundes Vizentini

"Do nacional-desenvolvimentista à Política Externa  
Independente (1945-1964)"

José Antonio Segatto

"PCB: a questão nacional e a democracia"

Antônio Torres Montenegro

"Ligas Camponesas e sindicatos rurais  
em tempo de revolução"

Santuzza Cambraia Neves

"Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50:  
propostas de democratização da arte no Brasil"

ISBN 85-200-0624-8



9 788520 006245